



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1739

Segunda-feira - 11 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	4	Irineópolis .....	367	São João do Oeste .....	675
Antônio Carlos .....	9	Itá .....	367	São João do Sul .....	677
Arroio Trinta.....	52	Itaiópolis .....	368	São José.....	678
Barra Velha.....	60	Itapiranga.....	368	São José do Cedro.....	684
Bela Vista do Toldo.....	61	Itapoá.....	369	São Miguel do Oeste.....	685
Biguaçu .....	64	Ituporanga .....	373	São Pedro de Alcântara.....	685
Blumenau .....	67	Joaçaba.....	379	Schroeder.....	687
Bom Jesus do Oeste .....	70	Lages .....	436	Serra Alta .....	693
Bom Retiro .....	91	Laguna .....	437	Sombrio.....	698
Botuvera.....	103	Lauro Muller .....	439	Timbé do Sul .....	700
Braço do Trombudo.....	117	Lebon Regis .....	447	Timbó .....	701
Brusque.....	127	Leoberto Leal.....	449	Três Barras .....	703
Caçador.....	130	Lindóia do Sul .....	450	Trombudo Central.....	704
Camboriú.....	183	Luzerna .....	452	Tunápolis.....	709
Campo Alegre .....	183	Macieira.....	454	União do Oeste .....	710
Campos Novos .....	194	Mafra .....	454	Urussanga .....	719
Canoinhas.....	196	Maracajá .....	455	Vargeão.....	721
Capinzal .....	206	Massaranduba.....	455	Vidal Ramos.....	723
Catanduvás.....	207	Meleiro .....	456	Videira.....	765
Caxambu do Sul.....	208	Modelo .....	458	Vitor Meireles.....	774
Celso Ramos.....	208	Morro da Fumaça .....	458		
Cocal do Sul.....	210	Navegantes.....	459	<b>Associações</b>	
Concórdia .....	211	Nova Trento .....	462	AMMVI .....	776
Cordilheira Alta .....	212	Novo Horizonte .....	470		
Coronel Freitas.....	213	Orleans .....	471	<b>Consórcios</b>	
Coronel Martins.....	214	Ouro .....	472	ARIS .....	776
Correia Pinto.....	216	Ouro Verde.....	472	CIMVI.....	776
Corupá .....	216	Palhoça .....	473	CIS/AMARP.....	777
Curitibanos .....	218	Palmitos .....	500	CIS/AMURES.....	779
Dionísio Cerqueira .....	218	Papanduva.....	500	CVC.....	779
Ermo .....	221	Passo de Torres.....	503	CPIMMOC.....	825
Erval Velho .....	222	Paulo Lopes .....	504		
Forquilha.....	223	Penha.....	504		
Fraiburgo.....	234	Peritiba.....	507		
Frei Rogério .....	236	Pinheiro Preto .....	508		
Galvão.....	238	Pomerode .....	511		
Garopaba.....	240	Ponte Serrada .....	602		
Garuva .....	243	Porto Belo.....	603		
Gaspar .....	245	Porto União.....	604		
Governador Celso Ramos .....	247	Presidente Castello Branco.....	605		
Grão Pará .....	305	Rio dos Cedros.....	615		
Guaramirim.....	307	Rio do Sul.....	606		
Herval d'Oeste .....	308	Santa Cecília .....	616		
Ilhota .....	309	Santa Rosa do Sul .....	616		
Imarui .....	311	Santa Terezinha do Progresso .....	617		
Imbituba .....	332	Santiago do Sul.....	618		
Indaial.....	335	São Bento do Sul.....	625		
Iomerê .....	357	São Carlos .....	657		
Ipumirim .....	359	São Domingos.....	675		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## **Ponte Serrada SOLIDÁRIA**

**Colabore com as vítimas do tornado**

**Conta Corrente para doações:**

**Banco do Brasil:**

**Agência: 2479-1**

**Conta Corrente: 13881-9**

**Defesa Civil de Ponte Serrada**

**CNPJ: 15.364.703/0001-76**

**Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101**

**#JuntosSomosMaisFortes**



## XANXERÊ SOLIDÁRIA

**DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO**

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES  
BANCO DO BRASIL

**AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X**

**CNPJ: 83.009.860/0001-13**

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS  
USE O CÓDIGO ABAIXO

**IBAN: BR8600000000005860000020150C1**

**INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500**

Incubus



PREFEITURA DE  
**XANXERÊ**  
xanxere.sc.gov.br



# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 166/2015

PORTARIA Nº 166/2015 de 08 de maio de 2015

"DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER PRODUTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Como representante da Unidade Executora do Programa de Aquisição de Alimentos, deste Município, DESIGNA a Senhora MARIA IVONE RODRIGUES para receber produtos - a granel e/ou embalados - destinados ao Hospital Nossa Senhora da Paz, nas respectivas quantidades, constantes da Proposta nº. 000.001.458.42/2014, com período de vigência de 19/03/2014 até 22/04/2016 do citado Programa PAA.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 167/2015

PORTARIA Nº 167/2015 de 08 de maio de 2015

"DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER PRODUTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Como representante da Unidade Executora do Programa de Aquisição de Alimentos, deste Município, DESIGNA a Senhora FRANCIELE DRECH SPIER BUTZEN para receber produtos - a granel e/ou embalados - destinados ao CAPS Microregional Luiz Vieceli, nas respectivas quantidades, constantes da Proposta nº. 000.001.458.42/2014, com período de vigência de 19/03/2014 até 22/04/2016 do citado Programa PAA.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 168/2015

PORTARIA Nº 168/2015 de 08 de maio de 2015

"DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER PRODUTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Como representante da Unidade Executora do Programa de Aquisição de Alimentos, deste Município, DESIGNA a Senhora CLEDI WIEZOREK ALTEMBURGUER para receber produtos - a granel e/ou embalados - destinados ao Centro de Referência da Assistência Social, nas respectivas quantidades, constantes da Proposta nº. 000.001.458.42/2014, com período de vigência de 19/03/2014 até 22/04/2016 do citado Programa PAA.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 169/2015

PORTARIA Nº 169/2015 de 08 de maio de 2015

"DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER PRODUTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Como representante da Unidade Executora do Programa de Aquisição de Alimentos, deste Município, DESIGNA a Senhora KARISE ROBERTA OLIVEIRA para receber produtos - a granel e/ou embalados - destinados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nas respectivas quantidades, constantes da Proposta nº. 000.001.458.42/2014, com período de vigência de 19/03/2014 até 22/04/2016 do citado Programa PAA.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 170/2015

PORTARIA Nº 170/2015 de 08 de maio de 2015

"DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER PRODUTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº.



015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Como representante da Unidade Executora do Programa de Aquisição de Alimentos, deste Município, DESIGNA a Senhora ADRIANA GROTTTO PERCISI para receber produtos - a granel e/ou embalados - destinados ao Centro de Educação de Adultos Municipal Dr. Alvino Raitts, nas respectivas quantidades, constantes da Proposta nº. 000.001.458.42/2014, com período de vigência de 19/03/2014 até 22/04/2016 do citado Programa PAA.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### **PORTARIA 171/2015**

PORTARIA Nº 171/2015 de 08 de maio de 2015

"DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER PRODUTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Como representante da Unidade Executora do Programa de Aquisição de Alimentos, deste Município, DESIGNA a Senhora ELIZABETE SALVADOR HEBERLE para receber produtos - a granel e/ou embalados - destinados ao Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul, nas respectivas quantidades, constantes da Proposta nº. 000.001.458.42/2014, com período de vigência de 19/03/2014 até 22/04/2016 do citado Programa PAA.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### **PORTARIA 172/2015**

PORTARIA Nº 172/2015 de 08 de maio de 2015

"DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER PRODUTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Como representante da Unidade Executora do Programa de Aquisição de Alimentos, deste Município, DESIGNA a Senhora SALETE ZARPELON PARENTI para receber produtos - a granel e/ou embalados - destinados ao Centro Educacional Municipal Frei Silvano, nas respectivas quantidades, constantes da Proposta nº. 000.001.458.42/2014, com período de vigência de 19/03/2014 até

22/04/2016 do citado Programa PAA.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### **PORTARIA 173/2015**

PORTARIA Nº 173/2015 de 08 de maio de 2015

"DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER PRODUTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Como representante da Unidade Executora do Programa de Aquisição de Alimentos, deste Município, DESIGNA a Senhora ALINE MARIA KLOTZ e CARMEN GUILINI DA FONSECA para receber produtos - a granel e/ou embalados - destinados às Escolas Multisseriadas do Município de Água Doce, nas respectivas quantidades, constantes da Proposta nº. 000.001.458.42/2014, com período de vigência de 19/03/2014 até 22/04/2016 do citado Programa PAA.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### **PORTARIA 174/2015**

PORTARIA Nº 174/2015 de 08 de maio de 2015

"CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Art 1º Conceder ao funcionário, GIOVANI CESAR SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de Motorista, inscrito sob CPF nº 005.999.499-10 o adicional por grau de instrução nos percentuais de 8%, vez que o servidor efetivo está acessando o adicional referente a Ensino Médio, conforme o artigo 112 da Lei 058/2009, conforme requerimento, certificado e parecer em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10/04/2015 revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 08 de maio de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

## **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE ÁGUA DOCE**

### **REGIMENTO INTERNO**

### **CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE ÁGUA DOCE**

#### **CAPITULO I**

##### **CATEGORIA E FINALIDADES**

Art. 1º. O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO de Água Doce, com sede e foro neste Município, órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Água Doce, integrante da estrutura básica, criado pela lei, 2.332/2014- de 22 de dezembro de 2014, tem por finalidade, além de propor as diretrizes para a formulação das políticas do município:

I. Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa;

II. Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da política municipal do idoso;

III. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução;

IV. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes a pessoa idosa, sobre tudo a Lei Federal nº.8.842, de 04-01-94, a Lei Federal nº. 10.741, de 01-10-03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;

V. Denunciar a autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos do idoso e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhorias da qualidade de vida do idoso;

VIII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial do idoso nos termos do Capítulo II desta lei;

IX. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do fundo especial Municipal do Idoso, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X. Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentaria Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentaria compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XI. Divulgar o direito das pessoas e idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XII. Convocar e promover as conferências de direitos do idoso em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIII. Realizar outras ações que considerar necessário a proteção do direito da pessoa idosa;

#### **CAPÍTULO II**

##### **ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2º. O Conselho Municipal do Idoso será composto por 06 (seis) membros e respectivos suplentes, compostos paritariamente de órgãos Governamentais e não governamentais, para mandato de

dois (02) anos assim definidos:

I - 02 representantes da Secretaria de Saúde e bem estar social; sendo 01 representando o Setor social e 01 representando o Setor de Saúde;

II - 01 representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

III - 01 representante da Secretaria de Administração;

VI - 01 representante de usuário de idosos (indicados pelos Grupos do Centro);

V - 01 representante de usuário de idosos (indicados pelo grupo do Interior);

VI - 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VII - 01 representante da Pastoral da Saúde.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas na Lei 2.332/2014 de 22 de dezembro de 2014.

§ 1º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 2º. Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirá a titularidade do Conselho.

Art. 4º. Os titulares dos órgãos ou entidades governamentais indicarão seus representantes.

Art. 5º. Os representantes das organizações da sociedade civil também serão indicados por seus representantes, através de ofício protocolado e endereçado ao Prefeito Municipal.

Art. 6º. A escolha do Presidente, Vice-Presidente e Secretário se dará por eleição entre os indicados pela sociedade civil e órgãos governamentais.

Art. 7º. A função do membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 8º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I - extinção de sua base territorial da atuação no Município;

II - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;

III - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 9º. Perderá o mandato o conselheiro que:

I - desvincular - se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III - apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua representação na Secretaria do Conselho;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado em sentença irrecurável, por crime ou contra-venção penal.

§1º. O Conselheiro será destituído pelo Prefeito Municipal, por solicitação do Presidente do Conselho Municipal do Idoso, após apreciação pelo Plenário.

§2º. O Presidente do Conselho requisitará a indicação de outro representante governamental ou não governamental ao órgão ou entidade de origem do substituído, o deverá ser providenciado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, remetendo em seguida o nome do indicado para nomeação pelo Prefeito Municipal.

§3º. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 10. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, as quais exercerão os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

## SEÇÃO II DOS CONSELHEIROS

Art. 11. Aos membros do Conselho Municipal do Idoso cabe:

I - Participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior assinando-a;

II - Justificar por escrito as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião seguinte;

III - Assinar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;

VI - Solicitar a Secretaria a inclusão na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;

V - debater e votar a matéria em discussão;

VI - requerer informações providências e esclarecimentos a mesa ou Secretaria;

VII - pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requer adiantamento da votação;

VIII - apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;

IX - proferir declarações de voto, quando desejar;

X - propor temas e assuntos a deliberação da Plenária;

XI - propor à plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;

XII - apresentar questões de ordem na reunião;

XIII - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;

XIV - apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;

XV - propor alterações no Regimento Interno do Conselho;

XVI - votar e ser votado para cargos do conselho;

XVII - requisitar a Secretaria Executiva e solicitar aos demais

membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XVIII - fornecer à Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XIX - requerer votação de matéria em regime de urgência;

XX - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados ao idoso;

XXI - deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelos grupos temáticos;

XXII - participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento.

Art. 12. A substituição do conselheiro titular pelo suplente ou por outro representante institucional se dará nos seguintes casos:

I- Em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;

II- No caso de falta do conselheiro titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico;

III- Quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como quando houver nova eleição para escolha dos representantes não governamentais.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SEÇÃO I DA ESTRUTURA

Art. 13. O Conselho Municipal do Idoso estruturar-se-á em:

I- Plenário.

II- Secretaria.

III- Comissões Permanentes;

IV- Grupos temáticos.

Parágrafo Único - O Plenário é composto pelos conselheiros e pela Diretoria, formada pelo Presidente e Vice - Presidente.

## SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 14. O Conselho Municipal do Idoso terá uma Diretoria, constituída por um Presidente e um Vice - Presidente.

Art. 15. O Presidente e o Vice - Presidente do Conselho Municipal do Idoso será escolhido, mediante votação, dentre os seus pares, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange a ambos, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais, conforme o disposto na Lei nº 2.332/2014.

Art. 16. Compete ao Presidente:

I- Cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões da Plenária do Conselho Municipal do Idoso;

II- Representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;

III- Convocar e presidir as sessões da Plenária;

IV- Submeter a pauta à aprovação do Plenário;

V- Submeter à votação as matérias a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessários;

VI- Participar das discussões na plenária nas mesmas condições dos outros conselheiros;

VII- Praticar atos necessário ao exercício de tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação da Plenária;

VIII- Assinar resoluções, portarias e correspondências do Conselho, aprovadas pela Assembleia Geral, salvo quando for delegada a atribuição a algum outro Conselheiro;



IX- Delegar atribuições, desde que previamente submetidas a aprovação da Assembleia Geral;  
X- Submeter à apreciação da Assembleia Geral a programação orçamentaria e a execução físico-financeira do Conselho;  
XI- Submeter a plenária o relatório anual do Conselho;  
XII- Propor a criação e dissolução de Grupos Temáticos, conforme a necessidade;  
XIII- Nomear Conselheiros para participar dos Grupos Temáticos, bem como seus respectivos integrantes;  
XIV- Dar publicidade as decisões do Conselho;  
XV- Consultar a Assembleia Geral quando solicitar a órgãos públicos ou a entidades privadas informações e apoio técnico e operacional necessários ao bom andamento dos trabalhos do Conselho;  
XVI- Convidar pessoas ou entidades a participarem, sem direito ao voto, de reuniões da plenária;  
XVII- Decidir sobre questões de ordem;  
XVIII- Desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da presidência;  
XIX- Exercer o voto de qualidade, sempre que houver empate;  
XX- Aprovar e encaminhar, "ad referendum", assuntos de caráter administrativos, quando não for possível reunir a Plenária para sua deliberação;  
XXI- Solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do Conselho.

Parágrafo único. O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

Art. 17. São atribuições do Vice-Presidente:

I- Substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências e vacância, completando do mandato neste último caso;  
II- Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;  
III- Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo Presidente.

### SEÇÃO III DO PLENÁRIO

Art. 18. Cabe ao Plenário do Conselho Municipal do Idoso:

I- Deliberar, por maioria absoluta:  
a) Nos casos de alteração do regimento interno;  
b) Na eleição direta do Presidente e do Vice-Presidente;  
c) Quanto à destinação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso.

II- Deliberar, por maioria simples, sobre os demais assuntos de sua competência e os encaminhados a sua apreciação.  
III- Baixar normas e resoluções de sua competência, necessárias a implantação da Política Municipal do Idoso;  
IV- Aprovar a criação e dissolução dos grupos temáticos, suas respectivas competências, sua disposição e prazo de duração;  
V- Requisitar aos órgãos da administração pública municipal e as organizações não governamentais documentos, informações, estudo ou pareceres sobre matérias do interesse do Conselho;  
VI- Propor a convocação da Conferência Municipal do Idoso Idosa que se reunirá a cada dois anos, ou, extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros, sob a coordenação do Conselho;  
VII- Deliberar a destituição de Conselheiros;

VIII- Elaborar e aprovar, em parceria com o órgão competente, o plano de ação e aplicação dos recursos do fundo estadual-municipal da pessoa idosa;  
IX- Analisar e aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso.

Art. 19. Todas as sessões do Conselho serão publicadas, precedidas de ampla divulgação e as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral serão encaminhadas a Secretaria Executiva para publicação na imprensa oficial, onde houver, ou para ser amplamente divulgada como de costume.

Art. 20. O Conselho reunir-se-á bimestralmente em caráter ordinário, em local previamente designado e, extraordinariamente sempre que convocada por escrito pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 21. As reuniões terão sua pauta preparada pelo Secretário-Executivo, sob a supervisão do Presidente, e dela constará necessariamente:

I- Abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

II- Avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da plenária;

III- Outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho.

Art. 22. Os trabalhos das reuniões terão a seguinte ordem:

I- Verificação do quórum necessário para a instalação dos trabalhos;

II- Apresentação das justificativas de ausência;

III- Abertura da sessão pelo Presidente;

IV- Leitura da ata anterior, pelo Secretário-Executivo, sua discussão, aprovação e assinatura pelo Presidente e demais membros do Conselho;

V- Enviada a ata por meio eletrônico, fica dispensada sua leitura, sendo examinados apenas os destaques;

VI- Comunicações do Presidente;

VII- Comunicações dos demais membros do Conselho;

VIII- Leitura do expediente;

IX- Leitura da pauta do dia;

X- Pedido de inclusão de matéria nova na "ordem do dia";

XI- Discussão e votação da "ordem do dia";

XII- Apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes e grupos temáticos;

XIII- Deliberações e encaminhamentos;

XIV- Encerramento da sessão;

§ 1º. Havendo número legal será iniciada a sessão.

§ 2º. Não havendo quórum, aguardar-se-á durante 30 (trinta) minutos e, após este prazo, persistindo a falta de quórum, ficara adiada a sessão para o mês seguinte, cabendo ao Secretário-Executivo colher as assinaturas dos presentes.

§ 3º. Ausente o Secretário-Executivo, o Presidente nomeará um adhoc.

§ 4º. Após proferir o seu voto, poderá o membro do Conselho, antes de proclamado o resultado, reconsiderá-lo.

Art. 23. As atas das sessões serão lavradas pelo Secretário-Executivo, onde constará a presença de cada membro do Conselho e o nome dos ausentes, com as justificativas, se apresentadas.

§ 1º. Os assuntos tratados serão registrados em ata, de forma resumida, sem que isto venha a prejudicar a sua essência, sendo as resoluções impressas pelo Secretário-Executivo, a fim de que sejam arquivadas em pasta destinada a esse fim.

§ 2º. Todos os incidentes relativos a eventuais retificações de ata anterior serão discutidos e votados, antes do prosseguimento da sessão, e nesta serão consignados em ata.

Art. 24. As sessões extraordinárias destinar-se-ão as mesmas competências previstas para as sessões ordinárias.

Parágrafo único - Aplicam-se as sessões extraordinárias, no que couberem, as mesmas disposições previstas para as sessões ordinárias.

### SEÇÃO IV

#### DAS COMISSÕES E GRUPOS TEMÁTICOS

Art. 25. As Comissões Permanentes de natureza técnica será constituídas com caráter permanente e os Grupos temáticos terão caráter transitório, com tarefas e prazos determinados. Serão constituídas por representantes governamentais e não governamentais

e compostas de, no mínimo 03 (três) membros eleitos pelos Conselheiros, os quais nomearão os seus coordenadores.

§ 1º - Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

a) Comissão de Políticas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar todas as políticas direcionadas à população idosa a serem aprovadas pelo conselho;

b) Comissão de Normas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar normas para aprovação do Conselho, bem como acompanhar matérias de interesse da população idosa nas instâncias legislativas e judiciárias;

c) Comissão de comunicação Social

d) Comissão de orçamento e Finanças com a finalidade de sugerir e apreciar propostas orçamentárias pertinentes ao segmento idoso elaboradas pelos órgãos setoriais do Município, bem como acompanhar e avaliar sua execução financeira; elaborar plano de ação e aplicação do fundo especial Municipal e ainda acompanhar toda a sua movimentação e avaliar resultados;

e) Comissão de Articulação de conselhos.

§ 2º- as Comissões permanentes deverão apresentar à assembleia seu plano de ação anual, bem como o relatório de suas atividades.

#### SEÇÃO V

#### Da SECRETARIA

Art. 26. São atribuições do Secretário- Executivo:

I - secretariar as reuniões sessões do Conselho;

II - tomar as providências necessárias à execução das deliberações do conselho;

III - encaminhar os processos a serem apreciados pela Assembleia, dando cumprimento aos despachos nele proferidos;

IV - prestar, no plenário as informações que lhes forem solicitadas pela Diretoria ou por Conselheiros;

V - redigir as atas das sessões do Conselho Municipal do Idoso, bem como colher as assinaturas dos presentes;

VI - controlar a assinatura dos Conselheiros, comunicando ao Presidente as ausências injustificadas há mais de 02 (duas) sessões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.

VII - Proceder à leitura das atas no início das sessões do Conselho;

VIII - providenciar cópia e extrato da ata já aprovada, afixando-a em lugar de costume ou providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;

IX - desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou outras determinadas pela Presidência.

Art. 27. A Secretaria do Conselho poderá contar com servidores designados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único - A Secretaria ficará sob a supervisão direta da diretoria do Conselho Municipal do Idoso.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia.

Art. 29. O presente Regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de 2/3(dois terços) do total de seus membros, no mínimo.

Art. 30. Este regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Regimento Interno aprovado em reunião ordinária realizada em 22 de abril de 2015, registrado em Ata nº 002/2015.

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### LEI 1396

LEI Nº 1.396/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos em exercício, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 929,50 (novecentos vinte e nove reais e cinquenta centavos) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.008- 3.3.50.00.00.00.0.1.059 - Manutenção do Ensino Fundamental

22 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
R\$ 929,50

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.014- 3.3.50.00.00.00.0.1.059 - Manutenção do Ensino Infantil  
35 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
R\$ 929,50

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 21 de Agosto de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

#### LEI 1221

LEI Nº 1221/2009

"AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE PARCELAS REMUNERATÓRIAS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica determinado que a parcela remuneratória "Agregação de Vantagem Pessoal", concedida nos termos da do art. 31 da Lei municipal nº 559/92 será incorporada aos proventos de aposentadoria e pensão por morte, para todos os efeitos legais, observadas as metodologias de cálculo do valor dos proventos dispostas na Constituição da República e na Lei federal nº 10.887/2004.

Parágrafo único - A composição e forma de concessão da parcela indicada no caput obedecerá a previsão disposta na legislação que a instaurou.

Art. 2º Fica reconhecida e autorizada a incorporação aos proventos de aposentadoria e pensão da parcela indicada no art. 1º desta Lei, cuja concessão tenha se dado até a data de publicação

desta Lei, observadas as metodologias de cálculo dos proventos constantes na Constituição da República e na Lei federal nº 10.887/2004.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 16 de junho de 2009.

Geraldo Pauli  
Prefeito Municipal

Lei sancionada e publicada no dia 18 de junho de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

...o presente projeto de lei está sendo encaminhado à Vossas Excelências para atender ao disposto no Anexo I, item 21, alínea "b" e no Anexo II, item 15, alínea "b" da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 007/2008.

## LEI 1222

LEI Nº 1222/2009

Autoriza a concessão de direito real de uso de área de terras e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelo art. 75 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de direito real de uso da área de 64.585,47 (sessenta e quatro mil quinhentos e oitenta e cinco virgula quarenta e sete metros quadrados), parte integrante de uma área maior de 68.585,47m2 (sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco virgula quarenta e sete metros quadrados) de propriedade do Município de Antônio Carlos, localizado no Bairro Canudos, à OSCIP "Brotar e Crescer", objetivando a implantação de projetos de educação ambiental, no Município de Antônio Carlos.

Art. 2º Fica proibido o desvio de destinação dos imóveis para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 3º O prazo da concessão de que trata o artigo 1º será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada por iguais períodos, enquanto houver interesse público.

Parágrafo Único - Em não havendo a prorrogação da concessão de direito real de uso de que trata o caput do art. 3º, ou cessadas as razões que justificarem a sua concessão ou se por qualquer motivo a beneficiária deixar de cumprir as condições desta lei ou de exercer suas atividades no Município, importará na rescisão pura e simples desta Concessão, revertendo ao patrimônio do Município os aludidos imóveis e suas benfeitorias incorporadas, independente de qualquer notificação ou aviso e sem que assista à beneficiária direito a qualquer indenização, mediante simples Decreto.

Art. 4º A despesa desta lei correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 07 de julho de 2009.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Lei sancionada e publicada no dia 08 de julho de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI 1223

LEI Nº 1223/2009

Autoriza o Poder Executivo a alienar veículo e equipamento pertencentes à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelo art. 56, XXVI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo a alienar veículo e equipamento pertencentes à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme relação abaixo:

I - um conjunto completo para sucção de areia de rio, composto de um motor estacionário Mercedes-Benz, adquirido em 08/07/1981 e inscrito no Livro de Patrimônio sob o n.º 092;

II - Um veículo VW Gol, ano/modelo 2001, placas MBT 9042, Chassi 9BWCA05X71P070819, renavan n.º 755515943;

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 07 de julho de 2009.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Lei sancionada e publicada no dia 08 de julho de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI 1224

LEI Nº 1224/2009

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE  
2.049.3.3.90.00.00.0.1.000 - Apoio ao Esporte Amador  
124 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE  
1.048 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Construção de Campo de Futebol  
120 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00



1.056 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Reforma do Ginásio de Esportes  
121 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 14 de julho de 2.009.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Lei sancionada e publicada no dia 15 de julho de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI 1226

LEI Nº 1226/2009

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder subvenção social à SOAPROERDIANOS e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social à SOAPROERDIANOS - Sociedade Amigos Proerdianos, da Comarca de Biguaçu, para o ano de 2009, através do repasse de subvenção social no valor total de R\$2.000,00 (dois Mil Reais), para desenvolvimento do programa educacional de resistência às drogas - PROERD.

Art. 2.º A despesa decorrente da presente lei correrá por conta do orçamento de 2009.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 21 de agosto de 2009.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 1271/2009

O Presente Projeto de Lei se justifica tendo em vista a parceria já existente entre a Prefeitura Municipal e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na implantação e desenvolvimento do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas, programa este que vem ao longo dos anos ajudado no combate à disseminação das drogas entre os jovens de nossa comunidade.

Importante frisar que neste ano, e para fins de melhor aplicação dos recursos, foi criado o SOAPROERDIANOS, que nada mais é do que a uma sociedade que fora fundada com o objetivo de angariar fundos para o PROERD, conforme documentação em anexo.

Diante do acima exposto, torna-se imperiosa e imprescindível a aprovação do presente Projeto de Lei.

Antônio Carlos, 08 de junho de 2009.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### LEI 1237

LEI Nº 1237/2009

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2010 e dá outras providências.

\*Alterado pela Lei nº 1279/2010

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Antônio Carlos, para o exercício de 2010, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receitas;

II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades em Metas Físicas e Financeiras para 2010, 2011 e 2012;

III - Anexo I.2.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;

IV - Anexo I.2.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa

V - Anexo I.2.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.2.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.2.5 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2008;

IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.7 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

XIII - Anexo I.8 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XIV - Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV - Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2009;

XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das Obras que passarão para 2010 em Andamento e que deverão estar Incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes;

XIX - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização da Metas de Despesa priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

XX - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XXI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XXII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

## II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2010

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

## III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - arrecadação das receitas e o pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - as ações de governo representadas pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e sua Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS), desdobrada as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2009 (Manual da Despesa Nacional), na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2010. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2010. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2010. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Autarquia e Fundo que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa para a respectiva ação de governo, desdobrada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da mesma ação, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme definido por esta lei como categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da CF.

§4º Quando necessário para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação governamental, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterà, pelo menos:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2008, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2007 e 2008 e despesa fixada para 2009 e 2010;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de

Comprometimento, de 2008 a 2010;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos a Ações Públicas de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2009;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2008, 2009 e 2010;

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Ipreatcarlos será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual para 2010 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei Orçamentária Anual de 2010 poderá tratar o Fundo Municipal de Assistência Social, e Fundo Municipal da Agricultura como Unidades Orçamentárias, transferindo, em 31/12/2009, o saldo das contas apurado em balanço desses Fundos, para a Unidade Gestora Prefeitura.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2010 como Unidades Orçamentárias, terão suas receitas especificadas nos orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos identificadas em Plano de Aplicação, representados nas planilhas de despesas referidas no artigo 6º, X desta Lei.

§ 2 O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos recursos vinculados a estes fundos

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2010 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa e o cumprimento das metas, observado a fonte de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos



oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e  
IV - Ações financiadas com recursos cuja meta de receita não foi alcançada.

Parágrafo Único - A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Chefe de Poder correspondente nos trinta dias subseqüentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da geração de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.9 no valor de R\$ 180.580,00 (Cento e oitenta mil quinhentos e oitenta reais), observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado até o exercício de 2009.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2010 da Unidade Gestora Prefeitura reservará recursos de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2010, com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e

alterações posteriores.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimada para o exercício financeiro de 2010 integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2010 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2010 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO V e contemplados na Lei Orçamentária para 2010 serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2010, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

\*Artigo alterado pela Lei nº 1301/2010

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício; e

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos.

Art. 33 Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

Parágrafo Único - Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 A Lei Orçamentária de 2010 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2010, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Antônio Carlos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2009.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2010.

Art. 46 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 13 de outubro de 2009.  
GERALDO PAULI  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI 1238**

LEI NO 1238/2009

Autoriza a incorporação de parcelas remuneratórias nos proventos de aposentadoria e pensão e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica determinado que as seguintes parcelas remuneratórias serão incorporadas aos proventos de aposentadoria e pensão por morte, para todos os efeitos legais:

I - o anuênio, concedido nos termos do art. 232 da Lei municipal nº 558/92;

II - a gratificação, concedida nos termos do art. 233 da Lei municipal nº 558/92;

III - o adicional de titulação (licenciatura plena e pós-graduação), concedido nos termos da Lei nº 128/2005;

IV - o triênio, concedido nos termos do art. 71 da Lei nº 558/92.

§1º A composição e a forma de concessão das parcelas indicadas nos incisos I a IV do caput, obedecerá a previsão disposta na legislação que a instaurou.

§2º A metodologia de cálculo dos proventos de aposentadoria e pensão observará as disposições constantes na Constituição da República e suas Emendas e na Lei federal nº 10.887/2004.

Art. 2º Fica reconhecida e autorizada a incorporação aos proventos de aposentadoria e pensão das parcelas indicadas no art. 1º

desta Lei, cuja concessão tenha se dado até a data de publicação desta Lei, observadas as metodologias de cálculo dos proventos constantes na Constituição da República e na Lei federal nº 10.887/2004.

Art. 3º Fica o IPREANCARLOS autorizado a constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício anterior, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração, observadas as disposições contidas na legislação federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 13 de outubro de 2009.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N. 1292/2009**

O Presente Projeto de Lei se justifica tendo em vista a necessidade de adequação da legislação municipal às disposições legais, em especial para atendimento no disposto no Anexo I, item 21, alínea "b" e no Anexo II, item 15, alínea "b" da Instrução Normativa 007/2008, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Diante do acima exposto, torna-se imperiosa e imprescindível a aprovação do presente Projeto de Lei.

Antônio Carlos, 06 de outubro de 2009.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**LEI 1239**

LEI NO 1239/2009

Altera o perímetro urbano do Município e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a fazer parte do perímetro urbano do Município de Antônio Carlos/SC, a área compreendida a partir da ponte sobre o rio Biguaçu, sentido Guiomar-Rachadel, seguindo a Rua Nilton Olegário Schmitz em uma extensão de 1.391,72 metros, de frente para a referida rua e fundos até o rio Rachadel, conforme mapa em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Publique-se, Registre-se e Cumpra-se

Antônio Carlos, 20 de outubro de 2009.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N. 1290/2009**

O Presente Projeto de Lei se justifica tendo em vista o interesse público do Município e do grande interesse dos moradores da região, conforme abaixo-assinado anexado ao presente.



Ademais, a referida alteração já passou pela análise do Conselho de Desenvolvimento Urbano o qual emitiu parecer favorável à alteração pretendida, conforme cópia da ata n.º 002/2009 daquele conselho, que fazemos a juntada neste momento.

Diante do acima exposto, torna-se imperiosa e imprescindível à aprovação do presente Projeto de Lei.

Antônio Carlos, 28 de setembro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1240

LEI Nº 1240/2009

Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CORAL POESIS" de Antônio Carlo/SC.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a presente Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Coral Poesis", com sede e foro no Município de Antônio Carlos, fundada em 08 de julho de 2009, e tem por finalidade a promoção da música, do canto, da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

Art. 2º Ficam asseguradas à referida entidade, todos os benefícios e vantagens previstas na Legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Publique-se, Registre-se e Cumpra-se

Antônio Carlos, 20 de outubro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1241

LEI Nº 1241/2009

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.062 - 3.3.90.00.00.00.0.1.002 - Manutenção Setor da Saúde

5 - Aplicações Diretas

R\$ 94.000,00

2.062 - 4.4.90.00.00.00.0.1.002 - Manutenção Setor da Saúde

8 - Aplicações Diretas

R\$ 6.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.060 - 4.4.90.00.00.00.0.1.002 - Veículo

1 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

1.061 - 4.4.90.00.00.00.0.1.002 - Ampliação e Reforma da Secretaria

2 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

1.103 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Construção de Garagem Saúde

4 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 28 de Outubro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1242

LEI Nº 1242/2009

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder subvenção social à Associação Coral POESIS e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social à Associação Coral POESIS, no valor de R\$2.500,00 (Dois Mil e quinhentos reais).

Art. 2.º A despesa decorrente da presente lei correrá por conta do orçamento de 2009.

Art. 3 o Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4 o Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 03 de novembro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1244

LEI Nº 1244/2009

Denomina Rua "RAINOLDO SCHMITT" e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica por esta lei denominada Rua RAINOLDO SCHMITT, a via com 217 (Duzentos e dezessete) metros de extensão e 10 (dez) metros de largura, tendo início na esquina da rua Lúcia Pauli com a Avenida João Antônio Besen, no Centro do Município de Antônio Carlos/SC.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4.º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 24 de novembro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1247

LEI Nº 1247/2009

Altera a Lei Complementar Municipal n.º 001/2002 e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do art. 156 da Lei Complementar Municipal n.º 001/2002 - Código Tributário Municipal, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 156. Para efeito de tributação, dos terrenos considerados glebas, a área tributável será obtida tomando-se a metragem da testada, multiplicada pela profundidade de até 30 (trinta) metros.

Parágrafo único. Os fatores corretivos referentes às glebas, obedecerão os seguintes critérios:

- 1) até 2.000 m<sup>2</sup> 100%
- 2) de 2.001 a 4.000m<sup>2</sup> 20%
- 3) de 4.001 a 10.000 m<sup>2</sup> 10%
- 4) acima de 10.000 m<sup>2</sup> 5%

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Antônio Carlos, 08 de dezembro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1248

LEI Nº 1248/2009

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.062 - 3.1.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção Setor da Saúde  
47 - Aplicações Diretas  
R\$ 75.000,00

2.062 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção Setor da Saúde  
51- Aplicações Diretas  
R\$ 25.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERV. PÚBLICOS  
2.042 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais  
105 - Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Antônio Carlos, 08 de Dezembro de 2.009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1264

LEI Nº 1264/2010

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Antônio Carlos, nos termos do ANEXO I desta lei.

Parágrafo único - A vigência do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO será de 10 (dez) anos, a contar da sanção desta lei.

Art. 2º O Poder Executivo municipal, com a participação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Conselho Municipal de Educação, das instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino, da Câmara Municipal de Vereadores e da sociedade civil realizará o acompanhamento e a avaliação da implantação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º As avaliações do Plano Municipal de Educação serão realizadas através de reuniões, de levantamentos de dados estatísticos e da Conferência Municipal de Educação, que será promovida a cada dois anos.

Art. 4º O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual serão elaborados de modo a dar suporte ao alcance dos objetivos e das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º O Executivo municipal e as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino empenhar-se-ão na divulgação do Plano Municipal de Educação e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 09 de março de 2010.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

Obs: Os anexos desta lei se encontram no site da Câmara Municipal [www.cmac.sc.gov.br](http://www.cmac.sc.gov.br)

## LEI 1274

LEI NO 1274/2010

Autoriza o Município de Antônio Carlos a firmar Convênio com Entidade sem fins lucrativos - Associação das Irmãs Franciscanas de São José - Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação das Irmãs Franciscanas de São José (Congregação das Irmãs Franciscanas de São José), inscrita no CNPJ sob o n.º 86.185.220/0001-52, mantedora do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição, de Angelina, pelo período de 6 (seis) meses, iniciando-se em julho de 2010 e finalizando em dezembro de 2010.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar à entidade descrita no caput do artigo anterior, o valor de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais), divididos em 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em julho e no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) e as demais no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), mediante apresentação de nota fiscal ou documento equivalente e relatório de atendimentos realizados.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação Orçamento Fiscal Vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 06 de julho de 2010.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N. 1328/2010

O Presente Projeto de Lei se justifica tendo em vista que o hospital sob a responsabilidade daquela congregação estará atendendo municípios em diversas áreas de atuação médica.

Destarte, diante dos gastos com os profissionais da área médica que prestam este serviço gratuitamente à população antoniocarlene, a instituição solicita a esta Prefeitura Municipal o repasse de recursos financeiros através de Convênio, por se tratar de uma Instituição sem fins lucrativos.

Assim, diante dos fatos apresentados, tornando-se imperiosa, necessária e justa a aprovação do presente Projeto de Lei.

Antônio Carlos, 29 de junho de 2010.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## LEI 1309

LEI NO 1.309/2011

Dá nova redação a Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto de 1998 que cria o Conselho de Alimentação Escolar de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e levando em consideração a Resolução Nº 38 de 16 de julho de 2009 do FNDE e o Art.18 da Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

Art. 1º O Art.1º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Antônio Carlos - CAE/AC, com o caráter de órgão fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, junto às instituições da rede pública municipal de ensino do Município de Antônio Carlos".

Art. 2º O Art. 2º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Cabe ao Conselho de Alimentação Escolar de Antônio Carlos (CAE/AC) fiscalizar a execução do programa de alimentação escolar, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle interno e externo, ou seja, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e do Ministério Público".

Art. 3º O Art. 3º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - São atribuições do CAE/AC aquelas que a Lei definir e em especial:

I - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

II - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

III - receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE (anexo IX), conforme art. 34 da Resolução Nº 38 de 16 de julho de 2009 do FNDE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa.

§ 1º O CAE/AC poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 2º Compete, ainda, ao Conselho de Alimentação Escolar:

I - comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE/AC, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

II - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

III - realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

IV - elaborar o Regimento Interno, observando o disposto na Resolução Nº 38 de 16 de julho de 2009 do FNDE e desta Lei.

Art. 4º - O Art. 4º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998

passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O Município de Antônio Carlos deve:

I - garantir ao CAE/AC, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;

b) disponibilidade de equipamento de informática;

c) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as atividades com competência e efetividade; e

d) disponibilizar recursos financeiros para cobrir despesas com deslocamento e estadia em eventos relacionados ao CAE/AC de âmbito Municipal, Estadual e Federal.

II - fornecer ao CAE/AC, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cartões, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência”.

Art. 5º O Art. 5º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O funcionamento, a forma e o quórum das deliberações do CAE/AC serão estabelecidos em Regimento Interno, observadas as seguintes disposições:

I - O CAE/AC terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos em sessão plenária convocada especificamente para este fim, dentre os conselheiros titulares, excetuados os representantes do Poder Executivo, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros;

II - o Presidente e o Vice-Presidente terão mandatos coincidentes com os seus mandatos junto ao Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

III - cada conselheiro titular terá um suplente, oriundo do mesmo segmento ou órgão por ele representado;

IV - os membros do CAE/AC terão mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos, se novamente indicados por seus respectivos segmentos;

V - o exercício do mandato de conselheiros do CAE/AC é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

VI - o CAE/AC reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano;

VII - a aprovação e as modificações do Regimento Interno do CAE/AC só poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros;

VIII - as decisões das Assembleias e as resoluções dos conselheiros serão tomadas por maioria simples dos votos dos conselheiros presentes à reunião, salvo as exceções previstas nos incisos I e VII deste artigo;

IX - as resoluções do CAE/AC serão objeto de ampla e sistemática divulgação, acessível a qualquer cidadão;

X - as reuniões do CAE/AC serão públicas e precedidas de ampla divulgação;

XI - a Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á por iniciativa do Presidente ou de, no mínimo, 2/3 dos conselheiros.”

Art. 6º O Art. 6º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - O Conselho de Alimentação Escolar será composto por titular e um suplente respeitando a seguinte ordem:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo, com seu respectivo suplente;

II - dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados, com seus respectivos suplentes;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata, com seus respectivos suplentes;

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata, com seus respectivos suplentes.

§ 1º Cada membro titular do CAE/AC terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§ 2º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, deverão os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§ 3º No caso de substituição ou vacância de conselheiro o período de seu mandato será para completar o tempo restante daquele que foi substituído.

§ 4º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar”.

Art. 7º O Art. 7º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - o CAE/AC terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por escrutínio ou aclamação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

II - o Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá (ão) ser destituído(s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CAE/AC, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato;

III - a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, do artigo 5º desta Lei”.

Art. 8º - O Art. 8º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - A nomeação dos membros do CAE/AC deverá ser feita por meio de portaria editada pelo chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se a Entidade Executora a acatar todas as indicações dos segmentos representados”.

Art. 9º O Art. 9º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º - Os membros do CAE/AC terão mandato de 4 (quatro)



anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos”.

Art. 10º O Art. 10º da Lei Municipal Nº 798 de 11 de agosto 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal Nº 883 de 17 de abril de 2001, e as demais disposições em contrário”.

Art. 11º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## LEI 1310

LEI Nº 1.310/2011

Cria o Conselho do FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no âmbito do Município de Antônio Carlos e da outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e levando em consideração a Lei Nº 11.494 de 20 de junho de 2007 em seu Art. 24 § 1º, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado no âmbito do Município de Antônio Carlos o Conselho do FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Art. 2º Ao Conselho do FUNDEB incumbe, além das demais obrigações legais, supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito do Município de Antônio Carlos, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos.

Art. 3º Ao Conselho incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 4º O conselho do Fundo atuará com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

Art. 5º Os membros do Conselho de acompanhamento do FUNDEB terão mandato de, no máximo, 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

Art. 6º O Conselho de Acompanhamento do FUNDEB no âmbito do Município de Antônio Carlos será composto por no mínimo 11 (onze) membros, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;
- g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar indicado por seus pares.

§ 1º - será indicado, ainda, 1 (um) suplente para cada representante dos seguimentos indicados no Art. 6º desta lei;

§ 2º Os membros dos conselhos previstos no caput deste artigo serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores:

I - pelo Chefe do poder Executivo Municipal e das entidades de classes organizadas, nos casos das representações dessas instâncias.

Art. 7º A nomeação dos membros do Conselho do FUNDEB deverá ser feita por meio de portaria editada pelo chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, observadas as disposições previstas nesta Lei, obrigando-se a Entidade Executora a acatar todas as indicações dos segmentos representados.

Art. 8º São impedidos de integrar os conselhos a que se refere o caput deste artigo:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau, do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, do Governador e do Vice-Governador, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Estaduais, Distritais ou Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal gestor dos recursos; ou

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo em que atuam no respectivo conselho.

Art. 9º A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - será assegurada isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 10º O Conselho do FUNDEB será composto por um Presidente e um Vice-Presidente, vedado ao representante do Poder Executivo ocupar tais cargos.

Parágrafo único - O Presidente do Conselho e o Vice-Presidente serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado.

Art. 11º O Conselho dos Fundos não contará com estrutura administrativa própria, incumbindo ao Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências dos conselhos e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo Conselho.

Art. 12º Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos à conta do Fundo assim como os referentes às despesas realizadas ficarão permanentemente à disposição do Conselho, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo, e ser-lhes-á dada ampla publicidade.

Parágrafo único. O Conselho poderá, sempre que julgarem conveniente:

I - apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes aos convênios com as instituições públicas ou privadas;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 13º A fiscalização e o controle referentes ao cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e do disposto nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos dos Fundos, serão exercidos:

I - pelo órgão de controle interno no âmbito do Município de Antônio Carlos;

II - pelo Tribunal de Contas do Estado;

III - pelo Tribunal de Contas da União, no que tange às atribuições a cargo dos órgãos federais, especialmente em relação à complementação da União.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 15º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1343

LEI Nº 1343/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Antônio Carlos, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

06.01 - SECRET. DE TRANSP, OBRAS E SERV. PÚBLICOS  
15.451.4.4.90.00.00.00.0.1.083.00 - Pavimentação de Ruas  
R\$ 200.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1332, de 28 de junho de 2011.

§1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 16 de Agosto de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI 1351

LEI Nº 1.351/2011

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2012 e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Antônio Carlos, para o exercício de 2012, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;  
III - a estrutura dos orçamentos;  
IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;  
V - as disposições sobre dívida pública municipal;  
VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;  
VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e  
VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receitas;

II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades em Metas Físicas e Financeiras para 2012, 2013 e 2014;

III - Anexo I.2.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;

IV - Anexo I.2.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;

V - Anexo I.2.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.2.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.2.5 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2010;

IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.7 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

XIII - Anexo I.8 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XIV - Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV - Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2011;

XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das Obras que passarão para 2012 em Andamento e que deverão estar Incluídas como

prioridade nesta Lei de Diretrizes;

XIX - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização da Metas de Despesa priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

XX - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XXI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XXII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2012

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

#### III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - arrecadação das receitas e o pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - as ações de governo representadas pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades

ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e sua Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS), desdobrada as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2009 (Manual da Despesa Nacional), na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2012. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2012. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2012. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Autarquia e Fundo que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa para a respectiva ação de governo, desdobrada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da mesma ação, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme definido por esta lei como categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da CF.

§ 4º Quando necessário para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação governamental, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterà, pelo menos:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecados até 2008, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2009 e 2010 e despesa fixada para 2011 e 2012;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2010 a 2012;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos a Ações Públicas de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2011;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2010, 2011 e 2012;

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Ipreatcarlos será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO



Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual para 2012 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei Orçamentária Anual de 2012 poderá tratar o Fundo Municipal de Assistência Social, e Fundo Municipal da Agricultura como Unidades Orçamentárias, transferindo, em 31/12/2011, o saldo das contas apurado em balanço desses Fundos, para a Unidade Gestora Prefeitura.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2012 como Unidades Orçamentárias, terão suas receitas especificadas nos orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos identificadas em Plano de Aplicação, representados nas planilhas de despesas referidas no artigo 6º, X desta Lei.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos recursos vinculados a estes fundos

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa e o cumprimento das metas, observado a fonte de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e
- IV - Ações financiadas com recursos cuja meta de receita não foi alcançada.

Parágrafo Único - A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Chefe de Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da geração de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 no valor de R\$ 1.360.720 (hum milhão, trezentos sessenta mil e setecentos e vinte reais) observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado até o exercício de 2011.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2012 da Unidade Gestora Prefeitura reservará recursos de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012, com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimada para o exercício financeiro de 2012 integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO V e contemplados na Lei Orçamentária para 2012 serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2012, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício; e

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos.

Art. 33 Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

Parágrafo Único - Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2012 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para

reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Antônio Carlos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2011.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício

subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2012.

Art. 46 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 11 de outubro de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
**Art. 4º, § 1º da LRF**  
**METAS ANUAIS**  
**R\$ 1.000,00**

Especificação	Metas para 2012			Metas para 2013			Metas para 2014		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB
Receita Total	23.163,0	23.163,0	9,82	24.316,1	23.380,8	9,44	25.526,9	23.601,0	9,26
Receitas Primárias (I)	21.859,4	21.859,4	7,82	22.952,3	22.069,5	8,91	24.100,0	22.281,8	8,74
Despesa Total	23.163,0	23.163,0	9,82	24.316,1	23.380,8	9,44	25.526,9	23.601,0	9,26
Despesas Primárias (II)	22.743,0	22.743,0	9,65	23.875,1	22.956,8	9,27	25.063,9	23.172,9	9,09
Resultado Primário (I-II)	-883,6	-883,6	-0,37	-922,7	-887,2	-0,35	-963,9	-891,18	-0,35
Resultado Nominal	-139,8	-139,8	-0,06	-469,9	-451,8	-0,18	-200,4	-185,28	-0,07
Dívida Pública Consolidada	1.097,7	1.097,7	0,46	725,3	697,4	0,28	625,3	578,12	0,22
Dívida Consolidada Líquida	-2.154,6	-2.154,6	-0,91	-2.624,5	-2.523,5	-1,02	-2.824,9	-2.611,78	-1,02

**Notas:**

1. Projeção do PIB de Antônio Carlos com base nos índices de crescimento projetado para o PIB do Estado realizados pela Secretaria de Estado de Planejamento:  
R\$ 1.000,00

Variáveis	2007*	2008**	2009**	2010**	2011**	2012**	2013**	2014**
PIB	199.448	209.420	215.703	222.174	228.839	235.704	247.490	254.914
% Variação		5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0

\*Dados do IBGE

\*\*Projeção nossa

2. Para cálculo dos valores a preços constantes para 2012, 2013 e 2014 levou-se em conta o índice de inflação utilizado para projeção das receitas e despesas, conforme abaixo:

2012	2013	2014
4,00	4,00	4,00

1. Exemplo para a Receita total de 2013 a preços de 2012:  $24.316,2 / (4/100 + 1) = 23.380,8$

2. Exemplo para a Receita total prevista para 2014 a preços de 2012:  $25.526,9 / (4/100 + 1) \times (4/100 + 1) = 25.526,9 / (1.04 \times 1.04) = 25.526,9 / 1,0816 = 23.601,0$ .

**PREMISSAS E METODOLOGIAS DE CÁLCULO PARA AS RECEITAS DE 2.012**

**IPTU**

Premissas: O município possui atualmente 1.995 inscrições imobiliárias. Estima arrecadar em 2011 R\$ 570.000,00 de IPTU. Estima cadastrar mais 100 unidades imobiliárias considerando um valor médio de R\$ 200,00 por imóvel e corrigir a planta de valores pela variação do INPC, estimada para 2011 em 4%. A legislação tributária não será alterada e os incentivos fiscais vigentes serão mantidos. O município concede 20% de desconto para pagamento em cota única com uma dedução de R\$ 110.000,00.

**Metodologia de Cálculo:**

Arrecadação de 2011 = R\$ 570.000,00

Variação do INPC + 4% = R\$ 22.800,00

Total = R\$ 592.000,00

Valor por Inscrição Imobiliária = R\$ 200,00

100 unidades imobiliárias = R\$ 20.000,00

Dedução de Receita de IPTU = 110.000,00

Previsão para 2012 = R\$ 502.800,00



**IRRF**

Premissas: A previsão para a arrecadação do IRRF será com base no valor arrecadado no 1º semestre de 2011 e considerando que a tabela do IRRF não será reajustada.

**Metodologia de Cálculo:**

IRRF 01/2011 a 06/2011 = R\$ 130.000,00

Projeção para 2011 = R\$ 260.000,00

Previsão para 2012 = R\$ 260.000,00

**ITBI**

Premissas: A previsão para a arrecadação do ITBI terá por base a arrecadação projetada para 2011, levando em consideração uma inflação de 4% e crescimento econômico de 3%.

**Metodologia de Cálculo:**

Projeção para 2011 = R\$ 97.000,00

4% de inflação = R\$ 3.880,00

3% crescimento econômico = R\$ 2.910,00

Previsão para 2012 = R\$ 104.000,00

**ISS**

Premissas: A previsão para a arrecadação do ISS será com base na arrecadação projetada para 2011, levando em consideração uma inflação de 4% e crescimento econômico de 3%.

**Metodologia de Cálculo:**

Projeção para 2011 = R\$ 642.000,00

4% de inflação = R\$ 25.680,00

3% crescimento econômico = R\$ 19.260,00

Previsão para 2012 = R\$ 690.000,00

**TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO**

Premissas: A previsão para a arrecadação da Taxa de Licença para Funcionamento será com base na arrecadação projetada para 2011, levando em consideração uma inflação de 4% e crescimento econômico de 3%.

**Metodologia de Cálculo:**

Projeção para 2011 = R\$ 64.000,00

4% de inflação = R\$ 2.560,00

3% crescimento econômico = R\$ 1.920,00

Previsão para 2012 = R\$ 70.000,00

**FPM**

Premissas: A previsão da arrecadação do FPM para 2011 será com base no crescimento de 27,57% do 1º semestre de 2011 sobre o 1º semestre de 2010 considerando um índice de inflação de 4% mais o crescimento de 3% no PIB.

**Metodologia de Cálculo:**

1 - Arrecadado até Junho/2011 = R\$ 2.494.000,00

2 - Arrecadado até Junho/2010 = R\$ 1.955.000,00

3 - Variação (1/2) = 27,57

4 - De 07/2010 a 12/2010 = R\$ 2.155.000,00

5 - 2º semestre + variação (4 x 3) = 2.750.000,00

6 - Receita estimada para 2011 (1 + 5) = R\$ 5.244.000,00

7 - + 4% inflação = R\$ 210.000,00

8 - + 3% PIB = R\$ 157.000,00

9 - Previsão 2012 (6 + 7 + 8) = R\$ 5.600.000,00

**ICMS Exportação**

Premissas: A previsão da arrecadação do ICMS Exportação - LC 87/96 para 2011 será com base no valor previsto para 2011 (previsão STN) considerando um índice de inflação de 4% mais o crescimento econômico de 3%.

**Metodologia de Cálculo:**

1 - Receita estimada para 2011 = R\$ 45.000,00

2 - + inflação de 4% = R\$ 1.800,00

3 - + crescimento (3%) = R\$ 1.350,00

4 - Previsão para 2012 = R\$ 48.000,00

**ICMS**

Premissas: A previsão da arrecadação do ICMS para 2012 será com base no crescimento de 5,90% do 1º semestre de 2011 sobre o 1º semestre de 2010 considerando um índice de inflação de 4% mais o crescimento de 3% no PIB.

**Metodologia de Cálculo:**

- 1 - Arrecadado até Junho/2011 = R\$ 3.965.000,00
- 2 - Arrecadado até Junho/2010 = R\$ 3.744.000,00
- 3 - Variação (1/2) = 5,90
- 4 - De 07/2010 a 12/2010 = R\$ 4.230.000,00
- 5 - 2º semestre + variação (4 x 3) = 4.480.000,00
- 6 - Receita estimada para 2011 (1 + 5) = R\$ 8.445.000,00
- 7 - + 4% inflação = R\$ 338.000,00
- 8 - + 3% PIB = R\$ 236.000,00
- 9 - Previsão 2012 (6 + 7 + 8) = R\$ 9.036.000,00

**IPVA**

Premissas: a arrecadação do IPVA nos últimos 04 exercícios, conforme demonstrativo abaixo, apresentou um crescimento nominal médio de 19,43%. Desta forma, estima-se a arrecadação de IPVA para 2011 com base no crescimento nominal médio apurado.

Arrecadação	Crescimento
2007 – R\$ 470.910,60	-
2008 – R\$ 524.215,54	11,32%
2009 – R\$ 666.460,90	27,13%
2010 – R\$ 732.000,00	9,83%
Crescimento Médio	16,09%

**Metodologia de Cálculo:**

- Arrecadação de 2010 = R\$ 732.000,00  
Crescimento Médio de 16,09% = R\$ 118.000,00  
Projeção para 2011 = R\$ 850.000,00  
Crescimento Médio de 16,09% = R\$ 136.000,00  
Previsão para 2012 = R\$ 986.000,00

**IPI**

Premissas: A previsão da arrecadação do IPI para 2012 será com base no crescimento de 1,45% do 1º semestre de 2011 sobre o 1º semestre de 2010 considerando um índice de inflação de 4% mais o crescimento de 3% no PIB.

**Metodologia de Cálculo:**

- 1 - Arrecadado até Junho/2011 = R\$ 77.000,00
- 2 - Arrecadado até Junho/2010 = R\$ 75.900,00
- 3 - Variação (1/2) = 1,45
- 4 - De 07/2010 a 12/2010 = R\$ 94.000,00
- 5 - 2º semestre + variação (4 x 3) = 95.000,00
- 6 - Receita estimada para 2011 (1 + 5) = R\$ 172.000,00
- 7 - + 4% inflação = R\$ 6.880,00
- 8 - + 3% PIB = R\$ 5.160,00
- 9 - Previsão 2012 (6 + 7 + 8) = R\$ 184.000,00

**TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDEB**

Premissas: O município possui 68 crianças na creche, 287 alunos no ensino infantil, 87 alunos nas séries iniciais urbano e 363 alunos nas séries iniciais rural, sendo que o valor anual por aluno estimado para o ano de 2011 é de R\$ 2.562,38 para a creche, R\$ 2.135,31 para o ensino infantil, R\$ 2.135,31 para as séries iniciais urbana e R\$ 2.455,61 para as séries iniciais rural.

**Metodologia de Cálculo:**

- Creche - 68 x 2.562,38 = 174.241,84  
Ensino infantil - 287 x 2.135,31 = 612.833,97  
Séries iniciais urbano - 87 x 2.135,31 = 185.771,97  
Séries iniciais rural - 363 x 2.455,61 = 891.386,43  
Previsão para 2012 = 1.865.000,00

**DÍVIDA ATIVA****Premissas:**

- Estoque de dívida ativa prevista para o Balanço de 2011 = R\$ 1.000.000,00

- Dívida Ativa já em execução = R\$ 307.000,00
- Dívida Ativa a executar = R\$ 688.000,00
- Ações de cobranças administrativas em 2012 = 5.000,00
- Dívida Ativa arrecadada em 2010 = 212.800,00 = 21,28% do estoque
- Estimativa de Arrecadação de Dívida Ativa em 2012 = 9,2% do estoque

**Metodologia de Cálculo:**

R\$ 307.000 + 688.000 + 5.000 = 1.000.000,00

R\$ 1.000.000 x 9,2% = 90.000,00

Previsão para 2012 = 92.100,00

**TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS**

Premissa: A previsão da arrecadação de transferências de recursos do SUS para 2012 será com base na projeção de arrecadação de 2011, considerando uma inflação de 4% e crescimento econômico de 3% sem projeto de ampliação das ações básicas de saúde.

**Metodologia de Cálculo:**

Projeção para 2011 = R\$ 700.000,00

+ inflação de 4% = R\$ 28.000,00

+ crescimento de 3% = R\$ 21.000,00

Previsão para 2012 = R\$ 750.000,00

**CONVÊNIOS**

Nesta fonte não poderemos observar o histórico, nem tão pouco índices inflacionários. A previsão destas receitas depende exclusivamente de decisão política dando amparo ao planejamento governamental.

**TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL****TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA****TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA****TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO E OBRAS****TAXA DE CEMITÉRIOS****OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****RECEITA DE SERVIÇOS****CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA****OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS****FUNDOS DE INVESTIMENTO****RECEITA AGROPECUÁRIA****COTA PARTE DO ITR****COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE EXTRAÇÃO MINERAL****COTA PARTE DA CIDE****TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE****MULTAS E JUROS DE MORA****INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES****OUTRAS RECEITAS**

Premissa: as receitas alocadas acima possuem valores inexpressivos. A previsão da arrecadação para estas receitas terão como base o valor projetado para arrecadação em 2011 e considerando um índice de inflação de 4%.

**CONTRIBUIÇÃO PATRONAL E CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES**

Premissas: O município possui atualmente 171 servidores efetivos que pertencem ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Antônio Carlos - IPREANCARLOS.

A previsão para a arrecadação da Contribuição Patronal e Contribuição do Servidor Ativo Civil será sobre a taxa de contribuição de 11% e 22% respectivamente, considerando uma reposição salarial no mês de Maio/2011 de 6%.

**Metodologia de Cálculo:****CONTRIBUIÇÃO PATRONAL**

A - Arrecadação de Jan a Abr/2012 (60.000 x 4) = 240.000,00

B - Arrecadação de Mai a Dez/2012 + 13º salário (60.000 x 9) = 540.000,00

C - + 6% de reposição salarial (B X 6%) = 32.400,00

D - Previsão para 2012 (A + B + C) = 812.000,00

**CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES**

A - Arrecadação de Jan a Abr/2012 (30.000 x 4) = 120.000,00

B - Arrecadação de Mai a Dez/2012 + 13º salário (30.000 x 9) = 270.000,00

C - + 6% de reposição salarial (B X 6%) = 16.200,00

D - Previsão para 2012 (A + B + C) = 406.000,00

#### OBSERVAÇÕES

A Receita Corrente para 2013 e 2014 foi projetada considerando uma inflação de 3% ao ano e um crescimento econômico de 2% ao ano, tomando por base a receita prevista para 2011.

A receita do Instituto de Previdência apresenta um crescimento bem acima da inflação decorrente dos rendimentos, obtidos com a aplicação do capital que vem sendo acumulado ao longo dos anos.

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

#### ANEXO I.2.4

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS DE RESULTADO NOMINAL

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2008 "a"	2009 "b"	2010 "c"	2011 "d"	2012 "e"	2013 "f"	2014 "g"
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	432,0	719,2	486,6	1.142,8	1.097,7	725,3	625,3
DEDUÇÕES (II)	1.996,8	2.778,8	4.703,3	3.157,6	3.252,3	3.349,8	3.450,2
Ativo Disponível	2.756,6	3.233,8	5.236,2	3.740,0	3.852,2	3.967,7	4.086,7
Haveres Financeiros	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
(-) Restos a Pagar Processado	760,0	455,1	533,1	582,6	600,1	618,1	636,7
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I - II)	-1.564,7	-2.059	-4.216,7	-2.014,8	-2.154,6	-2.624,5	-2.824,9
Receitas de Privatizações (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	-	-	-	-	-
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	-1.564,7	-2.059,6	-4.216,7	-2.014,8	-2.154,6	-2.624,5	-2.824,9
		(b-a)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
RESULTADO NOMINAL		-494,9	-2.157,1	2.201,9	-139,8	-469,9	-200,4

#### Memória de Cálculo:

- Os dados de 2008, 2009 e 2010 foram extraídos do Demonstrativo do Resultado Nominal de cada um dos exercícios.
- A dívida consolidada para 2012 a 2014 foi projetada levando em consideração os valores previstos na LDO para 2011.
- A partir do saldo da Dívida Consolidada em 2011 no valor de R\$ 186,6 foi somado o valor das operações de crédito previstas para cada ano e deduzido o valor programado para amortização a cada ano, mais a atualização da dívida pelo índice de inflação: 4% em 2012, 3,0% em 2013 e 3% em 2014.
- O Ativo Disponível e o Restos a Pagar Processado para 2011 foi projetado levando em consideração a média aritmética de 2008 a 2011. Para 2012 e 2013 estes valores foram corrigidos pelo índice de inflação de 3% para 2013 e 3% para 2014.
- No cálculo do resultado nominal não está sendo considerado os dados do RPPS.

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

#### ANEXO I.2.5

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF.

MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS MONTANTE DA DÍVIDA

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS		
	2012	2013	2014
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.097,7	725,3	625,3
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	1.097,7	725,3	625,3
Precatórios posteriores a 05.05.2000			
Operações de crédito inferiores a 12 meses			
Parcelamento de dívidas			



De tributos			
De contribuições Sociais			
Previdenciárias			
Demais contribuições Sociais			
Do FGTS			
Outras dívidas			
DEDUÇÕES (II)	3.252,3	3.349,8	3.450,2
Ativo Disponível	3.852,2	3.967,7	4.086,7
Haveres Financeiros			
(-) Restos a pagar processados	600,1	618,1	636,7
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC			
Precatórios anteriores a 05.05.2000			
Insuficiência financeira			
Outras obrigações			
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (I – II)	-2.154,6	-2.624,5	-2.824,9
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	19.574,9	20.553,6	21.581,3
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	11,0	-12,77	-13,08
% LIMITE DE COMPROMETIMENTO	120	120	120

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS  
Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

#### ANEXO I.3

Art. 4º, § 2º, I da LRF R\$ 1.000,00

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR						
ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS 2010	% PIB	METAS REALIZADAS 2010	% PIB	VARIAÇÃO	
					VALOR	%
Receita Total	19.732,0	8,88	20.659,2	9,29	927,2	4,70
Receita Primária (I)	19.017,0	8,56	19.571,2	8,80	554,2	2,91
Despesa Total	19.732,0	8,88	18.430,6	8,29	-1.301,4	-6,59
Despesa Primária (II)	19.317,9	8,69	17.963,1	8,08	-1.354,8	-7,01
Resultado Primário (I – II)	-300,9	-0,13	1.608,0	0,72	1.908,9	-634,39
Resultado Nominal	-964,4	-0,43	-2.157,0	0,97	-1.192,6	323,66
Dívida Pública Consolidada	838,2	0,38	486,6	0,22	-351,6	-58,05
Dívida consolidada Líquida	-471,7	-0,21	-4.216,7	1,90	-3745,0	993,93

#### NOTA:

- O PIB do Município de Antônio Carlos, a preços de 2007, é de R\$ 199.448,00, conforme dados do IBGE.
- Projetado para 2010, o PIB passa para R\$ 222.174,00, considerando o crescimento projetado do PIB de 5% para 2008, 3% para 2009 e 3% para 2010.
- Memória:  $199.448,00 \times 1.05 \times 1.03 \times 1.03 = 222.174,00$ .

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS  
Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

**ANEXO I.4**  
**Art. 4º, § 2º, II da LRF**

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES
	%
	2014
	%
	2013
	%
	2012
	%
	2011
	%
	2010
	2009
Receita Total	4,9825.526,94,9824.316,1-11,2723.163,026,3626.106,626,1220.659,216.380,6
Receitas Primárias (I)	5,0024.100,05,0022.952,3-12,0921.859,427,0524.866,629,8919.571,215.067,5
Despesa Total	4,9825.526,94,9824.316,1-11,2723.163,054,2926.106,616,9516.920,414.467,6
Despesas Primárias (II)	4,9825.063,94,9823.875,1-11,5422.743,043,1425.712,627,7217.963,114.064,2
Resultado Prim. (I-II)	4,46-963,94,42-922,74,4-883,6-152,6-846,060,301.608,01.003,1
Resultado Nominal	-57,35-200,4236,1-469,9-113,22-139,8-149,01.057,2335,85-2.157,03-494,9
Dívida Pública Cons.	-13,78625,3-33,92725,3-25,151.097,7201,41.466,6-32,34486,6719,2
Dívida Cons.Líquida	7,63-2.824,921,81-2.624,5332,86-2.154,6-115,35-647,3104,73-4.216,7-2.059,6

R\$ 1.000,00

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES DE 2012										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	18.942,5	22.559,8	19,09	27.411,9	21,50	23.163,0	-15,50	23.380,8	0,94	23.601,0	0,94
Receitas Primárias (I)	17.424,0	21.371,7	22,65	26.109,9	22,17	21.859,4	-16,28	22.069,5	0,96	22.281,8	0,96
Despesa Total	16.730,3	18.477,0	10,44	27.411,9	48,35	23.163,0	-15,50	23.380,8	0,94	23.601,0	0,94
Despesa Primárias (II)	16.263,8	19.615,7	20,61	26.998,2	37,63	22.743,0	-15,76	22.956,8	0,94	23.172,9	0,94
Resultado Prim. (I-II)	1.159,9	1.755,9	51,38	888,3	-49,41	-883,6	-199,47	-887,2	0,40	-891,18	0,45
Resultado Nominal	-572,3	-2.355,4	366,7	1.110,0	-147,12	-139,8	-112,59	-451,8	223,17	-185,28	-58,99
Dívida Pública Cons.	831,7	531,3	35,3	1.539,9	189,83	1.097,7	-28,71	697,4	-36,46	578,12	-17,10
Dívida Cons.Líquida	-2.381,7	4.604,6	114,3	679,6	-85,24	-2.154,6	-417,03	-2.523,5	17,12	-2.611,78	3,49

**Memória de Cálculo:**

1. Evolução em %: Exemplo para Resultado Nominal 2010 em relação a 2009:  $-2.157.035,00 / -494.900,00 = 4,3585 - 1 \times 100 = 335,85\%$
2. Para cálculo dos valores a preços constantes de 2011 levou-se em conta o índice de inflação medido pelo IPCA nos exercícios de 2010, previsto para 2011 a 2014 conforme abaixo:

ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA				
2010	2011	2012	2013	2014
5,9	5,0	4,00	4,0	4,0

- 2.1. Exemplo para a Receita total de 2009 a preços de 2012:  $16.380,6 \times (1.059 \times 1.05 \times 1.04) = 16.380,6 \times 1.1564 = 18.942,52$ ;
- 2.2. Exemplo para a Receita total prevista para 2014 a preços constantes de 2012:  $25.526,9 / 1.04 \times 1.04 = 25.526,9 / 1.0816 = 23.601,05$ ;
- 2.3. Observe que para os valores anteriores a data base 2012, a operação é de atualização dos valores pelo índice de inflação acumulado no período. Para os valores posteriores a data base 2012, a operação é de deflação pelo índice de inflação do período.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS  
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

## ANEXO I.5

Art. 4º, §§ 1º e 2º, III da LRF.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ 1.000,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2009	%	2010	%
DADOS CONSOLIDADOS	5.539,6	10,19	6.769,1	22,19	9.268,0	36,9
Patrimônio/Capital	5.539,6	10,19	6.769,1	22,19	9.268,0	36,9
Reservas						
Resultado Acumulado						
DADOS DO RPPS	-3.159,1	32,23	-4.078,9	29,11	-5.926,7	45,30
Patrimônio/Capital	-3.159,1	32,23	-4.078,9	29,11	-5.926,7	
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	2.380,5	-9,76	2.690,2	13,01	3.341,3	24,2

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

## ANEXO I.6

Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2009 (b)	2008 (c)
RECEITAS CORRENTES	3.063	6.058	4.587
Rendimentos de Aplicação	3.063	6.058	4.587
RECEITAS DE CAPITAL (I)	-	120.000	-
Alienação de Ativos	-	120.000	-
Alienação de Bens Móveis	-	120.000	-
Alienação de Bens Imóveis			
TOTAL	3.063	126.058	4.587

DESPESAS LIQUIDADAS	2010 (d)	2009 (e)	2008 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	52.000	150.000	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES			
Regime Geral da Previdência Social			
Regime próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL		150.000	
	(g = a-d+h)	(h=b-e+i)	(i=c-f+j)
SALDO FINANCEIRO	3.295	52.232	76.174

j = Saldo do Exercício de 2007 = 71.587

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

## ANEXO I.7

Art. 4º §§ 1º e 2º, IV, "a" da LRF.

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

R\$1.000,00

RECEITAS	2008	2009	2010
RECEITA PREVIDENCIÁRIA – Exceto Intra-Orçamentária (I)	792	816	1.078
RECEITAS CORRENTES	792	816	1.078
Receita de Contribuições	275	288	331
Contribuições do Servidor – Ativo Civil	275	287	330
Contribuições do Servidor – Inativo Civil		1	1
Receita Patrimonial	517	528	747
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITA DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA			
RECEITA PREVIDENCIÁRIA – RPPS (Intra-Orçamentária) (II)	551	575	661
RECEITAS CORRENTES	551	575	661
Receitas de Contribuições	551	575	661
Contribuição Patronal	551	575	661
Pessoal Civil	551	575	661
Para Cobertura do Déficit Atuarial			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITA DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	1.343	1.391	1.739

DESPESAS	2008	2009	2010
DESPESA PREVIDENCIÁRIA – Exceto Intra-Orçamentária (IV)	219	495	672
ADMINISTRAÇÃO	29	33	34
Despesas Correntes	29	33	34
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	190	462	638
Pessoal Civil	190	462	638
Outras Despesas Previdenciárias			
Comp. Prev. Aposentadorias entre RPPS e RGPS			
Demais Despesas Previdenciária	-	-	
DESPESA PREVIDENCIÁRIA – RPPS (Intra-Orçamentária) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DA DESPESA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV) = (IV + V)	219	495	672



RESULTADO PREVIDENCIÁRIO = (III – VI)	1.124	896	1.067
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS	5.222	6.369	7.728
APORTES DE RECURSOS PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2007	2008	2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	16	218	235
Plano Financeiro			
Recurso para Cobertura de Insuficiência Financeira			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS	16	218	235
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

## ANEXO I.9

Art. 4º, §§ 1º e 2º, V da LRF.

## DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2012	2013	2014	
Multas/Juros	Anistia	Devedores inscritos em Dívida Ativa	15.750	16.437	17.364	Dispensada, cfe. Artigo 14, I, da LRF
		TOTAL	15.750	16.437	17.364	

## ANEXO I.10

Art. 4º, §§ 1º e 2º, V da LRF.

## DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO - DOCC

1.1- R\$ 1,00

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2012
Aumento Permanente da Receita (I)	2.692.300
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta de Expansão (III = I + II)	1.331.580
Expansão Prevista de DOCC – EP DOCC (IV)	1.331.580
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III – IV)	1.360.720

## Memória de Cálculo:

Aumento Permanente da Receita de 2012 (APR) = Receita Corrente Líquida prevista para 2012 - Receita Corrente Líquida prevista para 2011.

APR de 2012 = 19.574.900 - 16.882.600

APR de 2012 = 2.692.300

Expansão Permanente das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado de 2012

(EP DOCC) = DOCC Prevista para 2012 - DOCC de 2011 Prevista

EP DOCC de 2011 = 8.692.580 - 7.361.000

EP DOCC de 2012 = 1.331.580

## ANEXO II

Art. 4º, § 3º da LRF

## DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Unidade Gestora Prefeitura		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	214.464
1. Passivos Contingentes			
1.1. Processo de Desapropriação	50.000		
1.2. Precatórios de Pequeno Valor	20.000		
1.3. Aditivos de Contrato Reclamado	10.000		
2. Outros Riscos Fiscais			
2.1. Intempéries	50.000		
2.2. Frustração Cobrança Dívida Ativa	10.000		
2.3. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	14.464		
3. Eventos Fiscais Imprevistos			
3.1. Ocorrência Fatos não Previstos em Execução de Obras ou Serviços	50.000		
3.2. Campanhas de Saúde	10.000		
TOTAL	214.464	TOTAL	214.464

## ANEXO III

Art. 45 da LRF

## DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO EM 2011 E OBRAS COM NECESSIDADES DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO. Artigo 45 da LRF

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS E OBRAS	DATA INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR PROJETO	EXECUÇÃO EM %			RECURSOS PRIORIZADOS P/2012		
			ATÉ EXERCÍCIO ANTERIOR	PREVISTO PARA EXERCÍCIO	A EXECUTAR EM 2012	PROJETOS EM EXECUÇÃO	OBRAS A CONSERVAR	NOVOS PROJETOS
Construção da Sede da Câmara								80.000
Ampliação Rede Física Ensino Infantil								300.000
Ampliação Rede Física Ensino Fundamental								800.000
Construção de Monumento ao Imigrante								15.000
Reforma do Centro Cultural							40.000	-
Ampliação da Unidade de Saúde								150.000
Construção de Garagem para Veículos da Saúde								10.000
Construção de Centro de Convivência								60.000
Construção de Casas Populares								10.000
Implantação de Sistema de Tratamento de Esgoto								550.000
Construção Remodelação Praças								50.000
Pavimentação de Ruas								1.450.000
Pavimentação de Passeios								10.000
Construção Centro de reciclagem								50.000
Construção Rede Pluvial e Esgoto								1.050.000

Construção de Pontes							150.000
Construção de Bueiros							50.000
Construção de Rede Pluvial							100.000
Contenção e Estabilização de Taludes							50.000
Reforma do Prédio da Agricultura						20.000	-

## ANEXO IV

Art. 45 da LRF

## DEMONSTRATIVO DA PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OBRAS EM ANDAMENTO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Art. 45 da LRF.

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
OBRAS EM ANDAMENTO	
1.1.Pavimentação de Ruas	-
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	
1.1. Reforma e Revitalização do Centro Cultural	20.000
1.2. Reforma do Prédio da Agricultura	40.000
TOTAL	60.000

## ANEXO VII

## DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

R\$ 1,00

1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO		
1.1. RECEITAS PRÓPRIAS RESULTANTES DE IMPOSTOS		PREVISÃO
IPTU		612.800
ITBI		104.000
ISS		690.000
IRRF		260.000
Multas e Juros de Impostos		16.000
Multas e Juros da D.A. de Impostos		25.000
Dívida Ativa de Impostos		50.000
(-) Descontos e Renúncia de Receita		-110.000
SOMA		1.647.800
1.2. RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS, BASE DE CÁLCULO PARA CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEB		
COTA PARTE FPM		5.600.000
COTA PARTE DO ITR		3.000
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS - DESONERAÇÃO		48.000
COTA PARTE DO ICMS		9.036.000
COTA PARTE DO IPVA		986.000
COTA PARTE DO IPI - EXPPORTAÇÃO		184.000
SOMA		15.857.000
1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS		17.504.800
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADAS AO ENSINO BÁSICO		
CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE FRECURSOS	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR

0.1.001.000000	Recursos de Impostos para MDEB (27% de 1.3)	4.726.296
0.1.058.000000	Transferência do Salário Educação	152.000
0.1.059.000000	Transferências Diretas do FNDE - PDDE	15.100
0.1.060.000000	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	45.100
0.1.061.000000	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	151.500
0.1.062.000000	Outras Transferências do FNDE	600
0.1.018.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB –60% do total do FUNDEB	1.129.000
0.1.019.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 40% do total do FUNDEB	746.000
0.1.022.000000	Convênio SDR – Transporte Escolar	172.000
0.1.024.000000	Convênio SDR – Transporte Escolar – Segundo Grau	140.000
0.1.022.000000	Convênio MEC – Ampliação Rede Ensino Fundamental	200.000
0.1.022.000000	Convênio MEC – Ampliação Rede Ensino Infantil	100.000
	TOTAL	7.577.596

## 3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	ESTIMADA	DIFERENÇA
0.1.001.000000	361	Ensino Fundamental	1.129.896	1.129.896	-
0.1.001.000000	365	Educação Infantil	380.000	380.000	-
0.1.001.000000	366	Educação de Jovens e Adultos	45.000	45.000	-
0.1.001.000000		Retenção FUNDEB	3.171.400	3.171.400	-
0.1.058.000000	361	Ensino Fundamental	152.000	152.000	-
0.1.059.000000	361	Ensino Fundamental	8.800	8.800	-
0.1.059.000000	365	Educação Infantil	6.300	6.300	-
0.1.060.000000	361	Ensino Fundamental	45.100	45.100	-
0.1.061.000000	361	Ensino Fundamental	151.500	151.500	-
0.1.062.000000	366	Educação de Jovens e Adultos	600	600	-
0.1.018.000000	361	Ensino Fundamental	680.000	680.000	-
0.1.018.000000	365	Educação Infantil	449.000	449.000	-
0.1.019.000000	361	Ensino Fundamental	606.000	606.000	-
0.1.019.000000	365	Educação Infantil	140.000	140.000	-
0.1.022.000000	361	Ensino Fundamental	172.000	172.000	-
0.1.024.000000	362	Ensino Médio	140.000	140.000	-
0.1.022.000000	361	Ensino Fundamental	200.000	200.000	-
0.1.022.000000	365	Ensino Infantil	100.000	100.000	-
TOTAL			7.577.596		-
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS			MÍNIMO	ESTIMADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			25%	27%	2%
4.2. Remuneração Profissionais do Magistério			60%	60%	-

## ANEXO VIII

## DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS EM SAÚDE	
RECEITAS PRODUTO DE IMPOSTOS	PREVISÃO
IPTU	612.800
ITBI	104.000
ISS	690.000
IRRF	260.000
Multas e Juros de Impostos	16.000
Multas e Juros da D.A. de Impostos	25.000



Dívida Ativa de Impostos	50.000
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-110.000
COTA PARTE FPM	5.600.000
COTA PARTE DO ITR	3.000
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS - DESONERAÇÃO	48.000
COTA PARTE DO ICMS	9.036.000
COTA PARTE DO IPVA	986.000
COTA PARTE DO IPI - EXPORTAÇÃO	184.000
SOMA	17.504.800

## 2. ORIGEM DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADAS A SAÚDE

CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.002.000000	Receita Impostos p/ Ações e Serviços Públicos Saúde – 20%	3.500.960
0.2.002.000000	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	10.000
0.2.064.000032	ASPS – Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	140.500
0.2.066.000033	ASPS – Vigilância Sanitária	10.100
0.2.067.000034	ASPS – Farmácia Básica	40.500
0.2.066.000035	ASPS – Epidemiologia e Controle de Doenças	20.100
0.2.064.000036	ASPS – Programa Agentes Comunitários de Saúde – PACS	161.000
0.2.064.000037	ASPS - Programa Saúde da Família – PSF	250.100
0.2.064.000038	ASPS – Programa Saúde Bucal	31.000
0.2.064.000039	ASPS - Núcleos de Apoio à Saúde da Família – Estadual	65.000
0.2.067.000040	ASPS – Farmácia Básica Estadual	40.500
0.2.012.000000	ASPS – Ações de Vigilância Sanitária	24.200
0.2.023.000043	Convênio com Ministério as Saúde – Ampliação da Unidade de Saúde	100.000
	TOTAL	4.393.960

## 3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	ESTIMADA	DIFERENÇA
0.1.002.000000	301	Atenção Básica	3.425.960	3.425.960	-
0.1.002.000000	304	Vigilância Sanitária	55.000	55.000	-
0.1.002.000000	305	Vigilância Epidemiológica	20.000	20.000	-
0.2.002.000000	301	Atenção Básica	10.000	10.000	-
0.2.064.000032	301	Atenção Básica	140.500	140.500	-
0.2.066.000033	304	Vigilância Sanitária	10.100	10.100	-
0.2.067.000034	301	Atenção Básica	40.500	40.500	-
0.2.066.000035	305	Vigilância Epidemiológica	20.100	20.100	-
0.2.064.000036	301	Atenção Básica	161.000	161.000	-
0.2.064.000037	301	Atenção Básica	250.100	250.100	-
0.2.064.000038	302	Atenção Básica	31.000	31.000	-
0.2.064.000039	301	Atenção Básica	65.000	65.000	-
0.2.067.000040	301	Atenção Básica	40.500	40.500	-
0.2.012.000000	304	Vigilância Sanitária	24.200	24.200	-
0.2.023.000043	301	Atenção Básica	100.000	100.000	-
		TOTAL	4.393.960	4.393.960	-

## 4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS

	MÍNIMO	ESTIMADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15%	20%	5%

**LEI 1360**

LEI NO 1.360/2011

Autoriza o Poder Executivo a alienar maquinário e veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelo art. 56, XXVI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar maquinário e os veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme relação abaixo:

I- um veículo da marca/modelo Mercedes Benz/L 1519, ano/modelo 1983, espécie/tipo car/c.trator/c.aberta, combustível diesel, placa LYY 0714, com Chassi 34504512580025, Renavam 541456199;

II- um veículo da marca/modelo VW/Kombi, ano/modelo 1993, espécie/tipo mis/caminhoneta, combustível gasolina, placa MAO 9868, com Chassi 9BWZZZ23ZPP020301, Renavam 542821281;

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 08 de novembro de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**LEI 1361**

LEI NO 1.361/2011

Altera o Art. 4º da Lei 1317/2011, que Autorizou a abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual de 2011 e a transferência de recursos financeiros ao Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros do Município de Biguaçu e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei Municipal 1317, de 22 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - O Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros do Município de Biguaçu deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos transferidos e autorizados por esta lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do pagamento.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 08 de novembro de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**LEI 1367**

LEI Nº 1.367/2011

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 55.805,68 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
1.035.4.4.90.00.00.0.1.024.9 - Construção de Rede Pluvial e Esgoto  
206 - Aplicações Diretas  
R\$ 55.805,68

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
2.039.3.3.90.00.00.0.1.024.9 - Gestão Compart. Manut. Sistema Abastec. de Água  
88 - Aplicações Diretas  
R\$ 55.805,68

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 06 de dezembro de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**LEI 1368**

LEI NO 1.368/2011

Altera o Art. 4º da Lei 1317/2011, que Autorizou a abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual de 2011 e a transferência de recursos financeiros ao Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros do Município de Biguaçu e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei Municipal 1317, de 22 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - O Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros do Município de Biguaçu deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos transferidos e autorizados por esta lei no prazo de até 225 (duzentos e vinte e cinco) dias, contados da data do pagamento.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 06 de dezembro de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**LEI 1369**

LEI Nº 1.369/2011

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 293.100,00 (duzentos noventa e três mil e cem reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

**11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.020 - 3.1.90.00.00.00.0.1.002 - Manutenção Setor da Saúde

4 - Aplicações Diretas

R\$ 80.500,00

2.020 - 3.1.90.00.00.00.0.3.002 - Manutenção Setor da Saúde

59 - Aplicações Diretas

R\$ 79.500,00

2.020 - 3.1.91.00.00.00.0.1.002 - Manutenção Setor da Saúde

7 - Despesa Intra-orçamentária

R\$ 10.000,00

2.022 - 3.1.90.00.00.00.0.1.002 - Ações de Saúde da Família

13 - Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

2.022 - 3.1.91.00.00.00.0.1.002 - Ações de Saúde da Família

15 - Despesa Intra-orçamentária

R\$ 10.000,00

**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

2.002 - 3.1.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

1 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

**07.02 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

2.035 - 3.1.90.00.00.00.0.1.000 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural

129 - Aplicações Diretas

R\$ 28.100,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

**04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

1.007 - 4.4.50.00.00.00.0.1.000 - Implantação e Manut. Centro de Educação Especial

63 - Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

R\$ 20.000,00

2.007.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Oferta de Merenda Escolar

15 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

2.016 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção da Biblioteca Pública

66 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

2.017 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

74 - Aplicações Diretas

R\$ 1.380,00

2.017.3.3.90.00.00.00.0.3.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

181 - Aplicações Diretas

R\$ 9.500,00

**05.03 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

2.020 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Auxílio Material de Construção

100 - Aplicações Diretas

R\$ 5.220,00

2.028 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Atenção a População da 3ª Idade

91 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

**06.01 - SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

1.022.4.4.90.00.00.00.0.3.000 - Pavimentação de Ruas

165 - Aplicações Diretas

R\$ 51.800,00

1.023.4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Pavimentação de Passeios

113 - Aplicações Diretas

R\$ 1.300,00

1.035.4.4.90.00.00.00.0.3.000 - Construção de Rede Pluvial e Esgoto

188 - Aplicações Diretas

R\$ 18.200,00

1.037.4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Contenção e Estabilização de Encostas

195 - Aplicações Diretas

R\$ 41.700,00

2.038.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais

142 - Aplicações Diretas

R\$ 65.000,00

**08.02 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE**

2.036.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Realização de Eventos Promocionais

R\$ 14.000,00

**09.01 - ENCARGOS GERAIS**

0.003.3.2.90.00.00.00.0.1.000 - Amortização de Dívidas

153 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

0.003.4.6.90.00.00.00.0.1.000 - Amortização de Dívidas

152 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 06 de Dezembro de 2.011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**LEI 1371**

LEI NO 1.371/2011

Altera artigos e anexos das Leis 1292/2010, 1293/2010, 1294/2010, 1295/2010, 1296/2010, 1297/2010 e 1298/2010 e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 93 da Lei Municipal 1292, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93 A Macro zona Urbana desdobra-se nas seguintes Zonas:

- I. Zona Residencial 1 (ZR 1);
- II. Zona Residencial 2 (ZR 2);
- III. Zona Residencial 3 (ZR 3);
- IV. Zona Residencial 4 (ZR 4);
- V. Zona de Uso Especial (ZUE);
- VI. Zona Especial Institucional (ZEI);
- VII. Zona Industrial 1 (ZI 1);
- VIII. Zona Industrial 2 (ZI 2).”

Art. 2º O art. 2º da Lei Municipal 1293, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:

- I. Anexo 1 - Mapa do Perímetro Urbano da Sede
- II. Anexo 2 - Perímetros Urbanos do Município de Antônio Carlos, que apresenta outras áreas que passaram a pertencer à Zona Urbana do município de Antônio Carlos com a aprovação do atual Plano Diretor em Novembro de 2010.”

Art. 3º Os incisos V e VI do art. 16 da Lei Municipal 1294, de 09 de novembro de 2010, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 O desenho urbano e parâmetros urbanísticos da área urbana do Município de ANTONIO CARLOS, constantes no Anexo 4 e Anexo 5, respectivamente, são parte integrante desta Lei, fica dividida em zonas urbanas, que passam a ser denominadas como segue:

- (...)
- V. Estação de Tratamento de Esgotos (ETE);
- VI. Zona de Uso Especial (ZUE)”

Art. 4º O art. 21 da Lei Municipal 1294, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) - área prevista para a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

§ 1º . A implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) implicará na necessidade de construção de rede de coleta de esgoto por toda a extensão do perímetro urbano do município, para que toda a população seja atendida pela rede de tratamento de esgoto.

§ 2º . Na bacia hidrográfica situada à montante da captação de água para abastecimento público, o uso e a ocupação do solo são restritivos, ficando proibida a supressão de vegetação sem a licença ambiental, bem como nenhuma obra ou atividade poderá ser executada sem autorização municipal. Fica proibida a implantação e funcionamento de granjas ou qualquer outra atividade que comprometa o abastecimento de água pública, principalmente o uso de agrotóxicos.”

Art. 5º O art. 22 da Lei Municipal 1294, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22 Zona de Uso Especial (ZUE) - área com potencial para a instalação de serviços de suporte à atividade turística do município.

Priorizam-se ações de conservação e melhoria de estrutura e infraestrutura para que ocorra a implantação de pequenas pousadas, visando a atração de eventos regionais com o desenvolvimento do turismo de negócios, além de possibilitar novas perspectivas para o setor econômico e captar novos empreendimentos a se instalem em Antônio Carlos.

Parágrafo Único. Serão permitidas atividades e construções voltadas ao turismo e lazer, desde que aprovadas pela Prefeitura Municipal.”

Art. 6º Os incisos VIII e X do art. 32 da Lei Municipal 1294, de 09 de novembro de 2010, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32 São consideradas áreas não computáveis:

(...)

VIII. sótão em residência, que também não será computado no cálculo do número de pavimentos, desde que esteja totalmente contido no volume do telhado e caracterizado como aproveitamento deste espaço;

(...)

X. projeção da área coberta sobre a laje da cobertura do último pavimento, desde que não ultrapasse o máximo de 1/2 (um meio, ou metade) da área do pavimento imediatamente inferior, sendo no ático permitido todos os compartimentos necessários para a instalação de casa de máquinas, caixa d'água, áreas de circulação comum do edifício, dependências destinadas ao zelador, área comum de recreação, parte superior de unidade duplex e/ou unidades habitacionais isoladas em edifícios de habitação coletiva;”

Art. 7º Fica alterada a área hachurada em alaranjado antes de chegar no bairro de Santa Maria, identificada no Mapa de Macrozoneamento Municipal - Anexo 2 da Lei 1294/2010 - Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal de Antônio Carlos, de Zona de Urbanização Específica (ZUE) para Zona residencial 1 (ZR1).

Art. 8º TABELAS:

Art. 9º O inciso XIV do art. 7º da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Para os fins desta Lei, entende-se por:

(...)

XIV. Sistema Viário Estrutural: caracterizado por dispor de forma ordenada a integração das principais regiões da cidade, formado por vias estratégicas dentro do Sistema Viário Básico.”

Art. 10 O §2º do art. 9º da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Aos proprietários ou inquilinos cujos imóveis possuam testadas para vias públicas, compete:

(...)

§ 2º A demarcação e delimitação de faixa a ser utilizada para locação de mesas e cadeiras e outros correlatos em passeio público deverá ser realizada de modo a deixar livre no mínimo uma faixa de 2,00 m (dois metros) de largura - conforme Artigo 135 do Código de Posturas vigente.”

Art. 11 O inciso I do art. 13 da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 Para efeito desta Lei, a hierarquia viária da área urbana da sede de Antonio Carlos compreende as seguintes categorias de vias, conforme Anexo 6 (Mapa do sistema viário urbano da sede):  
I. Via Especial - VE - aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível;”

Art. 12 Os incisos I e II do §1º do art. 14, da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte



redação:

"Art. 14 As vias a serem criadas em novos loteamentos ou oficializadas em projeto urbanístico da Prefeitura serão classificadas como vias locais, se não houver necessidade de outra classe de via.

§ 1º Os parâmetros de novas vias deverão seguir as dimensões mínimas constantes nos Anexos 1 e 4.

I. Declive longitudinal mínima de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e máxima de 20% (vinte por cento);

II. Declividade transversal mínima de 2% (dois por cento) e máxima de 4% (quatro por cento)."

Art. 13 O art. 15 da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 Para abertura de novas vias deverá ser seguida a fluência do traçado do entorno, evitando a falta de continuidade de vias locais.

§ 1º. As vias de trânsito rápido, arteriais, coletoras e até mesmo as locais não poderão ter seu traçado interrompido na abertura de novos loteamentos, sendo obrigatória a continuidade de qualquer via existente.

§ 2º. Uma via nova não poderá ser construída sem que haja outra via perpendicular a primeira numa extensão máxima de 300m, ou seja, o tamanho da quadra máximo é de 300m."

Art. 14 O art. 18 da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 As vias poderão ter gabaritos maiores do que os dispostos nas tabelas dos Anexos 1 e 4, conforme determinação técnica do Executivo Municipal."

Art. 15 O art. 21 da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 Ficam considerados os elementos apresentados nos Anexos 1 e 4 da presente Lei para o dimensionamento das vias."

Art. 16 O art. 40 da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40 O rebaixo de meio-fio para o acesso veicular não poderá ultrapassar: 75% (cinquenta por cento) da testada do imóvel para edificações comerciais e 50% para edificações residenciais. Em nenhum caso o rebaixo pode ultrapassar os limites do lote. As vagas localizadas nos recuos dos estabelecimentos comerciais não podem ficar vinculadas ao comércio, elas passam a ser vagas de estacionamento público de uso livre para toda a população - exceto no caso de o comércio ser uma farmácia, que pode ter vagas exclusivamente para o seu uso."

Art. 17 O §2º do art. 41 da Lei Municipal 1295, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 Nenhum acesso para veículos poderá estar localizado ao longo do desenvolvimento da curva de concordância entre duas vias ou em interseção viária especial, em nível ou desnível.

(...)

§2º. Os rebaixos com mais de 3,50m (três metros e meio) deverão respeitar uma distância mínima em relação às divisas do lote de 1,00m (um metro);"

Art. 18 O caput do art. 15 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 Será indeferido pela autoridade licenciadora a solicitação de diretrizes, para os casos previstos no art. 49 podendo ainda

declarar a impossibilidade de implantação do empreendimento com base na análise dos seguintes fatores."

Art. 19 Os incisos II e VIII do art. 27 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 O pedido de autorização para aprovação de projeto de loteamento e início das obras será instruído com os seguintes documentos:.

(...)

II. Proposta de instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor; mencionado nos arts. 87 a 95 da presente Lei que tratam da Responsabilidade do Empreendedor;

(...)

VIII. 03 (três) vias impressas dos projetos urbanísticos e complementares preferencialmente nas escalas 1:200 e 1:500 (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e 01 (uma) via digital versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, conforme estabelecido pelos arts. 30 e 31 da presente Lei. Contendo:"

Art. 20 O parágrafo único do art. 44 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. O empreendedor que não cumprir o prazo disposto no caput deste artigo ficará sujeito à multa estabelecida nos artigos 117 a 119 desta Lei, até a conclusão da obra."

Art. 21 Os incisos I e II do art. 54 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54 Os parcelamentos devem atender ao disposto nesta lei, bem como à ordem urbanística expressa em leis municipais, Lei do Plano Diretor Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, e aos seguintes requisitos:

I. As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbano-comunitários, bem como às áreas verdes de uso público deverão ser proporcionais à gleba e nunca inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da área loteável, dos quais:

a) No mínimo 15% (quinze por cento) serão destinados à implantação de áreas verdes e à implantação de equipamentos públicos e comunitários tais como caixa d'água, subestação de energia elétrica, educação, cultura, esporte e lazer, igrejas, templos, creches, postos de saúde. Cabe ao órgão do executivo responsável pela aprovação do projeto a definição da porcentagem de área verde e a de área comunitária dentro desses 15%, a serem definidos de acordo com as necessidades da localidade em que o empreendimento será implantado.

II. Não serão computados como áreas verdes públicas os canteiros centrais com menos de 5m de largura ao longo das vias, acima desse valor poderá ser computado como área verde - desde que seja acessível à população;"

Art. 22 Fica incluído o inciso VII ao art. 54 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

"VII. A critério do órgão municipal competente, a área loteável inferior a 10.000m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados) poderá ter área pública com percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento), desde que o loteamento esteja em região que já possua equipamentos comunitários próximos."

Art. 23 Fica revogado o inciso III do art. 88 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 88 É de responsabilidade, ainda, do empreendedor:

I. Executar os serviços previstos no Art. 21 a 24 da presente Lei;

II. Executar as obras de infraestrutura de acordo com os anteprojeto apresentados e aprovados ou modificados pela Prefeitura

Municipal;  
III. Revogado.

IV. Fazer constar dos compromissos de compra e venda de lotes a condição de que as mesmas só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas nos itens anteriores;

V. Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços.

§1º. As obras de que cogita o presente artigo e seus itens deverão ser previamente aprovados pelos órgãos competentes.

§ 2º. O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os itens I e II deste artigo será estabelecido, entre empreendedor e a Prefeitura, quando da aprovação do loteamento, não podendo ser este prazo superior a 02 (dois) anos."

Art. 24 O inciso VIII do art. 90 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 90 De posse do alvará de licença para o início das obras, o empreendedor deverá executar no mínimo os seguintes serviços, conforme os projetos já liberados:

(...)

VIII. Todas as novas vias a serem nominadas e implantadas na área urbana deverão ter pavimentação, além das demais obras de infraestrutura (essa exigência não se aplica a casos consolidados - vias já implantadas, quando as ruas poderão ser nomeadas sem a necessidade de existência de infra-estrutura);"

Art. 25 O inciso III do parágrafo único do art. 104 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104 Os clubes de campo, pousadas ou assemelhados que, pelas características de ocupação, sejam parcelamentos do solo para fins urbanos de fato, podem ser regularizados por decisão de 2/3 (dois terços) dos proprietários das frações e transformá-las em condomínios, com a extinção da associação proprietária do terreno e com a transferência aos sócios cotistas das frações ideais do terreno.

Parágrafo Único. Para a regularização pode-se dispensar a aprovação de projeto, se já possuírem um projeto aprovado anteriormente observando-se o que segue:

(...)

III. Observar os requisitos para o parcelamento da presente lei, ressalvada a possibilidade de redução, a critério da autoridade licenciadora, do percentual de áreas destinadas a uso público, definido no art. 54 desta Lei."

Art. 26 O art. 112 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 112 Independentemente da área pública com as dimensões definidas no art. 54 da presente lei, cuja área para implantação de equipamentos públicos e comunitários será obrigatoriamente externa ao perímetro murado, o Condomínio deverá destinar uma área comum não inferior a 7,5% da área total contida no perímetro murado para recreação de seus integrantes."

Art. 27 O art. 118 da Lei Municipal 1296, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 118 Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes da licença urbanística:

I - PENA - Multa de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) e embargo do empreendimento.

Parágrafo Único. Comete também a infração prevista no inciso I do caput aquele que, mediante declaração falsa ou outro meio fraudulento, contribui para a expedição indevida do título de legitimação de posse, sem prejuízo das sanções penais cabíveis."

Art. 28 O art. 45 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45 Nas edificações a serem reformadas, em comprovada existência regular em período de 10 (dez) anos, poderão ser aceitas, para a parte existente e a critério da Prefeitura Municipal de ANTONIO CARLOS, soluções que, por implicações de caráter estrutural, não atendam integralmente às disposições previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, relativas a dimensões, recuos e quantidade de vagas de estacionamento, desde que não comprometam a salubridade nem acarretem redução da segurança e da mobilidade urbana."

Art. 29 Fica revogado o inciso XIII do art. 54 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54 A realização de obra e serviço em logradouro público por órgão ou entidade de prestação de serviço da Administração direta ou indireta será autorizada mediante o atendimento das seguintes condições:

I. A obra ou serviço constará, obrigatoriamente, de planos ou programas anuais ou plurianuais que tenham sido submetidos à Prefeitura Municipal, com uma antecedência mínima de 6 (seis) meses;

II. A licença para a execução de obra ou serviço será requerida pelo interessado, com antecedência mínima de 01 (um) mês;

III. O requerimento de licença será instruído com as informações necessárias para caracterizar a obra e seu desenvolvimento, sendo exigível, no mínimo:

a) Croquis de localização;

b) Projetos técnicos;

c) Projetos de desvio de trânsito; e

d) Cronograma de execução.

IV. Compatibilização prévia do projeto com as interferências na infraestrutura situada na área de abrangência da obra ou serviço;

V. Execução da compatibilização do projeto com a infraestrutura e o mobiliário urbano situado na área de abrangência da obra ou serviço;

VI. Colocação de placas de sinalização convenientemente dispostas, contendo comunicação visual alertando quanto às obras e a segurança;

VII. Colocação, nesses locais, de luzes vermelhas;

VIII. Manutenção dos logradouros públicos permanentemente limpos e organizados;

IX. Manutenção dos materiais de abertura de valas, ou de construção, em recipientes estanques, de forma a evitar o espalhamento pelo passeio ou pelo leito da rua;

X. Remoção de todo o material remanescente das obras ou serviços, bem como a varrição e lavagem do local imediatamente após a conclusão das atividades;

XI. Responsabilização pelos danos ocasionados aos imóveis com testada para o trecho envolvido;

XII. Recomposição do logradouro de acordo com as condições originais após a conclusão dos serviços; e

XIII. Revogado."

Art. 30 O inciso X do art. 88 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 88 O pedido de Alvará de Aprovação será instruído com:

(...)

X. Projeto das instalações hidráulico-sanitárias - para todas as edificações - na escala mínima 1:50;"

Art. 31 Fica revogado o parágrafo único do art. 212 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 212 Os muros, muretas, floreiras, cercas vivas ou assemelhados são elementos que definem o alinhamento predial do imóvel e consideradas vedações.

Parágrafo Único - Revogado."

Art. 32 O art. 226 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 226 As pérgulas não terão sua projeção incluída na taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento do lote, desde que:  
I Tenham parte vazada, uniformemente distribuída em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área de sua projeção horizontal;  
II A parte vazada não tenha qualquer dimensão inferior a uma vez a altura de nervura;  
III Somente 10% (dez por cento) da extensão do pavimento de sua projeção horizontal sejam ocupadas por colunas de sustentação."

Art. 33 O art. 274 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 274 As aberturas para ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos A e B, poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/6 (um sexto) da área do compartimento, observado o mínimo de 0,60m<sup>2</sup> (sessenta decímetros quadrados)."

Art. 34 O art. 277 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 277 As aberturas para ventilação dos compartimentos classificados no Grupo C poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/8 (um oitavo) da área do compartimento, observado o mínimo de 0,25m<sup>2</sup> (vinte e cinco decímetros quadrados)."

Art. 35 Fica incluído o inciso VI ao art. 291 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 291 A edificação em madeira ficará condicionada aos seguintes parâmetros, salvo quando adotada solução que comprovadamente garanta a segurança dos usuários da edificação e de seu entorno:

(...)

VI. O afastamento mínimo de 3,00 m (três metros) entre edificações de que trata o caput do Inciso III deve ser respeitado mesmo nos casos em que se tratam de edificações em alvenaria em um mesmo lote e/ou no caso de uma edificação ser em alvenaria e a outra em madeira. Esse afastamento mínimo também se refere ao caso da distância a ser deixada entre uma edificação e uma edícula em um mesmo lote."

Art. 36 O art. 16 da Lei Municipal 1298, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 A apreensão consiste na tomada de coisas móveis ou semoventes, que forem elementos de infração, sendo o seu recolhimento feito mediante recibo descritivo."

Art. 37 O caput do art. 17 da Lei Municipal 1298, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 Nos casos de apreensão será lavrado pelo Agente fiscalizador o respectivo auto de infração, descrevendo detalhadamente a coisa apreendida, que deverá ser recolhida ao depósito municipal ou permanecer no local, caso o objeto seja irremissível por razões diversas, podendo ser depositada a coisa apreendida nas mãos de terceiros, se idôneos, sendo lavrado o respectivo termo

de depositário fiel."

Art. 38 O §2º do art. 34 da Lei Municipal 1298, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34 Caberá ao Município fixar os dias da semana para a coleta e remoção dos materiais a seguir especificados:  
(...)

§ 2º. Serão de responsabilidade dos geradores os serviços constantes nos incisos II ao VI do caput deste artigo."

Art. 39 O art. 49 da Lei Municipal 1298, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 As chaminés - de qualquer espécie - de casas particulares, restaurantes, pensões, hotéis e estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos. Nas instalações industriais, esse chaminé terá que ser mais alto que qualquer edificação num raio de 500m."

Art. 40 Fica revogado o inciso I, do art. 92 da Lei Municipal 1298, de 09 de novembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92 Para funcionamento de cinema serão ainda observadas as seguintes disposições:

I. Revogado;

II. os aparelhos de projeção ficarão em cabines de fácil saída, construídas de materiais incombustíveis;

III. no interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim deverão elas estar depositadas em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço."

Art. 41 O art. 94 da Lei Municipal 1298, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94 Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público, para realizar-se, dependem de prévia licença da Prefeitura, precedida da manifestação dos órgãos públicos estaduais e federais competentes."

Art. 42 O art. 144 da Lei Municipal 1298, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 144 Caberá ao órgão competente da Prefeitura seguir o Plano de Arborização Urbana e Paisagismo e implementá-lo com as espécies vegetais indicadas.

§ 1º. Compete à Prefeitura, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos, conforme o Plano de Arborização Urbana e Paisagismo.

§ 2º. Fica proibido o plantio de árvores de espécies Eucalyptus spp, Pinus spp e/ou qualquer espécie exótica de grande porte na área urbana do município.

§ 3º. Nas zonas rurais, o plantio de espécies arbóreas de Pinus spp, Eucalyptus spp e/ou qualquer espécie exótica de grande porte é permitido desde que atendam as seguintes especificações:

I. Respeite o Código Florestal Brasileiro quanto às Áreas de Preservação Permanente, lembrando que fazem parte destas áreas os topos de morro, as encostas com inclinação superior à 45º, além das distâncias dos cursos d'água determinados nos incisos II e III abaixo.

II. Distância mínima de 50 metros das nascentes d'água e de edificações de qualquer natureza.

III. Distância mínima de 30 metros ao longo de qualquer curso d'água.

IV. Distância mínima de 10 metros das divisas e das vias públicas, objetivando não dar impacto de vizinhança.

V. A execução de reflorestamento ou recuperação ambiental deverá ser precedida de licença ambiental expedida pelo órgão ambiental competente."

Art. 43 O art. 262 da Lei Municipal 1298, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 262 Para efeito de fiscalização, a Prefeitura poderá, em qualquer tempo, mandar proceder ao exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, utilizados por pessoas ou estabelecimentos a que se refere o artigo 259."

Art. 44 Ficam alteradas as tabelas constante no anexo 3, anexo 5 e anexo 6, da Lei Municipal 1294, de 09 de novembro de 2010, e anexo 1, anexo 4 da Lei Municipal 1297, de 09 de novembro de 2010, passando a vigorar conforme as tabelas em anexo a presente Lei.

Art. 45 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 20 de dezembro de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## LEI 1372

LEI Nº 1.372/2011

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.002 - 4.4.90.00.00.00.0.1.001 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental  
17 - Aplicações Diretas  
R\$ 132.200,00

1.002 - 4.4.90.00.00.00.0.3.001 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental  
209 - Aplicações Diretas  
R\$ 55.800,00

1.007 - 4.4.50.00.00.00.0.1.000 - Implantação e Manut. Centro de Educação Especial  
63 - Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
R\$ 20.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0.006 - 3.2.90.00.00.00.0.1.001 - Amortização de Dívida com a Educação  
65 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.200,00

1.004 - 4.4.90.00.00.00.0.1.001 - Implantação de Acervo Bibliográfico nas Escolas

51 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.700,00

1.006 - 4.4.90.00.00.00.0.1.001 - Reforma e Ampliação Rede Física do Ensino Infantil

61 - Aplicações Diretas  
R\$ 36.300,00

2.007.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Oferta de Merenda Escolar

15 - Aplicações Diretas  
R\$ 19.000,00

2.008 - 3.3.90.00.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Fundamental

30 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

2.010 - 3.3.90.00.00.00.0.1.001 - Manutenção do Transporte Escolar

48 - Aplicações Diretas  
R\$ 33.000,00

2.013 - 3.3.90.00.00.00.0.3.000 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos

59 - Aplicações Diretas  
R\$ 21.000,00

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
1.035.4.4.90.00.00.00.0.3.000 - Construção de Rede Pluvial e Esgoto

188 - Aplicações Diretas  
R\$ 55.800,00

2.038.3.1.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais

144 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

2.038.3.1.91.00.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais

146 - Aplicações Diretas  
R\$ 12.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 20 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## LEI 1395

LEI NO 1.395/2012

Autoriza o Poder Executivo a alienar maquinário pertencente à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelo art. 56, XXVI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar maquinário pertencente à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme relação abaixo:

I - um semi-reboque (prancha), placa LZL3257, ANO 1984,



renavam 557156041;

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 21 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### LEI 1403

LEI Nº 1.403/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
1.035.4.4.90.00.00.0.1.024.9 - Construção de Rede Pluvial e Esgoto  
199 - Aplicações Diretas  
R\$ 55.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
2.039.3.3.90.00.00.0.1.024.9 - Gestão Comp. Manut. Sistema Abast. Água  
87 - Aplicações Diretas  
R\$ 55.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 02 de Outubro de 2.012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### LEI 1412

LEI NO 1.412/2012

Autoriza o Executivo a utilizar parte de imóvel que menciona para construção de habitações e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetivar a relocação de família cujo imóvel foi embargado definitivamente pela Defesa Civil do Município, mediante a concessão de direito real de uso da área e/ou doação, do terreno de propriedade deste Município, na localidade de Canudos, para a família abaixo relacionada:

I - Adair Teles dos Santos, brasileiro, casado, portador do RG n.º

2.426.475-0, e inscrito no CPF sob o n.º 833.580.729-91, uma área de 360,00m2;

Parágrafo Único - A área de propriedade do beneficiário pelo artigo 1º desta lei, já definitivamente embargados pela Defesa Civil do Município, passa a ser consideradas, a partir desde momento, como áreas non aedificandi.

Art. 2º O beneficiário da presente lei não poderá vender, ceder e/ou transferir, a qualquer título, total ou parcialmente o imóvel ora cedido, sob pena de imediata e automática revogação da cessão, com o revertimento do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município.

Art. 3º A concessão de que trata o artigo 1º da presente Lei, se refere exclusivamente à concessão de direito real de uso das citadas áreas, não abrangendo a isenção ou a dispensa do pagamento de qualquer tipo de imposto ou taxa advindas da instalação e do funcionamento das mesmas.

Art. 4º Fica proibido o desvio de destinação dos imóveis para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 5º O prazo da concessão de que trata o artigo 1º será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada enquanto houver interesse público.

Parágrafo Único - Em não havendo a prorrogação da concessão de direito real de uso de que trata o presente caput, ou cessadas as razões que justificarem a sua concessão ou se por qualquer motivo o concessionário/beneficiário deixar de cumprir as condições desta lei ou de residir neste Município, importará na rescisão pura e simples desta Concessão, revertendo ao patrimônio do Município os aludidos imóveis e suas benfeitorias incorporadas, independente de qualquer notificação ou aviso e sem que assista à Concessionária direito a qualquer indenização, mediante simples Decreto.

Art. 6º O Município e o beneficiário firmarão contrato, no qual constarão as obrigações das partes.

Art. 7º As despesas desta lei correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 9º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 20 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### LEI 1413

LEI NO 1.413/2012

Autoriza o Executivo a aditar em 25% da área concedida pela Lei Municipal n.º 1336/2011 e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar aditivo ao Contrato n.º 231/2011, decorrente da Concorrência Pública n.º 001/2011, firmado entre esta Municipalidade e a empresa Audaces Automação e Informática Industrial Ltda., vencedora do referido processo licitatório, concedendo-lhe aditivo de 25% da área anteriormente concedida.

Parágrafo Único - Fica autorizado, também, a realização de aditivo ao valor pago mensalmente pela empresa Audaces Automação e Informática Industrial Ltda., na mesma proporção constante do caput do presente artigo.

Art. 2º O Município e a empresa Audaces Automação e Informática Industrial Ltda. firmarão termo aditivo ao Contrato n.º 231/2011, no qual constarão as alterações ora autorizadas.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais exigências constantes da Lei Municipal n.º 1336/2011 e do Contrato 231/2011.

Art. 4º As despesas desta lei correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 6º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 20 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## LEI 1428

LEI Nº 1.428/2013

Altera a Habilitação Profissional do Cargo de Motorista disposto no Anexo I, Folha 26, da Lei Municipal nº. 559 de 30 de novembro de 1992 e da outras Providências

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado a habilitação Profissional para ocupante do Cargo de Motorista de que trata o Anexo I, Folha 26 da Lei Municipal nº. 559, que passará a vigorar com a seguinte redação:

### 2. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Alfabetizado

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 30 de abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

## LEI 1459

LEI 1.459/2014

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a repassar subvenção social às entidades que especifica, bem como abrir crédito adicional especial e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rachadel, inscrita no CNPJ n.º 05.049.107/0001-48, ao único e exclusivo objetivo de auxiliar na organização da Festa da Horta do corrente ano.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos, inscrita no CNPJ n.º 82.507.237/0001-28, ao único e exclusivo objetivo de auxiliar na organização da Festa do Colono do corrente ano.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, inscrita no CNPJ n.º 83.845.743/0001-90, ao único e exclusivo objetivo de auxiliar na organização da Festa da Cachaça do corrente ano.

Art. 4º A subsídio que será despendido por este órgão público para cada entidade acima descrita, será de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), em parcela única, totalizando o montante de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento fiscal vigente, na importância de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) a dotação da verba do orçamento vigente abaixo relacionada:

08.01 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTE

2023.3.3.50.00.00 - Apoio as ações voltadas para o turismo.

172 - Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos.

R\$ 9.900,00

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do superávit do exercício anterior.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 03 de junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

## LEI N 1418

LEI NO 1.418/2012

Altera a afetação e autoriza o poder executivo a conceder à APAE de Antônio Carlos/SC a área que menciona e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica alterada a afetação de uso comum do povo e retirada a denominação de Área Verde, passando a ser classificado como bem de uso especial e bem de uso comum, o imóvel abaixo descrito:

“Área de terra com 8.169,51m2, situada na Rua São Francisco, no Loteamento Jardim das Palmeiras, Centro, Antônio Carlos, Registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu/SC sob a matrícula n.º 28.866, do Livro 2, fl. 1”

Parágrafo Único - A área acima descrita será dividida na seguinte classificação:

I - Área 01 - contendo 6.491,40m2, que passará a ser classificada como bem de uso especial;

II - Área 02 - contendo 539,52m2, que passará a ser classificada como bem de uso especial;

III - Área 03 - contendo 1.138,59m2, utilizada pelo arruamento lá existente, que passará a ser classificada como bem de uso

comum;

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetivar a concessão de direito real de uso de uma área de 6.491,40 m2, parte menor de uma área maior integrante do imóvel descrito no art. 1º, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Antônio Carlos, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.516.858/0001-20, com endereço atual na Rua das Flores, 411 - Centro, 88180-000 - Antônio Carlos - SC, representada pela Sra. Ledir Aparecida Besen, Brasileira, Doceira, Casada, RG 3.629.818/ SSP/SC, CPF: 016.974.369-19, residente e domiciliada a Rua das Flores, 411 - Centro, 88180-000 - Antonio Carlos -SC, para futuras instalações daquela instituição neste Município.

Art. 3º O beneficiário da presente lei não poderá vender, ceder e/ou transferir, a qualquer título, total ou parcialmente o imóvel ora cedido, sob pena de imediata e automática revogação da cessão, com o revertimento do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município.

Art. 4º A concessão de que trata o art. 2º da presente Lei, se refere exclusivamente à concessão de direito real de uso das citadas áreas, não abrangendo a isenção ou a dispensa do pagamento de qualquer tipo de imposto ou taxa advindas da instalação e do funcionamento das mesmas.

Art. 5º Fica proibido o desvio de destinação dos imóveis para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 6º O prazo da concessão de que trata o art. 2º será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada enquanto houver interesse público.

Parágrafo Único - Em não havendo a prorrogação da concessão de direito real de uso de que trata o presente caput, ou cessadas as razões que justificarem a sua concessão ou se por qualquer motivo o concessionário/beneficiário deixar de cumprir as condições desta lei ou de residir neste Município, importará na rescisão pura e simples desta Concessão, revertendo ao patrimônio do Município os aludidos imóveis e suas benfeitorias incorporadas, independente de qualquer notificação ou aviso e sem que assista à Concessionária direito a qualquer indenização, mediante simples Decreto.

Art. 7º O Município e o beneficiário firmarão contrato, no qual constarão as obrigações das partes.

Art. 8º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 10 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 18 de dezembro de 2012.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA N 284/2015**

PORTARIA Nº 284/2015.

Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora HELENA ALFLEN SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 11 de maio de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de maio de 2015.

### **PORTARIA N 285/2015**

PORTARIA Nº 285/2015.

Concede Adicional de Titulação a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 1058/2005 de 20 de dezembro de 2005,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, a servidora HELENA ALFLEN SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 11 de maio de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de maio de 2015.

### **PORTARIA N 286/2015**

PORTARIA Nº 286/2015

Nomeia Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio e dá outras providências.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, senhora ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGAINES, para ocupar o Cargo de PREGOEIRO OFICIAL, do município de Antônio Carlos - SC, e designar os servidores CARLICE BENICE SCHMITZ, e SILVIA TESSARI para compor a Equipe de Apoio aos Pregões, no período de 11 de maio de 2015 a 15 de maio de 2015.

Artigo 2º - Em decorrência do acima, fica revogada a Portaria nº 070/2015 de 10 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito, em 08 de maio de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de maio de 2015.

#### **PORTARIA N 287/2015**

PORTARIA Nº 287/2015  
Nomeia Comissão de Licitação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, COMISSÃO DE LICITAÇÃO, passando a constituir-la os senhores ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, como Presidente, SILVIA TESSARI, e CARLICE BENICE SCHMITZ, como membros, no período de 11 de maio de 2015 a 15 de maio de 2015.

Artigo 2º - Em decorrência do acima, fica revogada a Portaria nº 071/2015 de 10 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito, em 08 de maio de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de maio de 2015.

#### **PORTARIA N 288/2015**

PORTARIA Nº 288/2015  
Concede Insalubridade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor, EDMILSON DE SOUZA TEIXEIRA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 04 de maio de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de maio de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de maio de 2015.

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

#### **CONTRATO Nº 0034/2015**

CONTRATO N.º 0034/2015 "TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC", QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0009/2015  
PREGÃO nº0005/2015

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede na Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do XV de Novembro nº, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 05.270.486/0001-00, com sede na Rua Zíbio Maroli, 67, centro no Município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. ALTAMIR PEDRO BRAMBILA, residente e domiciliado na Rua Zíbio Maroli, Centro no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/02 e Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR 2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EM DIAS ESPECIALMENTE MARCADOS PARA ATIVIDADES QUE INCLUAM A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DOS ITINERÁRIOS A SEREM PERCORRIDOS tudo conforme a licitação PREGÃO Nº0005/2015 que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.



TRAJETO	QUANTI- DADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<p>Itinerário 3 - Linha Esperança, Linha Sagrada Família.</p> <p>No período diurno inicia na escola seguindo pela Linha Esperança entrando próximo ao Sítio do Mercado Mafel seguindo a propriedade de Nico Nesi, retornando até a propriedade de Jaldino Da Soler seguindo sentido Bom Sucesso entrando na propriedade de Celso Cividini, seguindo para a estrada de acesso a Bom Sucesso no sentido Arroio Trinta entrando na Linha Sagrada Família passando nas propriedades de Feltrin, Capelari, Leonardeli, seguindo pela propriedade de Avelino Pecenti, entrando na estrada geral de acesso a Treze Tílias, seguindo sentido Arroio Trinta, entrando na propriedade de Laudenir Favarin, retornando e passando pela propriedade de Gilberto Sangaletti, sede da Comunidade da Sagrada Família até a propriedade do Koller, retornando a estrada geral, seguindo novamente sentido Arroio Trinta, passando pela propriedade de Penildo Scheid até a propriedade de Renam Paganini, entrando sentido Bom Sucesso, seguindo até a propriedade de Luiz Sangaletti, retornando pela propriedade de Gilberto Serighelli, entrando pela Linha Sangaletti nas propriedades de Pedrinho Mioteli, seguindo até o acesso a Arroio Trinta na propriedade de Agostinho Cividini, saindo na Esquadrias Mickey até as escolas PROJAF, EEBGB e PROFABI. Ida e volta.</p> <p>MANHÃ: 27 Km MEIO DIA: 28.5 Km TARDE: 27,5Km</p> <p>TOTAL DIA: 83 KM X 165 DIAS LETIVOS = 13.695 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 28 LUGARES</p> <p>OBS.: As empresas vencedoras deverão estar com o transporte nas escolas até às 7h:30m no período matutino, às 13h:10m no período vespertino e 18h:30m no período noturno. O retorno deverá ser às 11h:30m no período matutino, às 17h:00 no período vespertino e 22h:00 no período noturno.</p>	13.695	3,59	49.165,05

TRAJETO	QUANTI- DADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<p>Itinerário 4 - Joaçaba e Herval D'Oeste</p> <p>No período noturno saindo em frente a Prefeitura seguindo por Treze Tílias, Ibicaré, Luzerna, duas vezes por semana passando por Herval D'Oeste e seguindo até a Unoesc Joaçaba e retornando até Arroio Trinta.</p> <p>TOTAL DIA: 117 KM X 165 DIAS LETIVOS = 19.305 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 30 LUGARES</p> <p>OBS.: As empresas vencedoras deverão estar com o transporte na UNOESC às 19h:15m no período noturno e o retorno de Joaçaba à Arroio Trinta deverá ser às 22h:00.</p>	19.305	R\$3,36	R\$64.864,80

TRAJETO	QUANTI- DADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<p>Itinerário 5 - Videira:</p> <p>No período matutino (segunda à Sábado) saindo em frente à Prefeitura Municipal de Arroio Trinta seguindo pela SC 355 passando por Iomerê até a UNOESC, seguindo até o SENAI e IFC e retornando até Arroio Trinta.</p> <p>TOTAL DIA: 76 KM X 165 DIAS LETIVOS = 12.540 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 32 LUGARES</p> <p>OBS.: As empresas vencedoras deverão estar com o transporte no IFC – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE às 07h:30m no período matutino e o retorno à Arroio Trinta deverá ser às 11h:30m. Mesmo Trajeto.</p>	12.540	3,36	42.134,00

CLAUSULA SEGUNDA - Estima-se que o valor global deste contrato em R\$ 156.164,25(CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL CENTO E SESSENTA E QUATRO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) aproximadamente, de acordo com o número de KM percorridos no mês, sendo que o valor unitário por KM são os acima especificados, devendo ser pago através de apresentação de nota fiscal, sempre até o 15.º dia útil de cada mês e o reajuste, será de acordo com os anunciados oficialmente pelo governo federal, mas, incidindo apenas, no valor do combustível, sendo que, estão inclusos no valor acima, todos os materiais, custos e tributos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

§ 1º - O reajuste será anual com base Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 2º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 04 de maio de 2016.

CLAUSULA TERCEIRA - Os serviços ora contratados serão prestados durante o período de 04/05/2015 a 31/12/2015, sempre de acordo com os dias letivos para o período contratado. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2015, conforme segue:

228 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
227 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
226 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
230 - 1 . 2004 . 12 . 362 . 12 . 2.28 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
229 - 1 . 2004 . 12 . 362 . 12 . 2.28 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
231 - 1 . 2004 . 12 . 362 . 12 . 2.28 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
234 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.31 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
233 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.31 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
232 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

#### RECURSOS

Parágrafo único - O pagamento ao contratado será efetuado mensalmente, a vista de nota fiscal, devidamente apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e de acordo a Declaração da Secretaria Municipal de Educação. A Contratada deverá apresentar à contratante juntamente com a nota fiscal de prestação de serviços, as guias de recolhimento das contribuições sociais dos seus funcionários.

CLAUSULA QUINTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SEXTA - Fica expressamente proibida a presença de pessoas estranhas ao ambiente escolar nos veículos de transporte, inclusive, qualquer tipo de carona.

Parágrafo único: Os veículos destinados ao transporte escolar, deverão circular pela cidade exibindo cartazes colados ao pára-brisa com a seguinte informação: "É PROIBIDO O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS QUE NÃO SEJAM ALUNOS".

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

##### 7.1. Responsabilidades da CONTRATADA:

7.1.1. Cumprir o itinerário conforme calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação, sendo proibida a alteração da mesma, sem a prévia aprovação e autorização do Município;

7.1.2. Disponibilizar e efetuar o transporte de alunos para atividades extras previstas no calendário escolar, mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Educação;

7.1.3. Transportar somente os alunos devidamente cadastrados pela Secretaria Municipal de Educação;

7.1.4. Observar os critérios de segurança previstos pelo IPETTRAN;

7.1.5. Cumprir os horários estipulados pela Secretaria Municipal de Educação de saída e chegada às escolas, apanhando os alunos nos locais determinados;

7.1.6. Apresentar ao setor responsável pelo transporte escolar, quando do fechamento do mês, planilha com os dados referentes aos serviços realizados, de acordo com o formulário fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.7. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários e diárias (hospedagem e alimentação) do pessoal porventura empregado, bem como pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de gerenciamento, indenizações devidas a terceiros, seguros de pessoas e bens, manutenção do veículo (incluindo combustíveis e lubrificantes), resultantes da execução do contrato;

7.1.8. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer

empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;

7.1.9. Manter seu pessoal uniformizado e identificado através de crachás, com fotografia recente.

7.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

7.1.11. Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

7.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

7.1.13. Submeter os veículos às vistorias técnicas determinadas pelo Município e pela Legislação;

7.1.14. Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

7.1.15. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à prestação dos serviços;

7.1.16. Manter o serviço de forma regular e contínua;

7.1.17. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.1.18. Manter, de forma regular, todas as condições exigidas para a contratação dispostas no subitem 9.3 do Edital PP nº 0002/2015, durante a execução do contrato;

7.1.19. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.1.20. Facilitar todas as atividades de fiscalização.

##### 7.2. Responsabilidades do CONTRATANTE:

7.2.1. A definição do objeto deste contrato;

7.2.2. Tomar todas as providências necessárias à execução deste contrato;

7.2.3. Fiscalizar a execução do contrato;

7.2.4. Efetuar o pagamento de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.2.5. Emitir, através do setor municipal competente, autorização para o início da prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.2. Além das penas acima citadas, a CONTRATADA que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

8.2.1. Um por cento (1%) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi efetuado o transporte;

8.2.2. Cinco por cento (5%) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

8.3. O não cumprimento por parte da CONTRATADA do horário pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, acarretará o não pagamento da quilometragem efetuada no dia do ocorrido.

8.4. As multas aludidas acima não impedem que a Administração

aplique as outras sanções previstas em Lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

9.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

9.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardada o interesse público;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O contrato poderá ser rescindido ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

9.2.1. Atraso injustificado ou manifesta deficiência, a juízo da Administração, na prestação dos serviços contratados;

9.2.2. Prestação dos serviços fora das especificações constantes no objeto contratual;

9.2.3. Subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

9.2.4. Desatendimento das determinações regulares da Comissão designada para acompanhar e fiscalizar os serviços, assim como as de seus superiores;

9.2.5. Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratual, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei 8.666/93;

9.2.6. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.2.7. Dissolução da empresa;

9.2.8. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato;

9.2.9. Paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada;

9.2.10. Caso o trajeto da linha seja extinto por razões de interesse público ou esteja compreendido em linha de transporte coletivo, objeto de concessão por parte do Poder Público Municipal.

9.3. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.5. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO - O foro do presente contrato será o da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 copias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 04 de maio de 2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ: 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

TRANSJONIR - TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME

CNPJ: 05.270.486/0001-00  
ALTAMIR PEDRO BRAMBILA  
Sócio Gerente

#### TESTEMUNHAS

TARCÍSIO LIDANI  
CPF: 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

DE ACORDO  
SANTO POSSATO  
ADVOGADO OAB/SC 19.045

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 0034/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0005/2015  
VALOR TOTAL: R\$156.164,25  
CONTRATADA: TRANSJONIR

#### CONTRATO Nº 0035/2015

CONTRATO N.º 0035/2015 "TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC", QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA MASSON TURISMO E TRANSPORTES LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0009/2015  
PREGÃO nº0005/2015

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do XV de Novembro snº, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa MASSON TURISMO E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 03.297.623/0001-66, com sede na Rua Severiano Guerreiro, 263, Bairro Regina, Município de Catanduvas - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. ARI LUIZ MASSON, Portador do CPF sob nº 907.181.279-00, e CI sob nº 3.156.294, Residente e domiciliado na Rua Severiano Guerreiro, 263, Bairro Regina, Município de Catanduvas - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/02 e Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR 2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EM DIAS ESPECIALMENTE MARCADOS PARA ATIVIDADES QUE INCLUAM A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DOS ITINERÁRIOS A SEREM PERCORRIDOS tudo conforme a licitação PREGÃO Nº0005/2015 que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

TRAJETO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<p>Itinerário 1 - Linha Aparecida, Linha Gramado, Linha Val Verde e parte da Linha Santo Antônio.</p> <p>No período diurno inicia na Linha Aparecida na propriedade de Almir Mello, retornando e entrando na propriedade de Pedro Souza retornando a estrada principal, retornando sentido SC 355 e entrando na Linha Gramado sentido Macieira, entrando nas Granjas Cesca, retornando a principal e seguindo até a propriedade de Biazio Favarin, retornando e entrando na propriedade de Agostino Terzi, retornando a principal e seguindo e cruzando a SC 355, entrando na Linha Val Verde e Santo Antônio indo até a propriedade de Vicente Manenti, retornando à SC 355 seguindo até Arroio Trinta na EBBGB, PROFABI e PROJAF.</p> <p><input type="checkbox"/> Ao meio dia retorno pelo mesmo trajeto.</p> <p><input type="checkbox"/> À tarde o trajeto se repete</p> <p>MANHÃ: 42 Km MEIO DIA: 40 Km TARDE: 42 Km</p> <p>TOTAL DIA: 124 KM X 165 DIAS LETIVOS = 20.460 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 22 LUGARES</p> <p>OBS.: As empresas vencedoras deverão estar com o transporte nas escolas até às 7h:30m no período matutino, às 13h:10m no período vespertino e 18h:30m no período noturno. O retorno deverá ser às 11h:30m no período matutino, às 17h:00 no período vespertino e 22h:00 no período noturno.</p>	20.460	3,45	70.587,00

TRAJETO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<p>Itinerário 2 – Linha Santo Antônio, Linha Barra do Veloso.</p> <p>No período diurno sai das escolas seguindo pela Linha Santo Antônio até a propriedade de Daniel Panigaz retornando sentido Centro Comunitário, entrando pelas propriedades de Zelir, Zelso, Paulinho e Moacir Scopel retornando seguindo sentido Linha Barra do Veloso passando pela propriedade de Silvestre Volpato e Gilmar Tasca. Na Barra do Veloso segue até o a propriedade de Pedro Lazzari e seguindo até a propriedade da família Platzer, retorna e segue até as granjas do Spricigo 1 e 2, retornando a estrada principal entrando na propriedade de Agostinho Lazzari, retornando a estrada principal até o acesso a estrada de acesso a Treze Tílias, seguindo sentido Arroio Trinta, retornando para a PROJAF, EBBGB e PROFABI.</p> <p>Ida e Volta.</p> <p>MANHÃ: 35,5 km MEIO DIA: 35,5 Km TARDE: 33 Km</p> <p>TOTAL DIA: 104 KM X 165 DIAS LETIVOS = 17.160 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 28 LUGARES</p> <p>OBS.: As empresas vencedoras deverão estar com o transporte nas escolas até às 7h:30m no período matutino, às 13h:10m no período vespertino e 18h:30m no período noturno. O retorno deverá ser às 11h:30m no período matutino, às 17h:00 no período vespertino e 22h:00 no período noturno.</p>	17.160	3,58	61.432,80

TRAJETO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<p>Itinerário 6 - Videira</p> <p>No período vespertino (segunda à sexta) saindo em frente a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta seguindo pela SC 355 passando por Iomerê até a UNOESC, seguindo até o SENAI e IFC e retornando até Arroio Trinta.</p> <p>TOTAL DIA: 76 KM X 165 DIAS LETIVOS = 12.540 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 15 LUGARES</p> <p>OBS.: As empresas vencedoras deverão estar com o transporte no IFC – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE às 13h:30m no período vespertino e o retorno à Arroio Trinta deverá ser às 17h:00.</p> <p>Mesmo Trajeto.</p>	12.540	2,79	34.986,60



CLAUSULA SEGUNDA - Estima-se que o valor global deste contrato em R\$ 167.006,40(CENTO E SESSENTA E SETE MIL, SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS) aproximadamente, de acordo com o número de KM percorridos no mês, sendo que o valor unitário por KM são os acima especificados, devendo ser pago através de apresentação de nota fiscal, sempre até o 15.º dia útil de cada mês e o reajuste, será de acordo com os anunciados oficialmente pelo governo federal, mas, incidindo apenas, no valor do combustível, sendo que, estão inclusos no valor acima, todos os materiais, custos e tributos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

§ 1º - O reajuste será anual com base Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 2º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 04 de maio de 2016.

CLAUSULA TERCEIRA - Os serviços ora contratados serão prestados durante o período de 04/05/2015 a 31/12/2015, sempre de acordo com os dias letivos para o período contratado. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2015, conforme segue:

228 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 227 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 226 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 230 - 1 . 2004 . 12 . 362 . 12 . 2.28 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 229 - 1 . 2004 . 12 . 362 . 12 . 2.28 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 231 - 1 . 2004 . 12 . 362 . 12 . 2.28 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 234 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.31 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 233 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.31 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 232 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

#### RECURSOS

Parágrafo único - O pagamento ao contratado será efetuado mensalmente, a vista de nota fiscal, devidamente apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e de acordo a Declaração da Secretaria Municipal de Educação. A Contratada deverá apresentar à contratante juntamente com a nota fiscal de prestação de serviços, as guias de recolhimento das contribuições sociais dos seus funcionários.

CLAUSULA QUINTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SEXTA - Fica expressamente proibida a presença de pessoas estranhas ao ambiente escolar nos veículos de transporte, inclusive, qualquer tipo de carona.

Parágrafo único: Os veículos destinados ao transporte escolar, deverão circular pela cidade exibindo cartazes colados ao pára-brisa com a seguinte informação: "É PROIBIDO O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS QUE NÃO SEJAM ALUNOS".

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

7.1. Responsabilidades da CONTRATADA:

- 7.1.1. Cumprir o itinerário conforme calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação, sendo proibida a alteração da mesma, sem a prévia aprovação e autorização do Município;
- 7.1.2. Disponibilizar e efetuar o transporte de alunos para atividades extras previstas no calendário escolar, mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Educação;
- 7.1.3. Transportar somente os alunos devidamente cadastrados pela Secretaria Municipal de Educação;
- 7.1.4. Observar os critérios de segurança previstos pelo IPETTRAN;
- 7.1.5. Cumprir os horários estipulados pela Secretaria Municipal de Educação de saída e chegada às escolas, apanhando os alunos nos locais determinados;
- 7.1.6. Apresentar ao setor responsável pelo transporte escolar, quando do fechamento do mês, planilha com os dados referentes aos serviços realizados, de acordo com o formulário fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.
- 7.1.7. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários e diárias (hospedagem e alimentação) do pessoal porventura empregado, bem como pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de gerenciamento, indenizações devidas a terceiros, seguros de pessoas e bens, manutenção do veículo (incluindo combustíveis e lubrificantes), resultantes da execução do contrato;
- 7.1.8. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 7.1.9. Manter seu pessoal uniformizado e identificado através de crachás, com fotografia recente.
- 7.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 7.1.11. Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 7.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 7.1.13. Submeter os veículos às vistorias técnicas determinadas pelo Município e pela Legislação;
- 7.1.14. Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- 7.1.15. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à prestação dos serviços;
- 7.1.16. Manter o serviço de forma regular e contínua;
- 7.1.17. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 7.1.18. Manter, de forma regular, todas as condições exigidas para a contratação dispostas no subitem 9.3 do Edital PP nº 0002/2015, durante a execução do contrato;
- 7.1.19. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 7.1.20. Facilitar todas as atividades de fiscalização.

#### 7.2. Responsabilidades do CONTRATANTE:

- 7.2.1. A definição do objeto deste contrato;
  - 7.2.2. Tomar todas as providências necessárias à execução deste contrato;
  - 7.2.3. Fiscalizar a execução do contrato;
  - 7.2.4. Efetuar o pagamento de acordo com o estipulado neste instrumento;
  - 7.2.5. Emitir, através do setor municipal competente, autorização para o início da prestação dos serviços.
- CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de



entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.2. Além das penas acima citadas, a CONTRATADA que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

8.2.1. Um por cento (1%) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi efetuado o transporte;

8.2.2. Cinco por cento (5%) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

8.3. O não cumprimento por parte da CONTRATADA do horário pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, acarretará o não pagamento da quilometragem efetuada no dia do ocorrido.

8.4. As multas aludidas acima não impedem que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

9.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

9.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardada o interesse público;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O contrato poderá ser rescindido ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

9.2.1. Atraso injustificado ou manifesta deficiência, a juízo da Administração, na prestação dos serviços contratados;

9.2.2. Prestação dos serviços fora das especificações constantes no objeto contratual;

9.2.3. Subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

9.2.4. Desatendimento das determinações regulares da Comissão designada para acompanhar e fiscalizar os serviços, assim como as de seus superiores;

9.2.5. Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratual, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei 8.666/93;

9.2.6. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.2.7. Dissolução da empresa;

9.2.8. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato;

9.2.9. Paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada;

9.2.10. Caso o trajeto da linha seja extinto por razões de interesse público ou esteja compreendido em linha de transporte coletivo, objeto de concessão por parte do Poder Público Municipal.

9.3. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de

aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.5. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO - O foro do presente contrato será o da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 copias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 04 de maio de 2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ: 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

MASSON TURISMO E TRANSPORTES LTDA EPP  
CNPJ: 03.297.623/0001-60  
ARI LUIZ MASSON  
Sócio Gerente

#### TESTEMUNHAS

TARCÍSIO LIDANI  
CPF: 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

DE ACORDO  
SANTO POSSATO  
ADVOGADO OAB/SC 19.045

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 0035/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0005/2015  
VALOR TOTAL: R\$167.006,40  
CONTRATADA: MASSON TURISMO E TRANSPORTES

**TERMO ADITIVO Nº 0004/2015**

TERMO ADITIVO 0004/2015 CONTRATO N.º 0036/2011 DE 28 DE ABRIL DE 2011. PROCESSO N.º 0029/2011 - CARTA CONVITE 0019/2011.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA e ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que fazem o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, de outro lado, ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.816.067/0001-00, com inscrição estadual nº 148.873.273.117, com sede na Avenida Eusébio Matoso, 1375, em São Paulo - SP, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela senhora THAIS HELENA BASILIO SOUSA BECKEDORFF, brasileira, casada, securitária, portadora do CPF nº 127.449.408-79 e RG 23.558.019-3, residente e domiciliada na Rua Guaianases, 1238, Campos Eliseos, 01204/001 - São Paulo -SC, por seu procurador GILMAR ANTÔNIO VIECELI, portador do CPF sob nº 447.425.419-87 e CI sob nº 10R 1.103.590, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - As CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA do Contrato Original nº 0036/2011, passam a vigor da seguinte forma:

**CLAUSULA SEGUNDA - PRAZO**

O novo prazo do presente contrato passa a contar do dia 22 de abril de 2015 com prazo de duração de 12 meses, podendo ser renovado por igual período.

(...)

**CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

(...)

Todos os pagamentos cumprirão todas as determinações previstas neste contrato e no edital de Carta Convite nº 0019/2011 conforme descrito na cláusula primeira do contrato 0036/2011.

A Prefeitura Municipal de Arroio Trinta pagará à CONTRATADA pela prestação de serviços mencionada no objeto deste contrato, a importância de total de R\$15.998,64(QUINZE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS) a serem pagos em três parcelas de igual valor, no valor de R\$3.999,66(Três mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos) mediante apresentação da apólice de seguro dos veículos emissão de nota fiscal e boleto bancário.

§ 1º - O presente contrato poderá sofrer reajuste após 12 meses de contrato, utilizando-se o INPC com índice oficial.

§ 2º - (...)

§ 2º - (...)

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente termo, em 03 cópias de iguais teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram

Arroio Trinta - SC 22 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A

CNPJ nº 08.816.067/0001-00,

CONTRATADA

THAIS HELENA BASILIO SOUSA BECKEDORFF

GILMAR ANTÔNIO VIECELI,

CPF sob nº 447.425.419-87

Procurador

Testemunhas:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF - 000.077.349-21

IRIO SERIGHELLI

CPF: 163.594.709-00

O presente Termo Aditivo cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei

Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com a referida Lei o dou como aprovado.

Arroio Trinta - SC 22 de abril de 2015.

SANTO POSSATO

ADVOGADO OAB/SC 19.045

ARROIO TRINTA- SC, 22 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, REALIZAR TERMO ADITIVO DE OBJETO PRAZO/VIGÊNCIA E VALOR COM A EMPRESA ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A, PELO PERÍODO DE ABRIL DE 2015 A ABRIL 2016 EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2011, CARTA CONVITE Nº 0019/2011. Aplicação de 25% referente inclusão de novos veículos e aplicação do INSS do Período.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0004/2015, AO CONTRATO N.º 0028/2011

FINALIDADE: TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR ATÉ 28 DE ABRIL DE 2013.

CONTRATADA: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A, VALOR: R\$15.998,64

2015				
Mês	Índice Do mês	Acumulado		Nº índice desde Jan/93 Dez/92=1,00
		No ano	Nos últimos 12 meses	
Mar/2015	1,51	4,2073	8,4160	1.124,0390
Fev/2015	1,16	2,6572	7,6791	1.107,3185
Jan/2015	1,48	1,4800	7,1256	

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA – AMIGOS DO PEABIRÚ

Ata da 4ª Reunião Ordinária - Amigos do Peabirú

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e catorze, reuniu-se novamente o grupo autodenominado Amigos do Peabirú, na Câmara de Vereadores de Barra Velha (SC). A reunião teve início às 18h40min, e o Sr. Marcos da ONG Viagem Família introduziu os trabalhos, agradecendo a presença de todos. A primeira questão levantada tratou sobre as retificações do Decreto nº 985, de 22 de agosto de 2014, fazendo as devidas correções e substituições de conselheiros, visto que houve algumas trocas de nomes dos representantes legais das entidades que compõem o Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Caminho do Peabirú. Situação observada nos Representantes da Secretaria de Educação, onde os membros serão as Sras. Fabiana Ribas Vivian Pacheco e Liziane Tamara Téio; nos Representantes da Fumtec, a Sra. Fernanda Carolina Becker Rios de Barros de Fonseca deverá ser substituída, visto que não é mais funcionária da Fundação; os Representantes da Câmara de Vereadores são os Vereadores Léia da Banca - Marciléia Reits, e Douglas Elias da Costa. Como Representantes da Associação Quinta dos Açorianos, foram determinadas as Sras. Franciele Martins e Cleusa Veríssimo da Rosa e na Colônia dos Pescadores, deverá ser feita a inversão entre os nomes os suplente e titular.

Foi acordado pelo grupo que as nomenclaturas: Titular e Suplente deveriam ser substituídas por Membros, simplesmente.

O Sr. Marcos apresentou a documentação do Parque (sua situação fundiária), com os registros das áreas que já pertencem ao Parque e as que estão em litígio.

A Sra. Cleusa comentou que quando foram feitas as fotos aéreas pelo Intituto Manoa, observou-se que há invasões e patrolamento próximo ao sambaqui (Faisqueira).

Feitas essas considerações iniciais, passou-se ao foco primordial da reunião que será discutir o Regimento Interno com base em exemplos apresentados.

O Sr. Mário G. Ferraz, da ACDI, trouxe o estatuto do CMDCA e a ONG Viagem Família trouxe o seu para serem utilizados como modelos. O Sr. Sérgio Kassner acessou a internet com outros modelos disponíveis e assim a discussão se seguiu, acrescentando e modificando aquilo que se julgou importante, chegando-se ao modelo de Estatuto que está em anexo e que não será compilado aqui.

A reunião se encerrou às 20h15min, da qual eu, Marianne K. Junghans, lavro a presente ata.

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e catorze, o grupo autodenominado Amigos do Peabirú reuniu-se na Câmara de Vereadores de Barra Velha, às 18h45min, para discutir e aprovar o Regimento Interno do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Caminho do Peabirú - COGEP.

O Sr. Marcos introduziu a leitura do documento e foi acrescentado um objetivo no Art. 4º, parágrafo 6º, que trata das Funções dos Conselheiros Fiscais. Também no Art. 5º, parágrafo 11º foi acrescentado o tempo de 15min para a segunda chamada em caso de votação. No mesmo Art. 5º, no parágrafo 5º houve a fixação de que o calendário de reuniões deverá ser combinado na primeira assembleia do ano.

Após a leitura e alterações do Regimento Interno, o grupo sugeriu que fosse encaminhado um Ofício Convite para o Corpo de Bombeiros Militares de Barra Velha, solicitando a representação de dois membros voluntários para comporem o Comitê Gestor, de modo a tentar desfazer o mal estar criado pela nomeação arbitrária.

Também foi acordado que o Prefeito de Barra Velha, Sr. Claudemir Matias Francisco, será informado de que os representantes da Secretaria de Agricultura não compareceram às reuniões, mesmo tendo sido convidados.

Procedeu-se, em seguida, a eleição para membros do Comitê Gestor. O Sr. Mário colocou-se à disposição para ser o Gestor do Fundo. Foi aclamado por unanimidade. Para ocupar os cargos de Conselheiros Fiscais houve muitos voluntários: Moacir Pereira; Fabiana Vivian Ribas Pacheco; Marsiléia Reits e Lordes de Fátima França. Além disso alguns representantes de outras entidades, a citar a Sras. Cleusa e Franciele da Associação Quinta dos Açorianos, bem como a Srta. Juliana Kammer, da Comfloresta, não estiveram presentes à reunião e gostariam de participar do Comitê Gestor. Dessa maneira, o grupo deixou para votar os cargos de Secretaria Executiva e Conselheiros Fiscais na próxima reunião e passou-se à eleição de Vice-Presidente e Presidente. O Sr. Ivo colocou-se à disposição para ser Vice e os Srs. Douglas e Marcos se disponibilizaram ao cargo de Presidente. Feita a eleição, o Sr. Douglas obteve 4 votos contra o Sr. Marcos, que ficou com 6 votos e foi eleito Presidente do COGEP. Assim, o Sr. Ivo abriu mão de ser Vice em prol do Sr. Douglas. Desta forma, o Conselho Gestor ficou formado por:

- Presidente: Marcos Andreas Junghans

- Vice-presidente: Douglas Elias da Costa

- Gestor do Fundo: Mário Graniel Ferraz

A próxima reunião ficou marcada para o dia 27 de outubro, no mesmo horário, e serão votados os cargos ainda vagos.

A assembleia se encerrou às 20h15min, da qual, Marianne Kollarz Junghans lavro a presente ata.

Marianne K. Junghans Marcos Andreas Junghans

Presidente do COGEP

Douglas Elias da Costa

Vice-Presidente do COGEP

### ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – DIA 13/04/2015

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - DIA 13/04/2015

O presidente Sr. Douglas Elias da Costa iniciou a reunião às 18:45, em primeira ordem, justificou sua falta na última reunião extraordinária. Faltou a mesma devido ter sessão na Câmara de Vereadores no mesmo horário.

Em seguida, entrou com a pauta, onde a Secretária da Administração da Prefeitura Municipal de Barra Velha, Sr. Carolina esteve presente para prestar alguns esclarecimentos referente a área do Parque e posição do Prefeito Claudemir Mattias em relação ao mesmo.

O Presidente Sr. Douglas Elias da Costa explanou algumas situações atuais, como a que a prefeitura devolveu as áreas de litígio do Parque para seus donos, ainda não saiu a sentença, porém a prefeitura decidiu pela devolução das áreas por não ter condições de pagar as mesmas.

O Sr. Mario, com uso da palavra firmou as palavras do Sr. Douglas e tirou dúvidas.

O Sr. Jair, com uso da palavra falou da área restante, da utilização da mesma e citou sobre o plano de manejo, que segundo o mesmo, foi pago e não existe. Por questão de sobrevivência das espécies existentes ali, ele acredita que é necessária toda a área, incluindo as duas que foram devolvidas pela prefeitura.

O Sr. Mário deu ideia de procurarmos a Promotoria para tentar

rever estas áreas. A Sr. Karla comentou a importância de estudos para conhecer espécies, que vão garantir a manutenção destas áreas de litígio no Parque.

A Sr. Carolina explicou que esta área pode, no futuro, com entendimento de órgãos ambientais, ser proibida de construir, desmatar, etc. A devolução foi feita para reformular a desapropriação. Pode ser proibida a exploração, pode ser feito corredor ecológico, porém, hoje está como área comercial, a qual ganhou valor muito alto, e a Prefeitura não tem condições de pagar estes valores. É necessário cumprir as etapas de criação do Parque, porque até hoje só existe uma escritura, porém, efetivamente, o Parque não existe e não pode ser movimentada verbas do mesmo, nem mesmo fazer uso ou manutenção da área existente até que o Parque "exista" efetivamente.

A Cebrace depositou um valor (dois milhões de reais) referente a compensação ambiental e a Confloresta participou com uma área de terra.

A roçada não pode ser efetivada, pois estaríamos utilizando a área. A Sr. Carolina indicou que as áreas que podem ser utilizadas são as que já possuem matrícula. Fazer licitação que determine deliberação para verificar local que está definido, a criação de um corredor ecológico e/ou acesso e fazer decreto para iniciar a utilização das áreas com matrícula. Após realizada toda a documentação, e o estudo ambiental para a instituição, o dinheiro pode ser utilizado para a criação do parque.

O Sr. Sérgio perguntou o que pode ser feito no Plano Diretor a favor do Parque e qual é o interesse que a prefeitura tem em que o parque exista.

A Sra. Carolina respondeu que o Plano Diretor pode mudar e definir as áreas como reservas e impedir construções, porém é preciso ter estudo que comprove tal. Quanto ao interesse, ela respondeu que a secretaria a qual ela faz parte não tem interesse nas áreas devolvidas, devido ao valor que estas tem para o município.

O Sr. Agenor deu ideias de áreas já existentes.

Deliberar em conselho onde os valores serão usados, licitar valores de estudos ambientais, reformular o parque após estudos, instituir o parque e após pode ser feito uso do dinheiro.

A Sr. Juliana solicitou com a Sr. Carolina todos os documentos referentes ao parque, protocolados junto a FATIMA e a mesma falou que o Sr. Marcos já possui estes papéis. Porém, se dispôs a oferecer os documentos novamente se constada solicitação em ata, conforme segue.

O Sr. Manolo falou que já trabalhou com liberações de áreas para criação de parques e afins e reafirmou os passos que a Sra. Carolina já havia dito.

Foi aprovado por todos os presentes que será feito três orçamentos para que seja realizado estudo ambiental. E dá-se por encerrada a reunião.

Assinam abaixo,

## Bela Vista do Toldo

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 250

DECRETO N.º 250/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1091/2015, de 08 de maio de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.114,00 (vinte mil cento e quatorze reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
133-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria de Admin e Fazenda	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	20.114,00
TOTAL GERAL			20.114,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor R\$ 20.114,00 (vinte mil cento e quatorze reais), por conta de saldo financeiro da conta do leilão 221.756-2 apurado em 07/04/2015.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

#### DECRETO Nº 251

DECRETO N.º 251/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1092/2015, de 08 de maio de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito



Adicional Especial no valor de R\$ 324.981,30 ( trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
133-15.452.0006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL	324.981,30		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 324.981,30 (trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
83-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL	324.981,30		

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de maio de 2015.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### LEI 1.092

LEI Nº 1.092/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 324.981,30 ( trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
133-15.452.0006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL	324.981,30		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 324.981,30 (trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
83-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL	324.981,30		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de maio de 2015.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### LEI Nº 1.091

LEI Nº 1.091/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.114,00 (vinte mil cento e quatorze reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	



133-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria de Admin e Fazenda	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	20.114,00
TOTAL GERAL			20.114,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor R\$ 20.114,00 (vinte mil cento e quatorze reais), por conta de saldo financeiro da conta do leilão 221.756-2 apurado em 07/04/2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### LEI Nº 1.093

LEI Nº 1.093/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ARTIGO 37, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - CRFB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência a situações de calamidade pública ou emergência;
- II - assistência a emergências em saúde pública;
- III - admissão de professor substituto e professor visitante;
- IV - admissão de profissionais da educação;
- V - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições municipais;
- VI - execução de serviço por profissional especializado ou de experiência comprovada, que exija criação de cargo, até que seja ele criado e provido através de concurso público;
- VII - de atividades de vigilância e inspeção, relacionadas a defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, e Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal, ou de eminente risco a saúde animal, vegetal ou humanas;
- VIII - para substituição de servidores falecidos, exonerados e aposentados;
- IX - contratação de professores para execução de projetos pedagógicos experimentais e especiais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;

X - em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público;

XI - para atender a programas específicos de desporto educacional, as quais serão preenchidas de acordo com as necessidades e com a habilitação e/ou experiência na área;

XII - a execução de Convênios que venham a atender a satisfação do interesse público;

XIII - realização de serviço considerado essencial, cuja inexecução, quando ameaçado de paralização, possa comprometer a saúde ou a segurança de pessoas ou bens;

XIV - atendimento a outros serviços de urgência, cuja inexecução possa comprometer as atividades dos órgãos e entidades da administração e a regular prestação de serviços públicos aos usuários.

§ 1º. A contratação em caráter temporário poderá ocorrer para suprir a falta de servidores efetivos em razão de:

I - vacância do cargo;

II - afastamento ou licença, na forma do regulamento;

III - nomeação para ocupar cargos de direção ou confiança; ou

IV - posse em cargos eletivos.

§ 2º. Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergências em saúde pública.

§ 3º. A contratação dos professores substitutos fica limitada ao regime de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será realizado mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, em editais afixados no local de costume, inclusive através do Diário Oficial Municipal - DOM, prescindindo de concurso público.

Art. 4º. As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos.

I - 06 (seis) meses, nos casos dos incisos I, II, VI e VIII do art. 2º desta Lei;

II - 01 (um) ano, nos casos dos incisos III, IV, V, VII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV, do art. 2º desta Lei;

Art. 5º. Fica demonstrada a necessidade temporária de excepcional interesse público quando:

I - configurada a situação excepcional temporal, como calamidade pública, emergência, etc.;

II - inexistir candidatos inscritos em concurso ou aprovados para o cargo;

III - atraso do ano letivo superior a 2 (duas) semanas;

IV - descontinuidade da prestação de serviços primordiais;

V - possibilidade de contágio de doenças.

Art. 6º. É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo Único: Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as cumulações amparadas pela Constituição Federal, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários.

Art. 7º. A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou dos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante.

Parágrafo Único: Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 8º. A pessoa contratada não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que em título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Parágrafo Único: A inobservância do disposto neste artigo implica a rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 9º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei, serão apuradas mediante sindicância, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 10. O pessoal contratado nos termos desta Lei se submete às normas e relações de trabalho e previdenciárias previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do que for especificado no contrato.

Art. 11. O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - retorno do servidor efetivo ao cargo ou posse de novo servidor efetivo na vaga;
- III - por iniciativa do contratado.

§ 1º. A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

§ 2º. A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

Art. 12. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de maio de 2015.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### DL 02/2015 FAMABI E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 FAMABI  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MÃO DE OBRA NA LAGOA DO HAMILTON.  
EMPRESA CONTRATADA: BRUNA DE MIRANDA ME  
VALOR: R\$ 7.990,00.  
VIGÊNCIA: até 31/12/2015.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 17.01  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.038  
ELEMENTO DA DESPESA: 44.90.39.99.00.00.00  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da contratação de empresa para a realização de serviços de mão de obra na Lagoa do Hamilton, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93. O valor contratado é compatível com o mercado, conforme orçamentos elencados no processo. A empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 04 de maio de 2015.  
ANDREA FELIPE  
SUPERINTENDENTE DA FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 138/2015 PMB  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TOTEM DE SENHA E UMA TELEVISÃO PARA A SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 22/05, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 22 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.  
Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação

disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 141/2015 PMB  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1 (UM) COMPUTADOR PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 22 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 22 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.  
Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 11 de maio de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.032/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 09/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Extrato Contrato nº 10.032/2015  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 09/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Fornecedor: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME

Valor: 19.506,00 (dezenove mil e quinhentos e seis reais)

Vigência: 27/04/2015 a 31/12/2015.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.033/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 09/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Extrato Contrato nº 10.033/2015  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 09/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Fornecedor: BUSUNESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMÁTICOS LTDA

Valor: R\$ 56,11 (cinquenta e seis reais e onze centavos)

Vigência: 27/04/2015 a 31/12/2015.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.034/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 22/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Extrato Contrato nº 10.034/2015  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 22/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE GALÕES DE LARVICIDA BIOLÓGICO PARA O CONTROLE AOS BORRACHUDOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: AGRO LIDER LTDA

Valor: R\$ 13.136,00 (treze mil cento e trinta e seis reais)

Vigência: 28/04/2015 a 31/12/2015.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.036/2015 - PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - IL Nº 30/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.036/2015  
Processo: Inexigibilidade de Licitação - IL Nº 30/2015 - FMS

Objeto: CONFECÇÃO DE EXEMPLARES EDUCATIVOS SOBRE A DENGUE E FEBRE CHIKUNGUNYA PARA A DISTRIBUIÇÃO À POPULAÇÃO..

Fornecedor: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência: 06/05/2015 a 31/12/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.037/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 10/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.037/2015  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 10/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAPAS DE CAIXA D'ÁGUA PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: GEZIANE CUNHA FURLAN - ME

Valor: 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência: 05/05/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.039/2015 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 27/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.039/2015

Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 27/2015 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA VISANDO À REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA FORNECIDA PARA O CEO, POLICLINICA E UPA 24 HORAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

Fornecedor: TECNOHIDRO COMÉRCIO E INSTALAÇÃO HIDRAULICA LTDA - ME

Valor: R\$ 4.223,00 (quatro mil duzentos e vinte e três reais).

Vigência: 30/05/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.211/2013 - PROCESSO: CONCORRÊNCIA - CC Nº 109/2013 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.211/2013

Processo: Concorrência - CC Nº 109/2013 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PELO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO", VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS EXTERNAS AO HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU, NAS CONDIÇÕES FIXADAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS ARROLADOS AO EDITAL.

Fornecedor: NOVO TETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Vigência: 04/05/2015 a 06/07/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº 1379/2015**

PORTARIA nº 1379 de 08 de maio de 2015

Torna sem efeito a Portaria nº 1300/2015, do servidor Saul de Mello Ferreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1300 de 17 de abril de 2015, do servidor Saul de Mello Ferreira, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2015.

Biguaçu, 08 de maio de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1380/2015**

PORTARIA nº 1380/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, MICHELE RODRIGUES TUMELERO, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III (HISTÓRIA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 23/04/2015 a 20/08/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 21/08/2015 a 21/09/2015.

Biguaçu, 08 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1381/2015**

PORTARIA nº 1381/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, NATHALIA TAVARES GOMES, ocupante do cargo de provimento temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 23/04/2015 a 20/08/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 21/08/2015 a 19/09/2015.

Biguaçu, 08 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1382/2015**

PORTARIA nº 1382/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ALINE DUTRA VOLPATO, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II (30HS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 14/04/2015 a 11/08/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 12/08/2015 a 10/09/2015.

Biguaçu, 08 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1383/2015**

PORTARIA nº 1383 de 08 de maio de 2015

Designa o(a) Servidor(a) João Djalma de Carvalho França, ocupante do cargo comissionado de Gerente do Núcleo do Transporte, inscrito na matrícula funcional nº 14082, para responder pelo Cargo de Diretor de Trânsito, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o(a) Servidor(a) João Djalma de Carvalho França, ocupante do cargo comissionado de Gerente do Núcleo do Transporte, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, inscrito na matrícula funcional nº 14082, para responder, cumulativamente com a função que já exerce, pelo cargo comissionado de Diretor de Trânsito, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, no período de 13/04/2015 a 12/05/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/04/2015.

Biguaçu, 08 de maio de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**Blumenau****CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO MD Nº 2.324**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.324

NOMEIA GABRIEL FERNANDO CURI PIVA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 4 de maio de 2015, Gabriel Fernando Curi Piva, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador César João Cim - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 449**

RESOLUÇÃO Nº 449

CONSTITUI COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA ESPECIAL PARA ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS AO PROLONGAMENTO DA VIA EXPRESSA SC-108.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída Comissão Legislativa Temporária Especial, nos termos dos artigos 66 e 67 do Regimento Interno, formada por 10 (dez) Vereadores, um de cada Partido com assento nesta Casa Legislativa, com a finalidade de acompanhar os trabalhos relacionados ao prolongamento da Via Expressa SC-108, conforme Requerimento nº 158, de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros Vereadores:

I - Ivan Naatz - PDT;

II - César João Cim - PP;

III - Roberto Tribess - PMDB;



IV - Marcos da Rosa - DEM;

V - José de Souza - SDD;

VI - Oldemar Luiz Becker - PPS;

VII - Jens Juergen Mantau - PSDB;

VIII - Antonio João Veneza de Souza - PSD;

IX - Vanderlei Paulo de Oliveira - PT;

X - Célio Dias - PR.

Art. 3º Os membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente e o Relator, sendo fixado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis até metade, para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 07 DE MAIO DE 2015.

Mário Hildebrandt                      Marcos da Rosa  
Presidente                                  Vice-Presidente

Célio Dias                                  Marco Antonio Wanrowsky  
1º Secretário                              2º Secretário

## RESOLUÇÃO Nº 450

RESOLUÇÃO Nº 450

CONSTITUI COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA ESPECIAL PARA ACOMPANHAR AS QUESTÕES SOBRE O ESTÁDIO MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída Comissão Legislativa Temporária Especial, nos termos dos artigos 66 e 67 do Regimento Interno, formada por 10 (dez) Vereadores, um de cada Partido com assento nesta Casa Legislativa, com a finalidade de acompanhar as questões sobre o Estádio Municipal, conforme Requerimento nº 265, de 5 de março de 2015.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros Vereadores:

I - José de Souza - SDD;

II - Cézar João Cim - PP;

III - Roberto Tribess - PMDB;

IV - Marcos da Rosa - DEM;

V - Jefferson Forest - PT;

VI - Oldemar Luiz Becker - PPS;

VII - Jens Juergen Mantau - PSDB;

VIII - Marcelo Lanzarin - PSD;

IX - Ivan Naatz - PDT;

X - Célio Dias - PR.

Art. 3º Os membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente e o Relator, sendo fixado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis até metade, para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 07 DE MAIO DE 2015.

Mário Hildebrandt                      Marcos da Rosa  
Presidente                                  Vice-Presidente

Célio Dias                                  Marco Antonio Wanrowsky  
1º Secretário                              2º Secretário

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 07 DE MAIO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 07 de maio de 2015.

Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovados, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.800 e 6.816. Destino: à sanção do Executivo.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 30 de abril de 2015.

Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as seguintes Redações Finais: Projetos de Decreto Legislativo nºs 901, 902, 903, 904 e 905; Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.420; Projetos de Lei Complementar nºs 1.437, 1.450 e 1.447; e Projetos de Lei nºs 6.779, 6.818, 6.833, 6.834, 6.835 e 6.836. Destino: à Comissão de Redação Final. Destino dos Projetos de Decreto Legislativo: comuniquem-se e publiquem-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 05 de maio de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Rejeitado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.751. Destino: ao Executivo para promulgação.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Resolução nºs 484 e 487. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 550, 554, 555 e 556/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2321, 2322 e 2323. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei nº 6.882.

Promulgados os Decretos Legislativos nºs 848, 849, 850, 851 e 851. Destino: comunique-se e publique-se.

Despachados para a próxima Sessão os Requerimentos nºs 530, 531, 532, 533, 534, 551, 552 e 553/2015; e as Moções nºs 85 e 86/2015.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE MAIO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 07 de maio de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Resolução nºs 484 e 487. Destino: comunique-se e publique-se, ficando promulgadas as Resoluções nºs 449 e 450, respectivamente.

Aprovado, em única discussão e votação, o Relatório Final da

Comissão Temporária Especial de Acompanhamento à Elaboração da Proposta Legislativa do Plano de Carreira dos Servidores da Área de Saúde do Município. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovadas, em única discussão e votação, as cessões do Plenário à Comissão Legislativa Temporária Especial para acompanhar cronograma de manutenção de comportas e diques de contenção no Município e à Assessoria de Assuntos da Juventude da Prefeitura Municipal de Blumenau. Destino: comunique-se.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.800. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.800, 6.816 e 6.817. Destino: à Comissão de Redação Final.

Despachados para a próxima Sessão os Requerimentos nºs 530, 531, 532, 533, 534 e 544/2015; e a Moção nº 86/2015.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 562, 563 e 564/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2324 e as Resoluções nºs 449 e 450. Destino: comunique-se e publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 28 de abril de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação a Cessão do Plenário ao Núcleo de Enfermagem de Blumenau. Destino: comunique-se.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.451 e os Projetos de Lei nºs 6.780, 6.787 e 6.805. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 502, 503 e 504/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Mensagens nºs 44, 45, 46 e 47/2015. Destino: processar e à Comissão de Constituição com trâmite de urgência urgentíssima.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2278, 2316, 2317 e 2318. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei nº 6.826 e o Projeto de Lei Complementar nº 1.449.

**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2015.**

Reunião Ordinária do dia 30 de abril de 2015.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.787 e 6.805. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.779. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 901, 902, 903, 904 e 905; o Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.420; o Projeto de Lei Complementar nº 1.437; e os Projetos de Lei nºs 6.779 e 6.818. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 523, 524/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2319 e 2320. Destino: comunique-se e publique-se.

Despachados para a próxima Sessão a Moção nº 85/2015 e os Requerimentos nºs 500, 501, 505, 506, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 520, 521 e 522/2015.

**Bom Jesus do Oeste****PREFEITURA****CONTRATO Nº. 85/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 85/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: WALMIR RIPKE  
Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015  
Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.  
Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.  
Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 86/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 86/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DILETO MENEGOTTO  
Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015  
Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.  
Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.  
Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 87/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 87/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ODACIR SANSIGOLO  
Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015  
Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.  
Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.  
Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 88/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 88/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EDSON LAUERMANN

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 89/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 89/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GUILHERME GRUDSINSKI

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 90/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 90/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EGILDO AFONSO DA SILVA

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 91/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 91/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ILDO VARGAS

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.  
Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 92/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 92/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SELVINO PES

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 93/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 93/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LACIR KLEIN

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 94/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 94/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LUIZ DE SOUZA

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 95/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 95/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ELTO TOSETTO

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 96/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 97/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NERI WALDEMAR WESNER

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 97/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 97/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NERI WALDEMAR WESNER

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 98/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 98/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NILSO MURARI

Licitação: CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Objeto: Matéria mineral para manutenção de estradas vicinais.

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 99/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 99/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 80/2015.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA - CIDIR

Licitação: DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 900/2015

Objeto: Pavimentação asfáltica em ruas e avenidas do município totalizando 5.292,08 M².

Valor: R\$ 188.023,00(Cento e oitenta e oito mil e vinte e três reais).

Vigência: 08 de Maio de 2015 a 31 de Julho de 2015.

Assinatura: 08 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 4712/2015**

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

DECRETO Nº 4712/2015 de 07 de Maio de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo de Chamada Publica nº 004/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2015, sob o Edital de Chamada Publica nº 004/2015, que tem por objeto o credenciamento de propriedades rurais para fornecimento de material mineral (cascalho) para manutenção de estradas vicinais do município.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor dos fornecedores abaixo relacionadas, conforme declaração assinada pelos proprietários nos quais aceitam as cláusulas do edital de Chamada Publica nº 004/2015 no valor pago de R\$ 12,00 (doze) reais por carga retirada da propriedade.

FORNECEDOR	CPF
NILSO MURARI	842.507.049-04
NERI WALDEMAR WESNER	845.928.779-34
HÉLIO BOTTIN	469.379.439-20
ELTO TOSETTO	019.013.609-03
LACIR KLEIN	790.102.299-04
LUIZ DE SOUZA	625.171.479-49
SELVINO PES	401.281.999-20
ILDO VARGAS	425.498.929-68
GUILHERME GRUDSINSKI	052.275.779-00



EGILDO AFONSO DA SILVA	503.314.859-15
ODACIR SANSIGOLO	693.012.559-87
EDSON LAUERMANN	099.211.259-15
DILETO MENEGOTTO	246.317.100-63
WALMIR RIPKE	693.670.359-34

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 07/05/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### **EDITAL N.º 001/2015 DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Bom Jesus do Oeste  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Lei Federal nº 8.069/90  
Lei Municipal nº 851/2012 e Lei Municipal n.º 965/2015

#### **EDITAL N.º 001/2015**

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Bom Jesus do Oeste.

Roseli Simone Jandt, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições Legais, torna público que, com base na Lei Municipal n.º 851/2012 e lei municipal n.º 965/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Oeste, e dá outras providências.

#### **Capítulo I: 1 Do Cargo e das Vagas**

Art.1º - A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

Art.2º - Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

§1º Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

Art. 3º - O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### **Capítulo II: Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato**

Art. 4º - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante, de dedicação exclusiva, e conforme Lei Municipal nº 851/2012 e lei municipal nº 965/2015, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 874,02 (oitocentos e setenta e quatro reais e dois centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - décimo terceiro salário.

Art. 5º - Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

§ Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

Art.6º - A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

Art.7º - O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

I - Plantão noturno das 17:00h às 07:30h do dia seguinte.

II - Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

III - Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

#### **Capítulo III: Do Processo de Escolha**

##### **3.1 Das Inscrições**

Art. 8º - O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 10 de maio de 2015 até 10 de junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, na Sala da Assistência Social, anexa a Prefeitura Municipal, sito na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, ou no CRAS(Centro de Referência de Assistência Social), sito a Rua Eduardo Sehnem, 408.

Art. 9º - Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, a um ano ou mais;

IV - Ensino médio completo, comprovado através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio

V - estar no gozo dos direitos políticos;

Parágrafo Único: O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

Art.10º - Para efetuar a inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Requerimento (modelo fornecido no ato da inscrição);

II - Cópia da carteira de identidade e CPF;

III - Atestado de idoneidade moral, expedido por autoridade policial;

IV - Declaração de tempo de residência, (modelo fornecido no ato da inscrição);

V - Comprovante do grau de escolaridade(cópia).

VI - Comprovante de votação das eleições 2014(cópia).

Art.11º - Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

Art.12º - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou

por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Paragrafo Único: O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

Art. 13º - A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e CRAS, para ciência pública.

Art.14º - Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 19/06/2015, no horário de atendimento ao público na Sala da Assistência Social, anexa a Prefeitura Municipal, sito na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, ou no CRAS(Centro de Referencia de Assistência Social), sito a Rua Eduardo Sehnem, 408.

§1ºO candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 22/06/2015 a 26/06/2015, no horário de atendimento ao público na Sala da Assistência Social, anexa a Prefeitura Municipal, sito na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, ou no CRAS(Centro de Referencia de Assistência Social), sito a Rua Eduardo Sehnem, 408.

§2º A comissão eleitoral terá o período para apresentar a resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

§3º Após a homologação das inscrições dos candidatos será realizado treinamento de capacitação dia 26 de agosto de 2015 dos candidatos para atuação na área, somente sendo homologada a inscrição para a fase seguinte do processo de escolha, a inscrição dos candidatos com 100%(cem por cento) de frequência ao referido treinamento.

Art.15º - O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 20/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, CRAS e Diário Oficial dos municípios.

Art.16º - Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

### Capítulo IV : Da Eleição

Art. 17º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar se dará, observando as seguintes diretrizes:

I - Eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II- A candidatura é individual, não sendo permitida a composição de chapas, vedada qualquer propaganda ou interferência político-partidária.

III - Fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 18º - Terão direito a votar todas as pessoas votantes do município de Bom Jesus do Oeste.

Art. 19º - A eleição dos membros do Conselho Tutelar será realizada no dia 04/10/2015, das 8:00 as 16:00 horas na Escola Municipal Professor Albano Borre, sito a Av. Cristo Rei, ao lado do

Ginásio de Esportes.

Art. 20º - No ato de votar, os votantes deverão apresentar a carteira de identidade, ou outro documento que o identifique.

Art. 21º - Encerrada a votação, será realizada pelo CMDCA, a apuração dos votos e proclamados os resultados com a divulgação do nome dos Conselheiros Tutelares Titulares Eleitos, bem como dos suplentes, publicados em resolução.

Paragrafo Único: O Presidente do CMDCA homologará os resultados e fará publicar a resolução no Diário Oficial dos Municípios e em Mural Publico.

Art. 22º - O prazo para entrada com recurso referente ao resultado do escrutínio é de 24 horas, após a divulgação do resultado da eleição.

Art. 23º - Serão considerados os seguintes critérios para efeito de desempate:

I - O candidato mais idoso.

II - Maior grau de escolaridade.

III - Maior tempo de residência no Município.

### Capítulo V : Da proclamação e posse do Conselho Tutelar

Art. 24º - Os membros do Conselho Tutelar serão proclamados oficialmente eleitos pelo CMDCA, através de resolução.

Art.25º - A posse dos membros do Conselho Tutelar será dia 10 de janeiro de 2016, as 07:30 horas junto à sua sede.

Art.26º - Casos não previstos no edital, terão solução nos termos da legislação.

Art. 27º - Esta resolução entra em vigor condicionada sua validade a publicação no DOM/DC, nos termos do Parágrafo Único do artigo 3º do decreto n.º 4450 de 16 de setembro de 2013 e/ou publicação no Diário oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer época por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

Bom Jesus do Oeste, SC, 08 de maio de 2015.

Roseli Simone Jandt

Presidente do CMDCA de Bom Jesus do Oeste

### Anexo 1

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

### Eleição Conselho Tutelar 2015

Inscrições	11/05/2015 a 10/06/2015
Publicação dos candidatos	12/06/2015
Impugnação de candidaturas	15/06/2015 a 19/06/2015
Defesa das impugnações	22/06/2015 a 26/06/2015
Resposta das impugnações	10/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	20/07/2015
Treinamento de capacitação para os candidatos	26/08/2015
Eleição unificada	04/10/2015
Posse dos novos conselheiros	10/01/2016

Roseli Simone Jandt

Presidente do CMDCA de Bom Jesus do Oeste

RREO 2º B 2015

Página: 1 de 3  
08/05/2015 08:36

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
		(a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.037.958,87	14.037.958,87	1.753.500,50	12,49	3.755.908,50	26,76	
Receitas Correntes	11.718.734,71	11.718.734,71	1.753.500,50	14,96	3.603.223,01	30,75	
Receita Tributária	604.000,00	604.000,00	85.626,24	14,18	146.265,53	24,22	
Impostos	462.000,00	462.000,00	75.362,76	16,31	128.179,50	27,74	
Taxas	82.000,00	82.000,00	8.954,34	10,92	11.295,95	13,78	
Contribuição de Melhoria	60.000,00	60.000,00	1.309,14	2,18	6.790,08	11,32	
Receita De Contribuições	26.000,00	26.000,00	4.712,24	18,12	9.323,65	35,86	
Contribuições Econômicas	26.000,00	26.000,00	4.712,24	18,12	9.323,65	35,86	
Receita Patrimonial	90.000,00	90.000,00	16.732,20	18,59	27.134,09	30,15	
Receitas De Valores Mobiliários	90.000,00	90.000,00	16.732,20	18,59	27.134,09	30,15	
Receita Agropecuária	45.000,00	45.000,00	6.244,18	13,88	13.958,00	31,02	
Outras Receitas Agropecuárias	45.000,00	45.000,00	6.244,18	13,88	13.958,00	31,02	
Receita De Serviços	201.000,00	201.000,00	32.747,48	16,29	48.733,34	24,25	
Transferências Correntes	10.686.334,71	10.686.334,71	1.605.010,65	15,02	3.349.508,11	31,34	
Transferências Intergovernamentais	10.386.360,00	10.386.360,00	1.503.769,18	14,48	3.248.266,64	31,27	
Transferências De Convênios	299.974,71	299.974,71	101.241,47	33,75	101.241,47	33,75	
Outras Receitas Correntes	66.400,00	66.400,00	2.427,51	3,66	8.300,29	12,50	
Multas E Juros De Mora	34.020,00	34.020,00	2.285,08	6,72	4.021,65	11,82	
Receita Da Dívida Ativa	32.380,00	32.380,00	141,93	0,44	4.278,14	13,21	
Receitas Correntes Diversas	-	-	0,50	-	0,50	-	
Receitas De Capital	2.319.224,16	2.319.224,16	-	-	152.685,49	6,58	
Alienação De Bens	-	-	-	-	-	-	
Transferências De Capital	2.319.224,16	2.319.224,16	-	-	152.685,49	6,58	
Transferências Intergovernamentais	1.225.325,19	1.225.325,19	-	-	152.685,49	12,46	
Transferências De Convênios	1.093.898,97	1.093.898,97	-	-	-	-	

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)				
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-			
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(II+I)	14.037.958,87	14.037.958,87	1.753.500,50	12,49	3.755.908,50	26,76	10.282.050,37			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)										
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-			
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-			
Contratual	-	-	-	-	-	-	-			
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-			
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-			
Contratual	-	-	-	-	-	-	-			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	14.037.958,87	14.037.958,87	1.753.500,50	12,49	3.755.908,50	26,76	10.282.050,37			
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL(VII)=(V+VI)	14.037.958,87	14.037.958,87	1.753.500,50	12,49	3.755.908,50	26,76	10.282.050,37			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	591.455,00	-	-			
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	591.455,00	-	-			
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-			
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-			



Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO (LRF, ART.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (l)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	14.037.958,87	14.629.413,87	2.190.393,63	6.971.250,40	7.658.163,47	1.905.605,54	3.529.701,63	11.099.712,24	1.937.573,04
Despesas Correntes	10.759.874,71	11.145.561,91	1.514.941,78	4.852.485,63	6.293.076,28	1.753.928,29	3.153.586,33	7.991.975,58	1.785.536,79
Pessoal E Encargos Sociais	5.590.900,00	5.626.548,68	779.608,23	1.893.889,52	3.732.659,16	837.188,23	1.658.285,52	3.968.263,16	842.245,57
Juros E Encargos Da Dívida	80.000,00	80.000,00	2.162,86	5.701,34	74.298,66	2.162,86	5.701,34	74.298,66	2.162,86
Outras Despesas Correntes	5.088.974,71	5.439.013,23	733.170,69	2.952.894,77	2.486.118,46	914.577,20	1.489.599,47	3.949.413,76	941.128,36
Despesas De Capital	3.268.084,16	3.473.851,96	675.451,85	2.118.764,77	1.355.087,19	151.677,25	376.115,30	3.097.736,66	152.036,25
Investimentos	2.969.084,16	3.174.851,96	619.896,29	2.007.653,65	1.167.198,31	96.121,69	265.004,18	2.909.847,78	96.480,69
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	299.000,00	299.000,00	55.555,56	111.111,12	187.888,88	55.555,56	111.111,12	187.888,88	55.555,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	-	-	10.000,00	-	-	10.000,00	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(VIII+IX)	14.037.958,87	14.629.413,87	2.190.393,63	6.971.250,40	7.658.163,47	1.905.605,54	3.529.701,63	11.099.712,24	1.937.573,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	14.037.958,87	14.629.413,87	2.190.393,63	6.971.250,40	7.658.163,47	1.905.605,54	3.529.701,63	11.099.712,24	1.937.573,04
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	226.206,87	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	14.037.958,87	14.629.413,87	2.190.393,63	6.971.250,40	7.658.163,47	1.905.605,54	3.755.908,50	10.873.505,37	1.937.573,04

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 08/Mai/2015, 08h e 34m.

AIRTON ANTONIO REINEHR      WALTER NAUJORKS      NAIRO CEZAR MORANDINI      JANDREI LUIZ BRUTSCHER  
Prefeito Municipal      Sec. de Adm e Fazenda      Contador CRC 020101/0-8      Controle Interno

Página: 1 de 2  
08/05/2015 11:20

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre	
		(a)	(b)	(b)	(c)=(a-b)	(d)	(d/Total d)	(e)=(a-d)
				(b/total b)				
<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>14.037.958,87</b>	<b>14.629.413,87</b>	<b>2.190.393,63</b>	<b>6.971.250,40</b>	<b>100,00</b>	<b>1.905.605,54</b>	<b>3.529.701,63</b>	<b>11.099.712,24</b>
Legislativa	540.000,00	540.000,00	79.025,80	165.217,40	2,37	83.136,11	161.114,84	378.885,16
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	79.025,80	165.217,40	2,37	83.136,11	161.114,84	378.885,16
Administração	1.768.000,00	1.769.363,09	281.385,70	733.368,53	10,52	302.537,92	538.246,92	1.231.116,17
Planejamento e Orçamento	129.000,00	129.000,00	17.578,77	32.801,10	0,47	17.578,77	32.801,10	96.198,90
Administração Geral	1.230.000,00	1.231.363,09	205.061,84	593.870,55	8,52	229.574,06	402.108,94	829.254,15
Administração Financeira	219.000,00	219.000,00	27.386,40	58.342,43	0,84	27.386,40	58.342,43	160.657,57
Controle Interno	71.000,00	71.000,00	13.182,77	21.252,16	0,30	9.822,77	17.892,16	53.107,84
Administração de Receitas	89.000,00	89.000,00	13.175,92	22.102,29	0,32	13.175,92	22.102,29	66.897,71
Assistência Comunitária	30.000,00	30.000,00	5.000,00	5.000,00	0,07	5.000,00	5.000,00	25.000,00
Segurança Pública	41.000,00	41.000,00	11.805,77	11.840,41	0,17	2.457,45	2.492,09	38.507,91
Policimento	41.000,00	41.000,00	11.805,77	11.840,41	0,17	2.457,45	2.492,09	38.507,91
Assistência Social	485.000,00	610.073,32	72.410,57	148.478,16	2,13	58.055,97	107.396,90	502.676,42
Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	133.000,00	135.443,11	11.050,72	33.942,93	0,49	12.385,72	29.142,93	106.300,18
Assistência Comunitária	342.000,00	464.630,21	61.359,85	114.535,23	1,64	45.670,25	78.253,97	386.376,24
Saúde	2.632.044,00	2.791.517,64	294.425,32	1.227.766,92	17,61	413.804,09	712.828,13	2.078.689,51
Atenção Básica	2.392.044,00	2.481.517,64	281.772,02	1.015.972,32	14,57	367.275,21	637.723,64	1.843.794,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	130.000,00	200.000,00	0,00	189.491,93	2,72	34.375,58	53.301,82	146.698,18
Vigilância Sanitária	82.000,00	82.000,00	9.102,72	15.040,09	0,22	8.602,72	14.540,09	67.459,91
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	3.550,58	7.262,58	0,10	3.550,58	7.262,58	20.737,42
Educação	3.352.225,19	3.628.938,26	308.865,55	2.040.935,65	29,28	343.915,34	777.645,40	2.851.292,86
Alimentação e Nutrição	157.000,00	159.731,65	25.279,84	78.118,12	1,12	18.526,01	32.557,98	127.173,67
Ensino Fundamental	2.790.650,19	3.047.131,61	215.277,71	1.824.675,30	26,17	256.882,10	620.757,58	2.426.374,03
Ensino Superior	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação Infantil	393.575,00	411.075,00	68.308,00	138.142,23	1,98	68.507,23	124.329,84	286.745,16
Cultura	155.000,00	158.000,00	66.323,13	85.722,71	1,23	32.940,13	44.389,71	113.610,29
Difusão Cultural	155.000,00	158.000,00	66.323,13	85.722,71	1,23	32.940,13	44.389,71	113.610,29

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre	
		(a)	(b)	(b)/total (b)	(c)=(a-b)	(d)	(d)/Total (d)	(e)=(a-d)
Urbanismo	1.710.898,97	1.713.898,97	568.788,63	963.324,64	750.574,33	86.827,35	155.659,35	1.558.239,62
Infra-Estrutura Urbana	1.297.898,97	1.300.898,97	513.845,65	776.754,28	524.144,69	17.071,05	28.330,20	1.272.568,77
Serviços Urbanos	335.000,00	335.000,00	43.804,53	165.057,49	169.942,51	58.617,85	105.816,28	229.183,72
Energia Elétrica	78.000,00	78.000,00	11.138,45	21.512,87	56.487,13	11.138,45	21.512,87	56.487,13
Habitação	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	33.000,00
Habitação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Habitação Urbana	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
Gestão Ambiental	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00	14.500,00	0,00	0,00	14.500,00
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	4.500,00
Extensão Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Agricultura	1.065.316,00	1.065.316,00	158.618,63	553.647,58	511.668,42	168.510,42	334.907,61	730.408,39
Promoção da Produção Animal	145.000,00	145.000,00	11.297,97	74.152,86	70.847,14	13.138,37	29.807,86	115.192,14
Extensão Rural	920.316,00	920.316,00	147.320,66	479.494,72	440.821,28	155.372,05	305.099,75	615.216,25
Comunicações	6.000,00	20.000,00	16.838,55	19.728,55	271,45	16.875,34	18.845,96	1.154,04
Telecomunicações	6.000,00	20.000,00	16.838,55	19.728,55	271,45	16.875,34	18.845,96	1.154,04
Transporte	1.479.974,71	1.488.806,59	240.043,39	768.883,14	719.923,45	294.998,84	475.834,61	1.012.971,98
Transporte Rodoviário	1.479.974,71	1.488.806,59	240.043,39	768.883,14	719.923,45	294.998,84	475.834,61	1.012.971,98
Desporto e Lazer	246.000,00	246.000,00	17.863,49	101.520,54	144.479,46	27.547,48	49.523,94	196.476,06
Desporto Comunitário	246.000,00	246.000,00	17.863,49	101.520,54	144.479,46	27.547,48	49.523,94	196.476,06
Encargos Especiais	499.000,00	499.000,00	73.999,10	150.816,17	348.183,83	73.999,10	150.816,17	348.183,83
Serviço da Dívida Interna	499.000,00	499.000,00	73.999,10	150.816,17	348.183,83	73.999,10	150.816,17	348.183,83
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>14.037.958,87</b>	<b>14.629.413,87</b>	<b>2.190.393,63</b>	<b>6.971.250,40</b>	<b>7.658.163,47</b>	<b>1.905.605,54</b>	<b>3.529.701,63</b>	<b>11.099.712,24</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 08/Mai/2015, 08h e 38m.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS  
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI  
Controlador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER  
Controle Interno

Página: 1 de 8  
08/05/2015 09:04

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	486.260,00	486.260,00	130.993,24	26,94
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	142.440,00	142.440,00	33.106,72	23,24
1.1.1-IPTU	128.000,00	128.000,00	33.924,60	26,50
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.970,00	2.970,00	-	-
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	9.000,00	9.000,00	2.366,07	26,29
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.470,00	2.470,00	333,12	13,49
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	3.517,07	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	108.000,00	108.000,00	29.153,76	26,99
1.2.1-ITBI	108.000,00	108.000,00	29.153,76	26,99
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	131.820,00	131.820,00	35.306,44	26,78
1.3.1-ISS	122.000,00	122.000,00	35.353,19	28,98
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.970,00	2.970,00	36,74	1,24
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	4.380,00	4.380,00	77,81	1,78
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.470,00	2.470,00	-	-
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	161,30	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	104.000,00	104.000,00	33.426,32	32,14
1.4.1-IRRF	104.000,00	104.000,00	33.426,32	32,14
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	



Página: 2 de 8  
08/05/2015 09:04

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)×100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				
2.1-Cota-Parte FPM	10.321.700,00	10.321.700,00	3.376.352,28	32,71
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.615.000,00	6.615.000,00	2.137.683,62	32,32
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	6.615.000,00	6.615.000,00	2.137.683,62	32,32
2.2-Cota-Parte ICMS	-	-	-	
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	3.437.000,00	3.437.000,00	1.162.452,25	33,82
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	47.000,00	47.000,00	4.703,22	10,01
2.5-Cota-Parte ITR	64.000,00	64.000,00	17.971,69	28,08
2.6-Cota-Parte IPVA	2.700,00	2.700,00	116,36	4,31
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	156.000,00	156.000,00	53.425,14	34,25
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	-	-	-	
	10.807.960,00	10.807.960,00	3.507.345,52	32,45

Página: 3 de 8  
08/05/2015 09:04

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.363.325,19	1.363.325,19	204.434,43	15,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	80.000,00	80.000,00	41.410,25	51,76
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	18.000,00	18.000,00	4.757,82	26,43
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	40.000,00	40.000,00	5.580,87	13,95
5.5 - Outras Transferências do FNDE	1.225.325,19	1.225.325,19	152.685,49	12,46
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	70.000,00	70.000,00	7.410,71	10,59
6.1 - Transferências de Convênios	69.000,00	69.000,00	7.401,33	10,73
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	9,38	0,94
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.433.325,19	1.433.325,19	211.845,14	14,78

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.010.340,00	2.010.340,00	675.269,75	33,59
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.269.000,00	1.269.000,00	427.536,60	33,69
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	687.400,00	687.400,00	232.490,11	33,82
10.3 - ICMS Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	9.400,00	9.400,00	940,64	10,01
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	3.594,36	28,08
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	540,00	540,00	23,25	4,31
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	31.200,00	31.200,00	10.684,79	34,25
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	760.000,00	760.000,00	243.751,70	32,07
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	455.000,00	455.000,00	145.785,86	32,04
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	303.000,00	303.000,00	97.190,57	32,08
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	775,27	38,76
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	-1.555.340,00	-1.555.340,00	-529.483,89	34,04

Página: 4 de 8  
08/05/2015 09:04

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB  
 [SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Página: 5 de 8  
08/05/2015 09:04

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00	
DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		456.000,00	456.000,00	185.953,49	40,78	185.953,49	40,78
13.1-Com Educação Infantil		-	-	-		-	
13.2-Com Ensino Fundamental		456.000,00	456.000,00	185.953,49	40,78	185.953,49	40,78
14-OUTRAS DESPESAS		304.000,00	315.430,84	185.132,18	58,69	78.928,57	25,02
14.1-Com Educação Infantil		-	-	-		-	
14.2-Com Ensino Fundamental		304.000,00	315.430,84	185.132,18	58,69	78.928,57	25,02
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)		760.000,00	771.430,84	371.085,67	48,10	264.882,06	34,34
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-	
16.1 - FUNDEB 60%						-	
16.2 - FUNDEB 40%						-	
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						11.430,84	
17.1 - FUNDEB 60%						-	
17.2 - FUNDEB 40%						11.430,84	
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						11.430,84	
INDICADORES DO FUNDEB						VALOR	
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						253.451,22	
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-(16.1+17.1))/(11X100)%						76,29	
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11X100)%						27,69	
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%						-3,98	

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		11.430,84
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>		11.430,84

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.701.990,00	2.701.990,00	876.836,38	32,45

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	393.575,00	413.575,00	138.422,23	33,47	130.909,84	31,65
23.1-Creche	393.575,00	393.575,00	131.032,71	33,29	123.520,32	31,38
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	393.575,00	393.575,00	131.032,71	33,29	123.520,32	31,38
23.2-Pré-Escola	-	20.000,00	7.389,52	36,95	7.389,52	36,95
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	20.000,00	7.389,52	36,95	7.389,52	36,95
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.375.325,00	1.401.755,84	563.224,71	40,18	411.987,12	29,39
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	760.000,00	771.430,84	371.085,67	48,10	264.882,06	34,34
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	615.325,00	630.325,00	192.139,04	30,48	147.105,06	23,34
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.768.900,00	1.815.330,84	701.646,94	38,65	542.896,96	29,91



Página: 7 de 8  
08/05/2015 09:04

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-529.483,89
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	97.190,57
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	775,27
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	11.430,84
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-420.087,21
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30-31+32-33+34-35+36)	962.984,17
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	27,46
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(31X100))%	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-		-	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	80.000,00	142.501,85	64.741,06	45,43	39.777,32	27,91
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-		-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.353.325,19	1.371.105,57	1.217.161,14	88,77	165.144,79	12,04
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.433.325,19	1.513.607,42	1.281.902,20	84,69	204.922,11	13,54
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	3.202.225,19	3.328.938,26	1.983.549,14	59,59	747.819,07	22,46
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2015 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		-	-		-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-		-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB		-	-		-	-

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	36.930,84
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	242.976,43
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	290.382,06
49.1-Orçamentário do Exercício	264.882,06
49.2-Restos a Pagar	25.500,00
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	775,27
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-9.699,52

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 08/Mai/2015, 08h e 42m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/O-8	Controle Interno

Página: 1 de 3  
08/05/2015 11:18

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	486.260,00	486.260,00	130.993,24	26,94
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	128.000,00	128.000,00	30.407,53	23,76
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	108.000,00	108.000,00	29.153,76	26,99
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	122.000,00	122.000,00	35.191,89	28,85
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	104.000,00	104.000,00	33.426,32	32,14
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.940,00	5.940,00	36,74	0,62
Dívida Ativa dos Impostos	13.380,00	13.380,00	2.443,88	18,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.940,00	4.940,00	333,12	6,74
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.321.700,00	10.321.700,00	3.376.352,28	32,71
Cota-Parte FPM	6.615.000,00	6.615.000,00	2.137.683,62	32,32
Cota-Parte ITR	2.700,00	2.700,00	116,36	4,31
Cota-Parte IPVA	156.000,00	156.000,00	53.425,14	34,25
Cota-Parte ICMS	3.437.000,00	3.437.000,00	1.162.452,25	33,82
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	17.971,69	28,08
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	47.000,00	47.000,00	4.703,22	10,01
Desoneração ICMS (LC 87/96)	47.000,00	47.000,00	4.703,22	10,01
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>10.807.960,00</b>	<b>10.807.960,00</b>	<b>3.507.345,52</b>	<b>32,45</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	861.000,00	861.000,00	204.336,63	23,73
Provenientes da União	755.000,00	755.000,00	191.206,65	25,33
Provenientes dos Estados	106.000,00	106.000,00	13.129,98	12,39
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>861.000,00</b>	<b>861.000,00</b>	<b>204.336,63</b>	<b>23,73</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.496.000,00	2.655.473,64	1.208.129,92	45,50	691.921,03	26,06
Pessoal e Encargos Sociais	1.387.000,00	1.387.027,69	565.770,92	40,79	405.262,92	29,22
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.109.000,00	1.268.445,95	642.359,00	50,64	286.658,11	22,60
DESPESAS DE CAPITAL	136.044,00	136.044,00	19.637,00	14,43	8.137,00	5,98
Investimentos	136.044,00	136.044,00	19.637,00	14,43	8.137,00	5,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.632.044,00</b>	<b>2.791.517,64</b>	<b>1.227.766,92</b>	<b>43,98</b>	<b>700.058,03</b>	<b>25,08</b>

Página: 2 de 3  
08/05/2015 11:18

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	861.000,00	950.473,64	351.212,07	28,61	183.846,33	26,26
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	758.000,00	836.613,09	337.880,85	27,52	170.515,11	24,36
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	103.000,00	113.860,55	13.331,22	1,09	13.331,22	1,90
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	861.000,00	950.473,64	351.212,07	28,61	183.846,33	26,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.771.044,00	1.841.044,00	876.554,85	71,39	516.211,70	73,74
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						14,72
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB) / 100]6						-9.890,12
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Total	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-	-		-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Diferença de limite não cumprido em 2014	1.288.648,53	-		1.288.648,53		
Total (IX)	1.288.648,53	-		1.288.648,53		

Página: 3 de 3  
08/05/2015 11:18

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	2.392.044,00	2.481.517,64	1.015.972,32	82,75	624.953,54	89,27
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	130.000,00	200.000,00	189.491,93	15,43	53.301,82	7,61
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	82.000,00	82.000,00	15.040,09	1,23	14.540,09	2,08
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	7.262,58	0,59	7.262,58	1,04
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.632.044,00</b>	<b>2.791.517,64</b>	<b>1.227.766,92</b>	<b>100,00</b>	<b>700.058,03</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 08/Mai/2015, 11h e 16m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS  
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI  
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER  
Controle Interno



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 31.15 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE LOTES JOSÉ A. MELO

DECRETO Nº 22/15 de 05.05.15

Aprova desmembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º - Fica aprovado, conforme requerimento nº 280/2015, o "Desmembramento" do imóvel de propriedade de JOSÉ ALVÍCIO MELO, CPF nº 345.528.559-72, Inscrição Imobiliária nº 01.01.142.0240.001, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 5.295, lote nº 03 da Quadra Q, da área 01 medindo 455,00m² de uma área total de 897,75m², restando à área 02, área remanescente medindo 442,75m², que será anexado ao lote extremante, também de propriedade do contribuinte acima citado. O imóvel fica situado na Rua Frontino Vieira de Souza, Bairro: Loteamento Bela Vista, Bom Retiro, Santa Catarina.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal de Bom Retiro, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º - O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica, iluminação pública, canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências, meio fio e calçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 05 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 410.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MADALENA S. MICHELS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 410/15 de 04.05.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 29 de abril de 2015, a funcionária Madalena Stuepp Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22,

do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Camará Professora Margarida Buggler Wiggers.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 411.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIANE T. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 411/15 de 04.05.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 28 de abril com término no dia 12 de maio de 2015, a funcionária Luciane Terezinha da Cruz, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 412.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NAIARA L. DEINANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 412/15 de 04.05.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de abril de 2015, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**413.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NAIARA L. DEINANI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 413/15 de 04.05.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**REsolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 29 de abril de 2015, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**414.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TEREZINHA C. ALVES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 414/15 de 04.05.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**REsolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 04, 05 e 06 de maio de 2015, a funcionária Terezinha Claudio Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**415.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANDREA N. KUHNEN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 415/15 de 04.05.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**REsolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 04 de maio com término no dia 08 de maio de 2015, a funcionária Andrea Nascimento Kuhnen, Ocupante do cargo de Secretária Grupo Escolar Municipal São José - Padrão I - Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**416.05.14 - P. FÉRIAS ANTONIA D. R. ALBUQUERQUE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 416/15 de 04.05.15  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**REsolve:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária Antônia Dejanir Rabelo Albuquerque, Ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir do dia 04 de maio com término no dia 02 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**417.05.15 - P. NOM. MAICON D. B. CHIQUETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 417/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Maicon Douglas Bath Chiquetti, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**418.05.15 - P. NOM. TAYSE T. S. GERBER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 418/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Tayse Trento Serafim Gerber, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 11 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**419.05.15 - P. NOM. JANETE AP. P. JESUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 419/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do

Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Janete Aparecida Paim de Jesus, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 4º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**420.05.15 - P. NOM. ROSEMARY AP. PÔGGERE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 420/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Rosemary Aparecida Pôggere, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 5º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**421.05.15 - P. NOM. FABIANA A. NETO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 421/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Fabiana Andrieza Neto, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 7º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**422.05.15 - P. NOM. MARIANA DEUCHER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 422/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Mariana Deucher, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 8º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**423.05.15 - P. NOM. IARA DEUCHER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 423/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Iara Deucher, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 9º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**424.05.15 - P. NOM. TATIANI D. BERNIERI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 424/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Tatiani Deucher Bernieri, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 11º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**425.05.15 - P. NOM. PATRICIA M. HOFFMANN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 425/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Patrícia Michels Hoffmann, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 12º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**426.05.15 - P. NOM. VANDERLI KRAUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 426/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do



Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Vanderli Kraus, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 13º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **427.05.15 - P. NOM. IVONETE AP. XAVIER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 427/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Ivonete Aparecida Xavier, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 14º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **428.05.15 - P. NOM. FERNANDA R. GORGES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 428/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Fernanda Rosa Gorges, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 15º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **429.05.15 - P. NOM. DALISE B. VAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 429/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Dalise Buratto Vaz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 16º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Infantil do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **430.05.15 - P. NOM. JACKELINE S. ABREU**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 430/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Jackeline Santos de Abreu, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Artes do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Fundação de Cultura de Bom Retiro, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**431.05.15 - P. NOM. JULIANO CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 431/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

**Resolve:**

Nomear por concurso Juliano da Cruz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Educação Física do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**432.05.15 - P. NOM. VANDERLEI C. LIZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 432/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

**Resolve:**

Nomear por concurso Vanderlei Córdova de Liz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Educação Física do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escolas de Campo Canoas e Cambará, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**433.05.15 - P. NOM. ARNALDO G. NASCIMENTO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 433/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

**Resolve:**

Nomear por concurso Arnaldo Gean do Nascimento, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Operador de Máquina Agrícola - Padrão I - Nível - 5 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**434.05.15 - P. NOM. MAGDALENA M. AP. T. DEUCHER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 434/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

**Resolve:**

Nomear por concurso Magdalena Magali Aparecida Tavares Deucher, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Fundamental do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escolas de Campo Barbaquá, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**435.05.15 - P. NOM. LUCIANA M. HOFFMANN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 435/15 de 04.05.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

**Resolve:**

Nomear por concurso Luciana Moretti Hoffmann, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22 - Ensino Fundamental do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escolas de Campo Barbaquá, a contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**436.05.15 - P. DES. SERV. IZAURA C. H. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 436/15 de 04.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Izaura Cristina Heidercheidt da Silva, para atuar como Servente 40 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**437.05.15 - P. DES. SERV. ALINE PRANGE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 437/15 de 04.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Aline Prange, para atuar como Servente 40 horas semanais na Creche Patrícia Deucher, no período de 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**438.05.15 - P. DES. SERV. MARCELA URBANO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 438/15 de 04.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Marcela Urbano, para atuar como Servente 40 horas semanais na Creche Patrícia Deucher, no período de 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**439.05.15 - P. DES. SERV. MARCIA E. ALEXANDRE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 439/15 de 04.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei

2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Marcia Eger Alexandre, para atuar como Servente 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **440.05.15 - P. DES. SERV. TANIA M. H. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 440/15 de 04.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Tania Mara Heiderscheid, para atuar como Servente 40 horas semanais na Escola do Campo Costão do Frade, no período de 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, em virtude de sua classificação em 8º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **441.05.15 - P. DES. SERV. NELITA S. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 441/15 de 04.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Nelita Saitz Moretti, para atuar como Servente 40 horas semanais na Creche Patricia Deucher, no período de 04 de maio

com término no dia 03 de junho de 2015, em virtude de sua classificação em 9º lugar no Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **442.05.15 - P. DES. SERV. MARINELI CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 442/15 de 04.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Marineli da Cruz, para atuar como Servente 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **443.05.15 - P. DES. SERV. PATRICIA F. S. SCOTTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 443/15 de 04.05.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Patrícia Fernanda Souza Scotti, para atuar como Servente 40 horas semanais no Posto de Saúde do Bairro São José, no período de 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, em virtude de sua classificação em 6º lugar no Processo Seletivo 02/2015, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**444.05.15 - P. DES. SERV. ELIANE T. BRIDA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 444/15 de 04.05.15  
Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Eliane Terezinha de Brida, para atuar como Servente 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**445.05.15 - P. DES. PROF. GEAN K. MELO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 445/15 de 04.05.15  
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Gean Karla Melo Vieira, para atuar como Professor Educação Infantil 20 horas semanais no Pré Escolar São José, no período de 04 de maio com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**446.05.15 - P. DES. PROF. CAMILA LIMA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 446/15 de 04.05.15  
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Camila de Lima, para atuar como Professor Educação Infantil 20 horas semanais no Pré Escolar São José, no período de 04 de maio com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 02/2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**447.05.15 - P. DES. PROF. OSNI BARBOSA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 447/15 de 04.05.15  
Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Osni Barbosa, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 04 de maio com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 02/2015, para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**448.05.15 - P. DES. PROF. VANDERLI KRAUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 448/15 de 04.05.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Vanderli Kraus, para atuar como Professora Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Serra dos Lorenzi, no período de 04 de maio com término no dia 18 de dezembro de 2015, para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**449.05.15 - P. DES. PROF. TEREZA RODE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 449/15 de 04.05.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Tereza Rode, para atuar como Professora Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Sapato, no período de 04 de maio com término no dia 18 de dezembro de 2015, para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**450.05.15 - P. DES. PROF. ARNELI J. HENCKMAIER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 450/15 de 04.05.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Arneli Janete Henckmaier, para atuar como Professora Ensino Fundamental 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 04 de maio com término no dia 18 de dezembro de 2015, para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**451.05.15 - P. DES. PROF. ALAFER S. CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 451/15 de 04.05.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Alafer Santelmo da Cruz, para atuar como Professor Ensino Infantil 20 horas semanais no Pré da Escola do Campo Cambará, no período de 04 de maio com término no dia 18 de dezembro de 2015, para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Sem Processo Seletivo

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**452.05.15 - P. APOSENTADORIA MARILENE T. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 452/15 de 05.05.15  
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC;

**REsolve:**

Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme Benefício 151.137.936-4, Espécie: 57 a servidora municipal Marilene Trento Moretti - ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe. Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 05.05.2015, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
05 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**453.05.14 - P. FÉRIAS MARCOS A. CAPISTRANO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 453/15 de 06.05.15  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**REsolve:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Marcos Antonio Capistrano, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 - Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir do dia 06 de maio com término no dia 04 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
06 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**454.05.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARILENE C. FILHA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 454/15 de 06.05.15  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**REsolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 04 de maio com término no dia 03 de junho de 2015, a funcionária Marilene Cabral Filha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambara.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
06 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**455.05.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. NEIVA R. D. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 455/15 de 06.05.15  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**REsolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 06 de maio de 2015, a funcionária Neiva Regina Deinani Moretti, ocupante do cargo de Contadora - Padrão 1 - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
06 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**456.05.15 - P. FÉRIAS ALAMIR C. ALTHOFF**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 456/15 de 06.05.15  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de

07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

REsolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Alamir Cesar Althoff, Ocupante do cargo de Calçeteiro - Padrão 1 - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir do dia 08 de maio com término no dia 06 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
06 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **457.05.15 - P. DES. PROF. PATRICIA M. SILVA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 457/15 de 07.05.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Patrícia Marinho da Silva, para atuar como Professora Educação Física 20 horas semanais nas Escolas de Campo Barbaquá e Costão do Frade, no período de 07 de maio com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Física - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **458.05.15 - P. EXON. EVERALDO GOEDERT**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 458/15 de 07.05.15

Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

REsolve:

Conceder Exoneração ao servidor Everaldo Goedert, do Cargo de Motorista - Padrão I - Nível - 04, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 418/2005 de 01.09.2015, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a

contar do dia 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **459.05.15 - PORTARIA TAXISITAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 459/15 de 08.05.2015

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TAXI PARA A SR. ZITA SIMIANO LOCH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para a Sra. ZITA SIMIANO LOCH, inscrito no C.P.F. n.º 295.342.599-34, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os tramites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **EXTRATO CONTRATOS 93/2015 2015 FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 93/2015 Pregão Presencial 04/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Sandro Vilmar Pires ME.

Objeto: Aquisição de materiais de suprimentos de informática para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 33.126,30 (trinta e três mil cento e vinte e seis reais e trinta centavos)

Bom Retiro, 08 de maio de 2015.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO N.1.778-2015 - SUPRAVIT PREFEITURA**

=====

D E C R E T O Nº 1.778/2015

=====

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 8.144,94 (Oito Mil cento e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora:							1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ									
			Órgão Orçamentário:				4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
Unidade Orçamentária:							4001 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO									
Função:							12 - Educação									
Subfunção:							361 - Ensino Fundamental									
Programa:							25 - ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO									
Ação:							2.14 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO									
		Despesa 637 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas														
							Fonte de recurso:			318 - Superávit - FUNDEB - 0.3.18						
									Histórico			Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)	
								Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro			8.144,94	
Total da Despesa:																8.144,94

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 02 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO N.1.784-2015 - SUPRAVIT PREFEITURA**

=====

D E C R E T O Nº 1.784/2015

=====

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 22.676,82 (Vinte e dois mil seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos), conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
Órgão Orçamentário:	6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária:	6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Função:	26 - Transporte

Subfunção:							782 - Transporte Rodoviário										
Programa:							125 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL										
Ação:							2.35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS										
		Despesa 662 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas															
							Fonte de recurso:			3300 - Superavit- Recursos Ordinários - 0.3.00							
									Histórico			Tipo de Fonte				Supplementações(R\$)	
								Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro			22.676,82		
Total da Despesa:																	22.676,82

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 06 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de maio de 2015.  
JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

**DECRETO N.1.785-2015 - SUPERAVIT PREFEITURA**

DECRETO Nº 1.785/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 41.880 (Quarenta e um mil, oitocentos e oitenta reais), conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora:							1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ							
			Órgão Orçamentário:				2000 - GABINETE DO PREFEITO							
Unidade Orçamentária:							2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
Função:							4 - Administração							
Subfunção:							121 - Planejamento e Orçamento							
Programa:							5 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL							
Ação:							2.64 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
		Despesa 664 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas												
							Fonte de recurso:		3300 - Superavit- Recursos Ordinários - 0.3.00					
								Histórico			Tipo de Fonte			Suplementa- ções(R\$)
							Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro		7.980,00	
Total da Despesa:													7.980,00	
			Órgão Orçamentário:				6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
Unidade Orçamentária:							6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
Função:							26 - Transporte							
Subfunção:							782 - Transporte Rodoviário							
Programa:							125 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL							

Ação:							2.33 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E GARAGEM									
		Despesa 663 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas														
							Fonte de recurso:			3300 - Superavit- Recursos Ordinários - 0.3.00						
									Histórico			Tipo de Fonte			Suplementa- ções(R\$)	
								Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro			33.900,00	
Total da Despesa:															33.900,00	

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 10 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 10 de março de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO N.1.788-2015 - SUPERAVIT PREFEITURA**

=====

DECRETO Nº 1.788/2015

=====

## "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), conforme abaixo especificado:

		Órgão Orçamentário	5000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO												
Unidade Orçamentária:			5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL												
Função:			8 - Assistência Social												
Subfunção:			244 - Assistência comunitária												
Programa:			80 - VALORIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO												
Ação:			2.27 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DO SERVIÇO SOCIAL												
		Despesa 665- 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas													
				Fonte Recurso	3300 - Superávit - Ordinário										
				Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)				
			Suplementação Orçamentária					Superavit Financeiro					30.000,00		
Total da Despesa:													30.000,00		

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 18 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal



=====

DECRETO Nº 1.796/2015

=====

Ação:										2.75 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO									
Despesa 671 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas																			
Fonte de recurso:										3300 - Superavit- Recursos Ordinários - 0.3.00									
Histórico										Tipo de Fonte									
Suplementação Orçamentária										Superavit Financeiro									
										7.833,00									
Total da Despesa:										7.833,00									
Unidade Orçamentária:										6002 - DIVISÃO DE PROJETOS E ESTUDOS									
Função:										15 - Urbanismo									
Subfunção:										122 - Administração Geral									
Programa:										130 - AÇÕES DE URBANISMO									
Ação:										2.38 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PROJETOS E ESTUDOS									
Despesa 670 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																			
Fonte de recurso:										3300 - Superavit- Recursos Ordinários - 0.3.00									
Histórico										Tipo de Fonte									
Suplementação Orçamentária										Superavit Financeiro									
										148.050,00									
Total da Despesa:										148.050,00									

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 04 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## DECRETO N.1.799-2015 - SUPERAVIT SAUDE

=====

D E C R E T O Nº 1.799/2015

=====

### “ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 5.313,00 (Cinco mil trezentos e treze reais ), conforme abaixo especificado:

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.777/2015**

=====

D E C R E T O Nº 1.777/2015

=====

**"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 2.685.921,85 (Dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

		Órgão Orçamentário	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						
Unidade Orçamentária:			4001 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO						
Função:			12 - Educação						
Subfunção:			306 - Alimentação e Nutrição						
Programa:			20 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL						
Ação:			2.11 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ-ESCOLA						
		Despesa 641 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
		Fonte Recurso	3372 - Superávit - PNAE Pré - 0.3.37						
		Histórico		Tipo de Fonte					
		Suplementação Orçamentária		Superavit Financeiro				2.778,32	
Total da Despesa:								2.778,32	
Ação:			2.62 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE						
		Despesa 642 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
		Fonte Recurso	3373 - Superávit PNAE - Creche - 0.3.37						
		Histórico		Tipo de Fonte					
		Suplementação Orçamentária		Superavit Financeiro				3.264,09	
Total da Despesa:								3.264,09	
Programa:			25 - ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO						
Ação:			2.12 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL						
		Despesa 640 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
		Fonte Recurso	3371 - Superávit PNAE - Fundamental - 0.3.37						
		Histórico		Tipo de Fonte					
		Suplementação Orçamentária		Superavit Financeiro				531,35	
Total da Despesa:								531,35	
Subfunção:			361 - Ensino Fundamental						
Programa:			25 - ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO						
Ação:			1.1 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS						
		Despesa 636 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas							
		Fonte Recurso	332 - Superávit Transferência de Convênios da Educação - União - 0.3.32						
		Histórico		Tipo de Fonte					
		Suplementação Orçamentária		Superavit Financeiro				206.103,23	
Total da Despesa:								206.103,23	
Programa:			30 - TRANSPORTE ESCOLAR						
Ação:			2.16 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR						
		Despesa 638 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
		Fonte Recurso	3362 - Superávit - Convênio Transporte Escolar - 0.3.62						
		Histórico		Tipo de Fonte					
		Suplementação Orçamentária		Superavit Financeiro				14.951,22	
Total da Despesa:								14.951,22	
		Despesa 639 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
		Fonte Recurso	3374 - Superávit - PNATE - 0.3.37						

				Histórico		Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)		
				Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro		1.224,59	
Total da Despesa:										1.224,59	
Subfunção:				365 - Educação Infantil							
Programa:				20 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL							
Ação:				2.61 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS CRECHES							
		Despesa 660 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas									
				Fonte Recurso	3378 - Superávit - Brasil Carinhoso - 0.3.37						
				Histórico		Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)		
				Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro		4.571,14	
Total da Despesa:										4.571,14	
Total da Unidade Orçamentária:										233.423,94	
Total do Órgão Orçamentário:										233.423,94	
		Órgão Orçamentário		5000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO							
Unidade Orçamentária:				5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Função:				8 - Assistência Social							
Subfunção:				241 - Assistência ao Idoso							
Programa:				80 - VALORIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO							
Ação:				2.25 - PROGRAMA DE AÇÕES CONTINUADAS DE ATENÇÃO A PESSOA IDOSA							
		Despesa 643 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas									
				Fonte Recurso	3357 - Superávit - PBVII - 0.3.35						
				Histórico		Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)		
				Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro		52,75	
Total da Despesa:										52,75	
Subfunção:				242 - Assistência ao Portador de Deficiência							
Programa:				100 - AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ação:				2.31 - ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA							
		Despesa 651 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas									
				Fonte Recurso	3355 - Superávit - BPC - 0.3.35						
				Histórico		Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)		
				Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro		87,65	
Total da Despesa:										87,65	
Subfunção:				244 - Assistência Comunitária							
Programa:				100 - AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ação:				2.26 - BENEFICIOS EVENTUAIS							
		Despesa 644 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas									
				Fonte Recurso	3651 - Superávit - Benefício Eventual Custeio - 0.3.65						
				Histórico		Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)		
				Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro		355,40	
Total da Despesa:										355,40	
Ação:				2.27 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DO SERVIÇO SOCIAL							
		Despesa 645 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas									
				Fonte Recurso	3652 - Superávit - Básico Social Custeio - 0.3.65						
				Histórico		Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)		
				Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro		8.904,15	
Total da Despesa:										8.904,15	
		Despesa 646 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas									
				Fonte Recurso	3352 - Superávit - SCFV - 0.3.35						
				Histórico		Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)		
				Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro		164,64	
Total da Despesa:										164,64	

		Despesa 647 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas														
				Fonte Recurso	3354 - Superávit - IGDSUAS - 0.3.35											
					Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)					
				Suplementação Orçamentária					Superavit Financeiro					6.195,57		
Total da Despesa:														6.195,57		
		Despesa 648 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas														
				Fonte Recurso	3353 - Superávit - IGDBF - 0.3.35											
					Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)					
				Suplementação Orçamentária					Superavit Financeiro					3.354,02		
Total da Despesa:														3.354,02		
Ação:				2.63 - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS												
		Despesa 649 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas														
				Fonte Recurso	3351 - Superávit - IDCRAS - 0.3.35											
					Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)					
				Suplementação Orçamentária					Superavit Financeiro					40.465,91		
Total da Despesa:														40.465,91		
		Despesa 650 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas														
				Fonte Recurso	3356 - Superávit - PVMC PETI - 0.3.35											
					Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)					
				Suplementação Orçamentária					Superavit Financeiro					112,81		
Total da Despesa:														112,81		
Total da Unidade Orçamentária:														59.692,90		
Total do Órgão Orçamentário:														59.692,90		
	Órgão Orçamentário			6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS												
Unidade Orçamentária:				6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS												
Função:				6 - Segurança Pública												
Subfunção:				181 - Policiamento												
Programa:				150 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA												
Ação:				2.37 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE RADIO PATRULHA E CONVÊNIO SSP/TRANSITO												
		Despesa 656 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas														
				Fonte Recurso	312 - Superávit Convênio de Trânsito Prefeitura - 0.3.12											
					Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)					
				Suplementação Orçamentária					Superavit Financeiro					4.943,61		
Total da Despesa:														4.943,61		
Ação:				2.56 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SSP/TRANSITO POLICIA CIVIL												
		Despesa 657 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas														
				Fonte Recurso	311 - Superávit - Convênio Trânsito Civil - 0.3.11											
					Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)					
				Suplementação Orçamentária					Superavit Financeiro					13.135,07		
Total da Despesa:														13.135,07		
Ação:				2.57 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SSP/TRANSITO POLICIA MILITAR												
		Despesa 658 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas														
				Fonte Recurso	310 - Superávit - Convênio Trânsito Militar - 0.3.10											
					Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)					
				Suplementação Orçamentária					Superavit Financeiro					11.109,43		
Total da Despesa:														11.109,43		
Função:				15 - Urbanismo												
Subfunção:				452 - Serviços Urbanos												
Programa:				130 - AÇÕES DE URBANISMO												
Ação:				2.40 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO												
		Despesa 659 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas														



				Fonte Recurso	308 - Superávit - COSIP - 0.3.08									
				Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				13.686,48			
Total da Despesa:												13.686,48		
Função:				26 - Transporte										
Subfunção:				782 - Transporte Rodoviário										
Programa:				125 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL										
Ação:				2.35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS										
		Despesa 635 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas												
				Fonte Recurso	364 - Superávit Transferências de Convênio do Estado - 0.3.64									
				Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				27.224,54			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				2.240.064,59			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				156,40			
Total da Despesa:												2.267.445,53		
		Despesa 652 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas												
				Fonte Recurso	339 - Superavit - FEP - 0.3.39									
				Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				7.559,87			
Total da Despesa:												7.559,87		
		Despesa 653 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas												
				Fonte Recurso	307 - Superávit - CIDE - 0.3.07									
				Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				1.293,43			
Total da Despesa:												1.293,43		
		Despesa 654 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas												
				Fonte Recurso	380 - Superávit - CFEM - 0.3.80									
				Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				33.046,41			
Total da Despesa:												33.046,41		
		Despesa 661 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas												
				Fonte Recurso	3300 - Superávit - recursos ordinários- 0.3.00									
				Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				40.420,04			
Total da Despesa:												40.420,04		
		Despesa 655 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas												
				Fonte Recurso	3389 - Superávit - Alienação - 0.3.89									
				Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)			
			Suplementação Orçamentária				Superavit Financeiro				165,14			
Total da Despesa:												165,14		
Total da Unidade Orçamentária:												2.392.805.01		
Total do Órgão Orçamentário:												2.392.805.01		
Total do Fundamento:												2.685.921,85		
Total Geral:												2.685.921,85		

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 02 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.783-2015 ANULAÇÃO**

DECRETO Nº 1.783/2015

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Exercício de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora:				1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ															
			Órgão Orçamentário:	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO															
Unidade Orçamentária:				4001 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO															
Função:				12 - Educação															
Subfunção:				361 - Ensino Fundamental															
Programa:				30 - TRANSPORTE ESCOLAR															
Ação:				2.16 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR															
		Despesa 465 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																	
Fonte de recurso:				101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01															
						Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)			Reduções(R\$)				
							Redução da Despesa				30.000,00								
Total da Despesa:														30.000,00					

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, correrão da anulação da seguinte dotação do exercício vigente:

Unidade Gestora:				1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ															
			Órgão Orçamentário:	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO															
Unidade Orçamentária:				4001 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO															
Função:				12 - Educação															
Subfunção:				361 - Ensino Fundamental															
Programa:				30 - TRANSPORTE ESCOLAR															
Ação:				2.16 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR															
		Despesa 464 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas																	
Fonte de recurso:				101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01															
						Histórico		Tipo de Fonte					Suplementações(R\$)			Reduções(R\$)			
Suplementação Orçamentária									Anulação de Despesa							30.000,00			
Total da Despesa:															30.000,00				

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 20 de fevereiro de 2015.

Botuverá, 20 de fevereiro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.787-2015 ANULAÇÃO**

DECRETO Nº 1.787/2015

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Exercício de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora:				1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ															
			Órgão Orçamentário:	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO															
Unidade Orçamentária:				4001 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO															
Função:				12 - Educação															
Subfunção:				361 - Ensino Fundamental															
Programa:				30 - TRANSPORTE ESCOLAR															
Ação:				2.16 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR															
		Despesa 465 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																	
Fonte de recurso:				101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01															
						Histórico		Tipo de Fonte				Suplementações(R\$)			Reduções(R\$)				
							Redução da Despesa								20.000,00				
Total da Despesa:														20.000,00					

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, correrão da anulação da seguinte dotação do exercício vigente:

Unidade Gestora:				1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ															
			Órgão Orçamentário:	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO															
Unidade Orçamentária:				4001 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO															
Função:				12 - Educação															
Subfunção:				361 - Ensino Fundamental															
Programa:				30 - TRANSPORTE ESCOLAR															
Ação:				2.16 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR															
		Despesa 464 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas																	
Fonte de recurso:				101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01															
						Histórico		Tipo de Fonte					Suplementa- ções(R\$)			Reduções(R\$)			
Suplementação Orçamentária									Anulação de Despesa							20.000,00			
Total da Despesa:															20.000,00				

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 18 de março de 2015.

Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.789-2015 ANULAÇÃO**

DECRETO Nº 1.789/2015

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Exercício de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora:		1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
Órgão Orçamentário:		6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária:		6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Função:		24 - Comunicações
Subfunção:		452 - Serviços Urbanos
Programa:		145 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
Ação:		2.42 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV
Despesa 529 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
Fonte de recurso:		100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Histórico		Tipo de Fonte
Suplementação Orçamentária		Anulação de Despesa
		3.000,00
Total da Despesa:		3.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, correrão da anulação da seguinte dotação do exercício vigente:

Unidade Gestora:		1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
Órgão Orçamentário:		6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária:		6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Função:		24 - Comunicações
Subfunção:		452 - Serviços Urbanos
Programa:		145 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
Ação:		2.42 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV
Despesa 528 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
Fonte de recurso:		100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Histórico		Tipo de Fonte
Redução da Despesa		
		3.000,00
Total da Despesa:		3.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 23 de março de 2015.

Botuverá, 23 de Março de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1.793-2015 ANULAÇÃO

DECRETO Nº 1.793/2015

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Exercício de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 28.505,96 (Vinte e oito mil quinhentos e cinco reais e noventa e seis centavos), conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora:		1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
Órgão Orçamentário:		6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária:		6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Função:		26 - Transporte
Subfunção:		782 - Transporte Rodoviário

Programa:		125 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL													
Ação:		2.35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS													
		Despesa 666 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas													
								Fonte de recurso:		364 - Superávit Transferências de Convênio do Estado - 0.3.64					
Data		Sequência		Histórico		Tipo de Fonte		Suplementações(R\$)		Reduções(R\$)					
								Suplementação Orçamentária		Anulação de Despesa		28.505,96			
Total da Despesa:												28.505,96		0,00	

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, correrão da anulação da seguinte dotação do exercício vigente:

Unidade Gestora:				1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ															
			Órgão Orçamentário:			6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS													
Unidade Orçamentária:						6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS													
Função:						26 - Transporte													
Subfunção:						782 - Transporte Rodoviário													
Programa:						125 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL													
Ação:						2.35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS													
		Despesa 635 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas																	
							Fonte de recurso:		364 - Superávit Transferências de Convênio do Estado - 0.3.64										
	Data			Sequência			Histórico			Tipo de Fonte			Suplementações(R\$)			Reduções(R\$)			
							Redução da Despesa					Anulação de Despesa						28.505,96	
Total da Despesa:																0,00		28.505,96	

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de abril de 2015.

Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1.797-2015 ANULAÇÃO

DECRETO Nº 1.797/2015

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Exercício de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme abaixo especificado:

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, correrão da anulação da seguinte dotação do exercício vigente:

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 1.798-2015 ANULAÇÃO**

DECRETO Nº 1.798/2015

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Exercício de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), conforme abaixo especificado:

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, correrão da anulação da seguinte dotação do exercício vigente:

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 08 de maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 22/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 22/2014

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Consórcio Múltiplos Catedral

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 22/2014, de 06/05/2015 a 18/12/2015.

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO NR 38-2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 38/2014

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Triângulo Engenharia, Consultoria e Treinamento EIRELE ME

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 38/2014, de 14/05/2015 a 18/12/2015.

**PROCESSO SELETIVO Nº02/2015**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

A Prefeitura do Município de Botuverá torna público que acham-se abertas as inscrições ao Processo Seletivo 02/2015 para admissão e reserva técnica de vagas, para os cargos de Odontólogo, Fisioterapeuta, Engenheiro(a) Civil, Agente Administrativo Operacional, Agente de Controle de Doenças Parasitárias e Outras e Técnico de Enfermagem, a serem admitidos em caráter temporário.

Edital completo está afixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal e site da internet em [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) e [www.nubes-concursos.com.br](http://www.nubes-concursos.com.br).

Botuverá, em 08 de Maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 057/2015

DECRETO Nº 057/2015

Decreta Turno Único no Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, que a expectativa da receita orçada provavelmente não se realizará;

Considerando, a necessidade de providências para adequação da movimentação financeira e orçamentária;

Considerando, a necessidade do cumprimento de metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamento Anual;

Considerando, a necessidade de reduzir gastos para o cumprimento das metas fiscais.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído turno único, contínuo, ininterrupto, de seis (6) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido entre 12:00hrs às 18:00hrs, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º O turno único instituído no artigo 1º deste Decreto entrará em vigor no dia 11 de maio, por tempo indeterminado.

Parágrafo único - O Poder Executivo poderá por interesse público e mediante ato próprio, revogar a sua vigência a qualquer tempo, sem necessidade de prévio aviso.

Art. 3º O turno único não se aplica às atividades essenciais de educação, saúde e assistência social, ETA (Estação de Tratamento de Água) e agricultura que manterão seu funcionamento nos moldes atuais.

Parágrafo único - Entende-se como atividades essenciais:

I - Na área da educação, o funcionamento normal das escolas e do transporte escolar;

II - Na área da saúde, os serviços de plantões, Estratégia de Saúde da Família, incluído o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Combate à Endemias;

III - Na Estação de Tratamento de Água, funcionamento normal na captação, tratamento, distribuição de água e conserto de rede;

Art. 4º Cessado o turno único, os servidores retornarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência deste Decreto.

Art. 5º Poderá o chefe do poder executivo, na vigência do turno único, convocar servidores para prestação de serviço extraordinário em casos de situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 6º Enquanto houver vigência deste decreto, não haverá funcionamento do refeitório municipal.

Art. 7º O presente Decreto aplica-se aos serviços internos e externos, ressalvado o disposto no art. 3º.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2 2015 – SRP - FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 2/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2/2015 - SRP - FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 22.05.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 11 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18 2014PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 18/2014      Data do Registro: 11/08/2014      Válido até: 11/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao Ensino Fundamental, Educação Infantil e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado 500gr. Fresco, macio, sem sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado a quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10290)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	4,0000	1		
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (14420)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	4,0000	1		
3	Cuca caseira sabores variados 1/2 cuca de uma inteira. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13475)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	8,3300	1		
4	Orelha de Gato, doce polvilhado no açúcar e canela, macio, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13476)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	14,1700	1		
5	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco e feito de forma artesanal utilizar produtos naturais, sem conservantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13477)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	15,6700	1		
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 400gr a 500gr. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13478)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	4,7500	1		
7	Bolo de boléia tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (13479)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	1,7700	1		
8	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no sabor de chocolate ou laranja. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13480)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	13,5000	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 11/08/2014		Válido até: 11/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao Ensino Fundamental, Educação Infantil e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Pão francês, unidade de 50gr. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13481)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	7,4200	1
10	Pão de queijo, tamanho médio. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13482)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	17,3300	1
11	Sanduíche com pão francês (50gr), queijo e presunto. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades. (13484)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	2,4200	1
12	Sanduíche com 2 (duas) fatias de pão pullmann, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades. (13485)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	3,2500	1
13	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100gr à 120gr, frito no dia da entrega, macio, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (13486)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	2,3300	1
14	Massinha com recheio peso aproximado de 100gr, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13489)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	1,1700	1
15	Bisnaga ou pão de cachorro quente pequeno, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13491)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	0,3600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 11/08/2014		Válido até: 11/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao Ensino Fundamental, Educação Infantil e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Pão integral fatiado, sendo fresco, mácio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13571)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	4,4700	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 11/08/2014		Válido até: 11/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao Ensino Fundamental, Educação Infantil e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2014  
PROCESSO Nº 35/2014

(6669) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 11 de Agosto de 2014.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 9 2015 PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2015**

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 10/02/2015		Válido até: 10/02/2016			
Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de Concreto 200x20MM (15694)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	15,5000	1
2	Tubo de Concreto 400x1000 (15695)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	28,7000	1
3	Tubo de Concreto 500x1000 (15696)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	43,5000	1
4	Tubo de Concreto 600x1000 (15697)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	55,0000	1
5	Tubo de Concreto 800x1000 (15698)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	137,0000	1
6	Tubo de Concreto 1000x1000 (15699)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	198,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 10/02/2015		Válido até: 10/02/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Tubo de Concreto 300x1000 (15700)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (8859)	Frntza	0	18,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 10/02/2015		Válido até: 10/02/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

PROCESSO Nº 4/2015

(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

Braço do Trombudo, 10 de Fevereiro de 2015.

**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 21 2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO</b>  CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 21/2015 Processo de Licitação: 21/2015 Data do Processo: 22/04/2015
--	--

**Objeto:** Contratação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, Secretaria de Educação do Município de Braço do Trombudo.

**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2015**

**Motivo:** A Revogação do Processo Administrativo 21/2015, referente à Contratação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, Secretaria de Educação do Município de Braço do Trombudo, acontece para que sejam feitas correções no Edital de licitação, assim desta forma podendo garantir e proporcionar, o fornecimento de um serviço adequado e que atenda todas as normas regulamentares aplicadas à espécie.

Braço do Trombudo, 6 de Maio de 2015

\_\_\_\_\_  
Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal



**NOTA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 06 2015 - SRP FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO</b>  CNPJ: 11.481.782/0001-44 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2015 - PR</b>
	Processo Administrativo: 10/2015 Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 23/04/2015

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2015**

**Motivo:** O Processo Administrativo será cancelado, pois dia 08.05.2015 data designada para abertura do Pregão 06/2015, não compareceu ao Departamento de Licitações para participar do certame nenhuma empresa.

Braço do Trombudo, 8 de Maio de 2015

\_\_\_\_\_  
Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 7.593, DE 27 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº. 7.593, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23 da lei nº 3.831 de 17.12.2014, a Lei nº 3.772 de 24.10.2014, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 56.172,04 (cinquenta e seis mil, cento e setenta e dois reais e quatro centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.71.00 Transferências a Consórcios Públicos - Outras Despesas Correntes

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR R\$ 4.830,71

4.9.71.00 Transferência a Consórcios Públicos - Investimento

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR R\$ 1.341,33

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras despesas Correntes

0.1.06.01 Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.1.71.00 Transferência a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio - Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR R\$ 304,04

3.1.90.00 Aplicação Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR R\$ 5.868,00

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.1.90.00 Aplicação Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

0.1.06.01 Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 27 de abril de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

IVONIR ZANATTA WEBSTER

Secretária Municipal de Saúde

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe Gabinete do Prefeito

### EXTRATO DO CONTRATO 059/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 059/2015

ESPÉCIE: aq. equipamentos e ferramentas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 014/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390309900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2015; VALOR: R\$ 32.634,45. CONTRATADA: Materiais de Construção Nova Casa Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 08 de maio de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

### EXTRATO DO CONTRATO 060/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 060/2015

ESPÉCIE: aq. equipamentos e ferramentas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 014/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390309900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2015; VALOR: R\$ 750,00. CONTRATADA: Mecaltex Industria e Comercio Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 08 de maio de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

### EXTRATO DO CONTRATO 061/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 061/2015

ESPÉCIE: aq. equipamentos e ferramentas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 014/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390309900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2015; VALOR: R\$ 13.592,00. CONTRATADA: JRC Produtos Diamantados Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 08 de maio de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

## EXTRATO DO CONTRATO 062/2015 SAMAE

### EXTRATO DO CONTRATO 062/2015

ESPÉCIE: aq. equipamentos e ferramentas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 014/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390309900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2015; VALOR: R\$ 102.394,26. CONTRATADA: Vitor Materiais de Construções e Lustres Eirelio. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 08 de maio de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

## LEI COMPLEMENTAR Nº 234, DE 08 DE MAIO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR nº 234, DE 08 DE MAIO DE 2015.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal dos Tributos do Município de Brusque - REFIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Brusque, constituídos, lançados e cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, parcelados ou não administrativa ou judicialmente, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou lançado, a serem regularizados na forma desta Lei, com anistia incidente sobre a multa e juros de mora, nos percentuais e prazos estabelecidos nesta Lei, visando o ingresso de receitas municipais.

§ 1º O REFIS será administrado pela Secretaria da Fazenda, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, quando necessário.

§ 2º As Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Micro Empreendedor Individual - MEI terão tratamento diferenciado atendendo o disposto no artigo 179 da CF/88, a Lei Complementar Federal Nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal 149/2009.

§ 3º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de regularização de débitos junto ao Município, incluso no programa, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

§ 4º A opção poderá ser formalizada até o dia 30 de setembro de 2015, podendo, o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ser prorrogado, mediante ato do Poder Executivo.

§ 5º O REFIS aplica-se igualmente, aos créditos originários de denúncia espontânea de débitos fiscais tributários ou procedimentos fiscais em curso, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, apresentados na repartição fazendária no período da vigência desta Lei.

§ 6º No ato da opção pelo REFIS, o sujeito passivo pessoa física deverá apresentar cópia da Cédula de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou outro documento que lhe faça as vezes; em se tratando de pessoa jurídica, a Opção e a Confissão de Dívida serão subscritas por representante legal ou mediante autorização do titular do débito, devidamente identificado, com respectivas cópias do Contrato Social e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

§ 7º Quando o interessado no parcelamento for representado por procurador, será exigido instrumento de mandato particular especificamente outorgado para este fim.

§ 8º A opção implica, ainda, a manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, e na suspensão da execução.

§ 9º A adesão ao REFIS será consumada no ato de pagamento da primeira parcela ou da íntegra dos valores devidos apurados.

§ 10. A adesão ao REFIS engloba todos os débitos da pessoa física ou jurídica para com o Município de Brusque, ressalvados os valores expressamente indicados pelo contribuinte no momento da opção.

Art. 2º A apuração dos créditos obedecerá aos seguintes critérios: I - será concedida anistia de 100% (cem por cento) para a multa e anistia de juros de mora, de acordo com o disposto na tabela desta lei, incidentes até a data da opção;

II - se o débito estiver em regime de parcelamento ou re-parcelamento, o benefício fiscal abrangerá somente as parcelas não pagas, incluídas aquelas inadimplidas, sendo vedada qualquer revisão das parcelas já quitadas;

III - sobre os créditos parcelados no REFIS incidirá juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º Os créditos tributários, exceto os sujeitos ao SIMPLES Nacional (LC 123/2006) poderão ser quitados em parcelas iguais, mensais e sucessivas, sendo a primeira em cinco dias úteis do requerimento e as demais em 30 (trinta) dias e assim sucessivamente, com anistia de multa e juros de mora nos seguintes percentuais:

Nº PARCELAS	ANISTIA	JUROS	REMISSÃO
	MULTA	DE MORA (%)	CORREÇÃO DE MORA (%)
Única	100	100	000
Em até 12	100	80	000
Em até 24	100	60	000
Em até 36	100	40	000
Em até 48	100	20	000

§ 1º Às Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Micro Empreendedor Individual - MEI referidas no § 2º do artigo 1º desta lei, bem como para os contribuintes pessoas físicas, será concedido desconto nos juros de mora da tabela constante no artigo anterior, nos percentuais de 100, 90, 70, 50 e 30 %, conforme as respectivas faixas de parcelamento.

§ 2º O valor mínimo da parcela para o contribuinte será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física, e de R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§ 3º Em se tratando de créditos já executados judicialmente, garantidos por meio de penhora ou indisponibilidade de ativos financeiros em nome do executado junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (penhora online), o deferimento do parcelamento fica condicionado ao recolhimento, na primeira parcela, de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do seu valor total, facultando-se a substituição da garantia judicial por bens ou direitos de valor econômico superior ao dobro do valor penhorado ou bloqueado, desde que a substituição se mostre conveniente para a Fazenda Pública, assim declarada em parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Município.

§ 4º Aplica-se a esta lei o disposto no artigo 8ºA da Lei Complementar Municipal 142/2009 e alterações, inclusive os débitos inadimplidos decorrentes de Programas de Recuperação Fiscal - REFIS de que tratam as Leis Complementares Municipais nº 177/2011 e 160/2010, 189/2012 e 203/2013.

Art. 4º No caso de parcelamento, a data do vencimento da primeira parcela será no ato do Termo de Parcelamento, compreendido em até 05 (cinco) dias úteis da data da assinatura do mesmo, e das demais parcelas mensais a partir de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O pagamento em parcela única terá vencimento até o último dia útil do mês correspondente à emissão do Documento de Arrecadação Municipal.

Art. 5º Os contribuintes que aderirem ao REFIS terão em relação aos débitos tributários ajuizados ou em discussão judicial, isenção em relação aos honorários advocatícios de qualquer ação ordinária, embargos do devedor e execução fiscal, bem como em relação aos incidentes processuais.

Art. 6º A opção pelo Programa sujeita o optante:

I - à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida, importando em confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil, bem como em reconhecimento da certeza e liquidez dos ditos nele incluídos;

II - desistência expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial e o pleito administrativo, ressalvada a hipótese do art. 1º, § 10º, desta Lei;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS.

§ 1º A comprovação da desistência da ação ou embargos deverá ser feita em até 30 (trinta) dias após o pedido de adesão ao REFIS, sob pena de exclusão do programa.

§ 2º A adesão dos contribuintes ao REFIS será comunicada à Procuradoria-Geral do Município que requererá em juízo a suspensão de eventuais execuções fiscais.

Art. 7º O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender uma das exigências desta lei;

II - inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas ou 06 (seis) alternadas.

Parágrafo único. A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, com a revogação dos descontos concedidos, aplicando-se sobre o montante devido, os acréscimos legais previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

Art. 8º A anistia concedida pela presente Lei não enseja qualquer restituição de quantias pagas, nem compensação de dívidas.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

## **PORTARIA Nº 640/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 640/2015, de 13 de março de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2273/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 40/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

### **RESOLVE**

Considerando, feriado ocorrido em 17/02/2015 ( carnaval);  
Considerando, Ponto facultativo, ocorrido em 16/02/2015;  
Considerando, o acúmulo de serviço por parte do Secretário de Orçamento e Gestão;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor do servidor BRUNO RAGNINI FLORES, ocupante do cargo em provimento efetivo de motorista - Lotado na Secretária de Saúde, portador do CPF nº 009.836.479-09, Mat. 72831.4, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ memorando 338/2014 encaminhado pela Secretária de Saúde, bem como pelo despacho do Departamento de Recursos Humanos, datado de 09 de setembro de 2014, onde em tese o referido servidor: a) - não vem cumprindo com a assiduidade no horário de trabalho, dever do servidor público conforme prevê o inciso II, artigo 174, da LC 147/2009; b) Vem se ausentando do local de trabalho sem a devida autorização de sua chefia imediata, ação proibida e que se verifica no inciso I do art. 175 da Lei Complementar 149/2009; c) O servidor não vem cumprindo com o horário de trabalho, apresentando-se com atraso quase diário e se ausentando sem prévia autorização da chefia imediata, vem afetando os serviços prestados pela Unidade Básica de Saúde, deixando enfermeiros e médicos a espera do servidor para realizar as tarefas programadas para o dia. Em desacordo com artigos: Incisos I, II e III, VII, do artigo 174; Inciso I do art. 175 e art. 188, II, III e VI, todos da Lei Complementar 147/2009 .  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão



# Caçador

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11-2014 - FUNDEMA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11-2014 - FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2014 - CONVITE Nº 02/2014, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO  
CONTRATADA: NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 02.977.730/0001-72, com sede na rua Dom Jaime Câmara, nº 179 - Conj. 305, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 11/2014, datado no dia 29 de Setembro de 2014, O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo pelo período de 06 (seis) meses, conforme solicitação e justificativa emitida pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador, mediante Parecer Favorável nº 121/2015, O prazo de vigência da presente prorrogação é de 06 (seis) meses, iniciando no dia 29 de março de 2015 e findando dia 29 de setembro de 2015, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21-2014 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21-2014 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2014 - DISPENSA Nº 03/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO IGP-M - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONTRATADA / LOCADOR: ONOFRE BERTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF sob nº 201.515.780-87, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 21/2014 datado de 28 de Abril de 2014, O presente aditivo tem por objeto a Renovação Contratual com aplicação de reajuste, pelo índice IGP-M, ou seja, no percentual de 3,8499%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 158/2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 36.053,76 (trinta e seis mil, cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando nesta data e findando dia 28 de Abril de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22-2014 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22-2014 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014 - DISPENSA Nº 02/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO IGP-M, LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA INSTALAÇÕES DOS SETORES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONTRATADA / LOCADOR: CELSO ZEFERINO MARINI, brasileiro, casado, industrial, inscrito no CPF sob nº 004.449.959-00, e MARIA BERNADETE MARINI, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob nº 006.006.529-04, ambos residentes e domiciliados nesta cidade de Caçador, SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 22/2014 datado de 29 de Abril de 2014, O presente aditivo tem por objeto a Renovação Contratual com aplicação de reajuste, pelo índice IGP-M, ou seja, no percentual de 3,8499%, conforme solicitação

e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 160/2015, O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando nesta data e findando dia 29 de Abril de 2016, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 39.691,44 (trinta e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25-2013-FMAS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25-2013-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2013 - DISPENSA Nº 04/2014, PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA MINISTRAR CURSOS DIVERSOS NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL, CONTRATADA: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - EGEM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.940.383/0001-90 com sede na cidade de Florianópolis/SC, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 25/2013 datado no dia 31 de Dezembro de 2013, O prazo de vigência do presente Aditivo é de 12 (doze) meses, ou seja, findando dia 31 de dezembro de 2015, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30-2014-FMAS

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30-2014-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014, CONCESSÃO DE REAJUSTE, DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, com sede na cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado a Ata de Registro de Preços nº 30/2014, datado de 17 de dezembro de 2014, O presente Aditivo tem por objeto a Concessão de Reajuste no percentual de 6,50%, de acordo com a solicitação e justificativa apresentada pela CONTRATADA e mediante parecer jurídico favorável nº 139/2015, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue tabela abaixo com a seguinte especificação:

ITEM	QUANT	OBJETO	R\$	%	REAJUSTE
01	05	BALNEARIO CAMBORIU – SC	470,85	6,50%	501,46
02	05	BLUMENAU – SC	400,55	6,50%	426,59
03	05	BRUSQUE – SC	462,75	6,50%	492,83
04	05	CALMON – SC	45,20	6,50%	48,14
05	10	CAMPO ERÊ – SC	484,60	6,50%	516,10
06	05	CAMPOS NOVOS – SC	215,15	6,50%	229,13
07	10	CANOINHAS –SC	455,80	6,50%	485,43
08	05	CAPINZAL –SC	190,00	6,50%	202,35
09	10	CHAPECÓ – SC	689,00	6,50%	733,79
10	05	CONCORDIA – SC	242,05	6,50%	257,78
11	20	CURITIBANOS – SC	907,60	6,50%	966,59
12	10	DIONIZIO CERQUEIRA – SC	531,10	6,50%	565,62
13	20	FLORIANOPOLIS – SC	2.264,40	6,50%	2.411,59
14	20	FRAIBURGO – SC	610,80	6,50%	650,50
15	05	GASPAR – SC	423,75	6,50%	451,29
16	05	IBIRAMA – SC	287,75	6,50%	306,45
17	20	ITAJAI – SC	1.838,60	6,50%	1.958,11
18	20	ITAPEMA – SC	1.957,00	6,50%	2.084,21



20	20	JOAÇABA – SC	589,40	6,50%	627,71
21	20	JOINVILLE – SC	1.707,40	6,50%	1.818,38
22	30	LAGES – SC	1.498,80	6,50%	1.596,22
23	50	LEBON REGIS – SC	547,00	6,50%	582,56
24	20	MAFRA – SC	1.037,80	6,50%	1.105,26
25	20	MONTE CASTELO – SC	697,20	6,50%	742,52
26	05	PAPANDUVA – SC	194,50	6,50%	207,14
27	40	PORTO UNIAO – SC	950,80	6,50%	1.012,60
28	20	RIO DO SUL – SC	1.151,00	6,50%	1.225,82
29	40	SANTA CECILIA – SC	791,60	6,50%	843,05
30	10	SÃO MIGUEL – SC	1.025,10	6,50%	1.091,73
31	10	TANGARA – SC	182,20	6,50%	194,04
32	10	TRES PINHEIROS – SC	161,00	6,50%	171,47
33	40	VIDEIRA – SC	482,40	6,50%	513,76

### 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92-2013 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92-2013 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2013 - CONVITE Nº 09/2013, PRORROGAÇÃO DE PRAZO AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO BOM SUCESSO, CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA TECONZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.083.737/0001-90, com sede na cidade de Navegantes, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 92/2013 datado de 02 de dezembro de 2013, O prazo de vigência do contrato para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 90 (noventa) dias, a contar do dia 02 de abril de 2015 e findando no dia 02 de julho de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2014 – FMS

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2014 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2013 - CONCORRÊNCIA Nº 01/2013, CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO INCC - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA, COM ÁREA DE 1.011,72M² SITO A RUA MARCOS GONÇALVES CORDEIRO, 120 NO BAIRRO BERGER, CONTRATADA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC,

Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 14/2014 O presente Contrato tem por objeto a Concessão de Reajuste pelo índice do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), ou seja, no percentual de 6,74%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Contratada e análise do Engenheiro Civil responsável pela obra, mediante parecer jurídico favorável nº 65/2015, O preço certo e reajustado é de R\$ 130.717,99 (cento e trinta mil, setecentos e dezessete reais e noventa e nove centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2014-FMS

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2014-FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2013 - CONCORRÊNCIA Nº 01/2013 - CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO INCC - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA, COM ÁREA DE 1.011,72M² SITO A RUA MARCOS GONÇALVES CORDEIRO, 120 NO BAIRRO

BERGER, CONTRATADA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC,

Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 14/2014 datado de 01 de Abril de 2014, O presente Contrato tem por objeto a Concessão de Reajuste pelo índice do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), ou seja, no percentual de 6,74%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Contratada e análise do Engenheiro Civil responsável pela obra, mediante parecer jurídico favorável nº 65/2015, O preço certo e reajustado é de R\$ 130.717,99 (cento e trinta mil, setecentos e dezessete reais e noventa e nove centavos), As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte verba orçamentária do exercício de 2015: As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31-2010 - FUNDEMA

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31-2010 - FUNDEMA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2010 - CONCORRÊNCIA Nº 01/2010

CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO IGP-M

SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS

CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.153.425/0001-57, com sede na Rua Emília Gioppo Brasil, nº 510, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Presidente da Fundação, Sr. LUIZ GUSTAVO PAVELSKI, brasileiro, solteiro, Engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 066.386.479-89, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC.

CONTRATADA: MEIOESTE AMBIENTAL LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.201.681/0001-72, com sede na cidade de Caçador/SC, neste ato representado pela Sra. GIORGIANA BONET ALLAGE MARINS, brasileira, casada, sócia-administradora, inscrita no CPF sob o nº 949.290.949-49, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador/ SC;

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Concorrência nº 01/2010, bem como, das normas da Lei nº 10.520/02 e da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 31/2010, datado no dia 26 de Novembro de 2010, para COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COMPACTÁVEIS DO MUNICÍPIO e COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (NÃO INDUSTRIAIS) DO MUNICÍPIO. Referente ao processo licitatório nº 29/2010, na modalidade de Concorrência nº 01/2010.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Aditivo tem por objeto o reajuste no percentual de 3,8499% no preço dos serviços contratados, valor apurado pelo IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses, conforme solicitação da CONTRATADA e mediante parecer favorável emitido pela Procuradoria Municipal nº 124/2015, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais, estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e ajustado para os itens descritos acima dos serviços

contratados passa a vigor com os seguintes valores com a aplicação do índice de 3,8499%:

ITEM 01 - COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COMPACTÁVEIS DO MUNICÍPIO, COM A UTILIZAÇÃO DE PELO MENOS 03 (TRES) VEÍCULOS CAMINHÕES EQUIPADOS COM CAÇAMBA COLETORA-COMPACTADORA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 m<sup>3</sup>, o valor de R\$ 82.163,27 (oitenta e dois mil cento e sessenta e três reais e vinte e sete centavos) mensais;

ITEM 02 - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (NÃO INDUSTRIAIS) DO MUNICÍPIO COM UTILIZAÇÃO DE PELO MENOS 02 (DOIS) VEÍCULOS CAMINHÕES, MODELO A CRITÉRIO DA CONTRATADA, DESDE QUE ATENDA AS EXIGÊNCIAS LEGAIS (CAÇAMBA TIPO BAÚ, COM PLACAS REGULAMENTADAS, o valor de R\$ 40.295,28 (quarenta mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos) mensais;

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte verba orçamentária do exercício de 2015:

Secretaria: 14.06 - Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA  
Programa: 17.512.0024.1.047

Elemento: 3.3.90.00.00

Complemento: 3.3.90.39.00

Sub elemento: 3.3.90.39.78

Recursos: Próprios 47

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas.

Caçador, SC, 23 de Abril de 2015.

#### 4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05-2012-FMAS

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05-2012-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2012 - DISPENSA Nº 02/2012, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 239,66 M<sup>2</sup> PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS, CONTRATADA/LOCADORA: ANTONIO SORDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 004.453.209-15, interditado judicialmente, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 05/2012 de 30 de março de 2012, e demais aditivos contratuais, O presente aditivo contratual tem por objeto a prorrogação do prazo pelo período de 12 (doze) meses e concessão de reajuste pelo IGP-M do período, ou seja, 3,58%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretária de Assistência Social mediante parecer jurídico favorável nº 122/2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 50.551,92 (cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 30 de março de 2015 e findando dia 30 de março de 2016, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

#### 5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05-2010-FUNDEMA

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05-2010-FUNDEMA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2009 - CONCORRÊNCIA Nº 01/2009 CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO IGP-M  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS DE AMPLIAÇÃO E OPERAÇÃO DO ATERRO SANITARIO DO MUNICÍPIO

CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.153.425/0001-57, com sede na Rua Emília Gioppo Brasil, nº 510, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Presidente da Fundação, Sr. LUIZ GUSTAVO PAVELSKI, brasileiro, solteiro, Engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 066.386.479-89, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC.

CONTRATADA: MEIOESTE AMBIENTAL LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.201.681/0001-72, com sede na cidade de Caçador/SC, neste ato representado pela Sra. GIORGIANA BONET ALLAGE MARINS, brasileira, casada, sócia-administradora, inscrita no CPF sob o nº 949.290.949-49, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador/ SC;

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Concorrência nº 01/2009, bem como, das normas da Lei nº 10.520/02 e da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 05/2010, datado no dia 19 de Fevereiro de 2009, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS DE AMPLIAÇÃO E OPERAÇÃO DO ATERRO SANITARIO DO MUNICÍPIO. Referente ao processo licitatório nº 02/2009, na modalidade de Concorrência nº 01/2009.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Aditivo tem por objeto o reajuste no percentual de 3,8499% no preço dos serviços contratados, valor apurado pelo IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses, conforme solicitação da CONTRATADA e mediante parecer favorável emitido pela Procuradoria Municipal nº 124/2015, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais, estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e reajustado para a tonelada do serviço contratado passa para o valor de R\$ 89,55 (oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), sendo o preço unitário da tonelada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte verba orçamentária do exercício de 2015:

Secretaria: 14.06 - Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA  
Programa: 17.512.0024.1.047

Elemento: 3.3.90.00.00

Complemento: 3.3.90.39.00

Sub elemento: 3.3.90.39.78

Recursos: Próprios 47

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas. Caçador, SC, 23 de Abril de 2015.

**6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94-2013-FMS**

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94-2013-FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2013 - CONVITE Nº 10/2013, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE NO BAIRRO MARTELLO, CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA TECONZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.083.737/0001-90, com sede na cidade de Navegantes, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 94/2013 datado de 03 de dezembro de 2013, O prazo de vigência do contrato para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 90 (noventa) dias, a contar do dia 03 de abril de 2015 e findando no dia 03 de julho de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31 – 2015 – PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31 - 2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATORIO Nº 28/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, GÁS DE COZINHA, VÁLVULA, MANGUEIRA, CASCOS E MANGOTE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS, DOS FUNDOS E FUNDAÇÕES, empresa, IVONICE TERESINHA PIERDONÁ ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.795.057/0001-88, com sede na cidade de CAÇADOR/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

LOTE 02

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
7	6.000	UNID	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	NESTLE	12,209	73.253,79
8	572	UNID	ÁGUA MINERAL C/ GÁS. EMBALAGEM DE 500 ML, FARDO COM 12 UNIDADES	ROYAL FITT	14,156	8.097,23
9	926	FARDO	ÁGUA MINERAL S/ GÁS. EMBALAGEM DE 500 ML, FARDO COM 12 UNIDADES	ROYAL FITT	12,5169	11.590,65
10	51	FARDO	GALÃO 20 LITROS - VASILHAME	ROYAL FITT	23,6927	1.208,33
TOTAL GERAL R\$						94.150,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027 – 2015 – PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027 - 2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS TIPO MARMITEX, DESTINADAS AOS SERVIDORES DE DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. empresa COZINHA INDUSTRIAL FICHE HAUS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.395.463/0001-50, com sede na cidade de Caçador/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ NID	R\$ TOTAL
1.	56.400	Unidade	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS: 1/2 porção de arroz todos os dias, 1/2 porção de feijão todos os dias/, 02 porções de carne de gado, frango, suíno, peixe todos os dias (variando durante a semana), 01 porção diferente de prato complementar todos os dias (panqueca, aipim, suflê, macarrão, batata, polenta ou legumes gratinados); 02 variedades de saladas (no mínimo) todos os dias, 01 fruta todos os dias (variando durante a semana), 01 copo de suco de 300 ml (sabores variados todos os dias). Oferecer variedade de cardápio durante a semana com uma quantidade mínima de frituras, cardápio deverá atender as normas do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador com 1.400 calorias e ser elaborado e supervisionado por uma Nutricionista.	9,84	554.976,00
Valor Total R\$					554.976,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028 – 2015 – PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28 - 2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATORIO Nº 27/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TANQUES ESTACIONÁRIOS DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEO DIESEL TIPO S10 E OLÉO DIESEL COMUM, DESTINADOS AOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.578.202/0001-87, com sede na cidade de Chapecó/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

LOTE 01

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
1	240.000	LITRO	OLÉO DIESEL BS500 COMUM COM CESSÃO E INSTALAÇÃO DE TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7.000 LITROS, EQUIPADO COM 01 (UMA) BOMBA DE ABASTECIMENTO E 01 (UMA) BACIA DE CONTENÇÃO, EQUIPAMENTO NOVO, MANUTENÇÃO PERIÓDICA, SUBSTITUIÇÃO DE FILTROS E PEÇAS QUE SEJAM NECESSÁRIAS, TODOS OS EQUIPAMENTOS E PROJETO DE INSTALAÇÃO CUMPRINDO AS EXIGÊNCIAS LEGAIS REINVIDICADAS PELOS ÓRGÃOS, CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DE PRETÓLEO, GÁS NATURAL E BIODIESEL).	2,4248	581.950,00

2	500.000	LITRO	ÓLEO DIESEL S-10 COM CESSÃO E INSTALAÇÃO DE TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7.000 LITROS, EQUIPADO COM 01 (UMA) BOMBA DE ABASTECIMENTO E 01 (UMA) BACIA DE CONTENÇÃO, EQUIPAMENTO NOVO, MANUTENÇÃO PERIÓDICA, SUBSTITUIÇÃO DE FILTROS E PEÇAS QUE SEJAM NECESSÁRIAS, TODOS OS EQUIPAMENTOS E PROJETO DE INSTALAÇÃO CUMPRINDO AS EXIGÊNCIAS LEGAIS REINVIDICADAS PELOS ÓRGÃOS, CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DE PRETÓLEO, GÁS NATURAL E BIODIESEL).	2,5301	1.265.050,00
TOTAL GERAL R\$					1.847.000,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-2015-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-2015-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015, PREGÃO PRESENCIAL 06/2015 FMS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TABLET PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, empresa FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº , com sede na cidade de União da Vitória/PR, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	120	Unid.	Tablet, sistema operacional Android, versão mínima 4,2; tela com tamanho mínimo de 7", tecnologia TFT, resolução mínima 1024x600, profundidade de cor 16M, processador Dual Core, velocidade mínima 1.2 GHz, memória RAM mínima de 1 GB e memória interna mínima de 8 GB, com suporte a cartão de memória MicroSD até 32GB, sensor acelerômetro, bateria não removível com capacidade mínima de 3600mAh, câmera CMOS 2.0 MP, conexão de rede Wi-Fi 802.11 b/g/n 2.4, conector fone de ouvido 3.5mm stereo, USB 2.0, bluetooth v4.0, localização GPS. Deve acompanhar capa de proteção. No mínimo 1 ano de garantia.	Samsung	R\$ 435,00	R\$ 52.200,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29 – 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29 - 2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATORIO Nº 27/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TANQUES ESTACIONÁRIOS DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEO DIESEL TIPO S10 E OLÉO DIESEL COMUM, DESTINADOS AOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, empresa STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.325.330/0001-73, com sede na cidade de ARAUCÁRIA/PR, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
3	02	UNITÁRIO	TANQUES ESTACIONÁRIOS DE COMBUSTÍVEIS, DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 7.000 LITROS PARA CADA TANQUE, EQUIPADO COM 02 (DUAS) BOMBAS DE ABASTECIMENTO E 02 (DUAS) BACIAS DE CONTENÇÃO, EQUIPAMENTOS NOVOS, INSTALADOS, COM PROJETO DE INSTALAÇÃO E DO PRODUTO CUMPRINDO AS EXIGÊNCIAS LEGAIS REINVIDICADAS PELOS ÓRGÃOS, CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DE PRETÓLEO, GÁS NATURAL E BIODIESEL).	20.000,00	40.000,00
TOTAL GERAL R\$					40.000,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 – 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 - 2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATORIO Nº 28/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, GÁS DE COZINHA, VÁLVULA, MANGUEIRA, CASCOS E MANGOTE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS, DOS FUNDOS E FUNDAÇÕES, empresa CAÇADOR COMÉRCIO DE GÁS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.817.123/0001-36, com sede na cidade de CAÇADOR/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	850	UNID	GÁS GLP P45	ULTRAGAZ	219,9468	186.954,75
2	1001	UNID	GÁS GLP P13	ULTRAGAZ	51,9874	52.039,39
3	89	UNID	CASCO P13	ULTRAGAZ	124,9697	11.122,30
4	55	UNID	CASCO P45	ULTRAGAZ	419,8983	23.094,41
5	50	UNID	MANGOTE P45	ULTRAGAZ	39,9903	1.999,52
6	44	UNID	VÁLVULA E MANGUEIRA P13	ULTRAGAZ	34,9915	1.539,63
TOTAL GERAL R\$						276.750,00



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2015 – PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS PARA OS AGENTES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA, empresa ANILDO ANTUNES - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.086.661/0001-44, com sede na cidade de Videira, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários: LOTE 01

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	100	UND	Calça - Calça confeccionada em Rip-Stop 67% poliéster e 33% algodão da marca Cedro, contendo 02 dois bolsos tipo sacola nas pernas, 02 dois bolsos menores tipo sacola na parte de trás, na frente 02 dois bolsos tipo faca na frente, com meio coz na frente e elástico 04 cm na parte de trás.	R\$ 113,8351	R\$ 11.383,51
02	100	UND	Meia - Algodão Preta Confeccionada em: - 78%Algodão. -16%Poliamida. - 04% Elastodieno. - 02% Outras Fibras. -Tamanho Único: 33 ao 42.	R\$ 13,3666	R\$ 1.336,33
03	100	UND	Blusa de lã - 100% poliéster	R\$ 113,8352	R\$ 11.383,52
04	100	UND	Jaqueta - em nylon 100% poliéster com refletivo.	R\$ 153,43	R\$ 15.343,00
05	100	UND	Gandola - em Rip-Stop 67% poliéster e 33% algodão da marca Cedro, com 02 dois bolsos com lapelas gola ou colarinho do mesmo tecido com zíper de 65 cm de comprimento e punho com velcro.	R\$ 130,663	R\$ 13.066,30
06	100	UND	Conjunto de Chuva - confeccionado em nylon emborrachado 100% poliéster com 100% de impermeabilidade com costura dupla e rebatida com refletivo, zíper de 65 cm, velcro na lapela do zíper e capuz com aba protetora de gotas nos olhos, calça com elástico de 05 cm, com costura dupla.	R\$ 130,663	R\$ 13.066,30
07	100	UND	Camiseta Manga Curta - de malha 100% algodão	R\$ 29,6961	R\$ 2.969,61
08	100	UND	Boné - em Rip-Stop 67% poliéster e 33% algodão da marca Cedro, com aba A-13 grande e com regulador na parte de traz	R\$ 27,7164	R\$ 2.771,64
09	100	UND	Camisa Manga Longa - confeccionada em Rip-Stop 67% poliéster e 33% algodão da marca Cedro, com 02 dois bolsos na frente e colarinho do mesmo tecido.	R\$ 73,5474	R\$ 7.354,74
10	100	UND	Camisa Manga Curta - confeccionada em Rip-Stop 67% poliéster e 33% algodão da marca Cedro, com 02 dois bolsos na frente e colarinho do mesmo tecido.	R\$ 73,2505	R\$ 7.325,05
TOTAL GERAL R\$					86.000,00



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2015 – PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2015 – PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS PARA OS AGENTES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA, empresa **MUGGUI – UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.211.503/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

**LOTE 02**

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	R\$ TOTAL
11	100	UND	Spray Imobilizante - Composição: Extratos naturais Provoca fechamento involuntário dos olhos a ação passa em 10 minutos lavando com água corrente,/50 gramas 150 ml,130mm de altura e 35 mm de diâmetro. Alcance de até 3 metros,10 aplicações de 1 Segundo;	R\$ 10.509,73
12	100	PAR	Bombacho - Usado para prender a barra da calça no coturno;	R\$ 320,25
13	100	UND	Tonfa de Fibra - Fabricado em Polímero de alta resistência. Possui 60 cm comprimento e 3 cm de diâmetro. Peso aproximado de 1 kg. Cabo da haste terá formato anatômico, medindo entre 13 cm e 14 cm de comprimento, com sulcos em toda a sua extensão. O cabo lateral possui sulcos transversais em toda a sua extensão e é fabricado no mesmo material da haste principal. Possui um pomo na extremidade do cabo lateral com diâmetro de 4,5 cm e 1 cm com a finalidade de evitar que a tonfa escape facilmente da mão do usuário. Cabo lateral resistente, de forma a possibilitar escaladas sem que ocorram folgas, trincas ou quebras e proporcionar conforto e firmeza na empunha dura.	R\$ 3.959,00
14	100	UND	Apito Plástico - 51 mm preto. Apito Profissional em plástico ABS com bolinha que não trava em contato com a saliva ou água. Requer esforço mínimo para apitar. Som agudo, medidas aproximadas: 4,6 cm x 1,6 cm.	R\$ 558,21
15	100	UND	Cinto força tática nacional preto - (Cinto K-36 Preto tamanho G)- Cinto K-36 é uma evolução do Cinto Tático K-12, possui alta tensidade, próprio para carregar uma grande quantidade de equipamento sem dobrar ou deformar - Pode ser utilizado em conjunto com os coletes táticos - Utilizado para fixação de acessórios táticos do tipo K-12 - Cintura ajustável através de Velcro/Fecho de abertura rápida do tipo "Tic-tac". Medidas Tamanho Médio- Comprimento Total: 110 cm - Largura: 4,7 cm, espessura: 3,5 mm, Medidas Tamanho Extra Grande. - Comprimento Total: 128 cm - Largura: 4,7 cm. Espessura: 3,5 mm	R\$ 5.651,47
16	100	UND	Cinto Simples para Calça Preto - (Cinto com 1,15mt e fivela rolete niquelada)- Cinto Social	R\$ 1.685,53

			Militar modelo M 1,15 Mts de Fita de Polipropileno.1 Fivela Modelo Rolete em Ferro Niquelado.1 Ponteira em Ferro Niquelado.	
17	100	UND	Algema - com dobradiça para pulso. Dentes e catracas fresadas e usinadas. Pinos e molas em aço inoxidável. Catraca com triplo dente. Acompanha duas chaves em aço inox 304.	R\$ 11.501,24
18	100	UND	Colete Balístico Rip Stop - Confeccionado em Rip-Stop- Porta Colete Balístico - Acabamento interno de Nylon Fitas de acabamento em Nylon - Fechamento frontal através de Zíper 2 regulagens de altura nos ombros, com Velcro, e regulagem de tamanho nas laterais Itens acoplados na parte frontal: - 1 Porta Radio destacável, podendo ser usado em ambos os lados; - 1 Porta carregador de Pistola Duplo; - 2 Porta Multi Funções de cada lado, com fechamento em zíper; - 1 velcro para tarjeta de identificação; - 1 Bolso Grande c/ fechamento em botão; - 1 Jet Loader Duplo; - 1 Porta Caneta; - 1 Coldre embutido, protegido por uma bolsa facilmente destacável;	R\$ 25.382,04
19	100	UND	Porta Algema - Confeccionado em tecido Poliéster - Suporte para fixação em Cinto Tático. Fechamento através de Velcro	R\$ 1.552,67
20	100	UND	Porta Tonfa - Confeccionado em Poliéster - Argola em Metal	R\$ 2.048,41
21	100	UND	Porta Rádio - Confeccionado em tecido Poliéster - Fechamento em Velcro. Desenvolvido para acoplar o Rádio celular Nextel I500 ou semelhantes. Grampo para fixação em Cinto. Possui saída para antena externa no lado direito.	R\$ 2.709,73
22	100	UND	Lanterna - Tática de Led recarragel 2000 W / 48 Lumens com bastão refletivo	R\$ 11.600,39
23	100	UND	Porta Carteira Celular Robocop - Confeccionado em tecido Poliéster. Possui compartimentos para acoplar uma carteira e um celular de tamanho padrão. Suporte para fixação em Cinto Tático e na perna.	R\$ 5.611,81
24	100	UND	Calça Thermo Skin - Calça SEGUNDA PELE para temperaturas baixas, ideal para o inverno tropical. Poliéster (95% Poliéster e 5% Elastano), design anatômico garante liberdade de movimentos em qualquer atividade física. O tecido permite transferência rápida de calor e umidade entre o corpo e o meio ambiente, absorve a umidade e regula a temperatura corporal. Possui tratamento Sanitized® Silver Fresh à base de íons de prata que impede a proliferação de diversas bactérias mantendo a	R\$ 12.954,76

			roupa livre dos odores da transpiração. Toque macio e aveludado. Easy care, fácil de lavar, seca rapidamente e não precisa ser passado a ferro. Eco Friendly, consome menos energia e tempo na manutenção do produto. Costuras planas garantem resistência e proporcionam total conforto em contato direto com a pele. Silk em gel na lateral da perna.	
25	100	UND	Camiseta manga longa SEGUNDA PELE para temperaturas baixas, ideal para o inverno tropical. Poliéster (95% Poliéster e 5% Elastano), design anatômico garante liberdade de movimentos em qualquer atividade física. O tecido permite transferência rápida de calor e umidade entre o corpo e o meio ambiente, absorve a umidade e regula a temperatura corporal. Possui tratamento Sanitized® Silver Fresh à base de íons de prata que impede a proliferação de diversas bactérias mantendo a roupa livre dos odores da transpiração. Toque macio e aveludado. Easy care, fácil de lavar, seca rapidamente e não precisa ser passado a ferro. Eco Friendly, consome menos energia e tempo na manutenção do produto. Costuras planas garantem resistência e proporcionam total conforto em contato direto com a pele. Silk em gel frontal.	R\$ 12.954,76
TOTAL – R\$ 109.000,00				

**LOTE 03**

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	R\$ TOTAL
26	50	PAR	Bota Motociclista - Características Mínimas: Bota Motociclista Altura média 310 cm (Externo) para número 40, confeccionada em couro bovino semi-cromo hidrofugado, de espessura de 18/20 linhas (1,8 a 2,0 mm) sem marcas; isenta de cortes ou furos; ou seja, carrapatos, bernes e outros defeitos provocados por riscos de cerca, chifradadas, marcas de fogo, etc. Forração confeccionado em malha têxtil de poliamida / poliéster, gramatura superior a 400 g/cm² e sem espuma de célula fechada, deve possuir rápida dispersão de umidade interna, Malha 3D com proteção antimicrobiana de Prata Ativa ou similar, que inibe a proliferação da bactéria <i>Sthaphylococcus Aureus</i> (ATCC 6538) Possuir Coeficiente de Permeabilidade superior 20 mg/cm2 de acordo com EN ISO 240347:2004 - Coturnos Militares, Forração interna possuir permeabilidade ao vapor de água. A estrutura molecular do material de poliéster deve possuir efeito condutor ao vapor de água. A bota deve obrigatoriamente possuir este sistema com pelo	R\$ 32.984,93

			<p>menos 75% altura do eixo do cano. Biqueira confeccionada em material termoplástico de alta resistência; Sobre-Biqueira externa para proteção do bico em borracha de alta abrasão 1,5 mm vulcanizada para contatos com pedais de câmbios e freios. Solado Composto em tri-componente e tri-densidade, sendo a primeira camada em borracha massa grip desenhado com derrapante tipo Anabela com travamento mínimo para pedal na região do enfrangue para estruturação do movimento de pilotagem, a segunda camada deve ser constituída em poliéster de alta performance injetado diretamente na primeira camada por derrame e na região do salto, inserido na segunda camada, deve possuir um sistema de amortecimento com bolha de ar constituído de TPU inflado em formato anatômico com bases paralelas para melhor conforto e absorção de impacto; Palmilha de Montagem da plataforma ao cabedal em material sintético de alta resistência, com 3 mm de espessura e que proporciona proteção quanto a penetração de partes pontiagudas do solo, e que não tem suas características afetadas pela umidade; Palmilha de conforto moldada em etileno acetato de vinil (EVA), revestida com tecido de poliéster, com espessura de 12 mm no calcanhar e 7 mm na planta, com componentes bactericidas, fungicidas e de redução de odores.</p>	
27	100	PAR	Botina - de segurança confeccionada em couro vaqueta de primeira qualidade, na cor preta, com elástico lateral, solado em PU injetado bi-densidade direto no cabedal, palmilha antibactericida.	R\$ 19.041,84
28	50	PAR	BOTA EM COURO, com cano médio, dotado de sistema dry system 100% impermeável com formato em bootie (meia) e forro do colarinho em poliéster com manta 100% impermeável, e solado de borracha, de uso operacional, constituída de couro hidrofugado e tecido plano poliamida/poliéster, acolchoado, dublagem bicomponente. Linhas de costura em poliamida super fio com torção left-right, palmilha de montagem em resina polimérica não metálica e fixada ao cabedal por montagem de revestimento com espessura mínima de 2,5 mm, não serão aceitos outros sistemas de montagem em função da segurança, biqueira de segurança em termoplástica não metálica com proteção externa no bico em borracha nitrílica 1,5 mm de espessura vulcanizada a frio	R\$ 21.973,23

		<p>(sem costura), palmilha de conforto anatomicamente conformada em EVA para maior durabilidade e garantia. Cabedal: Confeccionado em couro bovino flor integral tipo nobuck hidrofugado, com espessura de 20/22 linhas (2,0 a 2,2 milímetros) conforme (ABNT NBR ISO 20.344) sendo em gaspea inteira para maior resistência, na cor preta. Colarinho em napa vestuário vacun com espessura de 0,9 a 1,1 mm hidrofugada, com enchimento em espuma de poliuretano bi-densidade, senzo 60-45g/cm em formato acolchoado. Lingueta em sistema fole sendo também em napa vacum como as mesmas características citadas acima, internamente da bota deve possuir etiqueta de poliéster termofixada com a identificação de numeração do produto, deveser resistente a rasgamento conforme ISO 4674-1. O cabedal deve ser estruturado com polímero de célula aberta dublado com não tecido para melhor conforto, estrutura e flexão, aparência final semi-fosca, cor preta. Deve obedecer a resistência ao rasgamento conforme norma ISO 3377-2, quanto a determinação da permeabilidade e coeficiente ao vapor d'água norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 6.6 e 6.8, determinação do PH – ISO 4045, determinação do teor de Cromo norma VI – ABNT NBR IDO 20. 344 item 6.11. Forração interna: construída em sistema de meia em camadas, sendo com membrana feita de poliéster com canais hidrofilicos não poroso. Com membrana extremamente elástica (&gt; 300%) especialmente adequada para uso em calçados e 100% impermeável e, ao mesmo tempo permeável ao vapor de água (respirável). A estrutura molecular da membrana e especial de poliéster e tem um efeito condutor ao vapor de água, portanto, o vapor de água compacto pode penetrar na membrana e se mover ao longo das cadeias moleculares ate a saída na parte externa do calçado. A direção desse movimento e determinada pela direção da concentração de vapor de água gradiente proporcionando maior gerenciamento da temperatura e umidade interna. Conforme determinação de permeabilidade e coeficiente de vapor de água ABNT NBR ISO 20.344 itens 6.6 e 6.8. Acabamento com tecido de revestimento integrado em tri-componente com a manta e membrana constituído em 58% poliéster e 42% poliamida antibactérias com trama paralela com sistema de travamento e liberação de</p>	
--	--	---	--



		<p>elasticidade. A bota deve obrigatoriamente possuir este sistema com pelo menos 75% altura do eixo do cano e ser selado integralmente por fita termo solda (hot-melt) com 22/25 mm de largura para maior vedação do sistema de bootie (meia) e proporcionar uma impermeabilidade completa, para maior reforço no calcanhar o forro deve possuir um sistema com material não tecido e/ou fita de selagem. Resistência a abrasão conforme norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 6.12 e resistência ao rasgamento conforme norma ISO 4674-1. Biqueira e contraforte confeccionado em material termoplástico de alta durabilidade e resistência, constituído por uma lâmina de resina polimérica, contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão, reforçada por uma tela de poliéster, com espessura de 1,8 milímetro. A proteção sobreposta na extremidade do bico da bota em borracha nitrílica com espessura de 1,5 mm e bordas com redução de espessura para 0,5 mm fixada no cabedal através de vulcanização a frio com adesivo em camadas. Não serão aceitas costuras na fixação da proteção de borracha. O cadarço com trama de poliamida com cabo duplo de poliéster e ponteiros resinadas para maior resistência e durabilidade, com 2,0 metros de comprimento para um ajuste perfeito, cor preta. Linha com base em poliamida número 30/40 e sistema e torção dupla para melhor ajuste do ponto e durabilidade. A palmilha de montagem devera ser constituída em resinada não metálica com espessura de 2,5 mm e flexível. A medida da palmilha de montagem deve cobrir toda extremidade na base da bota para maior proteção e ser fixada no cabedal por sistema montado. Não será aceita palmilha metálica ou de aço. A determinação da espessura devera obedecer a norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 7.1, a absorção e dessorção de água conforme norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 7.2. a resistência a abrasão conforme norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 7.3. A palmilha de conforto moldada em EVAprene com formato anatômico e sistema regular fit (ajuste ao pé) para melhor distribuição do peso no caminhar com espessura de 9 mm no salto, 12 mm no enfrangue e 6 mm na planta. Revestida com tecido poliéster pluma com tratamento bactericida integral que inibe a proliferação da sudorese excessiva e fungos. Não será aceita palmilha fora das medidas especificadas.</p>	
--	--	--	--

		<p>Devera obedecer as normas de absorção e de absorção de água norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 7.2, a resistência a abrasão devera obedecer a norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 7.3. Passadores e rebites: Na parte superior do passador de cadarço devera possuir 3 (três) pares (em cada pé) de ganchos em nylon, com pino de latão (liga de cobre com zinco) maciço rebitado. Na parte inferior devera possuir 5 (cinco) pares (em cada pé) de passadores de nylon, com pino de latão maciço rebitado. Na área de flexão e ajuste, devera possuir um travador com orifício em nylon com dentes de travamento para segurança da amarração. Para fixação dos passadores, 10 pares de rebites por pé confeccionados em latão (liga de cobre com zinco) sendo o pino inferior com a medida de 9 (nove) mm de comprimento, base de 7 (sete) mm e na parte superior (cabeça) medindo 7 (sete) mm para melhor fixação e segurança dos passadores no ajuste. Os rebites devem ser na cor preta com pintura eletrostática anti-corrosiva. Solado: de borracha padrão vibram ou Amazonas com Lugtratorado, sistema para drenagem de água, fabricado através de vulcanização, o desenho do solado que permite boa aderência em superfícies molhadas, com sulcos para saída de lama. A determinação da espessura da sola com ressaltos vereá obedecer a norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 8.1. A resistência ao rasgamento conforme norma ISO 34-1. A resistência a abrasão ISO 4649. Resistência a flexão conforme norma ABNT NBR ISO 20. 344 item 8.4. Resistência ao óleo combustível ABNT NBR ISO 20. 344 item 8.6. A marcação do calçado devera atender a norma da ABNT NBR ISO 20.347/2008. Bem como todos os itens do produto deverão atender a norma da ABNT NBR ISO 20.347/2008. Obs.: Não será permitida a utilização de compostos de poliuretano (PU) para o solado, tendo em vista a característica desse material de hidrofília quando da sua armazenagem, bem como não será aceita a injeção direta ao cabedal, pois tal processo inviabiliza a substituição do solado degradado pelo uso, implicando na impossibilidade de aproveitamento do restante da peça, especialmente o cabedal, não submetido à abrasão. Etiqueta de: Identificação do Fabricante ou Marca; Tamanho do Calçado (Brasil); lote, mês e ano de fabricação; afixada na parte interna da lingueta. Toda a peça deverá apresentar acabamento de qualidade,</p>	
--	--	--	--

		sem apresentação de inconsistências como: costuras conglomeradas, rebarbas de materiais, costuras irregulares ou frágeis, marcas não especificadas pelo DEAP, etc. Os processos de montagem/fabricação poderão ser substituídos por outra tecnologia desde que não altere as características do material e da peça, bem como qualquer função exigida.	
TOTAL – R\$ 74.000,00			

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2015 – PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATORIO Nº 29/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL PRIVADA DE COMUTAÇÃO TELEFÔNICA - CPCT, empresa TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.302.142/0001-76, com sede na cidade de Herval d' Oeste/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	1	Unid.	Aquisição e instalação de Central Privada de Comunicação Telefônica – CPCT conforme termo de referência anexo. Fundo Municipal de Saúde.	Alcatel	27.720,00	27.720,00
2	1	Unid.	Aquisição e instalação de Central Privada de Comunicação Telefônica – CPCT conforme termo de referência anexo. Secretaria de Educação.	Alcatel	34.130,00	34.130,00
TOTAL GERAL R\$						61.850,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008 - 2015 – FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008-2015 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E SEUS COMPONENTES PARA SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, CONTRATADA: ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.780.814/0001-06, com sede na Rua Tancredo de Almeida Neves, nº 6466, Bairro São Cristóvão, na cidade de Concórdia/SC, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 231.100,00 (duzentos e trinta e um mil e cem reais), O presente contrato, será firmado com o proponente vencedor pelo período de 12 (doze) meses, sendo:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
01	300	Unidades	Recarga de Oxigênio medicinal de torpedo consignado de no mínimo 07 m <sup>3</sup>	118,1412	35.442,35
02	300	Unidades	Recarga de Oxigênio medicinal de torpedo consignado de no mínimo 01 m <sup>3</sup>	78,4298	23.528,94
03	300	Unidades	Recarga de Oxigênio medicinal de torpedo consignado de no mínimo ¾ m <sup>3</sup>	69,4948	20.848,44
04	300	Unidades	Umificador de oxigênio composto de tampa e corpo de nylon, frasco plástico de 250 ml com níveis de máximo e mínimo, conexão de entrada de oxigênio com rosca metal padrão 9/16 x 18fios.	31,7691	9.530,73
05	200	Unidades	Máscara medicinal, tamanho padrão adulto, em PVC, acompanhando mangueira/extensão de encaixe para saída de O <sup>2</sup> .	39,7113	7.942,26
06	200	Unidades	Máscara medicinal, tamanho padrão infantil, em PVC, acompanhando mangueira/extensão de encaixe para saída de O <sup>2</sup> .	39,7113	7.942,26
07	300	Unidades	Manômetro/Fluxômetro para oxigenioterapia - Válvula reguladora para cilindro com fluxômetro para oxigênio com escala de 0-15 l/min. Confeccionada em metal cromado, rosca de entrada universal, manômetro de alta pressão com escala de 0 a 315 kg/cm <sup>2</sup> , pressão fixa de 3, 5 kg/ cm <sup>2</sup> e rosca de saída padrão ABNT com válvula de segurança.	226,3545	67.906,35
08	20	Unidades	Cilindro/Torpedo completo de oxigênio medicinal de no mínimo 07 m <sup>3</sup>	1.190,3467	23.806,93
09	20	Unidades	Cilindro/Torpedo completo de oxigênio medicinal de no mínimo 01 m <sup>3</sup>	883,5768	17.671,54
10	20	Unidades	Cilindro/Torpedo completo de oxigênio medicinal de no mínimo ¾ m <sup>3</sup>	824,0098	16.480,20
TOTAL GERAL R\$					231.100,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06 - 2015 – FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06 - 2015 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2015 - AQUISIÇÃO DE CRÉDITO PARA VALE TRANSPORTE DESTINADO AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS CAPS AD E CAPS II. CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/SC, O preço total da aquisição é de R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), inclusos taxas, impostos e outros encargos que vierem existir, O presente contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, iniciando com a assinatura e findando em 30 de março de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07 - 2015 – FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007 - 2015 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015 - CONTRATAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ENDOCRINOLOGIA, CONTRATADA: LENISE HEINZMANN, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 976.441.610-15, médica, com sede na Rua Colômbia, nº 28, Bairro Reunidas, nesta cidade de Caçador/SC ; O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 14 de Abril de 2016, sendo:

ITEM	QTD	UND	UNIDADE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	960	CONSULTA	Contratação de consultas na especialidade de ENDOCRINOLOGIA a serem realizadas no consultório do próprio profissional que deverá manter toda a infraestrutura necessária à prestação de serviços, tais como: espaço físico, equipamentos, comunicação e pessoal técnico de apoio, de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Na consulta deverá estar incluso retorno no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da consulta ou nos termos da Resolução CFM nº 1.958/210, sem custo adicional ao Fundo Municipal de Saúde.	75,00	72.000,00

**PORTARIA Nº 25.365**

PORTARIA Nº 25.365, de 04 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso VII, da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

REsolve:  
DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS da Servidora Pública Municipal LUCIANE REGINA PEREIRA, ocupante do cargo de Professora, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.345 (três mil, trezentos e quarenta e cinco) dias, ou 09 (nove) anos e 02 (dois) meses, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00010/15-6, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 04 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.393**

PORTARIA Nº 25.393, de 11 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 57 e 58, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

REsolve:  
CONCEDER à Servidora Pública Municipal EDITE DA SILVA BIGAS, ocupante do cargo de Merendeira, matrícula nº 10448, lotada junto a EMEB Pierina Santin Perret, readaptação funcional, para desempenhar funções com ressalvas, evitando realizar serviços pesados, com efeitos a contar de 25 de fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 25.409**

PORTARIA Nº 25.409, de 19 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

REsolve:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas junto à Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargos, número de dias e períodos dos afastamentos, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
13456	Jeana Zago	Professor	10	17/03/2015 a 26/03/2015
8308	Maria Luciana dos Santos	Professor	30	16/03/2015 a 14/04/2015
8948	Luciana Maria Fernandes Strauss	Professor	60	19/03/2015 a 17/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.413**

PORTARIA Nº 25.413, de 20 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, § 1º, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

REsolve:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seus filhos, especificado: códigos, nomes, cargos, valor a ser pago e data de nascimento dos filhos, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Valor	Data Nasc.
6954	Janaina Demin Schmitz	Professora	1 vencimento mínimo municipal + 50% do valor	16/03/2015
10835	Jussara Aparecida Jombra Durek	Auxiliar de Creche e Berçário	1 vencimento mínimo municipal	16/03/2015

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.425**

PORTARIA Nº 25.425, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

REsolve:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	A contar de:
13176	Cristiane Antunes Gonçalves	Profª de 1º ao 5º ano	EMEB Rodolfo Nickel	16/03/2015
13704	Fábio Alves de Oliveira	Prof de 1º ao 5º ano	EMEB Morada do Sol	09/03/2015
13756	Fabiula Costa Moreira	Professora	EMEB Nossa Sra Salete	02/03/2015
13647	Gilzeneide Barbosa Ferreira	Profª de 1º ao 5º ano	EMEB Ulysses Guimarães	09/03/2015
13646	Gislaine Aparecida Batista	Professora	EMEB Pierina Santin Perret	02/03/2015
13022	Maria Eliane Gomes Farias	Professora	EMEB Walsin Nunes Garcia	02/03/2015
13043	Roger Willian da Silva	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02/03/2015

13736	Sandy Oliveira de Corduva	Professora	EMEB Castelhana	12/03/2015
13747	Tamara Aline Dalfovo	Professora de Inglês	EMEB Ulysses Guimarães EMEB Alcides Tombini	16/03/2015
13688	Thábita Alana Cachinski	Professora	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02/03/2015
13161	Vera Marcia Westerlon de Oliveira	Professora	EMEB Alto Bonito	12/03/2015
13803	Zany Mary Baseggio Coldebella	Merendeira	EMEB Ulysses Guimarães	10/03/2015
13726	Sônia Aparecida Jarschel	Servente	EMEB Ulysses Guimarães	01/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 25.426

PORTARIA Nº 25.426, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, e art. 113, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:  
CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas junto à Secretaria Municipal da Educação, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargos, local de atuação, número de dias e períodos dos afastamentos, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de Dias	Período
4110	Daniela Monteiro	Merendeira Escolar	CMEI Pierina Adami	120 dias	16/03/2015 a 13/08/2015
10448	Edite da Silva Bigas	Merendeira Escolar	EMEB Pierina Santin Perret	15 dias	10/03/2015 a 24/03/2015
3378	Iliane Silvia Pagotto dos Santos	Servente da Educação	EMEB Ulysses Guimarães	10 dias	05/03/2015 a 14/03/2015
3378	Iliane Silvia Pagotto dos Santos	Servente da Educação	EMEB Ulysses Guimarães	30 dias	15/03/2015 a 13/04/2015
626	Ivonete Aparecida Torezan	Professora Matemática	EMEB Alto Bonito EMEB Pierina Santin Perret	30 dias	09/03/2015 a 07/04/2015
1266	Izabel Barbosa Martins	Servente da Educação	Reversão de aposentadoria	30 dias	04/03/2015 a 02/04/2015

499	Josete Maria de Lemos Strowispy	Professora de Artes	EMEB Henrique Julio Berger	15 dias	09/03/2015 a 27/03/2015 - Licença Trat. Saúde Familiar
8638	Sandra Regina dos Santos Leal	Professora	SME	10 dias	04/03/2015 a 13/03/2015
8638	Sandra Regina dos Santos Leal	Professora	SME	10 dias	16/03/2015 a 25/03/2015
6945	Zeli Moraes de Souza	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Pierina Santin Perret	30 dias	17/03/2015 a 15/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.428**

PORTARIA Nº 25.428, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/02/2015 a 15/03/2015, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	37	002	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Postura	22	002	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Postura	22	023	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Postura	22	023	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 25.429**

PORTARIA Nº 25.429, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/02/2015 a 14/03/2015, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 25.551**

PORTARIA Nº 25.551, de 09 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

**RESOLVE:**

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal Deisy Gonçalves Biasoli, Matrícula 13699, cargo Professora 1º ao 5º Ano, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Hilda Granemann de Sousa, contratada pela Portaria nº 25.089, de 09 de fevereiro de 2015, com efeitos a contar de 04 de maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de maio de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

COMPRAS MÊS 04 - 2015 - PREFEITURA, SAUDE, SOCIAL, HABITAÇÃO, FIA, FUNDEMA, ESPORTE, IPPUC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/20

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR BRANCO	3020	33,000	3,6100	119,13
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAM	3020	33,000	3,6100	119,13
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR PRETO	3020	33,000	3,6100	119,13
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR VERDE	3020	33,000	3,6100	119,13
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR VERMEL	3020	32,000	3,6100	115,52
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAME	828	62,000	1,3400	83,08
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMIE	830	64,000	1,3400	85,76
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR PRETO	828	61,000	1,3400	81,74
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR PRETO	830	63,000	1,3400	84,42
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR VERDE	828	62,000	1,3400	83,08
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR VERDE	830	64,000	1,3400	85,76
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR BRANCO	878	200,000	0,8500	170,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENT	878	200,000	0,8500	170,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR PRETO	878	200,000	0,8500	170,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR VERMELHO	878	200,000	0,8500	170,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - VERDE	878	200,000	0,8500	170,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, QUADR	3020	50,000	4,6500	232,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 16 A, 2 KA	878	2,000	7,1500	14,30
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 20 A, 2 KA	878	2,000	7,1500	14,30
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	FITA ISOLANTE EM PVC, ANTICHAMA, 19 MM X 10 M	828	1,000	1,8000	1,80
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	FITA ISOLANTE EM PVC, ANTICHAMA, 19 MM X 10 M	830	1,000	1,8000	1,80
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W	3020	8,000	10,9000	87,20
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W	828	15,000	10,9000	163,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W	830	25,000	10,9000	272,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20 W, SELO PROCEL/INMETRO	828	10,000	4,1000	41,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20 W, SELO PROCEL/INMETRO	830	6,000	4,1000	24,60
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20 W, SELO PROCEL/INMETRO	878	25,000	4,1000	102,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	828	30,000	4,1000	123,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	830	40,000	4,1000	164,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	878	25,000	4,1000	102,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X40 W, COM CO	830	5,000	51,2200	256,10
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X40 W, COM CO	878	5,000	51,2200	256,10
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x20 W	828	4,000	19,8500	79,40
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x20 W	830	3,000	19,8500	59,55
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x20 W	878	10,000	19,8500	198,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	828	10,000	22,2000	222,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	830	15,000	22,2000	333,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	878	12,000	22,2000	266,40
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 400 W, USO EXTERNO	3020	2,000	62,3500	124,70
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 400 W, USO EXTERNO	3020	2,000	87,8800	175,76
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	3021	10,900	40,0000	436,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	829	18,200	40,0000	728,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	831	19,400	40,0000	776,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	29	41,300	40,0000	1,652,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	198	4,900	40,0000	196,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	879	30,000	40,0000	1,200,00
AGOSTINI E GERAHARDT LTDA - EPP	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAREDE DIVISÓRIA DE EUCATEX.	3003	23,458	69,9000	1,639,71
AGOSTINI E GERAHARDT LTDA - EPP	PERSIANAS VERTICAIS DE TECIDO LAVÁVEL.	748	38,552	52,0000	2,004,70
AGOSTINI E GERAHARDT LTDA - EPP	PERSIANAS VERTICAIS DE TECIDO LAVÁVEL.	798	39,010	52,0000	2,028,52
AGOSTINI E GERAHARDT LTDA - EPP	PERSIANAS VERTICAIS DE TECIDO LAVÁVEL.	806	77,400	52,0000	4,024,80
ALCEU JOSE MATACHON	CONSRTO DE ENCAMENENTO	3009	1,000	180,0000	180,00
ALEX MARCON	VEICULAÇÃO DE ANUNCIOS NA INTERNET	3232	1,000	480,0000	480,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	ACIDO MURIATICO, EMBALAGEM DE 1 LITRO	780	50,000	5,7800	289,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	AMACIANTE DE ROUPAS CAPACIDADE 2 LITROS	3281	36,000	5,2100	187,56
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	Bolsa de algodão, alvejada medindo no mínimo 0,60 x 0,80 cm	780	100,000	3,8800	388,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO COM 300 METROS, BRANCO, 100% FIBRAS NA	3281	128,000	5,9000	755,20
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	PAPEL TOALHA BRANCO, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA DUAS DOBRAS C	780	120,000	16,0000	1,920,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	PAPEL TOALHA BRANCO, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA DUAS DOBRAS C	3281	200,000	16,0000	3,200,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	PEDRA SANITARIA, VÁRIOS AROMAS	3281	240,000	1,9900	477,60
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	SABONETE LÍQUIDO - COMPOSIÇÃO:PH NEUTRO, FRAGRÂNCIA ERVA DOC	3281	40,000	21,9500	878,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR REFINADO BRANCO, PACOTE DE 5 KG	781	100,000	9,4200	942,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR REFINADO BRANCO, PACOTE DE 5 KG	3283	200,000	9,4200	1,884,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	3977	1,200,000	1,1200	1,344,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁLCOOL 92,8 GL LÍQUIDO	3283	240,000	4,8000	1,152,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Alcool Gel, incolor (álcool etílico hidratado 70° INPM), gal	3977	30,000	23,5000	705,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA - 180 ML - CAIXA COM 3000 UNIDADE	781	30,000	89,0000	2,670,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA - 180 ML - CAIXA COM 3000 UNIDADE	3283	30,000	89,0000	2,670,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Embalagens Plásticas para Lixo, 100 litros	3977	3,000,000	1,9500	5,850,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GARRAFA TERMICA COM SISTEMA DE PRESSÃO, CAPACIDADE 1,8 LITRO	781	6,000	100,0000	600,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GUARDANAPOS DE PAPEL - TAMANHO MÉDIO 22,5 X 19,5 CM, PACOTES	781	50,000	1,5400	77,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LUSTRA MOVEIS C/ 200 ML	3977	240,000	2,9000	696,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO, BRANCO, PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA	781	100,000	63,0000	6.300,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Papel toalha com 1.000 FOLHAS cada pacote - 21 X 22,5 cm	3977	300,000	5,7900	1.737,00
ARTE EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP (JORNALISTICA)	SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM JORNAL	3225	6,000	1,173,3367	7.040,02
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	BLOCO DE ATESTADO MEDICO, 1 VIA, COM 10 FOLHAS, FRENTE;	885	200,000	2,1110	422,20
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	BLOCO DE ATESTADO ODONTOLÓGICO, 1 VIA, COM 100 FOLHAS,	885	200,000	2,2290	445,80
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	BLOCO DE RECEITUÁRIO SIMPLES, BC, 2 VIAS, COM 50 FOLHAS	885	300,000	2,1700	651,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	303	500,000	2,4000	1.200,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	241	500,000	2,4000	1.200,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3897	360,000	2,4000	864,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3898	1.680,000	2,4000	4.032,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3899	200,000	2,4000	480,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3901	3.800,000	2,4000	9.120,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3910	460,000	2,4000	1.104,00
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LXH 1720 - BANDEIRANTE - TOYOTA 1995	3918	3.363,860	1,0000	3.363,86
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LXU 0760 TOYOTA BANDEIRANTE 1995	2994	523,640	1,0000	523,64
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MIHJ 3444 BLAZER FLEX 2009	3962	398,200	1,0000	398,20
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	CAFÉ TORRADO E MOIDO TRADICIONAL, EMPACOTADO A VÁCUO, COM 50	3962	100,000	10,0000	1.000,00
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	COPOS PLÁSTICO DESCARTÁVEL - 180 ML	3962	10,000	58,3800	583,80
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	ESCOVA DE MÃO DE PLÁSTICO	3962	100,000	1,6500	165,00
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO	3962	100,000	2,8500	285,00
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	GARRAFA TÉRMICA DE APERTAR, CAPACIDADE 1,8 LITROS	3962	36,000	44,6000	1.605,60
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	JARRA DE PLÁSTICO COM TAMPA, CAPACIDADE 3 LITROS COM GRADUAÇ	3962	60,000	7,9000	474,00
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	PANO DE PRATO PRONTO COR BRANCA (TAMANHO APROX. 0,90 X 0,70)	3962	500,000	3,3600	1.680,00
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	SAPOLIO LÍQUIDO	3962	1.200,000	2,8500	3.420,00
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIAL SUPRI	VASSOURA DE NYLON COM CABO	3962	240,000	4,1200	988,80
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LZG 3093 - MICRO ÔNIBUS MERCEDES B	3847	4.712,090	1,0000	4.712,09
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LZG 3093 - MICRO ÔNIBUS MERCEDES B	3850	1.711,200	1,0000	1.711,20
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LZV 6453CAMINHÃO-VOLKSWAGEN1986	3847	6.144,280	1,0000	6.144,28
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LZV 6453CAMINHÃO-VOLKSWAGEN1986	3850	1.944,000	1,0000	1.944,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LZV 6453CAMINHÃO-VOLKSWAGEN1986	3851	951,420	1,0000	951,42
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LZV 6453CAMINHÃO-VOLKSWAGEN1986	3852	288,000	1,0000	288,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAI 2411 MERCEDEZ BENS 9012 C 1998	3099	963,340	1,0000	963,34
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAI 2411 MERCEDEZ BENS 9012 C 1998	3100	280,000	1,0000	280,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAN 1623CAMINHÃO-VOLKSWAGEN1999	3847	285,460	1,0000	285,46
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAN 1623CAMINHÃO-VOLKSWAGEN1999	3850	74,400	1,0000	74,40
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAN 1623CAMINHÃO-VOLKSWAGEN1999	3851	1.175,440	1,0000	1.175,44

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IMAN 1623CAMINHÃO-VOLKSWAGEM1999	3852	770,000	1,0000	770,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IMAY 7835CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2000	3008	301,820	1,0000	301,82
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IMAY 7835CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2000	3847	1,061,130	1,0000	1,061,13
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IMAY 7835CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2000	3851	357,420	1,0000	357,42
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IMAY 7835CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2000	3852	980,000	1,0000	980,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBA 0245CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2000	3847	19,000	1,0000	19,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBA 0245CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2000	3851	7,227,780	1,0000	7,227,78
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBA 0245CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2000	3852	1,896,000	1,0000	1,896,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBS 5085CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2002	3847	89,070	1,0000	89,07
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBS 5085CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2002	3850	360,000	1,0000	360,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBS 5085CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2002	3851	1,018,750	1,0000	1,018,75
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBS 5085CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2002	3852	70,000	1,0000	70,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBV 3046 - CAMINHÃO VOLKSWAGEM 2002	3851	30,560	1,0000	30,56
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBW 5867CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2001	3847	2,264,170	1,0000	2,264,17
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MBW 5867CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2001	3850	1,296,000	1,0000	1,296,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MCC 8279CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2001	3847	8,402,190	1,0000	8,402,19
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MCC 8279CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2001	3850	1,368,000	1,0000	1,368,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MCC 8279CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2001	3854	8,600,510	1,0000	8,600,51
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MCC 8279CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2001	3855	1,368,000	1,0000	1,368,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDK 2369 MASTER CARGA 2006	3920	300,800	1,0000	300,80
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDK 2369 MASTER CARGA 2006	3921	190,000	1,0000	190,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDM 6072 MICRO-ONIBUS 2003	3847	3,083,170	1,0000	3,083,17
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDM 6072 MICRO-ONIBUS 2003	3850	700,000	1,0000	700,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDM 6072 MICRO-ONIBUS 2003	3851	675,100	1,0000	675,10
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDU 9842CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2003	225	445,620	1,0000	445,62
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MFN 9348 - CAMINHÃO VOLKSWAGEM 2007	226	216,000	1,0000	216,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MFN 9348 - CAMINHÃO VOLKSWAGEM 2007	3847	343,660	1,0000	343,66
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MIR 2529 - CAMINHÃO MERCEDES B 2010	3850	216,000	1,0000	216,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MIR 2529 - CAMINHÃO MERCEDES B 2010	3847	1,372,220	1,0000	1,372,22
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MIR 2529 - CAMINHÃO MERCEDES B 2010	3850	1,190,400	1,0000	1,190,40
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MIR 2529 - CAMINHÃO MERCEDES B 2010	3852	350,000	1,0000	350,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MIR 2599 CAMINHÃO MERCEDES B 2010	3847	188,460	1,0000	188,46
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKC 9224 SPRINTER 413 GB4G 2011	861	297,600	1,0000	297,60
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKX 1716 AGRAL VOLARE V8 2012	3920	13,000,000	1,0000	13,000,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKX 1716 AGRAL VOLARE V8 2012	3921	284,800	1,0000	284,80
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MILA 4937 AGRAL/MA 2012	862	28,650	1,0000	28,65
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MILA 4937 AGRAL/MA 2012	863	20,684,700	1,0000	20,684,70
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MILA 4937 AGRAL/MA 2012		3,888,000	1,0000	3,888,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 520

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MILE 4108 AGRALE MAXIBUS 2013 NEW ASTOR	3100	71,200	1,0000	71,20
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO FORD 8-150 BAÚ MLN 8139 2011	214	72,000	1,0000	72,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO FORD 8-160 CAÇAMBA MKF 1992 201	213	116,780	1,0000	116,78
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO FORD 8-160 CAÇAMBA MKF 1992 201	214	216,000	1,0000	216,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO FORD 8-160 CAÇAMBA MKF 1992 201	225	2.409,220	1,0000	2.409,22
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO FORD 8-160 CAÇAMBA MKF 1992 201	226	1.906,800	1,0000	1.906,80
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO VM 270 VOLVO 6 X 2 MUN 9464	225	736,000	1,0000	736,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO VM 270 VOLVO 6 X 2 MKL 2396 201	225	155,180	1,0000	155,18
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO VM 270 VOLVO 6 X 2 MKL 2396 201	226	216,000	1,0000	216,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA- MDV 6940CAMINHÃO-MERCEDES B1978	3847	774,060	1,0000	774,06
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA- MDV 6940CAMINHÃO-MERCEDES B1978	3850	595,200	1,0000	595,20
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA MJJ 4851 CAMINHÃO IVECO	213	711,980	1,0000	711,98
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA MJJ 4851 CAMINHÃO IVECO	214	74,400	1,0000	74,40
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA MJJ 4851 CAMINHÃO IVECO	225	40,220	1,0000	40,22
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MDH-7541 MANUTENÇÃO MECÂNICA MICRO-ÔNIBUS	223	803,810	1,0000	803,81
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MDH-7541 MANUTENÇÃO MECÂNICA MICRO-ÔNIBUS	224	648,000	1,0000	648,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	CABO DE AÇO ¾ C/ 05MTS DE COMPRIMENTO	3435	3,000	122,5900	367,77
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	COLHER DE PEDREIRO GRANDE	3435	5,000	8,9200	44,60
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	CONJUNTO DE CORTE E SOLDA COMPLETO	3437	1,000	2.522,9900	2.522,99
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	DISCO DE CORTE DIAMANTADO 350 X25,4	3435	5,000	371,0400	1.855,20
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	LAPIS P/ CARPINTEIRO	3435	20,000	0,5800	11,60
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PÁ REDONDA COM CABO	3435	2,000	23,7000	47,40
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 1/2 X 1"	3435	50,000	0,7300	36,50
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 1/2 X 2"	3435	50,000	1,0000	50,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 3/8 X 1"	3435	50,000	0,3200	16,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 5/16 X 1 1/2"	3435	50,000	0,2700	13,50
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	TESOURA PARA CORTAR FERRO	3435	1,000	36,9900	36,99
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	TRANSFORMADOR DE SOLDA 250 AMPERES	3437	1,000	435,0000	435,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ABRACADEIRA DE NYLON	889	103,000	0,1349	13,89
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC RECIPIENTE DE 175GR	3174	5,000	14,7693	73,85
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	Haste de cobre para aterramento	889	1,000	16,5183	16,52
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	JOELHO 90° PVC/ ÁGUA 25MM	3174	20,000	0,9132	18,26
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	LUVA SOLDÁVEL PVC/ÁGUA 25MM	3174	20,000	0,7940	15,88
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	REGISTRO DE PVC 25MM	889	1,000	6,9513	6,95

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	TUBO PVC 25MM X 6 M	3174	8,000	15,5237	124,19
CBB IND E COM DE ASF E ENGENHARIA LTDA	CAP - 50-70	3952	50,000	1,971,4800	98.574,00
CLICHERIA CAÇADOR LTDA - ME	BORRACHA PARA CARIMBO	3013	1,000	10,0000	10,00
CLICHERIA CAÇADOR LTDA - ME	CARIMBO AUTOMATICO P-4911	3013	2,000	18,0000	36,00
CLICHERIA CAÇADOR LTDA - ME	CARIMBO AUTOMATICO P-4912	3013	1,000	23,0000	23,00
CLICHERIA CAÇADOR LTDA - ME	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	3919	1,000	23,0000	23,00
CLINICA DR. BRIDI LTDA	EXAME ADMISSIONAL	3000	7,000	98,5049	689,53
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 2612A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3883	2,000	22,0000	44,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 2612A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3890	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 278A BASE DE TROCA COM TROCA DE CILINDRO	301	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 280A BASE DE TROCA COM TROCA DE CILINDR	3882	9,000	22,0000	198,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 280A BASE DE TROCA COM TROCA DE CILINDR	239	3,000	22,0000	66,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3881	17,000	22,0000	374,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3882	12,000	22,0000	264,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3883	5,000	22,0000	110,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	32	2,000	22,0000	44,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3887	6,000	22,0000	132,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3889	5,000	22,0000	110,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3890	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3891	3,000	22,0000	66,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	300	7,000	22,0000	154,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	301	11,000	22,0000	242,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	302	6,000	22,0000	132,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 435A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3887	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3882	7,000	22,0000	154,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3883	3,000	22,0000	66,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3887	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3888	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3889	2,000	22,0000	44,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3892	3,000	22,0000	66,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	300	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3894	2,000	22,0000	44,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	239	3,000	22,0000	66,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 505 A BASE DE TROCA COM TROCA DE CILINDRO	3881	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 505 A BASE DE TROCA COM TROCA DE CILINDRO	3883	6,000	22,0000	132,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 5949A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3881	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 5949A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3882	1,000	22,0000	22,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 720

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 5949A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	300	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 5949A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	301	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 7115A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3890	1,000	22,0000	22,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	TONER REMANUFATURADO 285A	3882	30,000	25,0000	750,00
CONNECT INFORMATICA LTDA - EPP	AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA TIRO DE GUERRA	3024	3,000	20,0000	60,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	FUNGICIDA A BASE DE MANCOZEB 800 G/KG - FORMULAÇÃO: PÓ MOLH	191	5,000	16,8000	84,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	FERTILIZANTE QUÍMICO NA FÓRMULA 4-14-8 (SC 50KG)	191	15,000	48,1000	721,50
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	FITILHO BRANCO NÚMERO 5	191	5,000	14,2000	71,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	FUNGICIDA A BASE DE CAPTANA 480G/L SUSPENSÃO CONCENTRADA	191	2,000	20,5000	41,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	FUNGICIDA A BASE DE TIOFANATO-METÍLICO 700G/KG - PÓ MOLHÁVEL	191	2,000	23,0000	46,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	FUNGICIDA SISTÊMICO A BASE DE METALAXYL 80G/ KG. MANCOZE 640	191	5,000	95,0000	475,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	Herbicida sistêmico não seletivo de pós-emergência a base de	181	10,000	231,5000	2.315,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	LUVA TRICOTADA	3902	20,000	3,0000	60,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COO	Nitrato de cálcio (sc) - fertilizante solúvel com 15,5%N e 1	191	1,000	49,5000	49,50
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	FUNGICIDA A BASE DE CAPTANA 500G / KG - PÓ MOLHÁVEL RECOM	192	1,000	29,0000	29,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	Adjuvante composto por óleo mineral (428g/L), recomendado pa	192	2,000	13,0000	26,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	CALCÁRIO, DE PREFERÊNCIA CALCÍTIPO, PRNT 90% (SC 50KG)	192	10,000	9,5000	95,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	Cloreto de cálcio (kg) - fertilizante solúvel com 27% Ca	192	5,000	5,3000	26,50
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	FERTILIZANTE FOLIAR A BASE DE ADUBO FOLIAR COM 10% DE CÁLCIO	192	5,000	18,7500	93,75
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	Fertilizante foliar contendo 11% de B	192	5,000	21,0000	105,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	FUNGICIDA A BASE DE CLOROTALONIL 825G/KG GRÁNULOS DISPERSI	192	1,000	38,3800	38,38
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	INSETICIDA A BASE DE DELTAMETRINA 25G/L CONCENTRADO EMULSI	192	1,000	30,0000	30,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTI	SUPER TRIPLO FERTILIZANTE QUÍMICO CONTENDO 42% DE P2O5 (SC	192	3,000	72,0000	216,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	3288	7,000,000	9,8400	68.880,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	3290	300,000	9,8400	2.952,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	3291	250,000	9,8400	2.460,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	199	700,000	9,8400	6.888,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	200	200,000	9,8400	1.968,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	201	280,000	9,8400	2.755,20
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	243	3,900,000	9,8400	38.376,00
EDINEUSA CORDEIRO (A.C.F. FOTOGRAFIAS).	FOTO 3/4	3311	300,000	1,4000	420,00
E.I.L. SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA (DA HOF	PUBLICIDADE EM REVISTA	3233	1,000	880,0000	880,00
ELETRO DINAMO LTDA ME	VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS NA INTERNET	3229	1,000	480,0000	480,00
ELETRO DINAMO LTDA ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LYU 1543 - IMP. GM TRAFIC 1996	3189	855,480	1,0000	855,48
ELETRO DINAMO LTDA ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LYU 1543 - IMP. GM TRAFIC 1996	3190	163,990	1,0000	163,99
ELETRO DINAMO LTDA ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MUH 5732 GM CLASSIC 2011	3189	420,000	1,0000	420,00
ELETRO DINAMO LTDA ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MUH 5732 GM CLASSIC 2011	3190	426,550	1,0000	426,55



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE CONTROLE DE MATERIAIS/FABRICA DE TUBOS	220	100,000	7,9900	799,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE RECEITUARIO ESPECIAL BRANCO, 2 VIAS, SENDO 1ª VIA	884	300,000	2,5100	753,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE REQUISICÃO DE EXAME COM 100 FOLHAS, 1 VIA,	884	200,000	2,0800	416,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE REQUISICÃO INTERNA, COM 100 FOLHAS, 1 VIA	3308	500,000	1,6100	805,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE TERMO DE MANIFESTAÇÃO DO OFENDIDO E DE COMPROMISSO	3178	75,000	12,9700	972,75
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CARTAO DE GESTANTE; PAPEL CARTÃO BC, COM IMPRESSAO COLORIDA	884	2,000,000	0,4340	868,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	ENVELOPE GRANDE, TAM. 31 CM X 41 CM, PAPEL SULFITE BC 90g/m²	3308	3,300,000	0,5990	1,976,70
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	ENVELOPE OFICIO, TAM. 11,5 CM X 23 CM, PAPEL SULFITE BRANCO	3308	2,000,000	0,2290	458,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	ENVELOPE OFICIO, TAM. 20 CM X 28CM, PAPEL SULFITE, BC 90G/M²	3308	1,000,000	0,3290	329,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	NOTA FISCAL DE PRODUTOS RURAL, 4 VIAS, AUTOCOPIATIVAS	3029	9,000,000	0,3090	2,781,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-MENNOVA ERA -COMI	IMPRESSÃO DE OUTDOOR	3227	3,000	200,0000	600,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-MENNOVA ERA -COMI	LOCAÇÃO DE OUTDOOR	3231	3,000	304,0000	912,00
EXPRESSO APOIO A GESTAO PUBLICA LTDA	Contratação de empresa para dar suporte técnico e apoio admi	3853	1,000	5,500,0000	5,500,00
EZEQUIEL DA SILVA - ME - DUARTE ESTOFARIA E	CONCERTO DE CADEIRAS	3038	10,000	49,0000	490,00
FOLHA ALTO VALE EDITORA JORNAL LTDA-EPP	Micro Computador com Processador Core i5 3330 com Monitor	3306	1,000	2,425,0000	2,425,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM JORNAL	3236	5,000	1,408,0000	7,040,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 175/70R14	891	39,000	11,6284	453,51
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 175/70R14	892	5,000	11,6284	58,14
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 175/70R14	893	8,000	11,6284	93,03
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 175/70R14	895	12,000	11,6284	139,54
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 175/70R14	897	17,000	11,6284	197,68
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 185 R14	894	2,000	11,6284	23,26
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 195/70 R15	894	5,000	11,6284	58,14
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 205/75 R16	897	9,000	11,6284	104,66
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONCERTO PNEU 235/75 R15	896	8,000	11,6284	93,03
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM DE PNEU 175/70 R14	891	20,000	10,0780	201,56
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM DE PNEU 175/70 R14	893	8,000	10,0780	80,62
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM DE PNEU 175/70 R14	895	4,000	10,0780	40,31
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM DE PNEU 175/70 R14	897	20,000	10,0780	201,56
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM DE PNEU 185/65 R14	892	4,000	10,0780	40,31
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM DE PNEU 195/70 R15	894	4,000	10,0780	40,31
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM DE PNEU 205/75 R16	897	8,000	13,9541	111,63
FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	Camisetas na cor BRANCA, manga curta, com serigrafias de log	782	100,000	11,4000	1,140,00
GERMINO COFFERRI-ME	CONFECÇÃO DE PLACA DE VEICULO	3924	1,000	65,0000	65,00
GERMINO COFFERRI-ME	RELACRE DE PLACA DE VEICULO	3924	1,000	30,0000	30,00
GESUL COMERCIAL LTDA	Aparelho de Ar Condicionado Split 12000 BTU'S AR3 (PROINFANC	3022	2,000	1,350,0000	2,700,00
GESUL COMERCIAL LTDA	Aparelho de Ar Condicionado Split 18000 BTU's AR2 (PROINFANC	3022	2,000	2,200,0000	4,400,00
GESUL COMERCIAL LTDA	Batedeira planetária 20L BT	3022	1,000	3,000,0000	3,000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GESUL COMERCIAL LTDA	Batedeira planetária 5L BT1 (PROINFANCIA)	3022	1,000	999,0000	999,00
GESUL COMERCIAL LTDA	Bêbedouro elétrico conjugado - Duas colunas BB1	3022	5,000	598,0000	2.990,00
GESUL COMERCIAL LTDA	Purificador de água refrigerado PR (PROINFÂNCIA)	3022	3,000	330,0000	990,00
GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA - EPP	INFORMATIVO COM 4 PG, A4 IMPRESSAS EM 4X4 CORES COM 1 VINCO,	899	1,000,000	0,4750	475,00
GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA - EPP	PASTA DA PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE SAÚDE,	883	3,000,000	0,7000	2.100,00
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 1.400 X 24 16 L - PARA MOTONIVELADORA	3397	10,000	617,4200	6.174,20
HOILTON JOSÉ PIZZATTO & CIA LTDA - ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	3805	1,000	20,0000	20,00
ICAP- INSTITUTO CAT. DE CONSULT. ARB.AUD. E	PERICIA ASSISTENCIAL EM CÁLCULOS DE EXECUÇÃO	3726	3,000	250,0000	750,00
IMOVEIS ZARDO LTDA- EPP	AValiação de Imóvel	3784	1,000	600,0000	600,00
INSPEVIDE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICUL	VISTORIA DE VEICULO	3916	1,000	550,0000	550,00
IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO MICROÔNIBUS,	905	15,000,000	3,6900	55.350,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	735	186,000	11,6633	2.169,37
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	917	32,000	12,2090	390,69
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	918	24,000	12,2090	293,02
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	919	400,000	12,2090	4.883,60
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	920	50,000	12,2090	610,45
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	921	50,000	12,2090	610,45
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	119	4,000	12,2090	48,84
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	330	38,000	12,2090	463,94
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3925	200,000	12,2090	2.441,80
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3926	100,000	12,2090	1.220,90
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3928	40,000	12,2090	488,36
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3929	40,000	12,2090	488,36
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3930	45,000	12,2090	549,41
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3931	50,000	12,2090	610,45
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3933	27,000	12,2090	329,64
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3934	27,000	12,2090	329,64
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3935	150,000	12,2090	1.831,35
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3936	50,000	12,2090	610,45
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	251	70,000	12,2090	854,63
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	34	30,000	12,2090	366,27
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	46	40,000	12,2090	488,36
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500 ML C/ GÁS C/ 12	919	50,000	14,1560	707,80
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500 ML C/ GÁS C/ 12	3932	1,000	14,1560	14,16
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS C/ 12	919	150,000	12,5169	1.877,54
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS C/ 12	3932	1,000	12,5169	12,52
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL C/ GÁS, EMBALAGEM 500 ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	735	100,000	13,6072	1.360,72
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS, EMBALAGEM 500ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	735	100,000	12,6353	1.263,53
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GALAO 20 LTS- VASILHAME	919	5,000	23,6927	118,46

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GALAO 20 LTS.- VASILHAME	3930	2,000	23,6927	47,39
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	SUPORTE PARA AGUA MINERAL	735	5,000	36,9338	184,67
IZILDA APARECIDA ROSSETTO BOUFLEUR	Lã de aço (tipo Bombri) pacotes com 8 unidades	3978	230,000	0,7500	172,50
JARDINAGEM JARDIM BELO LTDA - ME(JARDINA)	Grama em leiva sempre verde de 1ª qualidade	3017	800,000	6,4900	5,192,00
JE PRESTADORA DE SERVIÇOS	MÃO DE OBRA DIVERSAS	3086	1,000	1,000,0000	1,000,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CARIMBO AUTOMATICO P-4911	3727	2,000	22,0000	44,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	3911	1,000	26,0000	26,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	3912	1,000	48,0000	48,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	3913	1,000	26,0000	26,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	REFIL PARA CARIMBO	3911	1,000	12,0000	12,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	Estabilizador normatizado de entrada 220 saída 115.	3295	1,000	249,0000	249,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	Estabilizador normatizado de entrada 220 saída 115.	3384	1,000	249,0000	249,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	Impressora-copiadora/scanner/fax	3295	1,000	1,545,0000	1,545,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	Impressora-copiadora/scanner/fax	3384	1,000	1,545,0000	1,545,00
LOJAS COLOMBO SA.	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	3182	1,000	399,0000	399,00
LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICID	Contratação de Agência especializada para prestação de servi	797	211,000	1,0000	211,00
LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICID	Contratação de Agência especializada para prestação de servi	3223	13,735,750	1,0000	13,735,75
LUHS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	KIT PARA PORTA DE CORRER	3315	2,000	70,2500	140,50
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	CARTUCHO	3039	2,000	166,3100	332,62
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	CARTUCHO DO FILTRO LUBRIFICANTE	3039	2,000	73,7800	147,56
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	CONJUNTO ELEMENTO	3039	1,000	360,5900	360,59
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	DESLOCAMENTO	3039	480,000	2,2840	1,096,32
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	FILTRO TAMPA	3039	2,000	24,5500	49,10
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	FILTRO DE AR	3039	1,000	323,7300	323,73
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	3039	2,000	96,1900	192,38
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 68 ROLO COMP VIBRAT CA 250 - 2010	3030	2,154,890	1,0000	2,154,89
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	OLEO MOTOR	3039	1,000	305,0000	305,00
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	OLEO MOTOR	3039	2,000	308,3200	616,64
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VEICULO EM GARANTIA	3039	6,000	164,5000	987,00
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIRO RCF PARA O VEÍCULO	3042	1,000	190,0342	190,03
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	PLA	3042	1,000	280,9597	280,96
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF	3042	1,000	280,9597	280,96
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF PARA O VEÍCULO	3042	1,000	190,0342	190,03
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS RCF	3042	1,000	250,6512	250,65
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS RCF PARA O VEÍCULO PL	3042	1,000	250,6512	250,65
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS- RCF PARA VEÍCULO	3042	1,000	250,6512	250,65
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS-RCF	3042	1,000	190,0400	190,04
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO PLACA MLF-1839	3042	1,000	1,705,4585	1,705,46

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR  
Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO PLACA MLF-3709	3042	1,000	1.705,4585	1.705,46
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO PLACA MLF-4989	3042	1,000	1.705,4585	1.705,46
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO PLACAS MLE-3469	3042	1,000	1.705,4585	1.705,46
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO PLACAS MLF-5579 M	3042	1,000	1.644,8416	1.644,84
MARCIO CORDEIRO 00546407927 (PORTAL CDR)	SERVIÇO DE PUBLICIDADE NA INTERNET	3224	1,000	256,0000	256,00
MARCOS BULLE DA COSTA	ÁLCOLL 46,2 GL	3990	1.200,000	3,3100	3.972,00
MARCOS BULLE DA COSTA	COPO P/ CRIANÇA - COMPOSTO DE COPO TAMPA	3990	200,000	3,0000	600,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Embalagens Plásticas para Lixo 30 litros	3990	2.500,000	1,9000	4.750,00
MARCOS BULLE DA COSTA	ESPONJA DE ACO INOX	3990	300,000	1,8000	540,00
MARCOS BULLE DA COSTA	FÓSFORO MAÇO COM 10 CAIXINHAS	3990	60,000	1,5500	93,00
MARCOS BULLE DA COSTA	FRALDA DESCARTÁVEL COM GEL	3990	200,000	16,9600	3.392,00
MARCOS BULLE DA COSTA	FRONHA 100 % ALGODÃO 50 X 70CM, 150 FIOS, ANTIALÉRGICA.	3990	300,000	4,2000	1.260,00
MARCOS BULLE DA COSTA	LENÇOL DE SOLTEIRO, 100% ALGODÃO, COR LISA	3990	50,000	12,0000	600,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Lenços umedecidos,balde com 450 unidades, com textura espess	3990	150,000	8,7000	1.305,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Lixeira plástica reforçada - 20 Litros, sem tampa	3990	100,000	12,6000	1.260,00
MARCOS BULLE DA COSTA	LIXEIRA PLÁSTICA REFORÇADA - 30 LITROS, COM TAMPA	3990	100,000	14,0000	1.400,00
MARCOS BULLE DA COSTA	LUVA DE BORRACHA	3990	300,000	1,9700	591,00
MARCOS BULLE DA COSTA	TOALHA DE BANHO FELPUDA, COR CLARA, 100% ALGODÃO.	3990	60,000	10,9700	658,20
MARILDA SALETE LUZ - ME	TONER CE 283A	3328	10,000	45,0000	450,00
MATHEUS MARCON E CIA LTDA (HIGIEBRÁS)	DESINFETANTE PARA BANHEIROS QUIMICOS	3927	10,000	399,0000	3.990,00
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA	CONFECÇÃO DE CRACHAS	3179	500,000	8,4900	4.245,00
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA	REVELAÇÃO DE FOTOS	3159	14,000	0,8900	12,46
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - CHV 2476 MMC PAJERO GLX - 1996	3454	2.735,200	1,0000	2.735,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - CHV 2476 MMC PAJERO GLX - 1996	3459	5.059,700	1,0000	5.059,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 4856 GOL 1.6 4P. 2010	819	735,200	1,0000	735,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 4856 GOL 1.6 4P. 2010	820	826,500	1,0000	826,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 3598 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	823	61,100	1,0000	61,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 3598 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	824	347,700	1,0000	347,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 3708 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	823	305,500	1,0000	305,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 3708 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	824	881,600	1,0000	881,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - KNS 3207 - CLIO RENAULT - 2001	3848	5.259,200	1,0000	5.259,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - KNS 3207 - CLIO RENAULT - 2001	3849	1.222,000	1,0000	1.222,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - KOMBI VW- MGZ 0346 2010	227	530,100	1,0000	530,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - KOMBI VW- MGZ 0346 2010	228	304,400	1,0000	304,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LWW 4435 GOL VOLKSWAGEM 1995	3845	188,100	1,0000	188,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LWW 4435 GOL VOLKSWAGEM 1995	3846	427,700	1,0000	427,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MCC-0103 -POLO SEDAN/VW- GAS/ALCOOL	2995	722,000	1,0000	722,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MCC-0103 - POLO SEDAN/VW- GAS/ALCOOL	2996	202,200	1,0000	202,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MCR 4143 FIAT/FIORINO IE 2006	3922	910,100	1,0000	910,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MCR 4143 FIAT/FIORINO IE 2006	3923	629,900	1,0000	629,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDM 9313 FORD RANGER XLS 12A	821	5,312,400	1,0000	5,312,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDM 9313 FORD RANGER XLS 12A	822	1,283,100	1,0000	1,283,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MET 0466 - UNO MILLE SX - 2008	3848	313,500	1,0000	313,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MGL 2167 - FIORINO 2013	3845	370,500	1,0000	370,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MGR 0784 UNO 2009	284	758,100	1,0000	758,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MGR 0784 UNO 2009	285	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHA 8066 CORSA HATCH 2010	823	223,300	1,0000	223,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHA 8066 CORSA HATCH 2010	824	392,350	1,0000	392,35
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 5136 DUCATO MULTI, 2010	827	402,500	1,0000	402,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 6516 GOL VOLKSWAGEM 2010	3848	1,728,050	1,0000	1,728,05
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 6516 GOL VOLKSWAGEM 2010	3849	794,300	1,0000	794,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 6516 GOL VOLKSWAGEM 2010	3975	247,000	1,0000	247,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 6516 GOL VOLKSWAGEM 2010	3976	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE-5246 PEUGEOT 307 SD 2010	3806	988,000	1,0000	988,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE-5246 PEUGEOT 307 SD 2010	3807	427,700	1,0000	427,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8116 KOMBI - VOLKSWAGEM 2010	3846	114,000	1,0000	114,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8116 KOMBI - VOLKSWAGEM 2010	3848	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8406 KOMBI - VOLKSWAGEM 2010	3848	2,147,000	1,0000	2,147,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8406 KOMBI - VOLKSWAGEM 2010	3849	549,900	1,0000	549,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8406 KOMBI - VOLKSWAGEM 2010	3975	288,800	1,0000	288,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8406 KOMBI - VOLKSWAGEM 2010	3976	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8456 FIESTA HATCH FLEX 2010	810	1,179,800	1,0000	1,179,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8456 FIESTA HATCH FLEX 2010	811	307,800	1,0000	307,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MIY 7628 - PÁLIO FIRE - FIAT 2011	3531	427,500	1,0000	427,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MIY 7628 - PÁLIO FIRE - FIAT 2011	3532	303,300	1,0000	303,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJK 6707 DUCATO CARGO 2012	3922	361,000	1,0000	361,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJK 6707 DUCATO CARGO 2012	3923	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJL 5285 FIESTA HATCH 1.6 FLEX 2012	821	4,169,550	1,0000	4,169,55
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJL 5285 FIESTA HATCH 1.6 FLEX 2012	822	1,649,700	1,0000	1,649,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 4008 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	823	508,800	1,0000	508,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 4008 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	824	955,700	1,0000	955,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 8528 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	814	223,300	1,0000	223,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 8528 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	815	1,131,450	1,0000	1,131,45
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJUS 7898 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	817	567,700	1,0000	567,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJUS 7898 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	818	1,090,600	1,0000	1,090,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJU 0093 CORSA HATCH MAXX 1.4 2012	823	304,900	1,0000	304,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJU 0093 CORSA HATCH MAXX 1.4 2012	824	1,081,100	1,0000	1,081,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKB 9784 FORD TRANSIT 3501 TA 2011	823	183,300	1,0000	183,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKB 9784 FORD TRANSIT 3501 TA 2011	824	1,369,900	1,0000	1,369,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKC 2506 MOTO HONDA/BIZ 2012	819	75,200	1,0000	75,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKC 2506 MOTO HONDA/BIZ 2012	820	20,900	1,0000	20,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKC 2536 MOTO HONDA/BIZ 2012	819	150,400	1,0000	150,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKC 2536 MOTO HONDA/BIZ 2012	820	155,800	1,0000	155,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKD 1446 MOTO HONDA/BIZ 2012	819	75,200	1,0000	75,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKD 1446 MOTO HONDA/BIZ 2012	820	20,900	1,0000	20,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKG 8920 FIESTA FORD 2014	2995	351,500	1,0000	351,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKG 8920 FIESTA FORD 2014	2996	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKQ 2412 - AZERA - HYUNDAI - 2013	3808	793,250	1,0000	793,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKQ 2412 - AZERA - HYUNDAI - 2013	3809	404,400	1,0000	404,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLC 7409 DOBLO ATTRACTIV 1.4 2011	825	793,200	1,0000	793,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLC 7409 DOBLO ATTRACTIV 1.4 2011	826	1,809,000	1,0000	1,809,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLC 7439 DUCATO AMBULÂNCIA 2011	823	2,258,500	1,0000	2,258,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLC 7439 DUCATO AMBULÂNCIA 2011	824	13,241,100	1,0000	13,241,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLI 5856 - STRAD - 2013	3845	2,426,300	1,0000	2,426,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLI 5856 - STRAD - 2013	3846	1,344,200	1,0000	1,344,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - STRADA FIAT MJU 1647 2012	229	285,000	1,0000	285,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - STRADA FIAT MJU 1647 2012	230	98,700	1,0000	98,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA CORSA CHEVROLET MBY 3781 2001	229	1,575,100	1,0000	1,575,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA DOBLÔ FIAT MBT 1204 2003	227	3,144,500	1,0000	3,144,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA DOBLÔ FIAT MBT 1204 2003	228	671,000	1,0000	671,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA DOBLÔ FIAT MBT 1204 2003	229	592,800	1,0000	592,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA DOBLÔ FIAT MBT 1204 2003	230	1,635,400	1,0000	1,635,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- FORD FIESTA - MHD 3816 2010 EDUCAÇÃO	3922	921,500	1,0000	921,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- FORD FIESTA - MHD 3816 2010 EDUCAÇÃO	3923	244,400	1,0000	244,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- FORD FIESTA - MHF2196 2010	817	1,811,900	1,0000	1,811,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	ADMINISTRAÇÃO				
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- FORD FIESTA - MHF2196 2010	818	3,629,000	1,0000	3,629,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	ADMINISTRAÇÃO				
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- KOMBI VW - MHL8386 2010	227	294,500	1,0000	294,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- KOMBI VW - MHL8386 2010	228	244,400	1,0000	244,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- PÁLIO FIAT MHE 5096- 2010	229	427,500	1,0000	427,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- PÁLIO FIAT MHE 5096- 2010	230	61,100	1,0000	61,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- PEUGEOT - BOXER - MHI3386 - 2010 - EDU	3922	8,277,500	1,0000	8,277,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- PEUGEOT - BOXER - MHI3386 - 2010 - EDU	3923	1,466,400	1,0000	1,466,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA STRADA FIAT/MKI 9336 2012	229	1,757,500	1,0000	1,757,50



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   Abril/2015

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 14/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA STRADA FIAT/MIKI 9336 2012	230	1.280,900	1,0000	1.280,90
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	3214	240,000	37,0000	8.880,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	3215	280,000	37,0000	10.360,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	3216	270,000	37,0000	9.990,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	3217	196,500	37,0000	7.270,50
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	3221	383,500	37,0000	14.189,50
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	3222	190,000	37,0000	7.030,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	3235	500,000	37,0000	18.500,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	3917	140,000	37,0000	5.180,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3214	250,000	35,0000	8.750,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3215	275,000	35,0000	9.625,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3216	280,000	35,0000	9.800,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3217	250,000	35,0000	8.750,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3218	110,000	35,0000	3.850,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3219	100,000	35,0000	3.500,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3220	170,000	35,0000	5.950,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3222	170,000	35,0000	5.950,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	3917	150,000	35,0000	5.250,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3164	340,000	36,0000	12.240,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3214	245,000	36,0000	8.820,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3215	260,000	36,0000	9.360,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3216	250,000	36,0000	9.000,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3217	300,000	36,0000	10.800,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3218	110,000	36,0000	3.960,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3219	100,000	36,0000	3.600,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3220	160,000	36,0000	5.760,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3222	221,000	36,0000	7.956,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3917	145,000	36,0000	5.220,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMÃO.	3214	300,000	29,0000	8.700,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMÃO.	3215	167,000	29,0000	4.843,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMÃO.	3221	1.253,000	29,0000	36.337,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMÃO.	3222	180,500	29,0000	5.234,50
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMÃO.	3917	180,000	29,0000	5.220,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3164	471,180	39,0000	18.376,02
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3214	225,000	39,0000	8.775,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3215	245,000	39,0000	9.555,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3216	240,000	39,0000	9.360,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3217	250,000	39,0000	9.750,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3218	90,000	39,0000	3.510,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3219	90,000	39,0000	3.510,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3220	145,000	39,0000	5.655,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3222	210,000	39,0000	8.190,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	3917	130,000	39,0000	5.070,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PO DE PEDRA	3164	212,100	40,0000	8.484,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PO DE PEDRA	3221	1.310,000	40,0000	52.400,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PO DE PEDRA	3222	185,000	40,0000	7.400,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PO DE PEDRA	3917	130,000	40,0000	5.200,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAÍSO)	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA PRETO	2023	1,000	32,0000	32,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAÍSO)	CARTUCHO PARA IMPRESSORA AMARELO	2023	1,000	32,0000	32,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAÍSO)	CARTUCHO PARA IMPRESSORA AZUL	2023	1,000	32,0000	32,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAÍSO)	FOLHA DE PAGAMENTO COM BLOQUEIO LABO 02-205x5 1/2POL. - 2VIA	3310	24.000,000	0,0940	2.256,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAÍSO)	TINTA PARA IMPRESSORA MAGENTA	2023	1,000	32,0000	32,00
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - E	CANECA DE VIDRO TEMPERADO	3982	5.000,000	4,2000	21.000,00
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXP.LTDA- EII	SERVIÇO DE SERRALHERIA	216	428,000	28,0000	11.984,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANELMO LTDA/	SALGADINHO SORTIDO	3309	50,000	0,4500	22,50
PAPELNORTE DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, PICOTADO, MACIO, ROLO 30 MTS	3979	200,000	43,5000	8.700,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Vigilância Armada 24 horas P.A. Jonas Ramos	867	1,000	8.200,0000	8.200,00
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	58MOTONIVELADORA-CATERPILLAR200	3323	2.669,700	1,0000	2.669,70
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 58 MOTONIVELADORA 2001	3318	13.465,170	1,0000	13.465,17
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 58 MOTONIVELADORA 2001	3319	3.402,800	1,0000	3.402,80
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 63 RETRO ESCAVAD. JCB 214S 2005	3320	3.037,490	1,0000	3.037,49
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 66 RETRO ESCAVAD. JCB 214S 2005	3322	2.383,950	1,0000	2.383,95
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 66 - RETRO ESCAVAD. RANDON RK	3318	12.671,510	1,0000	12.671,51
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 66 - RETRO ESCAVAD. RANDON RK	3319	10.519,540	1,0000	10.519,54
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 66 - RETRO ESCAVAD. RANDON RK	3320	6.058,690	1,0000	6.058,69
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 66 - RETRO ESCAVAD. RANDON RK	3322	4.903,150	1,0000	4.903,15
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 69 MOTONIVELADORA 2010	3318	19.475,980	1,0000	19.475,98
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 69 MOTONIVELADORA 2010	3319	13.573,600	1,0000	13.573,60
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 69 MOTONIVELADORA 2010	3323	10.331,160	1,0000	10.331,16
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 70 MOTONIVELADORA 2010	3318	48.743,220	1,0000	48.743,22
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 70 MOTONIVELADORA 2010	3319	21.970,200	1,0000	21.970,20
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 70 MOTONIVELADORA 2010	3324	1.866,370	1,0000	1.866,37
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 71 RETROESCAVAD. NEW HOLLAN	3318	27.803,420	1,0000	27.803,42
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 71 RETROESCAVAD. NEW HOLLAN	3319	14.252,280	1,0000	14.252,28
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 71 RETROESCAVAD. NEW HOLLAN	3320	620,400	1,0000	620,40
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 71 RETROESCAVAD. NEW HOLLAN	3323	4.935,150	1,0000	4.935,15
PAVIMÁQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MOTONIVELADORA 120H - DIESEL54	3318	6.386,890	1,0000	6.386,89

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 16/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECANICA - MOTONIVELADORA 120H - DIESEL54	3323	2.209,620	1,0000	2.209,62
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECANICA MÁQ 02- MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA RANDON	221	2.031,250	1,0000	2.031,25
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA MÁQ 02- MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA RANDON	222	700,000	1,0000	700,00
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	LAVAGEM DE CORTINAS	3044	1,000	289,0000	289,00
PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA - ME	VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS NA INTERNET	3234	1,000	1.200,0000	1.200,00
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIRO DETER	3006	1,000	309,6591	309,66
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS DETER	3006	1,000	309,6591	309,66
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS -RCF	3004	1,000	98,0000	98,00
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL	3006	1,000	470,6818	470,68
POSTIMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA - EPP	CARNÊ CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: MODELO ARRECADACÃO SENDO O T	3329	298,000	0,4800	143,04
PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	Alcool Gel, incolor (Álcool Etilico Hidratado 70º INPM) Peso	3981	140,000	3,0000	420,00
PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	Bolsa de algodão alvejada (branca), tamanho 80x60cm	3981	500,000	3,5000	1.750,00
PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	DESINFETANTE LIQUIDO - USO GERAL	3981	100,000	6,0000	600,00
PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	SABAO EM PO - CAIXA COM 1 KG	3981	1.000,000	4,3000	4.300,00
PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	SABONETE LIQUIDO - COMPOSIÇÃO:PH NEUTRO, FRAGRÂNCIA ERVA DO C	3981	50,000	10,5000	525,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BALANCEAMENTO R-13/14/15	3585	12,000	10,0000	120,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BALANCEAMENTO R-20/11R 22,5	3585	6,000	50,0000	300,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BALANCEAMENTO R-20/11R 22,5	3587	4,000	50,0000	200,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BICOS DE AR PARA RODA ARO 24, 25, 28 E 30	3589	1,000	18,0000	18,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BICOS DE AR PARA RODA AROS 13, 14 E 15	3589	1,000	5,0000	5,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Câmara 750 x 16	3586	1,000	60,0000	60,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CÂMARA DE AR ARO - 14	3589	1,000	32,0000	32,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CÂMARA DE AR ARO 14.9 X 24 P/ PATROLA	3586	2,000	244,0000	488,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CÂMARA DE AR ARO 20	3589	1,000	104,0000	104,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU / CÂMARA 1400 X 24	3587	12,000	55,0000	660,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU / CÂMARA 17.5 X 25	3587	2,000	50,0000	100,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU 175R 13	3587	3,000	9,0000	27,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU 185R 13	3585	3,000	9,0000	27,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Consetto pneu 90.90, 18 . borrachudo (moto)	3587	1,000	12,0000	12,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 750 X 16	3587	2,000	15,0000	30,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 1000 X 20	3587	3,000	20,0000	60,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 16,4 X 30	3585	8,000	55,0000	440,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Consetto pneu/câmara 23.5 x 25 com corrente	3585	12,000	55,0000	660,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 735 X 14	3585	14,000	9,0000	126,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	3585	10,560	1,8000	19,01
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	3587	189,400	1,8000	340,92

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 17/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	MONTAGEM PNEU ARO 24	3587	5,000	45,0000	225,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Montagem pneu R-13/14 /15	3587	2,000	8,0000	16,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Montagem pneu R-16/17,5	3587	2,000	13,0000	26,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 22, 40 E 42 RADIAL	3585	3,000	50,0000	150,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM	3587	3,000	27,0000	81,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	3585	3,000	30,0000	90,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	3587	1,000	30,0000	30,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 44 E 46 RADIAL	3585	5,000	60,0000	300,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 44 E 46 RADIAL	3587	1,000	60,0000	60,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 7 E 8 COMUM	3585	4,000	40,0000	160,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Troca pneu aro 20/11R 22.5	3587	5,000	10,0000	50,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Troca pneu aro 24/28/30	3585	2,000	30,0000	60,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Troca pneu aro 24/28/30	3587	11,000	30,0000	330,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	764	28,000	150,0000	4.200,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	769	19,466	150,0000	2.919,90
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	3043	2,133	150,0000	320,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	264	3,200	150,0000	480,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	3307	20,534	150,0000	3.080,10
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	871	9,600	150,0000	1.440,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	874	1,860	150,0000	279,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	876	26,000	150,0000	3.900,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	3728	1,867	150,0000	280,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	31	7,400	150,0000	1.110,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	44	6,333	150,0000	950,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva ar condicionad	3173	1,839	174,0000	320,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva ar condicionad	3479	9,885	174,0000	1.720,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva bebedouros	764	2,590	73,0000	189,07
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva fogões	3208	3,095	42,0000	130,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva geladeira	3208	3,000	90,0000	270,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva lavadora	3206	5,873	63,0000	370,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva lavadora	3210	7,460	63,0000	470,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO ÔNIBUS COM CAP.	297	700,000	2,8200	1.974,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	KITS DE MATERIAIS P/ PROFESSORES	3152	700,000	15,5000	10.850,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	KITS ESCOLAR P/ ALUNOS DO 6º AO 9º ANO	3152	4.000,000	17,2500	69.000,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	KITS MATERIAL ESCOLAR P/ ALUNOS DE 1º AO 5º ANO	3152	4.000,000	27,8200	111.280,00
ROBERTO MISTURA - ME	BABADORES 100% ALGODÃO, COM FORRO PLÁSTICO 17 X 20CM	3960	200,000	2,7000	540,00
ROBERTO MISTURA - ME	CAPA P/ COLCHÃO, 100% ALGODÃO, COR LISA	3960	50,000	15,0000	750,00
ROBERTO MISTURA - ME	COLCHÃO INFANTIL D23, 12 X 60 X 130CM.,	3960	30,000	100,0000	3.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 18/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ROBERTO MISTURA - ME	CREME PREVENTIVO DE ASSADURAS, 80 GR	3959	50,000	13,1000	655,00
ROBERTO MISTURA - ME	LENÇOL PARA BERÇO, COM ELÁSTICO, 100% ALGODÃO, COR LISA	3960	100,000	8,0000	800,00
ROBERTO MISTURA - ME	MANTA DE SOLTEIRO MICROFIBRA, 2 M X 1,50 M, 100% POLIESTER	3960	180,000	32,0000	5,760,00
ROBERTO MISTURA - ME	Sabonete líquido infantil, formulação suave, sem corante, te	3959	400,000	6,7000	2,680,00
ROBERTO MISTURA - ME	SHAMPOO INFANTIL 200 ML	3959	400,000	5,9000	2,360,00
ROBERTO MISTURA - ME	TRAVESSEIRO - 50X70CM. ENCHIMENTO 100%FIBRA DE POLIÉSTER, RE	3960	170,000	15,5000	2,635,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	IMPRESSÃO DE OUTDOOR	3226	1,000	450,0000	450,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	LOCAÇÃO DE OUTDOOR	3228	3,000	256,0000	768,00
SAFRA DIESEL LTDA	ÓLEO DIESEL S-10	3648	10,000,000	2,5301	25,301,00
SANDRO CUCCAROLO M.E. - SIM COM. DE MÁQ.	CONCERTO EM ROÇADEIRA	3317	1,000	415,0000	415,00
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	GARFO GAIOLA	3126	5,000	4,9950	24,98
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	ÓCULOS SEGURANÇA INCOLOR	3126	3,000	7,9020	23,71
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	pincel 2"	3126	10,000	4,0050	40,05
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	PINCEL Nº 1"	3126	10,000	2,5020	25,02
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	PROLONGADOR CABO 2 MTS	3126	2,000	16,0020	32,00
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	ROLO ANTI GOTA 321/9	3126	5,000	7,5000	37,53
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	ROLO DE LA 23CM	3126	10,000	19,7010	197,01
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	ROLO P/ PINTURA EM ESPUMA 23 CM	3126	10,000	8,4960	84,96
SERGIO ALVES TELAS ME- ITLA	PALANQUE DE CONCRETO	2993	54,000	29,5000	1,593,00
SERGIO ALVES TELAS ME- ITLA	TELA MALHA 8 ARAME 12	2993	170,000	14,9000	2,533,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem completa de moto	840	4,000	15,0000	60,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem completa de veículo utilitário - Kombi, Camionete,	836	7,000	46,0000	322,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem completa de veículo utilitário - Kombi, Camionete,	837	17,000	46,0000	782,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem completa de veículo utilitário - Kombi, Camionete,	838	6,000	46,0000	276,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	835	4,000	30,0000	120,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	836	7,000	30,0000	210,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	837	36,000	30,0000	1,080,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	838	8,000	30,0000	240,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	839	5,000	30,0000	150,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	840	7,000	30,0000	210,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	841	77,000	30,0000	2,310,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	324	2,000	30,0000	60,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	325	1,000	30,0000	30,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	326	1,000	30,0000	30,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	327	5,000	30,0000	150,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos Pequenos	328	7,000	30,0000	210,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos tipo Micro Onibus	837	9,000	70,0000	630,00
SIDNEI ARIATI POLIMENTOS	Lavagem de Veículos tipo Micro Onibus	841	1,000	70,0000	70,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 19/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA SELADA	3010	1,000	140,0000	140,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA SELADA	3010	1,000	90,0000	90,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	FONTE 6,5V X 500MHA	2998	1,000	20,0000	20,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	Amaciante de roupa capacidade de 2 Litros	3980	300,000	2,7000	810,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	Bacia Plástica reforçada - 15 Litros	3980	50,000	4,2000	210,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	LUVAS PLASTICAS TRANSPARENTE (DESCARTAVEL) TAM UNICO	3980	1,000,000	0,0800	80,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	SABÃO EM BARRA - NEUTRO - 200G, GLICERINADO	3980	600,000	0,9000	540,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	TOUCAS DESCARTAVEIS (USO MERENDEIRAS DAS ESCOLAS)	3980	2,000,000	0,0700	140,00
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM	3161	1,800,000	3,0300	5,454,00
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM	273	200,000	3,2700	654,00
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM	868	3,000,000	3,2700	9,810,00
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM	298	350,000	3,0300	1,060,50
SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA	BANDEIRA DO BRASIL	3312	1,000	180,0000	180,00
SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA	BANDEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	3312	1,000	180,0000	180,00
SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA	BANDEIRA DO MUNICIPIO DE CACADOR	3312	1,000	340,0000	340,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 1 LITRO, PARA USO COMO ALVEJANT	779	100,000	2,1800	218,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	BOLACHA CASEIRA SORTIDA, FRESCAS.	3191	20,000	14,5000	290,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	BOLO DE CENOURA, FEITOS NA HORA	3191	46,000	14,1500	650,90
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	BOLO TIPO TOALHA FELPUDA, FEITA NA HORA	3191	48,000	14,1500	679,20
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Café em pó torrado e moído, extra forte, tipo exportação, pa	3045	400,000	9,7000	3,880,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Café em pó torrado e moído, extra forte, tipo exportação, pa	779	100,000	9,7000	970,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CERA LIQUIDA INCOLOR ANTIDERRAPANTE - EMBALAGEM 1 LITRO, COM	3282	50,000	8,7000	435,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CHÁ FLORES E FRUTAS DIVERSOS SABORES, CAIXA COM 15 SAQUINH	779	200,000	5,8900	1,178,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	DESINFETANTE LIQUIDO CONCENTRADO, COM FRAGRANCIA FLORAL,	779	100,000	20,0000	2,000,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	DESINFETANTE LIQUIDO CONCENTRADO, COM FRAGRANCIA FLORAL,	3282	80,000	20,0000	1,600,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	DETERGENTE PARA LOUÇAS LIQUIDO - EMBALAGEM COM 500ML	779	100,000	1,8900	189,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	EMBALAGEM TRANSPARENTE	3961	2,000,000	0,9000	1,800,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	LEITE INTEGRAL UHT LONGA VIDA, CAIXA COM 1 LITRO	3191	80,000	2,7500	220,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA - EMBALAGEM TETRA PAK.	779	50,000	34,0000	1,700,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	NEGA MALUCA, FEITA NA HORA.	3191	44,000	14,1500	622,60
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SABAO EM PO - CAIXA COM 1 KG	779	50,000	6,4000	320,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SABAO EM PO - CAIXA COM 1 KG	3282	100,000	6,4000	640,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SUCO	3191	621,000	4,6000	2,856,60
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3177	5,000	80,0000	400,00
TELEFÔNICA ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO	Serviço de rastreamento com as seguintes especificações mini	3041	72,000	46,0000	3,312,00
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FIO TELEFONE CCI 2 PARES	3001	15,000	3,0000	45,00
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	INSTALAÇÃO DE RANAL	3001	1,000	112,5000	112,50



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 20/20

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	INSTALAÇÃO DE RAMAL	3276	1,000	270,000	270,00
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MANUTENÇÃO EM CENTRAL TELEFÔNICA	3277	1,000	120,000	120,00
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MANUTENÇÃO EM RAMAL TELEFÔNICO	3278	1,000	195,000	195,00
UNIDAS ESTRUTURAS METÁLICAS IND. E COM. LTDA	ESTRUTURA METÁLICA	3180	1,000	7.343,920	7.343,92
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ADESIVO SILICONE MULTITUSO 280ML	890	1,000	10,480	10,48
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	APLICADOR DE SILICONE	890	1,000	12,500	12,50
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA FINA	3005	6,000	85,000	510,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA DE 1000 LITROS	3172	1,000	340,440	340,44
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CERAMICA P/ PISO/PAREDE 1ª QUALIDADE - 50 X 50 CM - BRANCO	3154	120,000	15,4736	1.856,83
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CIMENTO PORTLAND CP II 32, ACONDICIONADOS EM SACOS DE 50 KIL	3958	125,000	25,000	3.125,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	3170	4.000,000	2,9700	11.880,00
VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	904	800,000	2,8000	2.240,00
VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	244	2.000,000	2,8000	5.600,00
VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	245	1.500,000	2,8000	4.200,00
VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	246	1.000,000	2,8000	2.800,00
VIVA SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - ME (IMÓVI	AVALIAÇÃO DE IMÓVEL	3766	1,000	600,000	600,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	BACIA RETANGULAR BRANCA, MULTITUSO, MÍNIMO DE 5 LITROS	3983	50,000	5,6000	280,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	CARRINHO BERÇO PASSEIO 2 EM 1 PARA BEBÊS DE ATÉ 17 KG.	3984	13,000	280,000	3.640,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	DISCO DE ENCERADEIRA	3983	60,000	13,5000	810,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	ESPONJA DE BANHO, FORMATO ANATÔMICO	3983	100,000	3,8700	387,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	Lixeira plástica reforçada- 30 litros, com tampa.	3983	100,000	44,9000	4.490,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	RALADOR MEDIO DE INOX	3983	30,000	9,5000	285,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	VASSOURA DE PALHA COM CABO (COM BASTANTE PALHA)	3983	240,000	8,5000	2.040,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKG 6972 - FORD FIESTA 2012	3183	1.377,310	1,0000	1.377,31
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKG 6972 - FORD FIESTA 2012	3184	549,900	1,0000	549,90
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKG 7562 FORD FIESTA 2012	3183	1.068,180	1,0000	1.068,18
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKG 7562 FORD FIESTA 2012	3184	341,980	1,0000	341,98
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MILL 4817 FIAT PALIO WEEKEND 2014	3183	444,600	1,0000	444,60
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MILL 4817 FIAT PALIO WEEKEND 2014	3184	213,850	1,0000	213,85
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLV 1249 FIAT PALIO WEEKEND 2012	3183	788,120	1,0000	788,12
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLV 1249 FIAT PALIO WEEKEND 2012	3184	94,780	1,0000	94,78
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- MKG 6552 FORD FIESTA	3185	196,650	1,0000	196,65
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- MKG 6552 FORD FIESTA	3185	311,610	1,0000	311,61
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA -MLK 9437 FIAT PALIO WEEKEND 2014	3183	193,320	1,0000	193,32
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA -MLK 9437 FIAT PALIO WEEKEND 2014	3184	397,150	1,0000	397,15
WILLIAM JOSÉ ALVES PEREIRA- ME (PORTAL NOT	VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS NA INTERNET	3230	1,000	2.504,000	2.504,00
Total Geral do Mês →					1.880.517,41

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	PELICULA G5	865	16,880	73,0000	1.232,24
ACIC-ASSOC. EMPRESARIAL DE CAÇADOR	INGRESSOS	877	10,000	50,0000	500,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	OXIGÊNIO MEDICINAL 07 M3	800	6,000	120,0000	720,00
AP OESTE BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	OXIGÊNIO MEDICINAL 3/4 M3	800	2,000	80,0000	160,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMIDO DE MILHO, CAIXA COM 500 GRAMAS	793	5,000	2,7500	13,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CANELA EM PÓ, 30 GRAMAS	793	5,000	1,2900	6,45
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GELATINA EM PÓ, CAIXA COM 30 GRAMAS	793	50,000	0,9500	47,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MARGARINA, COM SAL, 500 GRAMAS	793	5,000	2,3200	11,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÓLEO DE SOJA, 900 ML	793	10,000	3,4500	34,50
ARMANDO ANTONIO BORTOLINI - ME	Serviço de confecção e instalação de toldo com cobertura em	803	41,250	249,0000	10.271,25
ARMANDO ANTONIO BORTOLINI - ME	Serviço de confecção e instalação de toldo com cobertura em	805	13,580	249,0000	3.381,42
AUTO VIDROS LOMBADA - ME	FRANQUIA DE SEGURADORA	766	1,000	75,0000	75,00
AUTO VIDROS LOMBADA - ME	FRANQUIA DE SEGURADORA	842	1,000	75,0000	75,00
COLUSSI & CIA LTDA	GÁS GLP P13	807	1,000	47,5500	47,55
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	REVISÃO DE VEÍCULO 40.000KM	872	1,000	897,4800	897,48
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	BARBANTE FIO	900	2,000	9,4900	18,98
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	POTES	900	1,000	9,5000	9,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	SACOLA PLASTICA - EMB. COM 100 UN.	900	2,000	6,9000	13,80
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	SACOLA PLASTICA RECICLADA 90 X 100 KG.	900	10,329	8,5000	87,80
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP P13	808	5,000	47,5500	237,75
DALLA ROSA & SPESATTO LTDA - ME (DI FRATE	ALMOÇO	844	2,000	35,0000	70,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Pastas sanfonadas diversas cores em plástico, com 12 divisor	834	27,000	14,4000	388,80
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Quadro branco (lousa) modindo, 1,20x90cm	765	3,000	95,0000	285,00
EDER ALMEIDA DOS SANTOS 00662684/940	SERVIÇO DE JARDINAGEM	887	50,000	50,6000	2.530,00
ELMO PAPELARIA LTDA - EPP	Apontador com depósito, plástico, diversas cores	898	5,000	0,4600	2,30
ELMO PAPELARIA LTDA - EPP	Arquivo maleta para pastas suspensas, diversas cores, Mater	898	3,000	34,4500	103,35
ELMO PAPELARIA LTDA - EPP	Balão, diversas cores, n° 07	898	9,000	5,2000	46,80
ELMO PAPELARIA LTDA - EPP	Cola super bonder, 5 gramas	898	3,000	6,8000	20,40
ELMO PAPELARIA LTDA - EPP	Fita crepe branca, larga (50mmx50m)	898	10,000	7,1000	71,00
IVALDO MARTIN SCHULZE-ME (NOVA ERA-COMI	IMA	864	1,000,000	0,5000	500,00
IVALDO MARTINS SCHULZE-ME	BANNER	746	1,000	60,0000	60,00
IVALDO MARTINS SCHULZE-ME	MEDALHAS	745	140,000	4,1000	574,00
IVALDO MARTINS SCHULZE-ME	PLOTAGEM DE VEÍCULOS	747	1,000	3,004,0000	3.004,00
IVALDO MARTINS SCHULZE-ME	TROFEU	745	4,000	35,0000	140,00
FOTO BONI LTDA - ME	SONORIZAÇÃO	903	2,000	750,0000	1.500,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	60 (SESSENTA) LICENÇA DE ACESSO A DATACENTER	923	2,000	4,000,0000	8.000,00
IVALDIR MACIEL - ME (IM TRANSPORTES)	SERVIÇO DE ROÇADA	866	13.333,340	0,3000	4.000,00
KEMELI SORGATO - ME (REVISTA ATTITUDE)	SERVIÇOS DIVERSOS	886	1,000	1,500,0000	1.500,00
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	1500 hemogramas/mês com comodato de um aparelho analisador H	873	4,500,000	4,2500	19.125,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	HD SATA	751	1,000	298,9000	298,90
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	SWITCH 24 PORTAS 10/100 Mbps 110-240Ac 50- 60 Hz	750	1,000	358,0000	358,00
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS	750	1,000	56,0000	56,00
LIGA CACADORENSE DE FUTEBOL DE SALAO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM	901	1,000	400,0000	400,00
MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	CONTRATAÇÃO DA DRA. MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	794	184,000	60,0000	11.040,00
ODONTEC COMÉRCIO E MANUT. DE EQUIP. MED	CONCERTO DE OXÍMETRO	882	1,000	1.000,0000	1.000,00
ODONTEC COMÉRCIO E MANUT. DE EQUIP. MED	ELETROCARDIOGRAFO CARDIO CARE 2000	796	1,000	5.900,0000	5.900,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	ENROLADO DE SALSICHA	724	160,000	0,5000	80,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI COXINHAS DE FRANGO, FABRICADAS NO DIA DA ENTREGA	724	165,000	0,5000	82,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI KIBE, FABRICADO NO DIA DA ENTREGA	724	160,000	0,5000	80,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI PASTEIS DE CARNE; FABRICADOS NO DIA DA ENTREGA	724	160,000	0,5000	80,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SANDUICHE NATURAL	724	150,000	0,8500	127,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	Minit Sorho recheado fresco (feito no dia)	724	150,000	0,6000	90,00
PAULO ROBERTO CORREA 06925761937 (VICAST	REFORMA DE JANELA DE FERRO	832	1,000	710,0000	710,00
PAULO ROBERTO CORREA 06925761937 (VICAST	REFORMA DE JANELA DE FERRO	833	1,000	1.450,0000	1.450,00
RAFAEL DE OLIVEIRA 040.117.869-26	AGULHA RETA DOMÉSTICA P/ MÁQUINA DE COSTURA	845	1,000	6,9000	6,90
RAFAEL DE OLIVEIRA 040.117.869-26	CAIXA DE BOBINA RETA DOMÉSTICA P/ MÁQUINA DE COSTURA	845	1,000	20,0000	20,00
RAFAEL DE OLIVEIRA 040.117.869-26	CARRETLHA FURADA LANÇADEIRA P/ MÁQUINA DE COSTURA	845	1,000	4,5000	4,50
RAFAEL DE OLIVEIRA 040.117.869-26	CHAPA DE PONTO P/ MÁQUINA DE COSTURA	845	1,000	18,0000	18,00
RAFAEL DE OLIVEIRA 040.117.869-26	CONCERTO DE MÁQUINA DE COSTURA	845	2,000	50,0000	100,00
RAFAEL DE OLIVEIRA 040.117.869-26	LÂMPADA BAIONETA CURTA P/ MÁQUINA DE COSTURA	845	1,000	6,5000	6,50
SCARDUA & CIA LTDA- ME	Exame radiográfico panorâmico odontológico com laudo.	859	60,000	58,0000	3.480,00
SCARDUA & CIA LTDA- ME	Exame radiográfico periapical odontológico digital com laudo	858	400,000	15,0000	6.000,00
SERGIO ALVES TELAS ME- ITLA	ARAMIE 12	744	50,000	8,5000	425,00
SERVICO FUNERARIO SAO PEDRO	SERVIÇOS DE TRANSLADO	777	1,000	144,0000	144,00
STEFAN SZYLEWICZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM NEUROCIURGIA	888	1.000,000	95,0000	95.000,00
VENEZA VIAGGI AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMA	HOSPEDAGEM	775	1,000	1.092,3000	1.092,30
VENEZA VIAGGI AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMA	PASSAGENS AREAS	775	2,000	751,5600	1.503,12
VIDRACARIA SANRAFAEL LTDA	ESPELHO	734	1,000	400,0000	400,00
Total Geral do Mês -->					189.715,44

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	"CESTA BÁSICA CONTENDO OS SEGUINTES PRODUTOS:05 KG AÇÚCAR	294	200,000	95,3000	19,060,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Achocolatado, açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais	287	30,000	1,5600	46,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM ALVEJANTE, DESINFETANTE	287	20,000	1,9500	39,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO COM ALÇA DE PLÁSTICO, CAPACIDADE 20	282	5,000	5,7500	28,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BARBEADOR DESCARTÁVEL 2 LÂMINAS, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	282	100,000	2,1200	212,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BISCOITO DOCE SORTIDO AMANTEIGADOS COM FARINHA DE TRIGO ENRI	282	50,000	5,7000	285,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTAD	287	20,000	4,9400	98,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Cera em pasta cor amarela, lata com 400 gr	282	10,000	6,6000	66,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL, COM AÇÃO BACTERICIDA E G	282	150,000	2,5300	379,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE FRUTAS CREMOSO SEM GLÚTEN COM POLPA DE FRUTAS, DATA	282	5,000	6,4000	32,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Filtro para café nº 103, caixa com 40 unidades	282	80,000	3,3000	264,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	KIT CONTENDO OS SEGUINTES PRODUTOS: 02 KG AÇÚCAR	294	150,000	55,0000	8,250,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA – EMBALAGEM TETRA PAK, PRAZO D	287	20,000	28,5000	570,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Palha de aço para assalho, embalagem com 25 gr	282	14,000	0,9900	13,86
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	REFRIGERANTE, ÁGUA GASIFICADA, AÇÚCAR, AROMA ARTIFICIAL DE F	287	200,000	2,7600	552,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM PÓ COM BRANQUEADOR ÓPTICO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS, T	282	150,000	2,9900	448,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM PÓ COM BRANQUEADOR ÓPTICO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS, T	287	20,000	3,2900	65,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SUCO CONCENTRADO NATURAL, SABORES VARIADOS, INDUSTRIALIZADO,	282	30,000	9,2700	278,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VASSOURA DE NYLON COM CAPA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO E CEPA	287	6,000	4,3000	25,80
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE	250	2,709,000	2,4000	6,501,60
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	LOCAÇÃO DE ONIBUS PARA TRANSPORTE DE PESSOAS		3,000	1,900,0000	5,700,00
AUTOVIA COMERCIO DE SOM E ACESSORIOS LT	APARELHO DE SOM	291	1,000	496,0000	496,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	ABERTURA DE ARQUIVO	267	1,000	20,0000	20,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	ABERTURA DE PORTA	265	1,000	30,0000	30,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	ABERTURA DE PORTA	292	2,000	30,0000	60,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CADEADO E 25	269	1,000	9,5000	9,50
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CADEADO E 30	292	1,000	12,0000	12,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CADEADO E 35	269	2,000	15,4000	30,80
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CADEADO E 35	292	1,000	15,0000	15,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CADEADO E-40	292	1,000	17,0000	17,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CHAVE YALE	265	12,000	6,0000	72,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CHAVE YALE	265	15,000	5,0000	75,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 2/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CHAVE YALE	267	2,000	17,5000	35,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CHAVE YALE	267	2,000	5,0000	10,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CHAVE YALE	267	6,000	6,0000	36,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CHAVE YALE	292	4,000	5,0000	20,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CHAVE YALE	292	4,000	6,0000	24,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CILINDRO DE FECHADURA	292	1,000	15,0000	15,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CILINDRO DE FECHADURA	292	1,000	20,0000	20,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CILINDRO DE FECHADURA	292	1,000	25,0000	25,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	CORRENTE PARA CADEADO	292	3,000	8,0000	24,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DE CHAVES	265	9,000	0,6889	6,20
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	FECHADURA	267	1,000	30,0000	30,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	FECHADURA	267	2,000	110,0000	220,00
CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	FECHADURA	269	1,000	30,0000	30,00
D.W.D - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTI	CONCERTO EM CENTRAL TELEFÔNICA	288	1,000	450,0000	450,00
D.W.D - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTI	FIO CCI 2 PARES	288	40,000	1,1000	44,00
D.W.D - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTI	INSTALAÇÃO DE RAMAIS	288	1,000	120,0000	120,00
D.W.D - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTI	TOIMADA PADRÃO	288	2,000	6,0000	12,00
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	CONTROLE PARA PORTAO	251	2,000	30,0000	60,00
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	KIT FIM DE CURSO	251	1,000	70,0000	70,00
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	KIT INTERFONE	251	1,000	280,0000	280,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE REQUISICÇÃO INTERNA COM 100 FOLHAS	263	100,000	1,6100	161,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	ENVELOPE PARDO 25CM X 20 CM	263	800,000	0,2490	199,20
GIANCARLO INSBERGER E CIA LTDA - ME	CARTUCHO DE TINTA COR AMARELO	252	2,000	74,2500	148,50
GIANCARLO INSBERGER E CIA LTDA - ME	CARTUCHO DE TINTA COR AZUL	252	2,000	74,2500	148,50
GIANCARLO INSBERGER E CIA LTDA - ME	CARTUCHO DE TINTA COR MAGENTA	252	2,000	74,2500	148,50
GIANCARLO INSBERGER E CIA LTDA - ME	CARTUCHO DE TINTA COR PRETA	252	2,000	99,0000	198,00
IVANI MARIA GASPARETTO SOSTER AVIAMENTO	Etamine para bordar 1,40 m de largura - cores variadas	260	583,000	9,4500	5.509,35
IVANI MARIA GASPARETTO SOSTER AVIAMENTO	Tecido oxford 100% poliéster com 1,40 cm de largura	260	583,000	5,3500	3.119,05
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	LINHA PARA BORDADO 100% ALGODÃO, GAZADO E MERCERIZADO	259	656,000	0,8500	557,60
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	Novelos de lã de 40 gramas, cores variadas	259	6.360,000	1,6800	10.684,80
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	Novelos linha para croché c/ 1.000 metros, 100% algodão - co	259	376,000	7,3000	2.744,80
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	Pano de copa para bordar, kit com 03 peças, medindo no mínimo	259	140,000	11,2000	1.568,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	Tecido lordinha para bordar com no mínimo 1,40 de largura	259	583,000	8,9500	5.217,85
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	Tecido xadrez de algodão para bordar, c/ 1,40 de largura	259	583,000	14,5000	8.453,50
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	Toalha de copa para bordar, kit com 03 peças,	259	140,000	40,0000	5.600,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIEI	Tecido cânhamo para bordado alemão com 1,40 cm de largura	261	583,000	7,9500	4.634,85
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIEI	Tinta para tecido em cores variadas	261	2.544,000	1,6700	4.248,48
MARCOS BULLE DA COSTA	Bolsa de algodão alvejada lisa (0,70x 0,80 cmm)	262	720,000	3,4000	2.448,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Cone de barbante 8 fios, cru, 100% algodão nº 6	262	416,000	7,7000	3.203,20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 3/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULLE DA COSTA	Cone de barbante fio cru 100% algodão nº4	262	416,000	7,6500	3.182,40
MARCOS BULLE DA COSTA	Linha para croché, artesanato e vestuário para bordado alemã	262	296,000	3,2500	962,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Toalha de banho c/ barra p/ bordar, felpuda com no mínimo	262	472,000	8,3500	3.941,20
MARPA IND E COM DE CONFECÇOES LTDA	MALHA TENCIONADA AZUL	276	4,000	22,0000	88,00
MARPA IND E COM DE CONFECÇOES LTDA	MALHA TENCIONADA BRANCA	276	4,000	22,0000	88,00
MARPA IND E COM DE CONFECÇOES LTDA	MALHA TENCIONADA VERMELHA	276	4,000	22,0000	88,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAÍSO)	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL	295	10,000	35,0000	350,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAÍSO)	PAPEL CARTAO CORES VARIADAS	295	20,000	9,5000	190,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	BISCOITOS SORTIDOS AMANTEIGADOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUE	320	30,000	3,3700	101,10
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	BOLACHA SALGADA EMBALAGEM COM DUPLA PROTEÇÃO,	320	35,000	2,3400	81,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	Bolsa de algodão alvejada para limpeza, medindo 0,70 x 0,80	280	40,000	2,7800	111,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CHÁ DIVERSOS SABORES C/25 SAQUINHOS	280	20,000	4,5900	91,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CHÁ MATE CAIXA COM 40G COM 25 SAQUINHOS DIVERSOS SABORES	320	150,000	2,9200	438,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	DETERGENTE LÍQUIDO COM 500 ML (COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL-BEN	320	40,000	0,9700	38,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	DOCE DE LEITE CREMOSO, SEM GLÚTEN EMBALAGEM COM 01 KG	279	20,000	5,2600	105,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	LEITE CONDENSADO INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR,	280	20,000	3,2200	64,40
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	LUVIA DE BORRACHA FORRADA PARA LIMPEZA, TAMANHOS P ,M/G	320	15,000	1,8800	28,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	MARGARINA VEGETAL POTE COM 500G	320	5,000	1,3800	6,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	279	20,000	1,8400	36,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	320	30,000	1,8400	55,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	MULTIUSO 500 ML, LIMPEZA PARA PISOS	320	50,000	1,6500	82,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	ODORIZADOR DE AMBIENTE, ERVA DOCE, CAPIM LIMÃO, CITRUS EMBAL	320	20,000	6,5000	130,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	PEDRA SANITÁRIA GERMICIDA E BACTERICIDA DESODOR	320	30,000	0,6600	19,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	PREPARO SOLIDO PARA REFRESCO ADOÇADO VÁRIOS SABORES PACOTE C	320	600,000	0,4000	240,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	PREPARO SÓLIDO PARA REFRESCO, ADOÇADO, VÁRIOS SABORES, PACOT	280	150,000	0,8400	126,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	REFRIGERANTE, ÁGUA GASOSA, XAROPE, LARANJA, LIMÃO, COLA, EMB	280	50,000	3,7700	188,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	SACO DE LIXO REFORÇADO,PRETO 12 MICRA, TAMANHO 75x90 CAPACID	320	50,000	2,4900	124,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	Sacos para freezer tamanho	280	15,000	3,0000	45,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	SAL REFINADO IODADO 01 KG	280	10,000	1,5700	15,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	SAPONÁCEO EM PÓ COM AMONÍACO TUBO 300G COMPOSIÇÃO SODA CAUST	320	25,000	1,1000	27,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	VINAGRE, MATÉRIA PRIMA MAÇÃ, TIPO AROMÁTICO, ACIDEZ 4,20, AS	280	12,000	2,1700	26,04
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	315	150,303	16,5000	2.480,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	BOLO RECHEADO	315	99,507	20,3000	2.019,99
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE; MOLHO DE TOMATE	314	75,000	3,5000	262,50



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 4/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE	315	766,000	3,5000	2,681,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE	321	100,000	3,5000	350,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA	312	11,960	14,8000	177,01
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SALGADOS TIPO	312	12,050	24,5000	295,23
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SALGADOS TIPO	314	10,970	24,5000	268,77
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SALGADOS TIPO	315	199,600	24,5000	4,890,20
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SALGADOS TIPO	321	15,326	24,5000	375,49
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SANDUÍCHES DE CROISSANT COM RECHEIO DE SALPICÃO: MASSA	315	2,312,000	0,8000	1,849,60
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SONHOS COM RECHEIOS DE CREME OU DE GOIABADA PASSADO NO	312	202,000	0,6000	121,20
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	PÃO FRANCÊS 50 G	313	76,780	8,3300	639,58
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	TORTA DE REQUEIJÃO: MASSA: MARGARINA, FARINHA DE TRIGO, OVOS	315	151,612	15,5000	2,349,99
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	FAIXA EM TNT	270	15,000	9,5000	142,50
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	Álcool gel embalagem 1L	278	10,000	4,1500	41,50
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	Álcool gel embalagem 1L	317	10,000	4,1500	41,50
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	DESINFETANTE LIQUIDO PARA USO GERAL, COM AÇÃO BACTERICIDA E G	317	30,000	2,2000	66,00
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO OVAL, COM SUPORTE, CABO DE PLÁSTI	317	10,000	2,1900	21,90
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	Filtro de papel para café 103 caixa com 40 unid	317	15,000	2,0800	31,20
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML	278	20,000	1,6500	33,00
SUPERMERCADO SANTA CATARINA LTDA - ME	LEITE INTEGRAL UHT LONGA VIDA - CAIXA COM 12 UNIDADES	283	62,000	24,6000	1,525,20
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Açúcar refinado branco pacote de 5kg	318	20,000	8,1400	162,80
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ÁLCOOL LÍQUIDO COM GRADUAÇÃO ACIMA DE 54º GL EMBALAGEM DE 01	318	20,000	2,7200	54,40
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	BANHA DE PORCO, EMBALAGEM COM 1 KG	281	10,000	7,0000	70,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	BEBIDA LÁCTEA LEITE FERMENTADO, PREPARADO DE FRUTAS E CERE	318	100,000	2,6900	269,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	BOLACHAS ASSADAS DIVERSAS: MANTEIGA, COCO, NATA, FUBÁ, CASEIR	323	14,786	15,4000	227,70
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE MOIDA BOVINA DE 2º IN NATURA MOIDA NA HORA	281	30,000	12,2800	368,40
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	COPO DESCARTÁVEL BRANCO 300ML PACOTE COM 100 UNIDADES	296	5,000	4,5900	22,95
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CREME DE LEITE, INGREDIENTES GORDURA LÁCTEA - MÍNIMO 35, APR	281	10,000	3,2200	32,20
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	EMPANADO DE FRANGO 125G, TEMPERADO, COZIDO E CONGELADO A MEN	281	90,000	1,6500	148,50
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	FRANGO INTEIRO CONGELADO	281	20,000	5,7900	115,80
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA BRANCO PACOTE COM	296	8,000	3,2100	25,68
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	GROSSTOLI (FRITO): OVOS, AÇÚCAR, FERMENTO, FARINHA DE TRIGO, GROSSTOLI (FRITO): OVOS, AÇÚCAR, FERMENTO, FARINHA DE TRIGO,	311	11,438	15,4000	176,15
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	GROSSTOLI (FRITO): OVOS, AÇÚCAR, FERMENTO, FARINHA DE TRIGO,	316	89,000	15,4000	1,370,60

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	GROSTOLI (FRITO): OVOS, AÇÚCAR, FERMENTO, FARINHA DE TRIGO,	322	6,850	15,4000	105,49
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	GUARDANAPO DE PAPEL 22,5X19,5 PACOTE COM 50 UNIDADES	318	30,000	0,4400	13,20
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO DUPLO COM MEDIDAS DE 22CMX22,5CM	296	5,000	1,4900	7,45
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	LÂMPADA, MATERIAL BAQUELITE, COR BRANCA, TIPO ROSCA ELÍPTICA	281	10,000	36,3300	363,30
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	MAIONESE SEM GORDURAS TRANS, SEM GLÚTEN, POTE COM 500G	281	20,000	5,5000	110,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	MARGARINA LIVRE DE GLÚTEN EM EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	281	20,000	4,7000	94,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	NEGA MALUCA	316	78,000	15,4000	1,201,20
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	PACOTE COM 10 UNIDADES DE PRATO DESCARTÁVEL MODELO SOBREMESA	296	40,000	1,3100	52,40
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ROLO COM 50M DE FÍTLHO DIVERSAS CORES	296	2,000	3,4900	6,98
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 07 MICRA, CAPACIDADE 30 LITROS	318	50,000	1,9900	99,50
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 10 MICRA, TAMANHO 63X80 CAPACID	318	50,000	2,1900	109,50
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Sardinha em óleo comestível, embalagem com 125 gr	281	50,000	2,8000	140,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	TORTA SALGADA COM RECHEIO DE FRANGO, MILHO VERDE, ERVILHA	316	43,700	23,3000	1,018,21
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	VELAS DE PARAFINA, 15 X 1,5, 200 GR, APRESENTAÇÃO MAÇO COM 8	281	5,000	2,4900	12,45
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MANUTENÇÃO EM LINHA TELEFÔNICA	329	1,000	120,0000	120,00
VW COMERCIO ATACADISTA LTDA	BOLSA DE ALGODÃO ALVEJADA BRANCA LISA MEDINDO 0,80 X 0,60CM	319	50,000	3,5600	178,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	ESPONJA DE LÁ DE AÇO PACOTE COM OITO UNIDADES 60GRAMAS	319	10,000	1,2000	12,00
Total Geral do Mês —>					142,705,05

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	CABEÇA DE IMPRESSÃO	3	1,000	285,0000	285,00
Total Geral do Mês →					285,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI BRIGADEIRO	10	500,000	0,4400	220,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI PASTEL	10	7,000	23,5000	164,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	SANDUICHE NATURAL	10	140,000	2,2500	315,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	TORTA SALGADA	10	200,000	2,0000	400,00
Total Geral do Mês -->					1.099,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	ANEL	177	1,000	30,0000	30,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	MANGUEIRA	177	1,000	350,0000	350,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG	176	5,000	75,0000	375,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	RECARGA DE EXTINTOR PQS 6 K	176	1,000	85,0000	85,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	RECARGA EXTINTOR RETESTE PQS 4 KG	176	1,000	110,0000	110,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	SERVIÇO DE EMPATE EM MANGUEIRA	177	1,000	25,0000	25,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	LESMICIDA GRANULADO	206	1,000	52,0000	52,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Acetato de Medroxiprogesterona 50 mg/ml.	205	600,000	1,7000	1,020,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Antitóxico veterinário injetável. Solução injetável. Frasco	205	2,000	4,0000	8,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Antitóxico veterinário oral. Frasco goteador de 30ml	205	5,000	10,0000	50,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Cetoprofeno 10mg. Caixa com 10 comprimidos.	205	10,000	21,0000	210,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Cetoprofeno 20mg. Caixa com 10 comprimidos	205	10,000	20,0000	200,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Cetoprofeno 5 mg. Caixa com 10 comprimidos.	205	5,000	11,9000	59,50
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Enrofloxacina 2,5%. Solução injetável. Frasco ampola 10ml	205	2,000	4,0000	8,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Fipronil Top spot 10g/100ml. Pipeta aplicadora com 0,67ml	205	10,000	12,9000	129,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Fipronil Top spot 10g/100ml. Pipeta aplicadora com 1,34ml	205	10,000	16,0000	160,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Meloxicam 1mg. Caixa com 10 comprimidos.	205	10,000	18,5000	185,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Meloxicam 2mg. Caixa com 10 comprimidos	205	5,000	21,0000	105,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Nilempitan 11,4 mg. Caixa com 6 comprimidos	205	10,000	38,0000	380,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Nilempitan 57mg. Caixa com 6 comprimidos.	205	10,000	43,0000	430,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Solução Oftálmica contendo Condroitina A 20mg/100ml e Ciprof	205	1,000	63,0000	63,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Soro contendo imunoglobulinas contra vírus da Cinomose. Fras	205	10,000	23,0000	230,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Suplemento veterinário contendo ferro, ácido fólico, vitamin	205	2,000	15,9000	31,80
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Tiabendazol 4g + Sulfato de Neomicina 0,32g + Dexametazona	205	3,000	22,9000	68,70
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Vacina anti-rábica para cães e gatos, com vírus inativado im	205	50,000	9,0000	450,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Vacina Octupla canina contra vírus da Cinomose, vírus da Hep	205	50,000	14,3000	715,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	Vermífugo para cães contendo pelo menos 2 dos seguintes prin	205	30,000	3,5000	105,00
AGUINALDO LUIZ BRUSCO & CIA LTDA - ME	CÂMERA DE RÉ	196	2,000	150,0000	300,00
AGUINALDO LUIZ BRUSCO & CIA LTDA - ME	MONITOR PARA CÂMERA DE RÉ	196	2,000	270,0000	540,00
ANDRIGHEITI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	CONCERTO DE MOTOBOMBA	197	1,000	3,400,0000	3,400,00
CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP-	CONCERTO MOTOSERRA	219	1,500,000	1,0000	1,500,00
CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP-	CONCERTO PODADOR	219	2,000,000	1,0000	2,000,00
CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP-	CONCERTO ROÇADEIRAS	219	3,500,000	1,0000	3,500,00
CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP-	CONCERTO SOPRADOR	219	3,000,000	1,0000	3,000,00
DELTRACTOR COM. IMP. DE EQUIP. PARA TRATO	LÂMINA PARA MINI CARREGADEIRA	215	1,000	445,2000	445,20
DELTRACTOR COM. IMP. DE EQUIP. PARA TRATO	PARAFUSO PARA LÂMINA	215	10,000	2,6000	26,00
DELTRACTOR COM. IMP. DE EQUIP. PARA TRATO	PORCA 5/8	215	10,000	0,8000	8,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇAD	MANGUEIRA DE POLIETILENO PRETA	211	1,000,000	1,3500	1,350,00
JARDINAGEM JARDIM BELO LTDA - ME(JARDINA	PLANTIO DE GRAMA	242	1,560,000	4,6900	7,316,40

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	CREATININA	212	50,000	10,0000	500,00
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	FOSFATASE ALCALINA_1	212	50,000	10,0000	500,00
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	HEMOGRAMA	212	200,000	20,0000	4.000,00
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	TGP	212	50,000	10,0000	500,00
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	UREIA_1	212	50,000	10,0000	500,00
LUHS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS L	CANTONEIRA 1/8 X 1.1/2	247	1,000	49,8300	49,83
LUZ AMAURY BERNARDINO DE LIMA - ME	ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA	195	5,000	26,0000	130,00
LUZ AMAURY BERNARDINO DE LIMA - ME	MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL	195	15,000	21,0000	315,00
LUZ AMAURY BERNARDINO DE LIMA - ME	PERNEIRAS EM COURINO	195	10,000	35,0000	350,00
METALMOLDES IND. E COM. DE METAIS E PLÁST	TUBETES	202	5,000	283,0000	1.415,00
METALMOLDES IND. E COM. DE METAIS E PLÁST	TUBETES	202	35,000	159,0000	5.565,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	MANTA FIBRA DE VIDRO	193	2,000	9,8500	19,70
NEY TINTAS LTDA - EPP	PINCEL 1/2"	248	5,000	1,3000	6,50
NEY TINTAS LTDA - EPP	RESINA PARA LAMINAÇÃO	193	2,000	20,9000	41,80
NEY TINTAS LTDA - EPP	ROLO DE LÃ 15 CM COM CABO	248	4,000	5,4800	21,92
NEY TINTAS LTDA - EPP	ROLO DE LÃ 9 CM COM CABO	248	3,000	3,3900	10,17
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRÍLICO FOSCO AZUL 18 LITROS	248	4,000	170,7000	682,80
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXP.LTDA- EI	BOMBA PARA CAMINHÃO PIPA	207	1,000	3.008,6000	3.008,60
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXP.LTDA- EI	MÃO DE OBRA DIVERSAS	207	1,000	2.521,4000	2.521,40
SULEICA DOS SANTOS - ME	BOTA DE BORRACHA	194	50,000	22,9000	1.145,00
SULEICA DOS SANTOS - ME	CALÇA IMPERMEÁVEL COM BOTA ACOPLADA	194	8,000	135,0000	1.080,00
SULEICA DOS SANTOS - ME	CALÇA PLÁSTICA TRNSPARENTE	194	8,000	14,0000	112,00
SULEICA DOS SANTOS - ME	LUVA DE LÁTEX	194	100,000	2,3900	239,00
SULEICA DOS SANTOS - ME	LUVA EM VAQUETA	194	100,000	10,9000	1.090,00
SULEICA DOS SANTOS - ME	LUVA PIGMENTADA	194	40,000	1,7500	70,00
SULEICA DOS SANTOS - ME	LUVAS IMPERMEÁVEIS	194	15,000	23,9000	358,50
SULEICA DOS SANTOS - ME	MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL, DESCARTÁVEIS	194	20,000	1,6900	33,80
SULEICA DOS SANTOS - ME	PROTETOR SOLAR CREME FPS 30	194	20,000	12,9000	258,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	UNIÃO INTERNO 1"	210	10,000	1,1000	11,00
VANESSA AGOSTINI ME	CAIXA DE GORDURA	232	5,000	80,0000	400,00
VANESSA AGOSTINI ME	FILTRO ANAEROBIO	232	5,000	752,0000	3.760,00
VANESSA AGOSTINI ME	FOSSA SÉPTICA	232	5,000	640,0000	3.200,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Cloridrato de Cetamina 10 %. Solução injetável. Frasco ampol	204	10,000	10,5000	105,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Cloridrato de Xilazina 2%. Solução injetável. Frasco ampola	204	10,000	8,7500	87,50
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Coleira p/ tratamento de sarna demodéica contendo Amitraz 2	204	5,000	47,0000	235,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Dipropionato de Imidocarb 12g/100ml. Solução injetável. Fras	204	1,000	27,0000	27,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Doramedina 1%. Solução injetável. Frasco ampola com 50ml	204	10,000	10,5000	105,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Doxiciclina 4,6g/100ml. Solução injetável. Frasco ampola com	204	3,000	22,5000	67,50
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Enrofloxacina 10%. Solução injetável. Frasco ampola 50 ml	204	5,000	9,0000	45,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Enrofloxacina 150mg. Caixa com 10 comprimidos	204	20,000	16,0000	320,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Enrofloxacina 50 mg. Caixa com 10 comprimidos	204	20,000	6,5000	130,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Fipronil Top spot 10g/100ml. Pipeta aplicadora com 2,68ml	204	10,000	19,0000	190,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Fipronil Top spot 10g/100ml. Pipeta aplicadora com 4,02ml	204	10,000	23,0000	230,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Flunixin meglumine 50mg/ml. Solução injetável. Frasco ampola	204	2,000	9,5000	19,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Meloxicam 6 mg. Caixa com 10 comprimidos	204	5,000	22,5000	112,50
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Permetrina 2,0g/100ml. Antipulgas. Spray de 500ml	204	2,000	94,5000	189,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Spray cicatrizante contendo em seus princípios ativos pelo m	204	3,000	14,5000	43,50
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Suplemento probiótico veterinário em pasta contendo microorg	204	2,000	14,0000	28,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Unguento Veterinário contendo Óxido de zinco 20g + Óleo de P	204	2,000	20,0000	40,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Vermifugo para cães filhotes contendo pelo menos 2 dos segui	204	10,000	5,5000	55,00
VETERINÁRIA SUL CATARINENSE QLTDA	Vermifugo para gatos contendo os seguintes princípios ativos	204	10,000	2,9000	29,00
VIDROBOX COM DE VIDROS LTDA-ME	CALHA	179	53,000	48,0000	2,544,00
VIDROBOX COM DE VIDROS LTDA-ME	SUPORTE PARA CALHA	179	36,000	5,0000	180,00
Total Geral do Mês ---->					65.697,62

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA,RECREATIVA E CULT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE TREINAMENTO E PREPARAÇÃO	115	0,308	24.603,0000	7.589,40
CACADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP-P13	91	1,000	47,5500	47,55
ESPORTE CLUBE JUVENTUDE	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO SITUADO NA AVENIDA FAHDO THOMÉ PARA	116	6,000	2.350,0000	14.100,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS C/ 12	90	80,000	12,6300	1.010,40
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXP.LTDA- EII	SERVIÇO DE SERRALHERIA	114	590,000	28,0000	16.520,00
STUART HOFFMANN 749.589.689-20 (OVERDRIVE	BOLINHA DE TÊNIS DE MESA	92	650,000	2,6000	1.690,00
TELEWARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MANUTENÇÃO EM REDE DE TELEFONE	118	1,000	120,0000	120,00
Total Geral do Mês →					41.077,35

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGOSTINI E GERAHARDT LTDA - EPP	PERSIANA VERTICAL	27	5,440	59,9000	325,86
Total Geral do Mês -->					325,86

**Camboriú****PREFEITURA****ANULAÇÃO PR 32/2015 - PMC**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU  
ANULAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 052/2015 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COZINHA E LIMPEZA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 08 de Maio de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

**Campo Alegre****PREFEITURA****DECRETO Nº 8.999 DE 08 DE MAIO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.999 DE 08 DE MAIO DE 2015  
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções de nº 01 e 02 da Comissão Responsável Pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre/SC - Eleições 2015, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua, publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 08 de Maio de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito  
COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07 DE MAIO DE 2015  
HOMOLOGA O NOME DOS INSCRITOS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 001/2015 - Eleições 2015, e Resolução nº 05 de 31 de Março de 2015 do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária realizada em data de 06 de maio do ano de dois mil e quinze, conforme ata número zero um;

**RESOLVE:**

Art.1º) Homologar as Inscrições com os respectivos nomes ao cargo de Conselheiro Tutelar, do Município de Campo Alegre/SC., para o Quadriênio de 2016/2019, conforme abaixo descritas.

01 LUIZ TADEU VALERIO MUNHOZ  
02 CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA  
03 ARLETE SCHADECK  
05 LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ  
06 IVANIR NARLOCH LARSON  
07 PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN  
08 LUCIANA DE FATIMA ALVES FERRERA RODRIGUES  
09 PRICILA GREFFIN

10 ALFREDO ARILDO SCHULZE FUCKNER  
11 BIANCA KESTERING GREIPEL  
12 RODRIGO IDALÊNCIO  
13 ELIANE DE FATIMA LIMA MUCHON  
14 LENITA APARECIDA ROZÁRIO ROCHA  
17 MARIA LUIZA FACHINETTO BRUNELLO  
18 ÉRICA SIMONE RODRIGUES  
20 BIANCA ROSA  
22 ELIANE DE FATIMA DOS SANTOS  
23 ELIANA PESSOA MACHADO COLLET  
24 EDUARDO RUSZACK JUNIOR

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 07 de Maio de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução no dia onze do mês de maio do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 07 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 001/2015 - Eleições 2015, e Resolução nº 05 de 31 de Março de 2015 do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária realizada em data de 06 de maio do ano de dois mil e quinze, conforme ata número zero um;

RESOLVE:

Art.1º) Ficam indeferidas as Inscrições com os respectivos nomes ao cargo de Conselheiro Tutelar, do Município de Campo Alegre/SC., para o quadriênio de 2016/2019, conforme abaixo descritas.

04 MARLENE ALVES DE LIMA  
15 PRISCILA APARECIDA CARVALHO LEMOS  
16 MARILENE APARECIDA BINNER  
19 JANICE AMORIM CUNHA  
21 TAYLA DE OLIVEIRA SCHROEDER  
25 JOSÉ CRISTOFOLINI

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 07 de Maio de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução no dia onze do mês de maio do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

## DECRETO Nº 9.000 DE 08 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.000 DE 08 DE MAIO DE 2015

ALTERA O ART. 1º DO DECRETO Nº 5.687 DE 27 DE MAIO DE 2009 - DOS PREÇOS PÚBLICOS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º. O art. 1º do Decreto nº 5.687, de 27 de Maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º .....

(...)

IV - SERVIÇOS DIVERSOS:

(...)

f) emissão de autorização para impressão de blocos de notas fiscais.... 12UPM

g) assentamento de alteração contratual ..... 12UPM".

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 08 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 9.001 DE 08 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.001 DE 08 DE MAIO DE 2015

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 08 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 08 de Maio de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008  
Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.  
Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - [cmdca@campoalegre.sc.gov.br](mailto:cmdca@campoalegre.sc.gov.br)

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 07 DE MAIO DE 2015

ALTERA PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º, E ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 04 DE 31 DE MARÇO DE 2015, DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício das suas atribuições, previstas na Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de Julho de 1990, Lei Municipal nº 3.425, de 25 de Novembro de 2008, e suas respectivas alterações, por meio de sua Presidenta Interina no uso das atribuições legais, regimentais e conforme reunião ordinária número zero um de 06 de Maio de 2015 da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral Edital nº 001/2015; Resolve:

Art.1º - Alterar a redação do Parágrafo único do Art. 1º da Resolução nº 04 de 31 de Março de 2015, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único - A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelos seguintes membros:

- ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA;
- LUCIANE APARECIDA DE LIMA WOLLNER;
- MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA;
- PATRICK ONGHERO;
- SANDRO LUIZ FRIEDRICH".

Art.2º - Alterar a redação do Art. 2º da Resolução nº 04 de 31 de Março de 2015, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.2º - A Comissão instituída será presidida pelo Sr. SANDRO LUIZ FRIEDRICH e secretariada pelo Sr. PATRICK ONGHERO".

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008  
Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.  
Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - [cmdca@campoalegre.sc.gov.br](mailto:cmdca@campoalegre.sc.gov.br)

Art.3º - Alterações de que tratam os Artigos 1º e 2º desta Resolução em virtude do pedido de renúncia exarado pelo membro da referida Comissão Sr. IVO KESTERING.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 08 de Maio de 2015.  
ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA  
Presidenta Interina do CMDCA  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada a presente Resolução aos onze dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze, e Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

TÚLIO CESAR JANSEN  
Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### PORTARIA Nº 11.895 DE 08 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.895 DE 08 DE MAIO DE 2015  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE E FROTA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000005, Registro no Sistema sob nº 284400, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Transporte e Frota, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 24 de Abril de 2014 á 23 de Abril de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Abril de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente, a Portaria nº 11.877 de 22 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
08 de Maio de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**RESOLUÇÃO Nº 001 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 001 DE 09 DE MARÇO DE 2007  
APROVAÇÃO DA ATA DE NÚMERO 006 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições a Ata de nº 006 de 16 de novembro de 2006 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de março de 2007.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de março de dois mil e sete.

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 002 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 002 DE 09 DE MARÇO DE 2007  
APROVAÇÃO BALANCETE FINANCEIRO DOS MESES DE NOVEMBRO/DEZEMBRO/2006.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições os Balancetes Financeiros referente aos meses de novembro e dezembro de 2006 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de março de 2007.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de março de dois mil e sete.

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 003 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 003 DE 09 DE MARÇO DE 2007  
APROVAÇÃO CONTRATO COM VALOR DIFE-RENCIADO PARA CONSULTA ORTOPÉDICA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o contrato com valor diferenciado para consultas ortopédica, valor de R\$ 30,00 a partir de 22/02/2007 para o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de março de 2007.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de março de dois mil e sete.

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 004 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 004 DE 09 DE MARÇO DE 2007  
APROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE UM APARELHO DE ULTRA-SONOGRRAFIA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a solicitação de um aparelho de ultra-sonografia a Secretaria de Estado da Saúde para o Hospital São Luiz que prestará o serviço ao Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de março de 2007.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de março de dois mil e sete.

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 005 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 09 DE MARÇO DE 2007

APROVAÇÃO DO PAGAMENTO DE PROCE-DIMENTOS DE PATOLOGIA CLÍNICA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o pagamento dos procedimentos de patologia clínica ao Laboratório LABSCA, referente a produção dos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, com recurso da reserva de contingência, caso ocorra o não pagamento através da Secretaria de Estado da Saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de março de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de março de dois mil e sete.

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 005 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 09 DE MARÇO DE 2007

APROVAÇÃO DO PAGAMENTO DE PROCE-DIMENTOS DE PATOLOGIA CLÍNICA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o pagamento dos procedimentos de patologia clínica ao Laboratório LABSCA, referente a produção dos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, com recurso da reserva de contingência, caso ocorra o não pagamento através da Secretaria de Estado da Saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de março de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de março de dois mil e sete.

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 006 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 006 DE 09 DE ABRIL DE 2007

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO DIA 08/03/2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do dia oito de março de dois mil e sete.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de abril de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de abril de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 007 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 007 DE 09 DE ABRIL DE 2007

APROVAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE - METAS 2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º) Fica aprovado sem restrições os indicadores de saúde, metas alcançadas 2006 e as metas para o ano de 2007.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de abril de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de abril de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 008 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 008 DE 09 DE ABRIL DE 2007

APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO DECRETO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS Nº 3.854.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a alteração do Decreto de Concessão de Benefícios nº 3.854 de 26 de agosto de 2005.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de abril de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de abril de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 009 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 009 DE 09 DE ABRIL DE 2007

ALTERAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA TETO FINANCEIRO PARA ONCOLOGIA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a alteração da PPI da Assistência, referente ao teto financeiro para a especialidade de oncologia pertencente ao Município de Campo Alegre, que está no Município de Joinville e transferindo o mesmo para o Município de Jaraguá do Sul.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de abril de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de abril de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007

APROVA O PLANO PLURIANUAL 2006/2009 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte Resolução:

Art.1º) Aprova o Plano Plurianual 2006/2009 da Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de fevereiro de 2007.

IMELDA JÚLIA WATZKO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS

1ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07 DE MAIO DE 2015**

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07 DE MAIO DE 2015

HOMOLOGA O NOME DOS INSCRITOS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 001/2015 - Eleições 2015, e Resolução nº 05 de 31 de Março de 2015 do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária realizada em data de 06 de maio do ano de dois mil e quinze, conforme ata número zero um;

RESOLVE:

Art.1º) Homologar as Inscrições com os respectivos nomes ao cargo de Conselheiro Tutelar, do Município de Campo Alegre/SC., para o Quadriênio de 2016/2019, conforme abaixo descritas.

01 LUIZ TADEU VALERIO MUNHOZ

02 CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA

03 ARLETE SCHADECK

05 LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ

06 IVANIR NARLOCH LARSON

07 PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN

08 LUCIANA DE FATIMA ALVES FERRERA RODRIGUES

09 PRICILA GREFFIN

10 ALFREDO ARILDO SCHULZE FUCKNER

11 BIANCA KESTERING GREIPEL

12 RODRIGO IDALÊNCIO

13 ELIANE DE FATIMA LIMA MUCHON

14 LENITA APARECIDA ROZÁRIO ROCHA

17 MARIA LUIZA FACHINETTO BRUNELLO  
18 ÉRICA SIMONE RODRIGUES  
20 BIANCA ROSA  
22 ELIANE DE FATIMA DOS SANTOS  
23 ELIANA PESSOA MACHADO COLLET  
24 EDUARDO RUSZACK JUNIOR

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 07 de Maio de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução no dia onze do mês de maio do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

### **RESOLUÇÃO Nº 01 DE 12 DE MARÇO DE 2007**

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS  
RESOLUÇÃO Nº 01 DE 12 DE MARÇO DE 2007

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, instituída pela Portaria Municipal n.º 5.322 de 09 de março de 2007 e suas alterações, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art.1º) Fica avaliado, para fins de desapropriação amigável, em R\$ 4,00 (quatro reais) o valor do metro quadrado da seguinte área de terra:

"Uma área de 357,30 m<sup>2</sup> e uma área de 115,42m<sup>2</sup>, totalizando 472,72m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e dois metros e setenta e dois decímetros quadrados) situada na localidade de Fragosos, Município de Campo Alegre, fazendo frente para a Estrada Boa Vista, com demais medidas especificadas no "croquis" em anexo, parte integrante desta Lei".

Art.2º) O critério utilizado para a definição do valor constante do artigo anterior, foi o de valorização real do imóvel, ao preço de mercado, através de consultas e comparações com imobiliárias da região.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre "SC", 12 de março de 2007.

JOSÉ LUIS SILVA ROSE MARI CUBAS  
LAÉRCIO TELLES

### **RESOLUÇÃO Nº 010 DE 09 DE MARÇO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 010 DE 09 DE ABRIL DE 2007

APROVAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO COM VALOR DIFERENCIADO.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Credenciamento de Especialidades com valor diferenciado, conforme o Edital de Credenciamento.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de abril de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de abril de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 011 DE 22 DE MAIO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 011 DE 21 DE MAIO DE 2007

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº 010 DE 09 DE ABRIL DE 2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferidas por Lei, promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Altera disposições do Artigo 1º da Resolução nº 010 de 09 de abril de 2007, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) "Fica aprovado sem restrições o credenciamento das especialidades de Reumatologia, Endocrinologia e Urologia com o valor diferenciado de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por consulta".

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de maio de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC



**RESOLUÇÃO Nº 011-A DE 13 DE JULHO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 011-A DE 13 DE JULHO DE 2007  
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO  
DO DIA 04/04/2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do dia 04 de abril de dois mil e sete.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de julho de 2007.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de julho de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 012 DE 13 DE JULHO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 012 DE 13 DE JULHO DE 2007  
APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA III CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
A SER REALIZADA EM 28/07/2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Regimento Interno da III Conferência Municipal de Saúde de Campo Alegre, a ser realizado em data de 28/07/2007 das 08:00 às 17:00 horas no Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson, no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de julho de 2007.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de julho de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 013 DE 13 DE JULHO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 013 DE 13 DE JULHO DE 2007  
APROVAÇÃO DO BALANCETE FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE DOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL DE 2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Balancete Financeiro do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril do ano de 2007.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de julho de 2007.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de julho de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 014 DE 13 DE JULHO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 014 DE 13 DE JULHO DE 2007  
APROVA REAJUSTE DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS DO CIS AMUNESC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o reajuste no valor das consultas médicas especializadas do CIS AMUNESC, sendo a consulta de Oftalmologia e de Psiquiatria no valor de R\$ 28,00 (vinte e oito reais), Odontologia especializada e Fonoaudiologia no valor de R\$ 7,55 (sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de julho de 2007.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de julho de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 015 DE 13 DE JULHO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 015 DE 13 DE JULHO DE 2007

APROVA O REAJUSTE PER CAPITA DO VALOR REPASSADO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS AMUNESC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o reajuste per capita do valor repassado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMUNESC, no valor de R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) passando para o valor R\$ 0,50 (cinquenta centavos) per capita.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de julho de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de julho de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 016 DE 13 DE JULHO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 016 DE 13 DE JULHO DE 2007.

APROVA ABERTURA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA CONSULTA ESPECIALIZADA DE OTORRINO NO VALOR DE R\$ 50,00.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Credenciamento para consulta especializada de Otorrino no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a consulta.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de julho de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de julho de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 017 DE 13 DE JULHO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 017 DE 13 DE JULHO DE 2007

APROVA BÁSICA (DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS LOCALIZADO NO HOSPITAL SÃO LUIZ EM CAMPO ALEGRE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a solicitação de Alvará Sanitário para a extensão da Farmácia Básica (Dispensário de Medicamentos), da Secretaria Municipal de Saúde no Hospital São Luiz em Campo Alegre/SC., nos horários em que as Unidades de Saúde do Município estão fechadas, período este de Plantão Médico no Hospital.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de julho de 2007.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de julho de dois mil e sete.

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

**RESOLUÇÃO Nº 02 DE 07 DE MAIO DE 2015**

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 07 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 001/2015 - Eleições 2015, e Resolução nº 05 de 31 de Março de 2015 do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária realizada em data de 06 de maio do ano de dois mil e quinze, conforme ata número zero um;

RESOLVE:

Art.1º) Ficam indeferidas as Inscrições com os respectivos nomes ao cargo de Conselheiro Tutelar, do Município de Campo Alegre/SC., para o Quadriênio de 2016/2019, conforme abaixo descritas.

04 MARLENE ALVES DE LIMA

15 PRISCILA APARECIDA CARVALHO LEMOS

16 MARILENE APARECIDA BINNER

19 JANICE AMORIM CUNHA

21 TAYLA DE OLIVEIRA SCHROEDER

25 JOSÉ CRISTOFOLINI

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Campo Alegre/SC, 07 de Maio de 2015.  
SANDRO LUIZ FRIEDRICH  
Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução no dia onze do mês de maio do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

PATRICK ONGHERO  
Secretário da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

### **RESOLUÇÃO Nº 02 DE 09 DE ABRIL DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 09 DE ABRIL DE 2007  
ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 09 DE 25 DE AGOSTO DE 2005, O ARTIGO 1º E ALÍNEA "A" DO ARTIGO 2º.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Altera a redação do Artigo 1º da Resolução nº 09 de 25 de agosto de 2005, que passa ter a seguinte redação:

"Ficam estabelecidos requisitos e critérios para avaliação sócio-econômica e para a concessão de benefícios sociais aos usuários da Assistência Social do Município de Campo Alegre".

Art.2º) Altera a redação da alínea "A" do Artigo 2º da resolução nº 09 de 25 de agosto de 2005, que passa ter a seguinte redação:

"Ser residente e domiciliado no Município de Campo Alegre/SC., a pelo menos dois anos, excepcionalmente em casos avaliados como muito grave, podendo nesta circunstância se a qualquer tempo".

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de abril de 2007.  
IMELDA JÚLIA WATZKO  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS  
1ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

### **RESOLUÇÃO Nº 02 DE 12 DE MAIO DE 2007** RESOLUÇÃO Nº 02 DE 12 DE MAIO DE 2007

A Comissão Municipal Provisória de Seleção, Destinação, Doação e incineração de Bens Imprestáveis ao Serviço Público Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 4.364/2006;

#### **RESOLVE:**

Art.1º) Declarar imprestáveis ao Serviço Público Municipal as sucatas, ferro velho e pneus mencionados no Anexo único, parte integrante desta Resolução, sendo que o ferro velho foi avaliado em R\$ 223,00 (duzentos e vinte e três reais), e os pneus em R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Parágrafo único: Estas sucatas são provenientes de vários órgãos da Administração Pública Municipal. A Comissão também declarou imprestáveis ao serviço público municipal as telhas e por não possuir valor de mercado em razão do péssimo estado de conservação, serão doadas para fins Assistenciais entregues a Srª. Verônica Gorniack Schroeder - ocupante do Cargo Público - Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social, que fará as devidas doações a pessoas carentes.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre "SC", 21 de maio de 2007.  
LILIAN TEREZINHA BARTSCH LAÉRCIO TELLES  
JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO ROSANA EMÍLIA GREIPEL

### **RESOLUÇÃO Nº 03 DE 08 DE MAIO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº 03 DE 08 DE MAIO DE 2007  
APROVA ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Aprova alteração da composição da Comissão de Fiscalização e Controle do programa Bolsa Família do Município de Campo Alegre/SC, ficando assim constituída:

"Sirley Dranka de Souza Freitas;  
Anídia Stolf;  
Rosemir Dranka;  
Maria Graciema Fuckner;  
Roseli Maria Fuckner".

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 08 de maio de 2007.  
IMELDA JÚLIA WATZKO  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS  
1ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 04 DE 08 DE MAIO DE 2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº 04 DE 08 DE MAIO DE 2007  
APROVA PLANO DE AÇÃO DO ANO DE 2007.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Fica aprovado o Plano de Ação referente ao ano de 2007.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 08 de maio de 2007.  
IMELDA JÚLIA WATZKO  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e sete.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS  
1ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 08 DE 07 DE MAIO DE 2015**

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008  
Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.  
Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 07 DE MAIO DE 2015

ALTERA PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º, E ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 04 DE 31 DE MARÇO DE 2015, DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício das suas atribuições, previstas na Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de Julho de 1990, Lei Municipal nº 3.425, de 25 de Novembro de 2008, e suas respectivas alterações, por meio de sua Presidenta Interina no uso das atribuições legais, regimentais e conforme reunião ordinária número zero um de 06 de Maio de 2015 da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral Edital nº 001/2015; Resolve:

Art.1º - Alterar a redação do Parágrafo único do Art. 1º da Resolução nº 04 de 31 de Março de 2015, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único - A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelos seguintes membros:

- ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA;
- LUCIANE APARECIDA DE LIMA WOLLNER;
- MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA;
- PATRICK ONGHERO;
- SANDRO LUIZ FRIEDRICH".

Art.2º - Alterar a redação do Art. 2º da Resolução nº 04 de 31 de Março de 2015, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.2º - A Comissão instituída será presidida pelo Sr. SANDRO LUIZ FRIEDRICH e secretariada pelo Sr. PATRICK ONGHERO".

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008  
Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.  
Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

Art.3º - Alterações de que tratam os Artigos 1º e 2º desta Resolução em virtude do pedido de renúncia exarado pelo membro da referida Comissão Sr. IVO KESTERING.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 08 de Maio de 2015.  
ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA  
Presidenta Interina do CMDCA  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada a presente Resolução aos onze dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze, e Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

TÚLIO CESAR JANSEN  
Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE PP Nº05/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº09/2015.

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 25 de Maio de 2015 às 15.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SALGADOS E REFRIGERANTES, COM ENTREGA PARCELADA, DE ACORDO COM AS DEMANDAS DOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00 horas, e das 13horas e 30 minutos às 17.00 horas diariamente.

Campos Novos, 08 de Maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 7.270/15 DE 27/03/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.270/15 DE 27/03/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas no orçamento do Município o valor de 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 - Manutenção do Programa SAMÚ  
Elementos de despesa: 12-  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0057.000070-Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.800,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 - Manutenção do Programa SAMÚ  
Elementos de despesa: 13-  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0057.000070-Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.8000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 7.283/15 DE 07/05/2015 EXTINGUE AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.283/2015 DE 07/05/2015

EXTINGUE AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, incisos VIII e IX da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam extintas definitivamente as seguintes Unidades de Educação do município:

I - Escola Isolada Sepé Thiaraju, localizada no Assentamento Sepé Thiaraju;

II - Escola Isolada Municipal Monte Verde, localizada no Assentamento São José;

III - Escola Isolada Municipal Manoel Cândido de Souza, localizada na Corredeira Ibicuí;

IV - Escola Isolada Municipal Roseli Nunes, localizada no Assentamento 30 de outubro;

V - Escola Isolada Municipal Tupitinga, localizada na Distrito Guarani;

VI - Escola Isolada Municipal Colônia Hipólito, localizada no Distrito Guarani.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos, Registrado e publicado o Presente Decreto em 07 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 7.284/15 DE 07/05/2015 ALTERA NOMECLATURA DE PRÉ ESCOLA QUE MENCIONA

DECRETO Nº 7.284/2015 DE 07/05/2015

ALTERA NOMENCLATURA DE PRÉ-ESCOLA QUE MENCIONA.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, incisos VIII e IX da Lei Orgânica,

Considerando o disposto no parecer nº 03/2015 do Conselho Municipal de Educação de Campos Novos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a nomenclatura da "Pré-Escola Municipal Pato Donald", localizado no distrito de Dal Pai, passando a denominar-se "Centro de Educação Infantil Municipal Pato Donald".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos, Registrado e publicado o Presente Decreto em 07 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.285/15 DE 07/05/2015 ALTERA VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DO SAMAE**

DECRETO Nº 7.285/2015 DE 07/05/2015

ALTERA VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DO SAMAE.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando o aumento dos gêneros alimentícios ocorrido no período de março/2014 a março/2015;

Considerando que tais aumentos elevaram o custo de vida;

Com amparo no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c a Lei nº 2.933/05 de 13 de abril de 2005 e Lei Complementar nº 12/11 de 14 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º. O valor do Auxílio Alimentação para os servidores do SAMAE previsto no Artigo 53 da Lei Complementar nº 12/2011, passará a ser de R\$ 273,68 (duzentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Art. 2º. As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos, Registrado e publicado o Presente Decreto em 07 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.156/15 DE 15/04/2015 DENOMINA DE "VALDOMIRO SCAPINI" A RUA QUE MENCIONA**

LEI Nº 4.156/2015 DE 15/04/2015

DENOMINA DE "VALDOMIRO SCAPINI" A RUA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,  
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Valdomiro Scapini" a Rua "A" do Loteamento Santa Edwiges, conforme mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 15 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.157/15 DE 15/04/2015 DENOMINA DE "JERÔNIMO REDANTE" A RUA QUE MENCIONA**

LEI Nº 4.157/2015 DE 15/04/2015

DENOMINA DE "JERONIMO REDANTE" A RUA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,  
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Jerônimo Redante" a Rua "B" do Loteamento Santa Edwiges, conforme mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 15 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.158/15 DE 15/04/2015 DENOMINA DE "LEODIR CALÇADO MEIRELES" A RUA QUE MENCIONA**

LEI Nº 4.158/2015 DE 15/04/2015

DENOMINA DE "LEODIR CALÇADO MEIRELES" A RUA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,  
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Leodir Calçado Meireles" a Rua "D" do Loteamento Santa Edwiges, conforme mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 15 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.167/2015 DE 08/05/2015 AUTORIZA O SAMAE A FIRMAR CONVÊNIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.167/2015 DE 08/05/2015

AUTORIZA O SAMAE A FIRMAR CONVÊNIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE autorizado a firmar convênio com os proprietários do



Loteamento localizado na Colônia Savória, Distrito da Barra do Leão, com o objetivo de executar e implantar um sistema único de esgoto (Estação de Tratamento de Esgoto), que ficará localizado sobre o terreno cedido a autarquia, com área de 399,90m<sup>2</sup>, matriculado sob nº 24.334 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, conforme minuta em anexo (Anexo I).

§1º. O objetivo do presente convênio é implantar uma única estação de tratamento de esgoto, visando a economicidade da autarquia, eliminando gastos desnecessários com a duplicidade de diversos procedimentos, como o licenciamento ambiental, análises periódicas, manutenção, maior concentração de efluente, menor área territorial, já que o fracionamento em sistemas individuais tornaria a manutenção mais onerosa para ambas as partes.

§2º. A estação de tratamento mencionada no caput será projetada para atender 200 (duzentos) lotes, considerando 05 (cinco) habitantes por lote e um consumo de 150 (cento e cinquenta) litros por dia. Dessa forma, a E.T.E atenderá uma população de 1000 (um mil) habitantes e tratará uma vazão de 150 m<sup>3</sup> por dia.

§3º. O SAMAE será responsável pela coleta e tratamento de 128 (cento e vinte e oito) lotes e os outros 72 (setenta e dois) lotes serão provenientes do loteamento de propriedade de Marcel Luiz Viccari, Juliano Rossa e Celso Faccin.

Art. 2º. A partir da conclusão do processo licitatório da Estação de Tratamento de Esgoto, o loteador repassará, em espécie, diretamente ao SAMAE, o valor correspondente aos seus 72 (setenta e dois) lotes.

Art. 3º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados pelas dotações orçamentárias consignadas no orçamento da autarquia.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 08 de maio de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **ERRATA DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NESTE VEÍCULO, NA PÁGINA N.º 67 DA EDIÇÃO N.º 1732 DO DIA 29/04/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, na página n.º 67 da Edição n.º 1732 do dia 29/04/2015, com o título publicação de Publicação do Extrato do Termo de Contrato n. PMC 52/2015, onde lia-se, EMPRESA LIBRELATO IMPLEMENTOS AGRICOLAS E RODOVIARIOS LTDA, leia-se, LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 409/2015**

PORTARIA Nº. 409/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013 resolve:  
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Educador Social, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a disposição dos Serviços de Alta Complexidade (Casa de Passagem Nova Canaã), a profissional BEATRIZ DE FÁTIMA PONTES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 46.088, e convocada conforme Edital nº 022 de 01 de abril de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/05/2015, conforme comunicação interna nº 115/SEMAS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 410/2015**

PORTARIA Nº. 410/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e DO Capítulo IV, art. 23, Parágrafo Único da Lei Municipal nº. 2.307/1.990; resolve:

CONCEDER ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Alteração de Carga Horária para 40 horas semanais com a proporcional alteração da remuneração, a partir 05/05/2015, nos termos da Lei nº 2.307/1990 à servidora ANA MARIA ROHRBACHER SAKR, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme comunicação interna nº 138/Departamento Jurídico/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 411/2015**

PORTARIA Nº. 411/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para a EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional ADEMAR HILÁRIO DOS SANTOS, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme comunicação interna nº 216/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 05/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 412/2015**

PORTARIA Nº. 412/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR

Art. 1º - Fica concedida exoneração compulsória por idade à ELISEU HUDZINSKI, efetivo no cargo de Balseiro, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 06/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 413/2015**

PORTARIA Nº. 413/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a FLÁVIA LÚCIA HAENSCH, efetiva no cargo de Administrador Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 22/05/2015 a 31/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº 414/2015**

PORTARIA Nº. 414/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:  
**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a JAIME ABRÃO SELEME JUNIOR, efetivo no cargo de Odontólogo Endodontia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 11/05/2015 a 25/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 415/2015**

PORTARIA Nº. 415/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:  
**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o GEM Reinaldo Kruger, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional FLAVIA CARARO KOWAL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme comunicação interna nº 219/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 06/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 416/2015**

PORTARIA Nº. 416/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:  
**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para a EBM Alberto Wardenski, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional SANDRO RICARDO KOCH, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme comunicação interna nº 223/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor, Anos Iniciais, com 30 % de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o GEM Frei Fabiano Gadzinski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ERIKA ALESSANDRA DE SOUZA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 024/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme comunicação interna nº 221/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeado para exercer o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para a EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional MACAULY TODT, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme comunicação interna nº 219/SME/2015.

Art. 4º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 417/2015**

PORTARIA Nº. 417/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:  
**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a REJEANE LEAL DE BARROS, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2012/2013, a desfrutar no período de 15/05/2015 a 13/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 418/2015**

PORTARIA Nº. 418/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:  
**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a SILVIO FERREIRA DOS SANTOS, concursado no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 10/05/2015 a 08/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a ISABELA MURARA VIEIRA, concursada no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 18/05/2015 a 27/05/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 419/2015**

PORTARIA Nº. 419/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, resolve:  
**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Odontólogo, para atuar na Unidade Básica de Saúde Eurico Paul - Cristo Rei e Unidade Básica de Saúde Cohab I, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional PAULO HENRIQUE BASTOS, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 38.971, e convocado conforme Edital nº 021 de 30 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme comunicação interna nº 160/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 420/2015**

PORTARIA Nº. 420/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:  
**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Arte, com 15% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o CEI Mário Edson de Aguiar e para o CEI Rodolfo Linzmeier, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SONIA MENDES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 024/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme comunicação interna nº 224/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Arte, com 15 % de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o CEI Monteiro Lobato e para o CEI Encruzilhada, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional CATIA FRANCIELE VOIGT PRZYWITOWSKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 024/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme

comunicação interna nº 225/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeado para exercer o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para o GEM Professora Xeila Elisabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional LUCAS CORREA WITT, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/05/2015, conforme comunicação interna nº 226/SME/2015.

Art. 4º - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para o GEM Reinaldo Kruger, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional EVANDRO NOGATH DOBRYCHTOP, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 12/05/2015, conforme comunicação interna nº 227/SME/2015.

Art. 5º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PUBLICAÇÃO DA ERRATA DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 51/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO PMC 51/2015  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 71/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 09/2015  
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público errata referente ao CONTRATO PMC 51/2015 que tem por objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), CLASSIFICADA COMO COMERCIAL, portanto, na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, onde LIA-SE: - FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RÁDIO E TV CANOINHAS, LEIA-SE: RADIO PANTERA FM.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMC 02/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/15  
HOMOLOGAÇÃO: 08/05/15  
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO NOVOS TALENTOS CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL DE MARCHA, COM NO MÍNIMO 40 COMPONENTES PARA APRESENTAÇÕES A SEREM REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

DATA: 08/05/15  
ALFREDO EIKE BACH  
Presidente.

#### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 05/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15  
HOMOLOGAÇÃO: 08/05/15  
CONTRATADO: RETIFICA MOTOCAR LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO MICROONIBUS PEUGEOT, PLACA ETM7065, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.800,00 (onze mil oitocentos reais)

DATA: 08/05/15  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 59/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 59/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 56/2015  
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 13/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 59/2015. Data de assinatura: 30/04/2015. Contratada: CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ n.º 81.099.277/0001-15. Objeto Contratado EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA MOISES DAMASO DA SILVEIRA, COM EXTENSÃO TOTAL DE 366,81 METROS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 459.642,13 (Quatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e quarenta e dois reais e treze centavos). Vigência: 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMC 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 3/2015      Processo Administrativo:      Total dos Itens Vencedores: 27.000,00  
Licitação.....: 2/2015 - PR  
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL DE MARCHA, COM NO MÍNIMO 40 COMPONENTES PARA APRESENTAÇÕES A SEREM REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 33743	- CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL - Unidade: SER						
16599	ASSOCIAÇÃO NOVOS TALENTOS	NOVOS TALENTOS	10.000	0.0000	2.700.0000	27.000.00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
JOSE CARLOS HERBST -	.....	CRC/SC 031.639/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/4

Total dos Itens Vencedores: 11.800,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 12/2015

Licitação.....: 5/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO MICROONIBUS PELLEGO, PLACA ETM7065, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 3353	- AMORTECEDOR - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		2.000	0,0000	398,3200	796,64	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 29417	- BATENTE PORTA - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		2.000	0,0000	34,9756	69,95	Venceu	1 *****
Item.....: 4	- 1331	- BUCHA DA BANDEJA - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		2.000	0,0000	27,2033	54,41	Venceu	1 *****
Item.....: 5	- 1331	- BUCHA DA BANDEJA - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		2.000	0,0000	78,6952	157,39	Venceu	1 *****
Item.....: 6	- 34024	- COXIM AMORTECEDOR CÓDIGO ORIGINAL - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1.000	0,0000	312,8376	312,84	Venceu	1 *****
Item.....: 7	- 34024	- COXIM AMORTECEDOR CÓDIGO ORIGINAL - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1.000	0,0000	312,8376	312,84	Venceu	1 *****
Item.....: 8	- 17095	- ENGRENAGEM - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1.000	0,0000	842,3297	842,33	Venceu	1 *****

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/4

Processo / Ano: 12/2015      Processo Administrativo: 11.800,00

Licitação.....: 5/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO MICROONIBUS PEUGEOT, PLACA ETM7065, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<u>Item.....: 9</u>	<u>- 36036</u>	<u>- FILTRO COMBUSTÍVEL - Unidade: UN</u>						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	98,1261	98,13	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 10</u>	<u>- 36089</u>	<u>- FILTRO LUBRIFIC. CÓDIGO ORIGINAL - Unidade: UN</u>						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	56,3496	56,35	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 11</u>	<u>- 311042940</u>	<u>- FLANGE DIFERENCIAL LAT - Unidade: UN</u>						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	355,5856	355,59	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 12</u>	<u>- 311043707</u>	<u>- GUIA PORTA LATERAL - Unidade: UN</u>						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	117,5570	117,56	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 13</u>	<u>- 8029</u>	<u>- KIT REVISÃO - Unidade: UN</u>						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	1.130,8787	1.130,88	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 14</u>	<u>- 5629</u>	<u>- ÓLEO - Unidade: BALD</u>						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		3,000	0,0000	38,8618	116,59	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 15</u>	<u>- 3665</u>	<u>- ÓLEO LUBRAX - Unidade: LT</u>						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		6,000	0,0000	13,3102	79,86	Venceu	1 ****



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/4

Processo / Ano: 12/2015      Processo Administrativo: 11.800,00

Licitação.....: 5/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO MICROONIBUS PEUGEOT, PLACA ETM7065, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16	- 9537 - PASTILHA DE FREIO - Unidade: JOG							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	147,4806	147,48	Venceu	1 ****
Item.....: 17	- 9537 - PASTILHA DE FREIO - Unidade: JOG							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	198,7782	198,78	Venceu	1 ****
Item.....: 18	- 22551 - PIVO SUSP. - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		2,000	0,0000	158,3619	316,72	Venceu	1 ****
Item.....: 19	- 44800 - ROLAMENTO AMORTECEDOR - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		2,000	0,0000	49,5488	99,10	Venceu	1 ****
Item.....: 20	- 44818 - ROLAMENTO RODA - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	423,5937	423,59	Venceu	1 ****
Item.....: 21	- 311043708 - SINCRONIZADO COMPLETO - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	815,1265	815,13	Venceu	1 ****
Item.....: 22	- 17876 - SINCRONIZADOR - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	1.328,1024	1.328,10	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 12/2015

Licitação.....: 5/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO MICROONIBUS PEUGEOT, PLACA ETM7065, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 11.800,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 23	- 17876	- SINCRONIZADOR - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	981,2607	981,26	Venceu	1 ****
Item.....: 24	- 22017	- TAMPÃO - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	30,1179	30,12	Venceu	1 ****
Item.....: 25	- 311043709	- MAO DE OBRA MICROONIBUS PEUGEOT BOX PLACA ETM7065 - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	2.958,3553	2.958,36	Venceu	1 ****

Canoinhas, Em .....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - EQUIPE DE APOIO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC

JOSE CARLOS HERBST - CRC/SC 031639/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### FMAS PROCESSO LICITATÓRIO 0007/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0005/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0007/2015

Pregão Presencial Nº 0005/2015

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição equipamentos e materiais permanentes destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CRE-AS, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Abrigo Casa Lar e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 22/05/2015.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

#### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 11 de maio de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0102/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0064/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0102/2015

Pregão Presencial Nº 0064/2015

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de PAIVER INTERTRAVADO DE CONCRETO Prensado e Vibrado Acabamento Liso de 16 FACES 11X22X8CM, para Pavimentação em ruas do município

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 21/05/2015.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

#### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 11 de maio de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

### PORTARIA 685/2014

PORTARIA Nº 685, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

CONCLUSÃO SINDICÂNCIA

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 006/1991, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Considerando que foi instaurada sindicância para apurar os fatos noticiados na portaria nº 391/2014, envolvendo os servidores Adilson de Souza Duarte e Alessandro Braga Ramos,

#### RESOLVE

Art. 1º Acolher a conclusão do Relatório Final da Comissão de Sindicância, no sentido de decidir, com base nas competências conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Estatuto dos Servidores Municipais, pelo arquivamento do processo, nos termos do art. 151, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006/1991.

Esta Portaria entra em vigor em junho de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Intime-se.

### PORTARIA 935/2015

PORTARIA Nº 935, DE 06 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme legislação em vigor, resolve:

Art. 1º A Comissão Especial de Avaliação de Imóveis é composta por:

I - Ruites Valmir Andrioni Jr., engenheiro civil, portador do CPF nº 598.459.459-53, registro no CREA nº 031.257-1 e CRECI nº 008.351;

II - Roberto Baretta, inscrito no CPF sob o nº 386.213.479-20, e no CREA sob o nº 22.047-2;

III - Sergio Luiz Riquetti, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e no CRECI sob o nº 6614.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação de terreno rural de cultura, com área de 231.166,00m², situado em Alto Alegre, registrado sob a matrícula nº 8.722, de propriedade do Município de Capinzal, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, para fins de alienação mediante Concorrência Pública.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de vinte (20) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 06 de maio de 2015.

Capinzal, em 06 de maio de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 936/2015**

PORTARIA Nº 936, DE 06 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme legislação em vigor, resolve:

Art. 1º A Comissão Especial de Avaliação de Imóveis é composta por:

I - Alexandre Kloss, corretor de imóveis, registro no CRECI sob o nº 24.166;

II - Luiz Gustavo Deuner, corretor de imóveis, registro no CRECI sob o nº 3034 - J;

III - Vitorinho Lanhi, corretor de imóveis, registro no CRECI sob o nº 19.110.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação de espaço público com área de aproximadamente 89,45m², localizada na Rodoviária Municipal, para fins de instalação de bar e lanchonete.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de vinte (20) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 06 de maio de 2015.

Capinzal, em 06 de maio de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### **RESOLUÇÃO CIALAR 10/2015**

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 08 DE MAIO DE 2015

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada de forma emergencial até a realização de processo seletivo, conforme Ata 01/2015 de 13 de março de 2015, Sirlei Cassuba, brasileira, casada, nascida em 13 de janeiro de 1959, inscrita no CPF sob o nº 050.305.009-10, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 08 de maio de 2015.

VITOR JOAO FACCIN

Prefeito de Ouro

Presidente do CIALAR

## Catanduvras

### PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2015 - PREGÃO Nº 0029/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2015

PREGÃO Nº 0029/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a Secretaria de Infraestrutura, Rodoviária e Casa Mortuária do município.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 26 de maio de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 08 de maio de 2015, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras - SC, 08 de maio de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 0003/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2015

CONCORRÊNCIA Nº 0003/2015

Objeto: Contratação de empresa de eventos para realização da 8ª Festa do Chimarrão, que acontecerá nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2015, nas dependências do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, nesta cidade de Catanduvras-SC.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 10 de junho de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 08 de maio de 2015, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras - SC, 08 de maio de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## Caxambu do Sul

### PREFEITURA

#### DECRETO 46/2015

DECRETO N. 046/2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º . Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Senhorita KASSIANE CHAGAS, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG sob n. 12R 4.815.942-5 e, inscrito no CPF/MF sob n. 008.773.759-09, ocupante do cargo de CHEFE DO SETOR DE AGRICULTURA, com lotação junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 22/05/2015.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 08 de Maio de 2015

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

#### DECRETO 47/2015

DECRETO N. 47/2015

"CONCEDE REVISÃO DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E NO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 2º da Lei Municipal N. 1.343/2015;

Considerando o índice de variação do IPCA/IBGE dos meses de março e abril de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido revisão da inflação de 1,32% (um virgula trinta e dois por cento) referente o índice de variação do IPCA/IBGE do mês de março, mais 0,71% (zero virgula setenta e um por cento) do mês de abril de 2015, totalizando uma reposição de 2,03% (dois virgula zero três por cento) a ser concedido no mês de maio de 2015.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 08 de maio de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

IVAN CARLOS BELLEI

Sec. Mun. de Administração, Finanças e Planejamento

## Celso Ramos

### PREFEITURA

#### EDITAL DE CADASTROS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO - N.º 03/2015

O Município de Celso Ramos torna público que a partir da data de 30/03/2015, estará recebendo em sua sede, situada na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, centro, a respectiva DOCUMENTAÇÃO das empresas interessadas em efetuar o fornecimento de peças para a Prefeitura Municipal, conforme especificado no Edital do Processo de Licitação nº 36/2015, Pregão Presencial n. 23/2015 e de acordo com as condições adiante estabelecidas neste Edital.

#### 1 - DO OBJETIVO:

O objetivo do presente Edital é a contratação de EMPRESAS fornecedoras de peças interessadas em efetuar venda dos respectivos produtos à Prefeitura Municipal de Celso Ramos, conforme disposto na Constituição Federal, Leis 8.666/93 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante a celebração de CREDENCIAMENTO PARA EFETUAR A VENDA DE PEÇAS, mediante compatibilização das necessidades e demanda da frota de veículos e a disponibilidade de recursos financeiros da Prefeitura Municipal.

#### 2 - CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento e respectivo fornecimento de peças a partir da primeira publicação do presente instrumento.

2.2. Serão consideradas credenciadas as empresas que apresentarem os Documentos enumerados no item 3.1 deste instrumento.

2.3. Os interessados poderão ter acesso ao Edital através da retirada de cópia no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, e ou no site [www.celsoramos.sc.gov.br](http://www.celsoramos.sc.gov.br).

2.4. Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 3.1 Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, situada na Rua Dom Daniel Hostin, n. 930, Centro, no horário das 12:30h às 18:30h de segunda a sexta-feira.

#### 3 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

3.1. Para credenciamento as empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

##### Documentos de habilitação

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do estado onde se situa a sede da licitante ou ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores - SINTEGRA;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



Documentos para comprovação da qualificação técnica:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b. Prova de inscrição no cadastro estadual de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de:
  - Certidão negativa de débitos referentes a tributos e contribuições federais expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e
  - Certidão negativa quanto à dívida ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- d. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada;
- e. Certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social - CND/INSS;
- f. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- g. Certidão Municipal
- h. Declaração de que não emprega de menor - Declaração da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".
- i. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade quando expresso na própria certidão.
- j. Certidão de Negativa de Débitos trabalhistas

#### 4 - CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DAS PEÇAS

4.1. O Departamento de Compras efetuará a solicitação de orçamento referente às peças que necessita adquirir através de email que será enviado às empresas credenciadas. O prazo para o envio do respectivo orçamento completo (todas as peças solicitadas) pelas empresas será de 24 horas após a emissão do pedido pelo Departamento de Compras.

4.2. Somente depois de o orçamento ser aprovado pelo Departamento de Compras, a Administração irá efetivar a aquisição das peças e materiais que deverão ser entregues no prazo de 3 dias úteis, sendo emitida a respectiva nota fiscal eletrônica em nome da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, que se responsabilizará pelo pagamento.

4.3. Não se admitirá de forma alguma orçamentos incompletos, repetitivos e nem via fax, sendo aceito por e-mail ou a via original.

4.4. Os orçamentos deverão ser em papel timbrado da empresa contendo no mínimo: descrição completa do material cotado, carimbo do CNPJ, identificação do responsável pela assinatura, prazo de validade do orçamento e data.

4.5. Serão considerados nulos os orçamentos, quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajustes para burlar preços junto a administração, especialmente mediante apresentação recíprocas ou de orçamentos idênticos por parte das empresas credenciadas.

4.6. O Departamento de Compras efetuará a análise dos orçamentos enviados pelas empresas credenciadas e fará a aquisição das peças junto ao estabelecimento que ofertar o menor preço.

4.7. Após o Departamento de Compras emitir a autorização de fornecimento, as empresas terão 3 dias úteis para fazer o envio das peças à oficina mecânica informada pela Administração, com

o envio da respectiva nota fiscal eletrônica para o endereço [compras@celsoramos.sc.gov.br](mailto:compras@celsoramos.sc.gov.br).

#### 5 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O pagamento das peças adquiridas será efetuado em favor da empresa credenciada que ofertar o menos preço, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, em até 30 dias após o envio da respectiva Nota Fiscal/Fatura ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Celso Ramos.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento de peças objeto do presente Edital correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e 2016.

#### 6 - INFORMAÇÕES

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos pelo telefone (49) 3547 1211.

Celso Ramos, 30 de março de 2015.  
Ines Terezinha Pegoraro Schons  
Prefeita Municipal



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### RATIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/PMCS/2015

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº: 16/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
CONTRATADA: INFOWAY COMERCIO DE INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/PMCS/2015

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Termo do Contrato nº 16/2015, celebrado entre o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL e a empresa INFOWAY COMERCIO DE INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME referente a prestação de serviços de comunicação de internet via rádio, com fornecimento dos equipamentos em comodato, instalação e tarifa mensal, para a praça central e para o ginásio de esportes Gílio Búrigo, no Município de Cocal do Sul, que tange à vigência:

Onde se lê: Assinatura: 26/03/2015  
Vigência: Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016

Leia-se: Assinatura: 02/04/2015  
Vigência: Início: 02/04/2015 Término: 01/04/2016

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança e serviços de organização e limpeza durante a realização da III Cocalfest.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 22/05/2015.  
Abertura: Dia 22/05/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 08 de maio de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/FMS/2015

CONTRATO Nº: 123/2013  
ADITIVO Nº: 02/2015  
TIPO DE ADITIVO: QUARTO TA - ACRÉSCIMO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
CONTRATADA: CARDIO EXPRESS - CLINICA DE CARDIOLOGIA E MEDICINA DO ESPORTE E REABILITAÇÃO LTDA - ME  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 09/FMS/2013  
CARTA CONVITE Nº: 01/FMS/2013

Objeto do contrato: A aquisição de serviços de especialidade médica em cardiologia.

Objeto do Aditivo: Tem como objeto o ACRÉSCIMO de 4,7% (quatro virgula sete por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes, para fazer jus ao reajuste de preços.

Assinatura: 27/02/2015

Vigência: Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais).

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 118/PMCS/2013  
ADITIVO Nº: 03/2015  
TIPO DE ADITIVO: QUARTO TA - ACRÉSCIMO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
CONTRATADA: VANESSA MUSSOI GARCIA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 14/PMCS/2013  
CARTA CONVITE Nº: 02/PMCS/2013

Objeto do contrato: A contratação de serviços de consultoria jurídica ao município, com visitas diárias, na área de direito constitucional, tributário e ambiental e áreas de direito público.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO ao valor do contrato firmado entre as partes, em 12/04/2013, pois o valor original era referente a um contrato de 10 (dez) meses e o terceiro termo aditivo renovou o contrato por mais 12 (doze) meses.

Assinatura: 27/02/2015

Vigência: Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 3.016,92 (Três mil e dezesseis reais e noventa e dois centavos)

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 117/PMCS/2013  
ADITIVO Nº: 04/2015  
TIPO DE ADITIVO: QUARTO TA - ACRÉSCIMO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
CONTRATADA: SANDRO ROBERTO FARACO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 14/PMCS/2013  
CARTA CONVITE Nº: 02/PMCS/2013

Objeto do contrato: A contratação de serviços de consultoria jurídica ao município, com visitas diárias, na área de direito constitucional, tributário e ambiental e áreas de direito público.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO ao valor do contrato firmado entre as partes, em 12/04/2013, pois o valor original era referente a um contrato de 10 (dez) meses e o terceiro termo aditivo renovou o contrato por mais 12 (doze) meses.

Assinatura: 27/02/2015

Vigência: Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 3.016,92 (Três mil e dezesseis reais e noventa e dois centavos)

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de palett plástico para o Almoxarifado de medicamentos do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 22/05/2015.

Início da Sessão: dia 22/05/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 08 de maio de 2015.

Alessandro Vernize

Gestor do FMS

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2015 – FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2015 - FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e o CLUBE CONCORDIENSE DE XADREZ, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.575/0001-01, representado pelo seu Presidente, senhor GILMAR ROBERTO DURANTE.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do Projeto Inclusão através dos Tabuleiros, com o objetivo de oportunizar o acesso ao conhecimento deste importante jogo de raciocínio lógico, contribuindo assim com a inclusão social através dos tabuleiros, buscando minimizar a violência infantil.

VALOR: R\$ 20.765,05

PRAZO: 31 de dezembro de 2015, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 08/05/2015

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2015 – FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2015 - FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a SOCIEDADE CONCORDIENSE DE AUXILIO FRATERNAL - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, representada pelo seu Presidente, senhor GILMAR JOÃO DE BRITO.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do Projeto Aprendendo a Alimentar-se Corretamente para Viver Melhor, que objetiva conscientizar e introduzir a prática de hábitos saudáveis na alimentação das crianças, proporcionando a valorização pela alimentação correta e adequada, de forma atraente, lúdica e educativa.

VALOR: R\$ 36.054,60

PRAZO: 31 de dezembro de 2015, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 08/05/2015

### RESOLUÇÃO Nº 106/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015-FIA

RESOLUÇÃO Nº 106/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação de projetos credenciados no Edital nº1/2015 - FIA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e deliberação na reunião ordinária realizada em 07 de maio de 2015.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar os projetos credenciados no Edital nº.01/2015 - FIA, conforme:

- I - Projeto Dança e Expressão Corporal - Centro de Convivência Sementes do Amanhã;
- II - Projeto VII Escopíadas Escoteiros - Grupo Escoteiros Concórdia;
- III - Projeto Jovens Aprendizes da Cultura Gaúcha - Centro de Tradições Gaúchas Fronteira da Querência;
- IV - Projeto Formando Cidadãos e Atletas - Esporte Clube Canarinho;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ARMINDO DA SILVA

Presidente do CMDCA

**SUAS- IGD 09ª PARCELA 2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/IGDSUAS, repasse da parcela no valor de R\$ 1.541,32 (Um mil quinhentos, quarenta e um reais e trinta e dois centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 08 de maio de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****DECRETO N. 213/2015**

DECRETO Nº 213/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ANA MARIA COLOMBELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 07 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 214/2015**

DECRETO Nº 214/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. THAISE FIDELIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 07 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**PS. 003/2015 - RESULTADO FINAL - CARGO OPERADOR DE MÁQUINAS**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Alceu Mazzioni, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que transcorridos todos os prazos legais e mantidas as classificações publicadas, a Homologação do Resultado Final Para o Cargo de Operador de Máquina, referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 03/2015, destinado ao provimento de vagas para o Poder Público, em caráter temporário.

Cordilheira Alta, 08 de maio de 2015.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

**Coronel Freitas****PREFEITURA****ATA REFERENTE AO CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015, TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos cinco dias do mês de maio de Dois Mil e Quinze, às 08h30min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre em conformidade a Lei de Licitações nº 8.666 não é possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Fica, portanto, cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 05 de Maio de 2015

MARCELO J. RITTER

PRESIDENTE DA COMISSÃO

CASIANE F. CARVALHO

MEMBRO

PAULO C. STRADA

MEMBRO

FLAVIA ROLIM DE MOURA

MEMBRO

LUIS CARLOS OSS

MEMBRO

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 17/2015

Contratado: AIRTON KERBES ME

Valor total: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM NÍVEL DE ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 7019/2014, NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORONEL FREITAS.

Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93 XXVI – na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Coronel Freitas (SC) 08 de Maio de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 32/2015**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 32/2015 AO CONTRATO Nº 06/2015

Contratado: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Fica adicionada a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO inicialmente licitado do contrato nº 06/2015, o Serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos a serem coletados na Linha Simões Lopes, interior do município de Coronel Freitas/SC, com coleta de 01 (uma) vez por semana, no período matutino, nas quintas-feiras, sendo que as coletas serão realizadas em 02 (dois) pontos, um na escola e outro nas residências habitacionais do loteamento Vitória.

Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensal.

Vigência: 31/12/2015

**CÂMARA MUNICIPAL****PREGÃO PRESENCIAL 003/2015**

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Coronel Freitas

Aviso de Licitação

A Câmara Municipal de Coronel Freitas SC, através do sua Presidente, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 03/2015.

Pregão Presencial nº 03/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS.

Entrega dos Envelopes: até às 14h00min horas do dia 25/05/2015.

Abertura dos Envelopes: 14h15min horas do dia 25/05/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Rio Grande do Norte 740, Centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente (manhã das 08h00minh às 12h00minh e à tarde das 13h00minh às 17h00minh). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 33470424.

Coronel Freitas, SC, 08 de abril de 2015.

ISAURA CANDIDA PROVIN

Presidente

**Coronel Martins****PREFEITURA****ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 028/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 028/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2015 NÚMERO CONTRATO: 028/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/05/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- O objeto do presente contrato é a execução de concurso publico e processo seletivo, conforme obrigações dispostas na cláusula terceira deste contrato, tudo de conformidade com o Processo Licitação PREFE n. 013/2015, Tomada de Preços n. 003/2015 (Técnica e Preço), o qual passa a fazer parte integrante do presente contrato independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEXTA - PRAZO**

6.1 - O presente contrato terá vigência da data da sua assinatura até 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado se o interesse público assim o exigir, nos termos do art. 57 inciso II da Lei 8.666-93, observados os preceitos e condicionantes legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE**

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 00.849.426/0001-14

CONTRATADO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 032 DE CONTRATO DE 30 DE ABRIL DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 032 DE CONTRATO DE 30 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015 NÚMERO CONTRATO: 004/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/02/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O objeto do Contrato nº 004/2015, que antecedeu a este Termo Aditivo constitui a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉTRICA E MACADAME SECO NAS RUAS AIRES, GLÓRIA E CLEVELÂNDIA; COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER EXECUTADA NA CIDADE DE CORONEL MARTINS-SC, COM EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE EMPREITADA INTEGRAL.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do Contrato nº 004/2014 que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 03 de agosto de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA- Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445



TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 04.406.660/0001-28  
CONTRATADO: TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 033/2015 DE CONTRATO DE 30 DE ABRIL DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 033/2015 DE CONTRATO DE 30 DE ABRIL DE 2015.  
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO:017/2014  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/05/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais, produtos e instrumentos ambulatoriais, para o exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DO PRAZO**

O prazo de vigência do Contrato nº 017/2014, firmado em 05 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo, fica prorrogado para 05 de julho de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA-**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 12.632.841/0001-09  
CONTRATADO: ODONTOESTE LTDA ME

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 034/2015 DE CONTRATO DE 05 DE MAIO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 034/2015 DE CONTRATO DE 05 DE MAIO DE 2015.  
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO:019/2014  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/05/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O objeto do Contrato 019/2014, firmado em 19 de maio de 2014 que antecedeu a este Termo Aditivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIA. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SORRIR QUE CONSISTE NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES CARENTES E QUE NÃO TEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DO PRAZO**

O prazo de vigência do Contrato nº 019/2014, firmado em 19 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo, fica prorrogado para 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA-**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 07.315.715/0001-82  
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE PRÓTESES VITAL DENTE LTDA.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 035 DE CONTRATO DE 11 DE MAIO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 035 DE CONTRATO DE 11 DE MAIO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2014. NÚMERO CONTRATO: 014/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/03/2014

**CLÁUSULA I.- DO REAJUSTE DO VALOR MENSAL**

O valor mensal previsto no Contrato nº 014/2014, firmado em 05 de maio de 2014, cujo objeto é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente windows, fica corrigido, a partir de 01 de junho de 2015 no percentual de 3,14% tendo por base o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) passando a ser de R\$ 288,64 (duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) por mês, totalizando nesta ano de 2015 o valor total de R\$ 2.309,12 (dois mil, trezentos e nove reais e doze centavos), que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para este exercício de 2015.

**CLÁUSULA II.- DA RERRATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 86.731.494/0001-08

CONTRATADO: INFO DIGITALE

**PORTARIA Nº. 061 DE 05 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA Nº. 061 DE 05 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 17/05/2015 á 15/06/2015.

Nome	Cargo	Referência
Rudimar Campanha da Trindade	Vigia	02/06/2014 à 01/06/2015

Paragrafo único - Para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete



**Correia Pinto****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 25/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 25/2015 - PMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE JAQUETAS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço global. Abertura dos envelopes: 20/05/2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 11 de maio de 2015.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

LUCIA RAQUEL RODRIGUES ORTIZ  
Secretária Municipal de Educação

ALISSON G. R. ANTUNES  
Pregoeiro Municipal

**Corupá****PREFEITURA****ERRATA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Lei Municipal n. ° 2.178/2015

**ERRATA**

Aonde se Lê no Edital 002/2015 Artigo 3ºInciso III " residir no município de Corupá, por, no mínimo, 02 (dois) anos, a contar da data de lançamento desse Edital, comprovados mediante apresentação de comprovante de luz, água, telefone ou declaração reconhecida em cartório, com duas testemunhas";

Leia-se o texto no Edital 002/2015 Artigo 3ºInciso III"residir no município de Corupá, por, no mínimo, 02 (dois) anos, contados anteriores a data de lançamento desse Edital, comprovados mediante apresentação de comprovante de luz, água, telefone ou declaração reconhecida em cartório, com duas testemunhas".

Corupá, 05/05/2015.  
FELIPE RAFAELI RODRIGUES  
PRESIDENTE DO CMDCA

**PORTARIA Nº 3327/15**

PORTARIA Nº 3327/15

DESIGNA A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal n.º 1221/99 de 15 de julho de 1999,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Designar para comporem a Comissão Técnica para elaboração do Plano Municipal de Educação de Corupá, os servidores públicos municipais a serem relacionados:

JONEY CICERO MOROZINI;

DARCI RUTSATZ;

MARIA CELI NASCIMENTO DA COSTA;

MARLI SIMONE BESEKE BURGER;

CELITA DO NASCIMENTO PATERNO;

FERNANDO GEAN LUNELLI.

Art. 2º)- As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art. 3º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
05 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3328/15**

PORTARIA Nº 3328/15

DESIGNA A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal n.º 1221/99 de 15 de julho de 1999,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Designar a nomeação da Comissão Coordenadora para análise e aprovação do Plano Municipal de Educação de Corupá, formada pelos servidores públicos municipais:

CARIN KÜGER GESSNER;  
LANE ANNEGRET KROBOT WEIDNER;  
CRISTIANE KRAZEWSKY;  
CLARICE JUDACEFSKY;  
LÉO DOLSAN MOCZULSKI;  
MARISA KÜHL JUDACHEWSKY;  
FELIPE RAFAELI RODRIGUES;  
TADEU ARBIGAUS;  
ROSANE MARTINI BERTI;  
ANA LUCIA SIQUEIRA;  
LAIRTON HARTMANN MÜLLER;  
JIANE ELISA WINTER;  
CAROLINA NEVES DE SOUZA;  
JULIANO MILLNITZ.

Art. 2º)- As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art. 3º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
05 de maio de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3330/15**

PORTARIA Nº 3330/15

NOMEIA MEMBROS PARA AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA FINS DE LEILÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar os seguintes funcionários para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Vistoria e Avaliação com o fim especial de vistoriar e avaliar bens inservíveis destinados a Leilão:

I - FÁBIO BERTOLDI;  
II - EDMILSON JEOVANE GUMZ;  
III - LOURENÇO PIONTKIEWCZ.

Art. 2º - O exercício de membro da Comissão não será remunerado,

sendo considerado como serviço público relevante.

Art. 3º - Cabe à Comissão constituída no art. 1º desta Portaria vistoriar, organizar em lotes e avaliar os bens inservíveis.

Art. 4º - A Comissão se dissolverá com o término do processo de Leilão.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
04 de maio de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**RESOLUÇÃO 009/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Lei Municipal n.º 2.178/2015  
RESOLUÇÃO 009/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Segunda Reunião Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a inscrição para vaga de Conselheiro Tutelar referente ao Edital nº 001/2015:  
MARCELO BAIER

Art. 2º- Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 29 de Abril de 2015.  
FELIPE RAFAELLI RODRIGUES  
Presidente do CMDCA

**Curitibanos****PREFEITURA****JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2015**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2015  
REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e as empresas: ABRIL COMUNICAÇÕES SA valor R\$ 5.097,60; PANINI BRASIL LTDA valor R\$ 5.696,80.

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE REVISTAS, PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PELO PERÍODO DE UM ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL E CONFORME ART 25 INCISO I DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 08 de maio de 2015.

Diego Sebem Wordell

Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto

Membro

Márcia Dominski Penteadó

Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso I dou como aprovada.

Curitibanos, 08 de maio de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 08 de maio de 2015.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

**Dionísio Cerqueira****PREFEITURA****5391 2015 CONVOCA A 10ª CONFERÊNCIA DA SAÚDE**

DECRETO Nº. 5391/2015

CONVOCA A 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Joao Carlos Sthal, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Municipal de Saúde, e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

**DECRETA:**

Artigo 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Artigo 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, fica, convocada, a 10ª Conferência de Saúde do Município de Dionísio Cerqueira para o dia 10 de julho de 2015.

Artigo 3º - O tema central da Conferência será, "Saúde Pública de Qualidade Para Atender Bem as Pessoas" e eixo, "Direito do Povo Brasileiro"

Artigo 4º - A Conferência de Saúde será realizada no Centro de Convivência de Idosos de Dionísio Cerqueira.

Artigo 5º - A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pela comissão organizadora.

Artigo 6º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Artigo 7º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: João Carlos Stahl

Coordenador Geral: Angela de Deus

Secretaria Executiva: Ricardo Schenkel

Secretaria de Divulgação e Comunicação: Jeferson Ávila

**Relatores:**

Secretária recursos materiais: Vera Lúcia Herrmann Thies

Secretária articulação e mobilização: Laci Righi

Artigo 9º - As diversas subdivisões da referida Comissão terão as seguintes funções.

Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.

Secretário Executivo: Encaminhar as solicitações das diversas subseções, comprar material, providenciar recursos para o funcionamento destas subseções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral.

Relatores: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados a Conferência, responsável pela leitura na plenária final das diretrizes propostas pelos grupos, auxiliar elaborar o relatório final da Conferência.

Secretaria de Comunicação e Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os

palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Secretária de Recursos Materiais: Será responsável pela organização do local do evento como também responsável pelos materiais didáticos utilizados no dia da Conferência Municipal de Saúde;

Secretária articulação e mobilização: Será responsável pelo auxílio de divulgação do evento, entrega de convites;

Artigo 10º - Os delegados serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município (Conselho Municipal de Saúde), sendo indicados paritariamente nas pré-conferências os que apresentarão as entidades na Conferência Municipal.

Artigo 11º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Artigo 12º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 07 DE MAIO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

JOÃO CARLOS STAHL  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.  
Data 07/05/2015.

ARIEL DA SILVA  
Secretário Municipal

### **5393 2015 DESMEMBRAMENTO DE MARIA LOURDES ZANOTTO COLOMBO**

DECRETO Nº 5393/2015  
DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 01 DA QUADRA Nº 17, COM ÁREA DE 614,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 01 da Quadra nº. 17, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 3.707, de propriedade de Maria Lourdes Zanotto Colombo.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 01 da Quadra nº. 17, nesta cidade, com área de 614,00 m² (seiscentos e quatorze metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 17, com área de 307,00m² (trezentos e sete metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Presidente Vargas, medindo 19,20 metros;  
SUL: com Lote Urbano nº. 01 - A, medindo 19,17 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº. 02, medindo 15,97 metros;

OESTE: com a Rua Manoel Silva Dico, medindo 15,97 metros.

b) Lote Urbano nº. 01 - A (um - A) da Quadra nº. 17, com área de 307,00m² (trezentos e sete metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com Lote Urbano nº. 01, medindo 19,17 metros;

SUL: com Lote Urbano nº. 10, medindo 19,20 metros;

LESTE: com Lote Urbano nº. 02, medindo 15,33 metros;

OESTE: com a Rua Manoel Silva Dico, medindo 16,73 metros.

Art. 3º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE MAIO DE 2015.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 08/05/2015

ARIEL DA SILVA  
Secretário Municipal

### **5394 2015 DESMEMBRAMENTO DE ANTONIO DE MELO NETO E OLINDA GARCIA DE MELO**

DECRETO Nº. 5394/2015  
DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 07 DA QUADRA Nº 125, COM ÁREA DE 760,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 07 da Quadra nº. 125, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 15.635, de propriedade de Antonio de Melo Neto e Olinda Garcia de Melo

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 07 da Quadra nº. 125, nesta cidade, com área de 760,00m² (setecentos e sessenta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 125, com área de 430,00m² (quatrocentos e trinta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com a Rua Conde D'Eu, medindo 10,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 07-B, medindo 10,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 07-A, medindo 40,00 metros e com o Lote Urbano nº 07-B, medindo 3,00 metros;

OESTE: Com o Lote nº 08, medindo 43,00 metros.

b) Lote Urbano nº. 07-B (sete - B) da Quadra nº. 125, com área de 330,00m<sup>2</sup> (trezentos e trinta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 07, medindo 10,00 metros e com o Lote Urbano nº 07-A, medindo 10,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 04, medindo 20,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 06, medindo 3,00 metros e com o Lote Urbano nº 06-B, medindo 15,00 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 08, medindo 15,00 metros e com o Lote Urbano nº 07, medindo 3,00 metros.

c) Fusão dos Lotes Urbanos nº. 07-B (sete - B) com área de 330,00m<sup>2</sup> (trezentos e trinta metros quadrados) e Lote Urbano nº 06-B (seis - B), com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), ambos da Quadra nº 125, que perfaz um total de 630,00m<sup>2</sup> (seiscentos e trinta metros quadrados), passando a denominar-se Lote nº 06-B da Quadra nº 125, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 07, medindo 10,00 metros, com o Lote Urbano nº 07-A, medindo 10,00 metros e com o Lote Urbano nº 06, medindo 20,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 05, medindo 20,00 metros, e com o Lote Urbano nº 04 medindo 20,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 06, medindo 3,00 metros e com a Rua Alfredo Marchesini, medindo 15,00 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 08, medindo 15,00 metros e com o Lote Urbano nº 07 medindo 3,00 metros.

Art. 3.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário, e o Decreto Municipal nº. 5305/2014 de 27 de Novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE MAIO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 08/05/2015

ARIEL DA SILVA  
Secretário Municipal

## AVISO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que em virtude da alteração de itens fica prorrogado o prazo de abertura do PREGÃO 063/2015 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus para o Município de Dionísio Cerqueira, Ficando para Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 19/05/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 08/05/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

## CONTRATOS E ADITIVOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 042/2015.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Monteiro Antunes - Insumos Hospitalares Ltda.

Objeto Aquisição de Equipamentos para o Hospital Municipal Origem: Processo 014/2015 Modalidade: Pregão nº 014/2015. Aditivo de prazo de entrega do equipamento previsto no item 2.2 da Clausula Segunda do contrato principal.

Dionísio Cerqueira 06/05/2015

Deliziane Lemes da Silva

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 044/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: CIGA- Consórcio de Informática na Gestão Pública Objeto Prestação de serviços relativo ao diário oficial dos municípios de Santa Catarina. Origem: Processo 068/2015 Modalidade: DL nº 068/2015. Valor R\$ 5.160,00 - Vigência: 07/05/2015 à 31/12/2015

Dionísio Cerqueira 07/05/2015

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 045/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Josema Empreiteira e Mão de Obra Ltda.

Objeto Prestação de serviços relativo ao diário oficial dos municípios de Santa Catarina. Origem: Processo 064/2015 Modalidade: CV nº 064/2015. Valor R\$ 79.500,00 - Vigência: 07/05/2015 à 06/07/2015

Dionísio Cerqueira 07/05/2015

Altair Rittes

Prefeito Municipal



**RESULTADO DE LICITAÇÕES 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL Nº 068/2015 PMDC Objeto Prestação de serviços relativo ao diário oficial dos municípios de Santa Catarina celebrado entre o município de Dionísio Cerqueira e o consórcio de informática na gestão pública municipal (CIGA).. Origem: DL 068/2015 PMDC. Vencedor CIGA- Consorcio de Informatica na Gestão Público Municipal - Valor R\$ 5.160,00

Dionísio Cerqueira 07/05/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da CV Nº 064/2015 PMDC Objeto Prestação de serviços de pintura com fornecimento de materiais para pintura do ginásio municipal de esportes e escolas municipais. Origem: CV 064/2015 PMDC. Vencedor Josema Empreiteira e Mão de Obra Ltda - Valor R\$ 79.500,00

Dionísio Cerqueira 07/05/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da CV Nº 065/2015 PMDC Objeto Assinatura de jornais anual para distribuição nas escolas da rede municipal de ensino. Origem: CV 065/2015 PMDC. Vencedor Comunicações Kollemberg Ltda - Valor R\$ 4.000,00 Dionísio Cerqueira 07/05/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

**Ermo****PREFEITURA****PORTARIA Nº. 053, DE 04 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 053, de 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear PATRÍCIA TRAMONTIN GREGORINI, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DIVISÃO ESPORTE AMADOR, Nível DASU 1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de maio de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 054, DE 04 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 054, de 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANTÔNIA DE FÁTIMA REINALDI, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE SAÚDE, Nível DASU 2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de maio de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº. 055, DE 04 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 055, de 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SILVANA VOTRI FAGUNDES, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DO FUMAP, Nível DASU 1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de maio de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 056, DE 04 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 056, de 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CRISTIANE ROCHA DE SOUZA, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DIVISÃO AGRICULTURA, Nível DASU 1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de maio de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**Erval Velho****PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - EDITAL 001/2015 - ELEIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR DE ERVAL VELHO**

Publicação das Inscrições Homologadas

A Comissão Especial Eleitoral Permanente, delegada pelo CMD-CA a conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, em conformidade com o Edital 001/2015 - Eleições do Conselho Tutelar de Erval Velho publica as inscrições homologadas dos candidatos aptos a participarem da prova de conhecimento específico.

Nº Inscrição	Nome do Inscrito
01	Vanilce Traverssini Piovezan
02	Rejane Ribeiro Rodrigues
03	Cícera Aparecida Moraes
04	Kezi de Oliveira
05	Gerson Luiz Cardoso da Rocha
06	Ivanete Brunetto Camargo
07	Laura Reinaldo
08	Aline Telles Gemelli
09	Lucimara Rodrigues da Silva

Erval Velho, 08 de maio de 2015.

Adriana Canci

Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

# Forquilha

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/FMS/2015**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 16/FMS/2015;

**OBJETIVO:** Aquisição de materiais diversos para confecção de "Kit Gestante" para distribuição gratuita para os participantes do Programa SISPRENATAL, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2015.

**DATA DE ABERTURA:** Dia 26 de maio de 2015 às 09:00 horas.

**EDITAL:** Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 08 de maio de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/PMF/2015**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 81/PMF/2015.

**OBJETIVO:** A presente licitação tem por objeto a aquisição de veículo 0 km (tipo sedan), para uso do gabinete do Município de Forquilha/SC.

**DATA DE ABERTURA:** Dia 22 de maio de 2015 às 09:00 horas.

**EDITAL:** Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00, 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 08 de maio de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

### **DECRETO Nº 086, DE 30 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 087, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA PARA EXERCEREM O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza.

CONSIDERANDO que EVERALDO ENCK nomeado para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza, classificado em 33º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014 apresentou termo de desistência de sua nomeação;

CONSIDERANDO que as nomeadas em questão foram classificadas no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeadas, por concurso, LILIANE DIAS FIGUEREDO DE COSTA e SILVANA CARDOSO VIEIRA para exercerem o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA, classificadas em 34º e 35º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º As servidoras nomeadas terão o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 087, DE 30 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 087, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA PARA EXERCEREM O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza.

CONSIDERANDO que EVERALDO ENCK nomeado para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza, classificado em 33º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014 apresentou termo de desistência de sua nomeação;

CONSIDERANDO que as nomeadas em questão foram classificadas no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeadas, por concurso, LILIANE DIAS FIGUEREDO DE COSTA e SILVANA CARDOSO VIEIRA para exercerem o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA, classificadas em 34º e 35º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º As servidoras nomeadas terão o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 2.089, DE 08 DE MAIO DE 2015.**

LEI Nº 2.089, DE 08 DE MAIO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos (2015-2024), com vistas ao cumprimento na Emenda Constitucional nº 59/2009 e do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade civil e governamental, sob a Coordenação do Fórum Municipal de Educação de Forquilha, conforme Decreto nº 050/2013; subsidiado pela Secretaria Municipal de Educação de Forquilha.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação de Forquilha, foi elaborado em conformidade com o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e Lei nº 949, de 30 de abril de 2003, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Forquilha.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade com a Constituição Federal de 1988, bem como da Lei Orgânica do Município de Forquilha reger-se-á pelos princípios

da democracia e da autonomia.

Art. 5º O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município de Forquilha, com suas respectivas metas e estratégias, conforme documento anexo.

Art. 6º Compete ao Fórum Municipal de Educação de Forquilha e o Conselho Municipal de Educação realizarem o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e, de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de maio de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.089, DE 08 DE MAIO DE 2015.

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME**

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das crianças de até 3 (três), com prazo final de vigência do PME.

**Estratégias:**

1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas e privadas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) realizar, periodicamente, em regime de colaboração (Secretaria de Saúde e Ação Social), levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento necessário;

1.3) manter as normas e procedimentos de consulta pública da demanda manifesta das famílias por creches;

1.4) manter, viabilizar e ampliar em regime de colaboração União, o Estado e o Município, o programa nacional de construção e reestruturação de escolas, respeitando as normas de acessibilidade, bem como a ampliação do programa nacional de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.5) implementar, a avaliação da educação infantil pública e privada, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.6) ampliar a oferta de matrículas gratuitas em instituições de ensino, certificadas como entidades conveniadas beneficentes de assistência social na área de educação, no atendimento de crianças de educação infantil, bem como a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.7) incentivar e promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo progressivamente o atendimento por profissionais com formação superior;

1.8) estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de

modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais;

1.9) fomentar o atendimento das populações do campo (4 a 5 anos) e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, de forma a atender às especificidades dessas comunidades;

1.10) proporcionar o aumento no número de atendimento educacional especializado em caráter complementar e suplementar as crianças da educação infantil com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial, em regimento de colaboração com a União, Estado e o Município nessa etapa da educação básica;

1.11) incentivar e promover programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.12) preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.13) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.14) promover a busca ativa de crianças em idade de 4 a 5 anos correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.15) o Município, com a colaboração da União e do Estado, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.16) organizar o acesso em tempo integral para as crianças de educação infantil, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais, atendendo a Lei n.12.796 de 4 de abril de 2013 Art.4 - I.;

1.17) atender as crianças da educação infantil, respeitando as normas de segurança, em espaços adequados e adaptados para tal.

**Meta 2:** universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PME.

#### Estratégias:

2.1) o Município de Forquilha em articulação e colaboração com o Ministério da Educação e o Estado deverá, até o final do 4º(quarto) ano de vigência deste PME, elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, precedida de consulta pública municipal, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental;

2.2) estabelecer cooperação entre União, Estado e Município, no âmbito da instância de que trata a Lei nacional nº 13005, de 25 de junho de 2014 no § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.3) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;

2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso,

da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) monitorar e acompanhar a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

2.7) democratizar nas redes de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.8) desenvolver ações e promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.9) mobilizar e incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.10) prever a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas nas próprias comunidades;

2.11) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.12) incentivar e oferecer atividades extracurriculares, como estímulos às habilidades dos alunos, inclusive mediante certames e concursos;

2.13) promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, garantindo estrutura física e recursos para que seja possível a disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

**Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90%.

#### Estratégias:

3.1) aderir ao programa nacional de renovação do ensino médio, com objetivo de qualificar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a renovação e manutenção das bibliotecas, com equipamentos, tecnologias educacionais atualizadas, espaços, acervos bibliográficos e profissionais, para a formação de leitores e mediadores, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem; profissionais devidamente capacitados; materiais e infraestrutura necessários à boa aprendizagem dos/das estudantes;

3.2) mediar juntamente com Ministério da Educação, consulta pública, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização destes níveis de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;

3.3) cumprir com a Lei 13005 de 25 de junho de 2014 no §5º do art. 7º desta lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;



3.4) adequar fisicamente as escolas e seus espaços culturais e esportivos, juntamente com a secretaria municipal e estadual de educação, subsidiando as diversas manifestações culturais e práticas desportivas, integrada ao currículo escolar;

3.5) adequar e ampliar os programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, criando ambientes de aprendizagem, na qual se desenvolvam todas as linguagens de forma diferenciada, a fim de reposicionar o aluno com rendimento escolar defasado no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.6) apoiar a universalização do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, como matriz de referência e comparabilidade de resultados, a fim de melhorar o aproveitamento dos alunos do Ensino Médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e outros sistemas de avaliação que venham a ser implantados nos Estados, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades dentro e fora da escola e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.7) fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.8) fortalecer o monitoramento do acesso e permanência, aprendizagem e conclusão escolar dos jovens trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.9) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.10) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.11) garantir a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);

3.12) promover constantes capacitações de profissionais visando a oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.14) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas, científicas, humanas e artísticas;

3.15) incentivar a expansão do estágio para estudante do ensino médio profissionalizante ou regular, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) informar os dados para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, referente as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar, com acompanhamento especializado e profissionais de apoio, à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3) implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo indígenas e de comunidades quilombolas;

4.4) desenvolver a política de inclusão, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica;

4.5) incentivar a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7) fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, segundo as diversas abordagens metodológicas;

4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10) estabelecer parcerias com outras instituições de Ensino Superior e outros órgãos, para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições

de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; 4.11) utilizar o resultado das pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas do AEE (Atendimento Especializado Escolar);

4.12) manter e ampliar espaços com articulação inter setorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, que venha desenvolver as habilidades específicas de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13) ampliar as equipes de profissionais especializados para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos e professores bilíngues;

4.14) manter os dados atualizados juntamente aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;

4.15) incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.16) manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral, a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17) manter e ampliar, parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

**Meta 5:** alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.

**Estratégias:**

5.1) estruturar e documentar na Proposta Curricular de cada rede de ensino os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) participar dos processos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3) divulgar e oferecer tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas

pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos; 5.4) garantir o uso de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo e das populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

**Estratégias:**

6.1) ampliar gradativamente com o apoio da União o programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, e com possibilidade de ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2) ampliar gradativamente, em regime de colaboração União, o Estado e o Município, o programa nacional de construção e reestruturação de escolas, respeitando as normas de acessibilidade, bem como a ampliação do programa nacional de aquisição de equipamentos e mobiliários adequados para atendimento em tempo integral de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas;

6.3) em regime de colaboração com a União, através do programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios ciências e artes, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinemas;

6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7) atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades



locais;

6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas por meio de recursos da União;

6.9) adotar e planejar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Meta 7: estimular a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir, manter e elevar as médias municipais para o IDEB.

Estratégias:

7.1) estabelecer e implantar mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2) assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) estabelecer um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4) realizar processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5) estabelecer, formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6) monitorar a prestação de assistência técnica financeira, enquanto recurso federal repassado diretamente às escolas com IDEB abaixo da média nacional;

7.7) incentivar as escolas para a utilização dos instrumentos de avaliação em larga escala, visando a qualidade da educação básica e a utilização dos resultados, para melhoria dos processos e práticas pedagógicas;

7.8) desenvolver indicadores específicos, de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.9) estabelecer critérios que propiciem condições de atingir,

manter e elevar as metas do IDEB de cada escola, diminuindo a diferença entre os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade as diferenças das redes de ensino, até o último ano de vigência deste PME;

7.10) divulgar e socializar bianualmente os resultados pedagógicos dos Indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.11) promover sistematicamente a melhoria no desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA;

7.12) oportunizar o uso de tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.13) dar continuidade ao programa de transporte escolar, garantindo a gratuidade para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.14) oferecer o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.15) fiscalizar o apoio técnico e financeiro a gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.16) aderir e implementar programas que aprofundem as ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.17) manter e proporcionar a todas as escolas públicas de educação básica as condições básicas de infraestrutura, garantindo o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada prédio escolar, garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.18) acompanhar e monitorar a institucionalização e manutenção do programa nacional de reestruturação e aquisição de bens e serviços para as escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.19) disponibilizar equipamentos e recursos tecnológicos digitais para inovação das práticas pedagógicas na educação básica, como ferramenta a somar ao processo de ensino e aprendizagem, criando, inclusive, mecanismos para implementação e manutenção necessária para o acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.20) monitorar e utilizar como referência os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços de educação básica, divulgados pelo MEC em relação a infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.21) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas, propondo um trabalho em rede em que se possa socializar dados

pertinentes ao processo, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

7.22) garantir políticas de combate e monitoramento à violência na escola, mobilizando a comunidade escolar, inclusive por meio do desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.23) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, incentivando projetos de combate à violência na escola, de construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar que assegure os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.24) garantir por meio da Proposta Curricular e no PPP, o currículo escolar bem como os conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira, implementando ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.25) consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

7.26) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

7.27) mobilizar e discutir junto as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.28) assegurar processos de articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.29) desenvolver políticas públicas e a parceria entre os órgãos responsáveis pelas áreas de saúde e educação e meio ambiente, o atendimento aos estudantes da rede de educação básica, promovendo a prevenção, promoção e melhoria na qualidade de vida dos alunos;

7.30) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.31) aderir aos sistemas nacional e estadual de avaliação da educação básica para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.32) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores, a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade em geral para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.33) aderir ao Programa Nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória municipal, estadual e nacional;

7.34) acompanhar a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.35) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste PME, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

8.1) desenvolver programas e tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) implementar programas de educação de jovens e adultos realizando um trabalho de conscientização nas empresas e na comunidade, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) fomentar acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

8.5) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6) participar na busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) realizar diagnóstico junto a população imigrante dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) participar dos benefícios adicionais no programa nacional de

transferência de renda, concedido por mérito (frequência e rendimento escolar) para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

9.5) promover chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.6) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde e ação social;

9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, ampliando a formação dos professores em espaços de privação de liberdade, antes do professor começar a lecionar, nas etapas de ensino fundamental e médio, com as pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.9) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação do EJA que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.10) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas fazendo a intermediação das ações de alfabetização entre município e sociedade visando a oferta mais efetiva das vagas do EJA;

9.11) aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistidas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.12) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

#### Estratégias:

10.1) manter e ampliar programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e médio à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso

à educação do EJA articulada à educação profissional em parceria com entidades filantrópicas, comerciais e industriais;

10.5) aderir a implantação do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.7) incentivar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) apoiar a formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação do EJA em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) aderir programa de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) implementar, ampliar e manter mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial, continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

Meta 11: aumentar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

#### Estratégias:

11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, considerando as especificidades do mercado no município;

11.3) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) criar instrumentos de avaliação aliados teoria/prática, assegurando a qualidade do curso e do profissional;

11.6) apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7) incentivar através de divulgação a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;

11.8) institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da



educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.9) expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10) expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.11) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação, profissional, científica e tecnológica;

11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.13) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.14) estruturar sistema municipal de informação profissional, articulado a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e as consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

Meta 12: incentivar a elevação da matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

#### Estratégias:

12.2) requerer a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

12.3) estimular junto as universidades a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, oferecendo vagas em todas as áreas do conhecimento, principalmente nas áreas da ciência e matemática atendendo o déficit de profissionais;

12.4) requerer parcelas nas políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.5) incentivar programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.6) ampliar, através de parcerias, a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.7) viabilizar a ampliação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.8) assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.9) apoiar a ampliação de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e

mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município em relação ao País;

12.10) aderir aos programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.11) contribuir com a expansão do atendimento específico a populações do campo, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades itinerantes e afros descendentes em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;

12.12) monitorar o mapeamento para oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;

12.13) apoiar a consolidação dos processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.14) participar da mobilização coletiva para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.15) estimular a expansão e reestruturação das instituições de educação superior federal, estadual e comunitária cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica;

12.16) manter e ampliar o auxílio financeiro aos acadêmicos do ensino superior, conforme Lei nº 785, de 18 de outubro de 2001.

Meta 13: elevar a qualidade da Educação Superior no Município.

#### Estratégias:

13.1) colaborar com as ações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

13.2) incentivar a participação dos alunos universitários no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes);

13.3) acompanhar e contribuir com a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.4) colaborar com a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional.

Meta 14: motivar para elevação do número de matrículas na pós graduação stricto sensu.

#### Estratégias:

14.1) participar e incentivar, o financiamento da pós-graduação

stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento e promover em regime de colaboração com os entes federados, plano de incentivo à participação de professores(as) nos cursos de pós-graduação stricto sensu na área da Educação;

14.2) monitorar a expansão do financiamento estudantil por meio do FIES à pós-graduação stricto sensu;

14.3) estimular a participação das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas em programas de mestrado e doutorado, visando a redução das desigualdades étnico raciais e regionais;

14.4) acompanhar a manutenção e expansão do acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.5) estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;

14.6) incentivar a participação dos estudantes, nos projetos de pesquisa científica e de inovação a fim de promover a formação de recursos humanos que valorize a biodiversidade regional e municipal bem como recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca.

**Meta 15:** garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, até o final de vigência deste PME, a formação específica em nível superior para todos os professores da educação básica e que participem de formação continuada em sua área de atuação considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### Estratégias:

15.1) atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação continuada de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes no Estado e Municípios vizinhos, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2) apoiar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

15.3) incentivar a criação de novos programas permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.4) incentivar a ampliação da plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.5) desenvolver programas de formação continuada aos professores sobre gênero, diversidade, orientação sexual para a promoção dos direitos sociais, bem como formação daqueles que atuam na escola do campo, em comunidades indígenas, quilombolas e para educação especial;

15.6) colaborar com as instituições de nível superior, na reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica;

15.7) valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.8) incentivar a formação específica superior para os docentes não habilitados;

15.9) apoiar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.10) apoiar a implementação de políticas de formações continuadas para os profissionais da educação de outros segmentos que não são os do magistério;

15.11) possibilitar a participação em programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

15.12) participar no desenvolvimento de modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes;

15.13) ampliar o uso das tecnologias e conteúdo multimidiáticos através de formação continuada aos professores;

15.14) aderir ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

15.15) incentivar o uso de portais eletrônicos para subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

15.16) apoiar a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

**Meta 16:** incentivar a participação, em nível de pós-graduação, 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### Estratégias:

16.1) participar do planejamento estratégico, em regime de colaboração, para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas, privadas e comunitárias de educação superior, articulada às políticas de formação da União, do Estado e dos Municípios vizinhos;

16.2) consolidar política municipal e aderir a nacional, visando à formação em pós-graduação de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.3) ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica.

**Meta 17:** valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME, bem como assegurar a atualização do Plano de Carreira e reestruturação, tendo como referência o piso salarial nacional definido em lei federal nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

#### Estratégias:

17.1) acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional dos profissionais do magistério através do Fórum

permanente com representações do estado e município;

17.2) constituir como tarefa do Fórum permanente, o acompanhamento e divulgação da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

17.3) reavaliar e atualizar o Plano de carreira do Magistério observando os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008;

17.4) requerer a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional;

17.5) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

17.6) implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

17.7) aderir, caso o MEC implante, a prova nacional para realização de concurso público de admissão dos professores do magistério da educação básica pública de acordo com as necessidades do município;

17.8) manter nos planos de carreira dos profissionais de educação, incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós - graduação stricto sensu;

17.9) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

17.10) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

17.11) otimizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação a fim de manter e melhorar os planos de Carreira para os (as) profissionais da educação;

Meta 18: assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto.

#### Estratégias:

18.1) utilizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para regulamentação da matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

18.2) ampliar e participar dos programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, do conselho municipal e de outros, aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

18.3) fortalecer no âmbito do Município a constituir Fórum Permanente de Educação e Conselho de Educação, com o intuito de

coordenar as conferências municipais e acompanhar a execução do seu plano de educação;

18.4) implantar grêmios estudantis e o fortalecimento das associações de pais assegurando espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares;

18.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento;

18.6) participar da consulta dos profissionais da educação, alunos (as) e pais na formulação dos Projetos Político-Pedagógicos, currículos escolares, respeitando o currículo base da rede, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

18.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino respeitando a legislação vigente;

18.8) aderir ao programas de formação de diretores e gestores escolares e utilizar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos.

Meta 19: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do país no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio e que, até o final do decênio.

#### Estratégias:

19.1) participar do esforço coletivo fiscal de cada ente federado, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1o do art. 75 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 visando a elevação dos padrões de qualidade nacional para todos os níveis, etapas e modalidades da educação pública municipal, destinando recursos para atender prioritariamente a demanda da educação infantil e ensino fundamental;

19.2) aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

19.3) aplicar à manutenção e desenvolvimento do ensino para garantir a destinação correta dos recursos, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

19.4) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, Secretaria de Educação, do Estado e os Tribunais de Contas da União, do Estado e do Município;

19.5) acompanhar os estudos realizados por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;

19.6) acompanhar a mobilização da sociedade para que no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, seja implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;



19.7)acompanhar e fiscalizar a implementação do Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

19.8) acompanhar a definição do CAQ no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

19.9) acompanhar a regulamentação do parágrafo único do art.23 e o art.211 da Constituição federal, no prazo de 2(dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, Estado e Município, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais;

19.10) fiscalizar que a União na forma da lei, realize a complementação de recursos financeiros ao Estado e Município caso não atinja o valor do CAQi e posteriormente do CAQ;

19.11) acompanhar e participar da elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, no prazo de 1 (um) ano, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os agentes da educação e com a comunidade educacional, sendo agentes de implantação;

19.12)) acompanhar a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5o do art. 7o do PNE,

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0061\_2015-PMF RP 0042

Aviso do Pregão Presencial nº 0061/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0042/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de tintas para pintura de paredes de alvenaria, forros, beirais, portas, janelas, cercas, pisos e grades, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FME e FMS), durante os meses de maio a agosto de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: maio a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 20.05.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 08 de maio de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF58\_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF58

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO ☐ESTÁDIO MACIEIRÃO EDIR PRESTES VALIN<sup>□</sup>, COMPREENDENDO O PADRÃO ELÉTRICO DE ENERGIA, ILUMINAÇÃO E SISTEMA DE PARA RAIOS, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM OS MEMORIAIS E PROJETOS (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 179.165,27 (CENTO E SETENTA E NOVE MIL, CENTO E SESSENTA E CINCO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 08.05.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 08.05.2015 A 30.11.2015. PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0060/2015 - PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2015. RECURSOS: 01.9801 - RECURSOS FEDERAIS, CONVÊNIO Nº 1012398-24/2013, CELEBRADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DOS ESPORTES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DE CONTRAPARTIDA RECURSOS PRÓPRIOS 1.0800 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME.

FRAIBURGO (SC), 08 DE MAIO DE 2015

IVO BIAZZOLO

PREFEITO

**EXTRATO EDITAL ACT Nº 0002/2015 - FARMACEUTICO**

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai  
Fone: (49) 3246-0160 - Fax: (49) 3246-1868  
CNPJ: 06.017.932/0001-23  
Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.  
EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0002 DE 8 DE MAIO DE 2015.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de FARMACEUTICO-BIOQUÍMICO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 12 de maio de 2015 a 9 de junho de 2015, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 8 de maio de 2015.

Elói Regalin  
Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1114/2015**

PORTARIA Nº 1114, DE 08 DE MAIO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANILDES PIRES RIBEIRO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 601.276.199-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de maio de 2015 até 10 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1115/2015**

PORTARIA Nº 1115, DE 08 DE MAIO DE 2015.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de LAÍS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 048.223.549-70, contratada em caráter temporário na função de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1116/2015**

PORTARIA Nº 1116, DE 08 DE MAIO DE 2015.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor MATHEUS SOARES FRANÇA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 086.272.459-75, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1117/2015**

PORTARIA Nº 1117, DE 08 DE MAIO DE 2015.  
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo CT15PMF58, Processo Administrativo Licitatório nº 0060/2015, Tomada de Preços nº 0005/2015, cujo objeto é a contratação de

empresa do ramo para execução dos serviços de revitalização das instalações elétricas do Estádio Macieirão Edir Prestes Valin, compreendendo o padrão elétrico de energia, iluminação e sistema de para raios, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXO AO PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo (SC), 08 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## RECURSOS FEDERAIS 08.05.2015

### NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
08.05.2015	FNS	MAC	95.000,05
08.05.2015	FNS	CAPS	28.305,00
08.05.2015	FNS	MAC	7.500,00
08.05.2015	FNS	PMAQ	43.900,00
08.05.2015	FNS	PAB	75.391,33

Secretaria de Finanças

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 2015

Dispõe sobre aprovação da Prestação de contas dos Recursos Federais de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovação da Prestação de Contas dos Recursos Federais do ano de 2014,

Art. 2º Que os recursos foram destinados a Proteção Básica - CRAS Centro de Referência de Assistência Social, Grupo de convivência para crianças de 0 a 17 anos - Fortalecimento, Pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, serviços de Média complexidade através do CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social e serviço de alta complexidade.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 14 de abril de 2015

Dayane Aparecida Rumpel Dalagnol

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## Frei Rogério

### PREFEITURA

## LEI MUNICIPAL Nº 820/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO RENOVAR SUA PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EFETIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO-COINCO.

LEI MUNICIPAL Nº 820/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO RENOVAR SUA PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EFETIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO-COINCO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a renovar sua participação como membro efetivo do Consórcio Intermunicipal Contestado, associação de caráter público, que tem por objetivo pugnar pela solução dos problemas relacionados com os resíduos sólidos e outros que degradam o meio ambiente, além das formas de educação sócio-ambiental para uma eficaz e verdadeira preservação do meio ambiente, visando um desenvolvimento sustentável, em atendimento às prerrogativas legais emanadas pelo art. 225 da Constituição Federal do Brasil.

Art.2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas e consignadas no orçamento em vigor de cada Município, ficando mantidas as demais disposições inseridas no Estatuto do "Consórcio Intermunicipal do Contestado" - COINCO e ANEXO I.

Art.3º - Esta lei entrará em vigor data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Frei Rogério, 08 de maio de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL Nº 819/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A "ASSOCIAÇÃO FREI ROGÉRIO USUÁRIOS DA ÁGUA - AFRUA" E "ASSOCIAÇÃO CONSUMIDORES DE ÁGUA DO NÚCLEO TRITÍCULA - ACANT".

LEI MUNICIPAL Nº 819/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A "ASSOCIAÇÃO FREI ROGÉRIO USUÁRIOS DA ÁGUA - AFRUA" E "ASSOCIAÇÃO CONSUMIDORES DE ÁGUA DO NÚCLEO TRITÍCULA - ACANT", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a "Associação Frei Rogério Usuários da Água - AFRUA", inscrita no CNPJ 05.636.316/0001-98 e "Associação Consumidores de Água do Núcleo Tritícola - ACANT", inscrita no CNPJ 07.152.198/0001-98, para a manutenção dos serviços de coleta, fiscalização e distribuição de água aos munícipes de Frei Rogério, residentes nas áreas urbanas do município, bem como, da localidade do Núcleo Tritícola.

Art. 2º. O valor total a ser repassado para cada Associação será de até R\$6.000,00 (seis mil) reais, que serão pagos em oito parcelas mensais de R\$ 750,00 (setessentos e cinquenta) reais cada, entre os meses de maio e dezembro de 2015, depositados em contas bancárias por elas fornecidas.

Art. 3º. Os recursos decorrentes da presente Lei serão utilizados para consecução dos objetivos sociais e estatutários da Associação, bem como, no pagamento de despesas de manutenção das entidades.

Art. 4º. Até sessenta dias após o efetivo repasse do recurso, as referidas Associações deverão prestar contas ao Município de Frei Rogério, relativamente aos gastos efetuados, mediante notas e recibos, sob pena do imediato cancelamento dos repasses subsequentes.

§1º. Caso a entidade não preste contas de determinada parcela de recursos, no prazo estabelecido no caput, ficarão automaticamente suspensas quaisquer outras liberações de recursos.

Art. 5º. O Convênio terá início após a publicação da presente Lei e término em até 31 de dezembro de 2015.

Art. 6º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 7º. Fica fazendo parte integrante da presente lei, a minuta constante do anexo I do convenio.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 08 de maio de 2015.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### CONVÊNIO Nº ...../2015 DE 08 DE MAIO DE 2015.

Termo de convênio que entre si celebram o Município de Frei Rogério, e as associações "Frei Rogério Usuários da Água - AFRUA" e "Consumidores de Água do Núcleo Tritícola - ACANT", visando repasse financeiro para realização de inspeção, coleta e distribuição de água aos usuários residentes na sede do Município e na localidade do Núcleo Tritícola.

Aos 28 dias do mês de abril de 2015, o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, doravante denominado Município, situado à Rua Adolfo Soletti nº 750, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Exmo. Senhor OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal e as Associações, AFRUA situada a Rua Adolfo Soletti , centro, Frei Rogério/SC, inscrita no CNPJ sob nº 05.636.316/0001-98, representada neste ato por seu Presidente José Batista Alberton, e ACANT situada no distrito do Núcleo Tritícola, Frei Rogério/SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.152.198/0001-781, representada neste ato por seu Presidente Rodrigo da Silva Ribeiro, doravante denominadas - ASSOCIAÇÕES, de conformidade com seus estatuto social e atas de eleição de diretoria, resolvem por mútuo acordo, celebrar o presente termo de convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a ajuda e colaboração para a manutenção do serviço de coleta, análise e tratamento da água pelas associações aos munícipes de Frei Rogério a elas associados, em conformidade com a Lei Municipal nº ..../2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

#### a) - ÀS ASSOCIAÇÕES:

I - Manutenção dos serviços de abastecimento de água potável nas áreas urbanas do município de Frei Rogério, compreendendo a captação, adução, reservação, análise de controle de qualidade para adequação a portaria 518 do Ministério da Saúde, e distribuição da água potável.

II - Efetuar a prestação de Contas, até o quinto dia útil de cada mês dos gastos efetuados, mediante notas e/ou recibos, sob pena do imediato cancelamento dos repasses subsequentes.

#### b) - AO MUNICÍPIO:

I. Disponibilizar, mensalmente, a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada associação acima designada;

II. Depositar a importância prevista no inciso I, até o dia quinze de cada mês, em conta bancária aberta e fornecida pelas associações;

III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio;

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e os representantes que forem designados pelos estatutos sociais das Associações.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser cancelado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica do Município, nos termos da Lei.

Frei Rogério - SC, 08 de maio de 2015.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

JOSÉ BATISTA ALBERTON  
Presidente da Associação Frei Rogério Usuários da Água

RODRIGO DA SILVA RIBEIRO  
Presidente da Associação dos Consumidores de Água do Núcleo Tritícola

Testemunhas:



# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2015 - 102 A 109

DECRETO Nº 102/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pelo servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência a servidora IVONETE CARVALHO, ocupante do cargo de agente de copa e limpeza, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, com início no dia 04 de maio de 2015 e término previsto para o dia 03 de agosto de 2015, referente o período aquisitivo compreendido entre 01/02/2010 à 31/01/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de abril de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 103/2015

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional especial DECORRENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 815/2015, de 22/04/2015, resolve e,

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2015 do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, junto ao Fundo Municipal da Saúde, crédito adicional especial decorrente de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), na seguinte programação:

10.01 Fundo Municipal da Saúde			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.031	Man. Bloco Assistência Farmacêutica	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	01.0038	24.000,00
Total			24.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito especial citado no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do exercício 2014, Fonte de Recursos 01.0038, Receita 417213306 junto ao Fundo Municipal da Saúde, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Galvão-SC, 23 de abril de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 104/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut. Das Ativ. Da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.02	40.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito especificado no Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações na seguinte programação de despesas.

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut. Das Ativ. Da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.02	24.000,00
3393000000	Aplicações Diretas	01.02	6.000,00
4490000000	Aplicações Diretas	01.02	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de abril de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 105/2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VACÂNCIA POR MOTIVO DE NOMEAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, (Art. 22, §7) e (Art. 33, I);

Considerando que o servidor abaixo identificado restou aprovado

junto ao Edital de Concurso Público nº 0001/2014, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedida vacância pelo período de 03 (três) anos (até o cumprimento de estágio probatório relativo a outro cargo), por motivo de nomeação em Concurso Público, com início no dia 04 de maio de 2015 e término previsto para o dia 03 de maio de 2018, ao servidor público municipal abaixo identificado:

SERVIDOR (A)	CARGO
Nadir Lucia Toso Marinello	Auxiliar Administrativo

Art. 2º. Fica determinado que não haverá o pagamento das verbas rescisórias no ato de início da vacância, sendo que o mesmo será efetuado conforme o período aquisitivo em aberto do cargo de Auxiliar Administrativo juntamente com o período do novo cargo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de maio de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 106/2015

CONCEDE LICENÇA AUXILIO MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005, resolve e;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido licença auxílio maternidade, para a servidora Naldiane Borella, ocupante do cargo de Professor, pelo período de 150 dias, com efeitos a partir do dia 24 de abril de 2015 e término previsto para o dia 20 de setembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de maio de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 107/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando a licença maternidade concedida para a servidora Naldiane Borella, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica prorrogado o contrato da senhora Nilse Aparecida Cazarin, contratada para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação fundamental, pelo período de 150 dias, com efeitos a partir do dia 24 de abril de 2015 e término previsto para o dia 20

de setembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de maio de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 108/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a senhora Fernanda da Rocha, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de ensino infantil, com início no dia 06 de maio de 2015 e término previsto para o dia 27 de junho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de maio de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 109/2015

CONCEDE LICENÇA AUXILIO MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005, resolve e;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido licença auxílio maternidade, para a servidora Andreia Maria Spricigo Levinski, ocupante do cargo de Secretária Educacional, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de 150 dias, com efeitos a partir do dia 15 de abril de 2015 e término previsto para o dia 11 de setembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de maio de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração



# Garopaba

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2015

Considerando, a municipalização da gestão dos serviços de iluminação pública;

Considerando que a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura necessita, com urgência, de profissionais especializados para garantir a manutenção dos serviços de iluminação pública;

Considerando, que é exigência legal a existência no quadro de engenheiro eletricista, para supervisão, coordenação e orientação técnica de atividades referentes à transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica com ênfase na iluminação pública;

Considerando que os serviços de iluminação pública do Município são contínuos e não podem ser interrompidos em prol do bem-estar e segurança pública da população;

Considerando que o Município não possui em seu quadro funcional, profissional com tal qualificação;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 11/05/2015 à 22/05/2015, das 13

2.2. h às 17h, na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, situado na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.3. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

ENGENHEIRO ELETRICISTA	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Santa Catarina (CREA/SC) Diploma, Engenharia Elétrica com ênfase em Eletrotécnica, devidamente registrado no MEC. Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
Eletrecista	Carteira de Identidade; Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário. Certificado de conclusão do ensino fundamental, devidamente registrado no MEC; Certificado de conclusão de curso técnico em redes elétricas de acordo com a NBR10; Comprovante de experiência mínima de dois anos em redes de concessionárias de abastecimento de energia ao consumidor final.

#### 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
ENGENHEIRO ELETRECISTA	Habilitação profissional: Portador do diploma de curso superior em Engenharia Elétrica com ênfase em Eletrotécnica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Santa Catarina (CREA/SC) e registro profissional no órgão representativo de sua categoria. Atribuições: Supervisão, coordenação e orientação técnica de atividades referentes à transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica com ênfase na iluminação pública; equipamentos, materiais e máquinas elétricas e de medição e controles elétricos elaborar estudos planejamentos e projetos de instalações elétricas e de iluminação pública, realizar estudo de viabilidade técnico-econômica para instalações novas e reformas, realizar vistorias e elaborar laudos e pareceres técnicos concernentes a instalações elétricas e iluminação pública, executar e fiscalizar obras e serviços técnicos relativos a montagem e reparo de instalações elétricas e iluminação pública, planejar sistemas elétricos, operar supervisionar e controlar sistemas elétricos de potência, sistemas de medição, proteção e controle elétricos, conduzir equipes de instalação, montagem operação, reparo ou manutenção, interpretação da legislação e das normas técnicas de saúde e segurança do trabalho, qualidade e ambientais e iluminação pública, melhoria contínua da qualidade, introdução de novas tecnologias e intercambio com outros setores, executar outras tarefas correlatas, inclusive as constantes do regulamento de sua profissão.	40 horas	R\$ 1.788,57	01
ELETRICISTA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Idade mínima de 21 anos; Instrução: Ensino Fundamental Completo; curso técnico em redes elétricas de acordo com a NBR10, experiência mínima de dois anos em redes de concessionárias de abastecimento de energia ao consumidor final. ATRIBUIÇÕES: executar serviços atinentes aos sistemas de iluminação pública e redes elétricas, instalação e reparos de circuitos de aparelhos elétricos e de som; instalar, inspecionar e reparar instalações elétricas, interna e externa, luminárias e demais equipamentos de iluminação pública, cabos de transmissão, inclusive os de alta tensão; consertar aparelhos elétricos em geral; operar com equipamentos de som, planejar, instalar e retirar alto-falantes e microfones; proceder a conservação de aparelhagem eletrônica, realizando pequenos consertos; reparar e regular relógios elétricos, inclusive de controle de ponto; fazer enrolamentos de bobinas; desmontar, ajustar, limpar e montar geradores, motores elétricos, dínamos, alternadores, motores de partida, etc.; reparar buzinas, interruptores, reles, reguladores de tensão, instrumentos de painel e acumuladores; executar a bobinagem de motores; fazer e consertar instalações elétricas em veículos automotores; executar e conservar redes de iluminação dos próprios municipais e de sinalização; providenciar o suprimento de materiais e peças necessárias a execução dos serviços; executar tarefas afins. Atividade especial sujeita a uso de uniforme e equipamento de proteção individual.	40 horas	R\$ 1.704,94	03

#### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

##### 4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. A qualquer tempo os candidatos poderão ser convocados para entrevista estruturada visando dirimir dúvidas da comissão de avaliação.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

#### 5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho da função.

#### 6. DO DESEMPATE:

6.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

#### 7. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

7.1. Os (as) candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

7.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

7.3. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. Classificação no processo seletivo simplificado;

b. Idade mínima de 21 (vinte e um) anos completados até a data da contratação;

c. Cédula de Identidade;

d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);  
 g. Carteira de Trabalho;  
 h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;  
 i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;  
 j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;  
 k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;  
 l. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);  
 m. Comprovante de residência;  
 n. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;  
 o. Uma foto 3X4, de frente e recente;  
 p. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;  
 q. Declaração de bens;  
 r. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

#### 8. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

8.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado;
- por conveniência e oportunidade do serviço público;
- pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

#### 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

##### 9.1. DOS RECURSOS

9.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

9.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
- Cargo a que concorre;
- Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- Identificação do candidato.

9.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

9.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

9.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

9.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

9.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 08 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### ANEXO I

##### AVALIAÇÃO

##### CARGO: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (cada 2 anos)	6 pontos
Curso de Pós-Graduação na área objeto para a qual está concorrendo, acompanhado do histórico escolar do curso.	2 ponto	2 ponto
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	0,5 ponto (por curso)	1 ponto
Curso de Mestrado	1 ponto	1 ponto
Pontuação Máxima		10 pontos

##### CARGO: ELETRICISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	7 pontos
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	1 ponto (por curso)	3 ponto
Pontuação Máxima		10 pontos

#### ANEXO II

##### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

##### PREFEITURA DE GAROPABA

##### PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

##### EDITAL N. 009/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº04 AO CONTRATO Nº 004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº 004/2013; Processo nº. 005/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: POUSSA BASFAK PRAIA LTDA - ME; CNPJ: 04.202.472/0001-88; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 60 dias, que vigorará de 01/05/2015 até 01/07/2015; Data da Assinatura: 30/04/2015.

**HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2015**

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2015

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 008/2015, para o seguinte cargo:

CARGO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA

POSIÇÃO NOME CANDIDATO

001 Hudson Pires Teixeira

002 José Gustavo de Azevedo Misurelli

Garopaba, 08 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 11/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Garuva****PREFEITURA****ALTERAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015**  
ALTERAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015

Considerando o Edital de Convocação para Audiência Pública nº 002/2015 de 04 de maio de 2015, publicado no DOM/SC no dia 05 de maio de 2015.

Considerando a indisponibilidade do corpo técnico da Prefeitura Municipal em estar presente do dia 19 de maio de 2015, para fins de discussão das diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016.

Faz-se a alteração para o CHAMAMENTO para a audiência pública que será realizada no Plenário da Câmara Municipal, às 15h do dia 21/05/2015, para fins de discussão das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

CONVIDAMOS a população em geral, os representantes de entidades governamentais, não governamentais, setoriais, comunitárias e outras devidamente constituídas, para exercer seu direito de opinar sobre esse assunto e participar do debate.

A íntegra da apresentação do projeto de lei estará disponível para a partir do dia 18/05/2015 no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 08 de maio de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO PMG Nº 017/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE SUSPENSÃO

Processo Licitatório PMG nº017/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de televisores, computadores, estabilizadores e nobreaks, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Devido a erros nos descritivos dos equipamentos a serem adquiridos, fica suspensa a referida abertura do processo, e será publicado edital alterado, com nova data de abertura.

GARUVA, 08 de maio de 2015.

IVANDRO SÉRGIO LOPES

Pregoeiro do Município

**CONVENIO Nº 03/2015**

Convênio nº 03/2015

Convênio de cooperação mútua que celebram o Município de Garuva, e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍRIO AMARELO.

O Município de Garuva, por sua Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614 - Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.848/0001-59, doravante denominado MUNICIPIO, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, José Chaves, inscrito no CPF nº.

248.236.869-34 e portador da Cédula de Identidade nº. 595643-9 SSP/SC, e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍRIO AMARELO, com sede neste Município, na Estrada Colonial Otto Roder, nº 635, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.771.455/0001-73, representada neste ato pelo seu Presidente, senhor Rudolfo Umlauf, inscrito no CPF sob o nº. 312.318.969-49, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, resolvem firmar o presente convênio de cooperação mútua, com base na Lei Municipal nº 1882, de 04 de maio de 2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto deste Convênio o repasse de Auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO à ASSOCIAÇÃO, visando assegurar à manutenção das despesas com a aquisição de materiais e produtos para a manutenção das atividades desenvolvidas para o ano de 2015, relacionados no cronograma de execução do Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor

Os recursos financeiros previstos neste Convênio importam em R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), que serão repassados pelo Município à Associação em 04 (quatro) parcelas de R\$ 2.250,00 (Dois Mil e duzentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da origem dos recursos

Os recursos previstos neste Convênio estão assegurados no Orçamento do presente exercício e as despesas decorrentes serão alocadas aos seguintes códigos:

02.001 - Gabinete do Prefeito

2005 - Contribuição a Entidades e Associações

335041 - Contribuições

010000 - Recursos Livre do Tesouro

#### CLÁUSULA QUARTA - Das Obrigações

##### I - Do Município

a) Através do Departamento de Contabilidade, receber a prestação de contas elaborada pela conveniente, analisando e examinando e verificando o fiel cumprimento das determinações legais;

b) Repassar mensalmente, os recursos previstos no presente convênio, conforme disponibilidade financeira do município;

c) Suspender o repasse a Conveniente, a qualquer tempo, quando o mesmo não apresentar a documentação atualizada;

d) Rescindir o Convênio com Conveniente, quando a mesmo for indeferido pelo Conselho Municipal de Assistência - CMAS, durante a vigência do Acordo.

##### II - Da Associação

a) Manutenção do prédio da Associação, oferecendo espaço físico com sala(s) de atividades e instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes;

b) Aceitar as orientações/supervisão do Município;

c) Manter atualizado o cadastro das pessoas atendidas para fins estatísticos, e dar vistas ao órgão concedente do Município;

d) Abrir conta específica em banco público, exclusivamente para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio;

e) Computar obrigatoriamente, a crédito do Convênio, as receitas

financeiras auferidas, as quais serão aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar nos formulários que integrarão as prestações de contas do ajuste;

f) Arcar com as obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto do presente Convênio;

g) Devolver ao Município no prazo improrrogável de 30 (Trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente Convênio o saldo financeiro não utilizado.

#### CLÁUSULA QUINTA - Da Vigência

O prazo para a vigência deste Convênio iniciará na data de assinatura para prevalecer até 31.12.2015, podendo ser aditivado, se as partes assim o desejarem, para prorrogar o seu prazo de vigência e para eventuais readequações, desde que não seja alterado o seu objeto e tenha previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

As partes poderão, a qualquer tempo, rescindir o presente Convênio, mediante aviso, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, por mútuo acordo das partes ou quando a Associação Comunitária Lírio Amarelo for indeferida pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, quando não apresentar a documentação exigida ou ainda, quando ocorrerem problemas nas prestações de contas.

#### CLÁUSULA SEXTA - Da Prestação de Contas

A prestação de contas da verba recebida deverá ser encaminhada ao Departamento de Contabilidade, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente em vigor, juntamente com um relatório específico de todas as atividades realizadas, bem como relação nominal das pessoas atendidas pela Conveniente.

Parágrafo Primeiro: a liberação da segunda parcela ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela e a da terceira parcela condicionada à prestação de contas da segunda e, assim, sucessivamente.

Parágrafo Segundo: após utilização da última parcela, deverá apresentar ao Gabinete do Prefeito, avaliação do Plano de Trabalho, respectivas atividades e mensurar o alcance dos objetivos.

Parágrafo Terceiro: A não apresentação da prestação de contas em até 60 dias após o recebimento de qualquer parcela implicará no cancelamento da liberação da próxima parcela em aberto. A parcela não transferida em razão da não prestação de contas não será devida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Garuva, 08 de maio de 2015.

José Chaves Prefeito Municipal.	Rudolfo Umlauf Presidente da Associação Comunitária Lírio Amarelo
------------------------------------	--

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



**DECRETO Nº 73/2015**

DECRETO Nº. 073 de 07 de maio de 2015

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Dayane Miranda Rocha, do cargo comissionado de Assessora de Gabinete."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada, a senhora DAYANE MIRANDA ROCHA, do cargo comissionado de Assessora de Gabinete - CC4, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 07 de maio de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 74/2015**

DECRETO Nº. 074 de 07 de maio de 2015

"Dispõe sobre a nomeação da senhora Dayane Miranda Rocha, para o cargo comissionado de Chefe de Gabinete do Prefeito."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a senhora DAYANE MIRANDA ROCHA, portadora de CPF nº 005.421.899-33, para cargo comissionado de Chefe de Gabinete do Prefeito - CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 07 de maio de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA****DECRETO Nº 6.416, DE 07 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.416, DE 07 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA JÚLIO CESAR OLIVEIRA DE MATOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DE SETOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado JÚLIO CESAR OLIVEIRA DE MATOS, portador do CPF nº 346.624.518-41, para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Setor, Nível CC, ref. 33, com 40 horas semanais, a partir de 07/05/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.418, DE 07 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.418, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DECLARA SEM EFEITO O DECRETO Nº 6.258, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015, E RECONDUZ O SERVIDOR VALTER ALEXANDRE SIQUEIRA AO CARGO DE TÉCNICO EM PROJETOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarado sem efeito o Decreto nº 6.258/2015, e reconduz o servidor VALTER ALEXANDRE SIQUEIRA, portador do CPF 896.314.989-72, ao cargo de provimento efetivo de Técnico em Projetos, a partir de 12/05/2015.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.422, DE 08 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.422, DE 08 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA LEONE PEREIRA DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR TÉCNICO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado LEONE PEREIRA DOS SANTOS, portador do CPF nº 557.914.179-34, para exercer o cargo em comissão de Diretor Técnico da Fundação Municipal de Esportes, Nível CC, ref. 55, com 40 horas semanais, a partir de 05/05/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05/05/2015.

Gaspar, 08 de maio de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

## ERRATA AO DECRETO Nº 6.388 DE 23 DE ABRIL DE 2015

### ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.388 de 23 de abril de 2015, veiculado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1734, de 04 de maio de 2015, nos seguintes termos:

Onde se lê em seu artigo primeiro:

ENTIDADE/SECRETARIA	CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTE
Representante dos Diretores da Educação Básica Pública	Raquel Bernardes Corrêa, CPF nº 895327599-72.	Fabiane Beiler Schneider, CPF nº 0294086390-03.
Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública.	1º Jaqueline da Silva Paz, CPF nº 094739749-30.	1º Luciara Mês, CPF nº 051876869-4.
	2º Solange de Souza Marcelino, CPF nº 032334759-26.	2º Sabrina Prebianca Zoschke, CPF nº 044018709-56.
Representantes do Poder Executivo, dos quais um da Secretaria Municipal de Educação.	1º Neivaldo da Silva (Secretaria da Educação), CPF nº 575333839-34.	1º Lurdes Maria Carresia da Silva, CPF nº 632410059-68.
	2º Simara Emilia Dalcagné Capistrano, CPF nº 041737519-07.	2º Mario Sérgio Crespi, CPF nº 81728559-72.
Representante do Conselho Municipal de Educação – COMED	Clodoaldo de Oliveira Breda, CPF nº 576451089-91.	Luiz Otávio Rebouças Bastiani, CPF nº 842618549-53.
Representante do Conselho Tutelar	Zulma T. Deschamps Tridapalli, CPF nº 437946299-49.	Elaine C. S. Guimarães, CPF nº 017756989-12.

Leia-se:

ENTIDADE/SECRETARIA	CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTE
---------------------	------------------------	-----------------------

Representante dos Diretores da Educação Básica Pública	Raquel Bernardes Corrêa, CPF nº 895327599-72.	Fabiane Beiler Schneider, CPF nº 029408639-03.
Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública.	1º Jaqueline da Silva Paz, CPF nº 094739749-30.	1º Luciara Maes, CPF nº 051876869-41.
	2º Solange de Souza Marcelino, CPF nº 032334759-26.	2º Sabrina Prebianca Zoschke, CPF nº 044018709-56.
Representantes do Poder Executivo, dos quais um da Secretaria Municipal de Educação.	1º Neivaldo da Silva (Secretaria da Educação), CPF nº 575333859-34.	1º Lurdes Maria Carresia da Silva, CPF nº 632410059-68.
	2º Simara Emilia Dalcagné Capistrano, CPF nº 041737519-07.	2º Mário Sérgio Crespi, CPF nº 817128559-72.
Representante do Conselho Municipal de Educação – COMED	Clodoaldo Oliveira Breda, CPF nº 576451089-91.	Luiz Otávio Rebouças Bastiani, CPF nº 842618549-53.
Representante do Conselho Tutelar	Zulma Teresa Deschamps Tridapalli, CPF nº 437946299-49.	Elaine Cristina da Silva Guimarães, CPF nº 017759989-12.

Gaspar, 08 de maio de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

## EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 95/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 95/2014

Início da vigência: 25/09/2014. Vencido: 20/09/2015. Pregão nº: 193/2014. Objeto: prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, para o período do ano de 2015, na Sede da Policlínica e Centro de Atenção Psicossocial e no Centro de Esportes, Cultura e Artes Unificado, pela CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. (83.719.963/0007-77) Órgãos contratantes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70) E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES (05.322.930/0001-85). Valor: R\$ 26.982,64 (vinte e seis mil novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e quatro).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015 - SAMAE**  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 11//2015

Data vigência: 05/05/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 10/2015 - Modalidade: Pregão Presencial  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: METROLÓGICA EQUIP. E PROD. P/ LABORATÓRIOS LTDA.

Objeto: Aquisição de vidrarias para uso em laboratório

Valor R\$ 5.545,40 (cinco mil quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

=====

Gaspar (SC), em 05 de maio de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos****SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****PREGÃO PRESENCIAL 008/20158**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2015

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA ATÉ:

Dia: 20/05/2015

Hora: 08:45 hs

INÍCIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Dia: 20/05/2015

Hora: 09:00 hs

LOCAL: SETOR DE LICITAÇÕES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

VALIDADE DA PROPOSTA: No mínimo 60 (sessenta) dias.

O SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Autarquia municipal, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO, julgamento POR ITEM a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Decreto Federal 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, a Lei Complementar nº 123/2006, em sessão pública em data e horário acima especificados.

**I - DO OBJETO**

1.1 -A presente Licitação tem por fim o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE ÓLEO E FILTRO, PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I -Detalhamento do objeto, parte integrante do presente edital, durante a validade da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação.

**II - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

2.1 - Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, 02 (dois) envelopes fechados, cada um deles correspondendo a uma fase de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá constar:

**2.1.1 - Envelope nº 01 - Da Proposta**

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: \_\_\_\_\_

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 19/2015

PREGÃO "PRESENCIAL - RP" Nº 008/2015

SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA"

**2.1.2 - Envelope nº 02 - Da Habilitação**

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: \_\_\_\_\_

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 019/2015

PREGÃO "PRESENCIAL - RP" Nº 008/2015

SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

ENVELOPE Nº 02 - "HABILITAÇÃO"

2.2 - Os envelopes dos subitens acima (2.1.1 e 2.1.2), poderão ser colocados em 01 (um) envelope, mantendo as devidas separações (Envelope nº 01 - Da Proposta e Envelope nº 02 - Da Habilitação), bem como deverá vir em apenso a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, mantendo na parte externa do referido envelope as seguintes informações:

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: \_\_\_\_\_

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PROCESSO Nº 19/2015

PREGÃO "PRESENCIAL - RP" Nº 008/2015

SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

### III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar da presente licitação qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste edital;

3.1.1 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio; membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação, bem como Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio;

3.2 - Estarão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.2.1 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes do Samae de Governador Celso Ramos;

3.2.2 - Empresas que estejam em regime de Falência ou Concordata, ou sobre as quais incida proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

3.2.3 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.4 - Empresas suspensas do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Governador Celso Ramos;

3.3 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.4 - Qualquer manifestação nesta licitação condiciona-se à apresentação, pelo preposto da licitante, de seu documento de identidade com foto e instrumento público de procuração ou instrumento particular, sem necessidade de reconhecimento de firma, mais o Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor. Em sendo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar documento de identidade com foto e cópia do Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social);

3.4.1 - A não apresentação ou a incorreção dos documentos previstos no item anterior não desclassificará ou inabilitará a licitante, mas impedirá a pessoa presente de constar em ata, receber intimações, interpor recursos ou desistir de sua interposição;

3.4.1.1 - Se for sanável o ponto em desacordo com o item anterior, poderá ser corrigido na Sessão Pública;

3.5 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

3.6 - O preposto e/ou representante legal das licitantes, durante

as fases de propostas e habilitação, poderá utilizar-se de telefone celular e/ou equipamentos eletrônicos, limitando-se a fazê-lo para uso restrito ao certame em tela, caso contrário, será convidado a retirar-se do recinto para não haver prejuízo aos trabalhos;

3.7 - Quando em abertura de processo licitatório, só será permitido dirimir dúvidas ou discussões relacionadas ao processo que está sendo instaurado.

### IV - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, serão chamadas à mesa de abertura as licitantes para realização do credenciamento, para que apresentem os seguintes documentos:

a) Tratando-se de Proprietário ou Sócio:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

b) Tratando-se de Representante Legal:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Instrumento público de procuração ou instrumento particular de procuração, com poderes para representar a empresa em licitações ou, especificamente, neste pregão e suas respectivas fases/etapas, inclusive formulação de lances em pregões, sem a necessidade de reconhecimento de firma;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

4.1.1 - Os documentos exigidos nas letras "a" e "b" do item anterior poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação da SAMAE-GCR, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

4.2 - Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse efeito, um único representante por licitante interessada;

4.2.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas, assim, deverá escolher dentre as empresas participantes qual será credenciada, exceto quando forem empresas que ofertarem propostas para lotes/itens diferentes;

4.2.2 - Por motivo de força maior, poderá ser substituído o credenciado a qualquer momento por outro que atenda às condições de credenciamento;

4.2.3 - Quando da necessidade de realização de nova sessão pública, poderá a empresa credenciar novo representante legal, mesmo que não tenha se credenciado na Sessão Pública anterior deste Pregão (Princípio da Supremacia do Interesse Público, bem como Princípio da Economicidade e Princípio da Competitividade);

4.3 - A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, implicará na impossibilidade de participar da fase



competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.3.1 - Também, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.4 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá comprovar esta condição, por meio de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (modelo opcional no Anexo IV deste edital), sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, devendo ser apresentada preferencialmente grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

4.5 - O Pregoeiro realizará última chamada para proporcionar chance aos possíveis licitantes atrasados em credenciar-se, chamando todas as licitantes participantes (que entregaram envelopes). Caso não exista manifestação, dar-se-á por encerrada a etapa de credenciamento.

#### V - DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DEPLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Apresentar a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Anexo II do Edital, devendo ser apresentada de preferência grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

5.1.1 - A declaração deverá conter nome ou razão social e endereço completo, telefone, fac-símile e e-mail da licitante, bem como assinada por pessoa com poderes para tal;

5.1.2 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a referida declaração com ressalva, se for o caso, em conformidade com o item 9.1.3. (Anexo II-A do Edital);

5.2 - Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo II ou Anexo II-A), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

5.3 - Não atendidos os itens anteriores (5.1 e 5.2), implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não;

5.3.1 - Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01

6 - São requisitos da proposta de preços:

6.1 - Ser datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa, preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo, se possível, nome ou razão social e endereço completo, telefone, fax e e-mail da licitante;

6.2 - Conter o preço unitário e total por item e para o Lote em moeda nacional computada os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras desta licitação, no preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos pelo licitante;

6.3 - Estar assinada pelo representante legal na última folha e rubricada em todas as folhas, preferencialmente numerada;

6.4 - Na hipótese das propostas estarem em desacordo com o item anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

6.4.1 - A referência na proposta do número da Agência e Conta Bancária do Licitante no Banco do Brasil - BB - agilizará o processo de pagamento;

6.5 - Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura;

6.6 - Conter a MARCA e o FABRICANTE, quando couber, sob o qual o produto é comercializado.

6.6.1 - A Licitante poderá ofertar opções de marca, quando for o caso, mantendo as especificações do Edital e de qualidade igual ou superior a primeira cotação, não podendo alterar o preço cotado (preço único), ou oferecer proposta alternativa de preços;

6.6.2 - Caso a licitante apresente opções de marca com preços diversos, será validada somente a menor cotação, desprezando-se aquela(s) com maior (es) preço(s);

6.7 - A Licitante vencedora deverá entregar amostra na Sede do Samae de Governador Celso Ramos/SC conforme consta no Capítulo XVII do Edital;

6.8 - O valor de cada item não poderá ser superior ao preço estabelecido no Quadro de Quantidades e Custos, Anexo I deste Edital e a proposta deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes do mesmo Anexo, sob pena de desclassificação do item e/ou lote em desacordo;

6.9 - Qualquer documento que componha o envelope de proposta de preços deverá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticado na forma da lei ou mediante cotejo das cópias com os originais por membro da Comissão Permanente de Licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial que, no caso de cópia, também deverá estar autenticada na forma da lei;

6.10 - A documentação estrangeira deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.

6.11 - A licitante vencedora do certame deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da sessão.



**VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FASE COMPETITIVA DE LANCES**

7.1 - Após o final da etapa de Credenciamento e verificação da apresentação da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, as propostas serão abertas e analisadas pelo Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, quanto à sua aceitabilidade, conforme:

- a) Se o objeto ofertado é compatível com o objeto descrito no Edital e com as formalidades dele;
- b) Se o preço cotado na proposta escrita está excessivo de acordo com os preços praticados no mercado;
- c) Se o preço cotado na proposta escrita está inexequível de acordo com os preços praticados no mercado;

7.1.1 - Será enfatizada a análise da letra "a" do item anterior (objeto e formalidades), sendo observadas as letras "b" e "c" quando flagrantes, ou seja, de fácil percepção;

7.2 - Será desclassificada a proposta da licitante que:

7.2.1 - Deixar de apresentar quaisquer documentos solicitados no Capítulo VI - Da Proposta de Preços;

7.2.2 - Estiver de forma omissa, incompleta ou incorreta, impedindo a identificação do item licitado;

7.2.3 - Não atender às especificações mínimas dos produtos/serviços, exigidas neste Edital;

7.2.4 - Conflitarem com a legislação em vigor;

7.3 - Não serão consideradas para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital;

7.4 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e total, será considerado o preço unitário; e ocorrendo divergência entre o valor expresso por extenso e em algarismo, será considerado o valor expresso por extenso;

7.5 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria sessão pública, principalmente àquelas formais;

7.6 - Na apreciação das propostas o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido na ata da sessão pública, sob pena de desclassificação;

7.6.1 - No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) e/ou prospecto(s), quando solicitada(s), ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra(s) para análise fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, a proposta da licitante será desclassificada, estando sujeita às penalidades e sanções previstas neste Edital e legislação vigente;

7.7 - Depois de verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para cada um dos itens objeto da presente licitação, os respectivos valores ofertados e, caso exigido no Capítulo VI do presente Edital, a marca, o modelo e o fabricante;

7.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará, PELO PREÇO POR ITEM, as propostas passíveis de ofertas de lances verbais, além de ser identificado o menor preço, fazendo

a devida ordenação das propostas de preços para cada item, em ordem crescente;

7.8.1 - Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço;

7.8.1.1 - Caso existam empates e diversas empresas dentro da faixa dos 10% (dez por cento), subitem anterior, serão classificadas todas estas para que os autores participem dos lances verbais;

7.8.2 - Caso não houver, no certame, pelo menos três propostas escritas de preços classificadas, conforme o subitem 7.8.1, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará as melhores propostas em até o máximo de 03 (três), exceto quando houver empate nas propostas, caso em que serão todos esses convidados a participar da etapa de lances (até o 3º menor preço);

7.9 - Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos credenciados das licitantes classificadas. Tais lances verbais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, de forma razoável, sendo que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada;

7.9.1 - O Pregoeiro convidará os credenciados das licitantes a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo seqüencialmente, em ordem decrescente de valor;

7.9.1.1 - A oferta de lances deverá ser efetuada pelo valor total bruto para todos os licitantes;

7.9.1.2 - Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.9.1.3 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio;

7.9.2 - Caso não se realizem mais lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, podendo registrar os menores preços de cada licitante classificado à etapa de lances, mesmo superiores ao menor preço final, devendo estes constarem em Ata da Sessão Pública para sanar eventuais problemas futuros e, se necessário for, a negociação;

7.9.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da(s) rodada(s) posterior(es) de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva;

7.9.3.1 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

7.10 - O encerramento da 1ª parte da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances:

7.10.1 - Caso o licitante que tenha proferido o lance mais bem classificado NÃO SEJA microempresa ou empresa de pequeno porte, serão consideradas com ele EMPATADAS, as propostas formuladas por microempresas e empresas de pequeno porte, cujos últimos lances sejam até 5% superiores ao melhor preço;

7.10.2 - Será oportunizado ao licitante mais bem classificado entre os empatados, observado o item 7.10.1, apresentar proposta inferior ao preço vencedor, situação que, uma vez concretizada, importará na adjudicação do objeto licitado em seu favor;

7.10.3 - Na hipótese do licitante mais bem classificado entre os empatados não apresentar proposta inferior ao preço vencedor da etapa de lances, serão convocados, se houverem, remanescentes dentre os empatados, respeitada a ordem classificatória, para exercitarem o mesmo direito;

7.10.4 - Caso não haja novas propostas pelos licitantes considerados empatados visando superar o preço originalmente ofertado pelo licitante vencedor da primeira etapa de lances, a este será adjudicado o objeto licitado;

7.11 - Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades e sanções constantes deste Edital e legislação vigente;

7.12 - É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante;

7.13 - O Pregoeiro estipulará parâmetros ou percentuais sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, desde que aceito pelos participantes da etapa de lances, bem como o tempo de oferecimento de lances;

7.13.1 - Durante etapa de lances, o pregoeiro poderá, a seu critério, alterar o decréscimo mínimo estipulado no item anterior, desde que aceito pelos participantes da etapa de lances.

7.14 - Declarada encerrada a etapa competitiva (todos os participantes declinarem da formulação de lances) e classificadas as propostas, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.14.1 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução de preços;

7.14.2 - Se a oferta não for aceitável, mesmo após a tentativa de negociação, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

7.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o credenciado para que seja obtido preço melhor;

7.16 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

## VIII - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

8.1 - O Envelope de Habilitação deverá conter os documentos abaixo elencados, preferencialmente numerados sequencialmente, que constituirão a comprovação da:

### 8.1.1 - Habilitação Jurídica

8.1.1.1 - Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

8.1.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações,

acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

8.1.1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

8.1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.1.5 - Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física.

### 8.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C/MF ou CNPJ);

8.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados:

8.1.2.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

8.1.2.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

8.1.2.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

8.1.2.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

8.1.2.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

8.1.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

8.1.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### 8.1.3 - Qualificação Técnica

8.1.3.1 - Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente licitação - Atestado de Capacidade Técnica;

8.1.3.2 - O atestado deverá conter a identificação do signatário, ser apresentado em papel timbrado da empresa ou órgão declarante, claramente identificada a razão social, o endereço e o CNPJ do licitante.

### 8.1.4 - Regularidade Social

8.1.4.1 - Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) - modelo de uso facultativo - Anexo III do Edital.

## IX - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 02 - Da Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

9.1.1 - Após constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

9.1.2 - Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.1.3 - Os licitantes "microempresas" ou "empresas de pequeno porte" deverão apresentar, sob pena de desclassificação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições;

9.1.3.1 - Caso a documentação apresentada por "microempresa" ou "empresa de pequeno porte" vencedora do certame contenha restrição fiscal, a sessão será suspensa, sendo reaberta, com a convocação de todos os licitantes participantes, na data designada pelo pregoeiro oficial, em 04 (quatro) dias úteis, para que tal licitante apresente a documentação de habilitação regular e se dê continuidade à sessão pública de pregão;

9.2 - Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas, sendo a empresa inabilitada;

9.3 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria Sessão Pública, principalmente àquelas formais;

9.4 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) a que se refere o § 1º do art. 36 da Lei nº 8.666/93 e alterações, quando expedida pelo SAMAE de Governador Celso Ramos, pertinente ao objeto da licitação, substituem os itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.4 e 8.1.5;

9.4.1 - A substituição aplica-se somente aos documentos que constem como válidos no Certificado de Cadastro de Fornecedores do SAMAE de Governador Celso Ramos. A licitante deverá apresentar os documentos que constarem como vencidos, sob pena de ser inabilitada caso não apresente;

9.5 - Os documentos exigidos no Capítulo VIII poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação do SAMAE de Governador Celso Ramos, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

9.6 - Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias, com exceção do Atestado de Capacidade Técnica, subitem 8.1.3.1 do Capítulo VIII deste Edital;

9.7 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

9.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, após análise da documentação da empresa classificada para tal, fará anúncio

de sua Habilitação ou Inabilitação;

9.9 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da efetiva contratação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado;

9.9.1 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame (lances verbais), permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### X - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

10.1 - Na sessão pública do Pregão será lavrada ata da Sessão Pública circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata;

10.1.1 - A ata da Sessão Pública circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio presente e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados;

10.2 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro;

10.2.1 - Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro poderá determinar nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

10.2.2 - Será lavrada ata da Sessão Pública a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento;

10.3 - O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos;

#### XI - DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial do Município de Governador Celso Ramos (DOM), bem como no mural público do Samae de Governador Celso Ramos.

11.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do Sr. Diretor Geral do Samae de Governador Celso Ramos;

11.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (Anexo VI) será de 01 (um) ano, computadas neste as eventuais prorrogações, contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Município (DOM);

11.3.1 - É admitida a prorrogação da vigência do contrato, que eventualmente for firmado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos desta norma, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, comprovada mediante pesquisa prévia de mercado;

11.3.2 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao

fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

11.4 - O SAMAE-GCR convocará o licitante vencedor, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento, telefone, email ou através de fac-símile, para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, a critério do Samae;

11.4.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador e pelos fornecedores cujos preços forem registrados. E, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

11.4.2 - A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital;

11.4.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender as condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o SAMAE-GCR registrará os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação;

11.4.4 - Os fornecedores classificados, subsequentemente, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata de Registro de Preços, desde que aceitem fornecer ao preço do detentor do preço registrado;

11.5 - Durante a vigência do Registro de Preços, o samae de Governador Celso Ramos poderá convocar os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente à ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços;

11.6 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades das Secretarias e será procedida preferencialmente pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF) e/ou, por Contrato de Fornecimento (CF) ou por documento equivalente;

11.6.1. - O SAMAE-GCR encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), via correio com aviso de recebimento, email ou através de fac-símile, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

11.6.2 - O contrato firmado, se firmado, terá vigência a partir de sua assinatura, limitando-se ao final do exercício em que ocorreu sua assinatura ou em conformidade com o artigo 65 da Lei 8666/93;

11.6.3 - O contrato firmado poderá ser prorrogado, a critério do SAMAE-GCR, até o final do exercício, limitando-se a utilização dos quantitativos estabelecidos em seus anexos;

11.6.4 - O SAMAE-GCR convocará o detentor do preço registrado, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento, email ou através de fac-símile, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

11.7 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado

ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

11.7.1 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado;

11.8 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 4.661, de 25 de agosto de 2006;

11.8.1 - Caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento adicional, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas

## XII - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 -Serão realizados todos os serviços, conforme relação descritiva do Anexo I.

12.2 -A contratada deverá executar, às suas expensas os serviços que apresentarem vícios ou defeitos, obedecendo aos limites estabelecidos como garantias ofertadas para tais serviços, não inferior a 90 (noventa) dias.

12.3 -Todos os serviços a serem realizados pela empresa contratada deverão ser precedidos de orçamento o qual deverá ser encaminhado pela empresa contratada ao setor responsável pelo veículo podendo a mesma aprová-lo ou não em todo ou parcialmente.

12.4 - No orçamento deverá estar discriminado:

12.4.1 - Placa, marca e modelo do veículo

12.4.2 - Resumo dos serviços a serem realizados.

12.4.3 - Tempo e garantia dos materiais e serviços.

12.5 - Caso seja aprovado o orçamento, a empresa contratada receberá o orçamento original devidamente autorizado.

12.6 -O faturamento será realizado mensalmente, encaminhando-se a Nota Fiscal com os respectivos orçamentos devidamente autorizados, aos cuidados de cada Secretaria responsável pelo veículo.

## XII - DO PAGAMENTO

12.1 - O SAMAE-GCR efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

12.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

12.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não seja o BANCO DO BRASIL, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo BANCO DO BRASIL.

12.2 - A fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, sede ou domicílio da contratada, demonstrando sua regularidade;



12.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: o número da Ata de Registro de Preços, o número da Licitação, do Processo Administrativo e da Ordem de Fornecimento.

12.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

### XIII - DO PRAZO E DA ENTREGA

13.1 - O prazo de entrega do veículo pronto deverá ser de até 02 (duas) horas após o recebimento do mesmo para a realização do serviço;

13.2 - A entrega do veículo deverá ocorrer conforme requisição da Autoridade competente.

### XIV - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, com prazos de validade vencidos, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos;

14.2 - Expedida a Ordem de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

"a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);  
b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação."

14.3 - A validade dos produtos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% do seu prazo de validade.

### XV - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente e a qualquer tempo, tornar-se superior ao praticado no mercado e/ou em outros órgãos da Administração Pública, o Samae de Governador Celso Ramos, órgão gerenciador, deverá:

- Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor detentor do preço registrado, mediante requerimento devidamente comprovado e fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o SAMAE-GCR poderá, mediante criteriosa análise:

- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e, ainda, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

15.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais

vantajosa, ou revogação do lote e/ou item da Ata de Registro de Preços.

### XVI - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:  
a) Não cumprir as exigências do Ato Convocatório e/ou Ata de Registro de Preços;  
b) Não formalizar e/ou cumprir o contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços e/ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;  
c) Der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;  
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;  
e) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.2 - O cancelamento de registro, nas alíneas citadas no item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, mediante abertura de processo administrativo, devidamente fundamentado, comprovando fato superveniente, caso fortuito ou força maior, ou ocorrência de Fato do Príncipe;

16.3.1 - O participante fica obrigado a manter o Registro pelo prazo de 12 (doze) meses, salvo as condições estabelecidas no item anterior, após analisadas e julgadas;

16.4 - A comunicação do cancelamento de preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do item 16.1, será por correspondência com aviso de recebimento (protocolo), juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços;

16.5 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

16.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

### XVII - DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

17.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

17.1.1 - A ausência de resposta da Administração à impugnação apresentada, não impedirá a licitante de participar da abertura desta licitação, sendo esta respondida, posteriormente, na hipótese da impugnação não prejudicar as propostas;

17.2 - Até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório;

17.2.1 - Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta à Comissão de Licitação, do SAMAE-GCR, via



correio, fax, e-mail ou através do protocolo da Recepção da aludida Comissão;

17.2.2- As dúvidas encaminhadas eletronicamente deverão ser endereçadas exclusivamente para o endereço: samaegcr@samaegcr.com.br ,devendo constar a identificação da empresa e/ou cidadão solicitante;

17.2.3 - Os esclarecimentos ao edital serão publicados no site do SAMAE-GCR;

17.2.4 - A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura atenta do conteúdo de todas as suas páginas, pois os dispositivos nela contido se complementam a fim de definirem as regras do certame. Portanto, recomenda-se aos interessados em participar da presente licitação, antes de oferecer qualquer pedido de esclarecimento, efetuar uma leitura completa do edital e procurar esclarecer suas dúvidas em um único documento, se for possível, evitando transtornos ao certame;

17.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se os prazos, no caso de alteração do teor das propostas técnicas e de preços;

17.4 - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos;

17.5 - Não serão conhecidas os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante;

17.6 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

17.7 - Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

17.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

17.9 - O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente;

17.10 - O recurso deverá ser entregue no setor de Licitações e Contratos, endereçado ao mesmo, podendo ser encaminhado por fac-símile;

17.10.1 - À parte que interpuser recurso por meio eletrônico deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena do não conhecimento deste;

17.11 - O recurso será recebido pelo Pregoeiro e será processado conforme determina a Lei 10.520/02;

17.12 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora;

17.13 - Os autos do procedimento permanecerão com vista

franqueada aos interessados, na sede do SAMAE-GCR;

17.14 - A ocorrência de recursos de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida em lei.

#### XVIII - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

18.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

18.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

18.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

18.3.1- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

18.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

18.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

18.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

18.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

18.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Governador Celso Ramos, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

18.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Município, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município;

18.4.2- A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

18.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Diretor Geral do Samae de Governador Celso Ramos/SC;

18.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

18.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

18.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Município, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

18.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

18.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

18.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

18.10 - As penalidades aplicadas serão registradas no SAMAEGCR, no Cadastro Geral de Fornecedores do Município;

18.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município, para registro.

## XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Fazem parte integrante deste edital de Licitação:

- Anexo I - Detalhamento do objeto;
- Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- Anexo II.A - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, com restrição;
- Anexo III - Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Anexo IV - Declaração Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte
- Anexo V - Modelo de Apresentação das Propostas;
- Anexo VI- Minuta de Ata de Registro de Preços.

19.2. O SAMAEGCR reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal - STF, Súmula nº 473);

19.3. No caso de não haver expediente para a data fixada à entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou propostas, a sessão pública realizar-se-á às 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada;

19.3.1. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor;

19.4. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova, dentro do envelope da fase correspondente à exigência, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento;

19.5. A apresentação de documentos exigidos no presente Edital poderão ser extraídos através dos Sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos a comprovação e confirmação junto ao Site do Órgão Competente, salvo disposição em contrário;

19.6. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderá releva omissões puramente formais, desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

19.7. O SAMAEGCR, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação;

19.8. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos à presente licitação;

19.9. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação;

19.10. O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, que se reserva o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital ou ainda que se revelarem manifestamente inexequíveis.

Governador Celso Ramos/SC 08 de Maio de 2015.

RENATO DA SILVA

Pregoeiro

#### ANEXO I

##### - DETALHAMENTO DO OBJETO -

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo R\$	Preço Total R\$
1	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM VEICULOS LEVES (INTERNA E EXTERNA)	SERV	160	35,00	5.600,00
2	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM VANS (INTERNA E EXTERNA)	SERV	90	45,00	4.050,00
3	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM RETRO ESCAVADEIR (INTERNA E EXTERNA)	SERV	10	120,00	1.200,00
4	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM BOB CAT (INTERNA E EXTERNA)	SERV	40	90,00	3.600,00
5	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM MOTOCICLETAS (INTERNA E EXTERNA)	SERV	16	20,00	320,00
6	SERVIÇO DE TROCA DE ÓLEO EM VEICULOS LEVES E VANS COM ÓLEO INCLUSO	SERV	40	80,00	3.200,00
7	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VANS	SERV	60	40,00	2.400,00
8	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA	SERV	10	80,00	800,00
9	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE BOB CAT	SERV	40	70,00	2.800,00
10	SERVIÇO DE TROCA DE FILTRO DE OLEO PARA VEICULOS LEVES	SERV	20	25,00	500,00
11	SERVIÇO DE TROCA DE ÓLEO EM RETRO-ESCAVADEIRA COM ÓLEO INCLUSO	SERV	05	220,00	1.100,00
12	SERVIÇO DE TROCA DE OLEO PARA BOB CAT	SERV	20	180,00	3.600,00
13	SERVIÇO DE TROCA DE OLEO PARA MOTOCICLETA COM OLEO INCLUSO	SERV	40	25,00	1.000,00
14	SERVIÇO DE TROCA DE FILTRO OLEO PARA BOB CAT	SERV	10	190,00	1.900,00

##### RELAÇÃO DE VEÍCULOS\*

SAMAE-GCR					
VEÍCULO	PLACA	ANO FAB.	ANO MOD.	CHASSI	RENAVAM
M.A./MASSEY-FERGUSON	MAC7317	1992	1992	5046051815	541868403
VW/KOMBI	MFR5662	2005	2005	9BWGB07X65P008474	853570868
VW/KOMBI	MCW4442	2002	2002	9BWGB07XX2P007744	779845200
HONDA/CG 150 TITAN KS	MBU1662	2006	2006	9C2KC08106R910351	881900257
VW/KOMBI	MJU4332	2012	2012	9BWMF07X6CP025103	458806900
HONDA/CG 150 FAN ESI	MKM6712	2012	2013	9C2KC1670DR441283	526081740
HONDA/CG 125 FAN KS	MIF3541	2011	2011	9C2JC4110BR434514	282564748
GM/MONTANA CONQUEST	MAR6413	2006	2006	9BGXL80G06C199674	883308983
FIAT/IDEA ELX FLEX	MGR2423	2009	2009	9BD13561392114730	129124923
FIAT/FIORINO 1.4 FLEX	QHC1665	2014	2014	9BD26512229015860	1013654606
FIAT/DOBLO ATTRACTIVE	NF.015160	2015	2015	9BD11970UF1128699	.....
HONDA/CG 125 FAN	MCW2604	2005	2005	9C2JC30705R042572	858400634

\*A relação de veículo/frota poderá ser alterada a qualquer momento a critério da Contratante.

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: \_\_\_\_\_

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PROCESSO Nº 019/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS

SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

[illegible]


PROPONENTE: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
Nº \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_ CI-  
DADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
FONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_  
EMAIL: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:  
NOME: \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_

PREPOSTO QUE REPRESENTARÁ A CONTRATADA DURANTE A VI-  
GÊNCIA DO AJUSTE

NOME: \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_

DADOS PARA PAGAMENTO

BANCO: AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Responsável

#### ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2015  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS  
DE LAVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE ÓLEO E  
FILTRO PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO  
RAMOS/SC

Aos dias do mês de do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do Samae de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista nº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor, Sr. Alcides Pereira Campos, pelo Gestor desta Ata, senhor \_\_\_\_\_ são registrados os preços da (s) empresa (s) \_\_\_\_\_ (fornecedor) \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_ (nome do representante da empresa) \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_ (estado civil) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, para os SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE ÓLEO E FILTRO PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 008/2015, objeto do Processo 019/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	MARCA(S)	VALOR UNITÁRIO
	EMPRESA		
01			

Governador Celso Ramos/SC,

Representante da Empresa

Contratada

Alcides Pereira  
Diretor geral Samae

#### PREGÃO PRESENCIAL 009/20158

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2015  
PROCESSO Nº 020/2015

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA ATÉ:

Dia: 20/05//2015

Hora: 13:45 hs

INÍCIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Dia: 20/05/2015

Hora: 14:00 hs

LOCAL: SETOR DE LICITAÇÕES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS. VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.

O SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, autarquia municipal, com sede na Av. bela Vista nº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, por meio da Comissão de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Decreto Federal 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, a Lei Complementar nº 123/2006, em sessão pública em data e horário acima especificados.

#### I - DO OBJETO

2.2 - A presente Licitação tem por fim o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I - Detalhamento do objeto e demais especificações, partes integrantes do presente edital, durante a validade da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação.

#### II - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1 - Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, podendo ser prorrogadas a critério do Pregoeiro, 02 (dois) envelopes fechados, cada um deles correspondendo a uma fase de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá constar:

##### 2.1.1 - Envelope nº 01 - Da Proposta

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 020/2015  
PREGÃO "PRESENCIAL – RP" Nº 009/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 14:00 HORAS DO DIA: 20/05//2015  
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA"

##### 2.1.2 - Envelope nº 02 - Da Habilitação



DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 020/2015  
PREGÃO “PRESENCIAL – RP” Nº 009/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 14:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015  
ENVELOPE Nº 02 - “HABILITAÇÃO”

2.2 - Os envelopes dos subitens acima (2.1.1 e 2.1.2), poderão ser colocados em 01 (um) envelope, mantendo as devidas separações (Envelope nº 01 - Da Proposta e Envelope nº 02 - Da Habilitação), bem como deverá obrigatoriamente vir em apenso a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, mantendo na parte externa do referido envelope as seguintes informações:

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 020/2015  
PREGÃO “PRESENCIAL – RP” Nº 009/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 14:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

### III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar da presente licitação qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste edital;

3.1.1 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio; membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação, bem como Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio;  
3.2 - Estarão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.2.1 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes do Samae de Governador Celso Ramos;

3.2.2 - Empresas que estejam em regime de Falência ou Concorrida, ou sobre as quais incida proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

3.2.3 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.4 - Empresas suspensas do Cadastro Central de Fornecedores do Samae de Governador Celso Ramos;

3.3 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.4 - Qualquer manifestação nesta licitação condiciona-se à apresentação, pelo preposto da licitante, de seu documento de identidade com foto e instrumento público de procuração ou instrumento particular, sem necessidade de reconhecimento de firma, mais o Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor. Em sendo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar documento de identidade com foto e cópia do Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social);

3.4.1 - A não apresentação ou a incorreção dos documentos previstos no item anterior não desclassificará ou inabilitará a licitante, mas impedirá a pessoa presente de constar em ata, receber informações, interpor recursos ou desistir de sua interposição;

3.4.1.1 - Se for sanável o ponto em desacordo com o item anterior, poderá ser corrigido na Sessão Pública;

3.5 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

3.6 - O preposto e/ou representante legal das licitantes, durante as fases de propostas e habilitação, poderá utilizar-se de telefone celular e/ou equipamentos eletrônicos, limitando-se a fazê-lo para uso restrito ao certame em tela, caso contrário, será convidado a retirar-se do recinto para não haver prejuízo aos trabalhos;

3.7 - Quando em abertura de processo licitatório, só será permitido dirimir dúvidas ou discussões relacionadas ao processo que está sendo instaurado.

### IV - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, serão chamadas à mesa de abertura as licitantes para realização do credenciamento, para que apresentem os seguintes documentos:

a) Tratando-se de Proprietário ou Sócio:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

b) Tratando-se de Representante Legal:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Instrumento público de procuração ou instrumento particular de procuração, com poderes para representar a empresa em licitações ou, especificamente, neste pregão e suas respectivas fases/etapas, inclusive formulação de lances em pregões, sem a necessidade de reconhecimento de firma;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

4.1.1 - Os documentos exigidos nas letras “a” e “b” do item anterior poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação da SAMAE-GCR, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

4.2 - Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse efeito, um único representante por licitante interessada;

4.2.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas, assim, deverá escolher dentre as empresas participantes qual será credenciada, exceto quando forem empresas que ofertarem propostas para lotes/itens diferentes;

4.2.2 - Por motivo de força maior, poderá ser substituído o credenciado a qualquer momento por outro que atenda às condições de credenciamento;

4.2.3 - Quando da necessidade de realização de nova sessão pública, poderá a empresa credenciar novo representante legal, mesmo que não tenha se credenciado na Sessão Pública anterior deste Pregão (Princípio da Supremacia do Interesse Público, bem

como Princípio da Economicidade e Princípio da Competitividade);

4.3 - A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.3.1 - Também, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.4 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá comprovar esta condição, por meio de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (modelo opcional no Anexo IV deste edital), sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, devendo ser apresentada preferencialmente grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

4.5 - O Pregoeiro realizará última chamada para proporcionar chance aos possíveis licitantes atrasados em credenciar-se, chamando todas as licitantes participantes (que entregaram envelopes). Caso não exista manifestação, dar-se-á por encerrada a etapa de credenciamento.

#### V - DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Apresentar a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Anexo II do Edital, devendo ser apresentada grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

5.1.1 - A declaração deverá conter nome ou razão social e endereço completo, telefone, facsímile e-mail da licitante, bem como assinada por pessoa com poderes para tal;

5.1.2 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a referida declaração com ressalva, se for o caso, em conformidade com o item 9.1.3. (Anexo II-A do Edital);

5.2 Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo II ou Anexo II-A), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

5.3 - Não atendidos os itens anteriores (5.1 e 5.2), implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não;

5.3.1 - Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01

6 - São requisitos da proposta de preços:

6.1 - Ser datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa, preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo, se possível, nome ou razão social e endereço completo, telefone, fax e e-mail da licitante;

6.2 - Conter o preço unitário e total por LOTE, em moeda nacional computada os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras desta licitação, no preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos pelo licitante;

6.3 - Estar assinada pelo representante legal na última folha e rubricada em todas as folhas, preferencialmente numerada;

6.4 - Na hipótese das propostas estarem em desacordo com o item anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

6.4.1 - A referência na proposta do número da Agência e Conta Bancária do Licitante no Banco do Brasil - BB - agilizará o processo de pagamento;

6.5 - Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura;

6.6 - Conter a MARCA e o FABRICANTE, quando couber, sob o qual o produto é comercializado.

6.6.1 - A Licitante poderá ofertar opções de marca, quando for o caso, mantendo as especificações do Edital e de qualidade igual ou superior a primeira cotação, não podendo alterar o preço cotado (preço único), ou oferecer proposta alternativa de preços;

6.6.2 - Caso a licitante apresente opções de marca com preços diversos, será validada somente a menor cotação, desprezando-se aquela(s) com maior (es) preço(s);

6.7 A Licitante vencedora deverá entregar amostra Samae em Governador Celso Ramos/SC conforme consta no Capítulo XVII do Edital;

6.8 - Qualquer documento que componha o envelope de proposta de preços deverá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticado na forma da lei ou mediante cotejo das cópias com os originais por membro da Comissão de Licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial que, no caso de cópia, também deverá estar autenticada na forma da lei;

6.9 - A documentação estrangeira deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.

6.10 - A licitante vencedora do certame deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, juntamente com o valor de cada lote contido no Anexo I, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da sessão.

**VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FASE COMPETITIVA DE LANCES**

7.1 - Após o final da etapa de Credenciamento e verificação da apresentação da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, as propostas serão abertas e analisadas pelo Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, quanto à sua aceitabilidade, conforme:

- a) Se o objeto ofertado é compatível com o objeto descrito no Edital e com as formalidades dele;
- b) Se o preço cotado na proposta escrita está excessivo de acordo com os preços praticados no mercado;
- c) Se o preço cotado na proposta escrita está inexequível de acordo com os preços praticados no mercado;

7.1.1 - Será enfatizada a análise da letra "a" do item anterior (objeto e formalidades), sendo observadas as letras "b" e "c" quando flagrantes, ou seja, de fácil percepção;

7.2 - Será desclassificada a proposta da licitante que:

7.2.1 - Deixar de apresentar quaisquer documentos solicitados no Capítulo VI - Da Proposta de Preços;

7.2.2 - Estiver de forma omissa, incompleta ou incorreta, impedindo a identificação do item licitado;

7.2.3 - Não atender às especificações mínimas dos produtos/serviços, exigidas neste Edital;

7.2.4 - Conflitarem com a legislação em vigor;

7.3 - Não serão consideradas para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital;

7.4 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e total, será considerado o preço unitário; e ocorrendo divergência entre o valor expresso por extenso e em algarismo, será considerado o valor expresso por extenso;

7.5 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria sessão pública, principalmente àquelas formais;

7.6 Na apreciação das propostas o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido na ata da sessão pública, sob pena de desclassificação;

7.6.1 - No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) e/ou prospecto(s), quando solicitada(s), ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra(s) para análise fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, a proposta da licitante será desclassificada, estando sujeita às penalidades e sanções previstas neste Edital e legislação vigente;

7.7 - Depois de verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para cada um dos itens objeto da presente licitação, os respectivos valores ofertados e, caso exigido no Capítulo VI do presente Edital, a marca, o modelo e o fabricante;

7.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará, PELO PREÇO POR ITEM, as propostas passíveis de ofertas de

lances verbais, além de ser identificado o menor preço, fazendo a devida ordenação das propostas de preços para cada item, em ordem crescente;

7.8.1 - Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço;

7.8.1.1 - Caso existam empates e diversas empresas dentro da faixa dos 10% (dez por cento), subitem anterior, serão classificadas todas estas para que os autores participem dos lances verbais;

7.8.2 - Caso não houver, no certame, pelo menos três propostas escritas de preços classificadas, conforme o subitem 7.8.1, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará as melhores propostas em até o máximo de 03 (três), exceto quando houver empate nas propostas, caso em que serão todos esses convidados a participar da etapa de lances (até o 3º menor preço);

7.9 - Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos credenciados das licitantes classificadas. Tais lances verbais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, de forma razoável, sendo que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada;

7.9.1 - O Pregoeiro convidará os credenciados das licitantes a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo seqüencialmente, em ordem decrescente de valor;

7.9.1.1 - A oferta de lances deverá ser efetuada pelo valor total bruto para todos os licitantes;

7.9.1.2 - Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.9.1.3 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio;

7.9.2 - Caso não se realizem mais lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, podendo registrar os menores preços de cada licitante classificado à etapa de lances, mesmo superiores ao menor preço final, devendo estes constarem em Ata da Sessão Pública para sanar eventuais problemas futuros e, se necessário for, a negociação;

7.9.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da(s) rodada(s) posterior(es) de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva;

7.9.3.1 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

7.10 - O encerramento da 1ª parte da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

7.10.1 - Caso o licitante que tenha proferido o lance mais bem classificado NÃO SEJA microempresa ou empresa de pequeno porte, serão consideradas com ele EMPATADAS, as propostas formuladas por microempresas e empresas de pequeno porte, cujos últimos lances sejam até 5% superiores ao melhor preço;

7.10.2 - Será oportunizado ao licitante mais bem classificado entre os empatados, observado o item 7.10.1, apresentar proposta inferior ao preço vencedor, situação que, uma vez concretizada, importará na adjudicação do objeto licitado em seu favor;

7.10.3 - Na hipótese do licitante mais bem classificado entre os empatados não apresentar proposta inferior ao preço vencedor da etapa de lances, serão convocados, se houverem, remanescentes dentre os empatados, respeitada a ordem classificatória, para exercitarem o mesmo direito;

7.10.4 - Caso não haja novas propostas pelos licitantes considerados empatados visando superar o preço originalmente ofertado pelo licitante vencedor da primeira etapa de lances, a este será adjudicado o objeto licitado;

7.11 - Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades e sanções constantes deste Edital e legislação vigente;

7.12 - É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante;

7.13 - O Pregoeiro estipulará parâmetros ou percentuais sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, desde que aceito pelos participantes da etapa de lances, bem como o tempo de oferecimento de lances;

7.13.1 - Durante etapa de lances, o pregoeiro poderá, a seu critério, alterar o decréscimo mínimo estipulado no item anterior, desde que aceito pelos participantes da etapa de lances.

7.14 - Declarada encerrada a etapa competitiva (todos os participantes declinarem da formulação de lances) e classificadas as propostas, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.14.1 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução de preços;

7.14.2 - Se a oferta não for aceitável, mesmo após a tentativa de negociação, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

7.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o credenciado para que seja obtido preço melhor;

7.16 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

## VIII - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

8.1 - O Envelope de Habilitação deverá conter os documentos abaixo elencados, preferencialmente numerados sequencialmente, que constituirão a comprovação da:

### 8.1.1 - Habilitação Jurídica

8.1.1.1 - Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

8.1.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus

administradores;

8.1.1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

8.1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.1.5 - Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física.

### 8.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C/MF ou CNPJ);

8.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados:

8.1.2.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

8.1.2.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

8.1.2.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

8.1.2.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

8.1.2.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

8.1.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

8.1.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### 8.1.3 - Qualificação Técnica

8.1.3.1 - Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente licitação - Atestado de Capacidade Técnica;

8.1.3.2 - O atestado deverá conter a identificação do signatário, ser apresentado em papel timbrado da empresa ou órgão declarante, claramente identificada a razão social, o endereço e o CNPJ do licitante.

### 8.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira

8.1.4.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

### 8.1.5 - Regularidade Social



8.1.5.1 - Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) - modelo de uso facultativo - Anexo III do Edital.

#### IX - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 02 - Da Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

9.1.1 - Após constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

9.1.2 - Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.1.3 - Os licitantes "microempresas" ou "empresas de pequeno porte" deverão apresentar, sob pena de desclassificação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições;

9.1.3.1 - Caso a documentação apresentada por "microempresa" ou "empresa de pequeno porte" vencedora do certame contenha restrição fiscal, a sessão será suspensa, sendo reaberta, com a convocação de todos os licitantes participantes, na data designada pelo pregoeiro oficial, em 04 (quatro) dias úteis, para que tal licitante apresente a documentação de habilitação regular e se dê continuidade à sessão pública de pregão;

9.2 - Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas, sendo a empresa inabilitada;

9.3 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria Sessão Pública, principalmente àquelas formais;

9.4 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) a que se refere o § 1º do art. 36 da Lei nº 8.666/93 e alterações, quando expedida pelo Samae de Governador Celso Ramos, pertinente ao objeto da licitação, substituem os itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.4 e 8.1.5;

9.4.1 - A substituição aplica-se somente aos documentos que constem como válidos no Certificado de Cadastro de Fornecedores do Samae de Governador Celso Ramos. A licitante deverá apresentar os documentos que constarem como vencidos, sob pena de ser inabilitada caso não apresente;

9.5 - Os documentos exigidos no Capítulo VIII poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação do Samae de Governador Celso Ramos, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

9.6 - Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias, com exceção do Atestado de Capacidade Técnica, subitem 8.1.3.1 do Capítulo VIII deste Edital;

9.7 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

9.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, após análise da documentação da empresa classificada para tal, fará anúncio de sua Habilitação ou Inabilitação;

9.9 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da efetiva contratação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado;

9.9.1 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame (lances verbais), permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### X - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

10.1 - Na sessão pública do Pregão será lavrada ata da Sessão Pública circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata;

10.1.1 - A ata da Sessão Pública circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio presente e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados;

10.2 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro;

10.2.1 - Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro poderá determinar nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

10.2.2 - Será lavrada ata da Sessão Pública a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento;

10.3 - O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos;

#### XI - DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial do Município de Governador Celso Ramos (DOM), bem como no Painel de Licitações do Samae de Governador Celso Ramos.

11.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do. Sr. Diretor Geral do Samae;

11.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (Anexo VI) será de 01 (um) ano, computadas neste as eventuais prorrogações, contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Município (DOM);



11.3.1 - É admitida a prorrogação da vigência do contrato, que eventualmente for firmado, nos termos do da Lei Federal nº 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos desta norma, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, comprovada mediante pesquisa prévia de mercado;

11.3.2 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

11.4 - O SAMAE-GCR convocará o licitante vencedor, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento, telefone, email ou através de fac-símile, para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, a critério do Samae;

11.4.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador e pelos fornecedores cujos preços forem registrados. E, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

11.4.2 - A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital;

11.4.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender as condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o SAMAE-GCR registrará os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação;

11.4.4 - Os fornecedores classificados, subsequentemente, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata de Registro de Preços, desde que aceitem fornecer ao preço do detentor do preço registrado;

11.5 - Durante a vigência do Registro de Preços, o SAMAE de Governador Celso Ramos poderá convocar os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente à ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços;

11.6 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do Samae e será procedida preferencialmente pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF) e/ou, por Contrato de Fornecimento (CF) ou por documento equivalente;

11.6.1. - O SAMAE encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), via correio com aviso de recebimento, email ou através de fac-símile, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

11.6.2 - O contrato firmado, se firmado, terá vigência a partir de sua assinatura, limitando-se ao final do exercício em que ocorreu sua assinatura;

11.6.3 - O contrato firmado poderá ser prorrogado, a critério do Samae, até o final do exercício, limitando-se a utilização dos quantitativos estabelecidos em seus anexos;

11.6.4 - O SAMAE-GCR convocará o detentor do preço registrado, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento, email ou através de fac-símile, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

11.7 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

11.7.1 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado;

11.8 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 4.661, de 25 de agosto de 2006;

11.8.1 - Caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento adicional, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

## XII - DO PAGAMENTO

12.1 - O SAMAE-GCR efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

12.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

12.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não seja o BANCO DO BRASIL, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo BANCO DO BRASIL.

12.2 - A fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, sede ou domicílio da contratada, demonstrando sua regularidade;

12.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: o número da Ata de Registro de Preços, o número da Licitação, do Processo Administrativo e da Ordem de Fornecimento.

12.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

## XIII - DO PRAZO E DA ENTREGA

13.1 - A entrega dos equipamentos serão nos termos da requisição da Setor solicitante, destinando-se à aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações e condições estabelecidas nos anexos deste edital.

13.2 - O prazo de entrega deverá ser de até 10 (dez) dias após o recebimento da autorização de fornecimento;

**XIV - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1 - A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, com prazos de validade vencidos, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos;

14.2 - Expedida a Autorização de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

"a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);  
b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação."

14.3 - A validade dos produtos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% do seu prazo de validade.

**XV - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

15.1 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente e a qualquer tempo, tornar-se superior ao praticado no mercado e/ou em outros órgãos da Administração Pública, o Samae de Governador Celso Ramos, órgão gerenciador, deverá:

- Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor detentor do preço registrado, mediante requerimento devidamente comprovado e fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o SAMAE-GCR poderá, mediante criteriosa análise:

- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e, ainda, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

15.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, ou revogação do lote e/ou item da Ata de Registro de Preços.

**XVI - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

16.1 - O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

- Não cumprir as exigências do Ato Convocatório e/ou Ata de Registro de Preços;
- Não formalizar e/ou cumprir o contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, de-corrente do registro de preços e/ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- Der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.2 - O cancelamento de registro, nas alíneas citadas no item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, mediante abertura de processo administrativo, devidamente fundamentado, comprovando fato superveniente, caso fortuito ou força maior, ou ocorrência de Fato do Príncipe;

16.3.1 - O participante fica obrigado a manter o Registro pelo prazo de 12 (doze) meses, salvo as condições estabelecidas no item anterior, após analisadas e julgadas;

16.4 - A comunicação do cancelamento de preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do item 16.1, será por correspondência com aviso de recebimento (protocolo), juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços;

16.5 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

16.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

**XVII - DAS AMOSTRAS**

17.1 - A avaliação das amostras tem como objetivo garantir e proporcionar segurança ao evitar-se fornecimento de bens com baixa qualidade e/ou sem correspondência com o edital, assim como demais trâmites desnecessários do processo - devolução da mercadoria, distrato, anulação de empenhos e convocação do segundo colocado - sob custos e prazos que não se amoldam ao rito célere inerente da modalidade pregão, evitando-se potencial prejuízo aos funcionários do Samae. Este procedimento visa verificar a conformidade das propostas com os requisitos do ato convocatório, nos termos do inciso VII, do artigo 4º da Lei nº. 10.520/02, observados as especificações técnicas e os parâmetros mínimos definidos no edital.

17.2 - Após a declaração de classificação, as licitantes vencedoras, ofertantes do menor preço por lote deverão apresentar 01 (uma) amostra para cada produto que compõe o lote no qual foi vencedora, em quantidade suficiente para análise/testes, devidamente identificada com o número do Pregão, razão social da licitante e indicação da marca/fabricante, peso embalagem, sabor do produto conforme o caso, e os documentos técnicos constantes nas especificações técnicas de cada produto, para efeito da verificação das exigências pertinentes ao objeto deste Pregão, nos termos do especificado no Anexo I, devendo ser apresentadas em até 7 (sete) dias a partir da notificação feita pelo Setor de Licitação do Samae de Governador Celso Ramos no local indicado.

17.3 - A licitante vencedora que não apresentar amostra ou apresentá-la em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo I, terá sua proposta desclassificada para efeito de julgamento.

17.4 - Os referidos produtos serão avaliados até a adjudicação e homologação do processo, sendo que após este prazo será feita a devolução aos licitantes.

17.5 - As amostras serão analisadas pela Equipe técnica do Samae e somente serão aceitas aquelas que forem totalmente compatíveis com as descrições constantes no Anexo I deste edital e que

tenha sido aprovada no padrão de qualidade.

17.6 - Caso julgue necessário, as amostras poderão ser enviadas para Laboratório Técnico, para análise e comprovação do atendimento dos valores e notas mínimas de desempenho dos produtos ofertados, sendo permitida a utilização de outras Normas desde que as mesmas garantam qualidade igual ou superior às exigidas no presente edital.

17.7 - A licitante vencedora ficará restrita a fornecer os itens de qualidade equivalente aos apresentados nas amostras e aprovados pelo Samae de Governador Celso Ramos.

17.8 - Após laudo aprovando os itens apresentados nas amostras, será homologado o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s).

17.9- Caso as amostras sejam reprovadas, a proposta da licitante será declarada desclassificada face ao desatendimento das especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital (Artigo 4º, inciso X da Lei 10.520), a licitante ofertante do menor preço subsequente apresente as amostras, e assim sucessivamente, até que uma licitante seja declarada classificada em primeiro lugar.

17.10 - Caso sejam reprovadas todas as amostras de determinado item(ns) de um(ns) lote(s), de todos licitantes, poderá o Pregoeiro cancelar o "item" reprovado, tendo por base o interesse público, não prejudicando assim o lote.

17.11- As amostras de que tratam os subitens anteriores não constituem parte dos quantitativos totais solicitados.

#### XVIII - DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

18.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

18.1.1 - A ausência de resposta da Administração à impugnação apresentada, não impedirá a licitante de participar da abertura desta licitação, sendo esta respondida, posteriormente, na hipótese da impugnação não prejudicar as propostas;

18.2 - Até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório;

18.2.1 - Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta à Comissão de Licitação, do SAMAE-GCR, via correio, e-mail ou através do protocolo da Recepção da aludida Comissão;

18.2.2- As dúvidas encaminhadas eletronicamente deverão ser endereçadas exclusivamente para o endereço: samaegcr@samaegcr.com.br, devendo constar a identificação da empresa e/ou cidadão solicitante;

18.2.3 - Os esclarecimentos ao edital serão publicados no site do SAMAE-GCR;

18.2.4 - A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura atenta do conteúdo de todas as suas páginas, pois os dispositivos nela contido se complementam a fim de definirem as regras do certame. Portanto, recomenda-se aos interessados em participar da presente licitação, antes de oferecer qualquer

pedido de esclarecimento, efetuar uma leitura completa do edital e procurar esclarecer suas dúvidas em um único documento, se for possível, evitando transtornos ao certame;

18.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se os prazos, no caso de alteração do teor das propostas técnicas e de preços;

18.4 - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos;

18.5 - Não serão conhecidas os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante;

18.6 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

18.7 - Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

18.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

18.9 - O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente;

18.10 - O recurso deverá ser entregue no setor de Licitações e Contratos, endereçado ao mesmo, podendo ser encaminhado por e-mail, no endereço eletrônico: samaegcr@samaegcr.com.br ;

18.10.1 - À parte que interpuser recurso por meio eletrônico deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena do não conhecimento deste;

18.11 - O recurso será recebido pelo Pregoeiro e será processado conforme determina a Lei 10.520/02;

18.12 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora;

18.13 - Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede do SAMAE-GCR;

18.14 - A ocorrência de recursos de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida em lei.

#### XIX - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

19.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções: a) advertência;  
b) multa;  
c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais

modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e  
d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

19.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

19.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

19.3.1- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

19.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

19.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

19.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

19.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

19.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Samae de Governador Celso Ramos, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

19.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Município, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município;

19.4.2- A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

19.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Sr. Diretor Geral do Samae de Governador Celso Ramos/SC;

19.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

19.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

19.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Samae, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

19.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

19.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

19.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigida à autoridade competente do órgão ou entidade;

19.10 - As penalidades aplicadas serão registradas no SAMAEGCR, no Cadastro Geral de Fornecedores do Samae;

19.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município, para registro.

## XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Fazem parte integrante deste edital de Licitação:

A) Anexo I - Quadro demonstrativo ;

B) Anexo II - Especificação detalhadas

C) Anexo III - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

D) Anexo III.A - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, com restrição;



E) Anexo IV - Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;  
 F) Anexo V - Declaração Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte F)  
 G) Anexo VI - Modelo de Apresentação das Propostas;  
 G) Anexo VII- Minuta de Ata de Registro de Preços.

20.2. O SAMAE-GCR reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal - STF, Súmula nº 473);

20.3. No caso de não haver expediente para a data fixada à entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou propostas, a sessão pública realizar-se-á às 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada;

20.3.1. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor;

20.4. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova, dentro do envelope da fase correspondente à exigência, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento;

20.5. A apresentação de documentos exigidos no presente Edital poderão ser extraídos através dos Sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos a comprovação e confirmação junto ao Site do Órgão Competente, salvo disposição em contrário;

20.6. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

20.7. O SAMAE-GCR, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação;

20.8. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos à presente licitação;

20.9. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação;

20.10. O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, que se reserva o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital ou ainda que se revelarem manifestamente inexequíveis.

Governador Celso Ramos/SC 08 de Maio de 2015.  
 RENATO DA SILVA  
 PREGOEIRO

## ANEXO I

### QUADRO DEMONSTRATIVO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
01	DESKTOP DUAL CORE 4GB RAM 500 GB HD 18,5 WINDOWS 8.1 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	02	UNID	2.349,50	4.699,00
02	NOTBOOK ONE 23 SÉRIE 5000 COMPUTADOR – 4ª GERAÇÃO DO PROCESSADOR INTEL® CORE™ i5 – 4460S 2.9GHz 4GB DE MEMÓRIA WINDOWS 8.1, 64bit, EM PORTUGUES (BRASIL) DISCO RÍGIDO DE 1 TB GRAVADOR DE DVD/CD DUAL LAYER	02	UNID	3.999,00	7.998,00
03	MONITOR 20 POLEGADAS LED	02	UNID	1.050,00	2.100,00
04	IMPRESSORA MULTIFUNCA- CIONAL DESKJET	01	UNID	400,00	400,00
VALOR TOTAL R\$ = 15.197,00					

## ANEXO II

### ESPECIFICAÇÃO DETALHADA:

ITEM 01: Desktops com Configuração e suas Especificações Técnicas

#### Computador

All in One 18-5200br com Dual Core 4GB 500GB Tela LED 18,5" Windows 8.1

- Processador Acelerado AMD E1-6010(2a)
- Memória PC3-10600 DDR3L-1333 SDRAM de 4GB(3) 1x4GB (com capacidade de expansão para 16GB)
- Sistema Operacional Windows 8.1
- Entrada para fone de ouvido e microfone
- 2 entradas de USB 3.0
- 1 leitor de cartão
- 4 entradas de USB 2.0
- 1 saída de linha
- 1 entrada DC
- Super Tela LED: Tela widescreen HD(33) de 18,5" na diagonal com iluminação auxiliar por LED.

Garantias: Garantia Fabricante 1 Ano OnSite de todos os componentes que compõe o equipamento.

ITEM 02: Notebook com Configuração e suas Especificações Técnicas

#### Processador



4ª Geração do Processador Intel® Core™ i5-4460S (2.9 GHz expansível até 3.4 GHz, 6 MB de Cache)  
 Windows 8.1, 64bit, em Português (Brasil)  
 4GB de memória, Single Channel DDR3, 1600MHz (1x4GB)  
 Disco Rígido de 1 TB, SATA (5400 RPM)  
 Tela LED 23 pol. com resolução Full HD (1920 x 1080)  
 Gravador de DVD/CD Dual Layer (Unidade DVD+/- RW 8x)  
 Teclado  
 Kit Teclado + Mouse Wireless Dell - KM632  
 Mouse  
 Mouse incluso  
 Wireless  
 Dell Wireless 1707 com Bluetooth 4.0 integrado  
 Placa de som  
 Áudio de alta definição + WavesMaxxAudio® 3  
 Microsoft® Office Trial - Válido por 30 dias  
 McAfee Live Safe -  
 Slots de memória  
 2 slots DIMM  
 Portas  
 Conexões externas do chassi  
 Laterais  
 (3) Chaves OSD, (2) USB 3.0, energia, LED HDD, MCR 4:1, GHS, botão de ejeção ODD, botão liga/desliga

Posteriores  
 (5) USB 2.0, RJ-45 10/100/1000 Gigabit, saída de áudio, entrada HDMI (1), saída HDMI (1),

leitor de cartão de mídia  
 4:1 com suporte para SDHC/SDXC até UHS-1 (SD4.0)  
 Secure digital (SD)  
 Multi Media Card (MMC)  
 Chassi  
 Bluetooth  
 Opcional com 1 x 1 rádio 802.11n e Bluetooth 4.0 incluídos  
 Câmera  
 Webcam de alta definição com microfone  
 Dois microfones de matriz digital separados  
 Chipset  
 Intel H87  
 Dimensões e peso  
 574 x 385,8 x 74,4 mm (sem suporte)  
 Sem touchscreen  
 9,35 kg (máx.)  
 Touchscreen  
 10,34kg (máx.)

Garantias: Garantia Fabricante 1 Ano OnSite de todos os componentes que compõe o equipamento.

#### ITEM 3: Monitor de 20 led com Configuração e suas Especificações Técnicas

- Tipo de Tela: LED LCD
- Pixel Pitch: 0,2712 X 0,2626mm
- Tamanho de Tela: 20"
- Tecnologia: LED-IPS
- Resolução Máxima: 1600x900@60Hz
- Tempo de Resposta: 5ms
- Contraste: 5.000.000:1
- Frequência Vertical: 56 ~ 75 Hz
- Frequência Horizontal: 30 - 83 KHz
- Peso Líquido: 3,6 Kg
- Peso Bruto: 4,8 Kg
- Conector: ANALÓGICO (RGB)
- Cor: Preto
- Consumo (Normal / StadyBy): 20W (Típico)
- Furação VESA: Sim (100x100)

- Brilho: 250 cd/m2
- Revestimento da tela: Anti- Glare, Hard Coating (3H)
- Acessórios: Adaptador, Cabo D-Sub, Manual de Usuário.
- Garantia: 1 Ano - Assistência técnica autorizada.
- Suporte de Cores: 16.7M
- Ângulo de Visão (Horizontal / Vertical): 170°/160°
- Tipo de Alimentação: Fonte Interna
- Dimensões - Produto com base (LxAxP, mm): 463 X 322 X 224 mm
- Dimensões - Embalagem (LxAxP, mm): 554 X 178 X 340 mm
- Entrada USB: Não
- Dimensões - Produto sem base (LxAxP,mm): 463 X 283 X 60 mm
- Características Especiais: Pivot e Ajuste de Altura(110mm)
- Design Tela: Anti Glare, Hard Coating 3H.
- Dual Web: Não
- IPS: SIM
- Tamanho da Tela: 19,5" Formato 16:9
- Formato da Tela: Widescreen (16:9)
- Ângulo de visão: 170°/160°
- Pivot e Ajuste de Altura: Sim

#### ITEM 4: Impressora Multifuncional com Configuração e suas Especificações Técnicas

- Voltagem: BIVOLT
- Função: Impressora, copiadora e scanner
- REDE: Não
- Suprimentos: 662 (CZ103AB Preto, CZ104AB Tricolor) / 662XL (CZ105AB Preto, CZ106AB Tricolor)
- Tecnologia de Impressão: Jato de Tinta
- Ciclo Mensal: 1.000 páginas
- Duplex: Não
- Tamanho de Papel: A4, A5, A6, B5
- Garantia: 1 Ano
- Dimensão: 425,23 x 305,82 x 156,60 mm
- Peso: 3,6
- Memória: Integrada
- Página por Minuto em Preto: até 20 ppm em A4
- Observação: Origem: Nacional
- Página por Minuto em Color: Até 16 ppm
- Resolução de Impressão: 600 x 600 dpi preto / 4800 x 1200 dpi color
- Capacidade de Papel: bandeja de entrada de 60 folhas / bandeja de saída de 25 folhas
- Sistema Operacional: WIN 8 / WIN 7 / WIN VISTA / WIN XP SP3 OU SUPERIOR (SOMENTE 32 BITS) / MAC OS V10.6
- Recursos dispositivos moveis:
- Linguagem: HP PCL 3 GUI
- Conectividade padrão: 1 USB 2.0
- Rendimento em Páginas: Até 400 Páginas

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
 COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
 PROCESSO Nº 020/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
 SESSÃO PÚBLICA ÀS: 14:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

#### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a)

da Carteira de Identidade no ..... e do CPF no ..... , DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 020/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 14:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

ANEXO III-A

DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte - Com restrições)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr

(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade no ..... e do CPF no ..... , DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital, que Atende aos Requisitos de Habilitação, ressalvado o disposto na Lei n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Datado aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 020/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 14:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no ..... e do CPF no ..... , DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Datado aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 020/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 14:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_ intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no ..... e do CPF no ..... , DE-CLARA, que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Datado aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 020/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 14:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total

PROPONENTE: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
Nº \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_  
UF: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_  
EMAIL: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_ .

## REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:

NOME: RG  
CPF

## PREPOSTO QUE REPRESENTARÁ A CONTRATADA DURANTE A VIGÊNCIA DO AJUSTE NOME:

RG  
CPF

## DADOS PARA PAGAMENTO

BANCO: AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Responsável

## ANEXO VII

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2015

## AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos dias do mês de do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do Samae de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. Alcides Pereira, pelo Gestor desta Ata, senhor \_\_\_\_\_ são registrados os preços da (s) empresa (s) \_\_\_\_\_ (fornecedor) \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_ (nome do representante da empresa) \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_ (estado civil) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 009/2015, objeto do Processo 020/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

## Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICAÇÃO	MARCA(S)	VALOR UNITÁRIO
	EMPRESA		
01			

Governador Celso Ramos/SC,

Representante da Empresa Contratada

Alcides Pereira  
Diretor Geral do Samae**PREGÃO PRESENCIAL 010/20158**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015  
PROCESSO Nº 021/2015

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA ATÉ:

Dia: 21/05/2015

Hora: 08:45 hs

INÍCIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Dia: 21/05/2015

Hora: 09:00 hs

LOCAL: SETOR DE LICITAÇÕES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS. VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.

O SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, autarquia municipal, com sede na Av. bela Vista snº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, por meio da Comissão de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Decreto Federal 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, a Lei Complementar nº 123/2006, em sessão pública em data e horário acima especificados.

## I - DO OBJETO

2.2 - A presente Licitação tem por fim o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I - Detalhamento do objeto e demais especificações, partes integrantes do presente edital, durante a validade da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação.

## II - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1 - Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, podendo ser prorrogadas a critério do Pregoeiro, 02 (dois) envelopes fechados, cada um deles correspondendo a uma fase de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá constar:

## 2.1.1 - Envelope nº 01 - Da Proposta

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 021/2015  
PREGÃO “PRESENCIAL – RP” Nº 010/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 21/05/2015  
ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA”

## 2.1.2 - Envelope nº 02 - Da Habilitação

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 021/2015  
PREGÃO “PRESENCIAL – RP” Nº 010/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 21/05/2015  
ENVELOPE Nº 02 - “HABILITAÇÃO”

2.2 - Os envelopes dos subitens acima (2.1.1 e 2.1.2), poderão ser colocados em 01 (um) envelope, mantendo as devidas separações (Envelope nº 01 - Da Proposta e Envelope nº 02 - Da Habilitação), bem como deverá obrigatoriamente vir em apenso a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, mantendo na parte externa do referido envelope as seguintes informações:

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 021/2015  
PREGÃO “PRESENCIAL – RP” Nº 010/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 21/05/2015

### III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar da presente licitação qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste edital;

3.1.1 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio; membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação, bem como Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio;

3.2 - Estarão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.2.1 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes do Samae de Governador Celso Ramos;

3.2.2 - Empresas que estejam em regime de Falência ou Concorrida, ou sobre as quais incida proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

3.2.3 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.4 - Empresas suspensas do Cadastro Central de Fornecedores do Samae de Governador Celso Ramos;

3.3 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.4 - Qualquer manifestação nesta licitação condiciona-se à apresentação, pelo preposto da licitante, de seu documento de identidade com foto e instrumento público de procuração ou instrumento particular, sem necessidade de reconhecimento de firma, mais o Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor. Em sendo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar documento de identidade com foto e cópia do Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social);

3.4.1 - A não apresentação ou a incorreção dos documentos previstos no item anterior não desclassificará ou inabilitará a licitante, mas impedirá a pessoa presente de constar em ata, receber intimações, interpor recursos ou desistir de sua interposição;

3.4.1.1 - Se for sanável o ponto em desacordo com o item anterior, poderá ser corrigido na Sessão Pública;

3.5 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

3.6 - O preposto e/ou representante legal das licitantes, durante as fases de propostas e habilitação, poderá utilizar-se de telefone celular e/ou equipamentos eletrônicos, limitando-se a fazê-lo para uso restrito ao certame em tela, caso contrário, será convidado a retirar-se do recinto para não haver prejuízo aos trabalhos;

3.7 - Quando em abertura de processo licitatório, só será permitido dirimir dúvidas ou discussões relacionadas ao processo que está sendo instaurado.

### IV - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, serão chamadas à mesa de abertura as licitantes para realização do credenciamento, para que apresentem os seguintes documentos:

a) Tratando-se de Proprietário ou Sócio:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

b) Tratando-se de Representante Legal:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Instrumento público de procuração ou instrumento particular de procuração, com poderes para representar a empresa em licitações ou, especificamente, neste pregão e suas respectivas fases/etapas, inclusive formulação de lances em pregões, sem a necessidade de reconhecimento de firma;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

4.1.1 - Os documentos exigidos nas letras “a” e “b” do item anterior poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação da SAMAE-GCR, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

4.2 - Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse efeito, um único representante por licitante interessada;

4.2.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas, assim, deverá escolher dentre as empresas participantes qual será credenciada, exceto quando forem empresas que ofertarem propostas para lotes/itens diferentes;

4.2.2 - Por motivo de força maior, poderá ser substituído o credenciado a qualquer momento por outro que atenda às condições de credenciamento;

4.2.3 - Quando da necessidade de realização de nova sessão pública, poderá a empresa credenciar novo representante legal, mesmo que não tenha se credenciado na Sessão Pública anterior deste Pregão (Princípio da Supremacia do Interesse Público, bem como Princípio da Economicidade e Princípio da Competitividade);

4.3 - A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.3.1 - Também, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;



4.4 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá comprovar esta condição, por meio de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (modelo opcional no Anexo IV deste edital), sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, devendo ser apresentada preferencialmente grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

4.5 - O Pregoeiro realizará última chamada para proporcionar chance aos possíveis licitantes atrasados em credenciar-se, chamando todas as licitantes participantes (que entregaram envelopes). Caso não exista manifestação, dar-se-á por encerrada a etapa de credenciamento.

#### V - DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Apresentar a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Anexo II do Edital, devendo ser apresentada grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

5.1.1 - A declaração deverá conter nome ou razão social e endereço completo, telefone, facsímile e-mail da licitante, bem como assinada por pessoa com poderes para tal;

5.1.2 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a referida declaração com ressalva, se for o caso, em conformidade com o item 9.1.3. (Anexo II-A do Edital);

5.2 Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo II ou Anexo II-A), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

5.3 - Não atendidos os itens anteriores (5.1 e 5.2), implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não;

5.3.1 - Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01

6 - São requisitos da proposta de preços:

6.1 - Ser datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa, preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo, se possível, nome ou razão social e endereço completo, telefone, fax e e-mail da licitante;

6.1.2 - Para facilitar o desempenho durante a realização da Sessão Pública as licitantes deverão utilizar-se do ARQUIVO AUTO COTAÇÃO do Sistema Betha. Para a utilização deste arquivo, é necessário que o licitante acesse o link: <http://download.betha.com.br/termodeuso.jsp?rdn=250215180132&s=33&v=2.0.19&t=1> e faça download do programa denominado Completo-AutoCotacao-2019.exe. A partir do programa o licitante preenche seus dados cadastrais e abre o arquivo de auto cotação (AC\_LICITACAO\_PR\_10\_2015.COT) deste Pregão disponibilizado pelo Setor de Licitações da Prefeitura de Governador Celso Ramos. Deverão

trazer o arquivo em pen drive ou Cd no dia da entrega da documentação e proposta. O arquivo em questão não substitui a proposta mencionada no Edital.

6.2 - Conter o preço unitário e total por LOTE, em moeda nacional computada os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras desta licitação, no preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos pelo licitante;

6.3 - Estar assinada pelo representante legal na última folha e rubricada em todas as folhas, preferencialmente numerada;

6.4 - Na hipótese das propostas estarem em desacordo com o item anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

6.4.1 - A referência na proposta do número da Agência e Conta Bancária do Licitante no Banco do Brasil - BB - agilizará o processo de pagamento;

6.5 - Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura;

6.6 - Conter a MARCA e o FABRICANTE, quando couber, sob o qual o produto é comercializado.

6.6.1 - A Licitante poderá ofertar opções de marca, quando for o caso, mantendo as especificações do Edital e de qualidade igual ou superior a primeira cotação, não podendo alterar o preço cotado (preço único), ou oferecer proposta alternativa de preços;

6.6.2 - Caso a licitante apresente opções de marca com preços diversos, será validada somente a menor cotação, desprezando-se aquela(s) com maior (es) preço(s);

6.7 A Licitante vencedora deverá entregar amostra Samae em Governador Celso Ramos/SC conforme consta no Capítulo XVII do Edital;

6.8 - Qualquer documento que componha o envelope de proposta de preços deverá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticado na forma da lei ou mediante cotejo das cópias com os originais por membro da Comissão de Licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial que, no caso de cópia, também deverá estar autenticada na forma da lei;

6.9 - A documentação estrangeira deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.

6.10 - A licitante vencedora do certame deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, juntamente com o valor de cada lote contido no Anexo I, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da sessão.

#### VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FASE COMPETITIVA DE LANCES

7.1 - Após o final da etapa de Credenciamento e verificação da



apresentação da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, as propostas serão abertas e analisadas pelo Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, quanto à sua aceitabilidade, conforme:

- a) Se o objeto ofertado é compatível com o objeto descrito no Edital e com as formalidades dele;
- b) Se o preço cotado na proposta escrita está excessivo de acordo com os preços praticados no mercado;
- c) Se o preço cotado na proposta escrita está inexequível de acordo com os preços praticados no mercado;

7.1.1 - Será enfatizada a análise da letra "a" do item anterior (objeto e formalidades), sendo observadas as letras "b" e "c" quando flagrantes, ou seja, de fácil percepção;

7.2 - Será desclassificada a proposta da licitante que:

7.2.1 - Deixar de apresentar quaisquer documentos solicitados no Capítulo VI - Da Proposta de Preços;

7.2.2 - Estiver de forma omissa, incompleta ou incorreta, impedindo a identificação do item licitado;

7.2.3 - Não atender às especificações mínimas dos produtos/serviços, exigidas neste Edital;

7.2.4 - Conflitarem com a legislação em vigor;

7.3 - Não serão consideradas para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital;

7.4 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e total, será considerado o preço unitário; e ocorrendo divergência entre o valor expresso por extenso e em algarismo, será considerado o valor expresso por extenso;

7.5 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria sessão pública, principalmente àquelas formais;

7.6 Na apreciação das propostas o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido na ata da sessão pública, sob pena de desclassificação;

7.6.1 - No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) e/ou prospecto(s), quando solicitada(s), ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra(s) para análise fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, a proposta da licitante será desclassificada, estando sujeita às penalidades e sanções previstas neste Edital e legislação vigente;

7.7 - Depois de verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para cada um dos itens objeto da presente licitação, os respectivos valores ofertados e, caso exigido no Capítulo VI do presente Edital, a marca, o modelo e o fabricante;

7.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará, PELO PREÇO POR LOTE, as propostas passíveis de ofertas de lances verbais, além de ser identificado o menor preço, fazendo a devida ordenação das propostas de preços para cada item, em ordem crescente;

7.8.1 - Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço;

7.8.1.1 - Caso existam empates e diversas empresas dentro da faixa dos 10% (dez por cento), subitem anterior, serão classificadas todas estas para que os autores participem dos lances verbais;

7.8.2 - Caso não houver, no certame, pelo menos três propostas escritas de preços classificadas, conforme o subitem 7.8.1, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará as melhores propostas em até o máximo de 03 (três), exceto quando houver empate nas propostas, caso em que serão todos esses convidados a participar da etapa de lances (até o 3º menor preço);

7.9 - Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos credenciados das licitantes classificadas. Tais lances verbais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, de forma razoável, sendo que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada;

7.9.1 - O Pregoeiro convidará os credenciados das licitantes a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor;

7.9.1.1 - A oferta de lances deverá ser efetuada pelo valor total bruto para todos os licitantes;

7.9.1.2 - Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.9.1.3 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio;

7.9.2 - Caso não se realizem mais lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, podendo registrar os menores preços de cada licitante classificado à etapa de lances, mesmo superiores ao menor preço final, devendo estes constarem em Ata da Sessão Pública para sanar eventuais problemas futuros e, se necessário for, a negociação;

7.9.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da(s) rodada(s) posterior(es) de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva;

7.9.3.1 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

7.10 - O encerramento da 1ª parte da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances:

7.10.1 - Caso o licitante que tenha proferido o lance mais bem classificado NÃO SEJA microempresa ou empresa de pequeno porte, serão consideradas com ele EMPATADAS, as propostas formuladas por microempresas e empresas de pequeno porte, cujos últimos lances sejam até 5% superiores ao melhor preço;

7.10.2 - Será oportunizado ao licitante mais bem classificado entre os empatados, observado o item 7.10.1, apresentar proposta inferior ao preço vencedor, situação que, uma vez concretizada,

importará na adjudicação do objeto licitado em seu favor;

7.10.3 - Na hipótese do licitante mais bem classificado entre os empatados não apresentar proposta inferior ao preço vencedor da etapa de lances, serão convocados, se houverem, remanescentes dentre os empatados, respeitada a ordem classificatória, para exercitarem o mesmo direito;

7.10.4 - Caso não haja novas propostas pelos licitantes considerados empatados visando superar o preço originalmente ofertado pelo licitante vencedor da primeira etapa de lances, a este será adjudicado o objeto licitado;

7.11 - Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades e sanções constantes deste Edital e legislação vigente;

7.12 - É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante;

7.13 - O Pregoeiro estipulará parâmetros ou percentuais sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, desde que aceito pelos participantes da etapa de lances, bem como o tempo de oferecimento de lances;

7.13.1 - Durante etapa de lances, o pregoeiro poderá, a seu critério, alterar o decréscimo mínimo estipulado no item anterior, desde que aceito pelos participantes da etapa de lances.

7.14 - Declarada encerrada a etapa competitiva (todos os participantes declinarem da formulação de lances) e classificadas as propostas, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.14.1 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução de preços;

7.14.2 - Se a oferta não for aceitável, mesmo após a tentativa de negociação, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

7.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o credenciado para que seja obtido preço melhor;

7.16 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

## VIII - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

8.1 - O Envelope de Habilitação deverá conter os documentos abaixo elencados, preferencialmente numerados sequencialmente, que constituirão a comprovação da:

### 8.1.1 - Habilitação Jurídica

8.1.1.1 - Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

8.1.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

8.1.1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades

Civis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

8.1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.1.5 - Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física.

### 8.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C/MF ou CNPJ);

8.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados:

8.1.2.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

8.1.2.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

8.1.2.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

8.1.2.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

8.1.2.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

8.1.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

8.1.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### 8.1.3 - Qualificação Técnica

8.1.3.1 - Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente licitação - Atestado de Capacidade Técnica;

8.1.3.2 - O atestado deverá conter a identificação do signatário, ser apresentado em papel timbrado da empresa ou órgão declarante, claramente identificada a razão social, o endereço e o CNPJ do licitante.

### 8.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira

8.1.4.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

### 8.1.5 - Regularidade Social

8.1.5.1 - Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de

qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) - modelo de uso facultativo - Anexo III do Edital.

#### IX - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 02 - Da Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

9.1.1 - Após constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

9.1.2 - Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.1.3 - Os licitantes "microempresas" ou "empresas de pequeno porte" deverão apresentar, sob pena de desclassificação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições;

9.1.3.1 - Caso a documentação apresentada por "microempresa" ou "empresa de pequeno porte" vencedora do certame contenha restrição fiscal, a sessão será suspensa, sendo reaberta, com a convocação de todos os licitantes participantes, na data designada pelo pregoeiro oficial, em 04 (quatro) dias úteis, para que tal licitante apresente a documentação de habilitação regular e se dê continuidade à sessão pública de pregão;

9.2 - Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas, sendo a empresa inabilitada;

9.3 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria Sessão Pública, principalmente àquelas formais;

9.4 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) a que se refere o § 1º do art. 36 da Lei nº 8.666/93 e alterações, quando expedida pelo Samae de Governador Celso Ramos, pertinente ao objeto da licitação, substituem os itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.4 e 8.1.5;

9.4.1 - A substituição aplica-se somente aos documentos que constem como válidos no Certificado de Cadastro de Fornecedores do Samae de Governador Celso Ramos. A licitante deverá apresentar os documentos que constarem como vencidos, sob pena de ser inabilitada caso não apresente;

9.5 - Os documentos exigidos no Capítulo VIII poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação do Samae de Governador Celso Ramos, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

9.6 - Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias, com exceção do Atestado de Capacidade Técnica, subitem 8.1.3.1 do Capítulo VIII deste Edital;

9.7 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente

só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

9.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, após análise da documentação da empresa classificada para tal, fará anúncio de sua Habilitação ou Inabilitação;

9.9 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da efetiva contratação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado;

9.9.1 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame (lances verbais), permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### X - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

10.1 - Na sessão pública do Pregão será lavrada ata da Sessão Pública circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata;

10.1.1 - A ata da Sessão Pública circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio presente e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados;

10.2 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro;

10.2.1 - Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro poderá determinar nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

10.2.2 - Será lavrada ata da Sessão Pública a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento;

10.3 - O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos;

#### XI - DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial do Município de Governador Celso Ramos (DOM), bem como no Painel de Licitações do Samae de Governador Celso Ramos.

11.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do Sr. Diretor Geral do Samae;

11.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (Anexo VI) será de 01 (um) ano, computadas neste as eventuais prorrogações, contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Município (DOM);

11.3.1 - É admitida a prorrogação da vigência do contrato, que eventualmente for firmado, nos termos do da Lei Federal nº

8.666/93, satisfeitos os demais requisitos desta norma, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, comprovada mediante pesquisa prévia de mercado;

11.3.2 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

11.4 - O SAMAE-GCR convocará o licitante vencedor, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento, telefone, email ou através de fac-símile, para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, a critério do Samae;

11.4.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador e pelos fornecedores cujos preços forem registrados. E, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

11.4.2 - A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital;

11.4.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender as condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o SAMAE-GCR registrará os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação;

11.4.4 - Os fornecedores classificados, subsequentemente, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata de Registro de Preços, desde que aceitem fornecer ao preço do detentor do preço registrado;

11.5 - Durante a vigência do Registro de Preços, o SAMAE de Governador Celso Ramos poderá convocar os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente à ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços;

11.6 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do Samae e será procedida preferencialmente pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF) e/ou, por Contrato de Fornecimento (CF) ou por documento equivalente;

11.6.1. - O SAMAE encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), via correio com aviso de recebimento, email ou através de fac-símile, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

11.6.2 - O contrato firmado, se firmado, terá vigência a partir de sua assinatura, limitando-se ao final do exercício em que ocorreu sua assinatura;

11.6.3 - O contrato firmado poderá ser prorrogado, a critério do Samae, até o final do exercício, limitando-se a utilização dos quantitativos estabelecidos em seus anexos;

11.6.4 - O SAMAE-GCR convocará o detentor do preço registrado, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento, email ou através de fac-símile, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

11.7 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

11.7.1 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado;

11.8 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 4.661, de 25 de agosto de 2006;

11.8.1 - Caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento adicional, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

## XII - DO PAGAMENTO

12.1 - O SMAE-GCR efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

12.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

12.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não seja o BANCO DO BRASIL, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo BANCO DO BRASIL.

12.2 - A fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, sede ou domicílio da contratada, demonstrando sua regularidade;

12.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: o número da Ata de Registro de Preços, o número da Licitação, do Processo Administrativo e da Ordem de Fornecimento.

12.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

## XIII - DO PRAZO E DA ENTREGA

13.1 - A entrega dos equipamentos serão nos termos da requisição da Setor solicitante, destinando-se à aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações e condições estabelecidas nos anexos deste edital.

13.2 - O prazo de entrega deverá ser de até 10 (dez) dias após o recebimento da autorização de fornecimento;



**XIV - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1 - A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, com prazos de validade vencidos, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos;

14.2 - Expedida a Autorização de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

"a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);  
b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação."

14.3 - A validade dos produtos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% do seu prazo de validade.

**XV - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

15.1 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente e a qualquer tempo, tornar-se superior ao praticado no mercado e/ou em outros órgãos da Administração Pública, o Samae de Governador Celso Ramos, órgão gerenciador, deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor detentor do preço registrado, mediante requerimento devidamente comprovado e fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o SAMAE-GCR poderá, mediante criteriosa análise:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e, ainda, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

15.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, ou revogação do lote e/ou item da Ata de Registro de Preços.

**XVI - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 16.1 - O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:
- a) Não cumprir as exigências do Ato Convocatório e/ou Ata de Registro de Preços;
  - b) Não formalizar e/ou cumprir o contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, de-corrente do registro de preços e/ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
  - c) Der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
  - d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
  - e) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.2 - O cancelamento de registro, nas alíneas citadas no item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, mediante abertura de processo administrativo, devidamente fundamentado, comprovando fato superveniente, caso fortuito ou força maior, ou ocorrência de Fato do Príncipe;

16.3.1 - O participante fica obrigado a manter o Registro pelo prazo de 12 (doze) meses, salvo as condições estabelecidas no item anterior, após analisadas e julgadas;

16.4 - A comunicação do cancelamento de preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do item 16.1, será por correspondência com aviso de recebimento (protocolo), juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços;

16.5 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

16.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

**XVII - DAS AMOSTRAS**

17.1 - A avaliação das amostras tem como objetivo garantir e proporcionar segurança ao evitar-se fornecimento de bens com baixa qualidade e/ou sem correspondência com o edital, assim como demais trâmites desnecessários do processo - devolução da mercadoria, distrato, anulação de empenhos e convocação do segundo colocado - sob custos e prazos que não se amoldam ao rito célere inerente da modalidade pregão, evitando-se potencial prejuízo aos funcionários do Samae. Este procedimento visa verificar a conformidade das propostas com os requisitos do ato convocatório, nos termos do inciso VII, do artigo 4º da Lei nº. 10.520/02, observados as especificações técnicas e os parâmetros mínimos definidos no edital.

17.2 - Após a declaração de classificação, as licitantes vencedoras, ofertantes do menor preço por lote deverão apresentar 01 (uma) amostra para cada produto que compõe o lote no qual foi vencedora, em quantidade suficiente para análise/testes, devidamente identificada com o número do Pregão, razão social da licitante e indicação da marca/fabricante, peso embalagem, sabor do produto conforme o caso, e os documentos técnicos constantes nas especificações técnicas de cada produto, para efeito da verificação das exigências pertinentes ao objeto deste Pregão, nos termos do especificado no Anexo I, devendo ser apresentadas em até 7 (sete) dias a partir da notificação feita pelo Setor de Licitação do Samae de Governador Celso Ramos no local indicado.

17.3 - A licitante vencedora que não apresentar amostra ou apresentá-la em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo I, terá sua proposta desclassificada para efeito de julgamento.

17.4 - Os referidos produtos serão avaliados até a adjudicação e homologação do processo, sendo que após este prazo será feita a devolução aos licitantes.

17.5 - As amostras serão analisadas pela Equipe técnica do Samae e somente serão aceitas aquelas que forem totalmente compatíveis com as descrições constantes no Anexo I deste edital e que



tenha sido aprovada no padrão de qualidade.

17.6 - Caso julgue necessário, as amostras poderão ser enviadas para Laboratório Técnico, para análise e comprovação do atendimento dos valores e notas mínimas de desempenho dos produtos ofertados, sendo permitida a utilização de outras Normas desde que as mesmas garantam qualidade igual ou superior às exigidas no presente edital.

17.7 - A licitante vencedora ficará restrita a fornecer os itens de qualidade equivalente aos apresentados nas amostras e aprovados pelo Samae de Governador Celso Ramos.

17.8 - Após laudo aprovando os itens apresentados nas amostras, será homologado o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s).

17.9- Caso as amostras sejam reprovadas, a proposta da licitante será declarada desclassificada face ao desatendimento das especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital (Artigo 4º, inciso X da Lei 10.520), a licitante ofertante do menor preço subsequente apresente as amostras, e assim sucessivamente, até que uma licitante seja declarada classificada em primeiro lugar.

17.10 - Caso sejam reprovadas todas as amostras de determinado item(ns) de um(ns) lote(s), de todos licitantes, poderá o Pregoeiro cancelar o "item" reprovado, tendo por base o interesse público, não prejudicando assim o lote.

17.11- As amostras de que tratam os subitens anteriores não constituem parte dos quantitativos totais solicitados.

#### XVIII - DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

18.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

18.1.1 - A ausência de resposta da Administração à impugnação apresentada, não impedirá a licitante de participar da abertura desta licitação, sendo esta respondida, posteriormente, na hipótese da impugnação não prejudicar as propostas;

18.2 - Até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório;

18.2.1 - Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta à Comissão de Licitação, do SAMA-E-GCR, via correio, e-mail ou através do protocolo da Recepção da aludida Comissão;

18.2.2- As dúvidas encaminhadas eletronicamente deverão ser endereçadas exclusivamente para o endereço: samaegcr@samaegcr.com.br, devendo constar a identificação da empresa e/ou cidadão solicitante;

18.2.3 - Os esclarecimentos ao edital serão publicados no site do SAMA-E-GCR;

18.2.4 - A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura atenta do conteúdo de todas as suas páginas, pois os dispositivos nela contido se complementam a fim de definirem as regras do certame. Portanto, recomenda-se aos interessados em participar da presente licitação, antes de oferecer qualquer

pedido de esclarecimento, efetuar uma leitura completa do edital e procurar esclarecer suas dúvidas em um único documento, se for possível, evitando transtornos ao certame;

18.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se os prazos, no caso de alteração do teor das propostas técnicas e de preços;

18.4 - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos;

18.5 - Não serão conhecidas os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante;

18.6 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

18.7 - Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

18.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

18.9 - O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente;

18.10 - O recurso deverá ser entregue no setor de Licitações e Contratos, endereçado ao mesmo, podendo ser encaminhado por e-mail, no endereço eletrônico: samaegcr@samaegcr.com.br ;

18.10.1 - À parte que interpuser recurso por meio eletrônico deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena do não conhecimento deste;

18.11 - O recurso será recebido pelo Pregoeiro e será processado conforme determina a Lei 10.520/02;

18.12 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora;

18.13 - Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede do SAMA-E-GCR;

18.14 - A ocorrência de recursos de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida em lei.

#### XIX - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

19.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções: a) advertência;  
b) multa;  
c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais

modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e  
d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

19.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

19.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

19.3.1- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

19.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

19.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

19.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

19.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

19.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Samae de Governador Celso Ramos, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

19.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Município, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município;

19.4.2- A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

19.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Sr. Diretor Geral do Samae de Governador Celso Ramos/SC;

19.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

19.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

19.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Samae, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

19.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

19.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

19.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigida à autoridade competente do órgão ou entidade;

19.10 - As penalidades aplicadas serão registradas no SAMAEGCR, no Cadastro Geral de Fornecedores do Samae;

19.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município, para registro.

## XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Fazem parte integrante deste edital de Licitação:

A) Anexo I -Quadro Demonstrativo;

B) Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

C) Anexo II.A - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para

Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, com restrição;

D) Anexo III - Declaração de que a licitante cumpre o disposto no

inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;  
 E) Anexo IV - Declaração Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte  
 F) Anexo V - Modelo de Apresentação das Propostas;  
 G) Anexo VI- Minuta de Ata de Registro de Preços.

20.2. O SAMAE-GCR reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal - STF, Súmula nº 473);

20.3. No caso de não haver expediente para a data fixada à entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou propostas, a sessão pública realizar-se-á às 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada;

20.3.1. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor;

20.4. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova, dentro do envelope da fase correspondente à exigência, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento;

20.5. A apresentação de documentos exigidos no presente Edital poderão ser extraídos através dos Sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos a comprovação e confirmação junto ao Site do Órgão Competente, salvo disposição em contrário;

20.6. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

20.7. O SAMAE-GCR, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação;

20.8. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a presente licitação;

20.9. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação;

20.10. O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, que se reserva o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital ou ainda que se revelarem manifestamente inexecutíveis.

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Maio de 2015.  
 RENATO DA SILVA  
 PREGOEIRO

## ANEXO I QUADRO DEMONSTRATIVO

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
1	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 20 mm	Barra	60	11,40	684,00
2	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 25 mm	Barra	120	15,60	1.872,00
3	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 32 mm	Barra	180	22,80	4.104,00
4	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 40 mm	Barra	120	36,00	4.320,00
5	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 50 mm	Barra	240	48,00	11.520,00
6	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 60 mm	Barra	240	62,40	14.976,00
7	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 60	Barra	120	54,00	6.480,00
8	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 75	Barra	120	74,40	8.928,00
9	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 85	Barra	120	98,40	11.808,00
10	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 110	Barra	120	187,20	22.464,00
11	Tubo Defoyo JEI 150 mm	Barra	24	390,00	9.360,00
12	Tubo Defoyo JEI 200 mm	Barra	24	564,00	13.536,00
13	Tubo Defoyo JEI 250 mm	Barra	24	936,00	22.464,00
14	Tubo Esgoto PVC Branco DE 100	Barra	24	54,00	1.296,00
15	Tubo Esgoto PVC Branco DE 150	Barra	24	120,00	2.880,00
16	Tubo Coletor Esgoto JEI DE 150	Barra	100	186,00	18.600,00
17	Tubo Coletor Esgoto JEI DE 200	Barra	36	258,00	9.288,00
18	Tubo para Ligação Predial PEAD DE 20 Rolo de 100m	Rolos	100	246,00	24.600,00
19	Tubo para Ligação Predial PEAD DE 32 Rolo de 100m	Rolos	20	490,80	9.816,00
20	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 63mm Rolo de 50mm	Rolos	20	22,80	456,00
21	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 75mm Rolo de 50mm	Rolos	10	44,40	444,00
22	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 90mm Rolo de 50mm	Rolos	10	46,80	468,00

23	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 110mm Rolo de 50mm	Rolos	10	70,80	708,00
	TOTAL				201.072,00
	LOTE 02				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TO- TAL MAX.
24	Cap Coletor Es- goto DE 100mm	PÇ	12	13,20	158,40
25	Cap Coletor Es- goto DE 150mm	PÇ	12	28,80	345,60
26	Curva Longa Co- letor Esgoto 90 Grau 100mm	PÇ	12	33,60	403,20
27	Curva Longa Co- letor Esgoto 90 Grau 150mm	PÇ	12	82,80	993,60
28	Curva Longa Co- letor Esgoto 90 Grau 200mm	PÇ	12	170,40	2.044,80
29	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 100	PÇ	12	20,40	244,80
30	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 150	PÇ	12	75,60	907,20
31	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 200	PÇ	12	174,00	2.088,00
32	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 250	PÇ	12	216,00	2.592,00
33	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 50	PÇ	12	1,74	20,88
34	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 75	PÇ	12	3,84	46,08
35	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 100mm	PÇ	12	18,00	216,00
36	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 150mm	PÇ	12	42,00	504,00
37	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 200mm	PÇ	12	92,40	1.108,80
38	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 250mm	PÇ	12	204,00	2.448,00
39	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 300mm	PÇ	12	306,00	3.672,00
40	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 400mm	PÇ	12	810,00	9.720,00
41	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 100x75	PÇ	12	12,00	144,00
42	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 150x100	PÇ	12	67,20	806,40
43	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 200x150	PÇ	12	150,00	1.800,00

44	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 250x150	PÇ	12	240,00	2.880,00
45	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 250x200	PÇ	12	246,00	2.952,00
46	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 50x50	PÇ	12	4,80	57,60
47	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 75x50	PÇ	12	8,40	100,80
48	TEE Coletor Esgoto INJ 100x100mm	PÇ	12	32,40	388,80
49	TEE Coletor Esgoto INJ 200x200mm	PÇ	12	126,00	1.512,00
51	TEE Coletor Esgoto INJ 250x250mm	PÇ	12	336,00	4.032,00
52	TEE Coletor Esgoto INJ 300x300mm	PÇ	12	528,00	6.336,00
53	TEE Coletor Esgoto INJ 400x400mm	PÇ	12	1.080,00	12.960,00
54	TEE Sanitario Branco DE 100x100	PÇ	12	10,80	129,60
55	TEE Sanitario Branco DE 250x250	PÇ	12	156,00	1.872,00
56	TEE Sanitario Branco DE 50x50	PÇ	12	3,36	40,32
57	TEE Sanitario Branco DE 75x75	PÇ	12	7,20	86,40
58	TEE Sanitario Branco de Redu- ção DE 100x50	PÇ	12	8,40	100,80
59	TEE Sanitario Branco de Redu- ção DE 100x75	PÇ	12	10,80	129,60
60	TEE Sanitario Branco de Redu- ção DE 200x150	PÇ	12	84,00	1.008,00
61	TEE Sanitario Branco de Redu- ção DE 250x150	PÇ	12	144,00	1.728,00
62	TEE Sanitario Branco de Redu- ção DE 250x200	PÇ	12	180,00	2.160,00
63	TEE Coletor com Redução BBP DE 150mm/100mm	PÇ	25	103,20	2.580,00
64	TEE Coletor com Redução BBP DE 150mm/100mm	PÇ	10	40,80	408,00
	TOTAL				71.725,68

	LOTE 03				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TO- TAL MAX.
65	Adaptador para PEAD PN 10 DE 20mm x 3/4	PÇ	700	2,40	1.680,00



66	Adaptador para PEAD PN 10 DE 32 mm x 1"	PÇ	12	12,00	144,00
67	Adaptador para PEAD PN 10 DE 63 mm x 2"	PÇ	12	36,00	432,00
68	Adaptador Com Registro PVC Azul Cabeça Es-triada	PÇ	300	7,20	2.160,00
69	Cotovelo Para PEAD DE 20mm	PÇ	12	7,80	93,60
70	Derivação "T" – PP DE 20mm	PÇ	25	8,88	222,00
71	União para PEAD PN10 20mm	PÇ	200	3,96	792,00
72	União para PEAD PN10 32mm	PÇ	80	10,80	864,00
73	União para PEAD PN10 40mm	PÇ	80	33,60	2.688,00
74	União para PEAD PN10 63mm	PÇ	80	44,40	3.552,00
75	União para PEAD PN10 90mm	PÇ	80	170,40	13.632,00
76	Cotovelo RR com 1 Iser-to Metalico DE 3/4 x 3/4	PÇ	25	8,40	210,00
77	Cotovelo RR com Anel de Reforço DE ¾ x ¾	PÇ	12	8,40	100,80
78	T RR com Anel de Refor-ço DE ¾ x ¾	PÇ	12	5,40	64,80
79	Registro Passeio Horizontal PVC Azul C/ Manopla 20 mm x 20mm	PÇ	150	16,80	2.520,00
80	Registro Rápido Passeio Horizontal PVC Azul com Manopla 20mm x 3/4	PÇ	100	9,60	960,00
81	Porca e Tubete Curto – PP/PVC DE 3/4x3/4	PÇ	400	2,40	960,00
82	Porca e Tubete Longo – PP/PVC ¾	PÇ	200	3,48	696,00
83	Porca e Tubete PP/PVC Rosca Longa 3/4	PÇ	400	4,20	1.680,00
84	União PEAD PN10 DE 110 mm	PÇ	80	258,00	20.640,00
	TOTAL				54.091,20

	LOTE 04				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TO-TAL MAX.
85	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofo DN 50x50	PÇ	12	13,00	156,00
86	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofo DN 75x75	PÇ	12	27,30	327,60
86	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofo DN 100x100	PÇ	12	68,90	826,80
88	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 20mm	PÇ	200	0,65	130,00
89	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 25mm	PÇ	500	0,91	455,00
90	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 32mm	PÇ	12	1,37	16,38
91	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 40mm	PÇ	12	2,34	28,08

92	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 50mm	PÇ	12	3,51	42,12
93	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 60mm	PÇ	12	6,50	78,00
94	Bucha de Redução Ros-cavel DE ¾ x ½	PÇ	120	1,30	156,00
95	Bucha de Redução Solda-vel Curta DE 25x20	PÇ	120	0,39	46,80
96	Bucha de Redução Solda-vel Curta DE 32x25	PÇ	20	0,65	13,00
97	Bucha de Redução Solda-vel Curta DE 40x32	PÇ	25	1,04	26,00
98	Bucha de Redução Solda-vel Curta DE 75x60	PÇ	20	5,59	111,80
99	Bucha de Redução Solda-vel Curta DE 85x75	PÇ	20	6,24	124,80
100	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 110x60	PÇ	12	28,60	343,20
101	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 110x75	PÇ	12	54,60	655,20
102	Bucha de Redução Solda-vel Curta DE 110x85	PÇ	12	58,50	702,00
103	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 32x20	PÇ	12	1,17	14,04
104	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 40x20	PÇ	12	1,30	15,60
105	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 40x25	PÇ	12	1,82	21,84
106	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 50x20	PÇ	12	1,95	23,40
107	Bucha de Redução Sold.l Longa DE 50x25	PÇ	12	2,34	28,08
108	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 50x32	PÇ	12	3,38	40,56
109	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 60x25	PÇ	12	2,99	35,88
110	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 60x32	PÇ	60	3,38	202,80
111	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 60x40	PÇ	15	5,20	78,00
112	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 60x50	PÇ	20	11,70	234,00
113	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 75x50	PÇ	15	15,60	234,00
114	Bucha de Redução Solda-vel Longa DE 85x60	PÇ	15	24,70	370,50
115	CAP PBA DE 100x110	PÇ	6	39,00	234,00
116	CAP PBA DE 50x60	PÇ	6	9,10	54,60
117	CAP PBA DE 75x85	PÇ	6	19,50	117,00
118	CAP Soldável DE 20 mm	PÇ	100	0,65	65,00
119	CAP Soldável DE 25 mm	PÇ	120	0,91	109,20
120	CAP Soldável DE 32 mm	PÇ	12	1,30	15,60
121	CAP Soldável DE 40 mm	PÇ	12	1,82	21,84
122	CAP Soldável DE 50 mm	PÇ	12	2,86	34,32
123	CAP Soldável DE 60 mm	PÇ	12	4,03	48,36



124	CAP Soldável DE 75 mm	PÇ	12	10,40	124,80
125	CAP Soldável DE 85 mm	PÇ	12	13,00	156,00
126	CAP Soldável DE 110 mm	PÇ	6	24,70	148,20
127	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 32mm x ¾"	PÇ	350	3,90	1.365,00
128	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 40mm x ¾"	PÇ	80	4,55	364,00
129	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 50mm x ¾"	PÇ	80	5,20	416,00
130	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 60mm x ¾"	PÇ	300	6,37	1.911,00
131	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 75mm x ¾"	PÇ	30	7,15	214,50
132	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 85mm x ¾"	PÇ	30	9,10	273,00
133	Colar de Tomada c/ Tra- vas de PVC DE 110mm x ¾"	PÇ	10	11,70	117,00
134	Curva 90 Grau Soldavel DE 20 mm	PÇ	10	18,85	188,50
135	Curva 90 Grau Soldavel DE 25 mm	PÇ	10	2,73	27,30
136	Curva 90 Grau Soldavel DE 32 mm	PÇ	10	5,20	52,00
137	Curva 90 Grau Soldavel DE 40 mm	PÇ	10	8,97	89,70
138	Curva 90 Grau Soldavel DE 50 mm	PÇ	10	14,30	143,00
139	Curva 90 Grau Soldavel DE 60 mm	PÇ	10	22,10	221,00
140	Joelho 90 Grau Soldavel com Rosca 20 x ½"	PÇ	12	1,43	17,16
141	Joelho 90 Grau Soldavel com Rosca 25 x ½"	PÇ	12	1,69	20,28
142	Joelho 90 Grau Soldavel com Rosca 25 x ¾"	PÇ	60	1,95	117,00
143	Joelho 90 Grau Soldavel DE 20 mm	PÇ	300	0,78	234,00
144	Joelho 90 Grau Soldavel DE 25 mm	PÇ	500	0,91	455,00
145	Joelho 90 Grau Soldavel DE 32 mm	PÇ	50	2,47	123,50
146	Joelho 90 Grau Soldavel DE 40 mm	PÇ	100	3,77	377,00
147	Joelho 90 Grau Soldavel DE 50 mm	PÇ	80	7,80	624,00
148	Joelho 90 Grau Soldavel DE 60 mm	PÇ	20	14,30	286,00
149	Joelho 90 Grau Soldavel DE 75 mm	PÇ	12	23,40	280,80
150	Joelho 90 Grau Soldavel DE 85 mm	PÇ	12	29,90	358,80
151	Joelho 90 Grau Soldavel DE 110 mm	PÇ	8	55,90	447,20
152	Junção PVC JE BBB PBA DE 60 mm	PÇ	10	42,90	429,00

153	Junção PVC JE BBB PBA DE 85 mm	PÇ	10	117,00	1.170,00
154	Junção PVC JE BBB PBA DE 75 mm	PÇ	10	104,00	1.040,00
155	Junção PVC JE BBB PBA DE 50 mm	PÇ	10	46,80	468,00
156	Luva de Correr PVC Soldavel DE 20mm	PÇ	100	10,40	1.040,00
157	Luva de Correr PVC Soldavel DE 25mm	PÇ	150	15,60	2.340,00
158	Luva de Correr PVC Soldavel DE 32mm	PÇ	200	23,40	4.680,00
159	Luva de Correr PVC Soldavel DE 40mm	PÇ	50	26,00	1.300,00
159	Luva de Correr PVC Soldavel DE 50mm	PÇ	47	33,80	1.588,60
160	Luva de Correr DEFOFO DE 100 mm	PÇ	5	39,00	195,00
161	Luva de Correr DEFOFO DE 150 mm	PÇ	10	65,00	650,00
162	Luva de Correr DEFOFO DE 200 mm	PÇ	10	143,00	1.430,00
163	Luva de Correr DEFOFO DE 250 mm	PÇ	5	208,00	1.040,00
164	Luva de Correr PVC JE PBA DE 60 mm	PÇ	100	23,40	2.340,00
165	Luva de Correr PVC JE PBA DE 75 mm	PÇ	10	24,70	247,00
166	Luva de Correr PVC JE PBA DE 85 mm	PÇ	20	37,70	754,00
167	Luva de Correr PVC JE PBA DE 110 mm	PÇ	10	46,80	468,00
168	Luva de Redução Solda- vel DE 25x20	PÇ	150	1,43	214,50
169	Luva de Redução Solda- vel DE 32x25	PÇ	20	3,90	78,00
170	Luva de Redução Solda- vel DE 40x32	PÇ	20	4,16	83,20
171	Luva de Redução Solda- vel DE 60x50	PÇ	20	7,80	156,00
172	Luva Simples PVC JE PBA DE 60	PÇ	10	23,40	234,00
173	Luva Simples PVC JE PBA DE 85	PÇ	10	37,70	377,00
174	Luva Simples PVC JE PBA DE 110	PÇ	10	46,80	468,00
175	Luva Soldavel com Rosca DE 20 x ½"	PÇ	15	1,43	21,45
176	Luva Soldavel com Rosca DE 25 x ½"	PÇ	15	1,69	25,35
177	Luva Soldavel com Rosca DE 25 x ¾"	PÇ	200	1,76	351,00
178	Luva Soldavel DE 20 mm	PÇ	500	0,91	455,00
179	Luva Soldavel DE 25 mm	PÇ	500	1,43	715,00
180	Luva Soldavel DE 32 mm	PÇ	200	1,56	312,00
181	Luva Soldavel DE 40 mm	PÇ	15	3,90	58,50
182	Luva Soldavel DE 50 mm	PÇ	100	4,03	403,00
183	Redução PVC JE PB PBA DE 110x60	PÇ	10	50,70	507,00
184	Redução PVC JE PB PBA DE 110x85	PÇ	10	51,35	513,50

185	Redução PVC JE PB PBA DE 75x60	PÇ	15	11,70	175,50
186	Redução PVC JE PB PBA DE 85x60	PÇ	15	29,90	448,50
187	Redução PVC JE PB PBA DE 85x75	PÇ	10	19,50	195,00
188	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 20mm	PÇ	120	9,10	1.092,00
189	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 25mm	PÇ	250	9,75	2.437,50
190	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 32mm	PÇ	100	13,00	1.300,00
191	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 40mm	PÇ	37	15,60	577,20
192	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 50mm	PÇ	80	19,50	1.560,00
193	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 60mm	PÇ	50	71,50	3.575,00
194	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 75mm	PÇ	10	110,50	1.105,00
195	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 85mm	PÇ	10	123,50	1.235,00
196	Registro Esfera Roscavel C/ Fecho Borboleta 1/2'	PÇ	20	3,90	78,00
197	Registro Esfera Roscavel C/ Fecho Borboleta 3/4'	PÇ	30	5,20	156,00
198	Registro Esfera PVC – Rosca Extern c/ Borboleta DE 1/2	PÇ	20	3,90	78,00
199	Registro Esfera PVC – Rosca Extern c/ Borboleta DE 3/4	PÇ	120	5,20	624,00
200	Registro Ferro Fundido PBA Bolsa DN 60 mm	PÇ	15	416,00	6.240,00
201	Registro Ferro Fundido PBA Bolsa DN 75 mm	PÇ	10	539,50	5.395,00
202	Registro Ferro Fundido PBA Bolsa DN 85 mm	PÇ	10	539,50	5.395,00
203	Registro Ferro Fundido PBA Bolsa DN 110 mm	PÇ	10	643,50	6.435,00
204	TEE PVC JE BBB PBA DE 60 mm	PÇ	20	26,00	520,00
205	TEE PVC JE BBB PBA DE 85 mm	PÇ	10	39,00	390,00
206	TEE PVC JE BBB PBA DE 110 mm	PÇ	5	130,00	650,00
207	TEE PVC JE BBB PBA DE 75 mm	PÇ	10	39,00	390,00
208	TEE Soldavel com Rosca DE 20 x 1/2"	PÇ	10	3,77	37,70
209	TEE Soldavel com Rosca DE 25 x 1/2"	PÇ	10	3,90	39,00
210	TEE Soldavel com Rosca DE 25 x 3/4"	PÇ	10	4,55	45,50
211	TEE Soldavel DE 20 mm	PÇ	80	2,60	208,00
212	TEE Soldavel DE 25 mm	PÇ	200	3,25	650,00

213	TEE Soldavel DE 32 mm	PÇ	30	4,03	120,90
214	TEE Soldavel DE 40 mm	PÇ	25	6,50	162,50
215	TEE Soldavel DE 50 mm	PÇ	30	9,10	273,00
216	TEE Soldavel DE 60 mm	PÇ	10	16,90	169,00
217	TEE Soldavel de Redução DE 25x20	PÇ	20	1,95	39,00
218	TEE Soldavel de Redução DE 32x25	PÇ	12	2,60	31,20
219	TEE Soldavel de Redução DE 40x32	PÇ	12	3,90	46,80
220	TEE Soldavel de Redução DE 50x20	PÇ	12	4,16	49,92
221	TEE Soldavel de Redução DE 50x25	PÇ	12	5,20	62,40
222	TEE Soldavel de Redução DE 50x32	PÇ	12	5,85	70,20
223	TEE Soldavel de Redução DE 50x40	PÇ	15	6,50	97,50
224	TEE Soldavel de Redução DE 75x50	PÇ	12	58,50	702,00
225	TEE Soldavel de Redução DE 85x60	PÇ	12	65,00	780,00
226	TEE Soldavel de Redução DE 110x60	PÇ	12	78,00	936,00
227	TEE Soldavel de Redução DE 110x75	PÇ	12	84,50	1.014,00
228	Adesivo para PVC Bisnaga de 75 gramas	PÇ	600	11,57	6.942,00
229	Fita Vedarosca 18mm x 50m	PÇ	250	9,10	2.275,00
230	Pasta Lubrificante 160g	PÇ	25	20,80	520,00
231	Kit Cavalete de PVC Completo 3/4	PÇ	1200	72,80	87.360,00
232	Lacre para Hidrometro 3/4	PÇ	500	1,04	520,00
233	Adptador para tubo defofo 150 mmxpba 140mm	PÇ	30	175,00	5.250,00
234	Adptador para tubo defofo 150 mmxpba 110mm	PÇ	30	170,00	5.100,00
235	Adptador para tubo defofo 250 mmxpba	PÇ	10	430,00	4.300,00
236	Adptador para tubo defofo 200 mmxpba	PÇ	10	280,00	2.800,00
	TOTAL				202.194,56

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
 COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
 PROCESSO Nº 021/2015  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
 SESSÃO PÚBLICA ÀS: \_\_\_\_\_ HORAS DO DIA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_,  
inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a)  
da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_,  
DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do  
Capítulo V do Edital, que Atende Plenamente aos Requisitos de  
Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei  
Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 021/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: \_\_\_\_\_ HORAS DO DIA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## ANEXO II-A

## DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte - Com restrições)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_,  
inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_ por  
intermédio de seu representante legal o (a) Sr  
(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de  
Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_,  
DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital,  
que Atende aos Requisitos de Habilitação, ressalvado o disposto  
na Lei n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 021/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: \_\_\_\_\_ HORAS DO DIA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_,  
inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal o  
(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de  
Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_,  
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº  
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de  
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos  
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor  
de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição  
de aprendiz ( ). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a res-  
salva acima)

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº \_\_\_\_\_  
PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_ PARA REGISTRO DE  
PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: \_\_\_\_\_ HORAS DO DIA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO

(Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Iden-  
tidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DE-  
CLARA, que detém a condição de microempresa ou empresa de  
pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de  
14/12/2006.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

## ANEXO V

## MODELO DE PROPOSTA

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TO-TAL MAX.
1	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 20 mm	Barra	60		
2	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 25 mm	Barra	120		
3	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 32 mm	Barra	180		
4	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 40 mm	Barra	120		
5	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 50 mm	Barra	240		
6	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 60 mm	Barra	240		
7	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 60	Barra	120		
8	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 75	Barra	120		
9	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 85	Barra	120		
10	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 110	Barra	120		
11	Tubo Defofo JEI 150 mm	Barra	24		
12	Tubo Defofo JEI 200 mm	Barra	24		
13	Tubo Defofo JEI 250 mm	Barra	24		
14	Tubo Esgoto PVC Branco DE 100	Barra	24		
15	Tubo Esgoto PVC Branco DE 150	Barra	24		
16	Tubo Coletor Esgoto JEI DE 150	Barra	100		
17	Tubo Coletor Esgoto JEI DE 200	Barra	36		
18	Tubo para Ligação Predial PEAD DE 20 Rolo de 100m	Rolos	100		
19	Tubo para Ligação Predial PEAD DE 32 Rolo de 100m	Rolos	20		
20	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 63mm Rolo de 50mm	Rolos	20		
21	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 75mm Rolo de 50mm	Rolos	10		
22	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 90mm Rolo de 50mm	Rolos	10		
23	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 110mm Rolo de 50mm	Rolos	10		
TOTAL					

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TO-TAL MAX.
28	Cap Coletor Esgoto DE 100mm	PÇ	12		
29	Cap Coletor Esgoto DE 150mm	PÇ	12		
30	Curva Longa Coletor Esgoto 90 Grau 100mm	PÇ	12		

31	Curva Longa Coletor Esgoto 90 Grau 150mm	PÇ	12		
32	Curva Longa Coletor Esgoto 90 Grau 200mm	PÇ	12		
33	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 100	PÇ	12		
34	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 150	PÇ	12		
35	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 200	PÇ	12		
36	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 250	PÇ	12		
37	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 50	PÇ	12		
38	Joelho 90 Grau Esgoto Branco DE 75	PÇ	12		
39	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 100mm	PÇ	12		
40	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 150mm	PÇ	12		
41	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 200mm	PÇ	12		
42	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 250mm	PÇ	12		
43	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 300mm	PÇ	12		
44	Joelho Coletor Esgoto 90 grau 400mm	PÇ	12		
45	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 100x75	PÇ	12		
46	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 150x100	PÇ	12		
47	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 200x150	PÇ	12		
48	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 250x150	PÇ	12		
49	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 250x200	PÇ	12		
50	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 50x50	PÇ	12		
51	Junção Saniatrio Branco DE 45 Grau DE 75x50	PÇ	12		
52	TEE Coletor Esgoto INJ 100x100mm	PÇ	12		
53	TEE Coletor Esgoto INJ 200x200mm	PÇ	12		
54	TEE Coletor Esgoto INJ 250x250mm	PÇ	12		
55	TEE Coletor Esgoto INJ 300x300mm	PÇ	12		
56	TEE Coletor Esgoto INJ 400x400mm	PÇ	12		
57	TEE Sanitario Branco DE 100x100	PÇ	12		
58	TEE Sanitario Branco DE 250x250	PÇ	12		
59	TEE Sanitario Branco DE 50x50	PÇ	12		
60	TEE Sanitario Branco DE 75x75	PÇ	12		
61	TEE Sanitario Branco de Redução DE 100x50	PÇ	12		
62	TEE Sanitario Branco de Redução DE 100x75	PÇ	12		
63	TEE Sanitario Branco de Redução DE 200x150	PÇ	12		

64	TEE Sanitario Branco de Redução DE 250x150	PÇ	12		
65	TEE Sanitario Branco de Redução DE 250x200	PÇ	12		
66	TEE Coletor com Redução BBP DE 150mm/100mm	PÇ	25		
67	TEE Coletor com Redução BBP DE 150mm/100mm	PÇ	10		
	TOTAL				

	LOTE 03				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
71	Adaptador para PEAD PN 10 DE 20mm x 3/4	PÇ	700		
72	Adaptador para PEAD PN 10 DE 32 mm x 1"	PÇ	12		
73	Adaptador para PEAD PN 10 DE 63 mm x 2"	PÇ	12		
75	Adaptador Com Registro PVC Azul Cabeça Estriada	PÇ	300		
76	Cotovelo Para PEAD DE 20mm	PÇ	12		
77	Derivação "T" – PP DE 20mm	PÇ	25		
78	União para PEAD PN10 20mm	PÇ	200		
79	União para PEAD PN10 32mm	PÇ	80		
80	União para PEAD PN10 40mm	PÇ	80		
81	União para PEAD PN10 63mm	PÇ	80		
82	União para PEAD PN10 90mm	PÇ	80		
83	Cotovelo RR com 1 Iserto Metalico DE 3/4 x 3/4	PÇ	25		
84	Cotovelo RR com Anel de Reforço DE 3/4 x 3/4	PÇ	12		
85	T RR com Anel de Reforço DE 3/4 x 3/4	PÇ	12		
86	Registro Passeio Horizontal PVC Azul C/ Manopla 20 mm x 20mm	PÇ	150		
87	Registro Rápido Passeio Horizontal PVC Azul com Manopla 20mm x 3/4	PÇ	100		
88	Porca e Tubete Curto – PP/ PVC DE 3/4x3/4	PÇ	400		
89	Porca e Tubete Longo – PP/ PVC 3/4	PÇ	200		
90	Porca e Tubete PP/PVC Rosca Longa 3/4	PÇ	400		
91	União PEAD PN10 DE 110 mm	PÇ	80		
	TOTAL				

	LOTE 04				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
95	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofa DN 50x50	PÇ	12		
96	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofa DN 75x75	PÇ	12		
97	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofa DN 100x100	PÇ	12		
98	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 20mm	PÇ	200		
99	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 25mm	PÇ	500		
100	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 32mm	PÇ	12		
101	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 40mm	PÇ	12		
102	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 50mm	PÇ	12		
103	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca DE 60mm	PÇ	12		
104	Bucha de Redução Roscavel DE 3/4 x 1/2	PÇ	120		
105	Bucha de Redução Soldavel Curta DE 25x20	PÇ	120		
106	Bucha de Redução Soldavel Curta DE 32x25	PÇ	20		
107	Bucha de Redução Soldavel Curta DE 40x32	PÇ	25		
108	Bucha de Redução Soldavel Curta DE 75x60	PÇ	20		
109	Bucha de Redução Soldavel Curta DE 85x75	PÇ	20		
110	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 110x60	PÇ	12		
111	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 110x75	PÇ	12		
112	Bucha de Redução Soldavel Curta DE 110x85	PÇ	12		
113	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 32x20	PÇ	12		
114	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 40x20	PÇ	12		
115	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 40x25	PÇ	12		
116	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 50x20	PÇ	12		
117	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 50x25	PÇ	12		
118	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 50x32	PÇ	12		
119	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 60x25	PÇ	12		
120	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 60x32	PÇ	60		
121	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 60x40	PÇ	15		
122	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 60x50	PÇ	20		
123	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 75x50	PÇ	15		
124	Bucha de Redução Soldavel Longa DE 85x60	PÇ	15		
125	CAP PBA DE 100x110	PÇ	6		



126	CAP PBA DE 50x60	PÇ	6		
127	CAP PBA DE 75x85	PÇ	6		
128	CAP Soldável DE 20 mm	PÇ	100		
129	CAP Soldável DE 25 mm	PÇ	120		
130	CAP Soldável DE 32 mm	PÇ	12		
131	CAP Soldável DE 40 mm	PÇ	12		
132	CAP Soldável DE 50 mm	PÇ	12		
133	CAP Soldável DE 60 mm	PÇ	12		
134	CAP Soldável DE 75 mm	PÇ	12		
135	CAP Soldável DE 85 mm	PÇ	12		
136	CAP Soldável DE 110 mm	PÇ	6		
137	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 32mm x 3/4'	PÇ	350		
138	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 40mm x 3/4'	PÇ	80		
139	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 50mm x 3/4'	PÇ	80		
140	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 60mm x 3/4'	PÇ	300		
141	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 75mm x 3/4'	PÇ	30		
142	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 85mm x 3/4'	PÇ	30		
143	Colar de Tomada c/ Travas de PVC DE 110mm x 3/4'	PÇ	10		
144	Curva 90 Grau Soldavel DE 20 mm	PÇ	10		
145	Curva 90 Grau Soldavel DE 25 mm	PÇ	10		
146	Curva 90 Grau Soldavel DE 32 mm	PÇ	10		
147	Curva 90 Grau Soldavel DE 40 mm	PÇ	10		
148	Curva 90 Grau Soldavel DE 50 mm	PÇ	10		
149	Curva 90 Grau Soldavel DE 60 mm	PÇ	10		
150	Joelho 90 Grau Soldavel com Rosca 20 x 1/2"	PÇ	12		
151	Joelho 90 Grau Soldavel com Rosca 25 x 1/2"	PÇ	12		
152	Joelho 90 Grau Soldavel com Rosca 25 x 3/4"	PÇ	60		
153	Joelho 90 Grau Soldavel DE 20 mm	PÇ	300		
154	Joelho 90 Grau Soldavel DE 25 mm	PÇ	500		
155	Joelho 90 Grau Soldavel DE 32 mm	PÇ	50		
156	Joelho 90 Grau Soldavel DE 40 mm	PÇ	100		
157	Joelho 90 Grau Soldavel DE 50 mm	PÇ	80		
158	Joelho 90 Grau Soldavel DE 60 mm	PÇ	20		
159	Joelho 90 Grau Soldavel DE 75 mm	PÇ	12		
160	Joelho 90 Grau Soldavel DE 85 mm	PÇ	12		
161	Joelho 90 Grau Soldavel DE 110 mm	PÇ	8		

162	Junção PVC JE BBB PBA DE 60 mm	PÇ	10		
163	Junção PVC JE BBB PBA DE 85 mm	PÇ	10		
164	Junção PVC JE BBB PBA DE 75 mm	PÇ	10		
165	Junção PVC JE BBB PBA DE 50 mm	PÇ	10		
166	Luva de Correr PVC Soldavel DE 20mm	PÇ	100		
167	Luva de Correr PVC Soldavel DE 25mm	PÇ	150		
168	Luva de Correr PVC Soldavel DE 32mm	PÇ	200		
169	Luva de Correr PVC Soldavel DE 40mm	PÇ	50		
170	Luva de Correr PVC Soldavel DE 50mm	PÇ	47		
171	Luva de Correr DEFOFO DE 100 mm	PÇ	5		
172	Luva de Correr DEFOFO DE 150 mm	PÇ	10		
173	Luva de Correr DEFOFO DE 200 mm	PÇ	10		
174	Luva de Correr DEFOFO DE 250 mm	PÇ	5		
175	Luva de Correr PVC JE PBA DE 60 mm	PÇ	100		
176	Luva de Correr PVC JE PBA DE 75 mm	PÇ	10		
177	Luva de Correr PVC JE PBA DE 85 mm	PÇ	20		
178	Luva de Correr PVC JE PBA DE 110 mm	PÇ	10		
179	Luva de Redução Soldavel DE 25x20	PÇ	150		
180	Luva de Redução Soldavel DE 32x25	PÇ	20		
181	Luva de Redução Soldavel DE 40x32	PÇ	20		
182	Luva de Redução Soldavel DE 60x50	PÇ	20		
183	Luva Simples PVC JE PBA DE 60	PÇ	10		
184	Luva Simples PVC JE PBA DE 85	PÇ	10		
185	Luva Simples PVC JE PBA DE 110	PÇ	10		
186	Luva Soldavel com Rosca DE 20 x 1/2"	PÇ	15		
187	Luva Soldavel com Rosca DE 25 x 1/2"	PÇ	15		
188	Luva Soldavel com Rosca DE 25 x 3/4"	PÇ	200		
189	Luva Soldavel DE 20 mm	PÇ	500		
190	Luva Soldavel DE 25 mm	PÇ	500		
191	Luva Soldavel DE 32 mm	PÇ	200		
192	Luva Soldavel DE 40 mm	PÇ	15		
193	Luva Soldavel DE 50 mm	PÇ	100		
194	Redução PVC JE PB PBA DE 110x60	PÇ	10		
195	Redução PVC JE PB PBA DE 110x85	PÇ	10		

196	Redução PVC JE PB PBA DE 75x60	PÇ	15		
197	Redução PVC JE PB PBA DE 85x60	PÇ	15		
198	Redução PVC JE PB PBA DE 85x75	PÇ	10		
199	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 20mm	PÇ	120		
200	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 25mm	PÇ	250		
201	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 32mm	PÇ	100		
202	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 40mm	PÇ	37		
203	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 50mm	PÇ	80		
204	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 60mm	PÇ	50		
205	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 75mm	PÇ	10		
206	Registro Esfera C/fecho Borboleta Soldav DE 85mm	PÇ	10		
207	Registro Esfera Roscavel C/ Fecho Borboleta 1/2'	PÇ	20		
208	Registro Esfera Roscavel C/ Fecho Borboleta 3/4'	PÇ	30		
209	Registro Esfera PVC – Rosca Extern c/ Borboleta DE 1/2	PÇ	20		
210	Registro Esfera PVC – Rosca Extern c/ Borboleta DE 3/4	PÇ	120		
211	Registro Ferro Fundido PBA Bolsa DN 60 mm	PÇ	15		
212	Registro Ferro Fundido PBA Bolsa DN 75 mm	PÇ	10		
213	Registro Ferro Fundido PBA Bolsa DN 85 mm	PÇ	10		
214	Registro Ferro Fundido PBA Bolsa DN 110 mm	PÇ	10		
215	TEE PVC JE BBB PBA DE 60 mm	PÇ	20		
216	TEE PVC JE BBB PBA DE 85 mm	PÇ	10		
217	TEE PVC JE BBB PBA DE 110 mm	PÇ	5		
218	TEE PVC JE BBB PBA DE 75 mm	PÇ	10		
219	TEE Soldavel com Rosca DE 20 x 1/2"	PÇ	10		
220	TEE Soldavel com Rosca DE 25 x 1/2"	PÇ	10		
221	TEE Soldavel com Rosca DE 25 x 3/4"	PÇ	10		
222	TEE Soldavel DE 20 mm	PÇ	80		
223	TEE Soldavel DE 25 mm	PÇ	200		
224	TEE Soldavel DE 32 mm	PÇ	30		
225	TEE Soldavel DE 40 mm	PÇ	25		
226	TEE Soldavel DE 50 mm	PÇ	30		
227	TEE Soldavel DE 60 mm	PÇ	10		
228	TEE Soldavel de Redução DE 25x20	PÇ	20		
229	TEE Soldavel de Redução DE 32x25	PÇ	12		
230	TEE Soldavel de Redução DE 40x32	PÇ	12		

231	TEE Soldavel de Redução DE 50x20	PÇ	12		
232	TEE Soldavel de Redução DE 50x25	PÇ	12		
233	TEE Soldavel de Redução DE 50x32	PÇ	12		
234	TEE Soldavel de Redução DE 50x40	PÇ	15		
235	TEE Soldavel de Redução DE 75x50	PÇ	12		
236	TEE Soldavel de Redução DE 85x60	PÇ	12		
237	TEE Soldavel de Redução DE 110x60	PÇ	12		
238	TEE Soldavel de Redução DE 110x75	PÇ	12		
239	Adesivo para PVC Bisnaga de 75 gramas	PÇ	600		
240	Fita Vedarosca 18mm x 50m	PÇ	250		
241	Pasta Lubrificante 160g	PÇ	25		
242	Kit Cavelete de PVC Completo 3/4	PÇ	1200		
243	Lacre para Hidrometro 3/4	PÇ	500		
244	Adptador para tubo defofo 150 mmxpb 140mm	PÇ	30		
245	Adptador para tubo defofo 150 mmxpb 110mm	PÇ	30		
246	Adptador para tubo defofo 250 mmxpb	PÇ	10		
247	Adptador para tubo defofo 200 mmxpb	PÇ	10		
	TOTAL				

PROPONENTE: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 Nº \_\_\_\_\_  
 BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_  
 UF: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_  
 EMAIL: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 CNPJ: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:  
 NOME: RG  
 CPF

PREPOSTO QUE REPRESENTARÁ A CONTRATADA DURANTE A VI-  
 GÊNCIA DO AJUSTE NOME:  
 RG  
 CPF  
 DADOS PARA PAGAMENTO  
 BANCO: AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:  
 \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Responsável

#### ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2015  
 AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSI-  
 DADES DO SAMAE DO GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos dias do mês de do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina,  
 através do Samae de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Geren-  
 ciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista sn,  
 Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o  
 n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr.

Alcides Pereira, pelo Gestor desta Ata, senhor \_\_\_\_\_ são registrados os preços da (s) empresa (s) \_\_\_\_\_ (fornecedor) \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_ (nome do representante da empresa) \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_ (estado civil) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 010/2015, objeto do Processo 021/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICAÇÃO	MARCA(S)	VALOR UNITÁRIO
	EMPRESA		
01			

Governador Celso Ramos/SC,  
Representante da Empresa  
Contratada

Alcides Pereira  
Diretor Geral do Samae

### PREGÃO PRESENCIAL 011/20158

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2015  
PROCESSO ADM Nº 024/2015

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA ATÉ:

Dia: 22/05/2015

Hora: 08:45 hs

INÍCIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Dia: 22/05/2015

Hora: 09:00 hs

LOCAL: SETOR DE LICITAÇÕES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS. VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.

O SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, autarquia municipal, com sede na Av. bela Vista snº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, por meio da Comissão de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Decreto Federal 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, a Lei Complementar nº 123/2006, em sessão pública em data e horário acima especificados.

### I - DO OBJETO

2.2 - A presente Licitação tem por fim o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, de acordo com os quantitativos estimados e especificações

constantes no Anexo I - Detalhamento do objeto e demais especificações, partes integrantes do presente edital, durante a validade da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação.

### II - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1 - Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, podendo ser prorrogadas a critério do Pregoeiro, 02 (dois) envelopes fechados, cada um deles correspondendo a uma fase de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá constar:

#### 2.1.1 - Envelope nº 01 - Da Proposta

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 024/2015  
PREGÃO "PRESENCIAL – RP" Nº 011/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 22/05/2015  
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA"

#### 2.1.2 - Envelope nº 02 - Da Habilitação

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 024/2015  
PREGÃO "PRESENCIAL – RP" Nº 011/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 22/05/2015  
ENVELOPE Nº 02 - "HABILITAÇÃO"

2.2 - Os envelopes dos subitens acima (2.1.1 e 2.1.2), poderão ser colocados em 01 (um) envelope, mantendo as devidas separações (Envelope nº 01 - Da Proposta e Envelope nº 02 - Da Habilitação), bem como deverá obrigatoriamente vir em apenso a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, mantendo na parte externa do referido envelope as seguintes informações:

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
PROCESSO Nº 024/2015  
PREGÃO "PRESENCIAL – RP" Nº 011/2015  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 20/05/2015

### III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar da presente licitação qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste edital;

3.1.1 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio; membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação, bem como Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio;

3.2 - Estarão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.2.1 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes do Samae de Governador Celso Ramos;

3.2.2 - Empresas que estejam em regime de Falência ou Concorrida, ou sobre as quais incida proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

3.2.3 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.4 - Empresas suspensas do Cadastro Central de Fornecedores do Samae de Governador Celso Ramos;

3.3 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.4 - Qualquer manifestação nesta licitação condiciona-se à apresentação, pelo preposto da licitante, de seu documento de identidade com foto e instrumento público de procuração ou instrumento particular, sem necessidade de reconhecimento de firma, mais o Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor. Em sendo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar documento de identidade com foto e cópia do Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social);

3.4.1 - A não apresentação ou a incorreção dos documentos previstos no item anterior não desclassificará ou inabilitará a licitante, mas impedirá a pessoa presente de constar em ata, receber intimações, interpor recursos ou desistir de sua interposição;

3.4.1.1 - Se for sanável o ponto em desacordo com o item anterior, poderá ser corrigido na Sessão Pública;

3.5 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

3.6 - O preposto e/ou representante legal das licitantes, durante as fases de propostas e habilitação, poderá utilizar-se de telefone celular e/ou equipamentos eletrônicos, limitando-se a fazê-lo para uso restrito ao certame em tela, caso contrário, será convidado a retirar-se do recinto para não haver prejuízo aos trabalhos;

3.7 - Quando em abertura de processo licitatório, só será permitido dirimir dúvidas ou discussões relacionadas ao processo que está sendo instaurado.

#### IV - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, serão chamadas à mesa de abertura as licitantes para realização do credenciamento, para que apresentem os seguintes documentos:

a) Tratando-se de Proprietário ou Sócio:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

b) Tratando-se de Representante Legal:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Instrumento público de procuração ou instrumento particular de procuração, com poderes para representar a empresa em licitações ou, especificamente, neste pregão e suas respectivas fases/etapas, inclusive formulação de lances em pregões, sem a necessidade de reconhecimento de firma;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

4.1.1 - Os documentos exigidos nas letras "a" e "b" do item anterior poderão ser apresentados em original, por qualquer processo

de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação da SAMAE-GCR, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

4.2 - Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse efeito, um único representante por licitante interessada;

4.2.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas, assim, deverá escolher dentre as empresas participantes qual será credenciada, exceto quando forem empresas que ofertarem propostas para lotes/itens diferentes;

4.2.2 - Por motivo de força maior, poderá ser substituído o credenciado a qualquer momento por outro que atenda às condições de credenciamento;

4.2.3 - Quando da necessidade de realização de nova sessão pública, poderá a empresa credenciar novo representante legal, mesmo que não tenha se credenciado na Sessão Pública anterior deste Pregão (Princípio da Supremacia do Interesse Público, bem como Princípio da Economicidade e Princípio da Competitividade);

4.3 - A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.3.1 - Também, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.4 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá comprovar esta condição, por meio de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (modelo opcional no Anexo IV deste edital), sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, devendo ser apresentada preferencialmente grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

4.5 - O Pregoeiro realizará última chamada para proporcionar chance aos possíveis licitantes atrasados em credenciar-se, chamando todas as licitantes participantes (que entregaram envelopes). Caso não exista manifestação, dar-se-á por encerrada a etapa de credenciamento.

#### V - DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Apresentar a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Anexo II do Edital, devendo ser apresentada grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

5.1.1 - A declaração deverá conter nome ou razão social e endereço completo, telefone, facsímile e-mail da licitante, bem como assinada por pessoa com poderes para tal;



5.1.2 -O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a referida declaração com ressalva, se for o caso, em conformidade com o item 9.1.3. (Anexo II-A do Edital);

5.2 Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo II ou Anexo II-A), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

5.3 - Não atendidos os itens anteriores (5.1 e 5.2), implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não;

5.3.1 - Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01

6 - São requisitos da proposta de preços:

6.1 - Ser datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa, preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo, se possível, nome ou razão social e endereço completo, telefone, fax e e-mail da licitante;

6.2 - Conter o preço unitário e total por LOTE, em moeda nacional computada os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras desta licitação, no preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos pelo licitante;

6.3 - Estar assinada pelo representante legal na última folha e rubricada em todas as folhas, preferencialmente numerada;

6.4 - Na hipótese das propostas estarem em desacordo com o item anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

6.4.1 - A referência na proposta do número da Agência e Conta Bancária do Licitante no Banco do Brasil - BB - agilizará o processo de pagamento;

6.5 - Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura;

6.6 - Conter a MARCA e o FABRICANTE, quando couber, sob o qual o produto é comercializado.

6.6.1 - A Licitante poderá ofertar opções de marca, quando for o caso, mantendo as especificações do Edital e de qualidade igual ou superior a primeira cotação, não podendo alterar o preço cotado (preço único), ou oferecer proposta alternativa de preços;

6.6.2 - Caso a licitante apresente opções de marca com preços diversos, será validada somente a menor cotação, desprezando-se aquela(s) com maior (es) preço(s);

6.7 A Licitante vencedora deverá entregar amostra Samae em Governador Celso Ramos/SC conforme consta no Capítulo XVII do Edital;

6.8 - Qualquer documento que componha o envelope de proposta de preços deverá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticado na forma da lei ou mediante cotejo das cópias com os originais por membro da Comissão de Licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial que, no caso de cópia, também deverá estar autenticada na forma da lei;

6.9 - A documentação estrangeira deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.

6.10 - A licitante vencedora do certame deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, juntamente com o valor de cada lote contido no Anexo I, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da sessão.

#### VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FASE COMPETITIVA DE LANCES

7.1 - Após o final da etapa de Credenciamento e verificação da apresentação da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, as propostas serão abertas e analisadas pelo Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, quanto à sua aceitabilidade, conforme:

- a) Se o objeto ofertado é compatível com o objeto descrito no Edital e com as formalidades dele;
- b) Se o preço cotado na proposta escrita está excessivo de acordo com os preços praticados no mercado;
- c) Se o preço cotado na proposta escrita está inexequível de acordo com os preços praticados no mercado;

7.1.1 - Será enfatizada a análise da letra "a" do item anterior (objeto e formalidades), sendo observadas as letras "b" e "c" quando flagrantes, ou seja, de fácil percepção;

7.2 - Será desclassificada a proposta da licitante que:

7.2.1 - Deixar de apresentar quaisquer documentos solicitados no Capítulo VI - Da Proposta de Preços;

7.2.2 - Estiver de forma omissa, incompleta ou incorreta, impedindo a identificação do item licitado;

7.2.3 - Não atender às especificações mínimas dos produtos/serviços, exigidas neste Edital;

7.2.4 - Conflitarem com a legislação em vigor;

7.3 - Não serão consideradas para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital;

7.4 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e total, será considerado o preço unitário; e ocorrendo divergência entre o valor expresso por extenso e em algarismo, será considerado o valor expresso por extenso;

7.5 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria sessão pública, principalmente àquelas formais;

7.6 Na apreciação das propostas o Pregoeiro, auxiliado por sua



Equipe de Apoio, poderá solicitar informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido na ata da sessão pública, sob pena de desclassificação;

7.6.1 - No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) e/ou prospecto(s), quando solicitada(s), ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra(s) para análise fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, a proposta da licitante será desclassificada, estando sujeita às penalidades e sanções previstas neste Edital e legislação vigente;

7.7 - Depois de verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para cada um dos itens objeto da presente licitação, os respectivos valores ofertados e, caso exigido no Capítulo VI do presente Edital, a marca, o modelo e o fabricante;

7.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará, PELO PREÇO GLOBAL, as propostas passíveis de ofertas de lances verbais, além de ser identificado o menor preço, fazendo a devida ordenação das propostas de preços para cada item, em ordem crescente;

7.8.1 - Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço;

7.8.1.1 - Caso existam empates e diversas empresas dentro da faixa dos 10% (dez por cento), subitem anterior, serão classificadas todas estas para que os autores participem dos lances verbais;

7.8.2 - Caso não houver, no certame, pelo menos três propostas escritas de preços classificadas, conforme o subitem 7.8.1, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará as melhores propostas em até o máximo de 03 (três), exceto quando houver empate nas propostas, caso em que serão todos esses convidados a participar da etapa de lances (até o 3º menor preço);

7.9 - Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos credenciados das licitantes classificadas. Tais lances verbais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, de forma razoável, sendo que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada;

7.9.1 - O Pregoeiro convidará os credenciados das licitantes a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor;

7.9.1.1 - A oferta de lances deverá ser efetuada pelo valor total bruto para todos os licitantes;

7.9.1.2 - Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.9.1.3 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio;

7.9.2 - Caso não se realizem mais lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, podendo registrar os menores

preços de cada licitante classificado à etapa de lances, mesmo superiores ao menor preço final, devendo estes constarem em Ata da Sessão Pública para sanar eventuais problemas futuros e, se necessário for, a negociação;

7.9.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da(s) rodada(s) posterior(es) de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva;

7.9.3.1 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

7.10 - O encerramento da 1ª parte da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances:

7.10.1 - Caso o licitante que tenha proferido o lance mais bem classificado NÃO SEJA microempresa ou empresa de pequeno porte, serão consideradas com ele EMPATADAS, as propostas formuladas por microempresas e empresas de pequeno porte, cujos últimos lances sejam até 5% superiores ao melhor preço;

7.10.2 - Será oportunizado ao licitante mais bem classificado entre os empatados, observado o item 7.10.1, apresentar proposta inferior ao preço vencedor, situação que, uma vez concretizada, importará na adjudicação do objeto licitado em seu favor;

7.10.3 - Na hipótese do licitante mais bem classificado entre os empatados não apresentar proposta inferior ao preço vencedor da etapa de lances, serão convocados, se houverem, remanescentes dentre os empatados, respeitada a ordem classificatória, para exercitarem o mesmo direito;

7.10.4 - Caso não haja novas propostas pelos licitantes considerados empatados visando superar o preço originalmente ofertado pelo licitante vencedor da primeira etapa de lances, a este será adjudicado o objeto licitado;

7.11 - Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades e sanções constantes deste Edital e legislação vigente;

7.12 - É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante;

7.13 - O Pregoeiro estipulará parâmetros ou percentuais sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, desde que aceito pelos participantes da etapa de lances, bem como o tempo de oferecimento de lances;

7.13.1 - Durante etapa de lances, o pregoeiro poderá, a seu critério, alterar o decréscimo mínimo estipulado no item anterior, desde que aceito pelos participantes da etapa de lances.

7.14 - Declarada encerrada a etapa competitiva (todos os participantes declinarem da formulação de lances) e classificadas as propostas, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.14.1 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução de preços;

7.14.2 - Se a oferta não for aceitável, mesmo após a tentativa de negociação, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na

ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

7.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o credenciado para que seja obtido preço melhor;

7.16 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

#### VIII - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

8.1 - O Envelope de Habilitação deverá conter os documentos abaixo elencados, preferencialmente numerados sequencialmente, que constituirão a comprovação da:

##### 8.1.1 - Habilitação Jurídica

8.1.1.1 - Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

8.1.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

8.1.1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

8.1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.1.5 - Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física.

##### 8.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C/MF ou CNPJ);

8.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados:

8.1.2.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

8.1.2.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

8.1.2.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

8.1.2.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

8.1.2.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

8.1.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

8.1.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a

Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

##### 8.1.3 - Qualificação Técnica

8.1.3.1 - Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente licitação - Atestado de Capacidade Técnica;

8.1.3.2 - O atestado deverá conter a identificação do signatário, ser apresentado em papel timbrado da empresa ou órgão declarante, claramente identificada a razão social, o endereço e o CNPJ do licitante.

##### 8.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira

8.1.4.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

##### 8.1.5 - Regularidade Social

8.1.5.1 - Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) - modelo de uso facultativo - Anexo III do Edital.

#### IX - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 02 - Da Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

9.1.1 - Após constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

9.1.2 - Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.1.3 - Os licitantes "microempresas" ou "empresas de pequeno porte" deverão apresentar, sob pena de desclassificação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições;

9.1.3.1 - Caso a documentação apresentada por "microempresa" ou "empresa de pequeno porte" vencedora do certame contenha restrição fiscal, a sessão será suspensa, sendo reaberta, com a convocação de todos os licitantes participantes, na data designada pelo pregoeiro oficial, em 04 (quatro) dias úteis, para que tal licitante apresente a documentação de habilitação regular e se dê continuidade à sessão pública de pregão;

9.2 - Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas, sendo a empresa inabilitada;

9.3 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria Sessão Pública, principalmente àquelas formais;

9.4 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC)

a que se refere o § 1º do art. 36 da Lei nº 8.666/93 e alterações, quando expedida pelo Samae de Governador Celso Ramos, pertinente ao objeto da licitação, substituem os itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.4 e 8.1.5;

9.4.1 - A substituição aplica-se somente aos documentos que constem como válidos no Certificado de Cadastro de Fornecedores do Samae de Governador Celso Ramos. A licitante deverá apresentar os documentos que constarem como vencidos, sob pena de ser inabilitada caso não apresente;

9.5 - Os documentos exigidos no Capítulo VIII poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação do Samae de Governador Celso Ramos, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

9.6 - Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias, com exceção do Atestado de Capacidade Técnica, subitem 8.1.3.1 do Capítulo VIII deste Edital;

9.7 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

9.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, após análise da documentação da empresa classificada para tal, fará anúncio de sua Habilitação ou Inabilitação;

9.9 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da efetiva contratação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado;

9.9.1 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame (lances verbais), permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### X - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

10.1 - Na sessão pública do Pregão será lavrada ata da Sessão Pública circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata;

10.1.1 - A ata da Sessão Pública circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio presente e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados;

10.2 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro;

10.2.1 - Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro poderá determinar nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

10.2.2 - Será lavrada ata da Sessão Pública a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento;

10.3 - O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos;

#### XI - DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial do Município de Governador Celso Ramos (DOM), bem como no Painel de Licitações do Samae de Governador Celso Ramos.

11.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do. Sr. Diretor Geral do Samae;

11.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (Anexo VI) será de 01 (um) ano, computadas neste as eventuais prorrogações, contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Município (DOM);

11.3.1 - É admitida a prorrogação da vigência do contrato, que eventualmente for firmado, nos termos do da Lei Federal nº 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos desta norma, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, comprovada mediante pesquisa prévia de mercado;

11.3.2 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

11.4 - O SAMAE-GCR convocará o licitante vencedor, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento, telefone, email ou através de fac-símile, para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, a critério do Samae;

11.4.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador e pelos fornecedores cujos preços forem registrados. E, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

11.4.2 - A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital;

11.4.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender as condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o SAMAE-GCR registrará os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação;

11.4.4 - Os fornecedores classificados, subsequentemente, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata de Registro de Preços, desde que aceitem fornecer ao preço do detentor do preço registrado;

11.5 - Durante a vigência do Registro de Preços, o SAMAE de Governador Celso Ramos poderá convocar os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente à ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços;

11.6 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do Samae e será procedida preferencialmente pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF) e/ou, por Contrato de Fornecimento (CF) ou por documento equivalente;

11.6.1. - O SAMAE encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), via correio com aviso de recebimento, email ou através de fac-símile, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

11.6.2 - O contrato firmado, se firmado, terá vigência a partir de sua assinatura, limitando-se ao final do exercício em que ocorreu sua assinatura;

11.6.3 - O contrato firmado poderá ser prorrogado, a critério do Samae, até o final do exercício, limitando-se a utilização dos quantitativos estabelecidos em seus anexos;

11.6.4 - O SAMAE-GCR convocará o detentor do preço registrado, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento, email ou através de fac-símile, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

11.7 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

11.7.1 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado;

11.8 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 4.661, de 25 de agosto de 2006;

11.8.1 - Caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento adicional, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

## XII - DO PAGAMENTO

12.1 - O SMAE-GCR efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

12.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

12.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não seja o BANCO DO BRASIL, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo BANCO DO BRASIL.

12.2 - A fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, sede ou domicílio da contratada, demonstrando sua regularidade;

12.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: o número da Ata de Registro de Preços, o número da Licitação, do Processo Administrativo e da Ordem de Fornecimento.

12.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

## XIII - DO PRAZO E DA ENTREGA

13.1 - A entrega dos equipamentos serão nos termos da requisição da Setor solicitante, destinando-se à aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações e condições estabelecidas nos anexos deste edital.

13.2 - O prazo de entrega deverá ser de até 10 (dez) dias após o recebimento da autorização de fornecimento;

## XIV - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, com prazos de validade vencidos, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos;

14.2 - Expedida a Autorização de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

"a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias); b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação."

14.3 - A validade dos produtos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% do seu prazo de validade.

## XV - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente e a qualquer tempo, tornar-se superior ao praticado no mercado e/ou em outros órgãos da Administração Pública, o Samae de Governador Celso Ramos, órgão gerenciador, deverá:

a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;  
b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;  
c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor detentor do preço registrado, mediante requerimento devidamente comprovado e fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o SAMAE-GCR poderá, mediante criteriosa análise:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e, ainda, se a comunicação ocorrer antes do



pedido de fornecimento;

b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

15.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, ou revogação do lote e/ou item da Ata de Registro de Preços.

#### XVI - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

a) Não cumprir as exigências do Ato Convocatório e/ou Ata de Registro de Preços;

b) Não formalizar e/ou cumprir o contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, de-corrente do registro de preços e/ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) Der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

e) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.2 - O cancelamento de registro, nas alíneas citadas no item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, mediante abertura de processo administrativo, devidamente fundamentado, comprovando fato superveniente, caso fortuito ou força maior, ou ocorrência de Fato do Príncipe;

16.3.1 - O participante fica obrigado a manter o Registro pelo prazo de 12 (doze) meses, salvo as condições estabelecidas no item anterior, após analisadas e julgadas;

16.4 - A comunicação do cancelamento de preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do item 16.1, será por correspondência com aviso de recebimento (protocolo), juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços;

16.5 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

16.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

#### XVII - DAS AMOSTRAS

17.1 - A avaliação das amostras tem como objetivo garantir e proporcionar segurança ao evitar-se fornecimento de bens com baixa qualidade e/ou sem correspondência com o edital, assim como demais trâmites desnecessários do processo - devolução da mercadoria, distrato, anulação de empenhos e convocação do segundo colocado - sob custos e prazos que não se amoldam ao rito célere inerente da modalidade pregão, evitando-se potencial prejuízo aos funcionários do Samae. Este procedimento visa verificar a conformidade das propostas com os requisitos do ato convocatório, nos termos do inciso VII, do artigo 4º da Lei nº. 10.520/02, observados as especificações técnicas e os parâmetros mínimos definidos no edital.

17.2 - Após a declaração de classificação, as licitantes vencedoras, ofertantes do menor preço por lote deverão apresentar 01 (uma) amostra para cada produto que compõe o lote no qual foi vencedora, em quantidade suficiente para análise/testes, devidamente identificada com o número do Pregão, razão social da licitante e indicação da marca/fabricante, peso embalagem, sabor do produto conforme o caso, e os documentos técnicos constantes nas especificações técnicas de cada produto, para efeito da verificação das exigências pertinentes ao objeto deste Pregão, nos termos do especificado no Anexo I, devendo ser apresentadas em até 7 (sete) dias a partir da notificação feita pelo Setor de Licitação do Samae de Governador Celso Ramos no local indicado.

17.3 - A licitante vencedora que não apresentar amostra ou apresentá-la em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo I, terá sua proposta desclassificada para efeito de julgamento.

17.4 - Os referidos produtos serão avaliados até a adjudicação e homologação do processo, sendo que após este prazo será feita a devolução aos licitantes.

17.5 - As amostras serão analisadas pela Equipe técnica do Samae e somente serão aceitas aquelas que forem totalmente compatíveis com as descrições constantes no Anexo I deste edital e que tenha sido aprovada no padrão de qualidade.

17.6 - Caso julgue necessário, as amostras poderão ser enviadas para Laboratório Técnico, para análise e comprovação do atendimento dos valores e notas mínimas de desempenho dos produtos ofertados, sendo permitida a utilização de outras Normas desde que as mesmas garantam qualidade igual ou superior às exigidas no presente edital.

17.7 - A licitante vencedora ficará restrita a fornecer os itens de qualidade equivalente aos apresentados nas amostras e aprovados pelo Samae de Governador Celso Ramos.

17.8 - Após laudo aprovando os itens apresentados nas amostras, será homologado o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s).

17.9- Caso as amostras sejam reprovadas, a proposta da licitante será declarada desclassificada face ao desatendimento das especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital (Artigo 4º, inciso X da Lei 10.520), a licitante ofertante do menor preço subsequente apresente as amostras, e assim sucessivamente, até que uma licitante seja declarada classificada em primeiro lugar.

17.10 - Caso sejam reprovadas todas as amostras de determinado item(ns) de um(ns) lote(s), de todos licitantes, poderá o Pregoeiro cancelar o "item" reprovado, tendo por base o interesse público, não prejudicando assim o lote.

17.11- As amostras de que tratam os subitens anteriores não constituem parte dos quantitativos totais solicitados.

#### XVIII - DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

18.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

18.1.1 - A ausência de resposta da Administração à impugnação apresentada, não impedirá a licitante de participar da abertura



desta licitação, sendo esta respondida, posteriormente, na hipótese da impugnação não prejudicar as propostas;

18.2 - Até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório;

18.2.1 - Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta à Comissão de Licitação, do SAMAE-GCR, via correio, e-mail ou através do protocolo da Recepção da aludida Comissão;

18.2.2- As dúvidas encaminhadas eletronicamente deverão ser endereçadas exclusivamente para o endereço: samaegcr@samaegcr.com.br, devendo constar a identificação da empresa e/ou cidadão solicitante;

18.2.3 - Os esclarecimentos ao edital serão publicados no site do SAMAE-GCR;

18.2.4 - A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura atenta do conteúdo de todas as suas páginas, pois os dispositivos nela contido se complementam a fim de definirem as regras do certame. Portanto, recomenda-se aos interessados em participar da presente licitação, antes de oferecer qualquer pedido de esclarecimento, efetuar uma leitura completa do edital e procurar esclarecer suas dúvidas em um único documento, se for possível, evitando transtornos ao certame;

18.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se os prazos, no caso de alteração do teor das propostas técnicas e de preços;

18.4 - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos;

18.5 - Não serão conhecidas os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante;

18.6 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

18.7 - Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

18.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

18.9 - O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente;

18.10 - O recurso deverá ser entregue no setor de Licitações e Contratos, endereçado ao mesmo, podendo ser encaminhado por e-mail, no endereço eletrônico: samaegcr@samaegcr.com.br ;

18.10.1 - À parte que interpuser recurso por meio eletrônico deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena do não

conhecimento deste;

18.11 - O recurso será recebido pelo Pregoeiro e será processado conforme determina a Lei 10.520/02;

18.12 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora;

18.13 - Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede do SAMAE-GCR;

18.14 - A ocorrência de recursos de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida em lei.

#### XIX - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

19.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções: a) advertência; b) multa; c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

19.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

19.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

19.3.1- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

19.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

19.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

19.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

19.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

19.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Samae de Governador Celso Ramos, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da pro-posta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

19.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Município, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município;

19.4.2- A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

19.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Sr. Diretor Geral do Samae de Governador Celso Ramos/SC;

19.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

19.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

19.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Samae, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

19.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

19.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão

ou entidade;

19.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigida à autoridade competente do órgão ou entidade;

19.10 - As penalidades aplicadas serão registradas no SAMAEGCR, no Cadastro Geral de Fornecedores do Samae;

19.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município, para registro.

## XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Fazem parte integrante deste edital de Licitação:

A) Anexo I -Quadro Demonstrativo;

B) Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

C) Anexo II.A - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para

Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, com restrição;

D) Anexo III - Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

E) Anexo IV - Declaração Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte F)

F) Anexo V - Modelo de Apresentação das Propostas;

G) Anexo VI- Minuta de Ata de Registro de Preços.

20.2. O SAMAEGCR reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal - STF, Súmula nº 473);

20.3. No caso de não haver expediente para a data fixada à entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou propostas, a sessão pública realizar-se-á às 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada;

20.3.1. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor;

20.4. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova, dentro do envelope da fase correspondente à exigência, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento;

20.5. A apresentação de documentos exigidos no presente Edital poderão ser extraídos através dos Sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos a comprovação e confirmação junto ao Site do Órgão Competente, salvo disposição em contrário;

20.6. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

20.7. O SAMAEGCR, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a

instrução do processo relativo a esta licitação;

20.8. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos à presente licitação;

20.9. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação;

20.10. O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, que se reserva o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital ou ainda que se revelarem manifestamente inexequíveis.

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Maio de 2015.  
RENATO DA SILVA  
PREGOEIRO

#### ANEXO I

#### QUADRO DEMONSTRATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
1	ANCINHO COM CABO 12 DENTES	UM	06	17,40	104,40
2	ARAME FARPADO 500 MTS	ROLO	20	268,20	5.364,00
3	ARAME LISO EM KILOS	KG	160	16,10	2.576,00
4	AREIA GROSSA	M³	150	78,00	11.700,00
5	AREIA MÉDIA	M³	100	84,00	8.400,00
6	ARGAMASSA	M³	30	128,00	3.840,00
7	BLADE P/ PEDREIRO PADRÃO	UN	15	24,80	372,00
8	BLOCO CONCRETO 14X19X39 CM	UN	7000	1,68	11.760,00
9	BOCAL PADRÃO 1451	UN	30	1,50	45,00
10	BRITA Nº 01	M³	60	93,00	5.580,00
11	CAIXA D'ÁGUA DE 1000 LT FIBRA AZUL	UN	10	389,30	3.893,00
12	CAIXA D'ÁGUA DE 500 LT FIBRA AZUL	UN	10	232,00	2.320,00
13	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO	UN	10	54,56	545,60
14	TINTA PLASTICAL	UN	100	12,56	1.256,00
15	CARINHO DE MÃO COMPLETO	UN	10	118,15	1.181,50
16	TELHA ECOLÓGICA 88X2,13X6 MM	UN	200	47,60	9.520,00
17	CIMENTO SACO 50KG	UN	250	27,50	6.875,00
18	COLHER DE PEDREIRO Nº 10	UN	10	24,70	247,00
19	DISJUNTOR MONOFÁSICO TRIFÁSICO 30	UN	20	13,62	272,40
20	ENXADA LARGA COM CABO	UN	15	22,61	339,15
21	FIO DE LUZ 10 COR AZUL	MTS	500	4,42	2.210,00
22	FIO DE LUZ 10 COR PRETO	MTS	500	4,42	2.210,00
23	FITA ISOLANTE 20 MTS	UN	20	18,18	363,60
24	FOICE COM CABO	UN	05	28,12	140,60

25	FITA ZEBRADA P/DEMARCAÇÃO	ROL.O	50	9,62	481,00
26	GROSA PARA LIXAR CANO	UN	20	38,00	760,00
27	HASTE TERRA PARA FIO C/CONECTOR	UN	20	29,60	592,00
28	IMPERMEABILIZANTE VEDACIT 18LTS	UN	10	71,91	719,10
29	INTERRUPTOR	UN	20	6,50	130,00
30	LÂMPADA INCANDESCENTE 100W	UN	50	3,14	157,00
31	LANTERNA	UN	10	122,25	1.222,50
32	LIXA EM FOLHA PADRÃO 80/120	UN	100	0,80	80,00
33	LONA PLÁSTICA PRETA	M²	200	0,95	190,00
34	MOERÃO DE CONCRETO DE 2 MTS	UN	200	25,60	5.120,00
35	MOERÃO DE CONCRETO DE 2,5 MTS	UN	300	3,50	9.150,00
36	PÁ DE CORTAR COM CABO	UN	20	23,20	464,00
37	PÁ DE JUNTAR COM CABO	UN	20	23,20	464,00
38	PAR DE BOTA DIVERSOS TAMANHOS	UN	40	51,00	2.040,00
39	PEDRISCO	M³	50	99,00	4.950,00
40	PICARETA COM CABO	UN	10	52,70	527,00
41	PONTEIRO 12 MM Nº 10	UN	10	14,35	143,50
42	TABUA CX PINOS 20X3 MTS	UN	250	7,00	1.750,00
43	TALHADEIRA Nº 10	UN	10	17,00	170,00
44	TELA P/SOMBREAMENTO	MT	50	4,08	204,00
45	TELA P/ ALMABRADO C/ FIO 12 SOLDA 1,80	MT	400	26,74	10.696,00
46	TIJOLOS DE 6 FUROS	UN	3000	0,45	1.350,00
47	TIJOLOS MAÇIÇO	UN	2000	0,55	1.100,00
48	TOMADA MONOFÁSICA	UN	30	10,41	312,30
49	TUBO PVC ESGOTO BR 40 MM	UN	30	23,46	703,80
50	TUBO CONCRETO 5X50X1 MTS	UN	50	48,00	2.400,00
51	VASSOURA INDUSTRIAL	UN	10	21,00	210,00
52	TINTA METALATEX AMARELO. CANARIO.FOSCA 18 LT	UN	20	320,00	6.400,00
53	TINTA METALATEX AZUL ROIAL FOSCA 18 LTS	UN	20	420,00	8.400,00
54	TINTA METALATEX BRANCO FOSCA 18 LTS	UN	05	282,00	1.410,00
55	CORDA 12 MM	MTR	2000	2,02	4.040,00
56	CORDA 10 MM	MTR	1000	1,64	1.640,00
57	CORDA 8 MM	MTR	1000	1,12	1.120,00
VALOR TOTAL MÁXIMO			R\$ = 3.471,21		R\$ = 150.211,45

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 024/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 22/05/2015

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 024/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 22/05/2015

## ANEXO II-A

## DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte - Com restrições)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_  
por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital, que Atende aos Requisitos de Habilitação, ressalvado o disposto na Lei n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 024/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 22/05/2015

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

À: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 024/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 PARA REGISTRO DE PREÇOS  
SESSÃO PÚBLICA ÀS: 09:00 HORAS DO DIA: 22/05/2015

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO

(Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

## ANEXO V

## MODELO DE PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
1	ANCINHO COM CABO 12 DENTES	UM	06		
2	ARAME FARPADO 500 MTS	ROLO	20		
3	ARAME LISO EM KILOS	KG	160		
4	AREIA GROSSA	M³	150		
5	AREIA MÉDIA	M³	100		
6	ARGAMASSA	M³	30		
7	BLADE P/ PEDREIRO PADRÃO	UN	15		
8	BLOCO CONCRETO 14X19X39 CM	UN	7000		
9	BOCAL PADRÃO 1451	UN	30		



10	BRITA Nº 01	M³	60		
11	CAIXA D'ÁGUA DE 1000 LT FIBRA AZUL	UN	10		
12	CAIXA D'ÁGUA DE 500 LT FIBRA AZUL	UN	10		
13	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO	UN	10		
14	TINTA PLASTICAL	UN	100		
15	CARINHO DE MÃO COMPLETO	UN	10		
16	TELHA ECOLÓGICA 88X2,13X6 MM	UN	200		
17	CIMENTO SACO 50KG	UN	250		
18	COLHER DE PEDREIRO Nº 10	UN	10		
19	DISJUNTOR MONOFÁSICO TRIFÁSICO 30	UN	20		
20	ENXADA LARGA COM CABO	UN	15		
21	FIO DE LUZ 10 COR AZUL	MTS	500		
22	FIO DE LUZ 10 COR PRETO	MTS	500		
23	FITA ISOLANTE 20 MTS	UN	20		
24	FOICE COM CABO	UN	05		
25	FITA ZEBRADA P/DEMARCAÇÃO	ROL.O	50		
26	GROSA PARA LIXAR CANO	UN	20		
27	HASTE TERRA PARA FIO C/CONECTOR	UN	20		
28	IMPERMEABILIZANTE VEDACIT 18LTS	UN	10		
29	INTERRUPTOR	UN	20		
30	LÂMPADA INCANDESCENTE 100W	UN	50		
31	LANTERNA	UN	10		
32	LIXA EM FOLHA PADRÃO 80/120	UN	100		
33	LONA PLÁSTICA PRETA	M²	200		
34	MOERÃO DE CONCRETO DE 2 MTS	UN	200		
35	MOERÃO DE CONCRETO DE 2,5 MTS	UN	300		
36	PÁ DE CORTAR COM CABO	UN	20		
37	PÁ DE JUNTAR COM CABO	UN	20		
38	PAR DE BOTA DIVERSOS TAMANHOS	UN	40		
39	PEDRISCO	M³	50		
40	PICARETA COM CABO	UN	10		
41	PONTEIRO 12 MM Nº 10	UN	10		
42	TABUA CX PINOS 20X3 MTS	UN	250		
43	TALHADEIRA Nº 10	UN	10		
44	TELA P/SOMBREAMENTO	MT	50		
45	TELA P/ ALMABRADO C/ FIO 12 SOLDA 1,80	MT	400		
46	TIJOLOS DE 6 FUROS	UN	3000		
47	TIJOLOS MAÇIÇO	UN	2000		
48	TOMADA MONOFÁSICA	UN	30		
49	TUBO PVC ESGOTO BR 40 MM	UN	30		
50	TUBO CONCRETO 5X50X1 MTS	UN	50		
51	VASSOURA INDUSTRIAL	UN	10		
52	TINTA METALATEX AMARELO. CANARIO.FOSCA 18 LT	UN	20		
53	TINTA METALATEX AZUL ROIAL FOSCA 18 LTS	UN	20		

54	TINTA METALATEX BRANCO FOSCA 18 LTS	UN	05		
55	CORDA 12 MM	MTR	2000		
56	CORDA 10 MM	MTR	1000		
57	CORDA 8 MM	MTR	1000		
VALOR TOTAL MÁXIMO					

PROPONENTE: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 Nº \_\_\_\_\_  
 BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_  
 UF: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_  
 FAX: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
 .

#### DADOS PARA PAGAMENTO

BANCO: AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Responsável

#### ANEXO VI

#### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2015 AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DO GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos dias do mês de do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do Samae de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. Alcides Pereira, pelo Gestor desta Ata, senhor \_\_\_\_\_ são registrados os preços da (s) empresa (s) \_\_\_\_\_ (fornecedor) \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_ (nome do representante da empresa) \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_ (estado civil) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 011/2015, objeto do Processo 024/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	MARCA(S)	VALOR UNITÁRIO
	EMPRESA		
01			

Governador Celso Ramos/SC,  
 Representante da Empresa  
 Contratada

Alcides Pereira  
 Diretor Geral do Samae



# Grão Pará

## PREFEITURA

### **DECRETO 12/2015 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

DECRETO Nº. 12/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015.

“CONVOCA A CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA,

Artigo 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Artigo 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, do dia 24/04/2015, fica convocada a 3ª Conferência de Saúde do Município para o dia 03/07/2015.

Artigo 3º - O tema central da Conferência será, “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”.

Artigo 4º - A Conferência de Saúde será realizada no Centro de Convivência dos Idosos.

Artigo 5º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 6º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 7º - Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 07 de maio de 2015.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 07 de maio de 2015.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO DF 027/2015 - ORÇAMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000027/15 de 8 de Maio de 2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001999/15 de 5 de Maio de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS****10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS**

(144)4.4.90.00.00.00.00.1.011-0000 - Aplicacoes Diretas 111.000,00

**Total Suplementação: 111.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO****07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO**

(129)4.4.90.00.00.00.00.1.016-0000 - Aplicacoes Diretas 90.000,00

**08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO****08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO**

(139)4.4.90.00.00.00.00.1.014-0000 - Aplicacoes Diretas 21.000,00

**Total Anulação: 111.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Maio de 2015.**

---

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 8 de Maio de 2015.

---

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 10/2015

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015.

MODALIDADE: Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços.

TIPO: Menor Preço por item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES.

1. Cuida-se de resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital interposto pela empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.625.813/0001-00, ora Impugnante, referente ao Pregão Presencial SRP nº 10/20145-FMS, cujo objeto é a aquisição, por intermédio de Registro de Preços, de dietas especiais e suplementos alimentares.

DA ADMISSIBILIDADE:

2. Nos termos do disposto no item 5.1 do Edital:

Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e encaminhadas, por escrito, ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, sito na Rua 28 de Agosto, nº 2042, Centro, Guaramirim/SC com a identificação completa da empresa autora da impugnação, assinatura de seu representante legal e cópia autenticada do documento que comprove esta condição, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento dos envelopes propostas e documentação

3. Desse modo, observa-se que a Impugnante encaminhou seu Pedido de Impugnação, através do Protocolo nº 1558/2015, no dia 04/05/2015 às 16h 04m, e, considerando que a abertura da sessão pública do pregão está agendada para o dia 08/05/2015, assim a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

4. Observa-se que a empresa apresentou procuração, todavia não apresentou o Contrato Social da empresa, onde se pode verificar o responsável da empresa.

#### DOS FATOS

5. Em linhas gerais, a Impugnante aduz que o item 06 do Edital de Licitação restringe a participação de licitantes interessados que possam eventualmente oferecer o melhor produto e a melhor proposta.

6. Alega a empresa que o item 06 possui o descritivo que especifica o tipo de proteína (soro do leite), aduz que esta previsão é desnecessária e delimita a concorrência, já que, algumas marcas no mercado são a base de proteína caseína, que aliás, quando extensamente hidrolisada, tem um menor potencial alergênico do que a proteína do soro, conforme estudo de A. Rosendal e V. Barkholt.

7. Aduz a impugnante que a referida exigência limita o número de participantes, vedando a participação de fornecedores de outros produtos com qualidades idênticas ou até de características superiores as exigidas, pelo menor preço, com as mesmas finalidades a que serão destinadas as fórmulas.

8. Por fim a impugnante requer a alteração da descrição do item nº 06, para ampliação da competição.

#### DA ANÁLISE

9. A presente impugnação foi encaminhada à área técnica que se manifestou da seguinte forma:

[...] a respeito da impugnação ao Pregão nº 10/2015, solicitado pela Bruthan Comercial Ltda, após ser verificado junto à área técnica, constatou-se que a marca disponibilizada pela empresa em questão se trata de um produto novo no mercado, o que gera a

necessidade de efetuar a alteração no descritivo do item nº 06, conforme segue abaixo:

"Fórmula infantil em pó para nutrição enteral ou oral de lactantes e crianças que apresentam alergia à proteína do leite de vaca e/ou seja, dificuldade na absorção de proteínas intactas e desconforto gastrointestinal. Fórmula hipoalergênica, 100 % proteína extensamente hidrolisada do soro do leite ou caseína, gordura vegetal e maltodextrina. Com LcPufas. Nutricionalmente completo e balanceado. Apresentação: lata. Validade mínima de um ano a contar da data de entrega"

Ressaltamos ainda que a Caseína (item que foi acrescentado no descritivo) trata-se de substância protéica tão eficiente quanto a proteína do soro do leite.

#### DA DECISÃO

10. Diante do exposto, ponderando as razões apresentadas pela impugnante e resposta da área técnica, conhecemos a impugnação, por tempestiva, para no mérito, julgar PROCEDENTE o pedido feito pela impugnante alterando assim o item da licitação.

11. Ademais diante da proximidade da data de abertura da licitação, e devido à prorrogação do prazo de abertura da licitação alterada pela 1ª Retificação do Edital nº 10/2015 este procedimento estende-se demasiadamente devido a este fato para que não haja prejuízo para a administração, revoga-se o item 06 do Processo Licitatório nº 10/2015 a fim de que possa se dar seguimento ao Processo Licitatório.

12. Dê ciência à Impugnante, após divulgue-se esta decisão junto ao site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

Guaramirim/SC, 06 de maio de 2015.

(Documento original assinado)

ELISANGELA FENRICH

Pregoeira

Portaria nº 215/2015

### PORTARIA Nº. 379/2015

PORTARIA Nº. 379/2015

Substitui suplente da Comissão Permanente de Licitação e da Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão, nomeada pelas Portarias nº. 214/2015 e 215/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Substituir a servidora Emily Sasse Jordan como suplente da Comissão Permanente de Licitação e da Equipe de Apoio de licitações na modalidade de pregão, nomeada pelas Portarias nº. 214/2015 e 215/2015, pelo Sr. Paulo Roberto dos Santos Lima.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 380/2015**

PORTARIA Nº. 380/2015

APROVA Rubia Cristina Valentim Henning no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Rubia Cristina Valentim Henning, na função de Terapeuta Ocupacional, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 15 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****PORTARIA Nº 613/2015**

PORTARIA Nº 613/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Alterar os efeitos das Portarias Nº 1128/2014 e 220/2015 da Servidora ILIANDRA FUSSIEGER MEDEIROS (Matr. 4028), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, sendo que a mesma passará a atuar junto a EBM Estação Luzerna, em substituição à Servidora Iria Mattevi, que se encontra afastada em Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 07 de maio de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Maio de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PRG 031 - 2015 PMI - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA

PROCESSO Nº. 160/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2015 – PMI Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COM CAÇAMBA, DE ACORDO COM TERMO DE COMPROMISSO Nº 797156/2013/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 22/05/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 22/05/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011.	
<b>MAIORES INFORMAÇÕES:</b> O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ALEX MIRANDA  
PREGOEIRO OFICIAL  
Ilhota, 11 de maio de 2015.

### AVISO LICITAÇÃO TP 008 - 2015 PMI - RUA GELINDO FURLANI

PROCESSO Nº. 168/2015 TOMADA DE PREÇO Nº. 8/2015 Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANA, EM TRECHO DA RUA GELINDO FURLANI (ANTIGA ZELINDRO FURLANI), EM CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 801336/2014/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA, DE ACORDO COM PROCESSO Nº 2622.1014584-99/2014, conforme Edital e seus anexos.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 27/05/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27/05/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011.	

#### MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
Ilhota, 11 de maio de 2015.

#### DECRETO 66 2015

Decreto nº 66, de 20 de abril de 2015.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

#### DECRETA:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 1.597.898,99 (Um milhão quinhentos e noventa e sete mil e oitocentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos reais), por conta do excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES  
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DMER  
Atividade: 1.005 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS, REURBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO  
Elemento: ( ) 4.4.90.00.00.00.00.01.0034 - Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 1.597.898,99

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 1º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I-Recurso de Transferência de Convênio União nº 388155-25/2010  
..... R\$1.352.048,99

II-Recurso de Transferência de Convênio União 1014584-99/2014  
..... R\$245.850,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 20 de abril de 2015.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Recurso proveniente do Convênio União nº 388155-25/2010:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio Federal Fonte: 34 – Transferências de Convênios – União/Outros	
Arrecadação	0.00



Provável Arrecadação	1.352.048,99
Total	1.352.048,99
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	1.352.048,99

Recurso proveniente do Convênio União nº1014584-99/2014:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio Federal Fonte: 34 – Transferências de Convênios – União/Outros	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	1.352.048,99
Total	1.352.048,99
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	1.352.048,99

DANIEL CHRISTIAN BOSI Prefeito Municipal	MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS Contador CRC SC 030821-O2
---	--

## DECRETO 67 2015

Decreto nº 67, de 20 de abril de 2015.

CONVOCA PARA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 227, da Constituição Federal, onde é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que as Conferências são instrumentos da democracia;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de dar publicidade à Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

DECRETA:

Art. Fica convocada a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 20 de maio de 2015, das 14:00 horas às 17:00 horas, nas dependências da Associação dos Servidores Públicos de Ilhota, tendo como tema central “Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente: Fortalecendo os Conselhos Municipais de Direitos”.

Art. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social e pelo Fundo da Infância e Adolescência.

Art. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Município de Ilhota, em 20 de abril de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 041 DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 041 DE 08 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial, exercício 2015, em favor da Secretária Municipal de Educação, na importância de R\$ 342.598,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos e noventa e oito reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	INVESTIMENTO			
PROJ/ATIV. – 1.103	AQUISIÇÃO DE VEICULO/AMBULANCIA			
Dotação	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	54	1.023	Aplica-ções Diretas	342.598,00
Total Suplementação		342.598,00		

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios celebrado entre o Estado de Santa Catarina - FUNDAM, através do convênio nº2014TR001867 no valor de R\$ 1.326.162,58, sendo destinado ao Fundo Municipal de Saúde o valor de R\$ 342.598,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 08 de maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios - DOM.

### DECRETO Nº. 042 DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 042 DE 08 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial, exercício 2015, em favor do Poder Executivo Municipal na importância de R\$ 983.564,58 (novecentos e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro

reais, cinquenta e oito centavos), conforme segue:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE DUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.012	AQUISIÇÃO DE VEICULO/ ONIBUS/ MICRO-O-NIBUS			
Dotação	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00		1.024	Aplicações Diretas	117.499,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.064	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, VEICULOS E EQUIP. P/ FROTA			
Dotação	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	182	1.024	Aplicações Diretas	866.065,58
Total Suplementação				983.564,58

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios celebrado entre o Estado de Santa Catarina - FUNDAM, através do convênio nº2014TR001867 no valor de R\$ 1.326.162,58, sendo destinado ao Poder Executivo o valor de R\$ 983.564,58.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 08 de maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios - DOM.

### PORTARIA Nº 150/2015

PORTARIA GP Nº 150/2015 DE 11 de Março de 2015

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

#### NOMEAR:

SÔNIA REGINA DA ROCHA CARDOSO com CPF: 800.524.109-78 para exercer o Cargo de Professor Series Iniciais com carga horária de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. A partir do dia 19 de fevereiro de 2015

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 151/2015**

PORTARIA GP Nº 151/2015 DE 11 de Março de 2015  
Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

MARIA APARECIDA DE SOUSA com CPF: 613.310.829-00 para exercer o Cargo de Professor Series Iniciais com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. A partir do dia 19 de fevereiro de 2015

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 152/2015**

PORTARIA GP Nº 152/2015 DE 11 DE Março de 2015  
Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

ANA PAULA RAMOS com CPF: 103.977.469-54 exercer o Cargo de Professor Series Iniciais Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. A partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 153/2015**

PORTARIA GP Nº 153/2015 DE 11 de Março de 2015  
Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

BRENDA VIEIRA DA SILVA com CPF: 091.377.519-30 para exercer o Cargo de Professor Series Iniciais Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. A partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 154/2015**

PORTARIA GP Nº 154/2015 DE 11 de Março de 2015  
Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

ADRIANA DE CASTRO MEDEIROS BARRETO com CPF: 927.627.949-00 para exercer o Cargo de Professor Series Iniciais Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. A partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 155/2015**

PORTARIA GP Nº 155/2015 DE 11 de MARÇO de 2015

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DENISE CASEMIRO FORTUNATO com CPF: 033.170.289-47 para exercer o Cargo de Professor Series Iniciais Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 156/2015**

PORTARIA GP Nº 156/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DENISI VIEIRA DAMAS com CPF: 058.098.999-27 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 157/2015**

PORTARIA GP Nº 157/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

EDINA BERKENBROCK ALVES com CPF: 060.175.459-06 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 20 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 158/2015**

PORTARIA GP Nº 158/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

JAQUELINE FLORENTINO DAMAS com CPF: 045.898.959-27 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 159/2015**

PORTARIA GP Nº 159/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DEBORA MARQUES FELIPE com CPF: 063.943.659-55 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 20 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 160/2015**

PORTARIA GP Nº 160/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

CÍNTIA APARECIDA DOS SANTOS com CPF: 049.583.469-61 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 161/2015**

PORTARIA GP Nº 161/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

PABLINNY FRANCISCO DE OLIVEIRA com CPF: 088.802.089-93 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº

021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 162/2015**

PORTARIA GP Nº 162/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DIEGO DOMINGOS DOS SONTOS com CPF: 096.526.079-83 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 163/2015**

PORTARIA GP Nº 163/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

MORGANA MATIAS BITTENCOURT com CPF: 103.451.379-65 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 164/2015**

PORTARIA GP Nº 164/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

CÍNTIA VIZOSO VARGAS com CPF: 100.379.109-30 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 165/2015**

PORTARIA GP Nº 165/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

TAINARA FERNANDES DELFINO com CPF: 098.644.789-74 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 166/2015**

PORTARIA GP Nº 166/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

TAMIRES DA SILVA MONTEIRO com CPF: 094.558.599-39 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação,

com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 167/2015**

PORTARIA GP Nº 167/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

KELI SABINO PADILHA com CPF: 087.891.809-41 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 168/2015**

PORTARIA GP Nº 168/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

ANA PAULA RAMOS com CPF: 103.977.469-54 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 20 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 169/2015**

PORTARIA GP Nº 169/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

SIMONE ROUSSENQ GOULART DE SOUZA com CPF: 054.078.469-93 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 170/2015**

PORTARIA GP Nº 170/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

ROSILENE DE SOUSA CARDOSO DE CASTRO com CPF: 863.942.319-91 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 171/2015**

PORTARIA GP Nº 171/2015 DE 11 MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

ANNY KAROLINY FREITAS DA SILVA FRANCISCO com CPF: 078.289.969-26 para exercer o Cargo de Professor de Educação

Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 172/2015**

PORTARIA GP Nº 172/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DAIANE FERNANDES CARDOSO com CPF: 039.197.569-24 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 173/2015**

PORTARIA GP Nº 173/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DAYANI DE OLIVEIRA CARDOSO com CPF: 095.924.989-38 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 174/2015**

PORTARIA GP Nº 174/2015 DE 11 DE MARÇO.

Nomeação para o Cargo de Professor de Língua Portuguesa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

LUANA MARQUES MACHADO DE SOUZA com CPF: 089.952.209-40 para exercer o Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com carga horária de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 175/2015**

PORTARIA GP Nº 175/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Língua Portuguesa Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

LUIZ FELIPE DOS PASSOS com CPF: 097.608.629-80 para exercer o Cargo de Professor de Língua Portuguesa Sem Habilitação, com carga horária de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 176/2015**

PORTARIA GP Nº 176/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Inglês.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

SEBASTIÃO JOSÉ VIANA com CPF: 613.308.509-63 para exercer o Cargo de Professor de Inglês, com carga horária de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 177/2015**

PORTARIA GP Nº 177/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Inglês Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

ANDERSSON PEREIRA DUARTE com CPF: 067.759.209-46 para exercer o Cargo de Professor de Inglês Sem Habilitação, com carga horária de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 178/2015**

PORTARIA GP Nº 178/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Geografia Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

RAMONA DOS PASSOS DA SILVA com CPF: 049.791.459-06 para exercer o Cargo de Professor de Geografia Sem Habilitação, com carga horária de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 179/2015**

PORTARIA GP Nº 179/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Historia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

JÉSSICA GUILHERME DE OLIVEIRA com CPF: 077.639.049-09 para exercer o Cargo de Professor de Historia, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 180/2015**

PORTARIA GP Nº 180/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Historia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

RAMON SILVA DE OLIVEIRA com CPF: 088.017.669-55 para exercer o Cargo de Professor de Historia, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 181/2015**

PORTARIA GP Nº 181/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Ciências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

CLAITON CÉLIO OLIVEIRA DOS PASSOS com CPF: 843.041.389-87 para exercer o Cargo de Professor de Ciências, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 182/2015**

PORTARIA GP Nº 182/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Ciências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

PATRÍCIA MARQUES CARDOSO MELO com CPF: 071.669.739-43 para exercer o Cargo de Professor de Ciência, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 183/2015**

PORTARIA GP Nº 183/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Geografia Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

DENISE MONTEIRO VIEIRA ADAM com CPF: 928.778.349-72 para exercer o Cargo de Professor de Geografia Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 184/2015**

PORTARIA GP Nº 184/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

SUZIANE POLUCENO VIANA com CPF: 987.936.409.00 para exercer o Cargo de Professor de Artes, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. A partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 185/2015**

PORTARIA GP Nº 185/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

PATRÍCIA DAMÁZIO DOMINGOS com CPF: 024.008.959-61 para exercer o Cargo de Professor de Artes, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 186/2015**

PORTARIA GP Nº 186/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

IVONETE VIEIRA DA SILVA com CPF: 690.476.699-91 para exercer o Cargo de Professor de Artes, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 187/2015**

PORTARIA GP Nº 187/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Artes Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

ELDICLÉSIA ANACLETO DOS SANTOS com CPF: 097.265.039-30 para exercer o Cargo de Professor de Artes Sem Habilitação, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 189/2015**

PORTARIA GP Nº 189/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DANIELY FAUST FLORIANO com CPF: 107.288.919-64 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 190/2015**

PORTARIA GP Nº 190/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Matemática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

ANA LÚCIA FRANCISCO BARRETO com CPF: 029.381.949-19 para exercer o Cargo de Professor de Matemática, com carga horaria de 30h semanais, de acordo com a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 191/2015**

PORTARIA GP Nº 191/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Matemática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

LUANA CAROLINE DE SOUSA DOMINGOS com CPF: 050.849.089-13 para exercer o Cargo de Professor de Matemática, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 192/2015**

PORTARIA GP Nº 192/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Matemática Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

SABRINA PEREIRA FLAUZINO com CPF: 093.502.669-03 para exercer o Cargo de Professor de Matemática Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do

dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 193/2015**

PORTARIA GP Nº 193/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

JONAS NUNES GONZAGA com CPF: 078.851.229-30 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 194/2015**

PORTARIA GP Nº 194/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

MARCELO SEBASTIÃO FERNANDES com CPF: 059.335.849-08 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 195/2015**

PORTARIA GP Nº 195/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

MAYARA FAUST com CPF: 037.476.809-92 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 196/2015**

PORTARIA GP Nº 196/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

POLLIANA DE SOUSA MARTINS com CPF: 047.984.839-40 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física Sem Habilitação, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 197/2015**

PORTARIA GP Nº 197/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

ANNY KAROLINY FREITAS DA SILVA FRANCISCO com CPF: 078.289.969-26 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física Sem Habilitação, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura,

Desporto e Juventude, a partir do dia 20 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 198/2015**

PORTARIA GP Nº 198/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

EMERSON VITOR JUNIOR com CPF: 093.421.329-10 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 199/2015**

PORTARIA GP Nº 199/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

GUILHERME HEPP com CPF: 065.329.929-09 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 200/2015**

PORTARIA GP Nº 200/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Segundo Professor de Educação Especial Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

IARA LÚCIA DUTRA CORRÊA com CPF: 946.916.819-49 para exercer o Cargo de Segundo Professor de Educação Especial Sem Habilitação, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 05 de Março de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 201/2015**

PORTARIA GP Nº 201/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Fonoaudióloga N.A.E.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

MARINA MEDEIROS TEIXEIRA com CPF: 029.799.399-27 para exercer o Cargo de Fonoaudióloga, com carga horaria de 20h semanais, de acordo com a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 202/2015**

PORTARIA GP Nº 202/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Psicóloga N.A.E.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

KARINA MARTINELLI DA NOVA SANTOS com CPF: 029.799.399-27 para exercer o Cargo de Psicóloga, com carga horaria de 40h semanais, de acordo com a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. A partir de 23 de

Fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 203/2015**

PORTARIA GP Nº 203/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

LEANDRO RODRIGUES MARTINS com CPF: 100.447.509-86 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 204/2015**

PORTARIA GP Nº 204/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

KAROLINE SOUSA RODRIGUES com CPF: 102.876.579-73 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 205/2015**

PORTARIA GP Nº 205/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

DANIELA CUNHA DA SILVA CARDOZO com CPF: 021.438.319-94 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 206/2015**

PORTARIA GP Nº 206/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

HELENA RAMOS FLORENTINO com CPF: 103.056.469-82 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 207/2015**

PORTARIA GP Nº 207/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

LETÍCIA BENTA MACHADO com CPF: 062.849.469-61 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 208/2015**

PORTARIA GP Nº 208/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

JULIANA GRUNOW MATIAS com CPF: 103.622.799-50 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 209/2015**

PORTARIA GP Nº 209/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

LUCIANE DE CARVALHO com CPF: 047.886.469-86 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 210/2015**

PORTARIA GP Nº 210/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

HELAINÉ MATIAS com CPF: 073.767.379-60 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 211/2015**

PORTARIA GP Nº 211/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

BIANCA ESPÍNDOLA com CPF: 101.259.049-67 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 212/2015**

PORTARIA GP Nº 212/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

RICARDO VARGAS FERMIANO com CPF: 107.289.659-17 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 213/2015**

PORTARIA GP Nº 213/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

CAROLINA ANTUNES AVILA com CPF: 071.511.729-74 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 214/2015**

PORTARIA GP Nº 214/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

JUCILANE INÁCIO NUNES com CPF: 052.045.459-64 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 215/2015**

PORTARIA GP Nº 215/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

JÉSSICA LINO CAVALHEIRO com CPF: 073.296.569-17 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 216/2015**

PORTARIA GP Nº 216/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

SILANE GEREMIAS com CPF: 057.713.929-01 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 217/2015**

PORTARIA GP Nº 217/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

CLAÚDIA APARECIDA PEREIRA com CPF: 064.774.829-08 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 218/2015**

PORTARIA GP Nº 218/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

LUCIMAR DE SOUZA MARIANO com CPF: 053.168.739-20 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 219/2015**

PORTARIA GP Nº 219/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

DAIANE SERAFIM BITTENCOURT MONTEIRO com CPF: 060.844.849-48 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 220/2015**

PORTARIA GP Nº 220/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

DÉBORA PEREIRA DOS PASSOS com CPF: 095.811.689-07 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 221/2015**

PORTARIA GP Nº 221/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

JOSILENE SILVINO com CPF: 072.541.479-05 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 222/2015**

PORTARIA GP Nº 222/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

FABIANA SILVEIRA FELIPE com CPF: 018.570.089-60 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 223/2015**

PORTARIA GP Nº 223/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

TATIANE LESSA FLORIANO INÁCIO com CPF: 037.131.989-77 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 224/2015**

PORTARIA GP Nº 224/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

DEYVIDA CARDOSO AGOSTINHO ROCHADEL com CPF: 026.079.629-86 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 225/2015**

PORTARIA GP Nº 225/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

DELAIR FAUSTINA CARDOSO com CPF: 029.293.489-09 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 226/2015**

PORTARIA GP Nº 226/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

TALYTA DE SOUZA BITTENCOURT com CPF: 061.285.689-55 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 227/2015**

PORTARIA GP Nº 227/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Nutricionista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

VANESSA GIL com CPF: 075.541.479-05 para exercer o Cargo de Nutricionista, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 228/2015**

PORTARIA GP Nº 228/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

GABRIELA DA SILVA com CPF: 068.965.919-94 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 229/2015**

PORTARIA GP Nº 229/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

ANDENILSON PEREIRA com CPF: 042.627.729-50 para exercer o Cargo de Motorista. conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 230/2015**

PORTARIA GP Nº 230/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

MARIA DAS DORES ANTÔNIO BITTENCOURT com CPF: 028.328.999-60 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 231/2015**

PORTARIA GP Nº 231/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

RICARDO ABREU INÁCIO com CPF: 044.249.689-36 para exercer o Cargo de Motorista, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 232/2015**

PORTARIA GP Nº 232/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

VANDERLEI MATOS com CPF: 008.865.799.02 para exercer o Cargo de Motorista, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 233/2015**

PORTARIA GP Nº 233/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

MARCOS MENDES VIANA com CPF: 032.778.659-08 para exercer o Cargo de Motorista, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 235/2015**

PORTARIA GP Nº 235/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Inglês.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

ELISANGELA AVILA MAXIMIANO com CPF: 031.433.139-51 para exercer o Cargo de Professor de Inglês, com carga horaria de 40h semanais, conforme a C.I. nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 236/2015**

PORTARIA GP Nº 236/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

DELZI MACHADO ALVES com CPF: 179.095.119-49 para exercer o Cargo de Motorista, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 237/2015**

PORTARIA GP Nº 237/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

JASON DA SILVA NUNES com CPF: 069.957.209-62 para exercer o Cargo de Motorista, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 238/2015**

PORTARIA GP Nº 238/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

MIRIA DA SILVA DE CARVALHO com CPF : 036.412.459-82 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 30h semanais, conforme a C.I. nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 239/2015**

PORTARIA GP Nº 239/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

BRENDA VIEIRA DA SILVA com CPF: 091.377.519-30 para exercer o Cargo de Professor Series Iniciais Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 240/2015**

PORTARIA GP Nº 240/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

## NOMEAR:

ADRIANA DE CASTRO MEDEIROS BARRETO com CPF: 927.627.949-00 para exercer o Cargo de Professor Series Iniciais Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 23 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 241/2015**

PORTARIA GP Nº 241/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DAYANI DE OLIVEIRA CARDOSO com CPF: 095.924.989-38 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem Habilitação, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 242/2015**

PORTARIA GP Nº 242/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de História do EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

RAMONA DOS PASSOS DA SILVA com CPF: 049.791.459-06 para exercer o Cargo de Professor de Historia EJA, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I. nº 022/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 20 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 243/2015**

PORTARIA GP Nº 243/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Ciência do EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

ISRAEL CORRÊA com CPF: 026.119.389-97 para exercer o Cargo de Professor de Artes EJA, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I. nº 022/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de

2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 244/2015**

PORTARIA GP Nº 244/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Ciência do EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

PATRÍCIA CRESCÊNCIO com CPF: 051.221.569-30 para exercer o Cargo de Professor de Ciências EJA, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I. nº 022/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 245/2015**

PORTARIA GP Nº 245/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Física do EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

JONAS NUNES GONZAGA com CPF: 078.851.229-30 para exercer o Cargo de Professor de Educação Física EJA, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I. nº 022/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 20 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 246/2015**

PORTARIA GP Nº 246/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA com CPF: 047.512.329-06 para exercer o Cargo de Motorista, conforme a C.I nº 021/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 247/2015**

PORTARIA GP Nº 247/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

KELI SABINO PADILHA com CPF: 087.891.809-41 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 034/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir de 09 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 248/2015**

PORTARIA GP Nº 248/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Exoneração de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido resolve:

**EXONERAR:**

SIMONE ROUSSENQ GOULART DE SOUZA do Cargo De Professor de Educação Infantil, de acordo com a C.I nº 034/2015 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretario de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 334/2015**

PORTARIA GP Nº 234/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais Sem Habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

**NOMEAR:**

EDIMARA MARCELINO MACHADO com CPF: 085.711.949-47 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I. nº 021/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 19 de fevereiro de 2015.

Imaruí, 11 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 81, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 81, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Anula Atos Administrativos que concederam transferência de Autorização de Serviço de Táxi, conforme descrição abaixo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a decisão no Processo DEN 13/00108557, do Tribunal de Contas do Estado - SC, Acórdão nº 0114/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ANULADOS os Atos Administrativos, descritos abaixo, que concederam transferência de Autorização de Serviço de Táxi, por conta da decisão no Processo DEN 13/00108557, do Tribunal de Contas do Estado - SC, Acórdão nº 0114/2015:

- DECRETO PMI Nº 58/2011;
- DECRETO PMI Nº 69/2011;
- DECRETO PMI Nº 135/2010;
- DECRETO PMI Nº 69/2010;
- DECRETO PMI Nº 107/2012;
- DECRETO PMI Nº 131/2010;
- DECRETO PMI Nº 100/2010;
- DECRETO PMI Nº 99/2010;
- DECRETO PMI Nº 151/2012;
- DECRETO PMI Nº 84/2013;
- DECRETO PMI Nº 23/2014;
- DECRETO PMI Nº 114/2011;
- DECRETO PMI Nº 116/2011;
- DECRETO PMI Nº 45/2012;
- DECRETO PMI Nº 117/2011;
- DECRETO PMI Nº 115/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de concessão dos Atos Administrativos supracitados.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### DECRETO PMI Nº 86, DE 8 DE MAIO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 86, DE 8 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para reforço da

dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP			
Apoio Administrativo da SEAP			
04.122.0003-2.003			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.000 (0009)	Aplicações Diretas	250.000,00	
Total			250.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, referente exercício 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### DECRETO PMI Nº 87, DE 8 DE MAIO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 87, DE 8 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos municipais ativos, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base no art. 93, VII c/c art. 32, I, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO, a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais em atividade;

CONSIDERANDO, a necessidade de dispor de uma base de consulta atualizada para a gestão estratégica de Recursos Humanos no âmbito da Prefeitura Municipal de Imbituba;

DECRETA:

Art.1º. Instituir, no período de 11/05/2015 a 31/08/2015, o processo de recadastramento dos servidores municipais ativos da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art.2º. O recadastramento de que trata o Art. 1º deverá ser realizado através da Gerência de Gestão Pessoal, por meio eletrônico/informatizado lançados no sistema de geração de folha de pagamento.

§1º Ao final do recadastramento, o sistema emitirá um comprovante/espelho cadastro/funcional para o servidor, como confirmação de participação no processo.

§2º A veracidade das informações prestadas no recadastramento é de inteira responsabilidade do servidor.

Art.3º A Gerência de Gestão Pessoal, deverá promover a ampla divulgação do presente ato e colaborar, dentro das suas competências, para seu fiel cumprimento, disponibilizando inclusive o acesso aos servidores.

Art.4º A Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública orientará a Gerência de Gestão Pessoal acerca do processo de cadastramento, bem como efetuará seu acompanhamento diário.

Art.5º A Gerência de Gestão Pessoal, que realizará o atendimento aos servidores, promoverá no momento do comparecimento do servidor ao setor, o seu cadastramento.

Art.6º Ao final do processo de cadastramento dos servidores municipais, a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública encaminhará relação dos servidores não cadastrados, a ser submetida ao Chefe do Executivo Municipal, com o fito de descon siderar o pagamento mensal da remuneração dos servidores que não participaram do processo de cadastramento.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

## **LEI Nº 4.556, DE 6 DE MAIO DE 2015.**

LEI Nº 4.556, DE 6 DE MAIO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel Público com a Associação dos Moradores de Araçatuba - AMAR.

O PREFEITO DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Direito de Uso de Bem Imóvel Público com a Associação dos Moradores de Araçatuba - AMAR.

Parágrafo único. O Termo de Cessão de Direito Real de Uso de que se trata este artigo, será formalizado através do documento anexo, que passa a integrar a presente Lei.

Art. 2º O bem imóvel público, alvo da presente Lei, constitui-se do prédio, antiga Unidade de Saúde, no bairro de Araçatuba, com uma área construída de 68.78 m²( sessenta e oito vírgula setenta e oito metros quadrados).

Art. 3º O prazo de vigência desta Cessão de Direito Real de Uso será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, através de termo aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 6 de maio de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Lei nº 4.556/2015.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IMBITUBA E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ARAÇATUBA - AMAR

O município de Imbituba, doravante denominado - Cedente,

situado à Rua Ernani Cotrin, nº 601, inscrito na CNPJ sob nº 82.909.409/0001-90, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Jaison Cardoso de Souza, Prefeito, e a Associação de Moradores de Araçatuba - AMAR, doravante denominada Cessionária, situada à Rodovia SC 434 - Km 15 - Araçatuba, inscrita no CNPJ sob o nº 809.881.32/0001-02, neste ato representada pelo Presidente, Gilberto Pereira, resolvem por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Direito Real de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

Cessão de Uso do bem imóvel público, alvo da presente Lei, constitui-se do prédio, antiga Unidade de Saúde, com uma área construída de 68.78 m²( sessenta e oito vírgula setenta e oito metros quadrados), pertencente ao Patrimônio Público Municipal, que servirá de sede da referida Associação.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS MELHORIAS:**

Qualquer modificação, acréscimo ou melhoria só poderão ser feitos com a aceitação prévia da Cedente, ficando os mesmos incorporados ao patrimônio Público Municipal.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA POSSE E MANUTENÇÃO:**

A Associação dos Moradores de Araçatuba - AMAR, não poderá transferir, locar ou sublocar o imóvel objeto deste Termo, sem a prévia e expressa autorização da Cedente, obrigando-se a zelar pelo mesmo, responsabilizando-se por eventuais perdas e danos oriundos do mau uso ou má conservação do imóvel, salvo o desgaste natural.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS:**

Os encargos de administração serão de responsabilidade da Cessionária.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA:**

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 10 (dez) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo, se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias, bem como prorrogado por qualquer período, através de Termo Aditivo, a critério do Cedente.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Imbituba, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acertados, firmam o presente Termo em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus efeitos legais.

Imbituba, 6 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito  
Cedente

Gilberto Pereira  
Presidente da Associação dos Moradores de Araçatuba  
Conssionária

Testemunhas:

1ª - Eliete Matias Medeiros

2ª - Cristiane Xavier Lima  
Diretora de Atos Contratuais

**PORTARIA PMI/GGP Nº 283/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 283, de 08 de maio de 2015.  
Dispõe sobre a Demissão de Nutricionista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 24 de abril de 2012, através do Processo Seletivo Público Edital - 01/2010 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 107/2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Luiz Henrique Nascimento Michels	Nutricionista – 40h	046.615.589-10	30/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 08 de maio de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 284/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 284, de 08 de maio de 2015.  
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 18/2014, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Priscila de Carvalho Silva	Professora I – 20h	059.995.239-31	PSS 18/2014	18/02/2015
Denise Garcia Espíndula	Professora II – 20h	046.476.649-45	PSS 18/2014	18/02/2015
Gabriela Souza dos Anjos	Professora I – 20h	098.104.849-84	PSS 18/2014	02/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 285/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 285, de 08 de maio de 2015.  
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e Lei Complementar nº 4.177, de 18 de abril de 2013, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rosalba Gonçalves	Agente Comunitário de Saúde - 40h	019.170.889-57	11/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas



**PORTARIA PMI/GGP Nº 286/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 286, de 08 de maio de 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 6.039, de 14 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, REGIANE MIGUEL RODRIGUES, inscrita no CPF sob o n.º 008.588.859-13, Psicopedagoga, matrícula n.º 7886, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 08 de junho de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Indaial****PREFEITURA****CONTRATO Nº 092/2015**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 092/2015

CONTRATADA: SUPERMERCADO FISTAROL LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado e móveis de escritório, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 28 de abril de 2015 até 26 de julho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.

**CONTRATO Nº 093/2015**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 093/2015

CONTRATADA: GISIANE MATILDE VIEIRA - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado e móveis de escritório, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 28 de abril de 2015 até 26 de julho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.

**CONTRATO Nº 094/2015**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 094/2015

CONTRATADA: RODRIGUES AMARAL & AMARAL LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado e móveis de escritório, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 28 de abril de 2015 até 26 de julho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.

**CONTRATO Nº 095/2015**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 095/2015

CONTRATADA: ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado e móveis de escritório, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 28 de abril de 2015 até 26 de julho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.

**DECRETO Nº 1391/15**

. DECRETO Nº 1391/15

. De 07 de maio de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.159, de 07 de maio de 2015,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) do Orçamento, conforme abaixo:

Orgão : 01 - Câmara de Vereadores

Unidade: 001 - Câmara de Vereadores

Funcional: 0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento : 33390 - Aplicações Diretas

Valor : R\$ 25.000,00

Art. 2º - Da anulação de que trata o artigo 1º, fica suplementado no orçamento a seguinte dotação:

Orgão : 01 - Câmara de Vereadores

Unidade: 001 - Câmara de Vereadores

Funcional: 0001.0031.0001.2002 - Manutenção do Parlamento Jovem

Elemento : 33390 - Aplicações Diretas

Valor : R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete0

### LEI Nº 5150

. LEI Nº 5150

. de 27 de abril de 2015

Autoriza cessão de material (macadame) à empresa JRG Recuperadora de Plásticos

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a ceder/doar até 15 (quinze) cargas de macadame à empresa JRG Recuperadora de Plásticos, inscrita no CNPJ sob o nº 20.934.233/0001-79, estabelecida a Rua Fortunado Packer, nº 800. Bairro Estradinha, em Indaial/SC.

Parágrafo Único - O materiais será disponibilizado de acordo com o cronograma da Secretaria de Obras.

Art.2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 27 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5151

. LEI Nº 5151

. de 27 de abril de 2015

Autoriza cessão de macadame empresa S.A Industria e Comércio de Cimento Ltda - ME

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a ceder até 04 (quatro) cargas de macadame a empresa S.A Industria e Comércio de Cimento Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.118.317/0001-03, estabelecida a Rua João Antonio da Silva, nº 171, bairro Warnow, em Indaial/SC.

Parágrafo Único - o material será fornecido de acordo com cronograma e disponibilidade da Secretaria de Obras.

Art.2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 27 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5152

. LEI Nº 5152

. de 07 de maio de 2015

Concede Incentivos Fiscais/

Metalúrgica Fey Ltda

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam concedidos incentivos fiscais, nos termos da Lei nº 2.979/01 e de acordo com Parecer nº 01/2015 do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, à empresa METALÚRGICA FEY LTDA.

Art. 2º - Os incentivos concedidos através da presente Lei, abrangem área a ser construída, com 4.320 m², localizada às margens da Rodovia BR 470, Km 72,5, nº 3620, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial, abrangendo:

I - Isenção de 100% do IPTU de 2016 até 2020, inclusive.

II - Isenção das Taxas relativas a construção, conforme a seguir:

- Taxa para aprovação

- Taxa alvará de licença de construção

- Taxa para alvará de habite-se

- Taxa para análise de projeto

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 07 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5153**

. LEI Nº 5153

. de 07 de maio de 2015

ALTERA ARTIGO 2º DA LEI 2.324/94 - CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.324/94, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 2º - O Conselho Municipal de Turismo, compor-se-á de membros representantes de órgãos e entidades com vínculo e interesse no desenvolvimento turístico de Indaial, sendo que a cada titular deverá haver um suplente, conforme segue:

- I. 02 (dois) representantes da Assessoria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- II. 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Habitação;
- III. 01 (um) representante da Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento - SESAM;
- IV. 01(um) representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- V. 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
- VI. 01 (um) representante da Fundação Indaialense de Cultura;
- VII. 01 (um) representante da EPAGRI de Indaial;
- VIII. 01 (um) representante da ACIDI - Associação Comercial e Industrial de Indaial;
- IX. 01 (um) representante da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Indaial;
- X. 01 (um) representante da UNIASSELVI de Indaial;
- XI. 01 (um) representante dos Clubes de Serviço de Indaial;
- XII. 01(um) representante da Associação de Ciclismo Sapo Verde Trilhas e Estradas;
- XIII. 01 (um) representante da Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Indaial;
- XIV. 01 (um) representante da COAVE - Clube de Observadores de Aves do Vale Europeu;
- XV. 01 (um) representante de Indaial na Associação de Desenvolvimento do Turismo Ecológico do Vale do Itajaí - Vale das Águas
- XVI. Associação dos Amigos do Arquivo Histórico de Indaial-AMARHIN”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 07 de maio de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5154**

. LEI Nº 5154

. de 07 de maio de 2015

Altera de Beco para Rua Doutor Pedrinho / Dispõe sobre as medidas e dimensões.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado de Beco para Rua Doutor Pedrinho a via pública localizada no bairro Rio Morto, com início na Rua das Nações e Término em terras de Indústria de Madeiras Tomelin.

Art. 2º - Ficam oficializadas as medidas e dimensões da Rua Doutor Pedrinho, conforme segue:

Comprimento : 117,00 metros;  
Gabarito Total : 12,00 metros;  
Pista de Rolamento : 8,00 metros;  
Passeios : 2,00 metros cada lado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

**LEI Nº 5155**

. LEI Nº 5155

. de 07 de maio de 2015

Altera Lei 5058/14, que Dispõe sobre as Medidas e Dimensões da Rua Raul Knopp

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado na Lei 5058/14, as medidas e dimensões da Rua Raul Knopp, com início a Rua Arnold Ebert e término em terras de Werner Alexandre Tkotz, que passa a vigorar com a seguinte redação::

- Extensão : 140,00 metros
- Gabarito Total : 10,00metros
- Gabarito Pista : 7,00metros
- Passeio : 1,50 metros de cada lado

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5156**

. LEI Nº 5156

. de 07 de maio de 2015

Dispõe sobre as medidas e dimensões da Rua Luiz Moser.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Art. 1º - Ficam oficializadas as medidas e dimensões da Rua Luiz Moser, bairro do Sol, denominada pela Lei 1025/78, com início na Rua Rua Baden Powel e término em terras de Affonso Thiel, conforme segue:

- Extensão : 110,50m
- Gabarito total : 12,00m
- Pista : 8,00m
- Passeio : 2,00m de cada lado

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5157**

. LEI Nº 5157

. de 07 de maio de 2015

Dispõe sobre as medidas e dimensões da Rua Renato Ferreira de Mello.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Art. 1º - Ficam oficializadas as medidas e dimensões da Rua Renato Ferreira de Mello, bairro do Sol, denominada pela Lei 1025/78, com início na Rua Berthold Trapp e término em terras de Luiz Moser, conforme segue:

- Extensão : 77,20m
- Gabarito total : 12,00m
- Pista : 8,00m
- Passeio : 2,00m de cada lado

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5158**

. LEI Nº 5158

. de 07 de maio de 2015

Dispõe sobre o prolongamento da Rua Werner Schlei

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica autorizado e oficializado o prolongamento da Rua Werner Schlei, localizada no Bairro Warnow, iniciando-se o prolongamento ao término atual da citada rua conforme dispõe a Lei 4301/2011.

Parágrafo Único - Com o presente prolongamento a Rua Werner Schlei terá início na Anna Bauer e término em terras de Maria Prust, e passa a apresentar as seguintes dimensões:

Comprimento : 339,40 metros;  
Gabarito Total : 12,00 metros;  
Pista : 8,00 metros;  
Passeios : 2,00 metros de passeio cada lado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5159**

. LEI Nº 5159

. de 07 de maio de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a anular no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) do Orçamento, conforme abaixo:

Orgão : 01 - Câmara de Vereadores  
Unidade: 001 - Câmara de Vereadores  
Funcional: 0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas  
Elemento : 33390 - Aplicações Diretas  
Valor : R\$ 25.000,00

Art. 2º - Da anulação de que trata o artigo 1º, fica suplementado no orçamento a seguinte dotação:

Orgão : 01 - Câmara de Vereadores  
Unidade: 001 - Câmara de Vereadores  
Funcional: 0001.0031.0001.2002 - Manutenção do Parlamento Jovem  
Elemento : 33390 - Aplicações Diretas  
Valor : R\$ 25.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2015**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 093/2015.

Tomada de Preços nº 001/2015-19208

Objeto: Construção de uma academia de Saúde, com área de 80,67m².

Entrega dos envelopes: 27/05/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 27/05/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2015**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 092/2015.

Tomada de Preços nº 006/2015-10430

Objeto: Execução de reforma em área de 509,91m² e ampliação com área de 27,11m², da U.E.I. Dilma Terezinha Harbs.

Entrega dos envelopes: 27/05/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 27/05/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1654/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1654/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHJ6387	55721261E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
AIO1887	55720794E	5835/0	06/01/2015	R\$ 127,69	195
ATM6981	55721174E	5835/0	03/01/2015	R\$ 127,69	195
ATM6981	55721177E	5215/1	03/01/2015	R\$ 191,53	170
ATM6981	55721178E	7064/0	03/01/2015	R\$ 191,53	244 * IV
LWX2015	55486854E	5185/1	10/02/2015	R\$ 127,69	167
LWX2278	55721625E	5185/1	11/01/2015	R\$ 127,69	167
LWZ1067	55486667E	5568/0	22/12/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LXH5693	54430733E	5932/0	29/11/2014	R\$ 957,69	203 * II
LYJ1352	55721293E	5550/0	11/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZV1901	54430595E	5185/1	08/01/2015	R\$ 127,69	167
MAR3882	55721307E	5550/0	11/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAT8137	55486600E	5967/0	19/12/2014	R\$ 957,69	203 * V
MBT1067	55721262E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBZ4183	55721309E	5550/0	11/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDI2679	55721284E	5550/0	11/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEG4043	54430036E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MER0104	54430038E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEV6142	54430043E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFA8297	55720783E	5541/5	15/12/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ1457	55486704E	5185/1	17/01/2015	R\$ 127,69	167
MHD8789	55721365E	5550/0	12/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MID1821	55721498E	5835/0	21/01/2015	R\$ 127,69	195
MIO2405	55486902E	5185/1	10/02/2015	R\$ 127,69	167
MIP5391	55486757E	5193/0	22/01/2015	R\$ 191,53	168
MIQ0938	55485952E	5541/1	12/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIW8948	55721291E	5550/0	11/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJT3925	55486652E	5410/0	19/12/2014	R\$ 85,12	181 * IV
MKO7546	55486657E	5215/2	20/12/2014	R\$ 191,53	170
MLA3418	54430049E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLF4796	55721603E	7366/2	10/12/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 8 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 246/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 246/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAS3562	8789046395	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AAW4549	8789047468	7455/0	27/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ACS1955	8789046783	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AEA1621	8789046296	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFG8311	8789047026	7455/0	14/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AIF7183	8789046885	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AIP1254	8789046383	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKF7138	8789047681	7455/0	03/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
AKF7138	8789047682	7463/0	03/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
AMB1790	8789045445	7463/0	28/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
AOE8315	8789046520	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASJ4600	8789046567	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASS0425	8789046756	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AVJ7005	8789047075	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
BPB0918	8789046602	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CAP3289	8789047366	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CDL8700	8789046796	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CFC7560	8789046342	7455/0	23/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
CNQ7529	8789045721	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
CVE2687	8789046846	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CVE3317	8789046819	7455/0	08/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
EAR1608	8789046978	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
EEG9115	8789047217	7455/0	19/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
EUA7428	8789047077	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
GPZ1140	8789046426	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
HFN3688	8789045651	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRA8744	8789046510	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
IEG4140	8789046932	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ILV8530	8789045630	7455/0	03/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
INO9128	8789046394	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
JPJ7546	8789046433	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
KDU6024	8789046679	7471/0	04/01/2015	R\$ 574,61	218 * III
KEW0304	8789045157	7455/0	18/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
KZV2834	8789046365	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LNU2143	8789046640	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LWR0100	8789046138	7455/0	16/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWY6344	8789046447	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXF1593	54017144N	5002/0	22/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
LXM0559	8789046435	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXS0390	8789046094	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYA8677	8789046710	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYC2278	54017153N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
LYN6433	8789046313	7455/0	22/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYO4725	8789045929	7455/0	17/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYQ9060	8789046915	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYS4814	8789045591	7455/0	02/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY1505	8789046692	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYY1926	8789046241	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYZ3040	8789046863	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZU8302	8789045694	7455/0	05/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZW2119	8789046767	7463/0	06/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MAB5615	8789045809	7455/0	08/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAE3246	8789046849	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAI8412	8789047364	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAQ3435	8789046615	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAS6432	8789046945	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAV1754	8789046641	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAV5863	8789046004	7455/0	12/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAV8096	8789046921	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBD0819	8789046246	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH0855	8789046852	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBR4939	8789046030	7455/0	13/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT4061	8789046802	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBY2952	8789046694	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCH5252	8789046804	7471/0	07/01/2015	R\$ 574,61	218 * III
MCJ0609	8789045729	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCK5356	8789046514	7463/0	28/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCM5769	8789046610	7463/0	01/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCM5769	8789046611	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCO6804	8789047630	7455/0	01/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCU0913	8789047036	7455/0	14/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDC6215	8789046678	7455/0	03/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDH9237	8789046457	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ2951	8789046930	7463/0	11/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MDO8335	8789046380	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDO8335	8789046831	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDV0028	8789046988	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDZ4806	8789046498	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEB1378	8789046509	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED6555	8789046482	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED6555	8789046754	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEK5965	54017152N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MEK5965	54017162N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MEK5965	8789046842	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEY4542	8789046942	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEZ7691	8789046513	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB9443	8789045980	7455/0	11/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB9443	8789046275	7471/0	20/12/2014	R\$ 574,61	218 * III
MFF0778	8789047463	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFF1165	8789046707	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFH6031	8789046363	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFH7146	8789045797	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT2735	8789047166	7463/0	17/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFU5007	8789047243	7455/0	20/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFY1676	8789046851	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGC4579	8789045478	7463/0	29/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGI4920	8789046228	7455/0	19/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR5504	8789046879	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGT9040	8789045619	7455/0	03/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU8677	8789047220	7455/0	19/01/2015	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGX6180	8789047571	7463/0	30/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGY8391	8789045356	7455/0	26/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHD4342	8789047182	7455/0	18/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHO0942	8789046387	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU1953	8789046713	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHW4946	8789046807	7463/0	07/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MXH6023	8789045678	7455/0	05/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB2167	8789046770	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIB5690	8789046676	7455/0	03/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIJ7262	8789046242	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIQ0225	8789046637	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIR0292	8789046702	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIV2653	54017154N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MIV7070	8789045778	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX2222	54009323N	5002/0	16/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MIZ2798	8789046926	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJD0721	8789046757	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJE7159	54017164N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJH0909	8789046821	7455/0	08/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJK3655	8789045854	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO5670	8789046444	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJS1257	8789046556	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT8858	54017143N	5002/0	22/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MJW9238	8789047692	7455/0	03/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJY9742	54017156N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKF0324	54017166N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKF1353	8789046882	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKK8896	8789046772	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKV5621	8789045991	7455/0	12/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLA0092	54017148N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MLC1006	8789046174	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN5368	8789046759	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLS8953	8789045353	7455/0	26/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW5301	8789046416	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLY8855	8789046805	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMC5375	8789046557	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH2496	8789046112	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MNT8107	8789045950	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
OQN6003	8789046471	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 8 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 248/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 248/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYZ2165	8789046963	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEK8623	8789045816	7455/0	08/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT2735	8789047172	7455/0	18/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MF5235	8789047746	7463/0	07/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGJ3268	8789045659	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ9469	8789045890	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJG8899	8789047228	7455/0	19/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJS3568	8789046991	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLU3641	8789045834	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 8 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1652/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1652/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEN9074	55487128E	5541/6	24/03/2015	181 * XVII
AQT3036	55487171E	5452/1	30/03/2015	181 * VIII
DIN1420	55487219E	5185/1	31/03/2015	167
ICH3422	55487220E	5185/1	31/03/2015	167
LXB8625	55487110E	5452/1	18/03/2015	181 * VIII
LZR1796	55487127E	5541/1	23/03/2015	181 * XVII
MAG8749	55486870E	5185/1	13/02/2015	167
MFC6452	55487155E	5185/1	19/03/2015	167
MFQ1457	55722136E	7234/0	24/03/2015	250 * I * a
MFQ4478	55487058E	6050/2	05/03/2015	208
MFQ4478	55487059E	5207/0	05/03/2015	169
MFQ4478	55487060E	5819/2	05/03/2015	193
MGN7441	55722214E	5738/0	23/03/2015	186 * II
MGT7921	55487166E	5185/1	26/03/2015	167
MHO3242	55722115E	5940/1	03/03/2015	203 * III
MHY8535	55487151E	5185/1	18/03/2015	167
MKS3833	55487217E	7099/1	31/03/2015	244 * V II
OKF5712	55487146E	5541/1	27/03/2015	181 * XVII
OLX9837	55487214E	7366/2	31/03/2015	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 8 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1656/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1656/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYT7665	55721193E	5185/1	05/03/2015	167
LZU4072	55487261E	5185/1	08/04/2015	167
MDL7733	55487104E	5967/0	12/03/2015	203 * V
MFR3482	55487260E	7064/0	08/04/2015	244 * IV
MHP0897	55487185E	5185/2	02/04/2015	167
MLH0076	55487269E	5541/4	09/04/2015	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 8 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 245/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 245/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHT9752	8789048387	7455/0	01/03/2015	218 * I
ANJ5846	8789048017	7455/0	16/02/2015	218 * I
ASO4264	8789047942	7455/0	27/02/2015	218 * I
AXP1510	8789048521	7455/0	04/03/2015	218 * I
AXV1186	8789048487	7455/0	24/02/2015	218 * I
BHO3805	8789048084	7463/0	18/02/2015	218 * II
BLA0002	8789048352	7455/0	28/02/2015	218 * I
CMP1430	8789048466	7455/0	04/03/2015	218 * I
DLB6758	8789048401	7455/0	02/03/2015	218 * I
HCO9557	8789048182	7455/0	22/02/2015	218 * I
HUV2674	8789047933	7455/0	26/02/2015	218 * I
INB8897	8789047970	7455/0	01/03/2015	218 * I
IRD4550	8789048246	7455/0	25/02/2015	218 * I
LXC9467	8789048355	7455/0	28/02/2015	218 * I
MAF7466	8789048384	7455/0	01/03/2015	218 * I
MAO9828	8789048341	7455/0	28/02/2015	218 * I
MAR2402	8789048198	7455/0	23/02/2015	218 * I
MAR2402	8789048398	7455/0	02/03/2015	218 * I
MAT1671	8789048154	7455/0	21/02/2015	218 * I
MBD0834	8789047893	7455/0	21/02/2015	218 * I
MCC4833	8789048050	7455/0	16/02/2015	218 * I
MCE5874	8789048347	7455/0	28/02/2015	218 * I
MCJ4523	8789048457	7455/0	04/03/2015	218 * I
MDH5178	8789047924	7455/0	25/02/2015	218 * I
MDL9195	8789048430	7455/0	03/03/2015	218 * I
MEI2219	8789048170	7455/0	21/02/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEJ6503	8789047956	7455/0	28/02/2015	218 * I
MET0714	8789048419	7455/0	02/03/2015	218 * I
MEV9856	8789048324	7455/0	27/02/2015	218 * I
MEW1515	8789047946	7455/0	27/02/2015	218 * I
MFC4478	8789048289	7455/0	26/02/2015	218 * I
MFH0908	8789048215	7455/0	23/02/2015	218 * I
MGG7857	8789047959	7455/0	28/02/2015	218 * I
MGL1333	8789048037	7455/0	16/02/2015	218 * I
MGY8391	54036062N	5002/0	24/03/2015	257 § 8º
MHH7538	8789048429	7463/0	03/03/2015	218 * II
MHM4021	8789047925	7455/0	25/02/2015	218 * I
MHN3638	8789048269	7455/0	26/02/2015	218 * I
MIC6861	8789048474	7463/0	04/03/2015	218 * II
MIH0505	8789048280	7455/0	26/02/2015	218 * I
MIK2354	8789048383	7455/0	01/03/2015	218 * I
MIU4066	8789047973	7455/0	01/03/2015	218 * I
MIW2661	8789048350	7455/0	28/02/2015	218 * I
MJC4404	8789048211	7455/0	23/02/2015	218 * I
MJE7633	8789048096	7455/0	18/02/2015	218 * I
MJP5977	8789048214	7455/0	23/02/2015	218 * I
MJZ7207	8789048247	7455/0	25/02/2015	218 * I
MKA4357	8789048300	7455/0	26/02/2015	218 * I
MKC6090	8789048060	7455/0	17/02/2015	218 * I
MKR8123	8789048031	7463/0	16/02/2015	218 * II
MLB0308	8789048441	7455/0	03/03/2015	218 * I
MLF3898	8789047984	7455/0	14/02/2015	218 * I
MLH7306	8789048955	7455/0	15/03/2015	218 * I
MLP0298	8789048396	7455/0	01/03/2015	218 * I
MMB6061	8789048282	7455/0	26/02/2015	218 * I
MMC7318	8789048458	7455/0	04/03/2015	218 * I
NHG0793	8789048325	7455/0	27/02/2015	218 * I
OKF5845	8789048469	7455/0	04/03/2015	218 * I
QHH1077	54035184N	5002/0	12/03/2015	257 § 8º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 8 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 247/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 247/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAY7438	8789048501	7455/0	28/02/2015	218 * I
ALJ9107	8789048340	7455/0	28/02/2015	218 * I
BZM5190	8789048248	7455/0	25/02/2015	218 * I
DAR6457	8789048181	7455/0	22/02/2015	218 * I
DTS6643	8789048395	7455/0	01/03/2015	218 * I
IPZ0965	8789048847	7455/0	13/03/2015	218 * I
LSE0094	8789048772	7455/0	10/03/2015	218 * I
LSX0300	8789049001	7455/0	17/03/2015	218 * I
LWX4547	8789048288	7455/0	26/02/2015	218 * I
LYQ6154	8789048186	7455/0	22/02/2015	218 * I
LZC0259	8789047985	7455/0	14/02/2015	218 * I
LZT5102	8789048150	7455/0	21/02/2015	218 * I
MAE6976	8789048001	7455/0	15/02/2015	218 * I
MAY3379	8789048713	7455/0	09/03/2015	218 * I
MBQ9101	8789048090	7455/0	18/02/2015	218 * I
MCB9711	8789048902	7455/0	14/03/2015	218 * I
MCI4506	8789048577	7455/0	06/03/2015	218 * I
MCP4015	8789048448	7471/0	03/03/2015	218 * III
MDK9297	8789048633	7455/0	07/03/2015	218 * I
MDY3404	8789048523	7455/0	05/03/2015	218 * I
MEG0835	8789048216	7455/0	23/02/2015	218 * I
MEI6602	54035502N	5002/0	17/03/2015	257 § 8º
MEJ9805	8789048130	7455/0	20/02/2015	218 * I
MEQ2990	8789048371	7455/0	01/03/2015	218 * I
MEX3041	8789048069	7455/0	17/02/2015	218 * I
MFB9207	8789048160	7455/0	21/02/2015	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFE8338	8789047982	7455/0	14/02/2015	218 * I
MFO2297	8789048257	7455/0	25/02/2015	218 * I
MFT0187	8789048184	7455/0	22/02/2015	218 * I
MGB5859	8789048377	7455/0	01/03/2015	218 * I
MGI1178	8789048266	7455/0	25/02/2015	218 * I
MGJ9469	8789048062	7455/0	17/02/2015	218 * I
MGJ9469	8789048063	7455/0	17/02/2015	218 * I
MGT5219	8789048405	7463/0	02/03/2015	218 * II
MHG6515	8789048726	7455/0	09/03/2015	218 * I
MHP8048	8789048029	7455/0	16/02/2015	218 * I
MHP8048	8789048433	7455/0	03/03/2015	218 * I
MHP8048	8789048460	7455/0	04/03/2015	218 * I
MHW2297	8789048830	7455/0	12/03/2015	218 * I
MJF5367	8789048729	7455/0	09/03/2015	218 * I
MJF6537	8789048813	7455/0	12/03/2015	218 * I
MJP9933	8789048204	7455/0	23/02/2015	218 * I
MJR7418	8789048077	7455/0	18/02/2015	218 * I
MKJ4026	8789048402	7455/0	02/03/2015	218 * I
MKO8889	8789048423	7455/0	03/03/2015	218 * I
MKR7116	8789048332	7455/0	28/02/2015	218 * I
MKT6718	8789048467	7455/0	04/03/2015	218 * I
MKW6565	8789048762	7455/0	10/03/2015	218 * I
MLD6575	8789048277	7455/0	26/02/2015	218 * I
MLG7503	8789048333	7463/0	28/02/2015	218 * II
MLR2491	8789048128	7455/0	20/02/2015	218 * I
MLR3707	8789048036	7455/0	16/02/2015	218 * I
MMC0160	8789048094	7455/0	18/02/2015	218 * I
MMD3397	8789048404	7455/0	02/03/2015	218 * I
OPY9453	8789048752	7463/0	10/03/2015	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 8 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

# Iomerê

## PREFEITURA

### CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO E EXPLANAÇÃO DE PROJETO PARA EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua Joao Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em atenção às disposições legais que regulamentam a matéria, CONVOCA a população do município, e todos os demais interessados, para AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada à explanação e discussão de projeto de ampliação do perímetro urbano do município de Iomerê, a ser realizada no dia 08 de junho de 2015, às 8:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Iomerê, na Rua João Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC.

Iomerê, 08 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### DECRETO 1607/2015

DECRETO Nº. 1607 DE 30 DE ABRIL DE 2015

Delega competência para movimentação de recursos do Município de Iomerê

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 23 da Lei Orgânica do Município de 12 de novembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada competência para movimentação dos recursos da conta bancária da CCO - FESTA JULINA DE IOMERÊ, conta corrente: AG: 5234-5 - C.C. 6355-x, junto a Instituição Financeira Banco do Brasil, conforme segue:

Nome	CPF	Função
Claudemir Agostini	526.330.989-91	Presidente CCO
Mauricio Bridi	022.124.619-33	Vice-Presidente da CCO

Art. 2º As combinações de assinaturas deverão ser sempre em número de duas.

Art 3º Os usuários terão os poderes de:

- 009 - Emitir Cheques
- 026 - Solicitar saldos e extratos
- 027 - Requisitar talonários de cheques
- 036 - Retirar cheques devolvidos
- 038 - Endossar cheques
- 094 - Sustar/Contra-ordenar cheques
- 095 - Cancelar cheques
- 096 - Baixar cheques
- 098 - Efetuar resgates/aplicações financeiras
- 099 - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- 104 - Efetuar pagamentos por meio eletrônico
- 105 - Efetuar transferências por meio eletrônico
- 119 - Liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro/AASP
- 124 - Solicitar saldos/extratos de investimentos
- 126 - Emitir comprovantes
- 128 - Efetuar transferência p/ mesma titularidade - Meio eletrônico

O usuário administrador via Gerenciador Financeiro será Douglas Francisco Zardo, através da chave J8126887.

Art.4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 1608/2015

DECRETO Nº. 1608, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA LUTO OFICIAL PELA MORTE DO SENADOR DA REPÚBLICA E EX-GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 23 da Lei Orgânica do Município de 12 de novembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1. Fica decretado luto oficial de 03(três) dias, a contar edição deste decreto, em todo o território do Município de Iomerê, em sinal de pesar pelo falecimento do senador da República e ex-governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009, revogadas as disposições em contrário.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças nesta data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2015

Iomerê, 08 de maio de 2015

Ilma. Candidata

Convocamos Vossa Senhoria para assumir do cargo de Professora de Matemática, devendo apresentar-se na Secretaria de Administração e Finanças, no prazo de 3 (três) dias, com a seguinte documentação /dados para cadastro funcional:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)Comprovante de Residência
- d)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- e)Carteira de Identidade,
- f)CPF, RG
- g)Titulo de Eleitor,
- h) Certidão de Casamento ou Nascimento,
- i)Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j)Comprovante de Escolaridade e requisitos
- l)Conta corrente
- m) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo,

mediante atestado médico(obs: o exame será agendado, junto a clínica médica do trabalho, pela prefeitura);

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação.

Atenciosamente,

Secretário de Administração e Finanças  
Ilma. Sra.  
PATRICIA LESS

**INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 01/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: C.A.J. PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME

Valor: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

Iomerê, 08 de maio de 2015

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 31, PP 12-MATERIAL EXPEDIENTE/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 31/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015, do PROCESSO Nº 31/2015, homologado aos 07 de maio de 2015, cujo objeto é: Aquisição de material de expediente, destinado as atividades da Secretaria de Administração e demais Órgãos da Administração Pública, com entrega parcelada e de acordo com as necessidades, para os itens constantes na atas abaixo elen-cadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.31.8170

de 08 de maio de 2015

FORNECEDOR: VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA, situada na RUA PREF. DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 533, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 06.275.370/0001-18 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.770.690, representado pelo VALÉRIO SAMUEL VANCIN, CPF: 949.928.519-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Cartucho Hewlett Packard C8727A-preto-Original	UN	10,00	HP	65,74	657,37
2	Cartucho Hewlett Packard C8728A-colorido Original	UN	10,00	HP	79,92	799,23
3	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4836G - original azul	UN	20,00	HP	126,57	2.531,44
4	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4837G - original rosa	UN	15,00	HP	126,57	1.898,58
5	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4838G - original amarelo	UN	15,00	HP	126,57	1.898,58
6	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4844A - original preto	UN	15,00	HP	125,86	1.887,94
13	Cartucho Canon IP 1900- CL-30 preto original	UN	10,00	CANON	75,35	753,54
14	Cartucho Canon IP 1900- CL-31-colorido original	UN	10,00	CANON	93,03	930,32
37	Papel A4 gramatura de 75 gr/m2- resma c/500 fls-	res	2.000,00	NOBILY	11,08	22.162,26
38	Pasta AZ- Lombo Largo	UN	500,00	FRAMA	4,54	2.271,65
39	Pasta AZ Lombo Estreito	UN	300,00	FRAMA	4,54	1.362,99
40	Pasta Suspensa marmorizada e plastificada c/haste metal	UN	2.000,00	FRAMA	1,15	2.308,60
41	Pasta arquivo morto plástica	UN	1.000,00	FRAMA	3,68	3.684,50
Valor Total Registrado					43.147,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.31.8803

de 08 de maio de 2015

FORNECEDOR: EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME, situada na RUA MARECHAL DEODORO, Nº 611 - SALA 01, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.894.379/0001-70 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.150.431, representado pela JANAINA SCHMIDT KRAKECKER, CPF: 915.058.109-06.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	Cartucho tinta HP Deskjet F-4480- Original Colorido	UN	20,00	HP	54,08	1.081,60
8	Cartucho tinta HP Deskjet F-4480- Original preto	UN	20,00	HP	61,00	1.220,00
9	cartucho tinta HP-8000- C-4902S-Original 22,0 ml-preto	UN	40,00	HP	87,80	3.512,00
10	Cartucho tintat HP 8000--4903A-nº 940 10,0 ml- Original-azul	UN	40,00	HP	64,56	2.582,40
11	Cartucho tintat HP 8000-C-4904A-nº 940 10ml Original magenta	UN	40,00	HP	64,50	2.580,00
12	Cartucho tinta HP 8000- C4905A- 10,0 ml- Original -amarelo	UN	40,00	HP	64,50	2.580,00



Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
28	Toner impressora Kiocera 5250- TK-592K- Preto-original	UN	15,00	KIOCERA	264,90	3.973,56
29	Toner impressora Kiocera 5250- TK-592- Ciano-original	UN	15,00	KIOCERA	264,91	3.973,58
30	Toner impressora Kiocera 5250- TK-592- Magenta-original	UN	15,00	KIOCERA	264,91	3.973,58
31	Toner impressora Kiocera 5250- TK-592- Amarelo-original	UN	15,00	KIOCERA	264,91	3.973,58
32	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Preto-original	UN	10,00	KIOCERA	264,91	2.649,05
33	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Amarelo-original	UN	10,00	KIOCERA	264,91	2.649,05
34	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Ciano-original	UN	10,00	KIOCERA	264,91	2.649,05
35	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Magenta-original	UN	10,00	KIOCERA	264,91	2.649,05
36	Toner impressora Kiocera 4020DN- TK-362K- Preto-20.000 copias	UN	15,00	KIOCERA	277,90	4.168,50
44	Cartucho tinta HP-8600 -950XL-Preto original 53ml	UN	50,00	HP	88,00	4.400,00
45	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Yellow original-	UN	50,00	HP	77,00	3.850,00
46	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Cyan original-	UN	50,00	HP	77,00	3.850,00
47	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Magenta original-	UN	50,00	HP	77,00	3.850,00
Valor Total Registrado					60.164,99	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.31.9008  
de 08 de maio de 2015

FORNECEDOR: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA- EIR, situada na RUA MANUEL DE OLIVEIRA RAMOS, Nº 205-SALA 802, BAIRRO: ESTREITO, CEP: 88075-120 Município de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.748.569/0001-30 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.844.904, representado por ROBSON CARDOSO, CPF: 710.996.389-68.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
15	Toner impressora brother MFC-9010 TN-210BK- Ciano	UN	15,00	BROTHER	196,37	2.945,55
16	Toner impressora brother MFC-9010 TN-210BK- Amarelo	UN	15,00	BROTHER	196,37	2.945,55
17	Toner impressora brother MFC-9010 TN-210BK- Magenta	UN	15,00	BROTHER	196,37	2.945,55
18	Toner impressora brother MFC-9010 TN-210BK- Preto	UN	15,00	BROTHER	167,21	2.508,15
19	Toner impressora brother MFC-9460 TN-315BK-Preto-original	UN	15,00	BROTHER	283,32	4.249,80
20	Toner impressora brother MFC-9460 TN-315- Ciano-original	UN	15,00	BROTHER	323,23	4.848,45
21	Toner impressora brother MFC-9460 TN-315- Magenta-original	UN	15,00	BROTHER	323,23	4.848,45
22	Toner impressora brother MFC-9460 TN-315- Amarelo-original	UN	15,00	BROTHER	323,23	4.848,45
23	Toner impressora brother MFC-9840 TN-115- Preto-original	UN	15,00	BROTHER	261,56	3.923,40
24	Toner impressora brother MFC-9840 TN-115- Ciano-original	UN	10,00	BROTHER	375,95	3.759,50
25	Toner impressora brother MFC-9840 TN-115- Magenta-original	UN	10,00	BROTHER	375,95	3.759,50
26	Toner impressora brother MFC-9840 TN-115- Amarelo-original	UN	10,00	BROTHER	375,95	3.759,50
27	Toner Brother MFC-8480- Original TN-650	UN	50,00	BROTHER	207,50	10.375,00
42	Toner brother MFC-8712 - TN-3382-original 8.000 copias	UN	20,00	BROTHER	209,71	4.194,20
43	Toner brother MFC 7360- TN 420. Original	UN	20,00	BROTHER	111,63	2.232,60
Valor Total Registrado					62.143,65	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 31, PP 12-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 31/2015</b> <b>Data do Processo: 20/04/2015</b>
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de material de expediente, destinado as atividades da Secretaria de Administração e demais Órgãos da Administração Pública, com entrega parcelada e de acordo com as necessidades.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 12/2015 (Sequência: 2)**

Ao(s) 7 de Maio de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 31/2015, Licitação nº 12/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos sete dias do mês de maio de 2015, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Galdoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, EKIPAR LICIT INFORMÁTICA LTDA ME, COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA, e ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA- EIRELI. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens do Edital. Assim o fez, o Srº JANIO FRANCISCO HOFFMANN procurador da empresa ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA- EIRELI, o Srº KLEBER LUIZ LIBANO sócio proprietário da empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, o Srº VALÉRIO SAMUEL VANCIN sócio proprietário da empresa VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, a Srª JANAINA SCHMIDT KRAKECKER sócia proprietária da empresa EKIPAR LICIT INFORMÁTICA LTDA ME, a Srª TAIS STECHINSKI procuradora da empresa COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA. Dando prosseguimento, indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa somente a empresa ESCRIMATE SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA-EIRELI não se credencia como microempresa as demais são optantes de Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**LOTE: 1**

**Participante: 8170 - VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Cartucho Hewlett Packard C8727A-preto-Original	UN	10,00	HP	0,0000	65,7365	657,37
2	Cartucho Hewlett Packard C8728A-colorido-Original	UN	10,00	HP	0,0000	79,9229	799,23
3	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4836G - original azul	UN	20,00	HP	0,0000	126,5722	2.531,44
4	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4837G - original rosa	UN	15,00	HP	0,0000	126,5722	1.898,58
5	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4838G - original amarelo	UN	15,00	HP	0,0000	126,5722	1.898,58
6	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4844A - original, preto, grande volume	UN	15,00	HP	0,0000	125,8629	1.887,94
13	Cartucho Canon IP 1900- CL-30 preto original	UN	10,00	CANON	0,0000	75,3538	753,54
14	Cartucho Canon IP 1900- CL-31-colorido original	UN	10,00	CANON	0,0000	93,0315	930,32

**Total do Participante -----> 11.357,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 12/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 31/2015  
 Data do Processo: 20/04/2015

Folha: 2/3

**LOTE: 2****Participante: 8803 - EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	Cartucho tinta HP Deskjet F-4480- Original Colorido	UN	20,00	HP	0,0000	54,08	1.081,60
8	Cartucho tinta HP Deskjet F-4480- Original preto	UN	20,00	HP	0,0000	61,00	1.220,00
9	cartucho tinta HP-8000- C-4902S-Original 22,0 ml-preto	UN	40,00	HP	0,0000	87,80	3.512,00
10	Cartucho tintat HP 8000- C-4903A-nº 940 10,0 ml-Original-azul	UN	40,00	HP	0,0000	64,56	2.582,40
11	Cartucho tintat HP 8000- C-4904A- nº 940 10,0 ml-Original- magenta	UN	40,00	HP	0,0000	64,50	2.580,00
12	Cartucho tinta HP 8000- C4905A- 10,0 ml-Original-amarelo	UN	40,00	HP	0,0000	64,50	2.580,00
44	Cartucho tinta HP-8600 950XL-Preto original	UN	50,00	HP	0,0000	88,00	4.400,00
45	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Yellow original-	UN	50,00	HP	0,0000	77,00	3.850,00
46	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Cyan original-	UN	50,00	HP	0,0000	77,00	3.850,00
47	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Magenta original-	UN	50,00	HP	0,0000	77,00	3.850,00

**Total do Participante ----->** 29.506,00

**LOTE: 3****Participante: 9008 - ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA- EIR**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	Toner impresora brother MFC-9010 TN-210BK- Ciano	UN	15,00	BROTHER	0,0000	196,37	2.945,55
16	Toner impresora brother MFC-9010 TN-210BK- Amarelo	UN	15,00	BROTHER	0,0000	196,37	2.945,55
17	Toner impresora brother MFC-9010 TN-210BK- Magenta	UN	15,00	BROTHER	0,0000	196,37	2.945,55
18	Toner impresora brother MFC-9010 TN-210BK- Preto	UN	15,00	BROTHER	0,0000	167,21	2.508,15
19	Toner impresora brother MFC-9460 TN-315BK-Preto-original	UN	15,00	BROTHER	0,0000	283,32	4.249,80
20	Toner impresora brother MFC-9460 TN-315-Ciano-original	UN	15,00	BROTHER	0,0000	323,23	4.848,45
21	Toner impresora brother MFC-9460 TN-315-Magenta-original	UN	15,00	BROTHER	0,0000	323,23	4.848,45
22	Toner impresora brother MFC-9460 TN-315-Amarelo-original	UN	15,00	BROTHER	0,0000	323,23	4.848,45
23	Toner impresora brother MFC-9840 TN-115- Preto-original do fabricante	UN	15,00	BROTHER	0,0000	261,56	3.923,40
24	Toner impresora brother MFC-9840 TN-115-Ciano-original	UN	10,00	BROTHER	0,0000	375,95	3.759,50
25	Toner impresora brother MFC-9840 TN-115-Magenta-original	UN	10,00	BROTHER	0,0000	375,95	3.759,50
26	Toner impresora brother MFC-9840 TN-115-Amarelo-original	UN	10,00	BROTHER	0,0000	375,95	3.759,50
27	Toner Brother MFC-8480- Original TN-650	UN	50,00	BROTHER	0,0000	207,50	10.375,00
42	Toner broteth MFC-8712 - TN-3382-original 8.000 copias	UN	20,00	BROTHER	0,0000	209,71	4.194,20
43	Toner brother MFC 7360- TN 420. Original	UN	20,00	BROTHER	0,0000	111,63	2.232,60

**Total do Participante ----->** 62.143,65

**LOTE: 4****Participante: 8803 - EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
28	Toner impresora Kiocera 5250- TK-592- Preto-original para 7.000 cópias	UN	15,00	KIOCERA	0,0000	264,904	3.973,56
29	Toner impresora Kiocera 5250- TK-592- Ciano-original para 5.000 cópias	UN	15,00	KIOCERA	0,0000	264,905	3.973,58
30	Toner impresora Kiocera 5250- TK-592- Magenta-original para 5.000 cópias	UN	15,00	KIOCERA	0,0000	264,905	3.973,58
31	Toner impresora Kiocera 5250- TK-592- Amarelo-original para 5.000 cópias	UN	15,00	KIOCERA	0,0000	264,905	3.973,58
32	Toner impresora Kiocera 5150 - TK-582- Preto-original 3.500 cópias	UN	10,00	KIOCERA	0,0000	264,905	2.649,05
33	Toner impresora Kiocera 5150 - TK-582- Amarelo-original para 2.800 cópias	UN	10,00	KIOCERA	0,0000	264,905	2.649,05
34	Toner impresora Kiocera 5150 - TK-582- Ciano-original para 2.500 cópias	UN	10,00	KIOCERA	0,0000	264,905	2.649,05

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 12/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 31/2015  
 Data do Processo: 20/04/2015

Folha: 3/3

**LOTE: 4****Participante: 8803 - EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
35	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Magenta-original para 2.800 cópias	UN	10,00	KIOCERA	0,0000	264,905	2.649,05
36	Toner impressora Kiocera 4020DN- TK-362- Preto	UN	15,00	KIOCERA	0,0000	277,9003	4.168,50

**Total do Participante ----->** 30.659,00

**LOTE: 5****Participante: 8170 - VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
37	Papel A4 gramatura de 75 gr/m2- resma c/500 fls- Fabricação Nacional	res	2.000,00	NOBILY	0,0000	11,0811	22.162,26
38	Pasta AZ- Lombo Largo	UN	500,00	FRAMA	0,0000	4,5433	2.271,65
39	Pasta AZ Lombo Estreito	UN	300,00	FRAMA	0,0000	4,5433	1.362,99
40	Pasta Suspensa marmorizada e plastificado c/haste metal	UN	2.000,00	FRAMA	0,0000	1,1543	2.308,60
41	Pasta arquivo morto plastica	UN	1.000,00	FRAMA	0,0000	3,6845	3.684,50

**Total do Participante ----->** 31.790,00

**Total Geral ----->** 165.455,65

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 7 de Maio de 2015

**COMISSÃO:**

LAUDECIRO FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 31, PP 12-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 31/2015 <b>Data do Processo:</b> 20/04/2015
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 31/2015  
b) Licitação Nr.: 12/2015-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 07/05/2015  
e) Objeto da Licitação: Aquisição de material de expediente, destinado as atividades da Secretaria de Administração e demais Órgãos da Administração Pública, com entrega parcelada e de acordo com as necessidades.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA (8170)**

1	Cartucho Hewlett Packard C8727A-preto-Original - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	65,7365	657,37
2	Cartucho Hewlett Packard C8728A-colorido-Original - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	79,9229	799,23
3	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4836G - original azul - Marca: HP	UN	20,00	0,0000	126,5722	2.531,44
4	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4837G - original rosa - Marca: HP	UN	15,00	0,0000	126,5722	1.898,58
5	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4838G - original amarelo - Marca: HP	UN	15,00	0,0000	126,5722	1.898,58
6	Cartucho HP Business Inkjet 1200 - C4844A - original, preto, grande volume - Marca: HP	UN	15,00	0,0000	125,8629	1.887,94
13	Cartucho Canon IP 1900- CL-30 preto original - Marca: CANON	UN	10,00	0,0000	75,3538	753,54
14	Cartucho Canon IP 1900- CL-31-colorido original - Marca: CANON	UN	10,00	0,0000	93,0315	930,32
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>11.357,00</b>

**LOTE: 2****EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (8803)**

7	Cartucho tinta HP Deskjet F-4480- Original Colorido - Marca: HP	UN	20,00	0,0000	54,08	1.081,60
8	Cartucho tinta HP Deskjet F-4480- Original preto - Marca: HP	UN	20,00	0,0000	61,00	1.220,00
9	Cartucho tinta HP-8000- C-4902S-Original 22,0 ml-preto - Marca: HP	UN	40,00	0,0000	87,80	3.512,00

Ipumirim, 7 de Maio de 2015.

VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 31/2015</b> <b>Data do Processo: 20/04/2015</b>

Folha: 2/3

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **LOTE: 2**

##### **EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (8803)**

10	Cartucho tintat HP 8000- C-4903A-nº 940 10,0 ml- Original-azul - Marca: HP	UN	40,00	0,0000	64,56	2.582,40
11	Cartucho tintat HP 8000- C-4904A- nº 940 10,0 ml- Original-magenta - Marca: HP	UN	40,00	0,0000	64,50	2.580,00
12	Cartucho tinta HP 8000- C4905A- 10,0 ml- Original-amarelo - Marca: HP	UN	40,00	0,0000	64,50	2.580,00
44	Cartucho tinta HP-8600 -950XL-Preto original 53ml - Marca: HP	UN	50,00	0,0000	88,00	4.400,00
45	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Yellow original- - Marca: HP	UN	50,00	0,0000	77,00	3.850,00
46	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Cyan original- - Marca: HP	UN	50,00	0,0000	77,00	3.850,00
47	Cartucho tinta HP-8600 nº 951XL-17ml- Magenta original- - Marca: HP	UN	50,00	0,0000	77,00	3.850,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>29.506,00</b>

#### **LOTE: 3**

##### **ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA- EIR (9008)**

15	Toner impresora brother MFC-9010 TN-210BK- Ciano - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	196,37	2.945,55
16	Toner impresora brother MFC-9010 TN-210BK- Amarelo - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	196,37	2.945,55
17	Toner impresora brother MFC-9010 TN-210BK- Magenta - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	196,37	2.945,55
18	Toner impresora brother MFC-9010 TN-210BK- Preto - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	167,21	2.508,15
19	Toner impresora brother MFC-9460 TN-315BK-Preto-original - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	283,32	4.249,80
20	Toner impresora brother MFC-9460 TN-315- Ciano-original - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	323,23	4.848,45
21	Toner impresora brother MFC-9460 TN-315- Magenta-original - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	323,23	4.848,45
22	Toner impresora brother MFC-9460 TN-315- Amarelo-original - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	323,23	4.848,45
23	Toner impresora brother MFC-9840 TN-115- Preto-original do fabricante - Marca: BROTHER	UN	15,00	0,0000	261,56	3.923,40
24	Toner impresora brother MFC-9840 TN-115- Ciano-original - Marca: BROTHER	UN	10,00	0,0000	375,95	3.759,50
25	Toner impresora brother MFC-9840 TN-115- Magenta-original - Marca: BROTHER	UN	10,00	0,0000	375,95	3.759,50
26	Toner impresora brother MFC-9840 TN-115- Amarelo-original - Marca: BROTHER	UN	10,00	0,0000	375,95	3.759,50
27	Toner Brother MFC-8480- Original TN-650 - Marca: BROTHER	UN	50,00	0,0000	207,50	10.375,00
42	Toner brother MFC-8712 - TN-3382-original 8.000 copias - Marca: BROTHER	UN	20,00	0,0000	209,71	4.194,20
43	Toner brother MFC 7360- TN 420. Original - Marca: BROTHER	UN	20,00	0,0000	111,63	2.232,60
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>62.143,65</b>

Ipumirim, 7 de Maio de 2015.

-----  
 VALDIR ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 12/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 31/2015  
 Data do Processo: 20/04/2015

Folha: 3/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**
**LOTE: 4**
**EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (8803)**

28	Toner impressora Kiocera 5250- TK-592- Preto-original para 7.000 cópias - Marca: KIOCERA	UN	15,00	0,0000	264,904	3.973,56
29	Toner impressora Kiocera 5250- TK-592- Ciano-original para 5.000 cópias - Marca: KIOCERA	UN	15,00	0,0000	264,905	3.973,58
30	Toner impressora Kiocera 5250- TK-592- Magenta-original para 5.000 cópias - Marca: KIOCERA	UN	15,00	0,0000	264,905	3.973,58
31	Toner impressora Kiocera 5250- TK-592- Amarelo-original para 5.000 cópias - Marca: KIOCERA	UN	15,00	0,0000	264,905	3.973,58
32	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Preto-original 3.500 cópias - Marca: KIOCERA	UN	10,00	0,0000	264,905	2.649,05
33	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Amarelo-original para 2.800 cópias - Marca: KIOCERA	UN	10,00	0,0000	264,905	2.649,05
34	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Ciano-original para 2.500 cópias - Marca: KIOCERA	UN	10,00	0,0000	264,905	2.649,05
35	Toner impressora Kiocera 5150 - TK-582- Magenta-original para 2.800 cópias - Marca: KIOCERA	UN	10,00	0,0000	264,905	2.649,05
36	Toner impressora Kiocera 4020DN- TK-362K- Preto-20.000 copias - Marca: KIOCERA	UN	15,00	0,0000	277,9003	4.168,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>30.659,00</b>

**LOTE: 5**
**VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA (8170)**

37	Papel A4 gramatura de 75 gr/m2- resma c/500 fls- Fabricação Nacional - Marca: NOBILY	res	2.000,00	0,0000	11,0811	22.162,26
38	Pasta AZ- Lombo Largo - Marca: FRAMA	UN	500,00	0,0000	4,5433	2.271,65
39	Pasta AZ Lombo Estreito - Marca: FRAMA	UN	300,00	0,0000	4,5433	1.362,99
40	Pasta Suspensa marmorizada e plastificado c/haste metal - Marca: FRAMA	UN	2.000,00	0,0000	1,1543	2.308,60
41	Pasta arquivo morto plastica - Marca: FRAMA	UN	1.000,00	0,0000	3,6845	3.684,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>31.790,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>165.455,65</b>

Ipumirim, 7 de Maio de 2015.

-----  
 VALDIR ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

**Irineópolis****PREFEITURA****EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 27 de maio de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de 880m² de geomembrana, confeccionada em polietileno de alta densidade - pead, com espessura de no mínimo 1,00 mm (um milímetro), para instalação em vala de depósito de rejeitos junto a utc - unidade de triagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos, do município de irineopolis. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 08 de maio de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Itá****PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015 FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015  
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema registro de preços, no dia 22 de maio de 2015, para possível aquisição de medicamentos para suprir a Farmácia Básica do Município e dispensação à população. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 22 de maio de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "[www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br)" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 08 de maio de 2015.  
NÉVIO ANTONIO MORTARI  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Itaiópolis****PREFEITURA****EXTRATO DO DECRETO Nº 1546/2015 – LEILÃO Nº 1/2015**

Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório nº 15/2015, Leilão Público nº 1/2015. A íntegra do Decreto encontra-se afixado no Mural da Prefeitura e no Site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br). Itaiópolis, 07/05/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

**Itapiranga****PREFEITURA****DECRETO Nº 79, DE 06 DE MAIO DE 2015**

DECRETO Nº 79, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Anula o edital do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 85/2015, de 20/04/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

**D e c r e t a :**

Art. 1º. Fica anulado o Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 85/2015, de 20/04/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 6 de maio de 2015.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração

**EXTRATO - ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Itapiranga/SC, no uso de suas atribuições legais nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução do Conanda nº 170/2014 e nos termos da Lei Municipal nº 2.023/2001 e alterações posteriores, torna público, aos interessados, que estarão abertas as inscrições para a Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, para o preenchimento de cinco (05) vagas para o cargo de Conselheiro Tutelar e respectivamente os suplentes. A íntegra deste Edital com seus anexos estão publicados no mural da Prefeitura Municipal de Itapiranga/SC e no endereço eletrônico [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) e Fórum desta Comarca.

Itapiranga/SC, 08 de maio de 2015.

Angelita Terhorst Kuhn  
Presidente do CMDCA

# Itapoá

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015 PROCESSO Nº 48/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

PROCESSO Nº 48/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 25 de maio de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de toners originais para uso na Secretaria de Educação, Escolas Municipais, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações constantes no Anexo V e VI do Edital, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 08 de maio de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

### **ERRATA AO PREGÃO Nº 17/2015 - PROCESSO Nº 31/2015**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO PREGÃO Nº 17/2015 - PROCESSO Nº 31/2015

#### **AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DE REABERTURA DE PRAZO**

Ref.: PREGÃO 17/2015 - PROCESSO Nº31/2015 - Aquisição de relógios de ponto eletrônico biométrico e bobinas térmicas de papel, conforme especificações constantes no edital.

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna públicas, as alterações promovidas no edital de Pregão nº 17/2015, em virtude do recurso impetrado pela empresa: DIMEP COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, Protocolo nº 2430/2015, julgado provido, que culminou na presente errata, alterando apenas a descrição do objeto:

AONDE CONSTA



## 1. DO OBJETO:

Item	Descrição Do Objeto
1	<p>RELOGIO DE PONTO-Cartão de controle de ponto homologado pela Portaria nº 1510/2009 MTE com leitor biométrico e leitor de código de barras;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Sistema embarcado de gerenciamento com interface de controle através de navegador web;</li> <li>-Sistema de impressão com velocidade de 60mm/s e com corte automático do papel;</li> <li>-Mecanismo de troca rápida e fácil da bobina e com durabilidade da impressão de no mínimo 5(cinco) anos ;</li> <li>-Gravação de dados de trabalho e registros em memória não volátil;</li> <li>-Permitir o cadastro dos dados do empregador, local de trabalho e funcionários na memória de trabalho ;</li> <li>-Calendário perpétuo e com opção de configuração de horário deverão;</li> <li>-Armazenar na memória de registro permanente os eventos envolvendo o registro da empresa, registro de ponto, alteração de data, hora e cadastro de funcionário ;</li> <li>-Sistema com proteção com sensores para evitar a violação do equipamento;</li> <li>-Deverá possuir sistema de No-Break que mantém o equipamento em funcionamento na falta de energia da rede elétrica e sistema de corte inteligente da energia do No-Break para evitar danos ao mesmo;</li> <li>-Possuir porta fiscal USB para o « fiscal do trabalho » armazenar em dispositivo externo as informações e configurações realizadas;</li> <li>-Leitor biométrico tipo ótico com resolução de 500 dpi, resistente a desgaste e com alto desempenho na verificação da impressão digital e verificação 1 :1 e 1 :N;</li> <li>-Capacidade de 9500 digitais de armazenamento, podendo ter até 10digitais para única matrícula;</li> <li>-Impressora de alta resolução com guilhotina para corte automático do papel;</li> <li>-Teclado de 16 teclas, padrão telefônico com teclas de funções;</li> <li>-Display de cristal líquido (LCD) 16 caracteres x linhas com backlight;</li> <li>-Leitor de código de barras padrão 2 de 5 intercalado e não intercalado e padrão 3 de 9</li> <li>-Fonte de alimentação chaveada 90 a 265VAC, tensão 12volts e consumo médio de corrente 330mA ;</li> <li>-Bateria interna 12v para alimentação em caso de falta de energia ;</li> <li>-Instalação completa e treinamento do equipamento para toda a equipe de RH da Secretaria de Administração de no mínimo04(quatro) horas ;</li> <li>-Garantia total do equipamento de no mínimo 24 meses pela empresa responsável pela venda, tendo o tempo de suporte e solução de problemas após o início da chamada de no mínimo 3(três) dias úteis.</li> </ul> <p>-INSTALAÇÃO DE SISTEMA-Software de tratamento de ponto compatível com o equipamento do item 01, que esteja de acordo coma Portaria 1510/2009 MTE, que seja parametrizável e tenha Cadastros de funcionários, setor, horários de trabalho e tolerâncias, justificativas, motivos de ausências, cartão de ponto e demais controles;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-O sistema deverá ter banco de dados free com possibilidade e padrão de cadastro acima de 2.000 (dois mil) servidores ativos, mantendo também os registros dos demitidos e em afastamento;</li> <li>-Deverá ser multiusuário e controle de usuários com padrões diferenciados de acesso e alterações;</li> <li>-Instalação completa e treinamento do sistema para a equipe de RH , e das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, de no mínimo 4(quatro) horas.</li> <li>-Licença de uso para no mínimo 6(seis) computadores;</li> <li>-Manutenção e assistência do Sistema de controle de Ponto pelo período de 24(vinte e quatro) meses;</li> </ul>
2	Bobinas térmicas de papel, com 300 metros de comprimento e 57 mm de largura, com durabilidade da impressão de no mínimo cinco anos.

## PASSA A VIGORAR:

## 1. DO OBJETO:

Item	Descrição Do Objeto
1	<p>RELOGIO DE PONTO- Cartão de controle de ponto homologado pela Portaria nº 1510/2009 MTE com leitor biométrico e leitor de código de barras;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Solução devera contemplar software de gerenciamento/monitoramento já licenciado de uso livre e por tempo indeterminado, o software devera ser responsável pela integração de todos os equipamentos fornecidos nesta solução;</li> <li>- Sistema de impressão com velocidade de 60mm/s e com corte automático do papel;</li> <li>- Mecanismo de troca rápida e fácil da bobina e com durabilidade da impressão de no mínimo 5(cinco) anos ;</li> <li>- Gravação de dados de trabalho e registros em memória não volátil;</li> <li>- Permitir o cadastro dos dados do empregador, local de trabalho e funcionários na memória de trabalho;</li> <li>- <input type="checkbox"/> Calendário perpétuo e com opção de configuração de horário de verão;</li> <li>- Armazenar na memória de registro permanente os eventos envolvendo o registro da empresa, registro de ponto, alteração de data, hora e cadastro de funcionário;</li> <li>- Sistema com proteção com sensores para evitar a violação do equipamento;</li> <li>- Deverá possuir No-Break externo de o do a garantir o seu funcionamento em caso de queda de energia por pelo menos 04(quatro) horas ininterruptas, o equipamento não poderá perder os dados coletados e devera permitir que seja registrado ponto mesmo em caso de falta de energia. - Possuir 02 portas USB's nativas frontais ou laterais, de fácil acesso, para utilização de pen drive universal e não proprietário, sendo uma porta fiscal para captura dos dados armazenados na MRP (Memória de Registro de Ponto) exclusiva para o Auditor Fiscal do Trabalho, e outra para recolhimento dos registros de ponto e programação do equipamento, inclusive com inserção e coleta de impressões digitais;</li> <li>- Leitor biométrico tipo ótico com resolução de 500 dpi, resistente a desgaste e com alto desempenho na verificação da impressão digital e verificação 1 :1 e 1 :N ;</li> <li>- Capacidade de no mínimo 3000 digitais de armazenamento, podendo ter pelo menos 2(duas) digital por pessoa;</li> <li>- Impressora de alta resolução com guilhotina para corte automático do papel;</li> <li>- Teclado de no mínimo 12 teclas, padrão telefônico com teclas de funções ;</li> <li>- Display de cristal líquido (LCD) 16 caracteres x linhas com backlit;</li> <li>- Leitor de código de barras padrão 2 de 5 intercalado e não intercalado e padrão 3 de 9 ;</li> <li>- Fonte de alimentação automática de dupla voltagem (110V/220V), com tomadas FNT</li> <li>- Instalação completa e treinamento do equipamento para toda a equipe de RH da Secretaria de Administração de no mínimo 04(quatro) horas ;</li> <li>- Garantia total do equipamento de no mínimo 24 meses pela empresa responsável pela venda, tendo o tempo de suporte e solução de problemas após o início da chamada de no mínimo 3(três) dias úteis.</li> </ul> <p>-INSTALAÇÃO DE SISTEMA-Software de tratamento de ponto compatível , que esteja de acordo coma Portaria 1510/2009 MTE, que seja parametrizável e tenha Cadastros de funcionários, setor, horários de trabalho e tolerâncias, justificativas, motivos de ausências, cartão de ponto e demais controles;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O sistema deverá ter banco de dados free com possibilidade e padrão de cadastro acima de 2.000 (dois mil) servidores ativos, mantendo também os registros dos demitidos e em afastamento;</li> <li>- Deverá ser multiusuário e controle de usuários com padrões diferenciados de acesso e alterações;</li> <li>- Instalação completa e treinamento do sistema para a equipe de RH, e das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, de no mínimo 4(quatro) horas.</li> <li>- Licença de uso para no mínimo 6(seis) computadores;</li> <li>- Manutenção e assistência do Sistema de controle de Ponto pelo período de 24(vinte e quatro) meses;</li> </ul>
2	<p>Bobinas térmicas de papel, com no mínimo 300 metros de comprimento e 57 mm de largura, com durabilidade da impressão de no mínimo cinco anos.</p>

Os envelopes com as propostas e documentos de habilitação devem ser protocolados no impreterivelmente até as 09h:00min do dia 21 de maio de 2015 no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá. O Município não se responsabiliza por envelopes protocolados fora do prazo, sendo inabilitadas de pronto as licitantes que perderem o horário de recebimento do protocolo, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme edital.

Às 09h:30min do dia 21/05/2015, exclusivamente para o credenciamento e inicio da sessão de abertura dos envelopes de proposta e sessão de lances livres.

Itapoá, 07 de maio de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI MUNICIPAL Nº 568/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR E CEDER MÁQUINA PARA A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES E CARROCEIROS DE ITAPOÁ - SC.**

LEI MUNICIPAL Nº 568/2015

Data: 08 de maio de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR E CEDER MÁQUINA PARA A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES E CARROCEIROS DE ITAPOÁ - SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir e ceder em uso, a título gratuito, de 01 (uma) máquina do Tipo Prensa Enfardadeira, para a Associação de Catadores e Carroceiros de Itapoá - SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.741.813/0001-44, com sede à Rua do Peixe, 92, neste Município, a ser adquirida, mediante processo licitatório.

Parágrafo único - O prazo da cessão de uso do equipamento será de 05 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 2º A máquina será utilizada pela Associação para uso exclusivo na unidade recicladora.

Art. 3º A cessão de uso será regida por Termo de Cessão de Uso, assinado pelas partes.

Art. 4º A despesa decorrente desta lei, será suportada pela seguinte rubrica orçamentária:

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 569/2015 CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI MUNICIPAL Nº 569/2015

Data: 08 de maio de 2015

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica criado o Fundo Municipal do Idoso - FMI, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Itapoá/SC.

Art. 2º Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso - FMI:

I - dotação orçamentária da União, do Estado e Município (quando se tratar de fundo municipal);

II - as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídica;

III - os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

IV - as advindas de acordos e convênios;

V - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei nº 10.741/03;

VI - outras.

Art. 3º O Fundo Municipal do Idoso - FMI, ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstas no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso.

§ 1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso.

§ 2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal do Idoso - FMI, sob orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso, cabendo ao seu titular:

I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II - submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III - assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - outras atividades indispensáveis para gerenciamento do Fundo.

Art. 4º Fica alterado o Inciso V, do art. 2º, da Lei Municipal nº 343/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

V - orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do "Fundo Municipal do Idoso".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 396, DE 05 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº. 396, de 05 de maio de 2015

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA REGULAMENTAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. Este Decreto estabelece normas e procedimentos para o controle eficiente dos bens móveis, imóveis e intangíveis que compõem o patrimônio público do Município de Ituporanga que contém as seguintes etapas:

#### I - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS;

I.1. Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

#### II - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO:

II.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação, amortização e exaustão, e vida útil dos bens móveis;

II.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos;

II.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.

#### Seção I - Dos Conceitos

Art. 2º. Para fins de cumprimento deste Decreto entende-se que:

I - DEPRECIACÃO é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

II - AMORTIZAÇÃO é a perda de valor dos bens imateriais em razão do tempo. Enquanto a Depreciação é usada para os bens materiais (tangíveis) a Amortização é usada para os bens imateriais (intangíveis) como marcas e patentes.

III - EXAUSTÃO é o fenômeno patrimonial que caracteriza a perda de valor que sofrem as imobilizações suscetíveis de exploração e que se esgotam no decorrer do tempo, como por exemplo as reservas minerais e vegetais (bosques, florestas, jazidas..etc).

IV - MENSURAÇÃO é o ato de medir, ou seja, consiste na atribuição de valores monetários aos elementos que compõem o patrimônio.  
V - VALOR BRUTO CONTÁBIL é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

VI - VALOR DEPRECIÁVEL, AMORTIZÁVEL E EXAURÍVEL é o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação.

VII - VALOR RESIDUAL é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

VIII - VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

IX - VIDA ÚTIL ECONÔMICA é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.

X - VALOR RECUPERÁVEL é o valor de venda de um ativo, menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto (valor em uso), o que for maior.

XI - VIDA ÚTIL é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

XII - BEM TANGÍVEL - é aquele que pode ser possuído e realizado. São os bens físicos e materiais que podem ser tocados e vistos. Neste grupo temos os bens móveis e imóveis.

XIII - BEM INTANGÍVEL - são Aqueles que não podem ser tocados e vistos, ou seja, são os bens que possuem valor econômico mas carecem de substância física.

XIV - BENS DE USO COMUM também chamados de Bens de Infraestrutura são os bens de uso geral, que podem ser utilizados livremente por todos os indivíduo, como as praças, rios, os parques, as vias públicas, as pontes...etc.

#### CAPÍTULO II

#### DO RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO

Art. 3º. Para atendimento do item I do Artigo 1º serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Instituição de Comissão específica, para promoção de levantamento geral dos bens da entidade, confrontando-os com os registros constantes no Controle do Patrimônio

II - promover a reavaliação dos mesmos, a preços de mercado, ou a valor recuperável.

III - Adoção de procedimentos específicos, visando ao Controle de Patrimônio, a possibilidade de averiguação periódica de incorporação, baixa e movimentação dos bens.

IV - Elaboração de relatórios específicos, pelo Controle de Patrimônio, encaminhando-os ao Departamento de Contabilidade, para a evidenciação das incorporações, baixas ou movimentação dos bens.

V - Quando se tratar de Bem Imóvel proceder-se-á levantamento junto aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, averiguando-se assim a situação jurídica desses imóveis; bem como a averiguação física dos mesmos, com a reavaliação destes, a preço de mercado ou a valor recuperável, promovendo-se destarte o reconhecimento e a mensuração deste ativo.

VI - Com relação aos Bens Intangíveis adotar-se-á os seguintes procedimentos:

VI.1 - Adoção de procedimento específico visando a identificação de possíveis bens intangíveis que componham o patrimônio da entidade.

VI.2 - Reconhecimento dos bens intangíveis somente nos casos em que for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e quando o custo deste ativo possa ser mensurado com segurança.

VI.3 - Mensuração dos bens intangíveis com base no valor de aquisição ou de produção, exceto aqueles obtidos a título gratuito, ou daqueles com impossibilidade de valoração, cujas avaliações devem ser objeto de notas explicativas.

VI.4 - Evidenciação somente dos bens intangíveis que possam ser reconhecidos e mensurados com segurança.

Artigo 4º. - As normas aqui estabelecidas são aplicáveis a todas as unidades gestoras que compõe a administração Municipal de Ituporanga

#### Seção I - Da Responsabilidade

Artigo 5º. Compete ao servidor que vier a ser designado pelo Prefeito Municipal a supervisão, guarda e controle dos bens patrimoniais com o auxílio direto dos responsáveis dos centros de custos.

Parágrafo Único. Para garantir a responsabilidade pela guarda e preservação dos bens o coordenador do patrimônio deverá:

I - levar ao conhecimento de todos os responsáveis do centro de custo o teor deste regulamento;

II - recolher de cada responsável, a assinatura no "Termo de Responsabilidade" dos bens que estão sob sua guarda e proteção.

III - exigir dos responsáveis a comunicação no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, do conhecimento da ocorrência de extravio, perda, roubo, furto ou qualquer outra anormalidade que venha ocorrer com os bens sob sua responsabilidade.

IV - instituir cronograma de inspeção periódica nos diversos Centros de Custos.

V - instituir penalidade aos responsáveis, quando verificado na inspeção a ausência de bens patrimoniais que não tenham sido objeto de comunicação de acordo com o item III.

#### Seção II - Do Tombamento

Artigo 6º. Tombamento é o ato de incorporar um bem ao cadastro patrimonial, com a numeração e a identificação respectiva.

Parágrafo Único. Devem ser incorporados ao patrimônio, além dos bens imóveis, todos os bens móveis adquiridos por compra, por doação por permuta ou fabricados pela própria municipalidade.

Artigo 7º. Os procedimentos para tombamento de um bem novo que vier a ser adquirido, o coordenador do patrimônio deverá obedecer aos seguintes passos:

I - solicitar do setor de almoxarifado ou na ausência deste, do setor de contabilidade a nota de empenho e respectiva nota fiscal.

II - obedecer no cadastramento do bem, a classificação contábil adotada no empenho.

III - afixar a plaqueta de identificação e inserir o bem no sistema

de Controle Patrimonial.

IV - imprimir o novo Termo de Responsabilidade e colher a assinatura do responsável do centro de custo onde o bem foi cadastrado.

Artigo 8º. No caso de bem móvel recebido em doação, deverá acompanhar no ato do tombamento o Termo de Doação firmado entre as partes e a Lei Autorizativa.

Artigo 9º. Para tombamento de um bem imóvel deverá o coordenador do Patrimônio estar munido do documento comprobatório que podem ser:

a) No caso de terreno, documento que comprove a sua propriedade (escritura pública).

b) No caso de edificação, termo de recebimento definitivo da obra.

#### Seção III - Da Movimentação

Artigo 10. A movimentação de um bem patrimonial consiste no ato de alterar a sua localização, ou seja, passar de um centro de custo para outro.

Artigo 11. Quando o bem é transferido dentro da mesma unidade gestora será emitido o Termo de Transferência que será assinado pelo responsável do centro de custo de origem e do centro de custo de destino.

Artigo 12. Quando a transferência de bens ocorrer entre unidades gestoras distintas da Administração será emitido o Termo e Transferência de Bens entre Entidades".

Artigo 13. No órgão de destino será feita a incorporação do bem cedido, mantendo o número da plaqueta da Entidade de Origem.

Artigo 14. Quando a Transferência ocorrer entre Unidades Gestoras a formalização do Ato se dará por Decreto do Chefe do Poder.

#### Seção IV - Das Baixas

Artigo 15. A baixa de um bem, também chamado de destombamento ou desincorporação consiste na exclusão do bem do cadastro patrimonial de uma unidade administrativa.

§ 1º. A baixa poderá acontecer em virtude das hipóteses abaixo enumeradas:

I - Alienação;

II - Desaparecimento (furto, roubo, perda ou extravio).

III - Imprestável.

§ 2º. - a alienação de bens móveis ou imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação e de licitação.

§ 3º. - o laudo de avaliação é o documento utilizado pela comissão técnica constituída para promover a avaliação de bens patrimoniais destinados a alienação, que deverá conter, no mínimo os seguintes itens:

- número;
- registro patrimonial de bens alienados (identificação, quantidade e especificação);
- estado de conservação;
- data da avaliação;
- valor estimado e;
- assinatura dos membros da comissão.

§ 4º. - A comissão de avaliação será composta de no mínimo três pessoas a serem indicadas pelo Prefeito Municipal.



§ 5º. - No caso de bem móvel desaparecido por furto, roubo, perda ou extravio, o responsável pelo setor do patrimônio deverá providenciar o boletim de ocorrência no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e se necessário, proceder à abertura da sindicância administrativa.

§ 6º. - Os bens imprestáveis serão recolhidos ao almoxarifado central para que, após a avaliação, seja providenciada a sua baixa do cadastro patrimonial.

#### Seção V - Da Inspeção

Artigo 16.- A inspeção consiste na visita do coordenador do patrimônio aos centros de custos, visando garantir o fiel cumprimento deste regulamento.

Parágrafo Único. A inspeção consiste em:

I - Comparar os bens relacionados no Termo de Responsabilidade emitido no levantamento ou última inspeção realizada com os atualmente existentes no centro de custo;

II - Cadastrar possíveis bens novos existentes que não constam no cadastro patrimonial, verificando em especial a sua origem;

III - Verificar o destino do bem existente no cadastro patrimonial mas não localizado no centro de custo por ocasião da inspeção.

IV - Verificar o estado de conservação dos bens e proceder, se necessário, a sua respectiva correção ou depreciação.

Artigo 17. A inspeção tem por objetivo propor a adoção de providências administrativas quando verificado o não cumprimento das normas patrimoniais.

Artigo 18. Após a inspeção e dos ajustes realizados deverá ser emitido novo Termo de Responsabilidade para assinatura do responsável.

#### Seção VI - Do Inventário Patrimonial

Artigo 19. O inventário físico dos bens patrimoniais é o relatório final que conterá o quantitativo, a descrição, a identificação e a localização de todos os bens que compõem o cadastro patrimonial.

Artigo 20. O inventário patrimonial, juntamente com o relatório dos bens por conta e/ou natureza, deverá ser emitido ao final de cada exercício financeiro e entregue ao Departamento de Contabilidade para que este proceda os ajustes necessários para fechamento do inventário com os assentos contábeis.

#### CAPÍTULO III

REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO

#### Seção I - Da Depreciação

Art. 21. Para o cálculo da depreciação dos bens que compõem o patrimônio público do município de Ituporanga, será adotada a tabela abaixo, que define o período de vida útil de cada conta contábil bem como o seu valor residual:

CONTA	TÍTULO	Vida Útil	Taxa Mensal	Valor Residual
14212.02.00	AERONAVES	--	-	--
14212.04.00	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15 anos	0,500%	10%

14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10 anos	0,667%	10%
14212.08.00	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAS E HOSPITALARES.	15 anos	0,445%	10%
14212.10.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSOES	10 anos	0,750%	10%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	10 anos	0,750%	10%
14212.13.00	ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10 anos	0,750%	10%
14212.14.00	ARMAMENTOS	20 anos	0,354%	10%
14212.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	--	-	--
14212.18.00	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10 anos	0,840%	10%
14212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5 anos	1,500%	10%
14212.20.00	EMBARCACOES	--	-	--
14212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRU-LHAMENTO	20 anos	0,375%	10%
14212.24.00	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10 anos	0,750%	10%
14212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20 anos	0,375%	10%
14212.28.00	MAQUINAS E EQUIP. DE NATU-REZA INDUSTRIAL	20 anos	0,375%	10%
14212.30.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10 anos	0,750%	10%
14212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15 anos	0,500%	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10 anos	0,750%	10%
14212.34.00	MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10 anos	0,750%	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5 anos	1,500%	10%
14212.36.00	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	10 anos	0,750%	10%
14212.38.00	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10 anos	0,750%	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10 anos	0,750%	10%
14212.40.00	MAQUINAS, EQUIPAMENTOS UTENSÍLIOS AGRICOLAS, AGROPECUÁRIOS E RODOVIARIOS	10 anos	0,750%	10%
14212.42.00	MOBILIARIO EM GERAL	10 anos	0,750%	10%
14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	--	-	--
14212.46.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10 anos	0,750%	10%
14212.48.00	VEICULOS DIVERSOS	15 anos	0,500%	10%
14212.49.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10 anos	0,750%	10%
14212.50.00	VEICULOS FERROVIARIOS	30 anos	0,250%	10%
14212.51.00	PEÇAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10 anos	0,750%	10%
14212.52.00	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15 anos	0,50%	10%
14212.53.00	CARROS DE COMBATE	30 anos	0,250%	10%

14212.54.00	EQUIP., PECAS E ACESSORIOS AERONAU-TICOS	30 anos	0,250%	10%
14212.56.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS DE PROTECAO AO VOO	30 anos	0,250%	10%
14212.57.00	ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	5 anos	1,500%	10%
14212.58.00	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15 anos	0,500%	10%
14212.60.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15 anos		10%
14212.83.00	EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10 anos	0,750%	10%

§ 1º. As contas 14212.02.00 (AERONAVES), 14212.16.00 (BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS) e 14212.20.00 (EMBARCACOES) não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficará a critério dos órgãos que possuem tais bens.

§ 2º. A conta 14.212.44.00 (OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO) não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

Art. 22. A depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Art. 23. O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

Art. 24. A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

#### Seção II - Do Método De Depreciação

Art. 25. O método de depreciação, amortização e exaustão deve ser compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente.

Art. 26. O método a ser utilizado pelo Município de Ituporanga para o cálculo da depreciação é o Método Linear também chamado de Método de Quotas Constantes que consiste na aplicação de taxas constantes durante o tempo de vida útil estimado para o bem, ou seja, é a divisão do valor a ser depreciado pelo período de vida útil.

§ 1º. Para o cálculo da depreciação mensal temos que definir as seguintes variáveis:

- a) Vi = Valor inicial do bem;
- b) Vr = Valor Residual;
- c) n = vida útil em meses

§ 2º. Com base no caput do parágrafo anterior, a depreciação mensal dos bens será calculada pela seguinte fórmula:

$$\text{Depreciação Mensal} = (Vi - Vr) / n$$

#### Seção III - Da Amortização

Art. 27. Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Parágrafo Único. A amortização é um mecanismo utilizado principalmente para registro da perda de valor de bens intangíveis (marcas e patentes) e para amortizar o custo das construções e benfeitorias em bens locados, arrendados ou cedidos por terceiros.

Art. 28. A taxa de amortização será fixada tendo em vista o período restante da existência do direito de locação, arrendamento ou cessão.

Parágrafo Único - A taxa de amortização será obtida pelo método linear (ou método das quotas constantes). O custo do intangível amortizável é distribuído, através do seu prazo de duração ou existência, de forma uniforme, de acordo com a seguinte fórmula:  
Taxa de Amortização = 100%  
Vida útil do bem

#### Seção IV - Da Exaustão

Art. 29. A exaustão consiste em esgotar completamente o valor de um bem. Em termos contábeis, a exaustão se relaciona com a perda de valor dos bens ou direitos do ativo, ao longo do tempo, decorrentes de sua exploração (extração ou aproveitamento) mineral ou florestal.

Parágrafo Único. O método utilizado para o cálculo da exaustão é obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Exaustão} = \frac{\text{Valor do Ativo}}{\text{prazo estimado para esgotamento}}$$

#### CAPÍTULO IV DOS BENS DE INFRAESTRUTURA

Art. 30. Os bens de uso comum de que trata o inciso XIV, do Artigo 2º deste Decreto, será regulamentado através de ato específico, dentro do prazo estipulado no Decreto que "Institui o Cronograma de Execução das Atividades a serem Implementadas para o Atendimento Integral dos Dispostos Constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP".

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31. Os casos omissos serão objeto de regulamentação adicional por parte da coordenação e controle de patrimônio.

Artigo 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 33. Registre-se e publique-se.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de maio de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA  
Secretário da Administração

**EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2015 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA(GELADEIRA FROST FREE, ESTEIRA ERGOMÉTRICA PROFISSIONAL, RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO, CONJUNTO PORTÁTIL DE OXIGÊNIO, CAPACETES, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA E MOTOBOMBA FLUTU**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº21/2015

Processo: 30/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA(GELADEIRA FROST FREE, ESTEIRA ERGOMÉTRICA PROFISSIONAL, RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO, CONJUNTO PORTÁTIL DE OXIGÊNIO, CAPACETES, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA E MOTOBOMBA FLUTUANTE). FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 22 de maio de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 22 de maio de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br).

Ituporanga, 11 de maio de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

**EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS ASSINADOS NO MÊS 04/2015**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO. Contrato nº 17/2015. Inexigibilidade nº 1/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA PATROLA GD 555 E DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 160. Valor do Aditivo: R\$ 24.156,76. Data da assinatura: 27 DE ABRIL DE 2015.

Arno Alex Zimmermann Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: TERCEIRO TERMO ADITIVO. Contrato nº 16/2011. Concorrência Pública nº 1/2011. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: ELISEU KOPP & CIA LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E DE CARÁTER EDUCATIVO PARA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. O prazo do Contrato com vencimento previsto para 18/04/2015 passa a vencer em 18/04/2016. Data da assinatura: 18 DE ABRIL DE 2015.

Arno Alex Zimmermann Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO. Contrato nº 12/2014. Inexigibilidade nº 1/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: RÁDIO ITUPORANGA LTDA. Objeto

REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO POR EMISSORA DE RADIODIFUSÃO ENTRE A POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ITUPORANGA, DESTINADO À PUBLICAÇÃO DE BOLETIM PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, INFORMES, AVISOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS, A SER FORNECIDO PELA CONTRATADA. Aditivo de 3,8499% SOBRE O VALOR CONTRATADO. O prazo do Contrato com vencimento previsto para 13/02/2015 passa a vencer em 13/02/2016. Data da assinatura: 27 DE ABRIL DE 2015.

Arno Alex Zimmermann Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO. Processo nº 10/2015. Dispensa nº 1/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: DML COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, EM MEDIDA DE URGÊNCIA. Valor do Aditivo: R\$ 31.875,00. Data da assinatura: 01 DE ABRIL DE 2015.

Arno Alex Zimmermann Filho

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO. Contrato nº 7/2014. Tomada de Preços nº 1/2014. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA. Contratada: WILSON EMPEENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC CONFORME PROPOSTA 11407443000113001 - MINISTÉRIO DA SAÚDE. O prazo do Contrato passa a vencer em 24/06/2015. Data da assinatura: 24 DE ABRIL DE 2015.

Claudinei Eyng

Secretário da Saúde

**PUBLICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO CARTA CONVITE 13-15 PINTURA FAIXAS E BORDOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 13/2015 CARTA CONVITE Nº 02/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. CONTRATADA: CONTRATO Nº 13/2015 SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI EPP - CNPJ 10.657.917/0001-17 - R\$ 144.900,00 (Cento e quarenta e quatro mil e noventa e nove reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE PINTURA MECÂNICA E MANUAL DE FAIXAS DE PEDESTRES, EIXOS E BORDOS, EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Assinatura: 01 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

**PUBLICAÇÃO EXTRATOS DOS CONTRATOS FIRMADOS EM ABRIL DE 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 06/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADAS: CONTRATO Nº 06/2015-A SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP. E IMP. LTDA - CNPJ 04.609.150/0001-58 - R\$ 25.865,99 (vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos). CONTRATO Nº 06/2015-B AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP - CNPJ 05.919.156/0001-94 - R\$ 9.960,10 (nove mil, novecentos e sessenta reais e dez centavos) CONTRATO Nº 06/2015-C ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME - CNPJ 21.593.746/0001-26 - R\$ 21.558,00 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, CRAS, CREAS, LAR DA SOLIDARIEDADE E MÚLTIPLO USO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

Assinatura: 22 de março de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 15/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: CONTRATO Nº 15/2015 PMI - DANIEL FERRAZ DIAS ME - CNPJ 19.458.044/0001-98 - R\$ 82.429,60 (Oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AULAS DE DANÇA PARA GRUPOS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, GRUPO DE IDOSOS E BALLET PARA CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Assinatura: 27 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 12/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: CONTRATO Nº 12/2015 CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA EPP - CNPJ 09.151.415/0001-30 - R\$ 67.000,00 (Sessenta e sete mil reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM REALIZAÇÃO DE CURSO DE INFORMÁTICA JUNIOR, INFORMÁTICA BÁSICA E MONTAGEM E MANUTENÇÃO CONFORME ANEXO DESCRITO NO EDITAL, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E OUTROS, INCLUINDO LANCHES PARA CADA ALUNO NO INTERVALO DAS AULAS. Assinatura: 01 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 22/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADAS: CONTRATO Nº 22/2015-A/PMI PORTAL GÁS LTDA - CNPJ 08.756.034/0001-12 - R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais). CONTRATO Nº 22/2015-B/PMI TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA EPP - CNPJ 06.144.404/0001-35 - R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais) OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS 13KG E P-45 PARA AS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Assinatura: 30 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 16/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADAS: CONTRATO Nº 16/2015-A-PMI MIGUEL VIEIRA NETO ME - CNPJ 15.147.130/0001-29 - R\$ 18.422,00 (Dezoito mil, quatrocentos e vinte e dois reais). CONTRATO Nº 16/2015-B-PMI IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME - CNPJ 13.132.239/0001-67 - R\$ 15.738,60 (Quinze mil, setecentos e trinta e oito reais e sessenta centavos) CONTRATO Nº 16/2015-C-PMI JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME - CNPJ 13.965.228/0001-68 - R\$ 659,40 (Seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos). CONTRATO Nº 16/2015-D-PMI AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP - CNPJ 05.919.156/0001-94 - R\$ 15.848,50 (Quinze mil, oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos). CONTRATO Nº 16/2015-E-PMI ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME - CNPJ 21.593.746/0001-26 - R\$ 23.895,10 (Vinte e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e dez centavos) CONTRATO Nº 16/2015-F-PMI LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ 07.483.630/0001-03 - R\$ 6.315,40 (Seis mil trezentos e quinze reais e quarenta centavos) OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Assinatura: 27 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município



# Joaçaba

## PREFEITURA

### 105/2013 TA 02

CONTRATO Nº 105/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.890.054/0001-56, com sede na Avenida XV de Novembro, 441 - sala 18 - Edifício Pedrini - Joaçaba - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato pela Senhora VIVIAN CRISTIANE MORGANTI, portadora da Cédula de Identidade nº 1436668-1 e inscrita no CPF/MF sob o nº 010.627.840-14, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 105/2013/PMJ, firmado em 19/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 44/2013/PMJ, homologado em 19/08/2013, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no § 1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 19 de agosto de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

JOAÇABA (SC), 05 de maio de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - PREFEITO

VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA  
CONTRATADA  
VIVIAN CRISTIANE MORGANTI

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

### 165/2014 TA 01

CONTRATO Nº 165/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.492.725/0001-03, estabelecida na RUA NEREU RAMOS, 334, no Município de FRAIBURGO/SC, representada neste ato pelo Sr. LAURECI BITENCOURT, portador da Carteira de Identidade nº 3.263.197.e CPF nº 014.931.649-61, residente e domiciliado na RUA NEREU RAMOS, 334, cidade de FRAIBURGO/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 165/2014/PMJ, firmado em 06 de maio de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº 26/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 21/2014/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de recepcionistas em 04 (quatro) postos de trabalho, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais cada um, para atuarem junto as Secretarias de Infraestrutura, de Gestão Administrativa e de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 06 de maio de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica reajustado em 8,4160% relativos à variação do INPC/IBGE no período de abril de 2014 a março de 2015, passando o valor mensal de R\$ 7.480,00 para R\$ 8.108,00 (oito mil cento e oito reais), correspondentes 04 postos de trabalho a R\$ 2.027,00 (dois mil e vinte e sete reais) cada um.

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 97.296,00 (noventa e sete mil duzentos e noventa e seis reais), passando a contratação a totalizar o valor global de R\$ 187.056,00 (cento e oitenta e sete mil cinqüenta e seis reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.



Joaçaba (SC), 05 de maio de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - Prefeito

LB - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME  
LAURECI BITENCOURT

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### 172/2014 TA 01

CONTRATO 172/2014 - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.821.701/0002-90 estabelecida na Rod. José Carlos Daux (SC-401), nº 4.190, Torre A, Bairro Saco Grande, no Município de Florianópolis, representada neste ato pelo Sr. Waldemar Braatz Krueger, portador da Carteira de Identidade nº 4.197.972-9 e CPF nº 041.080.839-38 residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 172/2014, firmado em 22/05/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 38/2014/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 30/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA da publicidade dos atos oficiais exarados pela Administração Pública Municipal, em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação estadual), com circulação diária, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DA REVISÃO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 22 de maio de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DA REVISÃO E DO REAJUSTE

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 26.250,00 (vinte e seis mil duzentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 08 de maio de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - PREFEITO

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A  
WALDEMAR BRAATZ KRUEGER - GERENTE COMERCIAL

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

### AVISO INEXIGIBILIDADE 2/2015/FMS - PL 12/2015/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2015 - FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2015 - FMS

#### 1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

#### 2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/FMS em anexo, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

#### 3 - DA CREDENCIADA

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
- HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA (HUST), entidade filantrópica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.592.369/0009-88, situada à Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, Joaçaba, SC.

#### 4 - DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), considerando a vigência até 31 de dezembro de 2015, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

#### 5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

30 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas

31 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas

#### 6 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em XX de XXXX de 2015.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ADEMIR LUIZ RIGHI  
Secretário

**HOMOLOGAÇÃO PL 29/2015 PP 19/2015 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 29/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 19/2015/PMJ.

Objeto: a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos servidores municipais.

-Empresas Vencedoras:

ADAM DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

VALOR R\$ 363,00

CENCI EQUIP. DE SEGURANÇA LTDA-ME

VALOR R\$ 1.012,10

MASTER EQUIP DE SEG. LTDA-ME

VALOR R\$ 3.232,06

MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-EPP

VALOR R\$ 4.821,40

Fiscal: Taiza Cordazo

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 05 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

Joaçaba (SC), 06 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

José Luiz Junqueira de Carvalho - Sec. De Educação

**HOMOLOGAÇÃO PL 31/2015 PP 21/2015 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015/PMJ

O Secretario Municipal de Educação de Joaçaba, José Junqueira de Carvalho, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 31/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 21/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.

-Empresas Vencedoras:

DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP

VALOR R\$ 54.970,90

GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

VALOR R\$ 107.705,20

HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR R\$ 53.624,00

LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

VALOR R\$ 17.262,00

LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA-ME

VALOR R\$ 88.553,10

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

VALOR R\$ 19.667,00

Fiscal: GABRIELA PRATTO

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

ATA 12/2015 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 1/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	ABRAÇADEIRA TIPO U ½"	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	0,1500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,1600
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,1800
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JONDRIANE	0	0,3100
2	ABRAÇADEIRA TIPO U 1	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	0,1700
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JONDRIANE	0	0,1800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,1900
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,2200
3	Adaptador para tomada 02 pinos	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	MECTRONIC	0	4,4000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	4,4500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	6,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 2/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
4	Alicate bomba d'água 10" - cabo emborrachado - mínimo de 16 níveis de encaixe	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	DISMA	0	31,5000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	32,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	47,0000
5	ALICATE UNIVERSAL 8" com isolamento	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	DISMA	0	15,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	17,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	25,0000
6	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO 100 MM	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	BLUKIT	0	4,7900
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	4,8000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	4,8200
7	ARMAÇÃO GALVANIZADA - 1 ELEMENTO	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	ALMEIDA	0	3,4500
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	7,2600
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	GASP	0	9,7600

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 3/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
8	ARRUELA ALUMÍNIO 3/4"	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	WETZEL	0	0,2500
	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (9051)				0	0,3200
	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)				0	0,4900
9	ARRUELA ALUMÍNIO 1"	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	0,4000
	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)				0	0,4500
	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)				0	0,7900
	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)				0	0,8000
10	ASSENTO/TAMPO PARA VASO SANITÁRIO UNIVERSAL BRANCO	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	KRONA	0	10,5000
	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)				0	11,2000
	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)				0	14,9000
11	BACIO SANITÁRIO CONVENCIONAL BRANCO	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	DECA	0	73,5000
	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)				0	74,0000
	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)				0	99,9000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 4/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
12	BOCAL - PORTA LÂMPADA INCANDESCENTE	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	PLASLUX	0	1,7500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,8000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	2,2000
13	BOLSA DE LIGACAO PARA VASO SANITÁRIO 1. 1/2	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	ALUMASA	0	1,1500
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	GRAP	0	4,3100
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	4,3200
14	BROCA VIDEA 6,0 MM	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	DISMA	0	2,9000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	3,1500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,3000
15	BROCA VIDEA 8 MM	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	TRAMONTINA	0	4,4500
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	4,4900
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	5,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 5/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
16	BROCA VIDEA 10MM	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	DISMA	0	6,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	6,2000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	8,7000
17	BUCHA ALUMÍNIO 3/4"	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	INCA	0	0,4500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,4900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,5900
18	BUCHA DE NYLON 10 mm	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	INCA	0	0,3500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,3800
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	USAF	0	0,4100
19	BUCHA DE NYLON 6 mm	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	USAF	0	0,1900
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,2000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,2100

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 6/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	USAF	0	0,3800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,4000
20	BUCHA PLASTICA 6MM	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	BIAMPLAST	0	0,0300
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)		0	0,2200
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	USAF	0	0,2400
21	BUCHA PLÁSTICA - 8 MM	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	USAF	0	0,0340
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,0370
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,0380
22	BUCHA PLÁSTICA - 10 MM	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	BIAMPLAST	0	0,0600
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,2700
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	USAF	0	0,4200

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 7/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
23	CABO CCI 40 MM2 X 02 PARES	MT	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	WIREFLEX	0	0,3000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,3300
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,3400
24	Cabo de rede - categoria 5e - para sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI TIA EIA 568A, incluindo o adendo 5 (categoria 5e) - cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial - capa externa em PVC não propagante à chama, na cor azul, CMX - marcação sequencial métrica decrescente (305,0 m), com gravação de dia, mês, ano, hora de fabricação	MT	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	MEGATRON	0	0,7600
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,9500
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	CORFIO	0	1,0800
25	CABO FLEXIVEL 1,5 MM	MT	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	CORFIO	0	0,5900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,6400
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,7800
26	CABO FLEXÍVEL - 2,5 MM	MT	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	CORFIO	0	0,8900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,9700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,1200
27	Cabo multiplexado 2 x 10 monofásico preto	MT	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	WIREFLEX	0	1,9000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,9900
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,6200
28	Cabo multiplexado 3 x 10 trifásico colorido	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	CORDEIRO	0	3,6000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	CORFIO	0	3,8000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	4,1000
31	CAIXA D'AGUA 1.000 LT SEM POLIETILENO COM TAMPA	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	FORTLEV	0	210,0000
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)		0	219,0000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (9051)		0	265,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	267,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	268,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	FIBRA OESTE	0	277,0000
						6
32	CAIXA D'ÁGUA 500 LTS EM POLIETILENO COM TAMPA	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	FORTLEV	0	150,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	159,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	182,1800
						3
33	CAIXA DE ATERRAMENTO PVC GRANDE	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	VONDER	0	6,9000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	9,6600
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	10,9000
						3
34	CAIXA DE DESCARGA EXTERNA - BRANCA	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	CIPLA	0	12,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	12,5000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	24,9000
						3
35	Caixa padrão para canaleta 20/50 mm - SE Fame	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	FAME	0	1,5000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,5500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	2,5000
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 10/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
36	CAIXA PADRAO TRIFASICA ALUMINIO	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	OLIPE	0	69,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	79,9000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	125,0000
37	CAIXA PARA 12 DISJUNTORES EMBUTIR COM BARRAMENTO	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	OLIPE	0	98,8000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	176,2600
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	290,0000
38	LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMERCIAL BRANCA 2 X 40W, SOBREPOR, COMPLETA (CALHA, LÂMPADAS, REATORES, SOQUETE)	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	LUMIPETRO	0	43,7500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	54,8000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	60,2900
39	CAVALETA 50 x 50 mm - 02 METROS	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	TRAMONTINA	0	18,6000
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)		0	18,7000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	23,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 11/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (9051)		0	23,9000
40	CANALETA SISTEMA X 10 X 20 - 2.10 MTS	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	IIUMI	0	2,5200
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,0100
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	3,9000
41	CANALETA SISTEMA X 50X20 - 2.10 MTS - com tampa e divisória	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	FAME	0	15,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	15,4900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	17,5000
42	Chave combinada 6 a 31 mm (26 peças)	JG	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	LORENZETTI	0	52,0000
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)		0	78,6000
43	CHUVEIRO ELETRICO 03 TEMPERATURAS 220 V	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	CORONA	0	22,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	22,7000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	31,3700
44	CILINDRO DE FECHADURA	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	SOPRANO	0	9,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 12/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
45	CINTA COM PRESILHA DE ALUMINIO PARA POSTE	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	SOPRANO	0	13,3600
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	13,8600
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	3N	0	0,8800
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,9000
46	CONECTOR RJ-45 CATEGORIA 5E	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	2,5000
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	MECTRONIC	0	0,3000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,3100
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	1,5000
47	CONJUNTO INTERRUPTOR SIMPLES +PARALELO + TOMADA	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	FAME	0	9,7900
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	12,4600
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	MECTRON	0	16,2800
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	CORFIO	0	15,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 13/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)						
49	Cordoalha de cobre nu - têmpera dura - 35 mm2	MT	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	CORFIO	0	10,7500
LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)						
50	CURVA 180º 1"	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	PLASGRAF	0	1,8000
NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)						
			LZ		0	1,8400
HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)						
					0	3,3000
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)						
51	CURVA 180º CONDUITE ¾"	UN	PLASGRAF		0	0,7900
HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)						
					0	0,8000
NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)						
			LZ		0	2,4000
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)						
52	CURVA 90 º 3/4	UN	PLASGRAF		0	1,0000
NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)						
			LZ		0	1,0200



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 14/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)						
53	DISJUNTOR MONOFÁSICO 10 A - DIN	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	SOPRANO	0	5,8500
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	5,9000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	LORENZETTI	0	11,3900
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)						
54	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20 A - DIN	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	SOPRANO	0	5,8500
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	5,9000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	LORENZETTI	0	11,1600
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)						
55	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30 A - DIN	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	SOPRANO	0	5,8000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	5,9000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	6,5500
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)						
56	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50 A - DIN	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	SOPRANO	0	7,2900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	7,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 15/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	LORENZETI	0	17,5100
57	DISJUNTOR TRIFÁSICO 30 A - DIN	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	SOPRANO	0	30,2900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	30,3000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	LORENZETI	0	50,5200
58	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50 A - DIN	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	SOPRANO	0	33,4600
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	34,7000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	LORENZETI	0	60,1800
59	ENGATE FLEXÍVEL PVC 1/2X30 CM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	1,5000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,7000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,8200
60	ENGATE FLEXÍVEL PVC 1/2" x 40 cm	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	1,7000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,7500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 16/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,9500
61	Espelho cego 4 x 2	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	FAME	0	1,3800
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,3900
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,0300
62	Espelho cego 4 x 4	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	MECTRON	0	2,7200
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	2,7300
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	4,3400
63	Fechadura de cilindro para porta externa	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	SOPRANO	0	21,5000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	21,9000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	22,5000
64	Fechadura de cilindro para porta interna	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	SOPRANO	0	16,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	16,5000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	24,9300

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 17/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
65	FIO DE ATERRAMENTO 2,5 MM, FLEXÍVEL	MT	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,6000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,6300
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,9600
66	Fio drop para telefone (FEE 100)	MT	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	MULTITOC	0	0,3500
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	CORFIO	0	0,3700
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,4500
67	FIO FLEXÍVEL 10 mm	MT	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	PREMIUM	0	3,3200
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	4,1000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	4,1500
68	FIO FLEXÍVEL 2,5 mm	MT	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	PREMIUM	0	0,7300
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,8900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,9600
69	FIO FLEXÍVEL 4 mm	MT	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	PREMIUM	0	1,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2015

Página: 18/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	CORFIO	0	1,1500
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,5600
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	PREMIUM	0	1,8000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,8400
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	2,4200
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,7000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,7600
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,1200
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	1,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,0400
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,6000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	PREMIUM	0	3,5000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	3,5900

70    FIO FLEXÍVEL 6 mm

71    FIO PARALELO 2X1,5 MM

72    FIO PARALELO 2X2,5 MM

73    FIO RÍGIDO 10 MM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 19/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	4,0500
74	FIO RÍGIDO 4 MM	MT	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	PREMIUM	0	1,4500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,4900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,6500
75	FITA ISOLANTE 19 MM X 20 M	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	ENERBRAS	0	2,9900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	3,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	3,3200
76	FITA ISOLANTE AUTO FUSÃO 19 MM X 10 M	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	ENERBRAS	0	12,7000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	12,8000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	17,8500
77	FITA VEDA ROSCA - 18MM X 25 M	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	2,4500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	2,5000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	4,6900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 20/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
78	HASTE TERRA COM CONECTOR 2,00 X 2,40 M	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	21,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	21,5000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	25,4900
79	INTERRUPTOR 01 TECLA - SISTEMA X	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	4,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	4,0500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	5,1800
80	INTERRUPTOR 02 TECLAS - SISTEMA X	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	RADIAL	0	6,2500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	10,5000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	13,9100
81	INTERRUPTOR 03 TECLAS - SISTEMA X	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	RADIAL	0	8,8000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	MECTRON	0	19,5800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	19,9000
82	ISOLADOR PARA ARMAÇÃO GALVANIZADA 01 ELEMENTO	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	3,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 21/44

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 06/05/2015		Válido até: 06/05/2016			
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	ISOLADOR PLÁSTICO / COM PREGO	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,2900	2
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	3,4500	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,2200	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,2600	2
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,4700	3
84	JOELHO 90 ESGOTO 40 MM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,3500	1
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,3600	2
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,3800	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,7500	1
85	JOELHO 90 ESGOTO 50 MM	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,7900	2
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,8900	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,7500	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,7900	2
86	JOELHO 90 ESGOTO 75 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	1,9000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 22/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	4,3200
87	JOELHO 90 ESGOTO 100 MM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	2,0500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	2,0900
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,1000
88	JOELHO 90 SOLDÁVEL 20 MM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	0,1900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,2000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,2200
89	JOELHO 90 SOLDÁVEL 25 MM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	0,2000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,2200
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,2500
90	JOELHO 90 SOLDÁVEL 40 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	1,4000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,9900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 23/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	2,7100
91	JOELHO 90 SOLDÁVEL 50 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	1,6000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,1000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	3,0800
92	LAMPADA DICROICA ROSQUEÁVEL 220 W	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	OSRAM	0	5,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	5,4900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	14,9000
93	Lâmpada dicróica bi pino 220 W	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	TASCHIBRA	0	4,9000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	5,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	8,3000
94	LÂMPADA FLUORESCENTE 32 W	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	IILUMI	0	3,0500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	3,8000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 24/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	OUROLUX	0	5,0200
95	LÂMPADA FLUORESCENTE 40 W	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	TASCHIBRA	0	3,8000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	4,1500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	4,9300
96	LAMPADA INCANDESCENTE - 100 WTS	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	OSRAM	0	2,1600
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	3,5000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	TACHIBRA	0	3,5000
			WIKO DO BRASIL COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTD (10078)		0	3,8700
97	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250 WATTS	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	DEMAPE	0	21,6300
			WIKO DO BRASIL COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTD (10078)		0	21,6400
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	55,0000
98	LAVATORIO LOUCA BRANCA SEM COLLUNA MIN 43 X 36 CM	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	HERVY	0	41,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 25/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
99	LIXA AMARELA - 220	MT	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	48,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	50,3600
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	CARBURUNDUM	0	1,8500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,9000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	ALCAR	0	3,1800
100	LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMERCIAL BRANCA 4x40W, SOBREPOR, COMPLETA (CALHA, LÂMPADAS, REATORES, SOQUETE)	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	LUMINARIAS BLUMENAU	0	81,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	81,6900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	81,7000
101	Luminária de emergência, 30 led's, bi volt automático	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	TASCHIBRA	0	25,2000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	25,3000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	25,5000
102	LUVA CONDUÍTE 1	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	KRONA	0	0,7900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 26/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
103	LUVA CONDUITE 3/4	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,8000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	LZ	0	0,8600
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	PLASGRAF	0	0,5000
104	LUVA ESGOTO 100 MM	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	LZ	0	0,5400
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,6000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	2,0000
105	LUVA ESGOTO 40 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	2,0500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,1000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	0,3500
106	LUVA ESGOTO 50 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,3800
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,5300
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	1,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 27/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,1400
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,2200
107	LUVA ESGOTO 75 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	2,1000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,1300
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	3,8100
108	LUVA PVC SOLDÁVEL 20 MM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	0,1800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,1900
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,2400
109	LUVA PVC SOLDÁVEL 25 MM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	0,2000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,2100
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,2800
110	LUVA PVC SOLDÁVEL 32 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	0,6000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,8700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 28/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	1,2700
111	LUVA PVC SOLDÁVEL 40 MM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	1,0900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,1000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,4300
112	LUVA PVC SOLDÁVEL 50 MM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	1,1500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,1600
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,7100
113	LUVA PVC SOLDÁVEL LR 20 X 1/2	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	0,4400
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,4500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,5000
114	LUVA PVC SOLDÁVEL LR 25X1/2	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	0,6000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,6100
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,6400



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 29/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
115	Martelo unha 25 mm - cabo de madeira	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	MONFORT	0	16,7900
	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)				0	18,5000
	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)		MUNDI		0	25,3500
116	PARAFUSO COM ARRUELA PARA POSTE 20 CM	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	5,8000
	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)				0	5,9000
	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)				0	6,2200
117	Parafuso com porca para armação - 1/2 x 200	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	3N	0	4,9200
	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)		JOMARCA		0	5,2200
	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)				0	5,5000
118	PARAFUSO GANCHO COM BUCHA 8 MM	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	1,6900
	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)				0	1,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 30/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	1,7800
119	PARAFUSO FIXAÇÃO VASO SANITÁRIO 1ª LINHA 02 PEÇAS	KIT	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	4,0000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	BOGNAR	0	4,1000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	4,2000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	4,3900
120	PARAFUSO 6 mm	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	0,1700
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,1800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,2200
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	0,2400
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (9051)		0	0,2700
121	PARAFUSO 8 MM	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	0,2200

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 31/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
122	PARAFUSO 10 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,2300
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	0,3400
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	0,4800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,4900
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	0,5300
123	PARAFUSO MADEIRA 3,8 X 40	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	0,3000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,3100
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)		0	0,3300
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	0,3400
124	Parafuso ch Philips 4,0 x 35 mm	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (9051)		0	0,4000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	JOMARCA	0	0,2700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 32/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
125	Parafuso Phillips para bucha 10 mm.	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	0,2800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,5500
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	1,1000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,1100
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	1,3000
126	Parafuso Phillips para bucha 6 mm.	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	FELPAR	0	0,7900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,8000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	JOMARCA	0	0,8500
127	PINO FEMEA	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	PEESA	0	2,5200
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	4,9000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	MECTRONIC	0	5,3600

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 33/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
128	PINO MACHO REFORÇADO	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	MECTRONIC	0	2,8500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,8900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	4,7000
129	Porta interna de madeira - MDF - 0,70 x 2,10 m x 0,35 mm (L x A x E) - com marco e fechadura de cilindro	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	GRANDO	0	155,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	159,0000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	MADEPORTA	0	218,0000
130	REATOR ELETRÔNICO 2X32 W	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	DSW	0	13,2000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	21,5000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	21,8700
131	REATOR ELETRÔNICO 2X40 W	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	DSW	0	12,1500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	21,8700
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	28,5000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 34/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
132	REATOR ELETTRÔNICO PARA LÂMPADA DICRÓICA, 1X50W - 220V	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	XELUX	0	10,5000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	11,9000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	15,9000
133	RECEPTÁCULO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	DECORLUX	0	1,2000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	2,3000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	4,0600
134	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 20 mm	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	VICQUA	0	3,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	3,0500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,1400
135	REPARO VÁLVULA DE DESCARGA DOCOL	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	BLUKIT	0	20,0000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	20,4000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	21,9000
136	ROLDANA PORCELANA 72 x 72	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	LORENZETTI	0	3,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 35/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
137	SERRA AÇO RÁPIDO 12" x 1"	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,2900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	3,4300
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	NICHOLSON	0	2,4700
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	NICHSON	0	4,1400
138	SIFÃO SANFONADO	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	4,3400
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	KALA	0	3,0500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	4,2300
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	4,9000
139	SILICONE 50 GR	TB	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	ASTRA	0	3,1500
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	3,2000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,6400
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	QUALISIL	0	11,7000
140	SILICONE BRANCO 280 GR	TB	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	QUALISIL	0	11,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 36/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
142	Soquete fixo para lâmpada		NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	ORION	0	11,8000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	12,3500
		UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	PERLEX	0	1,9800
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,9900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	2,2200
143	STARTER LÂMPADA 15/20 W	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	TASCHIBRA	0	0,8500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,8700
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,8800
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,9100
		UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	LORENZETTI	0	0,8700
144	STARTER LÂMPADAS 30/40 W		HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,8800
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	0,9100
		UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	0,3200
145	TEE SOLDAVEL 20 MM					

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 37/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
146	TEE SOLDAVEL 25 MM	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,3300
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	0,6900
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	0,3000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	0,3300
147	TEE SOLDAVEL 32 MM	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	0,4100
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	0,8500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	0,9900
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,6400
148	TEE SOLDÁVEL 40 MM	UN	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	2,2000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	3,7000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,8900
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	4,8800

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 38/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
149	TEE SOLDÁVEL 50 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	3,7000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,8500
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	5,7800
150	TOMADA PARA TELEFONE SOBREPOR	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (6241)	MEC TRONIC	0	1,3000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	2,9900
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	4,4800
151	TOMADA SIMPLES - SISTEMA X	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	FAME	0	5,1500
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	5,2000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	7,1400
152	TORNEIRA DE PVC PARA JARDIM 1/2"	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	KRONA	0	1,3300
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	1,8800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,9000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 39/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
153	TORNEIRA DE PVC PARA LAVATÓRIO ½"	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	HERC	0	5,5500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	5,5900
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	7,6000
154	TORNEIRA DE METAL AUTOMÁTICA PARA LAVATÓRIO	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	IMPERATRIZ	0	65,0000
			DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	65,4500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	89,0000
155	TORNEIRA ELÉTRICA DE PAREDE 220V	UN	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)	ZAGONEL	0	49,2000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	61,4600
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	SINTEX	0	95,6400
156	TUBO CONDUITE, ¾" - 3 MT	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	PLASGRAF	0	3,2000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,2400
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	5,8000
157	TUBO CONDUITE, 1 ½" - 3MT	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	PLASGRAF	0	5,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 40/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
158	TUBO DESCIDA P/ CAIXA DE DESCARGA EXTERNA - 1,60M	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	5,3800
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	9,3000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)	KRONA	0	6,5000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	6,5500
159	Tubo esgoto 100 mm	MT	DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP (11488)		0	7,8000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	5,5000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	5,8500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	5,8900
160	Tubo esgoto 40 mm	MT	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	2,2000
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,2500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	2,5000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	3,8500
161	Tubo esgoto 50 mm	MT	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	3,8900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 41/44

Número do Registro de Preços: 12/2015      Data do Registro: 06/05/2015      Válido até: 06/05/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	4,0000
162	Tubo esgoto 75 mm	MT	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	5,8500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	5,9000
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	7,2900
163	TUBO SOLDÁVEL - 20 MM	MT	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	1,2500
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,2900
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	1,3500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,6100
164	TUBO SOLDÁVEL 25 MM	MT	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	1,3000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	1,3500
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	2,0000
165	TUBO SOLDÁVEL - 40 MM	MT	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	AMANCO	0	3,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 42/44

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 06/05/2015		Válido até: 06/05/2016			
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	TUBO SOLDAVEL 50 MM	MT	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)		0	4,0000	2
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	5,7000	3
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (8585)	PLASTILIT	0	6,2000	1
167	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO COM UNHO SEM LADRÃO	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	6,2900	2
			NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (11490)	KRONA	0	9,2400	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (9230)	ASTRA	0	1,2000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (9126)		0	1,2500	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015						Data do Registro: 06/05/2015		Válido até: 06/05/2016		
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015  
PROCESSO Nº 31/2015

- (6241) - LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP
- (8585) - HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
- (9051) - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
- (9126) - LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME
- (9230) - GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP
- (10078) - WIKO DO BRASIL COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTD
- (11488) - DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP
- (11490) - NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Joaçaba, 6 de Maio de 2015.



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 003/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 004/2015  
PREGÃO PRESENCIAL NR. 003/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor LUIZ VASTRES, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nr. 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR a presente licitação nos seguintes termos:

Processo de licitação nr.: 004/2015.

Pregão presencial nr.: 003/2015.

Data da homologação: 08/05/2015.

Objeto da licitação: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

Fornecedor e valor: CHAVE CERTA CASA E CONSTRUÇÃO EIRELLI - ME - R\$ 277.050,00 (duzentos e setenta e sete mil e cinquenta reais)

Joaçaba (SC), 08 de maio de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

ATA REGISTRO PREÇOS - PP 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 07/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO	HR	CHAVE CERTA CASA E CONSTRUCAO EIRELI - ME (701)	CHAVE	0	68,7000	1
			REFRIGERACAO J S J LTDA. - ME (703)	Kairos	0	68,8500	2
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO HIDROSSANITÁRIA	HR	CHAVE CERTA CASA E CONSTRUCAO EIRELI - ME (701)	CHAVE	0	56,0000	1
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	HR	CHAVE CERTA CASA E CONSTRUCAO EIRELI - ME (701)	CHAVE	0	26,0000	1
			CONDUX COMERCIO DE MATERIAIS & INSTALACAO ELETRICA (702)	Condux	0	27,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 07/05/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA EM GERAL (PEDREIRO/SERVENTE, PINTOR, VIDRACEIRO, GESSEIRO E CARPINTEIRO).		HR	CHAVE CERTA CASA E CONSTRUCAO EIRELI - ME (701)	CHAVE	0	34,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 2/2015							Data do Registro: 07/05/2015		Válido até: 07/05/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor			Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015  
PROCESSO Nº 4/2015

- (701) - CHAVE CERTA CASA E CONSTRUCAO EIRELI - ME
- (702) - CONDUX COMERCIO DE MATERIAIS & INSTALACAO ELETRICA
- (703) - REFRIGERACAO J S J LTDA. - ME

Joaçaba, 7 de Maio de 2015.

**BALANCETE FINANCEIRO ABRIL 2015****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Abril

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>135.513,81</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>124.284,68</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	115.853,85
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.430,83
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>11.229,13</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.229,13
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>281.666,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	281.666,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>319.960,78</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>337.436,68</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	25.614,42	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	22.141,46
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	135.708,81	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	158.832,55
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	158.637,55	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	156.462,67
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>370.377,03</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>499.053,32</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	361.499,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	494.971,96
BANCO C/ MOVIMENTO	8.878,03	BANCO C/ MOVIMENTO	4.081,36
<b>TOTAL</b>	<b>972.003,81</b>	<b>TOTAL</b>	<b>972.003,81</b>

Joacaba, 05/05/2015

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Luiz Vastres  
Presidente

Jean Carlos da Silva  
Controlador Interno

**SIMAE - JOAÇABA****ALTERAÇÃO PREGÃO 0014/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0020/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2015

PROTOCOLO JHL 1017/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0014/2015 - Licitação 0020/2015, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Limpeza e conservação na Sede Administrativa e Estação de Tratamento de Água do SIMAE

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 21/05/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 21/05/2015 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 11/05/2015 a 21/05/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 08 de Maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0004/2015 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2015

Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 0010/2015 - Registro de Preços nº 0004/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em 22/04/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1 DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Concreto Betuminoso Usinado a quente (CBUQ) Asfalto Quente e Emulsão para utilização na recomposição da pavimentação onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0010/2015.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ), Quantidade - 200, Unidade de medida - Tonelada.  
1º. Colocado - Empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, no valor de R\$ 259,00;

Item 02 - EMULSÃO ASFALTO RR - 1C, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - Litro.

1º. Colocado - Empresa VIGA - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, no valor de R\$ 3,00;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Asfalto Quente e emulsão obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

**2 DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0010/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

**3 VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

**4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 O Asfalto quente deverá ser retirado na usina conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Retirada.

4.2 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.3 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

4.3.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.4. O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.5. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, e na Lei.



## 5 DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 5.1 O pagamento será:

5.1.1. Em até 05 (cinco) dias após entrega, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

5.1.2 Realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente a entrega do material, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos materiais/serviços desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.51.00.00.00

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

## 8 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s)

fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10 DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 22 de Abril de 2015.

João Carlos Ungericht

Pregoeiro

Testemunhas

Valdesir Spier

Gerente SOMA

Graciela Prato Bordin da Rosa

Gerente SMTP

Felipe Ramos D'Agostini/Sócio Administrador

VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

**RESUMO CONTRATO JHL 0030/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0030/2015

TOMADA DE PREÇO JHL0003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015

PROTOCOLO Nº 0683/2015

Data: 28/04/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para executar a urbanização do Reservatório de água Potável (RAP-016), localizados no Acesso Adolfo Ziguelli em Joaçaba-SC.

Contratado: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME

Valor do Contrato: R\$ 38.683,83 (trinta e oito mil seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).

Programa: 14.01.

Projeto/Atividade: 1.051

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 28/04/2015 a 27/08/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

**HOMOLOGAÇÃO TP 0004/2015 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2015 - TP</b>  Processo Administrativo: 16/2015 Processo de Licitação: 16/2015 Data do Processo: 25/03/2015
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 16/2015  
b ) Licitação Nr.: 4/2015-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 08/05/2015  
e ) Data da Adjudicação: 08/05/2015 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE ELEVADOR PARA SUBSTITUIÇÃO DO ELEVADOR DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE, PARA ATENDER LEGISLAÇÃO NBR NM 207 E NBR 13994.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**EQUIBRASIL LTDA (8294)**

1 ELEVADOR CONVENCIONAL ELETRICO PARA USO GERAL, OBEDECENDO AS NBR NM 207 E NBR 13994, COM CINCO PARADAS E DUAS PORTAS DE ABERTURA LATERAL AUTOMATICA DE ACESSO EM LADOS OPOSTOS, COM ABERTURA DE PAVIMENTO DE EIXO VERTICAL, COM ALIMENTAÇÃO TRIFASICA DE 380 V, FREQUENCIA 60 HZ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: EQUIBRASIL	PÇ	1,00	0,0000	172.958,82	172.958,82
---	----	------	--------	------------	------------

**Total do Fornecedor: 172.958,82**

**Total Geral: 172.958,82**

Joaçaba, 8 de Maio de 2015.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: 16/2015 Processo de Licitação: 16/2015 Data do Processo: 25/03/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 290.000,00

Joaçaba, 8 de Maio de 2015.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 153/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 0153/2014 PML- 3ºTERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.255.187/0001-08 com sede a Rua: General Osório, nº 311, sala 604, Edifício Diplomata, Centro, CEP 89.120-000, Timbó/SC.

Processo Licitatório nº 110/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 55/2014

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Link Dedicados de Internet e interligação de Pontos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até dia 31/12/2015

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até dia 31/12/2015.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 29 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito em Exercício

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 34/2013 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 34/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CONSORCIO PONTE GRANDE, inscrito no CNPJ sob n.º 17.331.768/0001-40, estabelecido à Rua Saldanha Marinho n.º 116 - 3º andar Ed. Liberal Center, Florianópolis/SC - cep: 88.010-450.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para o Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização, Supervisão Ambiental e desenvolvimento dos Projetos Executivos, As Built, Readequações e demais Estudos Complementares, relativos ao Plano de Saneamento Integrado - Canalização do Ribeirão Ponte Grande e Construção da Avenida Ponte Grande e Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Lages - SC. De acordo com a solicitação da Empresa L'ART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, com a Anuência da Secretaria da Fazenda nº 81/2015, e com Parecer Jurídico (PROGEM) nº 709/2015 Favorável ADITA-SE ao valor inicial do contrato a quantia de 26.982,87 (vinte e seis mil reais novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos). Por oportuno o realinhamento foi concedido somente para a empresa requisitante.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem

inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 04 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito em exercício de Lages, SC

### RERRATIFICAÇÃO Nº 02 PE 11-2015 SMS

#### RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2015 SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER DEMANDAS JUDICIAIS E MEDICAMENTOS INJETÁVEIS, FRACASADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, PARA O PRONTO ATENDIMENTO, POLICLÍNICA E UNIDADES BÁSICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO I DO EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a EXCLUSÃO dos seguintes Itens: 27, 28, 29, 30 e 81.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 08 de maio de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 020/2015 - PML

CONTRATO Nº 020/2015 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.

CONTRATADA: MALVO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

VIGÊNCIA: início em 04/05/2015 até 31/12/2014.

VALOR TOTAL: R\$ 14.320,00 (quatorze mil e trezentos e vinte reais)

DATA: 04/05/2015

### CONTRATO Nº 021/2015 - PML

CONTRATO Nº 021/2015 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.

CONTRATADA: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

VIGÊNCIA: início em 04/05/2015 até 31/12/2014.

VALOR TOTAL: R\$ 2.056,00 (dois mil e cinquenta e seis reais)

DATA: 04/05/2015

### CONTRATO Nº 023/2015 - PML

CONTRATO Nº 023/2015 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.

CONTRATADA: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ALHO EM PASTA E BEBIDA LÁCTEA

VIGÊNCIA: início em 07/05/2015 até 31/12/2014.

VALOR TOTAL: R\$ 63.666,00 (sessenta e três mil e seiscentos e sessenta e seis reais).

DATA: 08/05/2015

### DECRETO Nº 4.347/15

DECRETO Nº 4.347 DE 07 DE MAIO DE 2015

"ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA O PROTESTO DOS INSTRUMENTOS DECORRENTES DA CONSTITUIÇÃO DOS CRÉDITOS MUNICIPAIS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e, no art. 4º da Lei nº 265/13,

DECRETA:

Art. 1º O protesto dos instrumentos decorrentes da constituição de créditos tributários e não tributários da fazenda municipal de Laguna, serão realizados, observando os procedimentos definidos neste Decreto.

Art. 2º Somente podem ser objeto de protesto os instrumentos decorrentes:

I - dos créditos de IPTU vencidos, não pagos e, inscritos em dívida ativa, dos imóveis com identificação do contribuinte, conforme dados constantes de certidão atualizada de registro do imóvel, documento a ser providenciado pelo Cadastro Municipal;

II - dos créditos tributários, objeto de termo de parcelamento e

confissão de dívida, devidamente assinado pelo contribuinte, inadimplente de Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - RE-FIS da qual foi excluído;

III - dos demais créditos tributários, constituídos de forma definitiva através do lançamento, com certeza de observância de todos os requisitos elencados no art. 142 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - CTN, inclusive com a completa identificação do sujeito passivo; e

IV - de créditos não tributários constituídos na forma da Lei, com a completa identificação do sujeito passivo.

Parágrafo único. Compete à Secretaria da Fazenda, verificar o cumprimento das condições previstas neste artigo.

Art. 3º É competente para determinar a realização e o levantamento do protesto da dívida, a Autoridade Fazendária do Município.

Art. 4º Cumpridas as condições do art. 2º deste Decreto, a Autoridade Fazendária encaminhará a ordem de protesto, devidamente assinada, para a Procuradoria Fiscal do Município, que providenciará o protesto junto ao Tabelionato de Notas e Protestos de Laguna-SC.

Art. 5º O protesto somente será levantado nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, previstas no art. 151 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - CTN, ou seja:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e

VI - o parcelamento.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.348/15

DECRETO Nº 4.348 DE 08 DE MAIO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 - Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Obras e Saneamento

Elemento da Despesa: 117- 3.1.90.94.00.00.00.00.0001 - Indenizações - Restituições Trabalhistas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte



dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento  
Proj/Atividade: 2.017 - Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Obras e Saneamento  
Elemento da Despesa: 179 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 4.349/15

DECRETO Nº 4.349 DE 08 DE MAIO DE 2015  
"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda  
Proj/Atividade: 2.012 - Manutenção da Administração Financeira  
Elemento da Despesa: 63 - 3.1.90.94.00.00.00.00.0001 - Indenizações - Restituições Trabalhistas .....  
..... R\$ 46.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda  
Proj/Atividade: 2.012 - Manutenção da Administração Financeira  
Elemento da Despesa: 71 - 3.3.90.93.00.00.00.00.0001 - Indenizações e Restituições .....  
..... R\$ 46.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 4.350/15

DECRETO Nº 4.350 DE 08 DE MAIO DE 2015  
"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
Unidade: 14 - Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação  
Proj/Atividade: 2.068 - Coordenação e Desenv. de Projetos Urb. e Habitação  
Elemento da Despesa: 316 - 3.1.90.94.00.00.00.00.0001 - Indenizações - Restituições Trabalhistas .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
Unidade: 14 - Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação  
Proj/Atividade: 2.068 - Coordenação e Desenv. de Projetos Urb. e Habitação  
Elemento da Despesa: 317 - 3.3.90.14.00.00.00.00.0001 - Diárias - Civil ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 309/15**

LEI COMPLEMENTAR Nº 309 DE 17 DE ABRIL DE 2015

"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS A LEI COMPLEMENTAR 212 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei Complementar 212 de 30 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica vedada a nomeação para qualquer cargo de provimento em comissão, inclusive secretário ou agente público e político de qualquer natureza, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e do Poder Legislativo, nas seguintes hipóteses:"

Art. 2º O art. 5º da Lei Complementar 212 de 30 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. Antes da nomeação para cargo de provimento em comissão, inclusive secretário ou agente público e político de qualquer natureza, a pessoa indicada, obrigatoriamente, deverá apresentar declaração de que não se encontra na situação de vedação previstas no art. 1º."

Art. 3º Acrescenta o parágrafo único ao art. 5º da Lei Complementar 212 de 30 de novembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os servidores do quadro permanente que forem ocupar função gratificada ou cargo de provimento em comissão, inclusive secretário ou agente público e político de qualquer natureza, também devem apresentar declaração de que não incorrem nas vedações de que trata o art. 1º."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**Lauro Muller****PREFEITURA****LEI Nº 1.861/2015**

LEI Nº 1.861/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO EXAME DE OXIMETRIA DE PULSO (TESTE DO CORAÇÃOZINHO) NO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O exame de Oximetria de Pulso (Teste do coraçãozinho) integrará o rol de exames obrigatórios a ser realizado nos recém-nascidos, atendidos no Hospital Municipal Henrique Lage de Lauro Müller, de acordo com a Portaria nº 20 do Ministério da Saúde, de 10 de Junho de 2014.

Art. 2º - O exame deverá ser realizado nos membros superiores e inferiores dos recém-nascidos ainda no berçário, após as primeiras 24 (vinte e quatro) horas de vida da criança e antes da alta hospitalar.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 116/2015**

PORTARIANº 116/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, DANIEL BONETTI ZANATTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Técnico junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 117/2015**

PORTARIA Nº 117/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - LOTAR, a professora CHEILA CHAGAS VICENTE LOLE, Professora II, com regime de trabalho de 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior como Professora de Português e 10 (dez) horas semanas na Escola Municipal Quilometro Um como professora de Inglês.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 118/2015**

PORTARIA Nº 118/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública CHEILA CHAGAS VICENTE, Professora II - Professora de Português/Inglês, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior por 20 (vinte) horas semanais e na Escola Municipal Quilometro Um por 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 119/2015**

PORTARIANº 119/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, JEHNIFFER MAIARA ARAÚJO, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/ Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 23/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 120/2015**

PORTARIA Nº 120/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora HELOÍSA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 121/2015**

PORTARIA Nº 121/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 122/2015**

PORTARIA Nº 122/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA do servidor público KELVIN PACHECO BRAZ, Professor II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 10 (dez) horas semanais, a partir de 02 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 123/2015**

PORTARIA Nº 123/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública JAQUELINE DA SILVA NEZZI, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 124/2015**

PORTARIA Nº 124/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, LEDENIR MARIA SCARSANELA CARDOSO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 125/2015**

PORTARIA Nº 125/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JUCENARA BERNARDINO DA ROSA, para a função de Professora I - Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 126/2015**

PORTARIA Nº 126/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ROSELI DE LIMA DA SILVA, para a função de Professora II - Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves por 20 (vinte) horas semanais e na Escola Municipal Rio Capivaras Alto por 10 (dez) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 127/2015**

PORTARIA Nº 127/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública SUELEN PEREIRA MONTEIRO, Professora I - Ensino Fundamental, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Rio Capivaras Alto por 20 (vinte) horas semanais e na Escola Municipal Emília Mamede Soares por 20 (vinte) horas semanais, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 128/2015**

PORTARIA Nº 128/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, FABIANE JORGE DORIGON, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 129/2015**

PORTARIANº 129/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, BEATRIZ CUSTÓDIO PIZONI, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 130/2015**

PORTARIANº 130/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, REGINALDA ROSSI CITADIN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 131/2015**

PORTARIANº 131/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, MARCIANE GOMES, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 132/2015**

PORTARIA Nº 132/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA do servidor público RUAN DOS SANTOS, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 133/2015**

PORTARIA Nº 133/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública FLORA GOMES DA SILVA MADEIRA, Professora II - Educação Física, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02 de março de 2015 à 24 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 134/2015**

PORTARIA Nº 134/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA do servidor público BRUNO MARTINS LIMA, Professor II - Educação Física, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 02 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais junto à CME - Comissão Municipal do Esporte, com lotação junto a Secretaria da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 135/2015**

PORTARIA Nº 135/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, GISELE FERNANDES MADEIRA, para a função de Professor I - Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 136/2015**

PORTARIA Nº 136/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CASSIANA ESPINDOLA, para a função de Professor I - Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Débora Cristina Bittencourt.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 137/2015**

PORTARIA Nº 137/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ATAISE MENDES, para a função de Professor I - Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 138/2015**

PORTARIA Nº 138/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ROBERTA CAMPOS DOS SANTOS PAGANI, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 139/2015**

PORTARIA Nº 139/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ROSANGELA ROSA FRANÇA DA ROSA, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 140/2015**

PORTARIA Nº 140/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MORGANA HEIZEN, para a função de Professor I - Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Marina Spricigo Citadin.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 141/2015**

PORTARIA Nº 141/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, DENISE APARECIDA DE OLIVEIRA, para a função de Professor I - Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 30 de abril de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Maria Araújo Tancredo, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Mari Neusa Araújo Bez.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 142/2015**

PORTARIA Nº 142/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CLAUDINEIA ANTUNES FRASSETO, para a função de Professora II - Artes, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 31 de Agosto de 2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Ester Antunes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 143/2015**

PORTARIA Nº 143/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, FARLEY EDUARDA ALVES DA SILVA, para a função de Professora I - Artes, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 30 de Abril de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Maria Araújo Tancredo por 10 (dez) horas semanais e na Escola de Educação Infantil Sagrada Família por 10 (dez) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Susileia Benedet Della Giustina.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 144/2015**

PORTARIA Nº 144/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, EVELIN BELTRAME, para a função de Professora I - Artes, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 30 de Abril de 2015, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Susileia Benedet Della Giustina.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 145/2015**

PORTARIA Nº 145/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

## RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, JUCIMARA FELISBINO, do Cargo de Provedor em Comissão de Coordenador(a) de Setor junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 146/2015**

PORTARIA Nº 146/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

## RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SAMIR RIGHETTO, para a função de Professor II - Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à CME - Comissão Municipal dos Esportes, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Lebon Régis****PREFEITURA****PORTARIA Nº 478/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0478/2015 de 07 de Abril de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

## RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR, a Sra. THAIS SONDA DA SILVA, para ocupar o cargo de ENFERMEIRA, do quadro de pessoal do Hospital, a partir de 07/04/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 07 de Abril de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 479/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0479/2015 de 21 de Abril de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

## RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS a servidora, LEONILDA DIAS DOS REIS, ocupante do cargo de SERVENTE relativo ao período aquisitivo de 02/07/2012 a 01/07/2013 e período de gozo de 21/04/2015 a 20/05/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 21 de Abril de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 480/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0480/2015 de 22 de Abril de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS a servidora, ODETE TEREZINHA DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, relativo ao período aquisitivo de 03/05/2013 a 02/05/2014 e período de gozo de 22/04/2015 a 21/05/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 21 de Abril de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 481/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0481/2014 de 30 de Abril de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO A FUNCIONÁRIA, KELLY FERNANDA DURDYN, ocupante do cargo de DIRETORA ADMINISTRATIVA do quadro de pessoal do hospital, a partir de 30/04/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 30 de Abril de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 482/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0482/2015 de 06 de Maio de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, SANDRA PAES DE LIMA, para ocupar o cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 06/05/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 06 de Março de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 483/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0483/2015 de 06 de Maio de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, ROSELI FERREIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 06/10/2015.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 06 de Maio de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 046/2015

DECRETO 046, DE 11 DE MAIO DE 2015

"Dispõe sobre LUTO OFICIAL, e dá outras providências."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o falecimento do Senador Luiz Henrique da Silveira, aos 75 anos, em reconhecimento à relevante trajetória política prestada ao Estado de Santa Catarina e seus municípios, em especial, a relevante atenção disponibilizada ao Município de Leoberto Leal, e que, como homem público deixa como exemplo a retidão, coerência, visão política e inteligência;

#### DECRETA:

Art. 1º LUTO Oficial, por 3 (três) dias, em todo o Município de Leoberto Leal, a partir desta data.

Art. 2º Que sejam cientificados as secretarias e demais órgãos da administração pública municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 11 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Ar Condicionado para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 008/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 22 de maio de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 32681212. Em 08/05/2015. ROBERTA OTTO - Secretária Municipal da Saúde.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 029/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Agente redutor líquido Arla 32, e tambores de graxa MP-2 e CA-2, para os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 020/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 25 de maio de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 08/05/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO N 2.681/2015

DECRETO N.º 2.681/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015  
NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA E COMISSÃO TÉCNICA PARA OS TRABALHOS DE ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município e em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação - MEC:

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado os Coordenadores dos trabalhos de adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação:

I - Marinês Ribeiro Perondi - Coordenadora Geral

II - Elisangela Balbinoto Vicente - Coordenadora Técnica

III - Ivanete Zuanazzi - Coordenadora Técnica

Art. 2º Fica nomeada a Comissão Coordenadora para conduzir os trabalhos de adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação, com os seguintes membros:

I - Salete Benelli

II - Igor Fraere Grandi

III - Leni Rossini Webber

IV - Maristela Oldoni

V - Marinês Ribeiro Perondi

VI - Osvino Zuanazzi

VII - Ivete Balbino Fiorentin

VIII - Jane Aparecida Klein Grasel

IX - Pedro Bringhenti

X - Ronaldo Pescini

Art. 3º Fica nomeada a Comissão Técnica para conduzir os trabalhos de adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação, com os seguintes membros:

I - Elisangela Balbinoto Vicente

II - Ivanete Zuanazzi

III - Gabriela Fracasso

IV - Geneci Delai

V - Jadimar Carlos Frigeri

VI - Luciane Augustini

VII - Nelsira Loss Fioretin

VIII - Ocedir Roque Proinelli

IX - Silvia Baron Lodi

X - Marisa Carbori

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 08 de Maio de 2015

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### DECRETO N. 2.677/2015

DECRETO Nº 2.677/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2014.

ALTERA PREÇOS PÚBLICOS PARA OS SERVIÇOS EXECUTADOS A TERCEIROS COM MÁQUINAS E VEÍCULOS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c o disposto na Lei Complementar nº 25, de 26 de dezembro de 1996.

Considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 569/2005, que autoriza o reajuste da Tabela de Preços Públicos para os serviços executados a terceiros com máquinas e veículos,  
Considerando os reajustes de combustíveis, óleos lubrificantes e mão de obra;

Considerando a ata da reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que delibera sobre o reajuste dos preços dos serviços prestados a título de horas máquina;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica alterada a tabela constante do Anexo Único da Lei nº 569/2005, conforme abaixo:

Máquina	Unidade	Valor – R\$
1 – Escavadeira Hidráulica	Horas	170,00
2 – Motoniveladora	Horas	170,00
3 – Trator de Esteira	Horas	170,00
4 – Pá Carregadeira	Horas	100,00
5 – Retroescavadeira	Horas	100,00
6 – Mini Escavadeira	Horas	50,00
7 – Caminhão e Tanque Distribuidor de Dejetos	Horas	60,00
8 – Aterros	Horas	40,00
9 – Serviços Veterinários	Atendimento	12,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de Maio de 2015.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 2.528/2014, de 07 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se

Em, 14 de abril de 2015.  
Leonardo Júnior Cavalier  
Auxiliar de Técnico

### **EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2015**

EDITAL Nº 02/2015  
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Convocar Audiência Pública, a ser realizada no dia 26 de maio de 2015, às 17h30min., tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no § 4º, do Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2015.

Art. 2º. Para a Audiência Pública, ficam convocados os titulares e suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, os representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais Vereadores e cidadãos Lindoiense maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul, 11 de maio de 2015.  
Neudi Ângelo Bertol  
Presidente

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

### **EXTRATO PREGÃO 26/2015 PMLS**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, seleção da proposta mais vantajosa, para contratação de empresa para execução de palestras, conferencias, peças teatrais e consultoria na área de serviço social, a abertura dos envelopes será no dia 22 de maio de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 08 de maio de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal.

### **EXTRATO TP 05/2015 PMLS**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para Prestação de serviços continuados de Limpeza e Conservação a serem executados nas dependências internas da Prefeitura Municipal e na Unidade Sanitária (posto de saúde) de Lindóia do Sul, assim como, na limpeza externa, de vias, praças e outros locais públicos, no dia 29 de maio de 2015, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas para até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 08 de maio de 2015.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA - PL 041/2015 - DL 009/2015 - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 041/2015

Dispensa 009/2015

A Prefeitura Municipal de Luzerna torna pública Dispensa de Licitação referente à "Contratação das empresas RAIZES DIARIO, JORNAL, GRAFICA E EDITORA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Egídio Vencatto, 181, Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.125240/0001-85; JORNAL FOLHA DA MANHÃ LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua: Francisco Lindner, 274, 2º andar, Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.458.401/0001-39; ALINE ANDRES – ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua TV Pinheiro Machado, 8, sala 01, Herval D'oeste/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.530.295/0001-61; LUCIANO JUSTI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, 388, sala 303, Herval D'oeste/SC, inscrita no CNPJ/MF:10.445.564/0001-91, para fornecimento de assinatura anual de jornais".

Valor contratado: R\$ 5.720,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inc. II.

Luzerna (SC), 08 de maio de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### DECRETO 2033

DECRETO Nº 2033 de 07 de maio de 2015

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 e 19 da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 10.154,89 (dez mil e cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 67 - Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado ..... R\$ 10.154,89

Detalhamento de Recursos 215 - Farmácia Básica Estado

Art.2º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 2.258,47 (dois mil e duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União ..... R\$ 2.258,47

Detalhamento de Recursos 214 - Farmácia Básica União.

Art.3º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 102,60 (cento e dois reais e sessenta centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União ..... R\$ 102,60

Detalhamento de Recursos 205 - Estratégia Saúde da Família.

Art.4º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 2.669,18 (dois mil e seiscentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União ..... R\$ 2.669,18

Detalhamento de Recursos 206 - Piso da Atenção Básica

Art.5º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 306,71 (trezentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União ..... R\$ 306,71

Detalhamento de Recursos 209 - NASF União

Art.6º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

..... R\$ 10.000,00  
Detalhamento de Recursos 212 - Vigilância em Saúde

Art.7º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 1.571,03 (hum mil e quinhentos e setenta e um reais e três centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União  
..... R\$ 1.571,03  
Detalhamento de Recursos 219 - Gestão do SUS

Art.8º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 422,68 (quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União  
..... R\$ 422,68  
Detalhamento de Recursos 220 - MAC União.

Art.9º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 5.914,32 (cinco mil e novecentos e quatorze reais e trinta e dois reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 67 - Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado  
..... R\$ 5.914,32  
Detalhamento de Recursos 211 - MAC Estado.

Art.10 - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2015.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

## PL 043/2015 - PP 026/2015 - CESTAS BÁSICAS - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA  
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 043/2015 - FMAS

Pregão Presencial nº 026/2015 - FMAS

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto aquisição, de forma parcelada, de cestas básicas de alimentos, destinadas ao auxílio de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Município de Luzerna/SC, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.095 de março de 2013.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 21 de maio de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 21 de maio de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

## PL 044/2015 - PP 027/2015 - MATERIAL ESPORTIVO - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 044/2015 - PML

Pregão Presencial nº 027/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, aquisição de forma parcelada, de material esportivo para atender as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 22 de maio de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 22 de maio de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**Macieira****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2015**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2015

REGISTRO DE PREÇO Nº 0006/2015

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0024/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0015/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0006/2015 que até 09h30min, do dia 25 de maio de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, para eventuais contratações, para os serviços de publicação dos Atos Oficiais, Institucionais e de interesse público (em mídia impressa), relativos ao Município de Macieira, com fornecimento de exemplares a serem entregues nos locais solicitados, de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 25/05/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0015/2015, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 08 de maio de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**Mafra****CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 08/2015**

RESOLUÇÃO Nº 08/2015, de 8 de maio de 2015.

REAJUSTA A REMUNERAÇÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Artigo 1º As Bolsas de Estágio de Estudantes serão assim remuneradas:

- Para Cursos de Nível Superior (30 horas semanais) - R\$ 788,00 mais R\$ 70,00 - vale-transporte
- Para Cursos de 2º Grau (20 horas semanais) - R\$ 525,00 mais R\$ 70,00 - vale-transporte

Artigo 2º As despesas decorrentes da presente Resolução, correrão por conta de dotação própria do orçamento da Câmara Municipal.

Artigo 3º Esta Resolução tem efeitos retroativos ao dia 1º de maio de 2015.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER  
Presidente



**Maracajá****PREFEITURA****RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 21/2015\_PP**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 21/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 21/2015 - Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, referente contratação de empresa para o transporte coletivo de estudantes do município de Maracajá que cursam o ensino superior e técnico, para a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - Unesc, ESUCRI, SATC e CEDUP no Município de Criciúma, através de aquisição de passagem, nas condições, horários e itinerários descritos no memorial descritivo Anexo I, que gerou o seguinte resultado: Itens - 1 adjudicado para a empresa Bigotur Transporte e Turismo Ltda - ME, no valor de R\$ 98.827,12 (noventa e oito mil oitocentos e vinte e sete reais e doze centavos).

Maracajá/SC, 08 maio de 2015.  
Dilnei Fausto Borges  
Pregoeiro

**RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 22/2015\_CV**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá

**RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO**

LICITAÇÃO Nº 22/2015 - Carta Convite

Objeto: aquisição parcelada de óleos lubrificantes, fluídos e graxas para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração municipal, para o ano de 2015

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 22/2015 - Carta Convite, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO nos itens: 1; 5; 7; 8; 9; 11, para a empresa Rocol Rolamentos Ltda - ME, no valor total de 39.521,18 (trinta e nove mil quinhentos e vinte e um mil reais e dezoito centavos) nos itens 2; 3; 4; 6; 10; 12, para a empresa Tratofer Comercio e Implementação Agrícolas Ltda - ME no valor total de 38.679,28 (trinta e oito mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos).

Maracajá, 07 de maio de 2015.  
Itaionara Tramantin Recco  
Presidente da Comissão de Licitação

**Massaranduba****PREFEITURA****LICITAÇÃO 27.2015 PP 20.2015 - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES AOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2015  
PREGÃO PRESENCIAL - R.P. - Nº. 20/2015

O Município de Massaranduba torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por lote, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de uniformes aos servidores municipais.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 21/05/2015  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 21/05/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 04 de Maio de 2015.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito.

SUZANE E. F. REINKE  
Secretária Gestora do Fundo de Saúde.

ANNA K. R. FRANZ  
Secretária Gestora do Fundo de Ass. Social.



**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/2015

08/05/2015

Aprova a Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2013

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o artigo 16, Inciso XXVIII da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte

**DECRETO:**

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Prefeito de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2013 (dois mil e treze), conforme Processo PCP-14/00095589 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA(SC), EM 08 DE MAIO DE 2015

Silvio Mainka  
Presidente

Publicado no Expediente da data supra

Jair Micheluzzi  
Assistente Legislativo

**Meleiro****PREFEITURA****PORTARIA N.º 197/2015**

PORTARIA n.º 197/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**RETORNAR**

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora MARIA ELIANE TOMAZZIA TRAMONTIN, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/05/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 163/2015.

Meleiro, 08 de Maio de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA N.º 198/2015**

PORTARIA n.º 198/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal MARIA ELIANE TOMAZZIA TRAMONTIN, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de janeiro de 2010 a 27 de janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Maio de 2015.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **PORTARIA N.º 200/2015**

PORTARIA n.º 200/2015  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora JUCIANE DONADEL VIEIRA BÁ, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Maria Eliane Tomazzia Tramontin, em virtude de Licença Prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Maio de 2015.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **PORTARIA Nº 199/2015**

PORTARIA n.º 199/2015  
TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

#### **EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora ELINES LAMBERTES GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 048/2015.

Meleiro, 08 de Maio de 2015.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

## Modelo

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO 58/2015

Extrato de Contrato nº 58/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 35/2015  
Contrato n. 58/2015  
Contratada: THEISEN DETONAÇÕES EIRELI - ME  
Valor: R\$ 56.500,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com THEISEN DETONAÇÕES EIRELI - ME, OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO COM MARTELETE MANUAL.

Modelo (SC), 05 de maio de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER - Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 056/2015

PORTARIA Nº 056/2015 de 07.05.2015.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento do Servidor,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Fabricio João Milan	26.11.2013 a 25.11.2014	25.05.2015 a 03.06.2015 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 07 de maio de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### LEI Nº. 1700/2015

LEI nº. 1700/2015  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais regimentais,  
Faz saber que a câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de aquisição de máquinas e equipamentos e pavimentação.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 08 de Maio de 2015  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

**REGISTRO DE PREÇOS 049/2015**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 049/2015. Objeto: Aquisição de divisórias. Data: 21/05/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças.

**REGISTRO DE PREÇOS 050/2015**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 050/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA CONTABIL, DESTINADO A ALIMENTAÇÃO DOS DADOS ORÇAMENTÁRIOS NO SISTEMA E-SFING. Data: 21/05/2015 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças.

**REGISTRO DE PREÇOS FMS 024/2015**

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 024/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 VEICULOS PARA USO DA VIGILANCIA SANITARIA, conforme anexo. Data: 22/05/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças

## Navegantes

### PREFEITURA

**ATA CONCORRÊNCIA 17/2015 FMS - PRAZO ENVELOPE**

CONCORRENCIA 17/2015 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DO LICITANTE EQUIBRASIL LTDA, DEVIDAMENTE CREDENCIADO, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE O LICITANTE ATENDEU AO SOCITADO EM EDITAL QUANTO AS CNDS, DECLARAÇÕES ETC, entretanto, PARA VERIFICAÇÃO DO INDICE CONTABIL ESTEVE PRESENTE O SR. SIDNEI MILANI QUE VERIFICOU INCONSISTENCIAS QUANTO AO DOCUMENTO APRESENTADO, DESTA FORMA FOI EXPLICADO AO REPRESENTANTE QUE SERIA ABERTO O PRAZO APRESENTAÇÃO DO INDICE CORRETO CONFORME SOLICITADO EM EDITAL, RESPEITANDO ASSIM O ART. 48 §3º DA LEI 8666; Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação [...] DESTA FORMA O LICITANTE FICA INTIMADO A APRESENTAR NOVO DOCUMENTO EM ENVELOPE LACRADO ATÉ O DIA 20/05/15 AS 17:30H SENDO QUE O MESMO SERÁ ABERTO NO DIA 21/05/2015 AS 8:30H EM SESSÃO PUBLIC A NO AUDITÓRIO DO PAÇO MUNICIPAL.

DOUGLAS LEMOS - PRESIDENTE COMISSÃO LICITAÇÃO  
NAVEGANTES 08 DE MAIO DE 2015

**ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2014 PMN - FRACASSADO**

PREGÃO PRESENCIAL 221/2014 PMN

ABERTO A CERTAME COM A PRESENÇA DO LICITANTE MINISTER, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E O DEVIDO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE PASSOU-SE PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, NESTA FASE FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE NÃO ATENDEU COM O DISPOSTO EM EDITAL, POIS COTOU SEU VALOR MAIOR QUE O ESTIMADO . COTOU R\$ 1.472.622,24 QUANDO O EDITAL SOLICITAVA NO MAXIMO R\$1.292.883,60, DESTA FORMA ESTA LICITAÇÃO FOI FRACASSADA.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO  
NAVEGANTES, 08 DE MAIO DE 2015

**AVALIAÇÃO AMOSTRAS PP 63/2015 PMN**

Avaliação do Processo Licitatório

A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 63/2015 - PR.

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. ITENS		
Item	Avaliação	Descritivo
1	Reprovado	Não apresentou amostra
7	Reprovado	Não apresentou amostra
24	Reprovado	Não apresentou amostra

COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
3	Reprovado	Não apresentou amostra
21	Reprovado	Não apresentou amostra
26	Reprovado	Não apresentou amostra

JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA – EPP. ITENS		
Item	Avaliação	Descritivo
5	Reprovado	Não apresentou amostra
12	Reprovado	Não apresentou amostra
17	Reprovado	Não apresentou amostra

FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL		
Item	Avaliação	Descritivo
6	Reprovado	Não apresentou amostra

JLM COMPERCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA – ME		
Item	Avaliação	Descritivo
10	Reprovado	Não apresentou amostra
22	Reprovado	Não apresentou amostra
23	Reprovado	Não apresentou amostra

COMERCIAL MULTIVILLE LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
11	Reprovado	Não apresentou amostra
14	Reprovado	Não apresentou amostra

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
13	Reprovado	Não apresentou amostra
15	Reprovado	Não apresentou amostra
16	Reprovado	Não apresentou amostra

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
18	Reprovado	Não apresentou amostra

TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
20	Aprovado	

TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN - ME		
Item	Avaliação	Descritivo
25	Reprovado	Não apresentou amostra/Fracassou

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

COMERCIAL MULTIVILLE LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
1		
13		
COMERCIAL ESQUADRO		
Item	Avaliação	Descritivo
3		
24		
26		

JLM COMPERCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA - ME		
Item	Avaliação	Descritivo
5		
11		
17		

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
6		
21		

REGLY & REGLY COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E ALIMENTÍCIOS		
Item	Avaliação	Descritivo
7		
10		
12		
14		

JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP
Item
9
22

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP
Item
15

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.
Item
16
18

COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
Item
23

MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGOEIRA SUBSTITUTA  
DOUGLAS LEMOS - ..... - PREGOEIRO  
CARLA CLAUDINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
FRANCIELA JUSTINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
JOSEZITE DOS SANTOS - .....-EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 08 DE MAIO DE 2015.

### **CANCELAMENTO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2015.**

CANCELAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2015.

Processo: DL 034/2015.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO (C.I 067/2015), INFORMAMOS DO CANCELAMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2015, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA, PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEL (CONFORME NORMATIVA NBR-14.653-1 E NBR-14.653-2) UTILIZANDO METODOLOGIA CIENTIFICA DE AMOSTRAS E FERRAMENTAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO VALOR DO IMÓVEL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DE NAVEGANTES/SC.

### **EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 090/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: FMS 090/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.

Vigência: 16/04/2015 Término: 10/01/2016.

Licitação: Tomada de Preços FMS Nº.: 13/2014.

Recursos: Dotação: 1.058.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: Segundo Termo aditivo ao Contrato nº 212/2014, referente à Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Ampliação e Reformas do (CRMH) - Centro de Referencia da Mulher e do Homem, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 13/2014.

### **EXTRATO CONTRATUAL FMV Nº 075/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: FMV 075/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES.

Contratada.: DIRETA TELECOMUNICACOES LTDA.

Valor ..... : 7.680,00 (sete mil seiscentos e oitenta reais).

Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 01/04/2016.

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 04/2015.

Recursos ..... : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAL E RÁDIOS MÓVEL, PARA OS AGENTES DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO FMV Nº 04/2015.

### **EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 100/2015.**

EXTRATO CONTRATUAL Nº 100/2015.

Contrato Nº.: 100/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

CNPJ: 05.913.862/0001-29.

Vigência ..... : Início: 02/05/2015 Término: 30/06/2015.

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 014/2011.

Recursos ..... : 2.015 3.3.90.00.00.00 / 2.035 3.3.90.00.00.00.00 / 2.115 3.3.90.00.00.00 / 2.064 3.3.90.00.00.00 / 2.038 3.3.90.00.00.00.00 / 2.055 3.3.90.00.00.00.00 / 2.094 3.3.90.00.00.00.00.00. / 2.144 3.3.90.00.00.00.00.00 / 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2011, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Navegantes, 30 de abril de 2015.



**LEI COMPLEMENTAR 240 CONCEDE REMISSÃO E/OU ANISTIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 240 DE 8 DE MAIO DE 2015  
CONCEDE REMISSÃO E/OU ANISTIA AOS DÉBITOS DA DÍVIDA ATIVA AOS CONTRIBUÍNTES COM DIREITO À ISENÇÃO, REFERENTES AO IPTU E À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a conceder remissão e/ou anistia de débito de dívida ativa na Fazenda Municipal referentes:

I - Ao IPTU para os contribuintes que se enquadrem nos termos do artigo 238, incisos I, e artigo 238, §1º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VIII da lei complementar nº6 de 31 de dezembro de 2002, que não tenham requerido na época própria.

II - 2.º À Contribuição de Melhoria para os contribuintes que se enquadrem nos termos do artigo 385, inciso I, e artigo 385, §1º, incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX da lei complementar nº 6 de 31 de dezembro de 2002, que não tenham requerido na época própria.

Art. 2.º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica autorizada a tomar as medidas necessárias ao cumprimento da presente lei complementar.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a lei complementar n.º 102 de 27 de junho de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Nova Trento****PREFEITURA****PORTARIA Nº 389/2015 "A"**

PORTARIA Nº 389/ 2015 "A"  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 254/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 001/2015, LILI CIRENE TELL, matrícula nº 6636, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental - Artes), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, contar de 09 de abril de 2015 até a realização do Processo Seletivo nº 002/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2015**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LILI CIRENE TELL, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 175, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 024.639.129-44, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental - Artes), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste coato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 389,76 (trezentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do



Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi                                  Luciana M. Cadorin Piazza  
Secretário Municipal de Educação      Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 448/2015**

PORTARIA Nº 448/ 2015  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 392/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", FABIANA SEMIANO, matrícula nº 6623, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, a contar de 30 de abril de 2015 a 11 de maio de 2015, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme a Portaria nº 435/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 04 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2015

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FABIANA SEMIANO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 029.974.769-76, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE

PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme a Portaria nº 435/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste coato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 30 de abril de 2015 a 11 de maio de 2015, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 30 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi                                  Fabiana Semiano  
Secretário Municipal de Educação      Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 449/2015**

PORTARIA Nº 449/2015  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 393/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", REALINA LIBARDO FANTINI, matrícula nº 6624, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil) no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, a contar de 30 de abril de 2015 a 11 de maio de 2015, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme a Portaria nº 435/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretario Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 04 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2015

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora REALINA LIBARDO FANTINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Anselmo Picolli, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 540.672.789-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil) no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme a Portaria nº 435/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste coato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de abril de 2015 a 11 de maio de 2015, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 30 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Realina Libardo Fantini

Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 450/2015

PORTARIA Nº 450/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria n 338/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 003/2015, de 05/03/2015, convocado conforme Decreto nº 043/2015, DIMAS HUELINTON KNISS, matrícula nº

6669, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 01 de maio de 2015 até a realização do Processo Seletivo nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2015

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor DIMAS HUELINTON KNISS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado Rua Geral Trombudo, s/nº, Bairro Trombudo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 082.523.249-08, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste coato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,51 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de maio de 2015 até a realização do Processo Seletivo nº 002/2015.





Registrado e publicado o presente contrato, em 05 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 457/2015**

PORTARIA Nº 457/ 2015  
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 009/2015, de 29/04/2015, Decreto de Convocação nº 071/2015, ELIZANGELA MARA ROZA, matrícula nº 6692, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 05 de maio de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de maio de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretario Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 05 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELIZANGELA MARA ROZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Militão Costa, nº 105, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 061.472.489-95, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 05 de maio de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015.

## CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato podrá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

## CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Elizangela Mara Roza  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 05 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



## TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 458/2015**

PORTARIA Nº 458/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

## RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 009/2015, de 29/04/2015, Decreto de Convocação nº 071/2015, VALMA TEIXEIRA LIBARDO, matrícula nº 6694, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de maio de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 06 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## CONTRATO SP//2015

## CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VALMA TEIXEIRA LIBARDO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Gentil Bottamedi, nº 168, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 998.399.039-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração

Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

## CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de maio de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015.

## CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

## CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Valma Teixeira Libardo

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 459/2015**

PORTARIA Nº 459/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 009/2015, de 29/04/2015, Decreto de Convocação nº 071/2015, LARISSA GARBARI, matrícula nº 6693, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Artes), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 06 de maio de 2015 até a realização de Processo Seletivo nº 002/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora LARISSA GARBARI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 64, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 082.804.329-90, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Artes), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 584,64 (quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao

vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 de maio de 2015 até a realização de Processo Seletivo nº 002/2015.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Larissa Garbari

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 051 A 53

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Objeto ..... : A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Vigência ..... : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (13), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Contrato Nº...: 051/2015  
Contratada...: SILVA & GOBI LTDA-ME  
Valor ..... : 8.148,00 (oito mil cento e quarenta e oito reais)

Contrato Nº...: 052/2015  
Contratada...: MB CATARINENSE LTDA - ME  
Valor ..... : 1.968,00 (um mil novecentos e sessenta e oito reais)

Contrato Nº...: 053/2015  
Contratada...: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP  
Valor ..... : 3.967,08 (três mil novecentos e sessenta e sete reais e oito centavos)

Novo Horizonte, 8 de Maio de 2015

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 029/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 08/05/15  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

CONTRATADO: SILVA & GOBI LTDA-ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.148,00 (oito mil cento e quarenta e oito reais)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.967,08 (três mil novecentos e sessenta e sete reais e oito centavos)

CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.968,00 (um mil novecentos e sessenta e oito reais)

DATA: 08/05/15  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal

# Orleans

## PREFEITURA

### ADITIVO AO CONTRATO 13/2011 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: ADITIVO AO CONTRATO 13/2011  
Contratante...: SAMAE DE ORLEANS  
Contratada ..... : CONESAN - COM.E ENGENHARIA LTDA  
Valor ..... 3.353,99 (Tres mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa e nove centavos) mensais  
Vigência ..... : Início: 06/04/2015 Término: 06/08//2015  
Objeto ..... : Assessoria e Consultoria Técnica em Engenharia

Orleans, 08 de maio de 2015  
ANTONIO I.WILLEMANN  
DIRETOR DO SAMAE

### EDITAL DOS APROVADOS NA PROVA OBJETIVA E PRÁTICA CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

EDITAL DOS APROVADOS NA PROVA OBJETIVA E PRÁTICA CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

A Comissão Permanente do Concurso Público, torna publico a média das notas e classificação dos candidatos aprovados na prova objetiva e prática Concurso Público nº001/2015 para o cargo de:

#### MOTORISTA

Nº INS-CRIZAÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
045	ROBERTO LUIZ CARDOZO	28/02/1980	9,6	9,25	9,42	1º LUGAR
012	VALDEMIR FERMIANO DA SILVA	12/11/1970	9,2	9,00	9,10	2º LUGAR
018	LAÉRCIO OSMAR CARDOZO	14/02/1977	9,2	9,00	9,10	3º LUGAR
034	VALDIR ALBERTON	27/07/1964	8,8	9,00	8,90	4º LUGAR
031	CLÉSIO ALBERTON	19/12/1970	8,8	9,00	8,90	5º LUGAR
001	ROBERTO ALBERTON ROECKER	05/05/1982	8,8	9,00	8,90	6º LUGAR
094	LUCIANO DE NES	17/04/1974	8,8	8,25	8,52	7º LUGAR
006	JOELSON VERONEZ	07/05/1972	8,8	8,00	8,40	8º LUGAR
098	JOÃO DENIZETE BORGES	28/06/1972	8,8	7,75	8,27	9º LUGAR
075	VANDERSON LIMA	16/09/1990	6,4	10,00	8,20	10º LUGAR
064	GENESIO FELTRIN	27/11/1968	8,8	7,50	8,15	11º LUGAR
069	ARLEI RODRIGUES MADALENA	25/08/1978	6,8	9,50	8,15	12º LUGAR

092	RICARDO ROUSSELET LEBARBENCHON	09/10/1964	6,4	9,75	8,07	13º LUGAR
013	GESSE GARCIA SCURSELI	04/09/1990	7,6	8,50	8,05	14º LUGAR
059	NIVALDO MAZON	22/07/1984	7,2	8,25	7,72	15º LUGAR
085	CONRRADO ALBERTON JUNG	11/12/1985	7,2	8,00	7,60	16º LUGAR
058	LUCINEIA ANTUNES DA SILVA	17/10/1985	7,2	7,75	7,47	17º LUGAR
053	MARCIONEI MACHADO	16/09/1973	7,6	7,25	7,42	18º LUGAR
015	DENILERSIO LEMBECK ASCARI	25/11/1988	6,4	8,25	7,32	19º LUGAR
112	ROBERTO VALENTE JUNIOR	10/04/1975	5,2	9,25	7,22	20º LUGAR
051	LUIZ FERNANDO VERGINIO	12/09/1978	8,8	5,25	7,02	21º LUGAR
108	MURILO MACHADO	12/10/1988	6,8	7,25	7,02	22º LUGAR
077	VITORIO SPRICIGO	06/11/1957	8,8	5,20	7,00	23º LUGAR
100	VALDONI RAMOS	16/06/1970	6,8	7,00	6,90	24º LUGAR
116	RODRIGO TURAZZI BRATTI	23/03/1984	5,6	8,00	6,80	25º LUGAR
054	DEFENDI MANARIN	12/09/1982	6,4	7,00	6,70	26º LUGAR
044	VALDECIR RAMOS	22/06/1975	6,8	6,25	6,52	27º LUGAR
095	NATHAN JONATA ANTUNES	28/02/1989	5,2	7,75	6,47	28º LUGAR
121	EVANDRO CARLOS AGERTT BECK	01/05/1973	8,0	Não compareceu	----	REPROVADO
091	CLAUDIO DA SILVA DOMINGOS	11/03/1977	7,6	Não compareceu	----	REPROVADO
080	EUGENIO BECKER	18/08/1962	6,4	Não compareceu	----	REPROVADO
113	MARCEL GOUDINHO	24/10/1978	6,0	Não compareceu	----	REPROVADO
039	LUCAS DA ROSA	12/05/1981	6,0	Não compareceu	----	REPROVADO
123	IDIOMAR NEVES	26/09/1974	5,6	Não compareceu	----	REPROVADO

Orleans, 08 de maio de 2015.  
VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO  
Presidente da Comissão do Concurso Público

**Ouro****PREFEITURA****TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO Nº 016/2015**

TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO Nº 016/2015

Processo Licitatório n. 0004/2015

Modalidade Tomada de Preço p/ Compra e Serviços n. 0001/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: MGA SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME

OBJETO: prestação de serviços na realização de concurso público.

ALTERAÇÃO: prorrogação e acréscimo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento na Lei Federal n. 8.666.

VIGÊNCIA: de 10/04/2015 e se encerra em 09/07/2015.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais).

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 16.250,00 (dezesesseis mil duzentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 10/04/2015.

**Ouro Verde****PREFEITURA****ERRATA CONTRATO 0054**

MUNICIPIO DE OURO VERDE

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0054/2015

Onde se lê CONTRATANTE:MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, passa a ser CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: LEONICE DEDONATTI 60949651915

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados, para execução dos serviços de operacionalização de todas as fases de eleição suplementar do Conselho Tutelar do Município de Ouro Verde/SC.Valor certo e ajustado de R\$:7.570,00 (sete mil quinhentos e setenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde,08 de maio de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal



# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 1356/2015.**

PORTARIA Nº. 1356/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREIA DA SILVA SANCEVERINO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 16/03/2015, face o impedimento da titular Evangelina Buettgen, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1363/2015.**

PORTARIA Nº. 1363/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSI MARIA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1286/2015.**

PORTARIA Nº. 1286/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Caroline de Souza Goedert, estudante regularmente matriculada no Curso de Direito da faculdade Anhanguera, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 11/03/15 e término em 11/03/16 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no CIRETAN.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1327/2015.**

PORTARIA Nº. 1327/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIANA SUYAN MARTINS DUTRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1341/2015.**

PORTARIA Nº. 1341/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SINARA GALUPO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Maria Luzia de Souza da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1355/2015.**

PORTARIA Nº. 1355/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCIA CARVALHO PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Lucia Maura, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1362/2015.**

PORTARIA Nº. 1362/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BRAULINA CATARINA VIEIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Isabel Botelho de Paulo da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1370/2015.**

PORTARIA Nº. 1370/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Fernanda de Matos Sanchez	32	40	09/03/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1371/2015.**

PORTARIA Nº. 1371/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Andre Barbosa	30	35	11/03/2015 a 18/12/2015
Jefferson da Rosa	15	40	12/02/2015 a 18/12/2015
João Ambrosio de Oliveira	25	35	04/03/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº63/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº63/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.63/2015, no dia 21 de Maio de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº63/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desratização, dedetização e desinsetização, que serão prestados nas Unidades de Ensino do Município e demais setores que integram a Secretaria de Educação, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 08 de Maio de 2015. Pregoeiro.

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA DE SAÚDE

Avenida Atilio Pedro Pagani, 855, Bairro PassaVinte - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC - CEP: 88132-149  
FONE/FAX: (48) 3279-1900 - CNPJ: 82.892.316/0001-08

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015

O Secretário de Saúde do Município de Palhoça, no uso de suas

atribuições legais, abre inscrições para a realização de Processo Seletivo Simplificado, visando contratação temporária de profissionais, abaixo descritos, para a Secretaria Municipal de Saúde nos termos da Lei Complementar nº 080 de 14 de dezembro de 2009, que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital. O Processo Seletivo de Análise de Títulos será realizado sob a responsabilidade da Comissão do Processo Seletivo e Concursos Públicos da Prefeitura Municipal de Palhoça.

1 DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO BÁSICO DO EMPREGO.

**Nível Superior**

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Enfermeiro	01	40h	R\$ 3.275,13
Enfermeiro	01	30h	R\$ 1.823,97
Odontólogo	01	40h	R\$ 4.197,02
Odontólogo	01	30h	R\$ 1.823,97
Farmacêutico	01	40h	R\$ 2.789,93
Farmacêutico	01	30h	R\$ 1.823,97
Psicólogo	01	40h	R\$ 2.789,93
Psicólogo	01	30h	R\$ 1.823,97
Assistente Social	01	40h	R\$ 2.789,93
Nutricionista	01	40h	R\$ 2.789,93
Médico ESF	02	40h	R\$ 7.399,36
Médico Pediatra	1	10h	R\$ 2.573,53
Médico Oftalmologista	1	10h	R\$ 2.573,53
Médico Ginecologista	1	10h	R\$ 2.573,53
Fisioterapeuta	1	30h	R\$ 1.823,97
ACD - Auxiliar de consultório dentário	1	40h	R\$ 1.528,39
Técnico em Enfermagem ESF	01	40h	R\$ 1.643,62
Médico Veterinário	1	30h	R\$ 1.823,97
Assistente Administrativo	1	40h	R\$ 1.240,30
Socorrista	1	40h	R\$ 1.351,10
Vigia	1	40h	R\$ 810,00

1. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de contratação imediata no emprego público municipal, apenas a expectativa de nele ser admitido, ficando a concretização deste ato condicionada às disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e necessidade do serviço público municipal.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1 A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento da Ficha de Inscrição, que se encontra no Anexo I deste Edital e deve ser preenchida, impressa e entregue na Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde, na Avenida Atilio Pedro Pagani, 855, Bairro PassaVinte, juntamente com os documentos comprobatórios das informações prestadas, no período de 11 de maio de 2015 à 15 de maio de 2015.

2.2 As inscrições dos candidatos terão sua homologação publicadas no site da Prefeitura Municipal de Palhoça, [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) no dia 25 de maio de 2015.

**3 DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO**

3.1 São requisitos para inscrição:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;  
 b) Ter 18 anos completos até a data de término das inscrições;  
 c) Preencher requerimento que obedecerá a fórmula própria, no ato da inscrição;  
 d) 1 foto 3x4;  
 e) Apresentar, no ato de inscrição, fotocópia autenticada dos seguintes documentos:  
 e.1) Carteira de identidade, título de eleitor e CPF;  
 e.2) Certidão de Reservista;  
 e.3) Comprovante de Escolaridade;  
 e.4) Diploma ou certificados de conclusão de cursos de pós-graduação;  
 e.5) Certidão de Casamento;  
 e.6) Certidão de Nascimento de filhos.  
 f) Para todos os cargos será exigido experiência mínima de 06 (seis) meses. O comprovante dessa experiência profissional deverá ser entregue em documento original.

Todos os documentos elencados neste item deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde. A falta de quaisquer documentos citados acima acarretará desclassificação automática do candidato.

#### 4 DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O presente Processo Seletivo constará de Prova de Títulos.

4.2. A Prova de Títulos consiste na análise da experiência profissional e dos cursos de formação do candidato.

4.3. Para fins de Experiência Profissional deverá ser observado:

1. O tempo de serviço prestado em cargos, funções, estágios curriculares e não curriculares, como empregados ou na condição de profissional liberal ou autônomo, cujas atividades sejam afins às atribuições do cargo para o qual o candidato se inscreveu.
2. Será computado o tempo de serviço até o dia 08/05/2015, na forma de pontos, observado a seguinte tabela:

TEMPO DE SERVIÇO (EM MESES)	PONTUAÇÃO
0 a 12 meses	3,0
De 12 meses e 1 dia a 24 meses	4,0
Acima de 24 meses	5,0

4.4. Não é permitida a contagem de experiência profissional em períodos concomitantes.

- . Como comprovante de experiência profissional será considerado:
- . Tempo de serviço com vínculo empregatício em empresas privadas ou em órgãos públicos, registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social no exercício da função e/ou declarações oficiais fornecidas pelos órgãos públicos, contendo o cargo ocupado e o período em que esteve vinculado à instituição;
- . Tempo de serviço como profissional liberal autônomo: certidões ou atestados de órgãos públicos ou de empresas privadas. Também serão aceitos comprovantes de recolhimento ao INSS como autônomos, acompanhados de alvará e identidade profissional (registro de classe).

4.5. Para fins de cursos de formação deverá ser observado:

1. Formação em Pós-Graduação (especialização, Mestrado e Doutorado) nas áreas afins às atribuições do cargo.
2. Os cursos de formação serão computados, na forma de pontos, observado a seguinte tabela:

CURSOS	PONTUAÇÃO
Pós-Graduação (especialização)	4,0
Pós-Graduação (mestrado)	5,0
Pós-Graduação (doutorado)	6,0

#### 5 DO REGIME EMPREGATÍCIO

5.1 Os habilitados e classificados no concurso serão contratados conforme Lei nº. 2.508, de 13 de fevereiro de 2007.

5.2 O contrato terá duração de até 12 (doze) meses, podendo, a critério da administração, ser prorrogável por mais 12 (doze) meses.

#### 6 Da Classificação

6.1 A listagem classificatória será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Palhoça, [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br), na data de 01 de junho de 2015.

#### 7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e, compromisso já expresso na ficha de inscrição, no aceite das condições do processo seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

7.2 Serão publicados no site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br), da Prefeitura Municipal de Palhoça, os resultados dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas abertas por este Edital.

7.3 As admissões obedecerão, rigorosamente, a ordem de classificação.

7.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público e Processo Seletivo.

Fica homologado o presente Edital de Seleção Pública, a data, o local e os horários das inscrições e entrega de títulos.

Palhoça /SC, 08 de maio de 2015.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário da Saúde

#### ANEXO I

Dados Pessoais				
Nome:			Raça/Humana	Fator RH
Filiação	Pai:			
	Mãe:			
Sexo	Deficiente Físico	Data Nascimento	Local Nascimento	
Estado Civil		Cônjuge		
Endereço	Rua			Nº
	CEP	Bairro	Cidade	UF
E-mail para contato				Fone
Escolaridade		Formação Profissional		
XEROX:				
Carteira de Identidade				
CPF				
Comprovante de Escolaridade				
Título de Eleitor				

Certidão de casamento	
Certificado de reservista (masculino)	
Certidão de filhos (menores de 14 anos)	
Comprovante de Experiência	
Diploma ou certificado de conclusão de cursos de pós graduação	

**PORTARIA N. 005/SMR, DE 08 DE MAIO DE 2015.**

(Portaria n. 005, de 08 de maio de 2015).

PORTARIA N. 005/SMR, DE 08 DE MAIO DE 2015.

PADRONIZA O ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA.

O SECRETÁRIO DE RECEITA, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o artigo 6º, inciso III e artigo 42, incisos VII e IX da Lei Complementar nº 149 de 26 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Com objetivo de melhorar e democratizar nosso atendimento, com o intuito de oferecer cada vez mais facilidades no atendimento ao cidadão, padronizar o atendimento realizado pelos Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Receita aos munícipes.

Art. 2º O atendimento ao cidadão ocorrerá, sem agendamento prévio, em período integral e com a distribuição limitada de senhas, assim definido:

a) Período Matutino:

Dias da Semana: Segundas, Terças, Quartas e Sextas.

Horário: das 08 horas às 12 horas.

Senhas: No máximo 12 (doze) senhas, que serão distribuídas, através de meio eletrônico, somente a partir das 08 horas.

b) Período Vespertino:

Dias da Semana: Quartas, Quintas e Sextas.

Horário: das 13 horas às 19 horas.

Senhas: No máximo 20 (vinte) senhas, que serão distribuídas, através de meio eletrônico, somente a partir das 13 horas.

Art. 3º Os dias destinados a realização de visitas domiciliares, serão assim definidos:

a) Período Matutino:

Dia da Semana: Quintas.

Horário: das 08 horas às 12 horas.

b) Período Vespertino:

Dias da Semana: Segundas e Terças.

Horário: das 13 horas às 19 horas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palhoça, 08 de maio de 2015.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Secretário Municipal de Receita

**PORTARIA Nº. 1279/2015.**

PORTARIA Nº. 1279/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Sara Bussolo de Souza, estudante regularmente matriculada no Curso de Ensino Médio da Escola de Ensino Básico Governador Ivo Silveira, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 10/03/15 e término em 31/12/15 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria de Assistência Social.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1280/2015.**

PORTARIA Nº. 1280/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Manuela Angelina de Souza, estudante regularmente matriculada no Curso de Ensino Médio da Escola de Ensino Básico Governador Ivo Silveira, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 10/03/15 e término em 10/03/16 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria de Administração.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1282/2015.**

PORTARIA Nº. 1282/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Leandro Pereira Manoel, estudante regularmente matriculada no Curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 10/03/15 e término em 10/03/16 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), noCiretran.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1283/2015.**

PORTARIA Nº. 1283/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Luan Nascimento Medeiros, estudante regularmente matriculada no Curso de Ensino Médio da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 10/03/15 e término em 31/12/15 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no Procon.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1284/2015.**

PORTARIA Nº. 1284/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Tatiane Bortoli, estudante regularmente matriculada no Curso de Administração da faculdade Municipal de Palhoça, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 10/03/15 e término em 10/03/16 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no FMP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1285/2015.**

PORTARIA Nº. 1285/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Luan Henrique Veloso, estudante regularmente matriculada no Curso de Direito da faculdade Anhanguera, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 11/03/15 e término em 11/03/16 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no FMP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1320/2015.**

PORTARIA Nº. 1320/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SANDRA REGINA DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 10/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1321/2015.**

PORTARIA Nº. 1321/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA CAROLINA SCHMITZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/03/2015 a 22/03/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1322/2015.**

PORTARIA Nº. 1322/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GRAZIELA DA FONSECA JORGE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1323/2015.**

PORTARIA Nº. 1323/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JEAN CARLOS DOS PASSOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 13/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1324/2015.**

PORTARIA Nº. 1324/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JEAN GILBERTO RIBEIRO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Filosofia da Educação, Filosofia, Ética e Filosofia Empresarial, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 09/03/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1325/2015.**

PORTARIA Nº. 1325/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RENATA KROENKE DE VASCONCELOS ALMEIDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1326/2015.**

PORTARIA Nº. 1326/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1328/2015.**

PORTARIA Nº. 1328/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VOLNETE HENRIQUE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1329/2015.**

PORTARIA Nº. 1329/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANDREIA PEREIRA DIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Fatima A. R. Bastos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1330/2015.**

PORTARIA Nº. 1330/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA TEREZA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Lore Roedel Westphal, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1331/2015.**

PORTARIA Nº. 1331/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA ROCHA DE AZAMBUJA BORBA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Maureci da Silva, que se encontra em direção de escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1332/2015.**

PORTARIA Nº. 1332/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DINEIA ODETE DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Catia Pierri, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1333/2015.**

PORTARIA Nº. 1333/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR THIAGO CESAR DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Maria Lourdes Fontoura.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1334/2015.**

PORTARIA Nº. 1334/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NELI JUNCKES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Inglês, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 01/03/2015, face ao impedimento da titular Gilberto da Silva, que se encontra em direção de escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1335/2015.**

PORTARIA Nº. 1335/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1789 de 12 de fevereiro de 1998, que Regulamentou a situação funcional de MILTON JOSE PACHECO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data em que foi admitido que deveria ser 04/04/1988, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1336/2015.**

PORTARIA Nº. 1336/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CARLOS ANDRE SANTOS TEODORO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1337/2015.**

PORTARIA Nº. 1337/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SILVANIA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Maria Jose de Medeiros da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1338/2015.**

PORTARIA Nº. 1338/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ESTER SANTOS DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Maria Jose de Medeiros da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1339/2015.**

PORTARIA Nº. 1339/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FABIOLA SCHWANH MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vida Melhor da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 24/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1340/2015.**

PORTARIA Nº. 1340/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAULA GABRIELA INACIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Mara L. V. Liberato da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1342/2015.**

PORTARIA Nº. 1342/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SABRINA ANGELITA MARQUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Damião da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1343/2015.**

PORTARIA Nº. 1343/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDILENE PRISCILLA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Profissional da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1344/2015.**

PORTARIA Nº. 1344/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROBERTA VALDEIA SAIBERT, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI São Tome da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1345/2015.**

PORTARIA Nº. 1345/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FERNANDA TEREZINHA DE SOUZA GUTIERREZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Profissional da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1346/2015.**

PORTARIA Nº. 1346/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELISANGELA APARECIDA MULLER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Elizabete A. Silva, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1347/2015.**

PORTARIA Nº. 1347/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUANA DOS SANTOS ARCELINO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Vida Melhor da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2015 a 04/04/2015, face o impedimento da titular Vera Ap. R. B. Ferreira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1348/2015.**

PORTARIA Nº. 1348/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREA VENGNE RIBEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Michele Lopes, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Interação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1349/2015.**

PORTARIA Nº. 1349/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINE DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Jucelene E. T. Rodrigues, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1350/2015.**

PORTARIA Nº. 1350/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA ALTAIR GARCIA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Najla Carone Guedert da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 15/03/2015, face o impedimento da titular Angela M. Hamann, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1351/2015.**

PORTARIA Nº. 1351/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DE CASSIA DA CRUZ COSTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 02/04/2015, face o impedimento da titular Rosali H. da Silva, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1352/2015.**

PORTARIA Nº. 1352/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEIDE MARIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/02/2015 a 03/04/2015, face o impedimento da titular Telis dos Santos Custodio, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1353/2015.**

PORTARIA Nº. 1353/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TANIA MARIA SILVANO NILSEN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aprender Brincando da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Ivani Adelaide Silva, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1354/2015.**

PORTARIA Nº. 1354/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FABIANE BOZIN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Gisleine de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1357/2015.**

PORTARIA Nº. 1357/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GISELLE BEATRIZ CARDOSO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 02/06/2015, face o impedimento da titular Janaina Ap. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1358/2015.**

PORTARIA Nº. 1358/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IRIS CARSOZO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Rosimeri Ramos, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Bolinhas de Sabão.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1359/2015.**

PORTARIA Nº. 1359/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIMONE MARIA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Nossa Senhora de Fátima da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 25/04/2015, face o impedimento da titular Fabiana Diniz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1360/2015.**

PORTARIA Nº. 1360/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALCILENE MARIA DA SILVEIRA BATISTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Maria Luzia de Souza da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Marisa N. OCampos, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1361/2015.**

PORTARIA Nº. 1361/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CARLA CRISTINA DA SILVA SATURNINO COELHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1364/2015.**

PORTARIA Nº. 1364/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALVINA KNAUL DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, na Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1365/2015.**

PORTARIA Nº. 1365/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSIMEIRE DE SOUZA ARAUJO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, na Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1366/2015.**

PORTARIA Nº. 1366/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA APARECIDA CUNHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1367/2015.**

PORTARIA Nº. 1367/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANTONIO NUNES SILVA JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o

cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1368/2015.**

PORTARIA Nº. 1368/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO LUCIANE FERREIRA CARDOSO, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1369/2015.**

PORTARIA Nº. 1369/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO KATIA REGINA HILLESHEIM, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1372/2015.**

PORTARIA Nº. 1372/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AURELI DE QUADROS DA ROCHA, matrícula nº. 300148-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2004 a 21/03/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/03/2015 à 10/04/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1373/2015.**

PORTARIA Nº. 1373/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GILVANA LUCIA DE SANTANA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1374/2015.**

PORTARIA Nº. 1374/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO HENRIQUE DIRCKSEN MELO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/

semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/03/2015 a 16/03/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1375/2015.**

PORTARIA Nº. 1375/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Cintia Crema	534048222
Edson Luiz Jesus	803794980
Kelly Cristhiany Vieira Vicente	461278429
Renata Adriano Cavaleiro	461146337

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1376/2015.**

PORTARIA Nº. 1376/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUSANA MARIA GONZAGA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da USB Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/03/2015 a 12/03/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1377/2015.**

PORTARIA Nº. 1377/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
3745557-1	Cristiane Mignot Meyer	80%

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE	PARA
401105-1	Daiane Malua Putti	10%	20%
3745337-1	Maria Elisa da Silva Oliveira	68%	80%

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1378/2015.**

PORTARIA Nº. 1378/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Allan Pyetro de Melo de Souza	686291385

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1379/2015.**

PORTARIA Nº. 1379/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para SABRINA RIOS, matrícula nº. 3745257-1, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1380/2015.**

PORTARIA Nº. 1380/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de fevereiro de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
401457-3	Vitor Sodré Dias	R\$ 1000,00
402237-3	Leonardo Kretzer	R\$ 1000,00

**ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
100593-7	Andrea de Abreu	R\$1400,00	R\$490,00
100623-2	Cecília Silveira Vilamil	R\$1400,00	R\$490,00
100613-1	Claudemir Osmar da Silva	R\$1400,00	R\$490,00
100592-1	Jucelia Oliveira Schneider	R\$490,00	R\$1400,00

100316-1	Luciana Maria da Silva	R\$1000,00	R\$1400,00
100290-1	Rafael Arns Stobbe	R\$1000,00	R\$1400,00

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1381/2015.**

PORTARIA Nº. 1381/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora ROSIMERI HILDA COELHO, de Pregoeiro, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Lei Complementar nº 183 de 11 de fevereiro de 2015, a contar de 01/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1382/2015.**

PORTARIA Nº. 1382/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMITIR JULIANA ROSA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Inês Marta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 20/12/2014, face a servidora ser gestante, de acordo com Processo nº. 4161/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1383/2015.**

PORTARIA Nº. 1383/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TULIO GARCIA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Ponte Imaruim, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/03/2015 a 04/03/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1384/2015.**

PORTARIA Nº. 1384/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
João Riden dos Santos	20	15	16/03/2015 a 18/12/2015
Julieta Moreira Simões Lautert	30	20	16/03/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1385/2015.**

PORTARIA Nº. 1385/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELANE NAZARE BATISTA ALVES, matrícula nº. 122755-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/03/2015 à 25/04/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1386/2015.**

PORTARIA Nº. 1386/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) JEFFERSON DA ROSA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 12/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1387/2015.**

PORTARIA Nº. 1387/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2015.

#### ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402032-2	Barbara dos Santos Sakr	80%
251750-2	Cibele de Oliveira França	68%
260080-2	Rafael Dias de Oliveira Alcantara	30%
251749-2	Rochele Farioli Bertoni	80%

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 1388/2015.

PORTARIA Nº. 1388/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA PAULA RODRIGUES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 1389/2015.

PORTARIA Nº. 1389/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUANA TEREZINHA FARIAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 1391/2015.

PORTARIA Nº. 1391/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO RENATO LEAL MACHADO, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 23/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 1392/2015.

PORTARIA Nº. 1392/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO HALISON ARAUJO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/03/2015 a 11/03/2016.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1393/2015.**

PORTARIA Nº. 1393/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALESSANDRE DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/03/2015 a 11/03/2016.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1394/2015.**

PORTARIA Nº. 1394/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALDO MARCELO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/03/2015 a 10/03/2016.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1395/2015.**

PORTARIA Nº. 1395/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AURELIO ZACHARIAS ADÃO FILHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014,

para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/03/2015 a 11/03/2016.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1396/2015.**

PORTARIA Nº. 1396/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
400338-1	Luciane Steinbach	R\$ 400,00
200019-1	Marli de Sá Feitosa	R\$ 400,00
800832-3	Maureci da Silva	R\$ 550,00
801814-4	Terezinha Horstmann Mengarda	R\$ 491,00

**ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
402138-3	Karini Regina Homem	R\$ 210,00
801606-9	Maycon José de Souza	R\$ 435,00
300070-1	Rosemeri Hilda Coelho	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1397/2015.**

PORTARIA Nº. 1397/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MARISA MARIA DE MELO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1398/2015.**

PORTARIA Nº. 1398/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MAYCON JOSE DE SOUZA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1399/2015.**

PORTARIA Nº. 1399/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Maria Fernanda Diogo	32	40	09/03/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora ExecutivaMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1399/2015.**

PORTARIA Nº. 1281/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Beatriz Pierri Flores, estudante regularmente matriculada no Curso de Ensino Médio do Centro Educacional Elcana, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 10/03/15 e término em 31/12/15 com carga horária de 20 (vinte horas semanais), no Procon.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PREGÃO PRESENCIAL 62 - 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº62/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 62/2015, no dia 21 de maio de 2015, às 14:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº62/2015 tem como objeto a aquisição parcelada (diária) de combustíveis para abastecimento da frota da Secretaria da Região Sul (LOTE 01) e abastecimento dos Veículos da Secretaria de Infraestrutura e Corpo de Bombeiros do município de Palhoça (LOTE 02), através do Sistema de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 08 de maio de 2015. A Pregoeira.



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ESTAGIÁRIOS  
EDITAL 01/2015**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ESTAGIÁRIOS  
EDITAL 01/2015

O Município de Palhoça, por sua Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Estagiários de NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, para o quadro de estagiários da Prefeitura Municipal de Palhoça, admitidos conforme regulamenta o Decreto nº 1.692, de 14 de agosto de 2014, considerando a nova regulamentação dada ao estágio de estudantes pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, nas condições estabelecidas neste Edital, publicado no Diário Oficial do Município, disponibilizado no endereço eletrônico [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) e disponível na Diretoria Geral de Gestão de Pessoas.

Integram o presente edital de Processo Seletivo Simplificado:

Anexo I - Área de estágio, quantidade de vagas, lotação, carga horária e bolsa complementação educacional mensal.

Anexo II - Formulário de Inscrição.

Anexo III - Instituições conveniadas com a Prefeitura de Palhoça.

Anexo IV - Formulário de recurso contra correção da prova.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, de forma que o pedido de inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação das normas e condições nele previstas.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, referente às vagas de estagiário, dispostas no Anexo I, a serem providas gradativamente, sempre no interesse da Prefeitura Municipal de Palhoça, observada a ordem classificatória dos aprovados.

1.3. O estagiário obrigará-se-á, mediante Termo de Compromisso de Estágio, a cumprir as condições estabelecidas para o estágio, especialmente aquelas que se reportem ao sigilo das informações a que tiver acesso em face do desenvolvimento de suas atividades.

1.4. Para prestação de estágio no serviço público municipal, o candidato deverá ser aluno do ensino médio, educação profissional ou de curso superior, de Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, conveniada com o Município de Palhoça (Art. 11 do Decreto nº 1.692/2014).

1.5. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 1 (um) ano, a contar da data do ato de homologação do resultado final.

**2. DAS VAGAS E DO ESTÁGIO**

2.1. As vagas a serem preenchidas são as constantes do Anexo I. Os selecionados serão chamados por ordem de classificação, para preenchimento das vagas existentes. Os demais classificados poderão ser chamados no prazo do presente Edital, para preenchimento das vagas que surgirem.

2.2. A duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos, EXCETO quando se tratar de estagiário portador de deficiência, nos termos do art. 11 da Lei nº 11.788/2008, podendo ser rescindido a qualquer momento pelas partes, mediante prévia comunicação por escrito.

2.3. A jornada da atividade em estágio será de 5 (cinco) horas diárias, e/ou 25 (vinte e cinco), semanais para os estagiários de nível superior e técnico, e jornada de 4 (quatro) horas diárias, e/ou 20 (vinte) horas semanais para estagiário de nível médio.

2.4. A jornada de atividade em estágio será cumprida pelo estagiário em compatibilidade com o expediente do órgão e o horário do curso em que esteja matriculado.

2.5. O estágio será acompanhado por orientador da Instituição de Ensino e supervisionado por servidor a ser indicado pelo chefe do setor ao qual o estagiário estiver subordinado, nos termos do art.

7º, inc. III e art. 9º, inc. III, da Lei 11.788/2008.

2.6. O estagiário receberá uma bolsa complementação educacional mensal, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para nível médio, R\$ 500,00 (quinhentos reais) para ensino técnico e R\$ 600,00 (seiscentos reais) para o nível superior, mais auxílio transporte, no limite de 2 (dois) por dia, com comprovação de endereço.

2.7. A carga horária do estágio será reduzida pela metade, nos períodos de avaliação, desde que solicitada pelo Estagiário e comprovadas as datas de realização das avaliações acadêmicas, a teor do que dispõe o art. 10, § 2º da Lei 11.788/2008.

2.8. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1(um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares (art. 13, caput, da Lei 11.788/2008).

2.9. Nos casos de o estágio ter duração inferior a 1(um) ano, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional.

2.10. Será contratado em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, nos termos do art. 9º, inc. IV, da Lei 11.788/2008.

**3. DOS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA AS INSCRIÇÕES NO EXAME DE SELEÇÃO**

3.1. O período de inscrições será das 08h do dia 11 de maio de 2015 às 14h do dia 22 de maio de 2015 eletronicamente pelo site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) no link do Processo Seletivo - Edital 01/2015 - o Candidato deverá imprimir o Comprovante de Pré-inscrição e entregar junto à Diretoria Geral de Gestão de Pessoas.

3.2. O correto preenchimento da ficha de inscrição será de total responsabilidade do candidato, não sendo admitidas correções após a inscrição.

3.3. A inscrição será validada com a apresentação do Comprovante de Pré-inscrição (responsabilidade do candidato) junto à Diretoria Geral de Gestão de Pessoas até a data final do período de inscrição (exposto no item 3.1), o qual deverá ser apresentado pelo candidato na oportunidade da realização das provas.

3.4. O candidato poderá realizar apenas 1 (uma) inscrição neste Processo Seletivo, ficando ciente de que aprovado, classificado e aceitando o Termo de Compromisso de Estágio, será lotado na Secretaria em que houver demanda, a critério e no interesse da Administração Pública.

3.5. São condições de inscrição:

- a) residir no Estado de Santa Catarina;
- b) fornecer os dados pessoais solicitados;
- c) ter, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos de idade à época da inscrição para o preenchimento da vaga;
- d) estar matriculado e frequentando regularmente as aulas em instituição de ensino conveniadas com o Município de Palhoça - Conforme Anexo III;

3.6. Ao preencher sua Ficha de Inscrição o candidato está declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.5 deste Edital;

3.7. Efetuada a inscrição não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato.

**4. DA PROVA**

4.1. O Processo Seletivo Simplificado será efetuado mediante aplicação de prova discursiva consistirá de redação de texto dissertativo, de 30 a 35 linhas, cujo tema será definido pela Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, por grau de instrução;

4.2 A prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 10,00 pontos, será avaliada e pontuada segundo os critérios estabelecidos no subitem 5.3 deste edital;

4.3. A aplicação da prova realizar-se-á no dia 28 de maio de 2015, das 14h às 16h, na Faculdade Municipal de Palhoça, sito à Rua João Pereira dos Santos, nº 305 - Bairro Ponte do Imaruim - Palhoça/SC;

4.3.1) Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com

antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para seu início. O horário fixado será o horário oficial local de Palhoça/SC;

4.3.2) Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos;

4.3.3) A Prefeitura Municipal de Palhoça não assume qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova deste Processo Seletivo;

4.4. Para realização da prova o candidato deverá portar apenas caneta esferográfica azul ou preta, protocolo de inscrição e documento original de identidade com foto;

4.4.1) Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);

4.4.2) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial com no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o candidato ser identificado no Boletim anexo;

4.4.3) Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Boletim de Ocorrência expedidos há mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 4.3.1;

4.4.4) Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

4.5. A prova terá duração de 2h. Ver item 4.1

4.5.1) Durante as provas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo;

4.5.2) O candidato, ao encerrar sua prova, entregará ao fiscal de sua sala.

4.5.3) Os candidatos somente poderão se retirar do local das provas, após 1h (uma hora) do seu início;

4.5.4) Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

## 5. A CLASSIFICAÇÃO

5.1. A prova discursiva avaliará o conteúdo - conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir texto dissertativo primando pela coerência e coesão.

5.2. Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o (a) candidato (a) receberá nota na prova discursiva igual a zero.

5.3. A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir, ressaltando-se que, em atendimento ao que está estabelecido no Decreto nº 6.583/2008, alterado pelo Decreto nº 7.875/2012, serão aceitas como corretas, até 31 de dezembro de 2015, ambas as ortografias, isto é, a forma de grafar e de acentuar as palavras vigente até 31 de dezembro de 2008 e a que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009;

5.4. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, nota igual ou superior a 6,00 (seis inteiros).

5.5. A classificação dos candidatos será feita por número de pontos utilizando-se como critérios de desempate o seguinte parâmetro: a) maior idade.

## 6. DOS RECURSOS

6.1. O prazo para interposição de recurso, que deverá ser dirigido à Comissão de Processo Seletivo Simplificado, será de 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado provisório.

6.2. O candidato que desejar interpor recurso quanto à formulação do tema e respectivos quesitos deverá fazê-lo, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação do resultado preliminar da prova, devendo protocolá-lo junto a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas no horário das 13h às 19h, com a menção expressa que se relaciona a este Edital;

6.3. O recurso deverá obedecer ao padrão fornecido no Anexo IV deste Edital, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:

a) ser digitado e assinado em duas vias;

b) ser fundamentado.

6.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão preliminarmente indeferidos;

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telex, internet, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo, constante no presente Edital, serão indeferidos;

6.6. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

6.7. Serão preliminarmente indeferidos:

a) recursos cujo teor seja desrespeitoso à Comissão;

b) recursos impetrados em desacordo com as regras e procedimentos deste Capítulo do Edital;

c) recursos sem a devida fundamentação;

d) ou recursos intempestivos.

6.8. Após a avaliação pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado os resultados dos Pedidos de Recurso serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

6.9. A listagem com os resultados dos Pedidos de Recurso será publicada na Internet, no endereço eletrônico [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) e afixada em quadro próprio da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, e dela constará as seguintes informações: número de inscrição, resultado e observação;

6.10. O resultado final do processo será publicado após o julgamento dos recursos.

6.11. Não serão aceitos pedidos de revisão de recursos, bem como contra o resultado final da prova.

## 7. DO REGIME JURÍDICO

7.1. Os candidatos habilitados e classificados no Processo Seletivo Simplificado serão admitidos conforme regulamentação, a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

## 8. DAS CONVOCAÇÃO

8.1. Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação;

8.2. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Palhoça. A nomeação é de competência da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos;

8.3. Por ocasião da admissão, será exigido do candidato habilitado os documentos definidos no item 8.5, sob pena de exclusão do presente processo, tendo o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da convocação indicada no AR, para se apresentar na Área de Recrutamento junto à Diretoria Geral de Gestão de pessoas, sito à Rua Hilda Terezinha Pagani, nº 280, Passa Vinte, Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h e entregar os documentos;

8.4. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer no local indicado no



item anterior, e preencher documento fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital;

#### 8.5. Documentos:

- Carteira de Trabalho.
- Carteira de Identidade.
- C.P.F.
- Título de Eleitor e Certidão de quitação eleitoral.
- Certificado de Quitação do Serviço Militar, para os maiores de 18 anos.
- Certidão de Nascimento/Casamento.
- Comprovante de Residência Atualizado (conta de água, luz, telefone ou carnê de IPTU).
- 1 foto 3x4 colorida atual.
- Conta bancária.
- Comprovante de Escolaridade: Atestado de Matrícula e Atestado de Frequência, com data atualizada, constando ano/período/fase (denominação institucional) que está cursando, Termo de Compromisso de Estágio, assinado pela Prefeitura de Palhoça, estagiário (a) e instituição de ensino.
- Plano de Estágio anexo ao documento (item k) - formulário fornecido pela Instituição de Ensino.

l) Declaração de que não exerce atividade remunerada junto a outros órgãos públicos.

8.6. O não atendimento ao item 8.5 implicará na exclusão do candidato do certame;

8.7. Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que:

- em qualquer fase ou documento, prestar declaração falsa ou inexata;
- tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- for surpreendido, durante a aplicação da prova, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- ausentar-se da sala de prova antes de decorrido o tempo mínimo descrito no item 4.5.4.

8.8. Os candidatos aprovados e classificados, quando nomeados, têm um prazo máximo de 15 (quinze) dias para tomar posse na área de estágio e assumir suas atividades.

8.9. Para prestação de estágio no serviço público municipal o estudante deverá ser aluno de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, conveniada com o Município de Palhoça, cuja seleção dar-se-á por processo seletivo simplificado.

#### 9. DO FORO JUDICIAL

9.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Palhoça.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por área de estágio/lotação.

10.2. O inteiro teor deste Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação do Processo Seletivo Simplificado) serão publicados no Jornal do Município de Palhoça e na Internet no "site" [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

10.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

10.4. O candidato aprovado e classificado será convocado para contratação através de contato telefônico e por correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR).

10.5. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo Simplificado, serão resolvidos, pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

Palhoça (SC), Maio de 2015.

Michelle Silveira Volpato Ribeiro

Diretora Geral de Gestão de Pessoas

#### Anexo I

##### Quadro de Vagas

Escolaridade	Nº de vagas	Lotação	Carga horária	Remuneração
Nível médio	01	PMP	20 horas semanais	R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Escolaridade	Nº de vagas	Lotação	Carga horária	Remuneração
Nível Técnico (qualquer área)	01	PMP	25 horas semanais	R\$ 500,00 (quinhentos reais)

Escolaridade	Nº de vagas	Lotação	Carga horária	Remuneração
Nível superior (qualquer área)	01	PMP	25 horas semanais	R\$ 600,00 (seiscentos reais)

#### Anexo II

##### Formulário de Inscrição

Ficha de inscrição				
Nome completo:				
CPF:				
RG:	Órgão emissor:	UF:	Data de emissão:	
Título de eleitor:	Seção:	Zona:		
Data de nascimento:	Nacionalidade:		Sexo:	
Endereço Residencial (Rua, av.):				
Bairro:	CEP:			Cidade:
UF:	País:	E-mail:		Telefone:
Formação: (Ex: Ensino médio, Técnico ou Superior)		Instituição:		Fase/Série:
País:		Cidade:		UF:
Curso: (para as vagas de ensino técnico e superior)				

#### Documentos

- ( ) Uma foto 3x4 (recente).
- ( ) Uma cópia da carteira de Identidade e CPF.
- ( ) Uma cópia do Título de Eleitor.
- ( ) Uma cópia do documento de reservista (sexo masculino).
- ( ) Uma cópia da certidão ou Casamento e nascimento (se possuir).

filhos).  
( ) Declaração ou atestado de matrícula atual da instituição .  
( ) Cópia do comprovante de residência e declaração.

Anexo III  
Instituições conveniadas com a Prefeitura de Palhoça

Ensino Médio
Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira
Escola de Educação Básica Irmã Maria Teresa
Centro Educacional Elcana
Ensino Técnico
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Ensino Superior
Faculdade de Santa Catarina (FASC)
Faculdade Municipal de Palhoça (FMP)
Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis (IES)
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Anhanguera Educacional
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

#### ANEXO IV

Formulário De Recurso Contra Correção Da Prova

Nº. Inscrição \_\_\_\_\_ /2015

Comissão De Processo Seletivo Simplificado

Nome do Candidato:

CPF/RG:

Orientações:

1. Use folha separada para cada questão.
2. O julgamento dos recursos será publicado no site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) e afixado na Secretaria da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas.

Fundamentação do Recurso:

Fontes(s) que embasa(m) as argumentações do candidato:

Palhoça, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do candidato

## RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº54/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

54/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de uniformes para uso do Corpo de Bombeiros de Palhoça, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTES 1 E 2: - BACKES CONFECÇÕES LTDA EPP foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 13.590,00 (treze mil quinhentos e noventa reais).

Palhoça, 08 de Maio de 2015.

André José Silveira

Pregoeiro

## IPPA

### PORTARIA Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUBL. DO MUN. DE PALHOÇA
--

PORTARIA Nº 021/2015

Retifica a Portaria nº 019/2015, que Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor Milton José Pacheco.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 019/2015, ou seja, onde lê-se "(...) PIS/PASEP sob o nº 104.151.544-84 (...)", leia-se "(...)"(...) PIS/PASEP sob o nº 104.151.554-84 (...)"

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 019/2015 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 30/04/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 04 de maio de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola  
Presidente do IPPA

Andrea Mara Harger Luckmann Pléticos  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300010

## Palmitos

### PREFEITURA

#### PROCESSO 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 60/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 13/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, CONSISTENTE DE RESERVA EM QUALQUER COMPANHIA AÉREA A CRITÉRIO DA PREFEITURA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS E UNIDADES GESTORAS. Data da entrega dos envelopes: 26/05/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 26/05/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 08 de Maio de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

## Papanduva

### PREFEITURA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2015

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 024/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 07/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa FRANCIELLI MARIA TORETTI & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 18.022.363/0001-93, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - Apresente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação de laboratório para confecção e fornecimento de próteses odontológicas removíveis totais e parciais conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais), referente aos itens 01 e 02, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 024/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Após registrados, os preços manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 024/2015 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A REGISTRADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A REGISTRADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A REGISTRADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 - Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

4.7 - Realizar o vazamento em gesso;

4.8 - Ficará a cargo da REGISTRADA a captação e devolução do fluxo do serviço laboratorial solicitado pela CONTRATANTE, ou seja, deverá buscar os modelos ou outros e entregar as peças confeccionadas ou

ajustadas, nas dependências da CONTRATANTE em horário pré-determinado para a conferência do material;

4.9 - A partir do momento do chamado, a REGISTRADA terá o prazo de 30 minutos a 01 hora para a retirada do modelo e será responsável, ainda, por sua conta e risco, pelo deslocamento e demais despesas com transporte e pessoal;

4.10 - A REGISTRADA se compromete a entregar os trabalhos de metalurgia, resinosos e cerâmicos no prazo de até 15 (quinze) dias para cada etapa de procedimentos realizados após o recebimento da moldagem ou prova do trabalho, a partir da Ordem de Serviço da Unidade Requisitante;

4.11 - A REGISTRADA executará os serviços em seu próprio estabelecimento, bem como deverá fornecer para a confecção das próteses objeto deste contrato, todo o material necessário até o término das peças;

4.12 - A REGISTRADA deverá resguardar a CONTRATANTE contra perdas e danos oriundos dos serviços executados sob este contrato, suportando os prejuízos resultantes da negligência ou má execução dos serviços;

4.13 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir no todo ou em parte, quaisquer próteses odontológicas, se nelas ocorrem defeitos ou incorrências resultantes dos serviços ou materiais empregados, dentro do período de garantia de 03 meses, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.14 - Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, qualquer fato que venha a dificultar a execução dos serviços, nos termos constantes deste, sugerindo soluções, se for o caso;

4.15 - Fornecer a CONTRATANTE os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando for solicitado;

4.16 - Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente por perdas, extravios ou quaisquer outros problemas relativos às informações e/ou modelos fornecidos pela CONTRATANTE, necessários para a perfeita execução deste contrato;

4.17 - A entrega das peças odontológicas deverá ser acompanhada dos respectivos documentos que comprovem a solicitação, a execução e a entrega das próteses na Unidade Requisitante;

4.18 - Responder perante a CONTRATANTE, inclusive perante órgão do poder público, por qualquer inadequação dos serviços;

4.19 - Manter, durante toda a vigência do contrato, os valores propostos, respeitando a Proposta da Tabela oferecida pela CONTRATANTE durante este contrato.

4.20 - Caso seja constatado que os serviços não atendem às

especificações, será recusado o seu recebimento, devendo a REGISTRADA entregar o material adequado no prazo de 15 (quinze) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à registrada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - As próteses deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da REGISTRADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA REGISTRADA

6.1 - A Registrada deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 024/2015 e seus anexos;

6.2 - A Registrada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Deverá manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos na Ata de Registro de Preços a Registrada deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, as próteses que a Registrada entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento das próteses após a adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Registrada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

9.1.2 - quando a Registrada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese



de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;  
9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, as Próteses e a Administração não aceitar a sua justificativa;  
9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;  
9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;  
9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A Registrada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.  
10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.  
10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 07 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_ - Márcio Wisnievski - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_ - Sônia Terezinha Mendes Novack  
- Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - Eliton Luis de Souza Prestes -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - Francielli Maria Toretto & Cia  
Ltda - ME - Registrada

Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de meios fios, tubos e lajotas de concreto. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 25 de maio de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 25/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 08 de maio de 2015  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015. Objeto: Contratação de prestação de serviços de engenheiro de minas. Tipo: Menor preço por item; Entrega dos envelopes: Até o dia 21 de maio de 2015 às 14:45hs; Início da Sessão Pública: Dia 21/05/2015 - 15:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 08 de maio de 2015  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### ERRATA 001/2015

ERRATA Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Passo de Torres informa para quem possa interessar que a Lei nº 991/2015 , publicada em 0608/05/2015, no DOM/SC Edição nº 1738 onde se lê : CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, lê-Se: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES.

Passo de Torres, 08 de maio de 2015

Marilda Rodrigues da Silva Ferreira

Departamento Pessoal

### EXTRATO EDITAL PR 43/2015 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, DE ACORDO COM AS LEIS 10.520, DE 17/07/2002, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO "MENOR PREÇO POR LANCE", OBJETIVANDO A PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS, AVISOS, COMUNICADOS DE INTERESSE PÚBLICO, QUE NECESSITEM DE PUBLICIDADE EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO LOCAL, OBRIGATORIAMENTE PODENDO TER CIRCULAÇÃO ESTADUAL OU NACIONAL COM CIRCULAÇÃO DIÁRIA DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA. A ÍNTEGRA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESTA DATA, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA AVENIDA BEIRA RIO, 20, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO. AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ 14:30 HORAS DO DIA 25 DE MAIO DE 2015, COM INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO NA MESMA DATA E HORA.

PASSO DE TORRES, 08 DE MAIO DE 2015.

PAULO ROBERTO CORDEIRO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LUCIA ALVES HESPANHOL

PREGOEIRA



**Paulo Lopes****PREFEITURA****EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2014**

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2014, de 24/04/2014 conforme Processo Licitatório 024/2014. Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 09/2014 por mais 12 (doze) meses.

**Penha****PREFEITURA****4º ADITIVO AO CONVÊNIO ADONHIRAN Nº 03/2015 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO Nº 03/2015 - FMS AO CONVÊNIO Nº 01/2014 - FMS

CONVENIADA: INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

OBJETO: O prazo previsto na Cláusula Sexta do Convênio nº 001/2014 - FMS e seus aditivos ficam prorrogados para até 31 de maio de 2015, sendo repassado o valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

Penha, 28 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

**CONSELHO TUTELAR - PRORROGAÇÃO DO EDITAL 01/2015 COMCAD**

C O M C A D

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha / SC

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2015 - COMCAD PENHA

ABRE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PENHA (SC) PARA GESTÃO DE 2016/2019.

Os Itens 5.2, 7.1; 7.3; 7.4 e 14.1 passam a vigorar com a seguinte redação:

5.2 O Requerimento de inscrição junto aos documentos exigidos neste edital deverão ser entregues na recepção da Secretaria Municipal de Assistência Social de Penha até o dia 22 de maio (sexta-feira) de 2015, no horário das 08 às 12h e das 13:30h às 17:00h.

7.1 A homologação das inscrições será no dia 27 de maio de 2015 (quarta-feira), em edital afixado no Quadro de Editais da Prefeitura e no Mural do Fórum de Balneário Piçarras, publicado nos jornais de circulação local e no site da Prefeitura - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br).

7.3 A homologação definitiva será no dia 03 de julho de 2015 (sexta-feira), em edital afixado no Quadro de Editais da Prefeitura e no Mural do Fórum de Balneário Piçarras, publicado nos jornais de circulação local e no site da Prefeitura - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br).

7.4 No dia 07 de julho de 2015 (terça-feira) ocorrerá uma reunião prévia com os candidatos na Secretaria Municipal de Assistência Social, às 14 horas, a fim de combinar com os candidatos as datas para realização da capacitação e prova de aferição de conhecimentos.

14.1 O processo de seleção seguirá o seguinte cronograma:

Atividade	Datas
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	02/04/2015
INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS	06/04/2015 à 06/05/2015
PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	07/05/2015 à 22/05/2015

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES/DIVULGAÇÃO DA LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS	27/05/2015
ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATOS	28/05/2015 à 03/06/2015
PRAZO PARA INFORMAR O CANDIDATO IMPUGNADO	05/06/15 à 09/06/15
PRAZO PARA DEFESA DO CANDIDATO IMPUGNADO	10/06/15 à 16/06/15
PRAZO PARA ANÁLISE E DECISÃO DAS IMPUGNAÇÕES	17/06/15 à 19/06/15
PRAZO PARA RECURSO CASO O CANDIDATO NÃO ACEITE A DECISÃO DA COMISSÃO	22/06/15 à 26/06/15
PRAZO PARA DECISÃO FINAL DO COMCAD	29/06/15 à 01/07/15
RELAÇÃO DEFINITIVA DE CANDIDATOS APTOS PARA A PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS	03/07/2015
REUNIÃO COM OS CANDIDATOS PARA DEFINIR A DATA DA CAPACITAÇÃO	07/07/2015
CAPACITAÇÃO	A definir em reunião específica com os candidatos
REALIZAÇÃO DA PROVA	A definir em reunião específica com os candidatos
GABARITO	A definir
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA	A definir
ELEIÇÕES	04/10/2015
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO	05/10/2015
POSSE DOS ELEITOS	10/01/2016

Penha (SC), 07 de maio de 2015.

Antônio Bertoldi  
Presidente do COMCAD

### CONTRATO Nº 10/2015- FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015 - FUMTUR  
Processo Licitatório nº 01/2015-FUMTUR, modalidade Convite nº 01/2015-FUMTUR CONTRATADA: DISTRIBUIDORA REI DE FOGOS TIRO E COR LTDA

OBJETO: Prestação de Serviços de Show Pirotécnico com equipe especializada e qualificada para prestar serviço em eventos organizados pela Secretaria de Turismo

VALOR: R\$: 35,422,00(TRINTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E DOIS REAIS)

VIGÊNCIA: até 31/12/2015

Penha, 08 de Maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

### LEI 2759

Lei Nº 2759/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CENTRO DE PENHA E PRAIAS - AMACENTRO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CENTRO DE PENHA E PRAIAS

- AMACENTRO, inscrita sob o CNPJ nº. 19.259.433/0001-94, com sede na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 239, centro do Município de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública no caso de substituição dos fins estatutários ou negar-se a entidade de prestar os serviços neles compreendidos.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Câmara de Vereadores de Penha, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - Relatório anual de atividades;

II - Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - Balancete contábil

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Penha/SC, 08 de maio de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

### LEI 2760

LEI Nº 2760/2015

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE COMBATE AO CRIME DE PEDOFILIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do município de Penha, a semana municipal todos contra a pedofilia.

Parágrafo único: a semana municipal todos contra a pedofilia será realizada anualmente, na semana em que se comemora o dia da criança.

Art. 2º - A data ora instituída passará a constar do calendário oficial de eventos do município.

Art. 3º- A semana municipal de combate ao crime de pedofilia terá por objetivo conscientizar a população através de procedimentos informativos, educativos, organizativos, palestras, audiência pública e conferências, a fim de que a sociedade possa conhecer melhor o assunto e debater sobre iniciativas de combate ao crime de pedofilia.

Art. 4º - Fica o poder executivo municipal, em conjunto com o conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente - CM-DCA - autorizado a criar, organizar e implantar todas as ações necessárias a serem realizadas nesta semana.

Parágrafo único. Para a realização do evento deverá ser criada,

com antecedência mínima de 50 ( cinquenta) dias, por ato conjunto do poder executivo municipal e do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, uma comissão paritária, composta por representantes da sociedade civil organizada e do poder público, visando à organização e realização do evento.

Art. 5º - Poderá o poder executivo municipal firmar parcerias com a iniciativa pública ou privada, pessoas físicas ou jurídicas, entidades religiosas e universidades, para a realização e organização da semana municipal de combate ao crime de pedofilia.

Art. 6º - Fica o poder executivo municipal autorizado a, juntamente com o conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e demais entidades representativas, convidar representantes do governo federal, do governo do estado e de demais segmentos representativos da criança e do adolescente, para promoverem e debaterem em audiências públicas, conferências e palestras, ações que visem ao combate do crime de pedofilia.

Art. 7º - As demais normas necessárias à realização da semana municipal de combate ao crime de pedofilia deverão ser estabelecidas por ato próprio do poder executivo municipal.

Art. 8º - As despesas com a execução da semana municipal de combate ao crime de pedofilia serão suportadas por recursos oriundos de dotação própria do município, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Penha/SC, 08 de maio de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### **PP14/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº24/2015 - PMP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E COLCHONETES PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 21/05/2015 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 22/05/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231.Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 08 de maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes- Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 30/2015 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE A DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 30/2015 - Inexigibilidade 07/2015.

Objeto: Contratação da contratação da Orquestra Monique LTDA ME, para animação do 94º kerb Fest de Peritiba a ser realizado de 15 à 19 de maio de 2015. Incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 83/2015

Contratado: ORQUESTRA MUNIQUE LTDA - ME.

CNPJ: 09.115.076/0001-37

Data do Contrato: 08/05/2015

Valor estimado do Contrato: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666, artigo 25, inciso III.

Município de Peritiba - SC em 08 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 31/2015 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE A DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 31/2015 - Inexigibilidade 08/2015.

Objeto: Contratação da contratação da Banda CIA Musical (Elori Port 34793631991), para animação do 94º kerb Fest de Peritiba a ser realizado de 15 à 19 de maio de 2015. Incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 84/2015

Contratado: ELORI PORT 34793631991 (Banda CIA Musical).

CNPJ: 18.793.024/0001-00

Data do Contrato: 08/05/2015

Valor estimado do Contrato: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666, artigo 25, inciso III.

Município de Peritiba - SC em 08 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 32/2015 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE A DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 32/2015 - Inexigibilidade 09/2015.

Objeto: Contratação da contratação da Banda Atração (Geferson Carli Schreiner - ME), para animação do 94º kerb Fest de Peritiba a ser realizado de 15 à 19 de maio de 2015 e kerb Fest da terceira idade 2015 a realiza-se no dia 23 de maio de 2015. Incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 85/2015

Contratado: GEFERSON CARLI SCHREINER - ME (Banda Atração).

CNPJ: 21.227.023/0001-03

Data do Contrato: 08/05/2015

Valor estimado do Contrato: R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais).

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666, artigo 25, inciso III.

Município de Peritiba - SC em 08 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 33/2015 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 10/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE A DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 33/2015 - Inexigibilidade 10/2015.

Objeto: Contratação da contratação da Banda Choppão Som e Eventos Ltda - ME, para animação do 94º kerb Fest de Peritiba a ser realizado de 15 à 19 de maio de 2015. Incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 86/2015

Contratado: CHOPPAO SOM E EVENTOS LTDA - ME.

CNPJ: 12.305.069/0001-02

Data do Contrato: 08/05/2015

Valor estimado do Contrato: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666, artigo 25, inciso III.

Município de Peritiba - SC em 08 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2015

Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE CÓPIAS DE DVD DO ASSALTO AO TREM PAGADOR PARA SEREM DISTRIBUIDOS À POPULAÇÃO- Secretaria de Educação  
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 072/2015.

EMPRESA CONTRATADA: VMS PRODUÇÃO E FILMAGENS E EVENTOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os DVDs no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).

DATA DO CONTRATO: 05 de maio de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 157/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 157/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2015

EMPRESA CONTRATADA: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo valor total de R\$ 116.729,00 (cento e dezesseis mil, setecentos e vinte e nove reais).

DATA DO CONTRATO: 06 de maio de 2015

PREFEITO: Euzebio Viecei

### DECRETO Nº 4228, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4228, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DETERMINA O PAGAMENTO DE MULTAS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO a existência de multas referente infração de trânsito envolvendo veículos do Município;

CONSIDERANDO ser de responsabilidade do condutor do veículo a assunção do pagamento dos valores referente infrações de trânsito por ele praticadas;

CONSIDERANDO que os responsáveis até, o momento, não quitaram os valores;

CONSIDERANDO a necessidade de renovação do licenciamento, sob pena de prejuízos ao interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Departamento Contábil e empenhar e liquidar as despesas referentes multas por infração de trânsito que recaíram sobre os seguintes veículos:

PLACA	MARCA/MODELO
MJS-2652	CHEVROLET/CLASSIC LS
MLZ-9143	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8
MJX-0844	FIAT/DUCATO MULT JAEDI T
MGI-2612	GM/CLASSIC SPIRIT
MFI-1362	VW-GOL SPECIAL
MCN-3031	VW-SAVEIRO 1.6
IFF-0302	IMP/M.BENZ OF
OKH-6864	PAS/ONIBUS
MCE-7523	GM/CORSA CLASSIC

Art. 2º Fica determinado à Secretaria de Administração que providencie a instauração de Processo de Expediente a fim de compelir os servidores responsáveis a restituírem aos cofres públicos os valores das multas, e, em sendo necessário, encaminhe pedido de instauração de processo disciplinar.

§ 1º Fica determinado aos Secretários que deem ciência deste ato aos servidores que exercem a função de motorista nas respectivas pastas, alertando-os de que os mesmos estão obrigados a preencher "DIÁRIO DE BORDO", sob pena de sofrerem sanções disciplinares.

§ 2º A Secretaria competente deverá comunicar imediatamente a Secretaria de Administração acerca de fatos envolvendo servidores que se negarem a preencher o Diário de Bordo, a fim de ser instaurado processo disciplinar na forma da lei.

§ 3º A Secretária de Saúde deverá, não obstante o Diário de Bordo, realizar controle paralelo das viagens que os motoristas realizarem.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE;  
CUMPRA-SE COM URGÊNCIA.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 175, DE 30 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 175, DE 30 DE ABRIL DE 2015

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 016/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 016/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado, à RECAUCHUTADORA RODA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.512.624/0001-15, consistente na contratação de serviços de recauchutagem de pneus para veículos e equipamentos de propriedade do Município de Pinheiro Preto, pelo preço global de R\$ 116.729,00 (cento e dezesseis mil, setecentos e vinte e nove reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 30 DE ABRIL DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 184, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 184, DE 06 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA Waldomiro Ozório PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE OPERÁRIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 002/2015, homologado através da Portaria nº 167, de 24 de abril de 2015;

Considerando que o candidato, através de exames médicos, foi considerado apto para exercer a função,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo, Waldomiro Ozório, brasileiro, inscrito no CPF nº 134.880.319-34, para exercer a função em caráter temporário de operário braçal, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 12 (doze) meses ou em prazo menor caso seja realizado concurso público.

Art. 2º Esta Portaria entrar em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 06 de maio de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 185, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 185, DE 06 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA ADEMIR VARGAS ZUCONELLI PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE OPERÁRIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 002/2015, homologado através da Portaria nº 167, de 24 de abril de 2015;

Considerando que o candidato, através de exames médicos, foi considerado apto para exercer a função,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo, ADEMIR VARGAS ZUCONELLI, brasileiro, inscrito no CPF nº 624.303.359-72, para exercer a função em caráter temporário de operário braçal, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 12 (doze) meses ou em prazo menor caso seja realizado concurso público.

Art. 2º Esta Portaria entrar em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 06 de maio de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 186, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 186, DE 06 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA Rogério Gonçalves PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE operador de carregadeira.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 002/2015, homologado através da Portaria nº 167, de 24 de abril de 2015;

Considerando que o candidato, através de exames médicos, foi considerado apto para exercer a função,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo, Rogério Gonçalves, brasileiro, inscrito no CPF nº 069.881.289-13, para exercer a função em caráter temporário de Operador de carregadeira, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 12 (doze) meses ou em prazo menor caso seja realizado concurso público.

Art. 2º Esta Portaria entrar em vigor no dia 06 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 06 de maio de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 187, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 187, DE 06 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA NELIR APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE OPERÁRIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 002/2015, homologado através da Portaria nº 167, de 24 de abril de 2015;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer a função,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo, NELIR APARECIDA DO AMARAL GONÇALVES, brasileira, inscrita no CPF nº 043.871.489-00, para exercer a função em caráter temporário de operário braçal, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Transporte e Obras, pelo prazo de 12 (doze) meses ou em prazo menor caso seja realizado concurso público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 06 de maio de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 188, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 188, DE 06 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA VALDECIR BACKER PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE OPERÁRIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 002/2015, homologado através da Portaria nº 167, de 24 de abril de 2015;

Considerando que o candidato, através de exames médicos, foi considerado apto para exercer a função,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo, VALDECIR BACKER, brasileiro, inscrito no CPF nº 484.788.579-15, para exercer a função em caráter temporário de operário braçal, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 12 (doze) meses ou em prazo menor caso seja realizado concurso público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 06 de maio de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 182, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 182, DE 06 DE MAIO DE 2015.

EXONERA waldomiro Ozório DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE Operário Braçal.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, waldomiro Ozório, brasileiro, casado, inscrita no CPF n.º 134.880.319-34, da função de "OPERÁRIO BRAÇAL", em caráter temporário, Lotado na Secretaria de Transpores e Obras, para o qual foi nomeado através da Portaria 237, de 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de maio de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 183, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 183, DE 06 DE MAIO DE 2015.

EXONERA ADEMIR VARGAS ZUCONELLI DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE Operário Braçal.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, ADEMIR VARGAS ZUCONELLI, brasileiro, casado, inscrita no CPF n.º 624.303.359-72, da função de "OPERÁRIO BRAÇAL", em caráter temporário, Lotado na Secretaria de Transpores e Obras, nomeado através da Portaria 236, de 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de maio de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 005/2015**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 005/2015

CONVÊNIO Nº 03/2014

OBJETO: O Município de Pinheiro Preto, em 18 de março de 2014, firmou com o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IEAS, convênio, tendo por objeto regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.

CONVENIADA: INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IEAS

HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

VALOR ADITADO: Em razão de a existência de interesse público na continuidade das atividades previstas no convênio assinado, e em razão de já ter sido firmado um termo aditivo compreendido entre 01/03/2015 a 31/03/2015, as partes resolvem prorrogar o prazo do mesmo para mais um período, a fim de somar doze meses, passando o convênio a vigorar de 01/04/2015 até 28/02/2016.

2.3 Na execução do convênio o município pagará a quantia de R\$ 27.000 (vinte e sete mil reais) mensais, mediante apresentação de Nota Fiscal.

DATA DO CONVENIO: 15 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**TERMO ADITIVO 026/2015**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 026/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 251/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço (mão-de-obra) para execução de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário no Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi, no Município de Pinheiro Preto.

CONTRATADA: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA

VALOR ADITADO: 2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 020/2012 tem seu termo final para 31/12/2013.

2.2. Considerando que as intempéries do tempo afetaram o andamento normal da obra, e problemas com pessoal da empresa vencedora da licitação;

2.3. Considerando a execução de calçamento nas ruas do

loteamento, onde está sendo executado o sistema de coleta de esgoto, dificultam a prestação dos serviços.

2.4. As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 251/2012, onde seu término será para 30/05/2015.

DATA DO TERMO ADITIVO: 08 de maio de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

### TERMO ADITIVO 027/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 027/2015

CONTRATO N.º: 315/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto acometer à contratação a execução de obra de engenharia, consistente na construção de passeios para acessibilidade urbana no Bairro São José, na forma do Projeto Básico anexo ao presente processo nº 253/2014, Licitação n. 017/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 017/2014

EMPRESA CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 017/2014 tem seu termo final para 07/05/2015.

2.2. Considerando morosidade da caixa no processo de autorização no início do empreendimento;

2.3. Considerando que o Ministério das Cidades, não efetuou o pagamento referente a primeira parcela do repasse o equivalente a 50%.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 315/2014, onde seu término será para 08/12/2016.

DATA DO CONTRATO: 08 de Maio de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

## Pomerode

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 2.922 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 2.922 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

FIXA PREÇOS MÍNIMOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL RECICLADO PELA DIVISÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, usando das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, e art.74, inciso I, alíneas "a" e "n" da Lei Orgânica do Município de 30 de março de 1990,

Considerando que o Município implantou o Processo de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em 06 de junho de 2007;

Considerando que através da Portaria n.º 024, de 23 de Abril de 2015, foi designada Comissão Especial de Avaliação de preços mínimos para venda via leilão de produtos oriundos da coleta seletiva de resíduos urbanos,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o relatório de Avaliação, apresentado pela Comissão Especial de Avaliação, e fixada a tabela de preços mínimos para comercialização, pelo SAMAE, dos resíduos sólidos reciclados pela Divisão de Resíduos Sólidos, conforme classificação abaixo:

LOTE	UNIDADE	CLASSIFICAÇÃO	PREÇO MÍNIMO R\$
		PAPEIS	
01	Kg	PAPELÃO(RECICLADO)	0,40
02	Kg	PAPEL MISTO (RECICLADO)	0,18
03	Kg	EMBALAGEM LONGA VIDA (RECICLADO)	0,20
		PLÁSTICOS	
04	Kg	PLÁSTICO MOLE COLORIDO	0,80
05	Kg	PLÁSTICO DURO COLORIDO	1,00
06	Kg	PLÁSTICO DURO NATURAL	1,50
07	Kg	PLÁSTICO DURO BRANCO	1,50
08	Kg	PLÁSTICO MOLE BRANCO	1,60
09	Kg	PLÁSTICO- COPINMHOS OS/PP	0,40
10	Kg	PLÁSTICO DURO MARGARINA	1,00
11	Kg	PET CRISTAL	1,50
12	Kg	PET VERDE	1,30
13	Kg	PET AZEITE	0,50
		VIDROS	
14	Kg	CACOS	0,05
15	Kg	LITROS	0,20
16	Peça	VIDROS DE CONSERVA GRANDE	0,50
17	Peça	VIDROS DE CONSERVA NORMAIS	0,15
18	Peça	GARRAFÃO DE VIDRO	1,50
19	Kg	BATERIAS	1,20
		METAL	

20	Kg	LATAS E SUCATA BRUTA DE FERRO	0,18
21	Kg	ALUMÍNIO	2,20
22	Kg	ANTIMÔNIO	0,60
23	Kg	ALUMÍNIO LATINHAS(RECICLADO)	2,80
24	Kg	COBRE(FIOS C/CAPA)	3,50
25	Kg	LATÃO (TORNEIRAS E REGISTROS)	3,00
		PVC	
25	Kg	PVC	0,30
		ELETRO/ELETRÔNICOS	
26	UM	MONITOR/TELEVISOR(COMPLETO)	0,60
27	Kg	PLACAS DE CPU	10,00
28	Kg	HD	2,50
29	Kg	CELULAR C/ BATERIA	5,00
30	Kg	MOTORES ELETRICO CLASSIFICADO	1,50
		DIVERSOS	
31	Kg	LIXO ELETRÔNICOS	0,15
32	Litros	ÓLEO DE COZINHA USADO	0,30
33	Kg	ISOPOR	0,40
		MATERIAL NÃO TRIADO	
34	M³	MATERIAL NÃO TRIADO	1,50

§ 1º Fica estabelecida a apresentação de novo Laudo de Avaliação pela Comissão Especial, designada pela Portaria n.º 024, de 23 de Abril de 2015, com validade pelo período de 06(seis) meses, após a publicação deste decreto, com vistas à avaliação de eficiência e do interesse nas alienações e a eventual revisão dos preços mínimos fixados.

§ 2º O procedimento interno do SAMAE para efetivação das alienações dos materiais reciclados deverá incluir o controle de produção e pesagem dos materiais e o pagamento exclusivamente em agência bancária ou correspondente, em conta corrente específica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, em 27 de abril de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2.924 DE 04 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.924 DE 04 DE MAIO DE 2015

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 4.320, Art. 43, § 1º, inciso III, e conforme o inciso II do Art. 9º, da Lei nº 2.688 de 10 de Dezembro de 2014, e o Art. 74, Inciso I da Lei Orgânica do Município, de 30 de Março de 1990;

D E C R E T A:

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária da importância de R\$ 70.000, (Setenta Mil Reais.) do orçamento em vigor, da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

- SAMAE, por fonte de recurso, conforme prevê o Art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.688 de 10 de Dezembro de 2014 e o Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320 de 17/03/1964, nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 15000 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 - SAMAE

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2057 -Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo

Modalidade de Aplicação: - 3390 - Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 - Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 70.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os valores resultantes das transposições de que trata o Artigo 1º. deste decreto, serão destinados as dotações orçamentárias no orçamento da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, dentro dos mesmos projetos/atividades, abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 15000 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 - SAMAE

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2057 -Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo

Modalidade de Aplicação: 3191 - Aplicações Diretas dec. operação entre órgãos

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 - Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 70.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 04 de Maio de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2.926 DE 04 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.926 DE 04 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE-FMAS, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, E FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 06.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 06.001 - Secretaria de Administração e Fazenda  
Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 - Manutenção das Atividades Administrativas  
Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 - Recursos Ordinários R\$ 68.000,00  
TOTAL R\$ 68.000,00

**TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERO-DE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS**

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) do Orçamento em vigor da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 14.000 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 14.001 - Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode,  
Projeto/Atividade: 27.812.0090.2018 - Manutenção Do Desporto Amador e Estudantil  
Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 20.000,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 14.000 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 14.001 - Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode,  
Projeto/Atividade: 27.812.0090.2018 - Manutenção Do Desporto Amador e Estudantil  
Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Pomerode, 04 de maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI      MÔNICA SUSAN ZIMMER  
Prefeito Municipal      Secretária de Administração e Fazenda

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.711, DE 07 DE MAIO DE 2015.****LEI ORDINÁRIA Nº 2.711, DE 07 DE MAIO DE 2015.**

**REVOGA, SUBSTITUI ANEXOS E  
PLANILHAS DA LEI ORDINÁRIA Nº 2.639,  
DE 13 DE JUNHO DE 2014 - LDO/2015, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ROLF NICOLODELLI**, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam revogados todos os anexos e planilhas integrantes da Lei Ordinária nº 2.639, de 13 de junho de 2014 - LDO/2015.

**Art. 2º** Atendendo a legislação em vigor, que trata da atualização e da compatibilidade das peças orçamentárias, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, ficam substituídos todos os anexos e planilhas integrantes da Lei Ordinária nº 2.639, de 13 de junho de 2014 - LDO/2015, revogados pelo art. 1º desta Lei, pelos anexos e planilhas que incorporam a presente Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

**Município de Pomerode, 07 de maio de 2015.**

**ROLF NICOLODELLI**  
**Prefeito Municipal**



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Receita  
Receita LDO  
LDO: 2015 Entidade: Consolidado  
Grau: 10

Pág 1 / 5

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receita orçamentária	4000000000000000	S	127.660.064,00	108,96
Receitas correntes	4100000000000000	S	108.745.464,00	92,81
Receita tributária	4110000000000000	S	16.494.908,00	14,08
Impostos	4111000000000000	S	12.921.000,00	11,03
Imposto sobre o patrimônio e a renda	4111200000000000	S	8.196.000,00	7,00
Imp. s/ propriedade predial territorial urbana - IPTU	4111202000000000	A	4.235.000,00	3,61
Imp.s/ a renda e proventos de qualquer natureza	4111204000000000	S	2.200.000,00	1,88
Irrf retido nas fontes - trabalho	4111204310000000	A	2.200.000,00	1,88
Imp. s/trans.inter vivos de bens imóveis - ITBI	4111208000000000	A	1.761.000,00	1,50
Impostos s/ a produção e a circulação	4111300000000000	S	4.725.000,00	4,03
Imposto s/ serviços de qualquer natureza - issqn	4111305000000000	S	4.725.000,00	4,03
Imposto s/ serviços de qualquer natureza - issqn	4111305010000000	A	4.725.000,00	4,03
Taxas	4112000000000000	S	2.803.908,00	2,39
Taxas pelo exercício do poder de polícia	4112100000000000	S	762.500,00	0,65
Taxa fiscalizacão vigilância sanitária	4112117000000000	S	119.900,00	0,10
Taxa de Vigilância Sanitária	4112117000100000	A	119.900,00	0,10
Taxa de controle e fiscalização ambiental	4112121000000000	A	4.400,00	0,00
Tx.lic.func.estabelecimento de comércio, ind. e prest.serviços	4112125000000000	S	512.500,00	0,44
Taxa de Licença para Localização e Funcionamento	4112125000100000	A	512.500,00	0,44
Taxa de licença para execução de obras	4112129000000000	S	3.800,00	0,00
Taxa de Licença para Obras	4112129000100000	A	2.500,00	0,00
Taxa de Licença para Demolição	4112129000200000	A	1.300,00	0,00
Taxa de utilização de área de domínio público	4112131000000000	S	1.300,00	0,00
Taxa Licença para Ocupação de Areas em Vias e Log. Públicos	4112131000100000	A	1.300,00	0,00
Taxa aprovação de projeto de construção civil	4112132000000000	S	13.000,00	0,01
Taxa de Licença para Construção	4112132000100000	A	13.000,00	0,01
Taxa de alinhamento e nivelamento	4112135000000000	A	8.700,00	0,01
Outras taxas pelo exercício de poder de polícia	4112199000000000	S	98.900,00	0,08
Taxa de Outras Licenças	4112199000100000	A	98.900,00	0,08
Taxas pela prestação de serviços	4112200000000000	S	2.041.408,00	1,74
Taxa de cemitérios	4112228000000000	A	1.300,00	0,00
Taxa de limpeza pública	4112290000000000	S	5.108,00	0,00
Taxa de Limpeza e Asseio Público	4112290000100000	A	5.108,00	0,00
Outras taxas de prestação de serviços	4112299000000000	S	2.035.000,00	1,74
Taxa de Expediente	4112299000100000	A	53.100,00	0,05
Taxa de Numeração de Prédios	4112299000200000	A	3.700,00	0,00
Taxa de Aprovação de Plantas	4112299000300000	A	16.100,00	0,01
Taxa de Inseminação Artificial	4112299000400000	A	9.300,00	0,01
Taxa de Abate de Gado	4112299000500000	A	1.300,00	0,00
Taxa de Coleta de Lixo	4112299000600000	A	1.760.000,00	1,50
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4112299000900000	A	191.500,00	0,16
Contribuições de melhoria	4113000000000000	S	770.000,00	0,66
Cont.melh. p/ pavimentação e obras complementares	4113004000000000	A	770.000,00	0,66
Receita de contribuições	4120000000000000	S	3.387.780,00	2,89
Contribuições sociais	4121000000000000	S	2.126.080,00	1,81
Contribuição regime próprio previdência do servidor	4121029000000000	S	2.126.080,00	1,81
Contribuição servidor ativo civil p/ RPPS	4121029070000000	S	2.006.080,00	1,71
Contribuição do Servidor Ativo - PMP	4121029070100000	A	1.271.080,00	1,08
Contribuição do Servidor Ativo - FMS	4121029070200000	A	500.000,00	0,43
Contribuição do Servidor Ativo - FMAS	4121029070300000	A	50.000,00	0,04
Contribuição do Servidor Ativo - FUNDETUR	4121029070400000	A	1.000,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo - FUNPEEL	4121029070500000	A	9.000,00	0,01
Contribuição do Servidor Ativo - CMV	4121029070600000	A	25.000,00	0,02
Contribuição do Servidor Ativo - SAMAE	4121029070700000	A	150.000,00	0,13
Contribuição servidor inativo civil p/ RPPS	4121029090000000	A	120.000,00	0,10
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	4123000000000000	A	1.261.700,00	1,08
Receita patrimonial	4130000000000000	S	4.959.611,72	4,23
Receitas de valores mobiliários	4132000000000000	S	4.957.211,72	4,23
Juros de títulos de renda	4132100000000000	S	1.300,00	0,00
Outros Rendimentos de Títulos	4132100000100000	A	1.300,00	0,00
Dividendos	4132200000000000	A	1.300,00	0,00
Remuneração de depósitos bancários	4132500000000000	S	936.311,72	0,80
Remuneração depósitos de recursos vinculados	4132501000000000	S	311.669,72	0,27
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-fundeb	4132501020000000	A	33.000,00	0,03
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-saúde	4132501030000000	S	75.989,72	0,06
PAB Fixo	4132501030100000	A	19.740,60	0,02
Programação de Vigilância Epidemiológica	4132501030200000	A	875,46	0,00
PACS	4132501030300000	A	20.790,00	0,02





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Receita  
Receita LDO  
LDO: 2015 Entidade: Consolidado  
Grau: 10

Pág 2 / 5

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
PSF	413250103040000	A	525,00	0,00
PSF - Odontológico	413250103050000	A	105,00	0,00
Prog. Vigilância Sanitária Federal	413250103060000	A	720,00	0,00
Prog. Exames de Média e Alta Complexidade	413250103070000	A	12.342,27	0,01
Farmácia Básica Federal	413250103080000	A	1.437,79	0,00
Farmácia Básica Estadual	413250103090000	A	1.268,64	0,00
Vigilância Sanitária Estadual	413250103100000	A	20,00	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	413250103110000	A	1.575,00	0,00
Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	413250103120000	A	1.575,00	0,00
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	413250103130000	A	1.575,00	0,00
Projeto Inclusão Social Trabalho Saúde Mental	413250103140000	A	500,00	0,00
Programa de Gestão Saúde Participa SUS	413250103160000	A	10,00	0,00
Rede Cegonha	413250103170000	A	500,00	0,00
Programa Vig. AIDS	413250103180000	A	500,00	0,00
15 % Saúde	413250103190000	A	10.000,00	0,01
Brasil Sem Miséria - Odonto	413250103270000	A	900,00	0,00
MAC - Estadual	413250103280000	A	1.029,96	0,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-mde	413250105000000	S	47.200,00	0,04
Remuneração de Depósito Bancário - PNAE	413250105010000	A	1.800,00	0,00
Remuneração de Depósito Bancário - Salário Educação	413250105020000	A	33.200,00	0,03
Remuneração de Depósito Bancário - PNATE	413250105030000	A	100,00	0,00
Remuneração de Depósito Bancário - PNAC	413250105040000	A	100,00	0,00
Remuneração de Depósito Bancário - Transporte Escolar Estadual	413250105050000	A	1.000,00	0,00
Mec Apoio Financeiro	413250105090000	A	11.000,00	0,01
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-cide	413250109000000	A	50,00	0,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-fnas	413250110000000	S	6.630,00	0,01
Bolsa Família - IGDBF	413250110040000	A	300,00	0,00
Programa - PAIF	413250110060000	A	3.000,00	0,00
Programa - PAEFI	413250110070000	A	2.000,00	0,00
Programa - BPC	413250110080000	A	30,00	0,00
Prog. IGD-SUAS-Índice de Gestão Descent	413250110100000	A	300,00	0,00
Programas Acessuas Trabalho	413250110140000	A	1.000,00	0,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	413250199000000	S	148.800,00	0,13
Outras Transferências de Convênio do Estado	413250199029200	A	10.000,00	0,01
Remuneração de Depósito Bancário Alienação de Bens e Outros	413250199040000	A	900,00	0,00
Remuneração de Depósito bancário Outros - COSIP	413250199050000	A	5.300,00	0,00
Rem. Dep. Banc. Transf. Conv. FED-PR-INFRA ES	413250199060000	A	100.000,00	0,09
Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-Outros - FIA	413250199070000	A	10.000,00	0,01
Multas de Trânsito Lombadas	413250199110000	A	5.500,00	0,00
Multas de Trânsito Geral	413250199120000	A	5.500,00	0,00
Multas de Trânsito - Polícia Civil	413250199130000	A	3.345,00	0,00
Multas de Trânsito - Polícia Militar	413250199140000	A	3.345,00	0,00
Multas de Trânsito - Prefeitura 38%	413250199150000	A	4.310,00	0,00
Transferência Convênio União Desti. Prog. Saneamento	413250199300000	A	100,00	0,00
Outras Transferências de Convênio da União	413250199990000	A	500,00	0,00
Remuneração depósito de recursos não vinculados	413250200000000	S	624.642,00	0,53
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	413250299000000	A	624.642,00	0,53
Remuneração investimentos regime próprio previdência - RPPS	413280000000000	S	4.018.300,00	3,43
Remuneração investimentos RPPS - renda fixa	413281000000000	A	4.018.300,00	3,43
Outras receitas patrimoniais	413900000000000	S	2.400,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	413900000010000	A	2.400,00	0,00
Receita de serviços	416000000000000	S	5.887.700,00	5,03
Serviços administrativos	416001300000000	S	13.500,00	0,01
Outros serviços administrativos	416001399000000	A	13.500,00	0,01
Serviços de inspeção e fiscalização	416001400000000	A	2.500,00	0,00
Serviços de cadastramento de fornecedores	416002900000000	A	1.300,00	0,00
Serviços de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de água	416004100000000	S	5.104.000,00	4,36
Tarifa de Água	416004100010000	A	5.027.000,00	4,29
Ligação de Rede de Água	416004100020000	A	77.000,00	0,07
Serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de esgotos	416004200000000	S	726.000,00	0,62
Tarifa de Esgoto	416004200010000	A	660.000,00	0,56
Ligação de Rede de Esgoto	416004200020000	A	66.000,00	0,06
Serviços de religamento de água	416004800000000	S	5.500,00	0,00
Serviço de Religamento de Água	416004800010000	A	5.500,00	0,00
Outras receitas de serviços	416009900000000	S	34.900,00	0,03
Outros Serviços	416009900010000	A	34.900,00	0,03
Transferências correntes	417000000000000	S	75.569.594,28	64,50
Transferências intergovernamentais	417200000000000	S	75.015.744,28	64,03



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Receita  
Receita LDO  
LDO: 2015 Entidade: Consolidado  
Grau: 10

Pág 3 / 5

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Transferências da união	4172100000000000	S	20.433.002,88	17,44
Participação na receita da união	4172101000000000	S	13.258.950,00	11,32
Cota-parte do fundo participação dos municípios-fpm (alínea b cf/88 - 22,05%)	4172101020000000	A	13.250.000,00	11,31
Cota-parte do imposto s/ propriedade territorial rural - ITR	4172101050000000	A	8.000,00	0,01
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	4172101130000000	A	950,00	0,00
Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	4172122000000000	S	444.800,00	0,38
Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais	4172122200000000	A	247.100,00	0,21
Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	4172122700000000	A	197.700,00	0,17
Transferência de recursos sistema único de saúde - SUS	4172133000000000	S	4.605.782,88	3,93
Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	4172133000100000	A	638.279,40	0,54
Programa de Vigilância Epidemiológica	4172133000200000	A	86.670,54	0,07
Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	4172133000300000	A	672.210,00	0,57
Programa de Saúde da Família - PSF	4172133000400000	A	683.955,00	0,58
Programa de Saúde da Família - PSF Odontológico	4172133000500000	A	187.455,00	0,16
Programa Vigilância Sanitária Federal	4172133000600000	A	23.280,00	0,02
Programa de Exames de Média e Alta Complexidade	4172133000700000	A	399.066,73	0,34
Programa de Farmácia Básica Federal	4172133000800000	A	142.341,21	0,12
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	4172133001000000	A	155.925,00	0,13
Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	4172133001100000	A	238.425,00	0,20
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	4172133001200000	A	338.085,00	0,29
Projeto Inclusão Social Trabalho Saúde Mental	4172133001300000	A	5.500,00	0,00
Gestão de Políticas Saúde - Participa SUS	4172133001600000	A	990,00	0,00
Programa Requalificação EUBS - Reformas	4172133001700000	A	50.000,00	0,04
Programa Vigilância e Prevenção de Violência	4172133001800000	A	7.000,00	0,01
PMAQ-Programa Melhor Aces. Qualidade	4172133001900000	A	876.000,00	0,75
Rede Cegonha	4172133002000000	A	11.500,00	0,01
Brasil Sem Miséria - Odonto	4172133002100000	A	89.100,00	0,08
Transferências e recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	4172134000000000	S	431.170,00	0,37
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física	4172134000400000	A	11.000,00	0,01
Bolsa Família - IGDBF	4172134000500000	A	8.700,00	0,01
Programa de Atenção Integral as Famílias - PAIF	4172134000600000	A	97.800,00	0,08
Serviço Prot. Atend. Esp. Famil. Indiv - PAEFI	4172134000700000	A	76.000,00	0,06
BPC - Escola	4172134000800000	A	970,00	0,00
IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada	4172134000900000	A	9.700,00	0,01
Programa Acessuas Trabalho	4172134001200000	A	227.000,00	0,19
Transferências de recursos do fnde	4172135000000000	S	1.527.300,00	1,30
Transferências do salário-educação	4172135010000000	A	1.010.000,00	0,86
Transferências diretas do fnde referentes ao pnae	4172135030000000	S	490.400,00	0,42
Transferência Diretas do FNDE - PNAE	4172135030100000	A	263.200,00	0,22
Transferência Diretas do FNDE - PNAC	4172135030200000	A	227.200,00	0,19
Transferências diretas do fnde referentes ao pnate	4172135040000000	A	26.900,00	0,02
Transferência financeira do ICMS desoneração - lc n.º 87/96	4172136000000000	A	165.000,00	0,14
Transferências dos estados	4172200000000000	S	38.815.741,40	33,13
Participação na receita dos estados	4172201000000000	S	38.368.000,00	32,75
Cota-parte do ICMS	4172201010000000	A	34.000.000,00	29,02
Cota-parte do IPVA	4172201020000000	A	3.730.000,00	3,18
Cota-parte do IPI s/ exportação	4172201040000000	A	638.000,00	0,54
Transferências de recursos do estado para programas de saúde	4172233000000000	S	447.741,40	0,38
Programa Farmácia Básica Estadual	4172233000100000	A	125.595,36	0,11
Programa Vigilância Sanitária Estadual	4172233000200000	A	80,00	0,00
Programa Saúde da Família - PSF Compl. Est.	4172233000300000	A	212.600,00	0,18
Programa PAM/AIDS - Portaria 2313/2002 - Pol.	4172233000600000	A	7.500,00	0,01
MAC - Estadual	4172233000700000	A	101.966,04	0,09
Transferências multigovernamentais	4172400000000000	S	15.767.000,00	13,46
Transferências recursos do FUNDEB	4172401000000000	A	15.767.000,00	13,46
Transferências de instituições privadas	4173000000000000	S	299.300,00	0,26
Transferências de Instituições Privadas	4173000001000000	A	299.300,00	0,26
Transferências de pessoas	4175000000000000	S	15.550,00	0,01
Transferências de Pessoas	4175000001000000	A	15.550,00	0,01
Transferências de convênios	4176000000000000	S	239.000,00	0,20
Transferências dos estados/df e suas entidades	4176200000000000	S	239.000,00	0,20
Transferências de convênios dos estados destinados a programas de educação	4176202000000000	A	239.000,00	0,20
Transferência Convênios Transporte Escolar Estadual	4176202000100000	A	239.000,00	0,20
Outras receitas correntes	4190000000000000	S	2.445.870,00	2,09
Multas e juros de mora	4191000000000000	S	1.344.300,00	1,15
Multas e juros de mora dos tributos	4191100000000000	S	73.400,00	0,06
Multas e juros de mora do IPTU	4191138000000000	A	16.000,00	0,01
Multa e juros de mora - ITBI	4191139000000000	A	1.400,00	0,00



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Receita  
Receita LDO  
LDO: 2015 Entidade: Consolidado  
Grau: 10

Pág 4 / 5

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Multa e juros de mora - ISS	4191140000000000	A	40.000,00	0,03
Multas e juros de mora de outros tributos	4191199000000000	S	16.000,00	0,01
Multas e juros de mora de outros tributos	4191199010000000	A	16.000,00	0,01
Multa e juros de mora dívida ativa dos tributos	4191300000000000	S	334.500,00	0,29
Multas e juros de mora - IPTU	4191311000000000	A	165.000,00	0,14
Multas e juros de mora - ITBI	4191312000000000	A	1.500,00	0,00
Multas e juros de mora - ISS	4191313000000000	A	63.000,00	0,05
Multa e juros de mora dívida ativa de outros tributos	4191399000000000	A	105.000,00	0,09
Multas e juros de mora de outras receitas	4191800000000000	S	44.000,00	0,04
Outras multas e juros de mora	4191899000000000	A	44.000,00	0,04
Multas de outras origens	4191900000000000	S	892.400,00	0,76
Multas previstas na legislação de trânsito	4191915000000000	A	880.000,00	0,75
Outras multas	4191999000000000	A	12.400,00	0,01
Indenizações e restituições	4192000000000000	S	96.620,00	0,08
Indenizações	4192100000000000	S	62.900,00	0,05
Outras indenizações	4192199000000000	S	62.900,00	0,05
Outras Indenizações	4192199000200000	A	62.900,00	0,05
Restituições	4192200000000000	S	33.720,00	0,03
Compensações financeiras regime geral e próprio de previdência do servidor	4192210000000000	S	7.920,00	0,01
Compensações financeiras entre RGPS x RPPS - principal	4192210010000000	A	7.920,00	0,01
Outras restituições	4192299000000000	S	25.800,00	0,02
Restituições Determinadas pelo Tce	4192299000100000	A	25.800,00	0,02
Receita da dívida ativa	4193000000000000	S	827.000,00	0,71
Receita da dívida ativa tributária	4193100000000000	S	716.300,00	0,61
Receita da dívida ativa - IPTU	4193111000000000	A	330.000,00	0,28
Receita da dívida ativa - ITBI	4193112000000000	A	2.300,00	0,00
Receita da dívida ativa - ISS	4193113000000000	A	132.000,00	0,11
Receita da dívida ativa das contribuições de melhoria	4193198000000000	A	66.700,00	0,06
Receita da dívida ativa de outros tributos	4193199000000000	S	185.300,00	0,16
Receita da dívida ativa de outros tributos - principal	4193199010000000	S	185.300,00	0,16
Receita da Dívida Ativa das Taxas	4193199010100000	A	185.300,00	0,16
Receitas da dívida ativa não tributária	4193200000000000	S	110.700,00	0,09
Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas	4193299000000000	S	110.700,00	0,09
Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas -principal	4193299010000000	S	105.200,00	0,09
Receita da Dívida Ativa do Programa Troca-troca	4193299010100000	A	11.000,00	0,01
Receita da Dívida Ativa Nao Tributaria Proveniente da Inscricao de Certidao de Decisao-titulo Executivo do Tce	4193299010200000	A	82.500,00	0,07
Receita da Dívida Ativa Nao Tributaria Proveniente do Servico de Fornecimento de Agua	4193299010300000	A	5.500,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	4193299010800000	A	6.200,00	0,01
Parcelamentos da dívida ativa não tributária de outras receitas	4193299020000000	A	5.500,00	0,00
Receitas diversas	4199000000000000	S	177.950,00	0,15
Outras receitas	4199099000000000	S	177.950,00	0,15
Outras Receitas	4199099000100000	A	174.200,00	0,15
Outras Receitas FIA	4199099000200000	A	3.750,00	0,00
Receitas de capital	4200000000000000	S	14.831.400,00	12,66
Operações de crédito	4210000000000000	S	9.500.000,00	8,11
Operações de crédito internas	4211000000000000	S	9.500.000,00	8,11
Operações de crédito interna contratuais	4211400000000000	S	9.500.000,00	8,11
Outras operações de crédito internas p/ programas de governo	4211499000000000	A	9.500.000,00	8,11
Alienação de bens	4220000000000000	S	32.000,00	0,03
Alienação de bens móveis	4221000000000000	S	32.000,00	0,03
Alienação de outros bens móveis	4221900000000000	A	32.000,00	0,03
Transferências de capital	4240000000000000	S	5.299.400,00	4,52
Transferências de convênios	4247000000000000	S	5.299.400,00	4,52
Transf. convênio da união e suas entidades	4247100000000000	S	4.794.400,00	4,09
Transferências de convênios da união - SUS	4247101000000000	S	1.040.000,00	0,89
Convenio-FNS/FMS-Aquisição Equipamentos	4247101000100000	A	1.040.000,00	0,89
Transf. convênios da união destinados a programas de educação	4247102000000000	S	500.000,00	0,43
Transferência Convênios da União Dest. Programa Educação	4247102000000100	A	500.000,00	0,43
Transf. convênios da união destinados a programas de saneamento	4247103000000000	A	99.900,00	0,09
Transf. convênios da união destinados a programas de infra-estrutura em transportes	4247105000000000	A	2.900.000,00	2,48
Outras transferências de convênio da união	4247199000000000	S	254.500,00	0,22
Outras Transferências de Convênio da União	4247199009900000	A	254.500,00	0,22
Transferência de convênios dos estados/df e suas entidades	4247200000000000	S	505.000,00	0,43
Transferências de convênios do estado - SUS	4247201000000000	A	110.000,00	0,09
Transf. de convênio do estado destinados a programas de educação	4247202000000000	A	100.000,00	0,09
Outras transferências de convênio dos estados/df	4247299000000000	S	295.000,00	0,25

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL121101-1619-ZXCDA-164286571 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

17/03/2015 10:09



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Receita  
Receita LDO  
LDO: 2015 Entidade: Consolidado  
Grau: 10

Pág 5 / 5

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Outras Transferências de Convênio do Estado	424729900990000	S	295.000,00	0,25
Transferências de Recursos do Estado para Programas de Assistência Social	424729900990100	A	295.000,00	0,25
Receitas correntes intra-orçamentárias	470000000000000	S	4.083.200,00	3,48
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	472000000000000	S	3.725.700,00	3,18
Contribuições sociais - intra-orçamentárias	472100000000000	S	3.725.700,00	3,18
Contribuições previdenciárias do regime próprio	472102900000000	S	3.725.700,00	3,18
Contribuição patronal de servidor ativo civil	472102901000000	S	3.655.700,00	3,12
Contribuição Patronal - PMP	472102901010000	A	2.300.000,00	1,96
Contribuição Patronal - FMS	472102901020000	A	900.000,00	0,77
Contribuição Patronal - FMASS	472102901030000	A	96.700,00	0,08
Contribuição Patronal - FUNDETUR	472102901040000	A	4.000,00	0,00
Contribuição Patronal - FUNPEEL	472102901050000	A	10.000,00	0,01
Contribuição Patronal - CMV	472102901060000	A	45.000,00	0,04
Contribuição Patronal - SAMAE	472102901070000	A	300.000,00	0,26
Contribuição patronal de servidor inativo civil	472102903000000	S	70.000,00	0,06
Contribuição Patronal Inativo - PMP	472102903010000	A	40.000,00	0,03
Contribuição Patronal Inativos - Samae	472102903020000	A	30.000,00	0,03
Receita de serviços - intra-orçamentárias	476000000000000	S	357.500,00	0,31
Tarifa de Água	476004100010000	A	27.500,00	0,02
Serviço de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos	476004300000000	A	330.000,00	0,28
(r) Deduções da receita	900000000000000	S	(10.495.064,00)	(8,96)
(r) Deduções da receita corrente	910000000000000	S	(10.495.064,00)	(8,96)
(r) Dedução da receita de transferências correntes	917000000000000	S	(10.495.064,00)	(8,96)
(r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais	917200000000000	S	(10.495.064,00)	(8,96)
(r) Dedução da receita de transferências da união	917210000000000	S	(3.222.364,00)	(2,75)
(r) Dedução da receita de participação na receita da união	917210100000000	S	(3.190.264,00)	(2,72)
(r) Dedução da receita do fundo de participação dos municípios - fpm	917210102000000	A	(3.188.600,00)	(2,72)
(r) Dedução da receita do imposto s/ a propriedade territorial rural - ITR	917210105000000	A	(1.664,00)	0,00
(r) Dedução da receita do ICMS desoneração - Ic 87/96	917213600000000	A	(32.100,00)	(0,03)
(r) Dedução da receita de transferência dos estados	917220000000000	S	(7.272.700,00)	(6,21)
(r) Dedução da receita de transferência dos estados	917220100000000	S	(7.272.700,00)	(6,21)
(r) Dedução da receita do ICMS	917220101000000	A	(6.424.700,00)	(5,48)
(r) Dedução da receita da cota-parte do IPVA	917220102000000	A	(721.500,00)	(0,62)
(r) Dedução da receita do IPI - exportação	917220104000000	A	(126.500,00)	(0,11)
<b>Total:</b>			<b>117.165.000,00</b>	<b>100,00</b>



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Programas de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
Ano LDO: 2015

Pág 1 / 3

<b>Programa: 10 - Processo legislativo</b>	
<b>Objetivos:</b> DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR O PODER EXECUTIVO.	
<b>Diretrizes:</b> A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES POSSUI 3 SERVIDORES, 1 COMISSIONADO E 9 CARGOS ELETIVOS.	
<b>Função: 1 - Legislativa</b>	<b>Subfunção: 31 - Acao Legislativa</b>
<b>Total Programa</b>	<b>3.634.000,00</b>
<b>Programa: 20 - Gestão administrativa superior</b>	
<b>Objetivos:</b> MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGAMA MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	
<b>Diretrizes:</b> LIDERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO FOCANDO AS NECESSIDADES DO AMBITO SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, REURBANIZAÇÃO COM O LEVANTAMENTO DAS AÇÕES SETORIAIS, PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO, CONDICIONADO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL.	
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 122 - Administracao Geral</b>
<b>Função: 15 - Urbanismo</b>	<b>Subfunção: 452 - Servicos Urbanos</b>
<b>Total Programa</b>	<b>2.498.540,00</b>
<b>Programa: 30 - Gestão administrativa geral</b>	
<b>Objetivos:</b> MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, CONTÁBEIS, FINANCEIRO E DE MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE SE PROPORCIONEM CONDIÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS. REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, URBANO, RURAL E GERENCIAR O TRÂNSITO. PROVER O MUNICÍPIO DE ANTEPROJETOS E PROJETOS VISANDO O PLANEJAMENTO ORDENADO E EFICIENTE DA CIDADE, ASSIM COMO FISCALIZAR AS OBRAS, TANTO DE IMÓVEIS COMO DE INFRA-ESTRUTURA.	
<b>Diretrizes:</b> SER TRANSPARENTE, ADEQUANDO-SE ÀS LEIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, GARANTINDO AO CIDADÃO O ACESSO ÀS RECEITAS E DESPESAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL E A TRANSPARENCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLITICOS DE POMERODE.	
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 122 - Administracao Geral</b>
<b>Total Programa</b>	<b>15.902.131,61</b>
<b>Programa: 40 - Ensino de qualidade</b>	
<b>Objetivos:</b> CRIANÇA NA ESCOLA, GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO. PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA", ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA. INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS, DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL. AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTE. AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.	
<b>Diretrizes:</b> LEVANTAMENTO DA REAL NECESSIDADE DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE ENSINO EDUCATIVO	
<b>Função: 12 - Educação</b>	<b>Subfunção: 361 - Ensino Fundamental</b>
<b>Função: 12 - Educação</b>	<b>Subfunção: 364 - Ensino Superior</b>
<b>Função: 12 - Educação</b>	<b>Subfunção: 365 - Educação Infantil</b>
<b>Função: 12 - Educação</b>	<b>Subfunção: 367 - Educacao Especial</b>
<b>Total Programa</b>	<b>27.574.190,00</b>
<b>Programa: 50 - Meio ambiente sustentável</b>	
<b>Objetivos:</b> RECUPERAR OS MANANCAIS ( RIOS E RIBEIRÕES) DE POMERODE, TORNANDO-OS UTILIZAVEIS PARA O LAZER, IMPLANTAR O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO EM TODO O MUNICÍPIO MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO. FISCALIZAR ATRAVÉS DE COLETA E ANÁLISE, AS ÁGUAS DE MANANCAIS E DOS RIBEIRÕES QUE FORMAM O RIO DO TESTO.	
<b>Diretrizes:</b> O MUNICÍPIO DE POMERODE POSSUI UMA POPULAÇÃO DE 29 MIL HABITANTES, SENDO QUE SOMENTE 70 % ESTÁ ATENDIDA COM O SANEAMENTO BÁSICO. O MUNICÍPIO POSSUI MANANCAIS QUE NECESSITAM DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO PERMANENTE PARA A BOA QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIOS.	
<b>Função: 18 - Gestão Ambiental</b>	<b>Subfunção: 545 - Meteorologia</b>
<b>Total Programa</b>	<b>140.149,00</b>
<b>Programa: 60 - Saude para todos</b>	
<b>Objetivos:</b> ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAÚDE AOS LARES. INSTITUIR PROGRAMAS DE SAÚDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAÚDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.	
<b>Diretrizes:</b> ATENDER DE FORMA GERAL ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.	
<b>Função: 10 - Saúde</b>	<b>Subfunção: 301 - Atenção Básica</b>
<b>Total Programa</b>	<b>19.608.258,00</b>
<b>Programa: 70 - Infraestrutura e urbanismo</b>	





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Programas de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
Ano LDO: 2015

Pág 2 / 3

<b>Objetivos:</b> EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRANSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE. EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS. REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNANDO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS. COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFALTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.	
<b>Diretrizes:</b> VERIFICAR A REAL NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO NO MUNICIPIO, PLANEJANDO OS ATOS DE FORMA TRANSPARENTE.	
<b>Função:</b> 15 - Urbanismo	<b>Subfunção:</b> 451 - Infra-Estrutura Urbana
<b>Função:</b> 15 - Urbanismo	<b>Subfunção:</b> 452 - Serviços Urbanos
<b>Função:</b> 17 - Saneamento	<b>Subfunção:</b> 512 - Saneamento Básico Urbano
<b>Função:</b> 26 - Transporte	<b>Subfunção:</b> 782 - Transporte Rodoviário
<b>Total Programa</b>	<b>19.411.319,39</b>
<b>Programa: 80 - Samae</b>	
<b>Objetivos:</b> MELHORAR A REDE DE ESGOTOS COM UMA MELHOR ATENÇÃO E SOLUÇÃO AO ESGOTO A CÉU ABERTO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO E VISITAS AS RUAS COM PROBLEMAS, GARANTINDO OBRAS IMEDIATAS NOS LOCAIS MAIS SOLICITADOS PELA COMUNIDADE. PROJETAR PLANO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FILTROS PARA ÁGUA QUE PROVÉM DAS RESIDÊNCIAS, ASSIM COMO MELHORAR AS BOCAS DE LOBO EM TODA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE E NOS BAIRROS ONDE EXISTEM PROBLEMAS EM PERÍODOS DE CHUVAS, EXPANDIR A REDE DE COLETA DE ESGOTO. MELHORAR A GESTÃO E ATENDIMENTO DO SAMAE. IMPLANTAR NOVAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA COM CAPTAÇÃO DA MESMA. INCENTIVAR A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM COLETORES APROPRIADOS. MELHORAR O SISTEMA DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL E ORGÂNICA EM TODO O MUNICÍPIO. RACIONALIZAR A APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO CONVERTENDO EM AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COLETA DE RSU, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO.	
<b>Diretrizes:</b> NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA USINA DE TRIAGEM E DA FROTA DE VEÍCULOS. ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES OFERECIDAS AOS FUNCIONÁRIOS, VISANDO OFERECER UM AMBIENTE DE TRABALHO MENOS INSALÚBRE E MAIS SAUDÁVEL. ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DA ÁGUA.	
<b>Função:</b> 4 - Administração	<b>Subfunção:</b> 122 - Administração Geral
<b>Função:</b> 17 - Saneamento	<b>Subfunção:</b> 512 - Saneamento Básico Urbano
<b>Função:</b> 28 - Encargos Especiais	<b>Subfunção:</b> 846 - Outros encargos Especiais
<b>Total Programa</b>	<b>8.173.000,00</b>
<b>Programa: 90 - Esporte é bom</b>	
<b>Objetivos:</b> PROMOVER, INCENTIVAR E EXPLORAR EVENTOS, ATIVIDADES ESPORTIVAS, TURÍSTICAS E DE LAZER; PROMOVER E EXPLORAR AÇÕES DETERMINADAS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E TRADICIONAIS; DESENVOLVER MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES CORRELATAS, PARALELAS OU CONEXAS ÀS SUAS PRÓPRIAS FINALIDADES; PLANEJAR E PROMOVER O ESPORTE AMADOR E FOMENTAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO; ORIENTAR E COORDENAR AS EQUIPES ESPORTIVAS REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO; MANter E CONSERVAR O COMPLEXO DE EVENTOS DA FESTA POMERANA E O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES RALF KNAESEL. CONSTRUIR PISTA DE SKATE NA PRAÇA JORGE LACERDA.	
<b>Diretrizes:</b> ESTUDAR E ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DO MUNICÍPIO	
<b>Função:</b> 27 - Desporto e Lazer	<b>Subfunção:</b> 812 - Desporto Comunitário
<b>Total Programa</b>	<b>1.322.100,00</b>
<b>Programa: 100 - Desenvolvimento agrícola</b>	
<b>Objetivos:</b> DESENVOLVER PROJETOS NA AGRICULTURA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU QUE POR MEIO DE REUNIÕES MENSIS SÃO EXPOSTAS AS NECESSIDADES E ANSEIOS NA ATIVIDADE AGRÁRIA DE CADA MUNICÍPIO DA REGIÃO. A RECUPERAÇÃO DE MATA-CILIAR SERÁ FEITA COM A ANUÊNCIA VOLUNTÁRIA DO PRODUTOR RURAL E QUE PODERÁ SER RETORNADO ALGUM BENEFÍCIO A ESTE PRODUTOR. RECUPERAR AS ÁREAS DE PASTAGENS DEGRADADAS.	
<b>Diretrizes:</b> A AGRICULTURA DE POMERODE BASICAMENTE SE RESUME NA AGRICULTURA FAMILIAR E MUITOS PRODUTORES DEDICAM 50% DE SEU TEMPO PARA A ATIVIDADE RURAL E A OUTRA PARTE DO TEMPO NO TRABALHO ASSALARIADO EM EMPRESAS DA REGIÃO. O USO EXCESSIVO DE IMPLEMENTOS COMO A ENXADA ROTATIVA E A APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES SEM FUNDAMENTOS TÉCNICOS SÃO PROBLEMAS QUE TAMBÉM DEVEM SER AMENIZADOS PARA QUE A AGRICULTURA EM POMERODE SEJA REALIZADA DE FORMA SUSTENTÁVEL E SEJA EFICIENTE POR MUITO TEMPO.	
<b>Função:</b> 20 - Agricultura	<b>Subfunção:</b> 606 - Extensão Rural
<b>Total Programa</b>	<b>1.155.000,00</b>
<b>Programa: 110 - Turismo sustentável</b>	
<b>Objetivos:</b> PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM POMERODE. AMPLIAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS. AUMENTAR A RENDA PERCAPITA DA POPULAÇÃO. RESGATAR E MANter AS TRADIÇÕES LOCAIS. PROMOVER EVENTOS E AS ATIVIDADES TURÍSTICAS, BEM COMO EMBELEZAR A CIDADE. CRIAR A VILA POMERANA, ONDE O TURISTA PODERÁ FICAR HOSPEDADO COM A FAMÍLIA E VIVENCIAR OS COSTUMES, TRADIÇÕES E TAREFAS QUE HERDAMOS DOS COLONIZADORES. CRIAR POLOS DE TURISMO NOS BAIRROS PARA APROVEITAR MELHOR NOSSAS CONSTRUÇÕES ENXAIMEL.	
<b>Diretrizes:</b> PROVER DE NOVOS PROJETOS PARA DESENVOLVER AÇÕES DE FOMENTO AO TURISMO PARA A CIDADE DE POMERODE.	
<b>Função:</b> 23 - Comércio e Serviços	<b>Subfunção:</b> 695 - Turismo
<b>Total Programa</b>	<b>851.942,00</b>
<b>Programa: 120 - Apoio à segurança pública</b>	
<b>Objetivos:</b> MELHORAR O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA CRIANDO AGENTES DE TRÂNSITOS E AGENTES DE FISCALIZAÇÃO COM APOIO DA POLÍCIA MILITAR PARA MANter O CONTROLE NA SEGURANÇA E POLÍCIAMENTO. AUMENTAR A REDE DE VIGILÂNCIA ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM PONTOS ESTRATÉGICOS E NAS ENTRADAS DAS CIDADES. EQUIPAR A DEFESA CIVIL PARA AS REAIS NECESSIDADES DE POMERODE, COM APOIO DO GRUPO DE RADIO AMADORES.	
<b>Diretrizes:</b> APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA	
<b>Função:</b> 6 - Segurança Pública	<b>Subfunção:</b> 181 - Policiamento





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Programas de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
Ano LDO: 2015

Pág 3 / 3

<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>	<b>Subfunção: 182 - Defesa Civil</b>
<b>Total Programa</b>	<b>209.100,00</b>
<b>Programa: 130 - Apoio à cultura</b>	
<b>Objetivos:</b> OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA. REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS, INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE. ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ. INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE. APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO. PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMA.	
<b>Diretrizes:</b> PRESERVAR A CULTURA ALEMA	
<b>Função: 13 - Cultura</b>	<b>Subfunção: 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico</b>
<b>Função: 13 - Cultura</b>	<b>Subfunção: 392 - Difusão Cultural</b>
<b>Total Programa</b>	<b>1.630.970,00</b>
<b>Programa: 140 - Cidadania pela integração</b>	
<b>Objetivos:</b> CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCÓOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES. CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.	
<b>Diretrizes:</b> ATENDIMENTO COM ATIVIDADES LÚDICAS E DE LAZER, CONTEMPLANDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E DEMAIS PESSOAS INTERESSADAS; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS RELATIVOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, CONFORME DISPÕE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, E O DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS AÇÕES RELATIVAS AO ANDAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO	
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>	<b>Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso</b>
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>	<b>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</b>
<b>Função: 16 - Habitação</b>	<b>Subfunção: 482 - Habitação Urbana</b>
<b>Função: 27 - Desporto e Lazer</b>	<b>Subfunção: 813 - Lazer</b>
<b>Total Programa</b>	<b>2.976.200,00</b>
<b>Programa: 150 - Promoção e desenvolvimento econômico</b>	
<b>Objetivos:</b> AMPARAR E AJUDAR AS PEQUENAS EMPRESAS E INDUSTRIAS DE PEQUENO PORTE QUE SÃO GERADORAS DE EMPREGOS, PARA QUE ESTAS POSSAM EXPANDIR. PROMOVER EVENTOS COMO EXPOSIÇÕES, DESFILES E VISITAS A EMPRESAS PARA ATRAIR COMERCIANTES E COMPRADORES PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE. MANTER PARCERIAS COM O SENAI.	
<b>Diretrizes:</b> OS COMÉRCIOS DO NOSSO MUNICÍPIO NECESSITAM DE MÃO DE OBRA DIRETA E COM QUALIDADE, HAJA VISTO QUE TEMOS VAGAS EM ABERTO NO MUNICÍPIO. HÁ VÁRIOS PISCICULTORES, DOCEIRAS, PRODUTORES RURAIS, ARTESÃOS, MAS NÃO UM PONTO FÍSICO FIXA DE VENDA, PARA SE FORTALECER O SEU CONSUMO E TORNA-LO FREQUENTE PARA NÃO SOMENTE O USO DA POPULAÇÃO, MAS SIM PONTO TURÍSTICO. HÁ VÁRIOS SEGMENTOS EM ABERTO NO MUNICÍPIO PARA SER EXPLORADO E TRANSFORMADO NUM SETOR LUCRATIVO AO MUNICÍPIO, POIS A CIDADE É MUITO RICA E VARIADA POR SE TER VÁRIOS SEGMENTOS INDUSTRIAIS.	
<b>Função: 22 - Indústria</b>	<b>Subfunção: 661 - Promoção Industrial</b>
<b>Total Programa</b>	<b>450.100,00</b>
<b>Programa: 160 - Promoção dos direitos e deveres da criança e do ad</b>	
<b>Objetivos:</b> AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCOS, ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL E INTEGRÁ-LOS A SOCIEDADE.	
<b>Diretrizes:</b> PROMOVER ATENDIMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL E GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO.	
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>	<b>Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente</b>
<b>Total Programa</b>	<b>450.000,00</b>
<b>Programa: 170 - Regime próprio de previdência</b>	
<b>Objetivos:</b> MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA CAPAZ DE GARANTIR A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E O PAGAMENTO DA PENSÃO AOS SEUS DEPENDENTES.	
<b>Função: 9 - Previdência Social</b>	<b>Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário</b>
<b>Total Programa</b>	<b>7.202.590,00</b>
<b>Programa: 999 - Reserva de contingência</b>	
<b>Objetivos:</b> ATEBDER A PASSIVOS CONTINGENTES, EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS E OUTRAS INSUFICIÊNCIAS.	
<b>Função: 99 - Reserva de Contingência</b>	<b>Subfunção: 999 - Reserva de contingência</b>
<b>Total Programa</b>	<b>3.975.410,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>117.165.000,00</b>



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 1 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Processo legislativo**

**OBJETIVOS:**

DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR O PODER EXECUTIVO.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	Atividade	un	1,0000	3.634.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				3.634.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
					-

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-1619-PJMMQ-164286431 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

17/03/2015 10:07



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0020 - Gestão administrativa superior**

**OBJETIVOS:**

MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGRAMA MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOPTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	Atividade	un	1,0000	1.538.600,00	-
				1.538.600,00	01000000 - Recursos Ordinários
2003 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal	Atividade	un	1,0000	542.600,00	-
				542.600,00	01000000 - Recursos Ordinários
2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo	Atividade	un	1,0000	307.100,00	-
				307.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2063 - Manutenção do Fundo de Defesa Civil - Funmdcc				110.240,00	-
				110.240,00	01000000 - Recursos Ordinários
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>2.498.540,00</b>	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 3 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0030 - Gestão administrativa geral**

**OBJETIVOS:**

MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, CONTÁBEIS, FINANCEIRO E DE MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE SE PROPORCIONEM CONDIÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS, REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO URBANO, RURAL E GERENCIAR O TRÂNSITO, PROVER O MUNICÍPIO DE ANTEPROJETOS E PROJETOS VISANDO O PLANEJAMENTO ORDENADO E EFICIENTE DA CIDADE, ASSIM COMO FISCALIZAR AS OBRAS, TANTO DE IMÓVEIS COMO DE INFRA-ESTRUTURA.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada	Atividade	un	1,0000	1.745.000,00	-
				1.745.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2 - Contribuição ao Pasep	Atividade	un	1,0000	935.100,00	-
				935.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				100,00	01160000 - Contribuição de Interv. do Dom. eco.cide
2005 - Atividades do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente	Atividade	un	1,0000	1.139.665,00	-
				1.139.665,00	01000000 - Recursos Ordinários
2006 - Manutenção das Atividades Administrativas	Atividade	un	1,0000	3.310.120,00	-
				2.310.120,00	01000000 - Recursos Ordinários
				1.000.000,00	01830000 - Operações de Crédito Int. - Outros Progr
2007 - Contribuição a Entidades Municipalistas	Atividade	un	1,0000	185.000,00	-
				185.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2008 - Atividades Financeiras, Tributárias e Orçamentária	Atividade	un	1,0000	862.600,00	-
				862.600,00	01000000 - Recursos Ordinários
2060 - Manutenção do FunreboM	Atividade	un	1,0000	78.000,00	-
				78.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2061 - Manutenção do Getran	Atividade	un	1,0000	1.062.000,00	-
				160.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				279.555,00	01540000 - Convênio Trânsito - Militar
				279.555,00	01550000 - Convênio Trânsito - Civil
				342.890,00	01560000 - Convênio Trânsito - Prefeitura
2064 - Pagamento de Precatórios	Atividade	un	1,0000	6.584.646,61	-
				6.584.646,61	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				15.902.131,61	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 4 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0040 - Ensino de qualidade**

**OBJETIVOS:**

CRIANÇA NA ESCOLA. GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO. PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA", ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA, INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS, DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL; AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS; COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO; CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE; AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1003 - Aquisição de Terrenos, Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física Escolar		Construção, Reforma e Ampliação	M²	1.246.000,00	711.190,00	-
					1.190,00	01000000 - Recursos Ordinários
					500.000,00	01225400 - Transf. de Convênios da União
					100.000,00	01225500 - Transf. de Convênios do Estado
1004 - Aquisição de Veículo		Veículo	un	1.000,00	110.000,00	01580000 - Salário Educação
					1.100,00	-
					1.100,00	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ
1006 - Aquisição de Terrenos, Construções, Ampliações e Reformas de Unidades Escolares		Terrenos	M²	1.000.000,00	500,00	-
					-	-
2009 - Merenda Escolar Ensino Fundamental		Refeições	un	819.800,0000	500,00	01000000 - Recursos Ordinários
					485.000,00	-
					220.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		Atividade	un	1.000,00	265.000,00	01600100 - Transferência Referente ao Pnae
					15.685.500,00	-
					443.900,00	01000000 - Recursos Ordinários
					258.400,00	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ
					14.500.000,00	01180000 - Transferências do Fundeb-(aplic.profit)
2011 - Manutenção do Transporte Escolar		Alunos Atendidos	un	8.300,0000	483.200,00	01580000 - Salário Educação
					761.000,00	-
					44.000,00	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ
					240.000,00	01220100 - Transporte Escolar do Estado
					450.000,00	01580000 - Salário Educação
					27.000,00	01610000 - Transferências Referente ao Pnae
					100,00	-
					100,00	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ
2012 - Apoio a Assoc. dos Pais e Professores - Apps		Atividade	un	1.000,00	15.000,00	-
					15.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2013 - Subvenção Social ao Colégio Sinodal Dr. Blumenau		Atividade	un	1.000,00	170.100,00	-
					170.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2014 - Contribuição a Assoc.dos Estudantes Univers. de Po		Alunos Atendidos	un	530,0000	8.787.400,00	-
					8.787.400,00	-
2015 - Manutenção de Atividades Educação Infantil		Atividade	un	1.000,00	600.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
					-	-

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-1619-PJMMQ-164286431 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

17/03/2015 10:07



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0040 - Ensino de qualidade**

**OBJETIVOS:**

CRIANÇA NA ESCOLA. GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO. PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA", ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA. INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS. DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL. AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS; COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE. AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2015 - Manutenção de Atividades Educação Infantil	Atividade	un	1,0000	8.787.400,00	-
				6.876.400,00	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ
				1.300.000,00	01180000 - Transferências do Fundeb-(aplic.profis)
				11.000,00	01620002 - Outr.rec.educ.-fnde/mec Apoio Financ.
2016 - Subvenção Social Plo C.e.i. Nossa Sra. de Fatima	Atividade	un	1,0000	180.000,00	-
				180.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2017 - Subvenção Social a Apae de Pomerode	Atividade	un	1,0000	220.000,00	-
				220.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2019 - Merenda Escolar Ensino Infantil	Alunos Atendidos	un	607.750,0000	557.300,00	-
				330.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				227.300,00	01600200 - Transferências Referente ao Phac
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>27.574.190,00</b>	-





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 6 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0050 - Meio ambiente sustentável**

**OBJETIVOS:**

RECUPERAR OS MANANCIAIS ( RIOS E RIBEIRÕES) DE POMERODE, TORNANDO-OS UTILIZAVEIS PARA O LAZER, IMPLANTAR O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO EM TODO O MUNICÍPIO MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO. FISCALIZAR ATRAVÉS DE COLETA E ANÁLISE, AS ÁGUAS DE MANANCIAIS E DOS RIBEIRÕES QUE FORMAM O RIO DO TESTO.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2028 - Controle de Poluição e Fiscalização do Meio Ambien	Atividade	un	1,0000	140.149,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				140.149,00	01000000 - Recursos Ordinários
					-

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-1619-PJMMQ-164286431 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

17/03/2015 10:07



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0060 - Saude para todos**

**OBJETIVOS:**

ATENÇÃO BÁSICA À SAUDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAUDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAUDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAUDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA, IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1018 - Aquisição de Veiculos				65.000,00	-
				15.000,00	01020000 - Rec.de Impostos e de Transf.imp-saude
				40.000,00	01235400 - Transf. de Convênios da União Saude
				10.000,00	01235500 - Transf. de Convênios do Estado Saude
1019 - Construção Reforma, Ampliação e Aquisição de Terrenos para Unidades de Saude				1.491.000,00	-
				15.000,00	01020000 - Rec.de Impostos e de Transf.imp-saude
				1.000.000,00	01235400 - Transf. de Convênios da União Saude
				100.000,00	01235500 - Transf. de Convênios do Estado Saude
				376.000,00	01640209 - Pmaq-progr.melh.aces.qualidade
2042 - Manutenção da Secretaria de Saude	Atividade	un	1,0000	9.908.744,00	-
				9.908.744,00	01020000 - Rec.de Impostos e de Transf.imp-saude
2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos Sus				4.543.514,00	-
				157.500,00	01570000 - Serviço Atend. Móvel de Urgência - Samu
				658.020,00	01640100 - Pab Fixo
				7.000,00	01640110 - Progr.vig e Prev.de Violencia e Acident
				50.000,00	01640111 - Programa Requalificacao de Ubs-reformas
				693.000,00	01640201 - Pacs
				684.480,00	01640202 - Psf
				187.560,00	01640203 - Psf - Odontológico
				212.600,00	01640204 - Psf Estadual
				240.000,00	01640206 - Nucleo Apoio a Saude Familia - Nasf
				339.660,00	01640208 - Centro de Atenção Psicossocial - Caps
				500.000,00	01640209 - Pmaq-progr.melh.aces.qualidade
				411.409,00	01650100 - Prog Exames de Média e Alta Complexidade
				12.000,00	01650400 - Rede Cegonha
				90.000,00	01650500 - Brasil Sem Miséria - Odonto
				102.996,00	01650600 - MAC - Estadual
				87.546,00	01660100 - Prog de Vigilancia Epidemiologica
				24.000,00	01660200 - Prog. Vigilancia Sanitaria - Federal
				100,00	01660300 - Prog. de Vig. Sanitaria Estadual
				8.000,00	01660304 - Progr. Vig. Aids



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 8 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0060 - Saude para todos**

**OBJETIVOS:**

ATENÇÃO BÁSICA À SAUDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES, ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAUDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAUDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAUDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA, IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos Sus				4.543.514,00	-
				43.779,00	01670100 - Prog. de Farmácia Básica Federal
				26.864,00	01670200 - Prog. de Farmácia Básica Estadual
				6.000,00	01700100 - Proj.incl.soc.trab-saude Mental
				1.000,00	01700200 - Prog. de Gestao Saude Participa Sus
2044 - Subvenção para o Hospital e Maternidade Rio do Tes	Atividade	un	1,0000	1.900.000,00	-
				1.900.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2045 - Manutenção do Plantão Médico do Hospital	Atividade	un	1,0000	1.300.000,00	-
				300.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				1.000.000,00	01020000 - Rec.de Impostos e de Transf.imp-saude
2065 - Programa de Farmacia Basica				400.000,00	-
				200.000,00	01020000 - Rec.de Impostos e de Transf.imp-saude
				100.000,00	01670100 - Prog. de Farmácia Básica Federal
				100.000,00	01670200 - Prog. de Farmácia Básica Estadual
TOTAL DO PROGRAMA:				19.608.258,00	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 9 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0070 - Infraestrutura e urbanismo**

**OBJETIVOS:**

EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRANSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE. EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS: REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNANDO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS, COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFALTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões	Pontes	un	10,0000	1.050.000,00	-
				50.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				1.000.000,00	01240102 - Transf. de Conv. - Progr. Infra-est.tran
1010 - Reurbanização de Praças e Ruas	Reurbanização	un	10,0000	1.060.000,00	-
				60.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				1.000.000,00	01240102 - Transf. de Conv. - Progr. Infra-est.tran
1011 - Pavimentação de Ruas e Calçadas	Pavimentação de Ruas	Km	17,0000	6.380.900,00	-
				380.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				900,00	01160000 - Contribuição de Interv. do Dom.eco.cide
				1.000.000,00	01240102 - Transf. de Conv. - Progr. Infra-est.tran
				5.000.000,00	01830000 - Operações de Crédito Int. - Outros Progr
1012 - Recuperação do Município de Intempéries Naturais	Atividade	un	1,0000	20.000,00	-
				10.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				5.000,00	01240199 - Transferências de Conv. - Outros Federal
				5.000,00	01240299 - Transfência de Conv. - Outros Estadual
1013 - Ampliação e Construção de Redes de Água Pluviais	Rede de Água	un	1,0000	50.000,00	-
				50.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
1014 - Construção e Ampliação do Sistema de Tratamento do	Sistema de Esgoto	un	1,0000	110.000,00	-
				10.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				100.000,00	01240101 - Transf. de Conv. - Programa Sane. Basico
1024 - Aquisição de Maquinas e Veiculos	Veiculo	un	1,0000	3.505.000,00	-
				5.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				3.500.000,00	01830000 - Operações de Crédito Int. - Outros Progr
2020 - Manutenção da Secretaria de Obras	Atividade	un	1,0000	3.393.719,39	-
				3.360.819,39	01000000 - Recursos Ordinários
2022 - Manutenção dos Serviços Públicos	Atividade	un	1,0000	32.900,00	01890000 - Alienação Bens Destinados a Outros Progr
				1.558.500,00	-
2024 - Manutenção da Limpeza Pública e Coleta de Lixo	Atividade	un	1,0000	1.010.200,00	01000000 - Recursos Ordinários
2025 - Iluminação Pública - Cosp	Atividade	un	1,0000	1.273.000,00	-
				6.000,00	01000000 - Recursos Ordinários

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-1619-PJMMQ-164286431 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

17/03/2015 10:07



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 10 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0070 - Infraestrutura e urbanismo**

**OBJETIVOS:**

EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRANSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE. EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNANDO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS. COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFALTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2025 - Iluminação Pública - Cosip	Atividade	un	1,0000	1.273.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				19.411.319,39	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 11 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0080 - Samae**

**OBJETIVOS:**

MELHORAR A REDE DE ESGOTOS COM UMA MELHOR ATENÇÃO E SOLUÇÃO AO ESGOTO A CÉU ABERTO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO E VISITAS AS RUAS COM PROBLEMAS, GARANTINDO OBRAS IMEDIATAS NOS LOCAIS MAIS SOLICITADOS PELA COMUNIDADE. PROJETAR PLANO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTACÃO DE FILTROS PARA ÁGUA QUE PROVÉM DAS RESIDÊNCIAS, ASSIM COMO MELHORAR AS BOCAS DE LOBO EM TODA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE E NOS BAIRROS ONDE EXISTEM PROBLEMAS EM PERÍODOS DE CHUVAS. EXPANDIR A REDE DE COLETA DE ESGOTO, MELHORAR A GESTÃO E ATENDIMENTO DO SAMAE. IMPLANTAR NOVAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA COM CAPTAÇÃO DA MESMA. INCENTIVAR A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM COLETORES APROPRIADOS. MELHORAR O SISTEMA DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL E ORGÂNICA EM TODO O MUNICÍPIO. RACIONALIZAR A APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO CONVERTENDO EM AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COLETA DE RSU, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1021 - Ampliação e Complementação da Rede de Esgoto		Construção, Reforma e Ampliação	M²	1,0000	110.000,00	-
1022 - Ampliação Unidade Captação, Reserve Tratamen. de Ag		Sistema	un	1,0000	110.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
1023 - Ampliação e Reaparelhamento do Sistema de Água		Rede de Água	un	1,0000	198.000,00	-
2056 - Manutenção dos Serviços Administrativos		Atividade	un	1,0000	198.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2057 - Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Li		Atividade	un	1,0000	220.000,00	-
2058 - Operação e Manutenção do Sistema de Água		Sistema	un	1,0000	220.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2059 - Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto		Sistema	un	1,0000	1.540.000,00	-
3 - Contribuição ao Pasep		Atividade	un	1,0000	1.540.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:					8.173.000,00	-





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0090 - Esporte é bom**

**OBJETIVOS:**

PROMOVER, INCENTIVAR E EXPLORAR EVENTOS, ATIVIDADES ESPORTIVAS, TURÍSTICAS E DE LAZER; PROMOVER E EXPLORAR AÇÕES DETERMINADAS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E TRADICIONAIS; DESENVOLVER MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES CORRELATAS PARALELAS OU CONEXAS ÀS SUAS PRÓPRIAS FINALIDADES; PLANEJAR E PROMOVER O ESPORTE AMADOR E FOMENTAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO; ORIENTAR E COORDENAR AS EQUIPES ESPORTIVAS REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO; MANTER E CONSERVAR O COMPLEXO DE EVENTOS DA FESTA POMERANA E O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES RALF KNAESEL; CONSTRUIR PISTA DE SKATE NA PRAÇA JORGE LACERDA.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1007 - Ampliação do Complexo Esportivo Municipal		Construção, Reforma e Ampliação	M²	1,0000	200.000,00	-
					50.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
					100.000,00	01240199 - Transferências de Conv. - Outros Federal
					50.000,00	01240299 - Transferência de Conv. - Outros Estadual
2018 - Manutenção do Desporto Amador e Estudantil		Atividade	un	1,0000	1.122.100,00	-
					1.022.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
					100.000,00	01240199 - Transferências de Conv. - Outros Federal
TOTAL DO PROGRAMA:					1.322.100,00	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 13 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0100 - Desenvolvimento agrário**

**OBJETIVOS:**

DESENVOLVER PROJETOS NA AGRICULTURA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU QUE POR MEIO DE REUNIÕES MENSAIS SÃO EXPOSTAS AS NECESSIDADES E ANSEIOS NA ATIVIDADE AGRÁRIA DE CADA MUNICÍPIO DA REGIÃO. A RECUPERAÇÃO DE MATÁ-CILIAR SERÁ FEITA COM A ANUÊNCIA VOLUNTÁRIA DO PRODUTOR RURAL E QUE PODERA SER RETORNADO ALGUM BENEFÍCIO A ESTE PRODUTOR. RECUPERAR AS ÁREAS DE PASTAGENS DEGRADADAS.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2027 - Manutenção das Atividades de Produção Agrária		Atividade	un	1,0000	1.155.000,00	-
					1.155.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
		<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>			<b>1.155.000,00</b>	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 14 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0110 - Turismo sustentável**

**OBJETIVOS:**

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM POMERODE, AMPLIAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS, AUMENTAR A RENDA PERCAPITA DA POPULAÇÃO, RESGATAR E MANTER AS TRADIÇÕES LOCAIS, PROMOVER EVENTOS E AS ATIVIDADES TURÍSTICAS, BEM COMO EMBELEZAR A CIDADE, CRIAR A VILA POMERANA, ONDE O TURISTA PODERÁ FICAR HOSPEDADO COM A FAMÍLIA E VIVENCIAR OS COSTUMES, TRADIÇÕES E TAREFAS QUE HERDAMOS DOS COLONIZADORES. CRIAR POLOS DE TURISMO NOS BAIRROS PARA APROVEITAR MELHOR NOSSAS CONSTRUÇÕES ENXAIMEL.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1017 - Ampliação, Reforma e Melhorias no Parque de Eventos	Construção, Reforma e Ampliação	M²	1,0000	150.000,00	-
2053 - Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico				50.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2072 - Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Turismo				100.000,00	01240299 - Transfência de Conv. - Outros Estadual
				641.842,00	-
				641.842,00	01000000 - Recursos Ordinários
				60.100,00	-
				60.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				851.942,00	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0120 - Apoio à segurança pública**

**OBJETIVOS:**

MELHORAR O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA CRIANDO AGENTES DE TRÂNSITOS E AGENTES DE FISCALIZAÇÃO COM APOIO DA POLICIA MILITAR PARA MANTER O CONTROLE NA SEGURANÇA E POLÍCIAMENTO, AUMENTAR A REDE DE VIGILANCIA ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM PONTOS ESTRATÉGICOS E NAS ENTRADAS DAS CIDADES. EQUIPAR A DEFESA CIVIL PARA AS REAIS NECESSIDADES DE POMERODE, COM APOIO DO GRUPO DE RADIO AMADORES.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2021 - Contribuição ao Corpo de Bombeiros Voluntários de P	Atividade	un	1,0000	185.000,00	-
2033 - Contribuição ao Grupo de Rádio Amadores	Atividade	un	1,0000	185.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2066 - Sistema de Monitoramento e Vigilancia do Município de Pomerode.	Cameras	un	1,0000	100,00	-
				100,00	01000000 - Recursos Ordinários
				24.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				209.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
					-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 16 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0130 - Apoio à cultura**

**OBJETIVOS:**

OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA. REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS. INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE. ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ. INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE. APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO. PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2031 - Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	Atividade	un	1,0000	76.000,00	-
				76.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2032 - Manutenção e Reestruturação do Centro Cultural	Atividade	un	1,0000	288.400,00	-
				188.400,00	01000000 - Recursos Ordinários
				50.000,00	01240199 - Transferências de Conv. - Outros Federal
				50.000,00	01240299 - Transfência de Conv. - Outros Estadual
2034 - Subvenção Social Aos Grupos Folclóricos				25.100,00	-
				25.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2035 - Subvenção Social para a Fundação Cultural de Pomer				450.100,00	-
				450.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2036 - Contr. a Assoc. de Clubes de Caça e Tiro de Pomer				5.100,00	-
				5.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2037 - Subvenção Social para a Ass.musical Prof.alirio da				30.100,00	-
				30.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2038 - Contribuição para o Grupo Vocal Pommern Sanger				3.100,00	-
				3.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2039 - Contribuição para Grupos de Teatro de Pomerode				3.100,00	-
				3.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2041 - Manutenção do Patrimônio Histórico	Atividade	un	1,0000	25.350,00	-
				25.350,00	01000000 - Recursos Ordinários
2068 - Manutenção das Atividades Culturais				709.520,00	-
				709.520,00	01000000 - Recursos Ordinários
2071 - Manutenção do Fundo Municipal de Cultura				15.100,00	-
				15.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>1.630.970,00</b>	<b>-</b>



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 17 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0140 - Cidadania pela integração**

**OBJETIVOS:**

CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCOOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES, CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE A MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1020 - Aquisição de Terrenos, Constr. da Sede Própria e Casas Populares				151.000,00	-
				1.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				150.000,00	01530000 - Outras Transf. Assis. Social União
2047 - Subvenção Social P/ó Centro de Conv. Pommern Heín				174.000,00	-
				174.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2049 - Subvenção para a Casa da Solidariedade				92.000,00	-
				92.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2050 - Contribuição P/a da Assoc. de Moradores de Pomerode.				100,00	-
				100,00	01000000 - Recursos Ordinários
2051 - Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Social.				1.709.800,00	-
				1.709.800,00	01000000 - Recursos Ordinários
2052 - Manutenção das Atividades do Lazer da Família				209.500,00	-
				209.500,00	01000000 - Recursos Ordinários
2067 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Assistência Social				388.800,00	-
				1.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				11.000,00	01490200 - Progr. Pessoa Portadora de Def. Física
				150.800,00	01520001 - Out.transf Fundo Assist. - paif
				128.000,00	01520002 - Out.transf fundo Assist-paef
				1.000,00	01520003 - Outras Transf.fundo Assis. - Bpc Escola
				10.000,00	01520004 - Igd Suas
				78.000,00	01530000 - Outras Transf. Assis. Social União
				9.000,00	01630000 - Bolsa Família
				11.000,00	-
2069 - Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa Idosa				6.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				5.000,00	01470000 - Apoio a Pessoa Idosa - Api
				240.000,00	-
2070 - Subvenção para a Casa Lar				240.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				2.976.200,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>2.976.200,00</b>	





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 18 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0150 - Promoção e desenvolvimento econômico**

**OBJETIVOS:**

AMPARAR E AJUDAR AS PEQUENAS EMPRESAS E INDUSTRIAS DE PEQUENO PORTE QUE SÃO GERADORAS DE EMPREGOS, PARA QUE ESTAS POSSAM EXPANDIR. PROMOVER EVENTOS COMO EXPOSIÇÕES, DESFILES E VISITAS A EMPRESAS PARA ATRAIR COMERCIANTES E COMPRADORES PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE. MANTER PARCERIAS COM O SENAI.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2029 - Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico	Atividade	un	1,0000	450.100,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				450.100,00	01000000 - Recursos Ordinários
					-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 19 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0160 - Promoção dos direitos e deveres da criança e do ad**

**OBJETIVOS:**

AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCOS, ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL E INTEGRÁ-LOS A SOCIEDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente	Atividade	un	1,0000	450.000,00	-
				130.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				280.000,00	01770000 - Fia Imposto de Renda
				28.000,00	01770000 - Fia Imposto de Renda
				4.000,00	01780000 - Fia Demais Recursos
				8.000,00	01780000 - Fia Demais Recursos
TOTAL DO PROGRAMA:				450.000,00	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 20 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0170 - Regime próprio de previdência**

**OBJETIVOS:**

MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA CAPAZ DE GARANTIR A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E O PAGAMENTO DA PENSÃO AOS SEUS DEPENDENTES.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2054 - Encargos com a Aposentadoria e Pensões		Atividade	un	1,0000	5.798.000,00	-
					1.200.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
					4.598.000,00	01030000 - Contribuição para o RPPS
2055 - Manutenção das Atividades do Fap		Atividade	un	1,0000	1.404.590,00	-
					1.404.590,00	01030000 - Contribuição para o RPPS
TOTAL DO PROGRAMA:					7.202.590,00	-



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2015

Pág 21 / 21

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0999 - Reserva de contingência**

**OBJETIVOS:**  
ATEBDER A PASSIVOS CONTINGENTES, EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS E OUTRAS INSUFICIÊNCIAS.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9998 - Reserva da Previdência Social	Atividade	un	1,0000	3.875.410,00	-
				3.875.410,00	01030000 - Contribuição para o RPPS
9999 - Reserva de Contingência	Atividade	un	1,0000	100.000,00	-
				100.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				3.975.410,00	-
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS:				117.165.000,00	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Riscos Fiscais  
Anexo de Riscos Fiscais e Providências  
Ano LDO: 2015

ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Outros passivos contingentes (especificar)	R\$ 20.000,00	ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 20.000,00
Intempérie (Enchente, vendaval, granizo, geada, nevasca, estiagem)	R\$ 80.000,00	ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 80.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>
Fonte: Sistema Atende.Net - IPM		Unidade Responsável: Município de Pomerode	
Data Emissão: 23/Março/2014		Hora de Emissão: 13h e 29min.	

ROLF NICOLODELLI  
Prefeito  
CPF: 421.393.179-04

**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
Metas Anuais  
Entidade: Consolidado  
Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)										R\$ 1,00
Especificação	2015			2016			2017			% PIB (c / PIB * 100)
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB * 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB * 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante		
Receita Total	117.165.000,00	110.741.965,97	0,0680 %	123.960.570,00	111.458.333,33	0,0719 %	130.307.351,16	110.533.018,85	0,0756 %	
Receitas Primárias (I)	102.678.388,28	97.049.516,33	0,0596 %	108.633.734,80	97.677.310,01	0,0630 %	114.195.782,00	96.866.404,02	0,0662 %	
Despesa Total	117.165.000,00	110.741.965,97	0,0680 %	123.960.570,00	111.458.333,33	0,0719 %	130.307.351,18	110.533.018,86	0,0756 %	
Despesas Primárias (II)	115.420.000,00	109.092.627,60	0,0669 %	122.114.360,00	109.798.325,72	0,0708 %	128.366.615,23	108.886.792,45	0,0745 %	
Resultado Primário (III) = (I-II)	(12.741.611,72)	(12.043.111,27)	-0,0074 %	(13.480.625,20)	(12.121.015,72)	-0,0078 %	(14.170.833,23)	(12.020.388,43)	-0,0082 %	
Resultado Nominal	(4.081.510,55)	(3.857.760,44)	-0,0024 %	(4.489.661,61)	(4.036.849,78)	-0,0026 %	(4.938.627,77)	(4.189.183,74)	-0,0029 %	
Dívida Pública Consolidada	5.368.844,93	5.074.522,62	0,0031 %	5.905.729,42	5.310.097,87	0,0034 %	6.496.302,36	5.510.478,92	0,0038 %	
Dívida Consolidada Líquida	(44.896.616,07)	(42.435.364,91)	-0,0260 %	(49.386.277,68)	(44.405.347,60)	-0,0286 %	(54.324.905,45)	(46.081.021,10)	-0,0315 %	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	
Fonte: Sistema Atende.Net - IPM										
Data Emissão: 23/mar/2015										
Nota Explicativa:										
Unidade Responsável: Município de Pomerode										
Hora de Emissão: 13h e 12min.										

ROLF NICOLODELLI

Prefeito

CPF: 421.393.179-04



**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Entidade: Consolidado

Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas Em 2013 (a)	% PIB (a / PIB x 100)	Metas Realizadas Em 2013 (b)	% PIB (b / PIB x 100)	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	%(c/a) x 100
Receita Total	102.116.400,00	0,0586 %	89.056.467,56	0,0511 %	(13.059.932,44)	(12,79)
Receitas Primárias (I)	95.752.500,00	0,0549 %	84.069.373,01	0,0482 %	(11.683.126,99)	(12,20)
Despesa Total	102.116.400,00	0,0586 %	89.056.467,56	0,0511 %	(13.059.932,44)	(12,79)
Despesas Primárias (II)	100.682.100,00	0,0578 %	87.866.236,06	0,0504 %	(12.815.863,94)	(12,73)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(4.929.600,00)	-0,0028 %	(3.796.863,05)	-0,0022 %	1.132.736,95	(22,98)
Resultado Nominal	(5.452.090,32)	-0,0031 %	7.699.290,80	0,0044 %	13.151.381,12	(241,22)
Dívida Pública Consolidada	4.345.413,22	0,0025 %	3.345.199,34	0,0019 %	(1.000.213,88)	(23,02)
Dívida Consolidada Líquida	(36.338.237,97)	-0,0208 %	(7.699.290,80)	-0,0044 %	28.638.947,17	(78,81)
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Receitas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
<b>Fonte: Sistema Atende.Net - IPM</b>						
<b>Data Emissão: 23/mar/2015</b>						
<b>Unidade Responsável: Município de Pomerode</b>						
<b>Hora de Emissão: 13h e 14min.</b>						
<b>Nota Explicativa:</b>						

ROLF NICOLODELLI  
Prefeito  
CPF: 421.393.179-04

**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anterior

Entidade: Consolidado

Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)										R\$ 1,00	
Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES - R\$										%
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	99.120.250,00	102.116.400,00	3,02	132.990.310,00	30,23	117.165.000,00	-11,90	123.960.570,00	5,80	130.307.351,16	5,12
Receitas Primárias (I)	89.944.450,00	95.752.500,00	6,46	126.128.434,00	31,72	102.678.388,28	-18,59	108.633.734,80	5,80	114.195.782,00	5,12
Despesa Total	99.120.250,00	102.116.400,00	3,02	132.990.310,00	30,23	117.165.000,00	-11,90	123.960.570,00	5,80	130.307.351,18	5,12
Despesas Primárias (II)	97.754.250,00	100.682.100,00	3,00	131.440.310,00	30,55	115.420.000,00	-12,19	122.114.360,00	5,80	128.366.615,23	5,12
Resultado Primário (III) = (I-II)	(7.809.800,00)	(4.929.600,00)	-36,88	(5.311.876,00)	7,75	(12.741.611,72)	139,87	(13.480.625,20)	5,80	(14.170.833,23)	5,12
Resultado Nominal	2.230.000,00	(5.452.090,32)	-344,49	(4.476.867,55)	-17,89	(4.081.510,55)	-8,83	(4.489.661,61)	10,00	(4.938.627,77)	10,00
Dívida Pública Consolidada	1.077.000,00	4.345.413,22	303,47	4.880.768,12	12,32	5.368.844,93	10,00	5.905.729,42	10,00	6.496.302,36	10,00
Dívida Consolidada Líquida	(30.886.147,65)	(36.338.237,97)	17,65	(40.815.105,52)	12,32	(44.896.616,07)	10,00	(49.386.277,68)	10,00	(54.324.905,45)	10,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VALORES A PREÇOS CONSTANTES - R\$											
Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES - R\$										%
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	111.321.952,78	108.345.500,40	-2,67	132.990.310,00	22,75	110.741.965,97	-16,73	111.455.286,82	0,64	110.532.997,85	-0,83
Receitas Primárias (I)	101.016.611,80	101.593.402,50	0,57	126.128.434,00	24,15	97.049.516,33	-23,06	97.674.640,17	0,64	96.866.385,61	-0,83
Despesa Total	111.321.952,78	108.345.500,40	-2,67	132.990.310,00	22,75	110.741.965,97	-16,73	111.455.286,82	0,64	110.532.997,86	-0,83
Despesas Primárias (II)	109.787.798,18	106.823.708,10	-2,70	131.440.310,00	23,04	109.092.627,60	-17,00	109.795.324,58	0,64	108.886.771,76	-0,83
Resultado Primário (III) = (I-II)	(8.771.186,38)	(5.230.305,60)	-40,37	(5.311.876,00)	1,56	(12.043.111,27)	126,72	(12.120.684,41)	0,64	(12.020.386,15)	-0,83
Resultado Nominal	2.504.513,00	(5.784.667,83)	-330,97	(4.476.867,55)	-22,61	(3.857.760,44)	-13,83	(4.036.739,44)	4,64	(4.189.182,94)	3,78
Dívida Pública Consolidada	1.209.578,70	4.610.483,43	281,16	4.880.768,12	5,86	5.074.522,62	3,97	5.309.952,72	4,64	5.510.477,87	3,78
Dívida Consolidada Líquida	(34.688.232,43)	(38.554.870,49)	11,15	(40.815.105,52)	5,86	(42.435.364,91)	3,97	(44.404.133,86)	4,64	(46.081.012,34)	3,78
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM

Data da Emissão: 23/mar/2015

Hora de Emissão: 13:16

Notas Explicativas:

ROLF NICOLODELLI

Prefeito

CPF: 421.393.179-04

**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
Evolução do Patrimônio Líquido  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	47.086.530,55	100,00 %	40.888.587,21	100,00 %	35.069.604,42	100,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
<b>TOTAL</b>	<b>47.086.530,55</b>	<b>100,00 %</b>	<b>40.888.587,21</b>	<b>100,00 %</b>	<b>35.069.604,42</b>	<b>100,00 %</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	6.952.725,26	100,00 %	6.952.725,26	100,00 %	6.867.532,19	100,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
<b>TOTAL</b>	<b>6.952.725,26</b>	<b>100,00 %</b>	<b>6.952.725,26</b>	<b>100,00 %</b>	<b>6.867.532,19</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM

Unidade Responsável: Município de Pomerode

Data Emissão: 23/mar/2015

Hora de Emissão: 13:17

Nota Explicativa:

ROLF NICOLODELLI  
Prefeito  
CPF: 421.393.179-04

**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

Entidade: Consolidado

Ano LDO: 2015

Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

Valores R\$

Receitas Realizadas	2013 (a)	2012 (b)	2011 (c)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	4.926,50	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	4.926,50	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	4.926,50	0,00

Despesas Executadas	2013 (d)	2012 (e)	2011 (f)
APLICAÇÃO ALIENAÇÃO DE BENS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Saldo Financeiro	(g) = ((la-Ild) + h)	(h) = ((lb-Ile) + i)	(i) = (lc-Ilf)
	4.926,50	4.926,50	0,00
Fonte: Sistema Atende.Net - IPM	Unidade Responsável: Município de Pomerode		
Data Emissão: 23/mar/2015	Hora de Emissão: 13:20		

ROLF NICOLODELLI

Prefeito

CPF: 421.393.179-04



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Metas Fiscais  
 Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos  
 Servidores  
 Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	5.665.933,99	7.812.759,41	6.610.989,84
RECEITAS CORRENTES	5.249.177,24	7.502.233,38	5.239.560,39
Receita de Contrib. dos Segurados	1.622.575,86	1.875.928,73	2.087.815,73
Pessoal Civil	1.622.575,86	1.875.928,73	2.087.815,73
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.626.601,38	5.626.304,65	3.151.744,66
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. RGPS para RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Dir. e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(416.756,75)	(310.526,03)	(1.371.429,45)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	3.152.106,77
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	3.152.106,77
Receita de Contribuições	0,00	0,00	3.152.106,77
Patronal	0,00	0,00	3.152.106,77
Pessoal Civil	0,00	0,00	3.152.106,77
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Déb. e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV. (III) = (I+II)	5.665.933,99	7.812.759,41	9.763.096,61

DESPESAS	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2.878.535,02	4.240.796,96	4.472.009,76
ADMINISTRAÇÃO	2.878.535,02	4.240.796,96	4.472.009,76
Despesas Correntes	2.878.535,02	4.240.796,96	4.472.009,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. RGPS para RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PREV. (VI) = (IV+V)	2.878.535,02	4.240.796,96	4.472.009,76

RESULTADO PREV. (VII) = (III-VI)	2.787.398,97	3.571.962,45	5.291.086,85
----------------------------------	--------------	--------------	--------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2011	2012	2013
TOTAL DOS APORTES PARA RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos Cobertura Insuf. Finan.	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos Cobertura Déficit Finan.	0,00	0,00	0,00
Recursos Cobertura Déficit Atuar.	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos  
Servidores  
Ano LDO: 2015

**FONTE: Sistema**

**Data Emissão:** 08/mai/2015

**Nota Explicativa:**

**Unidade Responsável:**

**Hora de emissão:** 13:03

ROLF NICOLODELLI  
Prefeito  
CPF: 421.393.179-04





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita  
Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
Total						
FONTE: Sistema		Unidade Responsável:				
Data Emissão:		Hora Emissão:				
Nota Explicativa:						

ROLF NICOLODELLI  
Prefeito  
CPF: 421.393.179-04

**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2015	
Aumento Permanente da Receita		0,00
(-)Transferências Constitucionais		0,00
(-)Transferências ao FUNDEF		0,00
SALDO DO AUMENTO PERMANENTE (I)		0,00
REDUÇÃO PERMANENTE DE DESPESA (II)		0,00
MARGEM BRUTA (III=I+II)		0,00
SALDO UTIL. DA MARGEM BRUTA (IV)		0,00
Novas DOCC		0,00
Novas DOCC Geradas por PPP		0,00
MARGEM LIQ. EXPANSÃO DE DOCC (III-IV)		0,00
<b>Fonte: Sistema Atende.Net - IPM</b>		<b>Unidade Responsável: Município de Pomerode</b>
<b>Data Emissão: 23/03/2015</b>		<b>Hora de Emissão: 13:28</b>
<b>Nota Explicativa:</b>		

ROLF NICOLODELLI

Prefeito

CPF: 421.393.179-04

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.712, DE 07 DE MAIO DE 2015.****LEI ORDINÁRIA Nº 2.712, DE 07 DE MAIO DE 2015.**

**REVOGA, SUBSTITUI ANEXOS E PLANILHAS DA  
LEI ORDINÁRIA Nº 2.614, DE 24 DE DEZEMBRO  
DE 2013, QUE INSTITUIU O PLANO PLURIANUAL  
DO MUNICÍPIO DE POMERODE PARA O  
PERÍODO 2014-2017.**

**ROLF NICOLODELLI**, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam revogados todos os anexos e planilhas integrantes da Lei Ordinária nº 2.614, de 24 de dezembro de 2013, que Instituiu o Plano Plurianual do Município de Pomerode para o período 2014-2017.

**Art. 2º** Atendendo a legislação em vigor, que trata da atualização e da compatibilidade das peças orçamentárias, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, ficam substituídos todos os anexos e planilhas integrantes da Lei Ordinária nº 2.614, de 24 de dezembro de 2013, que Instituiu o Plano Plurianual do Município de Pomerode para o período 2014-2017, revogados pelo art. 1º desta Lei, pelos anexos e planilhas que incorporam a presente Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

**Município de Pomerode, 07 de maio de 2015.**

**ROLF NICOLODELLI**  
**Prefeito Municipal**



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
PPA por Programa  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 1 / 2

Programa	Descrição do Programa	Valor Global
10	Processo legislativo	
Objetivos:	DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR O PODER EXECUTIVO.	19.980.000,00
20	Gestão administrativa superior	
Objetivos:	MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGrama MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOPTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	11.380.121,50
30	Gestão administrativa geral	
Objetivos:	MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, CONTÁBEIS, FINANCEIRO E DE MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE SE PROPORCIONEM CONDIÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS. REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, URBANO, RURAL E GERENCIAR O TRÂNSITO. PROVER O MUNICÍPIO DE ANTEPROJETOS E PROJETOS VISANDO O PLANEJAMENTO ORDENADO E EFICIENTE DA CIDADE, ASSIM COMO FISCALIZAR AS OBRAS, TANTO DE IMÓVEIS COMO DE INFRA-ESTRUTURA.	49.309.533,61
40	Ensino de qualidade	
Objetivos:	CRIANÇA NA ESCOLA, GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO, PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA", ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA, INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS, DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL, AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE. AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.	118.496.205,76
50	Meio ambiente sustentável	
Objetivos:	RECUPERAR OS MANANCIAIS (RIOS E RIBEIRÕES) DE POMERODE, TORNANDO-OS UTILIZÁVEIS PARA O LAZER. IMPLANTAR O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO EM TODO O MUNICÍPIO MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO. FISCALIZAR ATRAVÉS DE COLETA E ANÁLISE, AS ÁGUAS DE MANANCIAIS E DOS RIBEIRÕES QUE FORMAM O RIO DO TESTO.	1.350.740,34
60	Saúde para todos	
Objetivos:	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO. APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAÚDE AOS LARES. INSTITUIR PROGRAMAS DE SAÚDE ALIMENTAR. CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAÚDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.	79.991.442,25
70	Infraestrutura e urbanismo	
Objetivos:	EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRÂNSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE. EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS. REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNANDO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS. COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.	121.517.834,82
80	Samae	
Objetivos:	MELHORAR A REDE DE ESGOTOS COM UMA MELHOR ATENÇÃO E SOLUÇÃO AO ESGOTO A CÉU ABERTO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO E VISITAS AS RUAS COM PROBLEMAS, GARANTINDO OBRAS IMEDIATAS NOS LOCAIS MAIS SOLICITADOS PELA COMUNIDADE. PROJETAR PLANO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FILTROS PARA ÁGUA QUE PROVEM DAS RESIDÊNCIAS, ASSIM COMO MELHORAR AS BOCAS DE LOBO EM TODA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE E NOS BAIRROS ONDE EXISTEM PROBLEMAS EM PERÍODOS DE CHUVAS. EXPANDIR A REDE DE COLETA DE ESGOTO. MELHORAR A GESTÃO E ATENDIMENTO DO SAMAE. IMPLANTAR NOVAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA COM CAPTAÇÃO DA MESMA. INCENTIVAR A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM COLETORES APROPRIADOS. MELHORAR O SISTEMA DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL E ORGÂNICA EM TODO O MUNICÍPIO. RACIONALIZAR A APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO CONVERTENDO EM AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COLETA DE RSU, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO.	33.253.000,00
90	Esporte é bom	
Objetivos:	PROMOVER, INCENTIVAR E EXPLORAR EVENTOS, ATIVIDADES ESPORTIVAS, TURÍSTICAS E DE LAZER: PROMOVER E EXPLORAR AÇÕES DETERMINADAS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E TRADICIONAIS; DESENVOLVER MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES CORRELATAS, PARALELAS OU CONEXAS ÀS SUAS PRÓPRIAS FINALIDADES; PLANEJAR E PROMOVER O ESPORTE AMADOR E FOMENTAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO; ORIENTAR E COORDENAR AS EQUIPES ESPORTIVAS REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO; MANTER E CONSERVAR O COMPLEXO DE EVENTOS DA FESTA POMERANA E O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES RALF KNAESEL. CONSTRUIR PISTA DE SKATE NA PRAÇA JORGE LACERDA.	7.149.770,00
100	Desenvolvimento agrário	
Objetivos:	DESENVOLVER PROJETOS NA AGRICULTURA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU QUE POR MEIO DE REUNIÕES MENSIS SÃO EXPOSTAS AS NECESSIDADES E ANSEIOS NA ATIVIDADE AGRÁRIA DE CADA MUNICÍPIO DA REGIÃO. A RECUPERAÇÃO DE MATA-CILIAR SERÁ FEITA COM A ANUÊNCIA VOLUNTÁRIA DO PRODUTOR RURAL E QUE PODERÁ SER RETORNADO ALGUM BENEFÍCIO A ESTE PRODUTOR. RECUPERAR AS ÁREAS DE PASTAGENS DEGRADADAS.	6.940.629,00
110	Turismo sustentável	
		4.531.782,30



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
PPA por Programa  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 2 / 2

Programa	Descrição do Programa	Valor Global
	Objetivos: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM POMERODE. AMPLIAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS, AUMENTAR A RENDA PERCAPITA DA POPULAÇÃO, RESGATAR E MANTER AS TRADIÇÕES LOCAIS, PROMOVER EVENTOS E AS ATIVIDADES TURÍSTICAS, BEM COMO EMBELEZAR A CIDADE. CRIAR A VILA POMERANA, ONDE O TURISTA PODERÁ FICAR HOSPEDADO COM A FAMÍLIA E VIVENCIAR OS COSTUMES, TRADIÇÕES E TAREFAS QUE HERDAMOS DOS COLONIZADORES. CRIAR POLOS DE TURISMO NOS BAIRROS PARA APROVEITAR MELHOR NOSSAS CONSTRUÇÕES ENXAIMEL.	
120	Apoio à segurança pública	
	Objetivos: MELHORAR O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA CRIANDO AGENTES DE TRÂNSITOS E AGENTES DE FISCALIZAÇÃO COM APOIO DA POLÍCIA MILITAR PARA MANTER O CONTROLE NA SEGURANÇA E POLÍCIAMENTO. AUMENTAR A REDE DE VIGILÂNCIA ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM PONTOS ESTRATÉGICOS E NAS ENTRADAS DAS CIDADES. EQUIPAR A DEFESA CIVIL PARA AS REAIS NECESSIDADES DE POMERODE, COM APOIO DO GRUPO DE RADIO AMADORES.	1.158.100,00
130	Apoio à cultura	
	Objetivos: OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA. REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS. INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE. ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ. INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE. APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO. PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.	8.114.994,97
140	Cidadania pela integração	
	Objetivos: CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCÓOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES. CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.	7.280.140,00
150	Promoção e desenvolvimento econômico	
	Objetivos: AMPARAR E AJUDAR AS PEQUENAS EMPRESAS E INDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE QUE SÃO GERADORAS DE EMPREGOS, PARA QUE ESTAS POSSAM EXPANDIR. PROMOVER EVENTOS COMO EXPOSIÇÕES, DESFILES E VISITAS A EMPRESAS PARA ATRAIR COMERCIANTES E COMPRADORES PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE. MANTER PARCERIAS COM O SENAI.	2.119.681,50
160	Promoção dos direitos e deveres da criança e do ad	
	Objetivos: AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCOS, ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL E INTEGRÁ-LOS A SOCIEDADE.	873.000,00
170	Regime próprio de previdência	
	Objetivos: MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA CAPAZ DE GARANTIR A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E O PAGAMENTO DA PENSÃO AOS SEUS DEPENDENTES.	30.125.827,00
999	Reserva de contingência	
	Objetivos: ATEBDER A PASSIVOS CONTINGENTES, EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS E OUTRAS INSUFICIÊNCIAS.	16.750.707,10
<b>Total Geral :</b>		<b>520.323.510,15</b>



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Despesas do PPA por Programa  
Tipo - Programa PPA: 2 PPA: 2014 - 2017  
Entidade: Consolidado

Pág 1 / 1

Gestão, Manutenção e Serviços ao Município		
Descrição do Programa		Valor Global do Programa
Código	Título	
0010	Processo legislativo	19.980.000,00
0020	Gestão administrativa superior	11.380.121,50
0030	Gestão administrativa geral	49.309.533,61
0040	Ensino de qualidade	118.496.205,76
0050	Meio ambiente sustentável	1.350.740,34
0060	Saude para todos	79.991.442,25
0070	Infraestrutura e urbanismo	121.517.834,82
0080	Samae	33.253.000,00
0090	Esporte é bom	7.149.770,00
0100	Desenvolvimento agrário	6.940.629,00
0110	Turismo sustentável	4.531.782,30
0120	Apoio à segurança pública	1.158.100,00
0130	Apoio à cultura	8.114.994,97
0140	Cidadania pela integração	7.280.140,00
0150	Promoção e desenvolvimento econômico	2.119.681,50
0160	Promoção dos direitos e deveres da criança e do ad	873.000,00
0170	Regime próprio de previdência	30.125.827,00
0999	Reserva de contingência	16.750.707,10





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Programas Detalhados  
Entidade: Consolidado  
PPA: 2014 - 2017

Pág 1 / 3

Programa	Descrição Programa	2014	2015	2016	2017	Vlr Global
10	Processo legislativo	3.346.000,00	3.634.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	19.980.000,00
<b>Objetivos:</b>						
DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR O PODER EXECUTIVO.						
20	Gestão administrativa superior	2.301.500,00	2.498.540,00	3.190.515,00	3.389.566,50	11.380.121,50
<b>Objetivos:</b>						
MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGRAMA MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.						
30	Gestão administrativa geral	10.234.444,00	15.902.031,61	11.174.505,24	11.998.552,76	49.309.533,61
<b>Objetivos:</b>						
MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, CONTÁBEIS, FINANCEIRO E DE MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE SE PROPORCIONEM CONDIÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS. REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, URBANO, RURAL E GERENCIAR O TRÂNSITO. PROVER O MUNICÍPIO DE ANTEPROJETOS E PROJETOS VISANDO O PLANEJAMENTO ORDENADO E EFICIENTE DA CIDADE, ASSIM COMO FISCALIZAR AS OBRAS, TANTO DE IMÓVEIS COMO DE INFRA-ESTRUTURA.						
40	Ensino de qualidade	27.876.190,00	27.574.190,00	30.574.979,90	32.470.845,86	118.496.205,76
<b>Objetivos:</b>						
CRIANÇA NA ESCOLA, GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO, PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA", ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA, INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS, DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL, AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE, AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.						
50	Meio ambiente sustentável	361.740,00	140.149,00	410.405,40	438.445,94	1.350.740,34
<b>Objetivos:</b>						
RECUPERAR OS MANANCIAIS (RIOS E RIBEIROS) DE POMERODE, TORNANDO-OS UTILIZÁVEIS PARA O LAZER, IMPLANTAR O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO EM TODO O MUNICÍPIO MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO. FISCALIZAR ATRAVÉS DE COLETA E ANÁLISE, AS ÁGUAS DE MANANCIAIS E DOS RIBEIROS QUE FORMAM O RIO DO TESTO.						
60	Saude para todos	18.281.492,00	19.608.258,00	20.410.063,89	21.691.608,36	79.991.442,25
<b>Objetivos:</b>						
ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAÚDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAÚDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAÚDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.						
70	Infraestrutura e urbanismo	42.449.230,00	19.411.419,39	29.293.288,30	30.363.897,13	121.517.834,82
<b>Objetivos:</b>						
EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRÂNSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE. EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS, REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNANDO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS. COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.						
80	Samae	7.430.000,00	8.173.000,00	8.550.000,00	9.100.000,00	33.253.000,00
<b>Objetivos:</b>						
MELHORAR A REDE DE ESGOTOS COM UMA MELHOR ATENÇÃO E SOLUÇÃO AO ESGOTO A CÉU ABERTO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO E VISITAS AS RUAS COM PROBLEMAS, GARANTINDO OBRAS IMEDIATAS NOS LOCAIS MAIS SOLICITADOS PELA COMUNIDADE. PROJETAR PLANO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FILTROS PARA ÁGUA QUE PROVÉM DAS RESIDÊNCIAS, ASSIM COMO MELHORAR AS BOCAS DE LOBO EM TODA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE E NOS BAIRROS ONDE EXISTEM PROBLEMAS EM PERÍODOS DE CHUVAS. EXPANDIR A REDE DE COLETA DE ESGOTO, MELHORAR A GESTÃO E ATENDIMENTO DO SAMAE, IMPLANTAR NOVAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA COM CAPTAÇÃO DA MESMA, INCENTIVAR A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM COLETORES APROPRIADOS, MELHORAR O SISTEMA DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL E ORGÂNICA EM TODO O MUNICÍPIO, RACIONALIZAR A APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO CONVERTENDO EM AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COLETA DE RSU, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO.						
90	Esporte é bom	1.915.000,00	1.322.100,00	1.879.500,00	2.033.170,00	7.149.770,00
<b>Objetivos:</b>						

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL031101-1619-UTFFA-164283707 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOTTE

17/03/2015 09:21



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Programas Detalhados  
Entidade: Consolidado  
PPA: 2014 - 2017

Pág 2 / 3

Programa	Descrição Programa				2014	2015	2016	2017	Vir Global
PROMOVER, INCENTIVAR E EXPLORAR EVENTOS, ATIVIDADES ESPORTIVAS, TURÍSTICAS E DE LAZER; PROMOVER E EXPLORAR AÇÕES DETERMINADAS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E TRADIÇÕES; DESENVOLVER MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES CORRELATAS, PARALELAS OU CONEXAS ÀS SUAS PRÓPRIAS FINALIDADES; PLANEJAR E PROMOVER O ESPORTE AMADOR E FOMENTAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO; ORIENTAR E COORDENAR AS EQUIPES ESPORTIVAS REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO; MANTER E CONSERVAR O COMPLEXO DE EVENTOS DA FESTA POMERANA E O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES RALF KNAESEL. CONSTRUIR PISTA DE SKATE NA PRAÇA JORGE LACERDA.									
100	Desenvolvimento agrário				1.719.000,00	1.155.000,00	1.950.490,00	2.116.139,00	6.940.629,00
<b>Objetivos:</b>									
DESENVOLVER PROJETOS NA AGRICULTURA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU QUE POR MEIO DE REUNIÕES MENSAIS SÃO EXPOSTAS AS NECESSIDADES E ANSEIOS NA ATIVIDADE AGRÁRIA DE CADA MUNICÍPIO DA REGIÃO. A RECUPERAÇÃO DE MATACILAR SERÁ FEITA COM A ANUÊNCIA VOLUNTÁRIA DO PRODUTOR RURAL E QUE PODERÁ SER RETORNADO ALGUM BENEFÍCIO A ESTE PRODUTOR. RECUPERAR AS ÁREAS DE PASTAGENS DEGRADADAS.									
110	Turismo sustentável				1.056.422,00	851.942,00	1.256.870,62	1.366.547,68	4.531.782,30
<b>Objetivos:</b>									
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM POMERODE, AMPLIAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS, AUMENTAR A RENDA PERCAPITA DA POPULAÇÃO, RESGATAR E MANTER AS TRADIÇÕES LOCAIS, PROMOVER EVENTOS E AS ATIVIDADES TURÍSTICAS, BEM COMO EMBELEZAR A CIDADE, CRIAR A VILA POMERANA, ONDE O TURISTA PODERÁ FICAR HOSPEDADO COM A FAMÍLIA E VIVENCIAR OS COSTUMES, TRADIÇÕES E TAREFAS QUE HERDAMOS DOS COLONIZADORES. CRIAR POLOS DE TURISMO NOS BAIRROS PARA APROVEITAR MELHOR NOSSAS CONSTRUÇÕES ENXAIMEL.									
120	Apoio à segurança pública				487.000,00	209.100,00	231.000,00	231.000,00	1.158.100,00
<b>Objetivos:</b>									
MELHORAR O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA CRIANDO AGENTES DE TRÂNSITOS E AGENTES DE FISCALIZAÇÃO COM APOIO DA POLÍCIA MILITAR PARA MANTER O CONTROLE NA SEGURANÇA E POLICIAMENTO. AUMENTAR A REDE DE VIGILÂNCIA ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM PONTOS, ESTRATÉGICOS E NAS ENTRADAS DAS CIDADES. EQUIPAR A DEFESA CIVIL PARA AS REAIS NECESSIDADES DE POMERODE, COM APOIO DO GRUPO DE RADIO AMADORES.									
130	Apoio à cultura				2.056.092,00	1.630.970,00	2.162.863,32	2.265.069,65	8.114.994,97
<b>Objetivos:</b>									
OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA. REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS. INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE. ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ. INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE. APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO. PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.									
140	Cidadania pela integração				2.570.100,00	2.976.200,00	852.400,00	881.440,00	7.280.140,00
<b>Objetivos:</b>									
CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCOOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES. CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.									
150	Promoção e desenvolvimento econômico				471.500,00	450.100,00	570.515,00	627.566,50	2.119.681,50
<b>Objetivos:</b>									
AMPARAR E AJUDAR AS PEQUENAS EMPRESAS E INDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE QUE SÃO GERADORAS DE EMPREGOS, PARA QUE ESTAS POSSAM EXPANDIR, PROMOVER EVENTOS COMO EXPOSIÇÕES, DESFILES E VISITAS A EMPRESAS PARA ATRAIR COMERCIANTES E COMPRADORES PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE. MANTER PARCERIAS COM O SENAI.									
160	Promoção dos direitos e deveres da criança e do ad				154.500,00	450.000,00	134.000,00	134.500,00	873.000,00
<b>Objetivos:</b>									
AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCOS, ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL E INTEGRÁ-LOS A SOCIEDADE.									
170	Regime próprio de previdência				6.657.000,00	7.202.590,00	7.802.970,00	8.463.267,00	30.125.827,00
<b>Objetivos:</b>									
MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA CAPAZ DE GARANTIR A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E O PAGAMENTO DA PENSÃO AOS SEUS DEPENDENTES.									
999	Reserva de contingência				3.623.100,00	3.975.410,00	4.362.951,00	4.789.246,10	16.750.707,10
<b>Objetivos:</b>									
ATEBDER A PASSIVOS CONTINGENTES, EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS E OUTRAS INSUFICIÊNCIAS.									

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL031101-1619-UTFFA-164283707 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOTTE

17/03/2015 09:21



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Programas Detalhados  
Entidade: Consolidado  
PPA: 2014 - 2017

Pág 3 / 3

Programa	Descrição Programa	2014	2015	2016	2017	Vlr Global
Total Geral:		132.990.310,00	117.165.000,00	130.807.337,67	139.360.862,48	520.323.510,15

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL031101-1619-UTPPA-164283707 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOTTE

17/03/2015 09:21



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 1 / 41

Unidade Responsável: POMERODE CAMARA DE VEREADORES				Secretaria: Camara Municipal	
Programa: 10 - Processo legislativo					
Objetivos:					
DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR O PODER EXECUTIVO.					
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL					
Diretrizes: A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES POSSUI 3 SERVIDORES, 1 COMISSIONADO E 9 CARGOS ELETIVOS.					
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final	
Ação: 1002 - Aquisição de Automóvel					
Produto	Unidade Medida		Meta Fisica		Quantidade
1 - Veículo	un				2,0000
Vínculo			Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários			Subtotal:		80.000,00
Ação: 2001 - Manutenção das Atividades Legislativas					
Produto	Unidade Medida		Meta Fisica		Quantidade
2 - Atividade	un				4,0000
Vínculo			Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários			Subtotal:		19.900.000,00
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					
Programa: 20 - Gestão administrativa superior					
Objetivos:					
MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGRAMA MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.					
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL					
Diretrizes: LIDERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO FOCANDO AS NECESSIDADES DO AMBITO SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, REURBANIZAÇÃO COM O LEVANTAMENTO DAS AÇÕES SETORIAIS, PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO, CONDICIONADO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL					
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final	
Ação: 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito					
Produto	Unidade Medida		Meta Fisica		Quantidade
2 - Atividade	un				4,0000



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 2 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Gabinete do Prefeito	
Programa: 20 - Gestão administrativa superior						
Objetivos: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGRAMA MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.						
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL						
Diretrizes: LIDERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO FOCANDO AS NECESSIDADES DO AMBITO SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, REURBANIZAÇÃO COM O LEVANTAMENTO DAS AÇÕES SETORIAIS, PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO, CONDICIONADO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL.						
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito						
Vínculo					Meta Financeira	
1000000 - Recursos ordinários		Subtotal:			Valor 6.458.886,00 6.458.886,00	
Ação: 2063 - Manutenção do Fundo de Defesa Civil - Funndec						
Produto		Unidade Medida		Meta Física		
2 - Atividade		un		Quantidade 4.0000		
Vínculo					Meta Financeira	
1000000 - Recursos ordinários		Subtotal:			Valor 108.500,00 108.500,00	
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE						
Programa: 20 - Gestão administrativa superior						
Objetivos: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGRAMA MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.						
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL						
Diretrizes: LIDERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO FOCANDO AS NECESSIDADES DO AMBITO SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, REURBANIZAÇÃO COM O LEVANTAMENTO DAS AÇÕES SETORIAIS, PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO, CONDICIONADO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL.						
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2063 - Manutenção do Fundo de Defesa Civil - Funndec						
Vínculo					Meta Financeira	
1000000 - Recursos ordinários		Subtotal:			Valor 385.938,50 385.938,50	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 3 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Procuradoria Geral do Município			
Programa: 20 - Gestão administrativa superior							
Objetivos: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGRAMA MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: LIDERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO FOCANDO AS NECESSIDADES DO AMBITO SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, REURBANIZAÇÃO COM O LEVANTAMENTO DAS AÇÕES SETORIAIS, PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO, CONDICIONADO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL.							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2003 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4.0000		
Vinculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor	3.004.415.00		
				Subtotal:	3.004.415.00		
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE							
Programa: 20 - Gestão administrativa superior							
Objetivos: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REAVALIAR O ORGANOGRAMA MUNICIPAL ADEQUANDO SE NECESSÁRIO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. ADOTAR SISTEMA DE GESTÃO MODERNO E PARTICIPATIVO, ATUANDO COM TRANSPARENCIA NO ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: LIDERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO FOCANDO AS NECESSIDADES DO AMBITO SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, REURBANIZAÇÃO COM O LEVANTAMENTO DAS AÇÕES SETORIAIS, PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO, CONDICIONADO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL.							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4.0000		
Vinculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor	1.422.382.00		
				Subtotal:	1.422.382.00		





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 4 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Secretaria de Planejamento e Desenv. da Cidade		
Programa: 30 - Gestão administrativa geral							
Objetivos:							
MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, CONTÁBEIS, FINANCEIRO E DE MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE SE PROPORCIONEM CONDIÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS. REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, URBANO, RURAL E GERENCIAR O TRÂNSITO. PROVER O MUNICÍPIO DE ANTEPROJETOS E PROJETOS VISANDO O PLANEJAMENTO ORDENADO E EFICIENTE DA CIDADE, ASSIM COMO FISCALIZAR AS OBRAS, TANTO DE IMÓVEIS COMO DE INFRA-ESTRUTURA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: SER TRANSPARENTE, ADEQUANDO-SE ÀS LEIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, GARANTINDO AO CIDADÃO O ACESSO ÀS RECEITAS E DESPESAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL E A TRANSPARENCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DE POMERODE.							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final	Tipo: Atividade		
Ação: 2005 - Atividades do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente							
Produto			Unidade Medida		Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade			un			4,0000	
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários						5.322.873,41	
			Subtotal:			5.322.873,41	
Ação: 2061 - Manutenção do Getran							
Produto			Unidade Medida		Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade			un			4,0000	
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários						710.000,00	
1540000 - Convênio trânsito - militar						1.119.909,20	
1550000 - Convênio trânsito - civil						1.119.909,20	
1560000 - Convênio trânsito - prefeitura						1.373.001,60	
			Subtotal:			4.322.820,00	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Secretaria de Administração e Fazenda				
Programa: 30 - Gestão administrativa geral									
Objetivos:									
MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, CONTÁBEIS, FINANCEIRO E DE MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE SE PROPORCIONEM CONDIÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS, REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, URBANO, RURAL E GERENCIAR O TRÂNSITO. PROVER O MUNICÍPIO DE ANTEPROJETOS E PROJETOS VISANDO O PLANEJAMENTO ORDENADO E EFICIENTE DA CIDADE, ASSIM COMO FISCALIZAR AS OBRAS, TANTO DE IMÓVEIS COMO DE INFRA-ESTRUTURA.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: SER TRANSPARENTE, ADEQUANDO-SE ÀS LEIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, GARANTINDO AO CIDADÃO O ACESSO ÀS RECEITAS E DESPESAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL E A TRANSPARENCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DE POMERODE.									
Indicador		Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		Tipo: Atividade	
Ação: 2006 - Manutenção das Atividades Administrativas									
Produto					Unidade Medida		Meta Física		
2 - Atividade					un		4.0000		
Vínculo							Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários							12.861.502,79		
1830000 - Operações de crédito int. - outros progr							2.500.000,00		
					Subtotal:		15.361.502,79		
Ação: 2060 - Manutenção do Funrebo									
Produto					Unidade Medida		Meta Física		
2 - Atividade					un		4.0000		
Vínculo							Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários							312.000,00		
					Subtotal:		312.000,00		
Ação: 2064 - Pagamento de Precatórios									
Produto					Unidade Medida		Meta Física		
2 - Atividade					un		5,0000		
Vínculo							Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários							7.227.271,61		
					Subtotal:		7.227.271,61		



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Gestão Financeira e Contábil			
Programa: 30 - Gestão administrativa geral							
Objetivos:							
MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, CONTÁBEIS, FINANCEIRO E DE MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE SE PROPORCIONEM CONDIÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS, REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, URBANO, RURAL E GERENCIAR O TRÂNSITO. PROVER O MUNICÍPIO DE ANTEPROJETOS E PROJETOS VISANDO O PLANEJAMENTO ORDENADO E EFICIENTE DA CIDADE, ASSIM COMO FISCALIZAR AS OBRAS, TANTO DE IMÓVEIS COMO DE INFRA-ESTRUTURA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: SER TRANSPARENTE, ADEQUANDO-SE ÀS LEIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, GARANTINDO AO CIDADÃO O ACESSO ÀS RECEITAS E DESPESAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL E A TRANSPARENCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DE POMERODE.							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final	Tipo:		
Ação: 1 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada							
Produto			Unidade Medida		Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade			un			4.0000	
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários			Subtotal:			7.199.955,80	7.199.955,80
Ação: 2 - Contribuição ao Pasep							
Produto			Unidade Medida		Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade			un			4.0000	
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários			Subtotal:			3.944.850,00	3.944.850,00
Ação: 2007 - Contribuição a Entidades Municipalistas							
Produto			Unidade Medida		Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade			un			4.0000	
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários			Subtotal:			1.070.250,00	1.070.250,00
Ação: 2008 - Atividades Financeiras, Tributárias e Orçamentária							
Produto			Unidade Medida		Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade			un			4.0000	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Gestão Financeira e Contábil			
Programa: 30 - Gestão administrativa geral							
Objetivos:							
MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, CONTÁBEIS, FINANCEIRO E DE MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE SE PROPORCIONEM CONDIÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS, REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, URBANO, RURAL E GERENCIAR O TRÂNSITO. PROVER O MUNICÍPIO DE ANTEPROJETOS E PROJETOS VISANDO O PLANEJAMENTO ORDENADO E EFICIENTE DA CIDADE, ASSIM COMO FISCALIZAR AS OBRAS, TANTO DE IMÓVEIS COMO DE INFRA-ESTRUTURA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: SER TRANSPARENTE, ADEQUANDO-SE ÀS LEIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, GARANTINDO AO CIDADÃO O ACESSO ÀS RECEITAS E DESPESAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL E A TRANSPARENCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DE POMERODE.							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2008 - Atividades Financeiras, Tributárias e Orçamentária							
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Subtotal:	4.548.010,00		
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE							
Secretaria: Secretaria de Educação e Formação							
Programa: 40 - Ensino de qualidade							
Objetivos:							
CRIANÇA NA ESCOLA, GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO, PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA", ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA, INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS, DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL, AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO, CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE, AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.							
Público Alvo: ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO							
Diretrizes: LEVANTAMENTO DA REAL NECESSIDADE DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE ENSINO EDUCATIVO							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 1003 - Aquisição de Terrenos, Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física Escolar							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
3 - Construção, Reforma e Ampliação				M²	2.864.0000		
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor			
1225400 - Transf. de convênios da união				1.036.600,00			
1225500 - Transf. de convênios do estado				3.500.000,00			
1580000 - Salário educação				454.000,00			
				440.000,00			
				Subtotal:	5.430.600,00		



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretaria de Educação e Formação			
Programa: 40 - Ensino de qualidade							
Objetivos:							
CRIANÇA NA ESCOLA. GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO. PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA". ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA. INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS. DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL. AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE. AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.							
Público Alvo: ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO							
Diretrizes: LEVANTAMENTO DA REAL NECESSIDADE DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE ENSINO EDUCATIVO							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 1004 - Aquisição de Veículo							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
1 - Veículo				un	4.0000		
Vínculo				Meta Financeira			
1010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ				Subtotal:	Valor		
					4.641,00		
					4.641,00		
Ação: 1006 - Aquisição de Terrenos, Construções, Ampliações e Reformas de Unidades Escolares							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
4 - Terrenos				M²	Quantidade		
					3.500,0000		
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor			
1890000 - Alienação bens destinados a outros progr				11.550,00			
				1.500.000,00			
				1.511.550,00			
Ação: 2009 - Merenda Escolar Ensino Fundamental							
Tipo: Atividade							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
5 - Refeições				un	Quantidade		
					3.279.200,0000		
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor			
1600100 - Transferência referente ao pnae				928.200,00			
				955.000,00			
				1.883.200,00			



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 9 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Secretaria de Educação e Formação				
Programa: 40 - Ensino de qualidade					Empreendedora				
Objetivos:									
CRIANÇA NA ESCOLA. GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO. PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA", ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA. INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS, DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL. AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE. AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.									
Público Alvo: ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO									
Diretrizes: LEVANTAMENTO DA REAL NECESSIDADE DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE ENSINO EDUCATIVO									
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Atividade				
Ação: 2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental									
Produto				Unidade Medida	Meta Física				
2 - Atividade				un	4,0000				
Vínculo				Meta Financeira					
1000000 - Recursos ordinários				1.738.273,59					
1010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ				2.120.966,00					
1180000 - Transferências do fundeb-(aplic.profs)				57.169.050,00					
1580000 - Salário educação				1.878.200,00					
1620002 - Outr.rec.educ.-fn-de/mec apoio financ.				30.000,00					
Subtotal:				62.936.489,59					
Ação: 2011 - Manutenção do Transporte Escolar									
Produto				Unidade Medida	Meta Física				
6 - Alunos Atendidos				un	33.200,0000				
Vínculo				Meta Financeira					
1010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ				185.640,00					
1220100 - Transporte escolar do estado				930.000,00					
1580000 - Salário educação				1.800.000,00					
1610000 - Transferências referente ao pnate				138.000,00					
Subtotal:				3.053.640,00					
Ação: 2012 - Apoio a Assoc. dos Pais e Professores - Apps									
Produto				Unidade Medida	Meta Física				
2 - Atividade				un	4,0000				
Vínculo				Meta Financeira					
1010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ				3.100,00					

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL101101-1619-BNIMY-168795001 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

08/05/2015 14:29





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretaria de Educação e Formação			
Programa: 40 - Ensino de qualidade				Empreendedora			
Objetivos:							
CRIANÇA NA ESCOLA. GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO. PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA", ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE FAZÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA. INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS. DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL. AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE. AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.							
Público Alvo: ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO							
Diretrizes: LEVANTAMENTO DA REAL NECESSIDADE DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE ENSINO EDUCATIVO							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2012 - Apoio a Assoc. dos Pais e Professores - Apps							
Vínculo				Tipo: Atividade		Meta Física	Valor
				Subtotal:			3.100,00
Ação: 2013 - Subvenção Social ao Colégio Sinodal Dr. Blumenau							
Produto		Unidade Medida			Meta Física		
2 - Atividade		un				Quantidade	4.0000
Vínculo				Tipo: Atividade		Meta Financeira	Valor
1000000 - Recursos ordinários							35.000,00
1010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ							3.000,00
	Subtotal:						38.000,00
Ação: 2014 - Contribuição a Assoc. dos Estudantes Univers. de Po							
Produto		Unidade Medida			Meta Física		
6 - Alunos Atendidos		un				Quantidade	2.120.0000
Vínculo				Tipo: Atividade		Meta Financeira	Valor
1000000 - Recursos ordinários							680.000,00
	Subtotal:						680.000,00
Ação: 2015 - Manutenção de Atividades Educação Infantil							
Produto		Unidade Medida			Meta Física		
2 - Atividade		un				Quantidade	4.0000
Vínculo				Tipo: Atividade		Meta Financeira	Valor
1000000 - Recursos ordinários							4.062.052,38
1010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ							27.334.052,79



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 11 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretaria de Educação e Formação Empreendedora			
Programa: 40 - Ensino de qualidade							
Objetivos:							
CRIANÇA NA ESCOLA. GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO. PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA". ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA. INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS. DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL. AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE. AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.							
Público Alvo: ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO							
Diretrizes: LEVANTAMENTO DA REAL NECESSIDADE DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE ENSINO EDUCATIVO							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Atividade		
Ação: 2015 - Manutenção de Atividades Educação Infantil							
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1180000 - Transferências do fundeb-(aplic.proflis)						8.311.180,00	
1620002 - Outr.rec.educ.-fnde/mec apoio financ.						11.000,00	
				Subtotal:		39.718.285,17	
Ação: 2016 - Subvenção Social P/o C.e.i. Nossa Sra. de Fatima							
Produto				Unidade Medida	Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade				un		4.0000	
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários						330.000,00	
1010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ						3.000,00	
				Subtotal:		333.000,00	
Ação: 2017 - Subvenção Social a Apae de Pomerode							
Produto				Unidade Medida	Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade				un		4.0000	
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários						714.000,00	
				Subtotal:		714.000,00	
Ação: 2019 - Merenda Escolar Ensino Infantil							
Produto				Unidade Medida	Meta Física	Quantidade	
6 - Alunos Atendidos				un		2.431.000,0000	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 12 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretaria de Educação e Formação			
Programa: 40 - Ensino de qualidade				Empreendedora			
Objetivos:							
CRIANÇA NA ESCOLA. GARANTINDO O ACESSO A NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO. PROMOVER O PROGRAMA "VISITA-ESCOLA" ONDE OS ALUNOS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE FARÃO INTERCÂMBIO COM ALUNOS DE OUTRAS ESCOLAS COM UMA VISITA. INCENTIVAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E LEVAR OS PROFESSORES A CONHECER AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DE EVENTOS NAS ESCOLAS. DIRECIONADAS PARA EDUCAÇÃO COMPORTAMENTAL E SOCIAL. AMPLIAR OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS, COM CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTE. AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CRECHE.							
Público Alvo: ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO							
Diretrizes: LEVANTAMENTO DA REAL NECESSIDADE DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE ENSINO EDUCATIVO							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final			
Ação: 2019 - Merenda Escolar Ensino Infantil							
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				1.392.300,00			
1600200 - Transferências referente ao pnae				797.400,00			
Subtotal:				2.189.700,00			
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE							
Secretaria: Secretaria de Obras e Serviços							
Programa: 120 - Apoio à segurança pública							
Objetivos:							
MELHORAR O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA CRIANDO AGENTES DE TRÂNSITOS E AGENTES DE FISCALIZAÇÃO COM APOIO DA POLÍCIA MILITAR PARA MANTER O CONTROLE NA SEGURANÇA E POLÍCIAMENTO. AUMENTAR A REDE DE VIGILÂNCIA ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM PONTOS. ESTRATÉGICOS E NAS ENTRADAS DAS CIDADES. EQUIPAR A DEFESA CIVIL PARA AS REAIS NECESSIDADES DE POMERODE, COM APOIO DO GRUPO DE RÁDIO AMADORES.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final			
Ação: 2021 - Contribuição ao Corpo de Bombeiros Voluntários de P							
Produto		Unidade Medida		Meta Física			
2 - Atividade		un		Quantidade			
				4.0000			
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor			
				780.000,00			
Subtotal:				780.000,00			
Ação: 2033 - Contribuição ao Grupo de Rádio Amadores							
Tipo: Atividade							
Produto		Unidade Medida		Meta Física			
2 - Atividade		un		Quantidade			
				4.0000			



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretaria de Obras e Serviços Públicos			
Programa: 120 - Apoio à segurança pública							
Objetivos: MELHORAR O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA CRIANDO AGENTES DE TRÂNSITOS E AGENTES DE FISCALIZAÇÃO COM APOIO DA POLÍCIA MILITAR PARA MANTER O CONTROLE NA SEGURANÇA E POLÍCIAMENTO. AUMENTAR A REDE DE VIGILÂNCIA ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM PONTOS, ESTRATÉGICOS E NAS ENTRADAS DAS CIDADES, EQUIPAR A DEFESA CIVIL PARA AS REAIS NECESSIDADES DE POMERODE, COM APOIO DO GRUPO DE RADIO AMADORES.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Tipo: Atividade			
Ação: 2033 - Contribuição ao Grupo de Rádio Amadores							
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários			Subtotal:			Valor	6.100,00
							6.100,00
Ação: 2066 - Sistema de Monitoramento e Vigilancia do Município de Pomerode.							
Produto			Unidade Medida	Meta Física			
13 - Cameras			un			Quantidade	23,0000
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários			Subtotal:			Valor	372.000,00
							372.000,00
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE							
Secretaria: Secretaria de Obras e Serviços Públicos							
Programa: 70 - Infraestrutura e urbanismo							
Objetivos: EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRANSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE, EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS, REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNA-DO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS, COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFALTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: VERIFICAR A REAL NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO, PLANEJANDO OS ATOS DE FORMA TRANSPARENTE.							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Tipo: Projeto			
Ação: 1009 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões							
Produto			Unidade Medida	Meta Física			
7 - Pontes			un			Quantidade	40,0000
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários						Valor	350.000,00
1240102 - Transf. de conv. - progr. infra-est.tran							5.500.000,00

Identificador: WPL101101-1619-BNIMY-168795001 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

IPM - Informática Ltda

08/05/2015 14:29



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretaria de Obras e Serviços Públicos			
Programa: 70 - Infraestrutura e urbanismo							
Objetivos: EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRANSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE, EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS, REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNANDO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS, COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFALTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: VERIFICAR A REAL NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO, PLANEJANDO OS ATOS DE FORMA TRANSPARENTE:							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Projeto		
Ação: 1009 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões							
Vínculo					Meta Fisica		
				Valor			
Subtotal:				5.850.000,00			
Ação: 1010 - Reurbanização de Praças e Ruas							
Produto				Unidade Medida	Meta Fisica		
8 - Reurbanização				un			Quantidade
				40.0000			
Vínculo					Meta Fisica		
				Valor			
1000000 - Recursos ordinários				614.100,00			
1240102 - Transf. de conv. - progr. infra-est.tran				6.750.000,00			
Subtotal:				7.364.100,00			
Ação: 1011 - Pavimentação de Ruas e Calçadas							
Produto				Unidade Medida	Meta Fisica		
9 - Pavimentação de Ruas				Km			Quantidade
				68.0000			
Vínculo					Meta Fisica		
				Valor			
1000000 - Recursos ordinários				3.882.800,00			
1160000 - Contribuição de interv.do dom.eco.cidde				4.000,00			
1240102 - Transf. de conv. - progr. infra-est.tran				29.750.000,00			
1240202 - Transf. de conv. - progr. infra-est.tran				600.000,00			
1830000 - Operações de crédito int. - outros progr				5.000.000,00			
Subtotal:				39.236.800,00			
Ação: 1012 - Recuperação do Município de Intempéries Naturais							
Produto				Unidade Medida	Meta Fisica		
2 - Atividade				un			Quantidade
				4.0000			



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 15 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Secretaria de Obras e Serviços Públicos		
Programa: 70 - Infraestrutura e urbanismo							
Objetivos:							
EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRANSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE, EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS, REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNA-DO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS, COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFALTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATE A SERRA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: VERIFICAR A REAL NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO, PLANEJANDO OS ATOS DE FORMA TRANSPARENTE:							
Indicador		Tipo	Data	Medida Recente	Tipo: Projeto		
Ação: 1012 - Recuperação do Município de Intempéries Naturais							
Vínculo					Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários							Valor
1240199 - Transferências de conv. - outros federal							40.000,00
1240299 - Transfência de conv. - outros estadual							18.400,00
Subtotal:							20.000,00
							78.400,00
Ação: 1013 - Ampliação e Construção de Redes de Água Pluviais							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
10 - Rede de Água				un			Quantidade
							4,0000
Vínculo					Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários							Valor
							350.000,00
Subtotal:							350.000,00
Ação: 1014 - Construção e Ampliação do Sistema de Tratamento do							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
11 - Sistema de Esgoto				un			Quantidade
							4,0000
Vínculo					Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários							Valor
1240101 - Transf. de conv. - programa sane. basico							40.000,00
							30.100.000,00
Subtotal:							30.140.000,00
Ação: 1024 - Aquisição de Maquinas e Veiculos							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
1 - Veiculo				un			Quantidade
							4,0000





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 16 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretaria de Obras e Serviços Públicos			
Programa: 70 - Infraestrutura e urbanismo							
Objetivos:							
EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRANSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE. EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS. REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS TORNANDO-AS MAIS ILUMINADAS COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS. COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFALTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: VERIFICAR A REAL NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO, PLANEJANDO OS ATOS DE FORMA TRANSPARENTE.							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final	Tipo: Projeto		
Ação: 1024 - Aquisição de Maquinas e Veiculos							
Vínculo				Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários						35.000,00	
1830000 - Operações de crédito int. - outros progr						3.500.000,00	
			Subtotal:			3.535.000,00	
Ação: 2020 - Manutenção da Secretaria de Obras							
Produto			Unidade Medida	Meta Física		Quantidade	
2 - Atividade			un			4,0000	
Vínculo				Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários						17.450.990,39	
1890000 - Alienação bens destinados a outros progr						138.589,00	
			Subtotal:			17.589.579,39	
Ação: 2022 - Manutenção dos Serviços Públicos							
Produto			Unidade Medida	Meta Física		Quantidade	
2 - Atividade			un			4,0000	
Vínculo				Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários						7.791.645,00	
			Subtotal:			7.791.645,00	
Ação: 2024 - Manutenção da Limpeza Pública e Coleta de Lixo							
Produto			Unidade Medida	Meta Física		Quantidade	
2 - Atividade			un			4,0000	
Vínculo				Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários						4.212.078,43	

Identificador: WPL101101-1619-BNIMY-168795001 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

08/05/2015 14:29

IPM - Informática Ltda



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 17 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretaria de Obras e Serviços Públicos			
Programa: 70 - Infraestrutura e urbanismo							
Objetivos: EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MAIS IMPORTANTES DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE PARA SOLUCIONAR O TRANSITO NO CENTRO DA CIDADE DE POMERODE. EXECUTAR OBRAS NOS BAIRROS, REURBANIZAR NOSSAS PRAÇAS, TORNANDO-AS MAIS ILUMINADAS, COM OPÇÕES DE LAZER E JARDINS. COBRAR DO DEINFRA O RECAPEAMENTO ASFALTICO E A DEVIDA URBANIZAÇÃO, COM ACOSTAMENTO, CICLOVIA E CALÇADA DA SC 416, TRAJETO PRIMAVERA ATÉ A SERRA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: VERIFICAR A REAL NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO, PLANEJANDO OS ATOS DE FORMA TRANSPARENTE:							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Atividade		Medida Final
Ação: 2024 - Manutenção da Limpeza Pública e Coleta de Lixo							
Vínculo				Subtotal:	Meta Financeira		Valor
				4.212.078,43			
Ação: 2025 - Iluminação Pública - Cosip							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		Quantidade
2 - Atividade				un			4.0000
Vínculo				Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários						24.000,00	
1170000 - Contribuição para o cosip						5.346.232,00	
Subtotal:						5.370.232,00	
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE							
Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente							
Programa: 100 - Desenvolvimento agrário							
Objetivos: DESENVOLVER PROJETOS NA AGRICULTURA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU QUE POR MEIO DE REUNIÕES MENSAIS SÃO EXPOSTAS AS NECESSIDADES E ANSEIOS NA ATIVIDADE AGRÁRIA DE CADA MUNICÍPIO DA REGIÃO, A RECUPERAÇÃO DE MATÁ-CILAR SERÁ FEITA COM A ANUÊNCIA VOLUNTÁRIA DO PRODUTOR RURAL E QUE PODERÁ SER RETORNADO ALGUM BENEFÍCIO A ESTE PRODUTOR, RECUPERAR AS ÁREAS DE PASTAGENS DEGRADADAS.							
Público Alvo: AGRICULTORES							
Diretrizes: A AGRICULTURA DE POMERODE BASICAMENTE SE RESUME NA AGRICULTURA FAMILIAR E MUITOS PRODUTORES DEDICAM 50% DE SEU TEMPO PARA A ATIVIDADE RURAL E A OUTRA PARTE DO TEMPO NO TRABALHO ASSALARIADO EM EMPRESAS DA REGIÃO, O USO EXCESSIVO DE IMPLEMENTOS COMO A ENXADA ROTATIVA E A APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES SEM FUNDAMENTOS TÉCNICOS SÃO PROBLEMAS QUE TAMBÉM DEVEM SER AMENIZADOS PARA QUE A AGRICULTURA EM POMERODE SEJA REALIZADA DE FORMA SUSTENTÁVEL E SEJA EFICIENTE POR MUITO TEMPO.							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Atividade		Medida Final
Ação: 2027 - Manutenção das Atividades de Produção Agrária							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		Quantidade
2 - Atividade				un			4.0000



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 18 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente				
Programa: 100 - Desenvolvimento agrário									
Objetivos:									
DESENVOLVER PROJETOS NA AGRICULTURA EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU QUE POR MEIO DE REUNIÕES MENSAS SÃO EXPOSTAS AS NECESSIDADES E ANSEIOS NA ATIVIDADE AGRÁRIA DE CADA MUNICÍPIO DA REGIÃO, A RECUPERAÇÃO DE MATÁ-CILAR SERÁ FEITA COM A ANUÊNCIA VOLUNTÁRIA DO PRODUTOR RURAL E QUE PODERÁ SER RETORNADO ALGUM BENEFÍCIO A ESTE PRODUTOR, RECUPERAR AS ÁREAS DE PASTAGENS DEGRADADAS.									
Público Alvo: AGRICULTORES									
Diretrizes: A AGRICULTURA DE POMERODE BASICAMENTE SE RESUME NA AGRICULTURA FAMILIAR E MUITOS PRODUTORES DEDICAM 50% DE SEU TEMPO PARA A ATIVIDADE RURAL E A OUTRA PARTE DO TEMPO NO TRABALHO ASSALARIADA EM EMPRESAS DA REGIÃO, O USO EXCESSIVO DE IMPLMENTOS COMO A ENXADA ROTATIVA E A APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES SEM FUNDAMENTOS TÉCNICOS SÃO PROBLEMAS QUE TAMBEM DEVEM SER AMENIZADOS PARA QUE A AGRICULTURA EM POMERODE SEJA REALIZADA DE FORMA SUSTENTÁVEL E SEJA EFICIENTE POR MUITO TEMPO.									
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final	Tipo: Atividade				
Ação: 2027 - Manutenção das Atividades de Produção Agrária									
Vínculo					Meta Financeira	Valor			
1000000 - Recursos ordinários						6.002.629,00			
1240199 - Transferências de conv. - outros federal						938.000,00			
Subtotal:					6.940.629,00				
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE									
Programa: 50 - Meio ambiente sustentável									
Objetivos:									
RECUPERAR OS MANANCIAIS ( RIOS E RIBEIRÕES) DE POMERODE, TORNANDO-OS UTILIZÁVEIS PARA O LAZER, IMPLANTAR O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO EM TODO O MUNICÍPIO MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, FISCALIZAR ATRAVÉS DE COLETA E ANÁLISE, AS ÁGUAS DE MANANCIAIS E DOS RIBEIRÕES QUE FORMAM O RIO DO TESTO.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: O MUNICÍPIO DE POMERODE POSSUI UMA POPULAÇÃO DE 29 MIL HABITANTES, SENDO QUE SOMENTE 70 % ESTÁ ATENDIDA COM O SANEAMENTO BÁSICO. O MUNICÍPIO POSSUI MANANCIAIS QUE NECESSITAM DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO PERMANENTE PARA A BOA QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIES.									
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final	Tipo: Atividade				
Ação: 2028 - Controle de Poluição e Fiscalização do Meio Ambien									
Produto			Unidade Medida	Meta Física	Quantidade				
2 - Atividade			un		4,0000				
Vínculo					Meta Financeira	Valor			
1000000 - Recursos ordinários						900.740,34			
1240201 - Transf. de conv. - programa sane. basico						450.000,00			
Subtotal:					1.350.740,34				



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 19 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento Econômico				
Programa: 150 - Promoção e desenvolvimento econômico									
Objetivos:									
AMPARAR E AJUDAR AS PEQUENAS EMPRESAS E INDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE QUE SÃO GERADORAS DE EMPREGOS, PARA QUE ESTAS POSSAM EXPANDIR, PROMOVER EVENTOS COMO EXPOSIÇÕES, DESFILES E VISITAS A EMPRESAS PARA ATRAIR COMERCIANTES E COMPRADORES PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE. MANTER PARCERIAS COM O SENAI.									
Público Alvo:									
Diretrizes: OS COMÉRCIOS DO NOSSO MUNICÍPIO NECESSITAM DE MÃO DE OBRA DIRETA E COM QUALIDADE. HAJA VISTO QUE TEMOS VAGAS EM ABERTO NO MUNICÍPIO. HÁ VÁRIOS PISCICULTORES, DOCEIRAS, PRODUTORES RURAIS, ARTESÃOS, MAS NÃO UM PONTO FÍSICO FIXA DE VENDA, PARA SE FORTALECER O SEU CONSUMO E TORNA-LO FREQUENTE PARA NÃO SOMENTE O USO DA POPULAÇÃO, MAS SIM PONTO TURÍSTICO. HÁ VÁRIOS SEGMENTOS EM ABERTO NO MUNICÍPIO PARA SER EXPLORADO E TRANSFORMADO NUM SETOR LUCRATIVO AO MUNICÍPIO, POIS A CIDADE É MUITO RICA E VARIADA POR SE TER VÁRIOS SEGMENTOS INDUSTRIAIS.									
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final				
Ação: 2029 - Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico									
Produto	Unidade Medida			Meta Física			Quantidade		
2 - Atividade	un						4.0000		
Vínculo				Meta Financeira			Valor		
1000000 - Recursos ordinários							2.119.681,50		
				Subtotal:			2.119.681,50		
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE									
Programa: 60 - Saúde para todos									
Objetivos:									
ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE - AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO. ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RÍO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAÚDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAÚDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAÚDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: ATENDER DE FORMA GERAL ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.									
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final				
Ação: 1018 - Aquisição de Veículos									
Produto	Unidade Medida			Meta Física			Quantidade		
1 - Veículo	un						4.0000		
Vínculo				Meta Financeira			Valor		
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde							15.000,00		
1235400 - Transf. de convênios da união saúde							40.000,00		
1235500 - Transf. de convênios do estado saúde							10.000,00		
				Subtotal:			65.000,00		



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 20 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Secretária de Saúde				
Programa: 60 - Saude para todos									
Objetivos:									
ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES, ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAÚDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAÚDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAÚDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA, IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: ATENDER DE FORMA GERAL AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.									
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Projeto				
Ação: 1019 - Construção Reforma, Ampliação e Aquisição de Terrenos para Unidades de Saúde									
Produto				Unidade Medida	Meta Física		Quantidade		
3 - Construção, Reforma e Ampliação				M²			2.600.0000		
Vínculo				Meta Financeira		Valor			
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saude						5.000,00			
1235400 - Transf. de convênios da união saude						1.000.000,00			
1235500 - Transf. de convênios do estado saude						100.000,00			
Subtotal:						1.105.000,00			
Ação: 2042 - Manutenção da Secretária de Saúde									
Produto				Unidade Medida	Meta Física		Quantidade		
2 - Atividade				un			4.0000		
Vínculo				Meta Financeira		Valor			
1000000 - Recursos ordinários						7.240.634,94			
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saude						34.946.093,21			
Subtotal:						42.186.728,15			
Ação: 2043 - Manutenção da Secretária de Saúde Recursos Sus									
Tipo: Atividade									
Produto				Unidade Medida	Meta Física		Quantidade		
2 - Atividade				un			4.0000		
Vínculo				Meta Financeira		Valor			
1570000 - Serviço atend. móvel de urgência - samu						151.000,00			
1640100 - Pab fixo						563.840,00			
1640110 - Progr.vig.e prev.de violencia e acident						7.000,00			
1640111 - Programa requalificacao de ubs-reformas						50.000,00			
1640201 - Pacs						703.000,00			

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL101101-1619-BNIMY-168795001 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

08/05/2015 14:29



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretária de Saúde			
Programa: 60 - Saude para todos							
Objetivos:							
ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAÚDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAÚDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAÚDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: ATENDER DE FORMA GERAL ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final	Tipo: Atividade		
Ação: 2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos Sus					Tipo: Atividade		
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1640202 - Psf						684.480,00	
1640203 - Psf - odontológico						187.560,00	
1640204 - Psf estadual						165.600,00	
1640206 - Nucleo apoio a saude familia - nasf						240.000,00	
1640208 - Centro de atenção psicossocial - caps						339.660,00	
1640209 - Pmaq-progr.melh.aces.qualidade						996.000,00	
1650100 - Prog exames de média e alta complexidade						119.635,00	
1650400 - Rede cegonha						12.000,00	
1660100 - Prog de vigilancia epidemiologica						48.000,00	
1660200 - Prog. vigilancia sanitaria - federal						21.300,00	
1660300 - Prog. de vig. sanitaria estadual						100,00	
1660304 - Progr. vig. aids						8.000,00	
1670100 - Prog. de farmácia básica federal						36.618,00	
1670200 - Prog. de farmácia básica estadual						25.000,00	
1700100 - Proj.incl.soc.trab-saude mental						6.000,00	
1700200 - Prog. de gestao saude participa sus		20.000,00					
Subtotal:					4.384.793,00		
Ação: 2044 - Subvenção para o Hospital e Maternidade Rio do Tes							
Tipo: Atividade							
Produto	Unidade Medida			Meta Fisica			
2 - Atividade	un			4,0000			
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários						1.900.000,00	
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde						6.510.519,10	
Subtotal:					8.410.519,10		





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 22 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Secretária de Saúde			
Programa: 60 - Saude para todos							
Objetivos:							
ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAÚDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAÚDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAÚDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: ATENDER DE FORMA GERAL AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2045 - Manutenção do Plantão Médico do Hospital							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor			
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde				620.000,00			
				4.222.310,00			
	Subtotal:			4.842.310,00			
Ação: 2065 - Programa de Farmacia Basica							
Tipo: Atividade							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		
Vínculo				Meta Financeira			
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde				Valor			
1670100 - Prog. de farmácia básica federal				200.000,00			
1670200 - Prog. de farmácia básica estadual				100.000,00			
				100.000,00			
	Subtotal:			400.000,00			



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 23 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Diretoria de Políticas Culturais			
Programa: 130 - Apoio à cultura							
Objetivos:							
OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA, REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS, INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE, ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ, INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE, APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO, PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: PRESERVAR A CULTURA ALEMÃ							
Indicador		Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2030 - Manutenção do Fundo Municipal de Cultura							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		
Vínculo					Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários					Valor		
				Subtotal:	641.692,00		
Ação: 2031 - Manutenção da Biblioteca Pública Municipal							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		
Vínculo					Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários					Valor		
				Subtotal:	349.011,10		
Ação: 2032 - Manutenção e Reestruturação do Centro Cultural							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		
Vínculo					Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários					Valor		
1240199 - Transferências de conv. - outros federal					1.052.404,00		
1240299 - Transfência de conv. - outros estadual					1.122.000,00		
				Subtotal:	225.000,00		
					2.399.404,00		
Ação: 2034 - Subvenção Social Aos Grupos Folclóricos							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 24 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Diretoria de Políticas Culturais							
Programa: 130 - Apoio à cultura											
Objetivos:											
OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA, REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS, INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE, ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ, INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE, APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO, PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.											
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL											
Diretrizes: PRESERVAR A CULTURA ALEMÃ											
Indicador		Tipo		Data		Medida Recente		Medida Final		Tipo: Atividade	
Ação: 2034 - Subvenção Social Aos Grupos Folclóricos											
Vínculo								Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários								Valor		16.800,00	
		Subtotal:								16.800,00	
Ação: 2035 - Subvenção Social para a Fundação Cultural de Pomer											
Produto						Unidade Medida		Meta Física			
2 - Atividade						un				4,0000	
Vínculo								Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários								Valor		1.350.000,00	
		Subtotal:								1.350.000,00	
Ação: 2036 - Contr. a Assoc. de Clubes de Caça e Tiro de Pomer											
Produto						Unidade Medida		Meta Física			
2 - Atividade						un				4,0000	
Vínculo								Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários								Valor		12.000,00	
		Subtotal:								12.000,00	
Ação: 2037 - Subvenção Social para a Ass.musical Prof.alirio da											
Produto						Unidade Medida		Meta Física			
2 - Atividade						un				4,0000	
Vínculo								Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários								Valor		90.000,00	
		Subtotal:								90.000,00	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 25 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Diretoria de Políticas Culturais						
Programa: 130 - Apoio à cultura										
Objetivos: OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA, REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS, INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE, ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ, INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE, APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO, PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.										
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL										
Diretrizes: PRESERVAR A CULTURA ALEMÃ										
Indicador		Tipo		Data		Medida Recente		Medida Final		
Ação: 2038 - Contribuição para o Grupo Vocal Pommern Sanger										
Produto					Unidade Medida		Meta Física		Quantidade	
2 - Atividade					un				4.0000	
Vínculo							Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários									6.000,00	
					Subtotal:				6.000,00	
Ação: 2039 - Contribuição para Grupos de Teatro de Pomerode										
Produto					Unidade Medida		Meta Física		Quantidade	
2 - Atividade					un				4.0000	
Vínculo							Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários									6.000,00	
					Subtotal:				6.000,00	
Ação: 2041 - Manutenção do Patrimônio Histórico										
Produto					Unidade Medida		Meta Física		Quantidade	
2 - Atividade					un				4.0000	
Vínculo							Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários									338.728,50	
					Subtotal:				338.728,50	
Ação: 2068 - Manutenção das Atividades Culturais										
Vínculo							Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários									2.340.059,37	
					Subtotal:				2.340.059,37	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 26 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Diretoria de Políticas de Turismo				
Programa: 110 - Turismo sustentável									
Objetivos: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM POMERODE, AMPLIAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS, AUMENTAR A RENDA PERCAPITA DA POPULAÇÃO, RESGATAR E MANTER AS TRADIÇÕES LOCAIS, PROMOVER EVENTOS E AS ATIVIDADES TURÍSTICAS, BEM COMO EMBELEZAR A CIDADE, CRIAR A VILA POMERANA, ONDE O TURISTA PODERÁ FICAR HOSPEDADO COM A FAMÍLIA E VIVENCIAR OS COSTUMES, TRADIÇÕES E TAREFAS QUE HERDAMOS DOS COLONIZADORES. CRIAR POLOS DE TURISMO NOS BAIRROS PARA APROVEITAR MELHOR NOSSAS CONSTRUÇÕES ENXAIMEL.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: PROVER DE NOVOS PROJETOS PARA DESENVOLVER AÇÕES DE FOMENTO AO TURISMO PARA A CIDADE DE POMERODE.									
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Projeto				
Ação: 1017 - Ampliação, Reforma, Melhorias e Aquisição de Terreno no Parque de Eventos									
Produto				Unidade Medida	Meta Física		Quantidade		
3 - Construção, Reforma e Ampliação				M²			4.0000		
Vínculo						Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários								200.000,00	
1240299 - Transfência de conv. - outros estadual								300.000,00	
				Subtotal:				500.000,00	
Ação: 2053 - Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico									
Produto				Unidade Medida	Meta Física		Quantidade		
2 - Atividade				un			4.0000		
Vínculo						Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários								3.851.482,30	
				Subtotal:				3.851.482,30	
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE									
Programa: 130 - Apoio à cultura									
Secretaria: Fundo Municipal de Cultura									
Objetivos: OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA, REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS, INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE, ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ, INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE, APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO, PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: PRESERVAR A CULTURA ALEMÃ									
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Atividade				
Ação: 2034 - Subvenção Social Aos Grupos Folclóricos									
Vínculo						Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários								58.700,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL101101-1619-BNIMY-168795001 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

08/05/2015 14:29



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 27 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Fundo Municipal de Cultura			
Programa: 130 - Apoio à cultura							
Objetivos:							
OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA, REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS, INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE, ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ, INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE, APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO, PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: PRESERVAR A CULTURA ALEMÃ							
Indicador		Tipo	Data	Medida Recente		Medida Final	
Ação: 2034 - Subvenção Social Aos Grupos Folclóricos							
Vínculo					Meta Financeira		Valor
				Subtotal:			58.700,00
Ação: 2035 - Subvenção Social para a Fundação Cultural de Pomer							
Vínculo					Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários							450.100,00
				Subtotal:			450.100,00
Ação: 2036 - Contr. a Assoc. de Clubes de Caça e Tiro de Pomer							
Vínculo					Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários							5.100,00
				Subtotal:			5.100,00
Ação: 2037 - Subvenção Social para a Ass.musical Prof.alirio da							
Vínculo					Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários							30.100,00
				Subtotal:			30.100,00
Ação: 2038 - Contribuição para o Grupo Vocal Pommern Sanger							
Vínculo					Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários							3.100,00
				Subtotal:			3.100,00
Ação: 2039 - Contribuição para Grupos de Teatro de Pomerode							
Vínculo					Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários							3.100,00
				Subtotal:			3.100,00





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 28 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Fundo Municipal de Cultura			
Programa: 130 - Apoio à cultura							
Objetivos:							
OFERECER ESPETÁCULOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO, COMO TEATRO, DANÇA E MÚSICA. REALIZAR ENCONTROS DE GRUPOS FOLCLÓRICOS. INCENTIVAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ESCRITORES DA CIDADE. ESTIMULAR A PRESERVAÇÃO DE TODOS OS SETORES DA CULTURA ALEMÃ. INCENTIVAR BANDAS JOVENS COMO PROMOÇÃO DE EVENTOS AO AR LIVRE. APOIAR OS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO. PROMOVER NOITES TEATRAIS NAS SOCIEDADES DE CAÇA E TIRO E CONCURSOS DE CULINÁRIA TÍPICA ALEMÃ.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: PRESERVAR A CULTURA ALEMÃ							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final			
Ação: 2071 - Manutenção do Fundo Municipal de Cultura							
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor			
				15.100,00			
Subtotal:				15.100,00			
Unidade Responsável: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE							
Programa: 110 - Turismo sustentável							
Objetivos:							
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM POMERODE, AMPLIAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS, AUMENTAR A RENDA PERCAPITA DA POPULAÇÃO, RESGATAR E MANTER AS TRADIÇÕES LOCAIS, PROMOVER EVENTOS E AS ATIVIDADES TURÍSTICAS, BEM COMO EMBELEZAR A CIDADE. CRIAR A VILA POMERANA, ONDE O TURISTA PODERÁ FICAR HOSPEDADO COM A FAMÍLIA E VIVENCIAR OS COSTUMES, TRADIÇÕES E TAREFAS QUE HERDAMOS DOS COLONIZADORES. CRIAR POLOS DE TURISMO NOS BAIRROS PARA APROVEITAR MELHOR NOSSAS CONSTRUÇÕES ENXAIMEL.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: PROVER DE NOVOS PROJETOS PARA DESENVOLVER AÇÕES DE FOMENTO AO TURISMO PARA A CIDADE DE POMERODE.							
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final			
Ação: 2072 - Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Turismo							
Vínculo				Meta Financeira			
1000000 - Recursos ordinários				Valor			
				180.300,00			
Subtotal:				180.300,00			



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 29 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Fundo Municipal da Assistência Social	
Programa: 140 - Cidadania pela integração						
Objetivos:						
CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCOOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES, CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.						
Público Alvo:						
Diretrizes: ATENDIMENTO COM ATIVIDADES LÚDICAS E DE LAZER, CONTEMPLANDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E DEMAIS PESSOAS INTERESSADAS; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS RELATIVOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, CONFORME DISPÕE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, E O DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS AÇÕES RELATIVAS AO ANDAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO						
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final	
Ação: 1020 - Aquisição de Terrenos, Constr. da Sede Própria e Casas Populares						
Produto				Unidade Medida	Meta Física	
4 - Terrenos				M²	4.0000	
Vínculo				Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários				Valor		
1530000 - Outras transf. assis. social união				30.000,00		
				450.000,00		
				Subtotal:		
				480.000,00		
Ação: 2047 - Subvenção Social P/lo Centro de Conv. Pommern Hein						
Produto				Unidade Medida	Meta Física	
2 - Atividade				un	4.0000	
Vínculo				Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários				Valor		
				454.000,00		
				Subtotal:		
				454.000,00		
Ação: 2049 - Subvenção para a Casa da Solidariedade						
Produto				Unidade Medida	Meta Física	
2 - Atividade				un	4.0000	
Vínculo				Meta Financeira		
1000000 - Recursos ordinários				Valor		
				287.000,00		
				Subtotal:		
				287.000,00		



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Fundo Municipal da Assistência Social			
Programa: 140 - Cidadania pela integração							
Objetivos:							
CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCOOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES, CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLITICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.							
Público Alvo:							
Diretrizes: ATENDIMENTO COM ATIVIDADES LÚDICAS E DE LAZER, CONTEMPLANDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E DEMAIS PESSOAS INTERESSADAS; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS RELATIVOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, CONFORME DISPÕE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, E O DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS AÇÕES RELATIVAS AO ANDAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2050 - Contribuição Pla da Assoc. de Moradores de Pomerode.							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		
Vínculo				Meta Financeira			Valor
1000000 - Recursos ordinários							3.100,00
				Subtotal:	3.100,00		
Ação: 2051 - Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Social.							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		
Vínculo				Meta Financeira			Valor
1000000 - Recursos ordinários							3.152.800,00
1490100 - Prog.pessoa portad. de def.física - apae							11.000,00
1520001 - Out.transf.fundo assist.-paif							75.600,00
1520002 - Out.transf.fundo assist-paef							78.000,00
1520003 - Outras transf.fundo assis.- bpc escola							1.000,00
1520004 - lgd suas							7.000,00
1630000 - Bolsa família							8.500,00
				Subtotal:	3.333.900,00		
Ação: 2052 - Manutenção das Atividades do Lazer da Família							
Produto				Unidade Medida	Meta Física		
2 - Atividade				un	4,0000		
Vínculo				Meta Financeira			Valor
1000000 - Recursos ordinários							1.059.340,00



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Fundo Municipal da Assistência Social	
Programa: 140 - Cidadania pela integração						
<b>Objetivos:</b>						
CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCOOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES, CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.						
Público Alvo:						
Diretrizes: ATENDIMENTO COM ATIVIDADES LÚDICAS E DE LAZER, CONTEMPLANDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E DEMAIS PESSOAS INTERESSADAS; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS RELATIVOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, CONFORME DISPÕE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, E O DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS AÇÕES RELATIVAS AO ANDAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO						
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final		
<b>Ação: 2052 - Manutenção das Atividades do Lazer da Família</b>						
Vínculo			Meta Financeira	Valor		
			Subtotal:	1.059.340,00		
<b>Ação: 2069 - Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa Idosa</b>						
Vínculo			Meta Financeira	Valor		
14700000 - Apoio a pessoa idosa - api				2.000,00		
			Subtotal:	2.000,00		
<b>Ação: 2070 - Subvenção para a Casa Lar</b>						
Vínculo			Meta Financeira	Valor		
10000000 - Recursos ordinários				240.000,00		
			Subtotal:	240.000,00		
<b>Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE</b>						
<b>Programa: 140 - Cidadania pela integração</b>						
<b>Objetivos:</b>						
CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCOOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES, CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.						
Público Alvo:						
Diretrizes: ATENDIMENTO COM ATIVIDADES LÚDICAS E DE LAZER, CONTEMPLANDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E DEMAIS PESSOAS INTERESSADAS; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS RELATIVOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, CONFORME DISPÕE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, E O DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS AÇÕES RELATIVAS AO ANDAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO						
Indicador	Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final		
<b>Ação: 2069 - Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa Idosa</b>						
Vínculo			Meta Financeira	Valor		
10000000 - Recursos ordinários				6.000,00		



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 32 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE					Secretaria: Fundo Municipal da Pessoa Idosa				
Programa: 140 - Cidadania pela integração									
Objetivos:									
CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCOOL ATRAVÉS DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES, CELEBRAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.									
Público Alvo:									
Diretrizes: ATENDIMENTO COM ATIVIDADES LÚDICAS E DE LAZER, CONTEMPLANDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E DEMAIS PESSOAS INTERESSADAS; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS RELATIVOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, CONFORME DISPÕE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, E O DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS AÇÕES RELATIVAS AO ANDAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO									
Indicador		Tipo		Data	Medida Recente		Medida Final		
Ação: 2069 - Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa Idosa									
Vínculo					Meta Financeira			Valor	
1350100 - API (Apoio a Pessoa Idosa )								5.000,00	
		Subtotal:						11.000,00	
Unidade Responsável: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE-FUNPEEL									
Secretaria: Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer									
Programa: 90 - Esporte é bom									
Objetivos:									
PROMOVER, INCENTIVAR E EXPLORAR EVENTOS, ATIVIDADES ESPORTIVAS, TURÍSTICAS E DE LAZER; PROMOVER E EXPLORAR AÇÕES DETERMINADAS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E TRADICIONAIS; DESENVOLVER MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES CORRELATAS, PARALELAS OU CONEXAS ÀS SUAS PRÓPRIAS FINALIDADES; PLANEJAR E PROMOVER O ESPORTE AMADOR E FOMENTAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO; ORIENTAR E COORDENAR AS EQUIPES ESPORTIVAS REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO; MANTER E CONSERVAR O COMPLEXO DE EVENTOS DA FESTA POMERANA E O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES RALF KNAESEL. CONSTRUIR PISTA DE SKATE NA PRAÇA JORGE LACERDA.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: ESTUDAR E ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DO MUNICÍPIO									
Indicador		Tipo		Data	Medida Recente		Medida Final		
Ação: 2018 - Manutenção do Desporto Amador e Estudantil									
Produto					Unidade Medida		Meta Física		
2 - Atividade					un		4,0000		
Vínculo					Meta Financeira			Valor	
1000000 - Recursos ordinários								5.319.170,00	
1240199 - Transferências de conv. - outros federal								500.000,00	
		Subtotal:						5.819.170,00	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 33 / 41

Unidade Responsável: SAMAE POMERODE				Secretaria: Serviço Autonomo Municipal de Água e Esgoto					
Programa: 80 - Samae									
Objetivos:									
MELHORAR A REDE DE ESGOTOS COM UMA MELHOR ATENÇÃO E SOLUÇÃO AO ESGOTO A CÉU ABERTO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO E VISITAS AS RUAS COM PROBLEMAS, GARANTINDO OBRAS IMEDIATAS NOS LOCAIS MAIS SOLICITADOS PELA COMUNIDADE. PROJETAR PLANO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FILTROS PARA ÁGUA QUE PROVÉM DAS RESIDÊNCIAS, ASSIM COMO MELHORAR AS BOCAS DE LOBO EM TODA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE E NOS BAIRROS ONDE EXISTEM PROBLEMAS EM PERÍODOS DE CHUVAS, EXPANDIR A REDE DE COLETA DE ESGOTO, MELHORAR A GESTÃO E ATENDIMENTO DO SAMAE. IMPLANTAR NOVAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA COM CAPTAÇÃO DA MESMA, INCENTIVAR A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM COLETORES APROPRIADOS, MELHORAR O SISTEMA DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL E ORGÂNICA EM TODO O MUNICÍPIO, RACIONALIZAR A APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO CONVERTENDO EM AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COLETA DE RSU, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA USINA DE TRIAGEM E DA FROTA DE VEÍCULOS, ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES OFERECIDAS AOS FUNCIONÁRIOS, VISANDO OFERECER UM AMBIENTE DE TRABALHO MENOS INSALUBRE E MAIS SAUDÁVEL. ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DA ÁGUA.									
Indicador		Tipo		Data		Medida Recente		Medida Final	
Ação: 1021 - Ampliação e Complementação da Rede de Esgoto								Tipo: Projeto	
Produto				Unidade Medida		Meta Física		Quantidade	
3 - Construção, Reforma e Ampliação				M²				4.0000	
Vínculo						Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários								400.000,00	
				Subtotal:				400.000,00	
Ação: 1022 - Ampliação Unidade Captação, Reserve Tratamen.de Ag								Tipo: Projeto	
Produto				Unidade Medida		Meta Física		Quantidade	
12 - Sistema				un				4.0000	
Vínculo						Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários								780.000,00	
				Subtotal:				780.000,00	
Ação: 1023 - Ampliação e Resapeilhamento do Sistema de Água								Tipo: Projeto	
Produto				Unidade Medida		Meta Física		Quantidade	
10 - Rede de Água				un				4.0000	
Vínculo						Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários								820.000,00	
				Subtotal:				820.000,00	





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 34 / 41

Unidade Responsável: SAMAE POMERODE				Secretaria: Serviço Autonomo Municipal de Água e Esgoto			
Programa: 80 - Samae							
Objetivos:							
MELHORAR A REDE DE ESGOTOS COM UMA MELHOR ATENÇÃO E SOLUÇÃO AO ESGOTO A CÉU ABERTO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO E VISITAS AS RUAS COM PROBLEMAS, GARANTINDO OBRAS IMEDIATAS NOS LOCAIS MAIS SOLICITADOS PELA COMUNIDADE, PROJETAR PLANO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FILTROS PARA ÁGUA QUE PROVÉM DAS RESIDÊNCIAS, ASSIM COMO MELHORAR AS BOCAS DE LOBO EM TODA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE E NOS BAIRROS ONDE EXISTEM PROBLEMAS EM PERÍODOS DE CHUVAS, EXPANDIR A REDE DE COLETA DE ESGOTO, MELHORAR A GESTÃO E ATENDIMENTO DO SAMAE, IMPLANTAR NOVAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA COM CAPTAÇÃO DA MESMA, INCENTIVAR A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM COLETORES APROPRIADOS, MELHORAR O SISTEMA DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL E ORGÂNICA EM TODO O MUNICÍPIO, RACIONALIZAR A APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO CONVERTENDO EM AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COLETA DE RSU, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA USINA DE TRIAGEM E DA FROTA DE VEÍCULOS, ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES OFERECIDAS AOS FUNCIONÁRIOS, VISANDO OFERECER UM AMBIENTE DE TRABALHO MENOS INSALUBRE E MAIS SAUDÁVEL, ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DA ÁGUA.							
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Atividade		
Ação: 2056 - Manutenção dos Serviços Administrativos							
Produto			Unidade Medida		Meta Física		Quantidade
2 - Atividade			un				4.0000
Vínculo					Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários							6.310.000,00
			Subtotal:				6.310.000,00
Ação: 2057 - Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Li							
Produto			Unidade Medida		Meta Física		Quantidade
2 - Atividade			un				4.0000
Vínculo					Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários							8.906.000,00
			Subtotal:				8.906.000,00
Ação: 2058 - Operação e Manutenção do Sistema de Água							
Produto			Unidade Medida		Meta Física		Quantidade
12 - Sistema			un				4.0000
Vínculo					Meta Financeira		Valor
1000000 - Recursos ordinários							13.175.000,00
			Subtotal:				13.175.000,00



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 35 / 41

Unidade Responsável: SAMAE POMERODE						Secretaria: Serviço Autonomo Municipal de Água e Esgoto					
Programa: 80 - Samae											
Objetivos:											
MELHORAR A REDE DE ESGOTOS COM UMA MELHOR ATENÇÃO E SOLUÇÃO AO ESGOTO A CÉU ABERTO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO E VISITAS AS RUAS COM PROBLEMAS, GARANTINDO OBRAS IMEDIATAS NOS LOCAIS MAIS SOLICITADOS PELA COMUNIDADE, PROJETAR PLANO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FILTROS PARA ÁGUA QUE PROVÉM DAS RESIDÊNCIAS, ASSIM COMO MELHORAR AS BOCAS DE LOBO EM TODA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE E NOS BAIRROS ONDE EXISTEM PROBLEMAS EM PERÍODOS DE CHUVAS, EXPANDIR A REDE DE COLETA DE ESGOTO, MELHORAR A GESTÃO E ATENDIMENTO DO SAMAE, IMPLANTAR NOVAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA COM CAPTAÇÃO DA MESMA, INCENTIVAR A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM COLETORES APROPRIADOS, MELHORAR O SISTEMA DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL E ORGÂNICA EM TODO O MUNICÍPIO, RACIONALIZAR A APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO CONVERTENDO EM AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COLETA DE RSU, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO.											
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL											
Diretrizes: NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA USINA DE TRIAGEM E DA FROTA DE VEÍCULOS, ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES OFERECIDAS AOS FUNCIONÁRIOS, VISANDO OFERECER UM AMBIENTE DE TRABALHO MENOS INSALUBRE E MAIS SAUDÁVEL, ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DA ÁGUA.											
Indicador		Tipo		Data		Medida Recente		Medida Final		Tipo: Atividade	
Ação: 2059 - Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto											
Produto						Unidade Medida		Meta Física		Quantidade	
12 - Sistema						un				4,0000	
Vínculo								Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários										2.545.000,00	
						Subtotal:				2.545.000,00	
Ação: 3 - Contribuição ao Pasep											
Tipo:											
Produto						Unidade Medida		Meta Física		Quantidade	
2 - Atividade						un				4,0000	
Vínculo								Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários										317.000,00	
						Subtotal:				317.000,00	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES					Secretaria: Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode				
Programa: 170 - Regime próprio de previdência									
Objetivos:									
MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA CAPAZ DE GARANTIR A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E O PAGAMENTO DA PENSÃO AOS SEUS DEPENDENTES.									
Público Alvo:									
Diretrizes:									
Indicador		Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Atividade			
Ação: 2054 - Encargos com a Aposentadoria e Pensões									
Produto		Unidade Medida			Meta Física		Quantidade		
2 - Atividade		un					4,0000		
Vínculo					Meta Financeira		Valor		
1000000 - Recursos ordinários							4.800.000,00		
1030000 - Contribuição para o rpps							19.400.380,00		
		Subtotal:					24.200.380,00		
Ação: 2055 - Manutenção das Atividades do Fap									
Produto		Unidade Medida			Meta Física		Quantidade		
2 - Atividade		un					4,0000		
Vínculo					Meta Financeira		Valor		
1030000 - Contribuição para o rpps							5.925.447,00		
		Subtotal:					5.925.447,00		
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE									
Programa: 90 - Esporte é bom									
Objetivos:									
PROMOVER, INCENTIVAR E EXPLORAR EVENTOS, ATIVIDADES ESPORTIVAS, TURÍSTICAS E DE LAZER; PROMOVER E EXPLORAR AÇÕES DETERMINADAS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES; MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E TRADICIONAIS; DESENVOLVER MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES CORRELATAS, PARALELAS OU CONEXAS ÀS SUAS PRÓPRIAS FINALIDADES; PLANEJAR E PROMOVER O ESPORTE AMADOR E FOMENTAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO; ORIENTAR E COORDENAR AS EQUIPES ESPORTIVAS REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO; MANTER E CONSERVAR O COMPLEXO DE EVENTOS DA FESTA POMERANA E O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES RALF KNAESEL. CONSTRUIR PISTA DE SKATE NA PRAÇA JORGE LACERDA.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: ESTUDAR E ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DO MUNICÍPIO									
Indicador		Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Projeto			
Ação: 1007 - Ampliação do Complexo Esportivo Municipal									
Produto		Unidade Medida			Meta Física		Quantidade		
3 - Construção, Reforma e Ampliação		M²					4,0000		

Identificador: WPL101101-1619-BNIMY-168795001 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

IPM - Informática Ltda

08/05/2015 14:29



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 37 / 41

Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE POMERODE				Secretaria: Divisão de Esporte			
Programa: 90 - Esporte é bom							
Objetivos: PROMOVER, INCENTIVAR E EXPLORAR EVENTOS, ATIVIDADES ESPORTIVAS, TURÍSTICAS E DE LAZER; PROMOVER E EXPLORAR AÇÕES DETERMINADAS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES; MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E TRADIÇÕES; DESENVOLVER MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES CORRELATAS, PARALELAS OU CONEXAS ÀS SUAS PRÓPRIAS FINALIDADES; PLANEJAR E PROMOVER O ESPORTE AMADOR E FOMENTAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO; ORIENTAR E COORDENAR AS EQUIPES ESPORTIVAS REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO; MANTER E CONSERVAR O COMPLEXO DE EVENTOS DA FESTA POMERANA E O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES RALF KNAESEL. CONSTRUIR PISTA DE SKATE NA PRAÇA JORGE LACERDA.							
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Diretrizes: ESTUDAR E ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DO MUNICÍPIO							
Indicador		Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 1007 - Ampliação do Complexo Esportivo Municipal							
Tipo: Projeto							
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários						200.000,00	
1240199 - Transferências de conv. - outros federal						890.600,00	
1240299 - Transfênciã de conv. - outros estadual						240.000,00	
Subtotal:						1.330.600,00	
Unidade Responsável: FUNDO MUN. P/ CRIANÇA E O ADOL. - POMERO							
Secretaria: Fundo Municipal para a Criança e Adolescente							
Programa: 160 - Promoção dos direitos e deveres da criança e do ad							
Objetivos: AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCOS, ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL E INTEGRÁ-LOS A SOCIEDADE.							
Público Alvo:							
Diretrizes: PROMOVER ATENDIMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL E GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO.							
Indicador		Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final		
Ação: 2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente							
Tipo: Atividade							
Produto				Unidade Medida	Meta Física	Quantidade	
2 - Atividade				un		4.0000	
Vínculo					Meta Financeira	Valor	
1000000 - Recursos ordinários						466.000,00	
1770000 - Fia imposto de renda						360.000,00	
1780000 - Fia demais recursos						47.000,00	
Subtotal:						873.000,00	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 38 / 41

Unidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMERODE					Secretaria: Fundo Municipal de Saúde				
Programa: 60 - Saude para todos									
Objetivos:									
ATENÇÃO BÁSICA À SAUDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAUDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAUDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAUDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINÁSTICAS.									
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Diretrizes: ATENDER DE FORMA GERAL AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAUDE.									
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Projeto		Medida Final		
Ação: 1018 - Aquisição de Veículos									
Vínculo					Meta Financeira	Valor			
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde						45.000,00			
1235400 - Transf. de convênios da união saude						120.000,00			
1235500 - Transf. de convênios do estado saude						30.000,00			
Subtotal:						195.000,00			
Ação: 1019 - Construção Reforma, Ampliação e Aquisição de Terrenos para Unidades de Saúde									
Vínculo					Meta Financeira	Valor			
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde						35.000,00			
1235400 - Transf. de convênios da união saude						3.000.000,00			
1235500 - Transf. de convênios do estado saude						300.000,00			
1330000 - Transferências de Convênios - União/Saude						0,00			
1380209 - PMAQ - Progr.Melh.Aces.Qualidade						0,00			
1630000 - Bolsa familia						0,00			
Subtotal:						3.335.000,00			
Ação: 2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos Sus									
Vínculo					Meta Financeira	Valor			
1380303 - Brasil Sem Miséria - Odonto						0,00			
1570000 - Serviço atend. móvel de urgência - samu						549.500,00			
1640100 - Pab fixo						1.785.700,00			
1640110 - Progr.vig.e prev.de violencia e acident						21.000,00			
1640111 - Programa requalificacao de ubs-reformas						150.000,00			
1640201 - Pacs						2.099.000,00			
1640202 - Psf						2.053.440,00			
1640203 - Psf - odontológico						562.680,00			
1640204 - Psf estadual						543.800,00			
1640206 - Nucleo apoio a saude familia - nasf						720.000,00			
1640208 - Centro de atenção psicossocial - caps						1.018.980,00			

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL101101-1619-BNIMY-168795001 - Emitido por: DIEGO ARRUDA IRIGOITE

08/05/2015 14:29



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Unidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMERODE					Secretaria: Fundo Municipal de Saúde	
Programa: 60 - Saude para todos						
Objetivos: ATENÇÃO BÁSICA À SAUDE, AMPLIANDO OS SERVIÇOS, DANDO MAIS AUTONOMIA AOS PSFs DO MUNICÍPIO PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DE GERENTES E ENFERMEIROS RESPONSÁVEIS POR CADA POSTO, APOIAR O HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO PARA MELHORIA DO PRONTO ATENDIMENTO, BEM COMO PARA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MAIS CONFORTO E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS E PACIENTES. ESTIMULAR AS VISITAS DOS AGENTES DE SAUDE AOS LARES, INSTITUIR PROGRAMAS DE SAUDE ALIMENTAR, CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE SAUDE EM TESTO REGA, CENTRO, TESTO CENTRAL E NOVA SEDE ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE 16 PRAÇAS COM APARELHOS DE GINASTICAS.						
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL						
Diretrizes: ATENDER DE FORMA GERAL AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAUDE.						
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Tipo: Atividade	
Ação: 2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos Sus						
Vínculo					Meta Financeira	
1640209 - Pmaq-progr.melh.aces.qualidade					2.868.000,00	
1650100 - Prog exames de média e alta complexidade					650.679,00	
1650400 - Rede cegonha					36.000,00	
1660100 - Prog de vigilancia epidemiologica					183.546,00	
1660200 - Prog. vigilancia sanitaria - federal					66.600,00	
1660300 - Prog. de vig. sanitaria estadual					300,00	
1660304 - Progr. vig. aids					24.000,00	
1670100 - Prog. de farmácia básica federal					117.015,00	
1670200 - Prog. de farmácia básica estadual					76.864,00	
1670301 - MAC - Estadual					308.988,00	
1700100 - Proj.incl.soc.trab-saude mental					18.000,00	
1700200 - Prog. de gestao saude participa sus					13.000,00	
Subtotal:						13.867.092,00
Ação: 2065 - Programa de Farmacia Basica						
Tipo: Atividade						
Vínculo					Meta Financeira	
1020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saude					600.000,00	
1670100 - Prog. de farmácia básica federal					300.000,00	
1670200 - Prog. de farmácia básica estadual					300.000,00	
Subtotal:						1.200.000,00





**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 40 / 41

Unidade Responsável: FUNDO MUN. DA ASSIST. SOCIAL DE POMERODE					Secretaria: Fundo Municipal de Assistência Social	
Programa: 140 - Cidadania pela integração						
Objetivos: CRIAR PROGRAMAS EDUCATIVOS FOCANDO A CRIANÇA, O JOVEM, O ADULTO E A TERCEIRA IDADE. IMPLANTAR CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS COM PROBLEMAS DE DROGAS E ALCOOL ATRAVES DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES, CELEBRAR CONVENIÇOS E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS, PARA VIABILIZAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MORADIA PRÓPRIA PARA FAMÍLIAS DE MÉDIA E BAIXA RENDA.						
Público Alvo: Diretrizes: ATENDIMENTO COM ATIVIDADES LÚDICAS E DE LAZER, CONTEMPLANDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E DEMAIS PESSOAS INTERESSADAS; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS RELATIVOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, CONFORME DISPÕE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - SUAS, E O DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS AÇÕES RELATIVAS AO ANDAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO						
Indicador	Tipo		Data	Medida Recente	Medida Final	
Ação: 1020 - Aquisição de Terrenos, Constr. da Sede Própria e Casas Populares						
Vínculo			Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários					1.000,00	
1350000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União					450.000,00	
Subtotal:					451.000,00	
Ação: 2067 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Assistência Social						
Vínculo			Meta Financeira		Valor	
1000000 - Recursos ordinários					3.000,00	
1350000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União					78.000,00	
1350200 - Progr. Pessoa Portadora de Def. Física					33.000,00	
1350300 - PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família)					250.800,00	
1350400 - PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos)					234.000,00	
1350500 - Progr. BPC Escola					3.000,00	
1350600 - IGD SUAS (Índice de Gestão Descentralizada)					30.000,00	
1350700 - Bolsa Família					27.000,00	
1490100 - Prog.pessoa portad. de def.física - apae					0,00	
1520001 - Out.transf fundo assist.-paif					0,00	
1520002 - Out.transf.fundo assist-paef					0,00	
1520003 - Outras transf.fundo assis.- bpc escola					0,00	
1520004 - Igd suas					0,00	
1630000 - Bolsa família					0,00	
1650001 - PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família)/Estado					150.000,00	
1650002 - PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos)/Estado					150.000,00	
Subtotal:					958.800,00	



**MUNICÍPIO DE POMERODE**  
Planejamento e Orcamento  
Anexo PPA Sintético  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017

Pág 41 / 41

Unidade Responsável: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES				Secretaria: Res.cont.pl/ Desp.nao Orc.ou Orc. a Menor	
Programa: 999 - Reserva de contingência					
Objetivos: ATEBDER A PASSIVOS CONTINGENTES, EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS E OUTRAS INSUFICIÊNCIAS.					
Público Alvo:					
Diretrizes:					
Indicador		Tipo	Data	Medida Recente	Medida Final
Ação: 9998 - Reserva da Previdência Social					
Tipo: Reserva Contingência					
Produto				Unidade Medida	Meta Fisica
2 - Atividade				un	Quantidade 4,0000
Vínculo					Meta Financeira
1030000 - Contribuição para o rpps					Valor 16.350.707,10
Subtotal:				16.350.707,10	
Ação: 9999 - Reserva de Contingência					
Tipo: Reserva Contingência					
Produto				Unidade Medida	Meta Fisica
2 - Atividade				un	Quantidade 4,0000
Vínculo					Meta Financeira
1000000 - Recursos ordinários					Valor 400.000,00
Subtotal:				400.000,00	
Total Geral:				520.323.510,15	

ROLF NICOLODELLI  
Prefeito  
CPF: 421.393.179-04

**SAMAE****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO POMERO-DE-SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - SAMAE

Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto Pomerode (SAMAE) torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015, Objeto - Contratação de empresa para realização de concurso público para preenchimento dos cargos de provimento efetivo do quadro de servidores do SAMAE. Empresa - IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Publica CNPJ - 33.645.482/0001-96, Com sede em Rio de Janeiro - RJ, pelo valor total arrecadado com as inscrições, pelo período de 70(setenta) dias, nos termos do artigo 24 inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Pomerode 07, de Maio de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**Ponte Serrada****PREFEITURA****EXTRATO 2015**

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 009/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP LTDA.CNPJ: 95.368.320/0001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção das atividades, conforme consta no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 150.293,31(CENTO E CINQUENTA MIL DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DE 27 DE ABRIL DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 27 DE ABRIL DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 009/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP LTDA.

CNPJ: 13.971.092/0001-07

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção das atividades, conforme consta no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 185.814,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL OITOCENTOS E QUATORZE REAIS).

VIGÊNCIA: DE 27 DE ABRIL DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 27 DE ABRIL DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 009/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA EPP LTDA.CNPJ: 03.501.603/0001-65

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção das atividades, conforme consta no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 39.261,17 (TRINTA E NOVE DUZENTOS E SESENTA E UM REAIS DEZESSETE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DE 27 DE ABRIL DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 27 DE ABRIL DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 009/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

.CNPJ: 85.294.385/0001-49

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção das atividades, conforme consta no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 91.850,00 (NOVENTA E UM MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

VIGÊNCIA: DE 27 DE ABRIL DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 27 DE ABRIL DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 009/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS

.CNPJ: 01.365.181/0001-12

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção das atividades, conforme consta no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 174.362,50 (CENTO E SETENTA E QUATRO MIL TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS CINQUENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DE 27 DE ABRIL DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 27 DE ABRIL DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 009/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA

.CNPJ: 02.756.441/0001-43

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção das atividades, conforme consta no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 19.084,50 (DEZENOVE MIL OITENTA E QUATRO REAIS CINQUENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: DE 27 DE ABRIL DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 27 DE ABRIL DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 009/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME

.CNPJ: 06.194.440/0001-03

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção das atividades, conforme consta no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 51.459,59 (CINQUENTA E UM MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DE 27 DE ABRIL DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 27 DE ABRIL DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 009/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME

.CNPJ: 18.945.818/0001-74

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção das atividades, conforme consta no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 103.684,63 (CENTO E TRES MIL SEISCENTOS E OITENTA E QUATRO MIL SESENTA E TRES CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DE 27 DE ABRIL DE 2015 A 27 DE ABRIL DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 27 DE ABRIL DE 2015.

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### CONTRATO Nº 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATO Nº 018/2015 - PMPB

OBJETO: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária do trecho 1 da Avenida Hironido Conceição dos Santos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Concorrência Pública 001/2015 - PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 1.474.179,47 (um milhão quatrocentos e setenta e quatro mil cento e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

PRAZO: 09 (nove) meses

DATA DA ASSINATURA: 29/04/2015

Porto Belo, 05 de maio de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 060/2015

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 060/2015 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Intendências de Santa cruz do timbó e São Miguel da Serra.  
Valor Total: R\$ 9.761,47 (nove mil setecentos e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 023/2015, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 28 de abril de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Supermercado Dukelli Ltda.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 061/2015

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 061/2015 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Intendências de Santa cruz do timbó e São Miguel da Serra.  
Valor Total: R\$ 7.441,55 (sete mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 023/2015, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 28 de abril de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 062/2015

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 062/2015 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e Mercado Koserá Ltda - ME.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Intendências de Santa cruz do timbó e São Miguel da Serra.  
Valor Total: R\$ 7.397,80 (sete mil trezentos e noventa e sete reais e oitenta centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 023/2015, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 28 de abril de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Mercado Koserá Ltda - ME.  
Contratada

### EXTRATO EDITAL PE 003/2015 - SMS

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal de Saúde  
Processo Licitatório 013/2015 - Pregão Eletrônico Nº 003/2015 - SMS

Objeto: Aquisição de materiais médico-hospitalares e odontológicos destinados para uso em procedimentos realizados nas Unidades de Saúde do Município de Porto União;  
Forma de Pregão: Eletrônico - Tipo Menor preço por item;  
Recebimento das Propostas: até as 08:00 hora 21/05/2015, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF;  
Início da sessão: 08:30 horas do dia 21/05/2015.  
Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).  
Porto União, 08 de maio 2015.  
Anízio de Souza - Prefeito Municipal

### LEI Nº 4.320/2015

LEI Nº 4.320, de 28 de abril de 2015.  
Dispõe sobre o "Reajuste Salarial".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder o "Reajuste Salarial", que constitui um aumento real da remuneração, num percentual de 1,48% (um vírgula quarenta e oito por cento).

Art. 2º O "Reajuste Salarial" será concedido aos servidores efetivos e comissionados, ativos, inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Porto União, aplicados em uma única vez, considerando como base o mês de abril do ano corrente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Porto União (SC), 28 de abril de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2015

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 040/2015  
Pregão Presencial 023/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Supermercado Dukelli Ltda, Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP e Mercado Koserá Ltda - ME.  
Porto União SC, 28 de abril de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### CONTRATO NR. 78/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 78/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades das Secretarias Municipais do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 38.507,00 (trinta e oito mil, quinhentos e sete reais).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### CONTRATO NR. 79/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 79/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	L.A. CN INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades das Secretarias Municipais do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 9.496,50 (nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais, com cinquenta centavos).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### CONTRATO NR. 80/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 80/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades das Secretarias Municipais do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 16.051,59 (dezesesseis mil, cinquenta e um reais, com cinquenta e nove centavos).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### CONTRATO NR. 81/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 81/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades das Secretarias Municipais do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 25.184,80 (vinte e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais, com oitenta centavos).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### CONTRATO NR. 82/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 82/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 1.660,00 (um mil, seiscentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 83/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 83/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	L.A. CN INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 1.416,58 (um mil, quatrocentos e dezesseis reais, com cinquenta e oito centavos).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.



**CONTRATO NR. 84/2015**

## EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 84/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LEO GULIANI ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 8.484,90 (oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais, com noventa centavos).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.

**CONTRATO NR. 85/2015**

## EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 85/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 2.602,09 (dois mil, seiscentos e dois reais, com nove centavos).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.

**CONTRATO NR. 86/2015**

## EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 86/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 3.573,60 (três mil, quinhentos e setenta e três reais, com sessenta centavos).
VIGÊNCIA:	06/05/2015 a 31/12/2015.

**Rio do Sul****PREFEITURA****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**

Abre inscrições para o concurso público para os cargos do Magistério Público Municipal elencados no Anexo I, parte integrante deste edital, em conformidade com a Lei Complementar nº 75 de 20 de novembro de 2001 e Alterações Posteriores, Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e Alterações Posteriores e Decreto nº 2959 de 07 de novembro de 2012.

**1. DOS CARGOS E DAS VAGAS**

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos de provimentos efetivos constantes no Anexo I deste Edital, com cargo/área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo.

1.2. O candidato que integrar o cadastro de reserva deverá manter seu endereço atualizado no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio do Sul, durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda da classificação.

**2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

2.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscreverem-se em Concurso Público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas de cada cargo oferecidas no concurso, obedecendo o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de cada cargo.

2.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o artigo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.3. Em concursos cujo número de vagas seja inferior ou igual a dezenove, a quinta vaga será do deficiente e a partir daí conta-se de vinte em vinte. O próximo deficiente será chamado para ocupar a quadragésima primeira vaga e o próximo para a sexagésima primeira vaga. A cada vinte vagas subsequente será do deficiente.

2.4. Considera-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298, 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

2.5. No ato da inscrição, segundo o que dispor o edital, o candidato portador de deficiência deverá apresentar laudo médico, expedido nos últimos três meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, a provável causa da deficiência.

2.6. O candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, no ato da inscrição, através do preenchimento do Anexo III deste Edital, indicando claramente as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, que serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

2.7. O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das suas provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista

da área de sua deficiência, durante o período de inscrições, conforme dispõe o Decreto Federal nº 3.298, 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

2.8. As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas neste regulamento, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

2.9. Objetivando assegurar o direito do candidato portador de deficiência, aprovado e classificado, na publicação do Resultado Final do Concurso Público, serão emitidas duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente com a pontuação destes últimos.

2.10. Ao ser convocado, o candidato portador de deficiência deverá submeter-se a Perícia Médica indicada pelo Município de Rio do Sul, que confirmará de modo definitivo o enquadramento de sua situação como portador de deficiência e a compatibilidade com o cargo pretendido.

2.11. Será eliminado da lista de deficientes, o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não reste comprovada pelo médico perito, devendo neste caso o nome integrar apenas a lista de classificação geral de aprovados.

2.12. Será eliminado do Concurso Público o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição seja incompatível com o cargo pretendido.

2.13. A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho do candidato portador de deficiência obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, Art. 43 e Art. 44, conforme especificado a seguir:

2.13.1. A avaliação do potencial de trabalho do candidato portador de deficiência, frente as rotinas do cargo, será realizada pela Perícia do Município.

2.13.2. A Perícia do Município emitirá parecer observando:

- a) as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
- b) a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo a desempenhar;
- c) a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;
- d) a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize e;
- e) o CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 15/05/2015 à 31/05/2015, somente via internet, pelo sítio [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. Imprimir o boleto bancário;

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o

dia 01/06/2015, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas;

3.2.4. O candidato sem acesso à internet poderá se deslocar durante o período de inscrição, de segunda-feira à sexta-feira, das 8h30min às 11h30min e das 14h às 17h no endereço: Rua Coelho Neto, n. 191, Centro, Edifício Torre dos Vales, sala 05, Rio do Sul - SC, onde será auxiliado na realização de sua inscrição.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Enviar por Sedex para a Empresa Click Soluções, Rua Tenente Costa, 123, Centro - Ituporanga - SC, CEP 88400-000:

3.3.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças - CID e a provável causa da mesma.

3.3.1.2. Anexo IV deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

- a) declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;
- b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;
- c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.2 e 3.2.3 deste Edital.

3.5. Terá a inscrição cancelada, o candidato que não efetuar o pagamento da inscrição da maneira prevista nos itens 3.2.2 e 3.2.3.

3.5.1. O Município de Rio do Sul e a Empresa Click Soluções não efetuarão a devolução do valor de inscrição paga após o decurso do prazo previsto no item 3.2.3 e também, não efetuará reembolso em qualquer outra hipótese.

3.6. O Município de Rio do Sul e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via Internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.8. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.9. Os candidatos poderão se inscrever em um único cargo.

3.10. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 03/06/2015 a Comissão Especial de Concurso Público publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

3.11. No dia 12/06/2015, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal.

### 4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. R\$ 100,00 (cem reais).

## 5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Somente haverá isenção da taxa de inscrição para o candidato que declarar e comprovar ser economicamente hipossuficiente, estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal n. 6.135, de 26 de junho de 2007 e da Lei Complementar nº 289, de 03 de novembro de 2014.

5.1.1. O candidato que requerer a isenção na condição de economicamente hipossuficiente deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico, mesmo que atualmente estejam divergentes ou que tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico em âmbito nacional. Após o julgamento do pedido de isenção, o candidato poderá efetuar a atualização dos seus dados cadastrais com a empresa Click Soluções pelo sistema de inscrições online.

5.1.1.1. Mesmo que inscrito no CadÚnico, a inobservância do disposto no subitem anterior poderá implicar o indeferimento do pedido de isenção do candidato, por divergência dos dados cadastrais informados e os constantes no banco de dados do CadÚnico.

5.1.1.2. A isenção mencionada no subitem 5.1.1 poderá ser solicitada no período entre o dia 15 de maio de 2015 ao dia 31 de maio de 2015, por meio de inscrição no site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br), devendo o candidato, obrigatoriamente, indicar o seu Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico, bem como declarar-se membro de família de baixa renda.

5.1.1.3. A empresa Click Soluções consultará o órgão gestor do CadÚnico a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente.

5.2. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.3. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita a análise e deferimento por parte da empresa Click Soluções.

5.3.1. O fato de o candidato estar participando de algum Programa Social do Governo Federal (Prouni, Fies, Bolsa Família etc.), assim como o fato de ter obtido a isenção em outros certames, não garantem, por si sós, a isenção da taxa de inscrição.

5.4. Não serão aceitos, após a realização do pedido, acréscimos ou alterações das informações prestadas, ressalvado o subitem 5.1.1.

5.5. Não será deferida a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por fax, correio eletrônico ou pelos Correios.

5.6. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicarão a eliminação automática do processo de isenção.

5.7. O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção de

taxa de inscrição será divulgado no dia 03 de junho de 2015, no site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

5.7.1. É responsabilidade do candidato acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo.

5.8. O candidato cujo requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição for indeferido poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, através de link disponibilizado no site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

5.9. A relação dos pedidos de isenção deferidos após recurso será divulgada até o dia 09 de junho de 2015, no site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

5.10. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos poderão se inscrever acessando o site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br) para imprimir e pagar o boleto bancário até o dia 10 de junho de 2015.

5.11. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos neste Edital estará automaticamente excluído do Concurso Público.

## 6. DAS PROVAS

6.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas - Anexos II e III deste Edital.

6.2. A Prova Escrita (PE) será objetiva, de múltipla escolha, com 01 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, utilizando-se 02 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, de acordo com o Anexo III, parte integrante deste edital.

6.2.2. Serão considerados aprovados na Prova Escrita os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

6.3. A Prova de Títulos (PT) é de caráter classificatório, e será aplicada para todos os candidatos.

6.3.1. A metodologia da Prova de Títulos está descrita no Anexo III, parte integrante deste edital.

6.4. A Nota Final será formada da seguinte forma:

6.4.1. 75% Prova Escrita e 25% Prova de Títulos  
Fórmula a ser aplicada:  $(PE \times 0,75) + (PT \times 0,25)$ .

## 7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A Prova Escrita será realizada no dia 21/06/2015 no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI - Rua Dr. Guilherme Gemballa, 13 - Bairro Jardim América - Rio do Sul - S.C.

7.2. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

7.3. O envio dos documentos para Prova de Títulos deverá ser feito por SEDEX durante o período de 15/05/2015 à 01/06/2015 para CLICK SOLUÇÕES, situada na Rua Tenente Costa, 123, Centro de Ituporanga - SC, CEP 88400-000. O envelope, nos dados

do remetente, deverá obrigatoriamente conter as seguintes informações:

- CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL;
- NOME DO CANDIDATO;
- NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO;
- CARGO PARA QUAL SE INSCREVEU.

7.4. Os gabaritos Provisórios das provas escritas serão disponibilizados via internet, no sítio [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br), e nos locais previstos no item 11.1 deste Edital, no dia 21/06/2015 após às 18h.

7.5. No dia 01/07/2015, a Comissão Especial de Concurso Público publicará o gabarito definitivo.

7.6. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo II.

7.7. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.7.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

7.7.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

7.7.3. Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

7.7.4. Que obtiver melhor nota na prova de Raciocínio Lógico (Matemática);

7.7.5. Que tiver maior idade;

7.7.6. Que tiver maior número de dependentes;

7.7.7. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 02 (dois) dias de antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

7.8. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Concurso Público.

7.9. No dia 01/07/2015 serão publicadas as notas da Prova Escrita e da Prova de Títulos com a respectiva classificação.

7.10. A lista de classificação homologada pelo Prefeito Municipal será publicada no dia 07/07/2015, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. Do presente Edital;

8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. Da nota da prova escrita;

8.1.5. Da nota da prova de títulos;

8.1.6. Da classificação provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado no Setor de Protocolo Geral, direcionado ao Presidente da Comissão Especial de Concurso Público, na Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos através do sítio da empresa Click Soluções - [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

8.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme Cronograma estabelecido no Anexo V, parte integrante deste edital.

8.5. Na realização da PROVA ESCRITA à candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira a Click Soluções, por escrito, até o dia 01/06/2015 para adoção das providências necessárias.

8.5.1. A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro formalmente indicado pela candidata).

8.5.2. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

8.5.3. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

8.5.4. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

## 9. DOS REQUISITOS PARA A NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

9.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado brasileiro;

9.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e idade máxima de 69 (sessenta e nove) anos;

9.1.3. Comprovar habilitação mínima exigida pelo edital, conforme o Anexo I;

9.1.4. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível e autenticada em cartório, quando for o caso:

- a) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- d) Título de Eleitor;
- e) Certidão relativa à quitação eleitoral;
- f) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- g) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo, autenticado em cartório;
- h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- i) Carteira de Trabalho - cópia da parte de identificação e qualificação civil;
- j) Comprovante Inscrição PIS/PASEP;
- k) Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do



art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;  
l) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;

m) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

n) Número da conta corrente, no Banco Bradesco;

o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;

p) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;

q) Comprovante de dois anos de docência, para o cargo de Pedagogo;

r) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão, quando houver;

s) Exames a serem apresentados no ato da posse, custeados pelo candidato:

1. Hemograma completo;

2. Glicemia;

3. VDRL;

4. RX Tórax e da coluna lombo-sacra;

5. ECG, com idade igual ou superior a 40 anos;

6. Creatinina;

7. Laudo do Psiquiatra;

8. RX de bacia.

t) Atestado Admissional.

#### 10. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Concurso terá validade de 02 (dois) anos, com possibilidade de ser prorrogado por igual período.

10.2. A aprovação neste Concurso Público não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

10.3. Não havendo interesse em tomar posse no cargo, o candidato deve comunicar formalmente a desistência da vaga.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Concurso Público, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e nos seguintes sites: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh> e [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

11.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em retificação ou aviso a ser publicado.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso Público.

11.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.4.1. Anexo I - Quadro de cargos e habilitação mínima exigida e Atribuições dos Cargos;

11.4.2. Anexo II - Conteúdo Programático da Prova Escrita;

11.4.3. Anexo III - Normas para realização da Prova Escrita e Prova de Títulos;

11.4.4. Anexo IV - Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

11.4.5. Anexo V - Cronograma.

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, 11 de maio de 2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

#### ANEXO I

#### A - QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

Cargo	Vagas PNE	Vagas	Carga Horária	Vencimento inicial (R\$)	Nível de escolaridade exigida no ato da posse	TIPOS DE PROVAS
Pedagogo	-	CR	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Pedagogia com comprovação de experiência mínima de 02 anos de docência	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor de Educação Infantil	3	47	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor de Educação Especial	-	06	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia com complementação em Educação Especial	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor de Informática	-	04 01	40 10	R\$ 2.876,67 R\$ 719,17	Licenciatura Plena na área de Informática	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor de Anos Iniciais	-	CR	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor de Educação Física	-	CR CR	40 10	R\$ 2.876,67 R\$ 719,17	Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no CREF	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor de Matemática	-	CR	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Matemática	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor de História	-	CR	20	R\$ 1.438,34	Licenciatura Plena em História.	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos

Professor Inglês	-	CR	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Letras - Habilitação em Língua Inglesa	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor Artes	-	CR	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Artes	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor Ensino Religioso	-	02 01 CR	40 30 20	R\$ 2.876,67 R\$ 2.157,50 R\$ 1.438,34	Licenciatura Plena em Ensino Religioso	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor Geografia	-	CR	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Geografia	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor Língua Portuguesa	-	CR	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Letras	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos
Professor Filosofia	-	CR	40	R\$ 2.876,67	Licenciatura Plena em Filosofia	Prova Escrita Objetiva + Prova de Títulos

\* CR = Cadastro Reserva. \* PNE = Portador de Necessidades Especiais.

#### B - ATRIBUIÇÕES CARGO DE PROFESSOR

Docência na educação infantil e no ensino fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

1. Participar da construção da proposta pedagógica da unidade educacional;
2. Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade;
3. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
4. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
5. Estabelecer e implementar, com apoio dos demais agentes da instituição, estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;
6. Empregar estratégias diferenciadas de ensino, para atender as diferenças individuais dos discentes;
7. Realizar a avaliação dos alunos de forma diagnóstica, emancipatória, global e contínua;
8. Cumprir os dias letivos e hora-aula estabelecidas;
9. Relacionar-se eticamente com os colegas, servidores, alunos, pais e a comunidade em geral;
10. Fazer todos os registros escritos necessários para garantir o acompanhamento dos alunos;
11. Nortear sua prática pedagógica por princípios democráticos,

sociais e cidadãos;

12. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

#### C - ATRIBUIÇÕES CARGO PEDAGOGO

Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e/ou no ensino fundamental, voltadas para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

1. Coordenar a construção e execução da proposta pedagógica da escola;
2. Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;
3. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;
4. Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;
5. Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;
6. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
7. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;
8. Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;
9. Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento da rede de ensino ou da escola;
10. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento da rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
11. Acompanhar e supervisionar o funcionamento da(s) escola(s), zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pela qualidade de ensino.
12. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo ensino-aprendizagem.

#### ANEXO II

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

#### 1. LÍNGUA PORTUGUESA:

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos.

#### 2. CONHECIMENTOS GERAIS:

Atualidades, Cultura, Cinema, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Rio do Sul, Notícias publicadas na mídia escrita ou falada e Informática básica.

#### 3. RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA):

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções



lineares e quadrática. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Estatística.

#### 4. LEGISLAÇÃO:

Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, Constituição Federal referente à Educação, Plano Político Pedagógico da escola - PPP, Plano Nacional da Educação - Lei nº 13.005/2014, Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CEB nº 4 de 02 de outubro de 2009, Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010, Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010 e Lei nº 11.738 de 2008.

#### 5. ESPECÍFICOS:

##### 5.1. Pedagogo:

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Relacionamento Professor x Aluno. Educação no mundo atual. Psicologia do desenvolvimento infantil. Jogos e brincadeiras na infância. Função e papel da escola. Instrumentos/Atividades pedagógicas. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Problemas de aprendizagem. Recreação: atividades recreativas. Métodos e processos no ensino da leitura. Resolução CNE/CEB nº 1 de 10 de março de 2011.

##### 5.2. Professor de Educação Infantil:

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Relacionamento Professor x Aluno. Educação no mundo atual. Psicologia do desenvolvimento infantil. Jogos e brincadeiras na infância. Função e papel da escola. Instrumentos/Atividades pedagógicas. Resolução CNE/CEB nº 1 de 10 de março de 2011.

##### 5.3. Professor de Educação Especial:

História da Educação Especial no Brasil e no mundo. Deficiência auditiva, visual, mental, físicas, altas habilidades, sensoriais e transtorno do espectro autista. Causas das deficiências - prevenção. LDB - parte referente à Educação Especial. Resolução 01/96 CEE/SC. Lei 10.098/00. Lei 10.172/01. Constituição Federal - parte referente à Educação Especial. O Deficiente Social e a Sociedade. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Resolução CNE/CEB nº 4 de 02 de outubro de 2009. Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. Plano de desenvolvimento individual: avaliação e ação pedagógica na sala de recursos multifuncionais.

##### 5.4. Professor de Informática:

Algoritmo e Técnicas de Programação. Banco de Dados. Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído). Redes de computadores. Internet. Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores. Interação humano-computador. Sites de busca na Internet.

##### 5.5. Professor de Anos Iniciais:

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Problemas de aprendizagem. Recreação: atividades recreativas. Métodos e processos no ensino da leitura.

##### 5.6. Professor de Educação Física:

História da Educação Física no Brasil. Didática da Educação Física. Psicologia da Aprendizagem. Sociologia do Esporte. Noções de Fisiologia, Anatomia, Cinesiologia e Desenvolvimento Motor Aplicado à Educação Física. Noções do Treinamento Desportivo. Metodologia do Ensino de Educação Física. Metodologia do Ensino dos Esportes (Voleibol, Basquetebol, Handebol, Futebol, Futsal, Natação, Atletismo - Saltos, Corridas, Arremessos e Lançamentos). A Educação Física no currículo escolar. A história da Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem Social Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Noções de Fisiologia do exercício. A Educação Física e os parâmetros curriculares. Educação Física, Inclusão e Diversidade. Concepção histórico social da criança. Educação Psicomotora e as fases do desenvolvimento infantil. Técnicas do movimento corporal aplicado à dança. Noções de estilo, caráter, forma e ritmo. Treinamento do corpo como instrumento de ação e expressão - Coreografia.

##### 5.7. Professor de Matemática:

Número: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Álgebra, geometria, medidas e estatística. Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º grau. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.

##### 5.8. Professor de História:

História do Brasil, de Santa Catarina e Geral. Temporalidade, tempo/espaço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, imaginário, memória, relações de produção, ideologia, identidade.

**5.9. Professor de Inglês:**

Classes gramaticais. Interpretação de Textos. Vocabulário. Gramática. Produção textual a partir de situações do cotidiano. Contextualização das palavras com vários significados. Relação com outras culturas. A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem;

**5.10. Professor de Artes:**

Correntes. Correlação das Artes com as demais disciplinas. Metodologias utilizadas pelas Artes para formação do homem. Produção artística. Leitura de imagem e obra de arte. Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade. Conceito de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas, musical, visual, cênica, articulada aos processos de contextualização.

**5.11. Professor de Ensino Religioso:**

Ensino religioso na atualidade brasileira: legislação nacional e Estadual. Fenômeno religioso e suas manifestações nas diferentes culturas e tradições religiosas. Currículo, objetivos, princípios organizativos, conceitos essenciais, tratamento didático e avaliação do Ensino Religioso. Ideia do transcendente. Função política religiosa. Revelação. Revolução das estruturas religiosas da organização humana. Espiritualidade. Valores. Limites.

**5.12. Professor de Geografia:**

Geografia Física, Humana e Econômica. Geografia de Santa Catarina; Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia; Leitura de Paisagens; Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza; Meio Rural e Meio Urbano; Produção e Distribuição de Riquezas; População; Brasil - Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica; Brasil - Diversidade Cultural segundo o IBGE; Brasil - Campos - Cidades. Espaços em transformação; Brasil - Regiões Geoeconômicas; Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra; Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido; A antiga e a Nova Ordem Mundial; A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica - Conflitos Mundiais e contemporâneos. Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa, Oceania). Geologia, clima, relevo, vegetação hidrografia, solos.

**5.13. Professor de Língua Portuguesa:**

Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Sistema ortográfico vigente; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Vícios de Linguagem, Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Compreensão e Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem; Emprego do acento indicativo da crase.

**5.14. Professor de Filosofia:**

Definição de Filosofia. Os métodos de filosofia. Disciplinas filosóficas. Evolução da História: Filosofia antiga, medieval, renascimento, moderna, do século XIX e do século XX. Principais Filósofos: Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes. Pensamento Lógico. Filósofos da atualidade. Concepção de sociedade ou problema ético-político: ética, política, moral, valores, poder e estado, legalidade e legitimidade, liberdade, igualdade, justiça, direitos humanos, meios de comunicação de massa.

**ANEXO III****A - NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA**

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. A prova escrita será realizada, conforme determina o item 7 deste edital e terá duração de 3 (três) horas.

1.1. O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 1 (uma) hora do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade, comprovante de pagamento da taxa de inscrição e caneta esferográfica transparente com tinta azul ou preta.

2.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos comandos militares, pelas secretarias de segurança pública, pelos institutos de identificação e pelos corpos de bombeiros militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do ministério público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

2.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. A prova terá 40 questões, sendo que cada questão terá 04 (quatro) alternativas, sendo apenas 01 (uma) a alternativa correta, distribuídas da forma abaixo:

CONTEÚDO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	05	0,20
Conhecimentos Gerais/Atualidades	05	0,10
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,20
Legislação	07	0,30
Conhecimentos Específicos	18	0,30

4. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Concurso Público:

4.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso Público, bem como consultar livros ou apontamentos;

4.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e com a presença de fiscal;

4.3. Utilizar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação.

5. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

6. Os envelopes contendo as provas serão abertos, em sala, por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão o termo de abertura dos mesmos.

7. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o

cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

7.1. O candidato deverá obedecer às instruções para preenchimento do cartão repassadas pelo fiscal e contidas na capa da prova.

7.2. O candidato deverá assinar seu cartão resposta. Caso assim não faça, o candidato será eliminado do concurso.

8. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

9. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.

10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o cartão-resposta devidamente preenchido.

11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência e rubrica dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo.

12. Os envelopes contendo os cadernos das provas que sobraram e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à empresa executora do concurso público.

#### B - NORMAS PARA PROVA DE TÍTULOS

1. O cômputo dos títulos será feito da forma abaixo:

1.1. 5 (cinco) pontos para o candidato com Pós Graduação na área da Educação. Deverá ser apresentado diploma/certificado ou certidão de conclusão.

1.2. 8 (oito) pontos para o candidato com Mestrado na área da Educação. Deverá ser apresentado diploma/certificado ou certidão de conclusão.

1.3. 10 (dez) pontos para o candidato com Doutorado na área da Educação. Deverá ser apresentado diploma/certificado ou certidão de conclusão.

2. Os pontos não são cumulativos, será utilizada a pontuação maior.

3. Todas as cópias deverão ser autenticadas em cartório.

4. NÃO deverão ser enviados documentos que comprovam a habilitação mínima exigida no edital, apenas os documentos acima elencados. A comprovação da habilitação mínima deverá ser feita apenas no momento da contratação.

#### ANEXO IV DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome do Candidato:	
CPF:	Carteira de Identidade:
Cargo Pretendido:	

#### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Concurso Público nº 001/2015, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

Rio do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Candidato

#### ANEXO V CRONOGRAMA

DATA	ATO
11/05/2015	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
12 e 13/05/2015	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
14/05/2015	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições
15/05 à 31/05/2015	Período de Inscrições
15/05 à 01/06/2015	Prazo para envio dos títulos
01/06/2015	Último dia para o pagamento do boleto
03/06/2015	Publicação do Rol dos Inscritos
05 e 08/06/2015	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
12/06/2015	Homologação das Inscrições
21/06/2015	Realização da Prova Escrita
21/06/2015 após as 18h	Publicação do Gabarito Provisório
22 e 23/06/2015	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o Gabarito da Prova Escrita
01/07/2015	Publicação do Gabarito Definitivo
01/07/2015	Publicação das Notas da Prova Escrita, Prova de Títulos e Classificação Provisória
02 e 03/07/2015	Prazo para recursos contra Nota da Prova Escrita, Prova de Títulos e Classificação Provisória
07/07/2015	Homologação do Resultado Final

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI Nº 5.590, DE 8 DE MAIO DE 2015**

LEI Nº 5.590, DE 8 DE MAIO DE 2015.

Assegura ao consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido o direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar a sua escolha, em igual quantidade, e dá outras providências.

**PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL.** Faço saber, nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** O consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencida no estabelecimento comercial de fornecedores do município de Rio do Sul, tem o direito de receber do mesmo, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, a sua escolha e dentro do prazo de validade para consumo em quantidade igual.

§ 1º O consumidor poderá denunciar ao PROCON de Rio do Sul a existência de mercadoria vencida, não interferindo no direito garantido nesta Lei.

§ 2º Caso o fornecedor não possua produto idêntico ou similar dentro do prazo de validade, o consumidor poderá escolher qualquer produto de igual valor para substituí-lo gratuitamente, ou de valor superior, cabendo ao consumidor, nesse caso, pagar a diferença.

§ 3º O recebimento previsto no caput deste artigo ficará limitado a uma única unidade do produto cujo lote for constatada a irregularidade.

**Art. 2º** O fornecedor afixará em local visível aviso contendo os direitos previstos nesta Lei.

**Parágrafo único.** Os avisos deverão estar dispostos em folha não inferior ao tamanho A4, impressos em letras com tamanho mínimo de 5 cm de altura por 5 cm de largura.

**Art. 3º** Esta Lei não se aplica quando a constatação a que se refere o caput do art. 1º ocorrer após a efetivação da compra, quando caberá ao fornecedor a substituição do produto ou a devolução corrigida do valor pago mediante apresentação da nota fiscal do produto, não obstante sua responsabilidade por eventuais danos decorrentes da venda efetivada.

**Art. 4º** A infração ao disposto nesta Lei sujeitará o fornecedor a uma multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), dobrada em caso de reincidência, aplicada pelo PROCON de Rio do Sul.

**Parágrafo único.** A multa de que trata este artigo será atualizada anualmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro índice criado pela legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

**Art. 5º** Os fornecedores localizados no município de Rio do Sul terão o prazo de noventa dias, a contar da data publicação desta Lei, para se adaptarem às exigências da mesma.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 8 de maio de 2015.  
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

**Rio dos Cedros****PREFEITURA****EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2015 - TRANSPORTE DE PESSOAS CARENTES**

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

Extrato do Edital de Pregão Nº 36/2015

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: por itens

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de TRANSPORTE DE PESSOAS CARENTES, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 18/05/2015 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 18/05/2015 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 05/05/2015.

Fernando Tomaselli

Prefeito Municipal



## Santa Cecília

### PREFEITURA

#### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 021/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 22 de Maio de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a aquisição de madeira de pinus serrada para doação a pessoas carentes do município, através do Fundo Municipal de Assistência Social e para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone ( 49 ) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 08 de maio de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

#### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 022/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 25 de Maio de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a aquisição parcelada de tubos de concreto para serem utilizados através da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone ( 49 ) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 08 de maio de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 019, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 019, DE 07 DE MAIO DE 2015.

"Nomeia os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC do município de Santa Rosa do Sul - Gestão 2015-2017 e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Artigos 33 e 120 da Lei nº 92, de 05/12/91 e Lei nº 564, de 24/12/03,

#### DECRETA:

Art. 1º Conforme Audiência Pública datada de 30 de março de 2015, ficam nomeados e designados os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes para o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC:

#### REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; 03 representantes;  
Titular: Delcídes Pereira  
Suplente: Elton de melo Teixeira  
Titular: Márcia Fernanda da Rosa  
Suplente: Rosa Maria Ferreira Garcia  
Titular: Sibeli Cardoso Borba Machado  
Suplente: Mara Rejane da Silva Roxo

- Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;  
01 representante;  
Titular: Joelson Farias Pereira  
Suplente: Ana Regina Paulo de Borba

- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;  
01 representante;  
Titular: Alair de Souza Borges  
Suplente: Matias Naor da Cunha Cardoso

- Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano;  
02 representantes;  
Titular: Joacyr Oliveira dos Santos  
Suplente: Luiz Santos Gonzaga  
Titular: Edson de Oliveira Borba  
Suplente: Pedro Paulo de Bitencourt

- Representante do Gabinete do Prefeito ;  
01 representante;  
Titular: Gerusa Rodrigues Claudino  
Suplente: Viviane Borges Monteiro

#### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

- Representante da área de Artes Visuais e Cênicas do município;  
01 representante;  
Titular: Aislana dos Santos da Rosa  
Suplente: Talita de Souza Miguel

- Representantes dos Artesões do município;  
02 representantes;  
Titular: Eliete dos Santos da Rosa

Suplente: Hilma Cândido Silveira  
 Titular: Maria Aparecida da Rosa Matos  
 Suplente: Jocilene Pereira Inácia

- Representante da área dos músicos do município;

01 representante;

Titular: Silnei Melos da Silva

Suplente: Alexandre Pereira Ferreira

- Representante da área de Dança do município;

01 representante;

Titular: Maira Rodrigues

Suplente: Fátima Lovenir Souza Piva

- Representante da área de Educação do município;

01 representante;

Titular: Raquel Farias de Borba

Suplente: Ester da Rosa Silva de Bitencourt

- Representante da Feira da Agricultura Familiar;

01 representante;

Titular: Anete Terezinha Cardoso

Suplente: Teresinha Silva de Borba

- Representante do Museu do Instituto Federal Catarinense- IFC;

01 representante;

Titular: Jaqueline Posse Gallina

Suplente: Cláudio Luiz Melo da Luz

- Representante da área de Cultura Popular;

01 representante;

Titular: Andrio Cardoso Pereira

Suplente: Maria Regina da Silva Roxo Capato

Parágrafo Único - Os membros acima mencionados não farão jus à remuneração e seus serviços prestados serão considerados como relevantes a população do município de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º Os membros indicados pela Administração Municipal representam áreas governamentais e serão substituídos em caso de destituição de cargo.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de maio de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 090/2015 ALTERAÇÃO ORÇAMENTARIA

DECRETO Nº 090/2015

Dispõe sobre a abertura para crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1237/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, por conta dos recursos do Termo de Compromisso PAR nº 201301451/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no valor de R\$ 43.848,00 (quarenta e três mil oitocentos e quarenta e oito reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2400.00.00.00.00 Transferências de Capital

2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios

2471.00.00.00.00 Transferências de Convênios da União e de suas Entidades

247102.00.00.00.00 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas da Educação

0137 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Art. 2º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, até o valor de R\$ 43.848,00 (quarenta e três mil oitocentos e quarenta e oito reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
135	0137	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	43.848,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 04 de maio de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRÍCULA Nº1300/5



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 48/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 48/2015

Processo Administrativo Nº 58/2015

Pregão Presencial Nº. 48/2015

2.063.3390.00 - 101 - 81/2015 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA CRECHE 2.025.3390.00 - 300 - 193/2015 - PROMOÇÃO E INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR

#### 1 - DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 185/2014 de 31 de julho de 2014, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 58/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 48/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 22/05/2015 às 08:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 22/05/2015 às 08:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

#### 2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto aquisição de material de higiene e limpeza para a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I - Lista de Itens, do presente Edital.

#### 3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não

inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

#### 4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 58/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 22/05/2015.

ENVELOPE "PROPOSTA"

4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.

4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.

4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

4.9. A proposta deverá ser apresentada além de papel timbrado em arquivo MAGNÉTICO (pen drive ou CD) com utilização do software "Auto Cotação", disponibilizado pela Administração Municipal Licitante. (ATENÇÃO O PROPONENTE QUE NÃO ATUALIZOU O SEU SOFTWARE "AUTO COTAÇÃO" FAVOR ATUALIZAR BAIXANDO A VERSÃO 2.019 OU SUPERIOR).

#### 5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE INSS

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS

CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL

CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
CARTÃO CNPJ

5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 58/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015.

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 22/05/2015

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos "sites" dos quais foram expedidos.

5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

## 6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR ITEM. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

6.3. Serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas

propostas empatadas e em ordem sequencial para esses lances, será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;

II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;

III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor

recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

## 8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

## 9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. Fica dispensada a assinatura de contrato pois o objeto de que trata está licitação é de pronta entrega.

9.2. A entrega do objeto de que trata esta licitação deverá ser efetuada em até 15 (quinze) dias após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra.

## 10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se a efetuar o pagamento no prazo em até 7 dias após a entrega dos produtos, pelo proponente.

10.2. O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

## 11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) dissolução da empresa;

h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- 12.1.1. Advertência;
- 12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- 12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- 12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
- 12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

- 13.4.1. ANEXO I - Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.
- 13.4.2. ANEXO II - Minuta de Carta de Credenciamento;
- 13.4.3. ANEXO III - Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;
- 13.4.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 7 de Maio de 2015.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
PREFEITO MUNICIPAL  
PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_ .  
ANEXO I

### LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à Aquisição de material de higiene e limpeza para a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes., modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 48/2015, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

\*\*\*Os valores deverão ser cotados por preços unitários\*\*\*

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total	Marca	Preço Unitário	Preço Total Item
1	Água sanitária com cloro ativo, elimina bactérias, alveja, desinfeta, composto por hipoclorito de sódio e água, princípio ativo;; hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo; 2,0% a 2,5% p/p, produto a base de cloro e embalagem de 2 litros.	UN	80,00	4,90	392,00			
2	Amaciante para roupas com hidraceramidas, embalagem de 02 litros.	UN	45,00	7,80	351,00			
3	Cera líquida na cor amarela para piso de madeira, com auto brilho, dispensa enceradeira, emb.750ml.	UN	35,00	7,90	276,50			
4	Desengordurante de cozinha power sprau, embalagem com 500ml.	UN	25,00	8,90	222,50			
5	Desodorizador de ambiente tipo aerosol embalagem com 400ml/281g - Aromas diversos.	UN	25,00	8,15	203,75			
6	Detergente limpa piso com tenso-ativo biodegradável, para limpeza de cozinhas, banheiros e calçadas, sendo sua composição ácido dodecil, bedecil, bezeno sulfônico, coadjuvantes, corante, fragrância e água, e componete ativo; acido dodecil bezeno sulfônico. Embalagem de 2 litros.	GL	25,00	9,50	237,50			
7	Detergente líquido, com glicerina, para uso em geral embalagem 500ml, limão, coco e neutro.	UN	65,00	1,80	117,00			
8	Escova para vaso sanitário com tamanho mínimo de 38 cm.	UN	18,00	5,55	99,90			
9	Esponja multiuso, dupla face, antiaderente, embalagem com 3 unidades.	PCT	35,00	3,40	119,00			
10	Esponja de lã de aço com 8 unidades 60 G.	PCT	15,00	3,50	52,50			
11	Isqueiro a gás 20g.	UN	10,00	4,50	45,00			
12	Limpa vidros com aplicador embalagem com 500ml.	UN	4,00	6,90	27,60			
13	Par de luvas em látex, natural, com adição de látex sintético, luvas resistentes a agentes químicos, forrada tamanho M, com interior 100% algodão.	PR	15,00	4,99	74,85			
14	Papel higiênico folha simples, 60mtx10cm, cor branco luxo 100% celulose virgem, fardo com 16 pacotes com 04 rolos cada pacote.	FRD	11,00	44,90	493,90			



15	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima de 32g/m², cor branca, alta alvura, 100% celulose virgem, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral, medindo 23cm x 23cm e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo, pacote com 04 maço de 250 folhas, totalizando pacote de 1.000 folhas.	PCT	50,00	7,99	399,50			
16	Refil para rodo MOP PO composto por fios 100% acrílicos medindo 80cm.	UN	4,00	8,50	34,00			
17	Rodo de espuma com parte verde para limpeza pesada com cabo de madeira 40 cm.	UN	18,00	12,50	225,00			
18	Cabo para rodo de alumínio, com rosca medindo 1,40mt.	UN	2,00	19,98	39,96			
19	Sabão de álcool neutro em barras de 400g cada.	UN	30,00	3,95	118,50			
20	Sabão em pó, emb.1kg	CX	50,00	7,50	375,00			
21	Sapólio líquido 300 ML.	UN	45,00	6,30	283,50			
22	Saco de lixo com capacidade de 15 KG embalagem com 100 Unid.	UN	10,00	10,00	100,00			
23	Toalha de banho listrada 50cm x 1,05 m.	UN	23,00	12,90	296,70			
24	Vassoura de palha com cabo de madeira, 1,20 mts, palhas de boa qualidade.	UN	18,00	13,75	247,50			
25	Papel alumínio, rolo de 30cmx7,5mt, folha de alumínio de alta qualidade, alumínio reciclável e não perecível.	UN	16,00	5,00	80,00			
26	Álcool etílico em gel embalagem de 400 G 70º inpm.	FR	15,00	8,10	121,50			
27	Álcool etílico hidratado 92,8º emb.1 litro.	FR	30,00	5,40	162,00			
28	Balde de plástico com capacidade de 20 litros.	UN	2,00	18,90	37,80			
29	Balde plástico com cabo - capacidade 16,5 litros.	UN	4,00	16,90	67,60			
30	Desinfetante de uso geral, que elimina germes e bactérias, sendo composto por cloreto de didecil dimetil amonio, cloreto de alquil dimetil benzil amônio, coadjuvante, 5-cloro-2 metil isotiazolin-3-ona, 2-metil4- isotiazolin-3ona, corante, fragrância e água. Componentes ativos; cloretos de didecil dimetil amônio/cloreto de alquil dimetil bemetil benzil amonio - 0,27%p/p. embalagem de 2 litros - lavanda, limão e pinho.	UN	80,00	4,90	392,00			
31	Esponja de Aço inoxidável.	UN	10,00	4,00	40,00			
32	Flanelas laranja com tamanho de 30cm x 50cm, com alta absorção, 100% algodão, multiuso, e embalagem com 12 unidades.	PCT	3,00	11,40	34,20			



33	Par de luvas de procedimentos não cirúrgico, sendo de látex de borracha natural-superfície lisa-Ambidestra-não estéril, com pó bioabsorvível, embalagem de 100 unidades, tamanho M.	PR	5,00	40,00	200,00			
34	Naftalina embalagem de 50 gramas.	PCT	5,00	2,80	14,00			
35	Pano de prato medindo 48x76cm - 90% algodão	PCT	10,00	8,50	85,00			
36	Pedra sanitária com haste plástico mais 01 pedra com 35 G.	CX	80,00	2,30	184,00			
37	Prendedor de roupa em madeira emb.12und.	PCT	5,00	4,70	23,50			
38	Querosene 1L	LT	6,00	4,20	25,20			
39	Rodo de espuma com esponja cabo de madeira 40 cm.	UN	10,00	8,65	86,50			
40	Rodo duplo de madeira, 50 cm, cabo de madeira	UN	5,00	12,80	64,00			
41	Sabonete líquido, várias fragrâncias, embalagem de 5lts.	UN	2,00	100,00	200,00			
42	Saco de lixo com capacidade de 50 KG embalagem com 50 unidades tamanho de 163x80cm.	PCT	5,00	8,90	44,50			
43	Saco de lixo com capacidade de 25 KG embalagem com 100 Unid.	PCT	10,00	12,99	129,90			
44	Tapete capacho vinil antiderrapante gold nas medidas 120x80 cm, cores variadas.	UN	2,00	38,90	77,80			
45	Tapete capacho vinil antiderrapante gold nas medidas 80x60 cm, cores variadas.	UN	2,00	25,90	51,80			
46	Toalha de rosto colorida com barra, exceto cores claras e brancas mas sendo escuras, 100% algodão, 50cm x 80cm.	UN	20,00	9,15	183,00			
47	Vassoura de nylon c/cabo revestido de plástico.	UN	5,00	8,90	44,50			
48	Papel filme PVC transparente medindo 28cmx15mt, 01 rolo.	UN	6,00	4,20	25,20			

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 15 dias.

Local e Data

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015

OBJETO: Aquisição de material de higiene e limpeza para a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

ABERTURA: 22/05/2015 - 08:00 h.

A \_\_\_\_\_ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ credencia como seu representante o Sr. \_\_\_\_\_ (nome e qualificação), CPF Nº \_\_\_\_\_ e CI Nº \_\_\_\_\_ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao

pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cada-  
tro)

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
2015.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EM-  
PRESA

ANEXO III

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015

OBJETO: Aquisição de material de higiene e limpeza para a Secre-  
taria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

A \_\_\_\_\_ (nome do li-  
citante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob  
nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, na cidade de  
\_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII,  
da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que  
cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas  
cláusulas do Edital em epígrafe.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 42/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 42/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.080/90 e Lei nº 8.666/93, que receberá de 11 de maio de 2015 à 11 de junho de 2015 até às 17:00 horas, no horário de expediente, em sua sede, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, documentação para:

Objeto: Habilitar Pessoas Jurídicas para a Prestação de Serviços de Coleta, Realização e Distribuição de Exames de Análises Clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina adotada, aos Usuários do Sistema Único de Saúde ☐ SUS do Município de São Bento do Sul.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no site da Prefeitura [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), ou no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 as 17:00 horas.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2015

A Secretaria de Educação torna público a homologação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA REFORMA DA COBERTURA DA E.B.M. ARACY HANSEN E CONSTRUÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO NA E.B.M. ALFREDO DIENER, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME CONVÊNIO Nº 2014TR0002495, PROCESSO ER 252156148, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, para às empresas: LN CONSTRUÇÕES LTDA, vencedora do item 01 pelo valor total R\$ 53.220,51; JDI CONSTRUTORA LTDA, vencedora do item 02 pelo valor total R\$ 17.489,60.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária de Educação

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 123/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2015

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário Municipal de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 25 de maio de 2015, em sua sede

na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:  
DO OBJETO: Registro de preço para aquisição de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 22 de abril de 2015.

Alcionei França da Silva  
Secretário de Administração

Carla Eloise Mülbauer  
Pregoeira

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 124/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2015  
Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário Municipal de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 27 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATOS DIVERSOS PARA OS CRAS SERRA ALTA E CENTENÁRIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

Alcionei França da Silva  
Secretário de Administração

Sandra M. S. Andrzejewski  
Pregoeira

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 126/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2015  
Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário Municipal de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 27 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Registro de preço para aquisição de crachás para os servidores públicos municipais.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2015.

Alcionei França da Silva  
Secretário de Administração

Carla Eloise Mülbauer  
Pregoeira

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 027/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 027/2015

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços referente à Seguro Total e Contra Terceiros de Veículos do Fundo Municipal de Saúde nº 034/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S/A, em 20 de ABRIL de 2012, conforme Edital de Pregão Presencial 35/2012.

Considerando o objeto do Contrato de nº 034/2012 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde,

Considerando que o Contrato poderá ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, conforme Edital de Pregão Presencial nº 35/2012, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato até elaboração de novo processo licitatório, com base na Cláusula 8.6 do Edital e Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato, pelo prazo de 03 (três) meses e 12 (doze) dias a contar de 20 de abril de 2015 e com término em 31 de julho de 2015.

Para o período prorrogado, será efetuado o pagamento em 03 (três) parcelas, sendo a primeira na assinatura do Termo Aditivo e as demais parcelas sempre no 10º dia dos meses subsequentes, no valor de R\$ 1.521,64 (um mil quinhentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), totalizando o valor de R\$ 4.564,92 (quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos) para o período prorrogado.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S/A, como Contratada.

#### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 133/2015**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 133/2015

OBJETO: Aquisição de 7.000 exemplares de Revistas sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, material a ser utilizado durante a Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que ocorre em 18 de maio de 2015.

CONTRATADO: Editora Amigos da Natureza Ltda.

VALOR: R\$ 12.950,00.

SÃO BENTO DO SUL, 07 de maio de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS - SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 133/2015****JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Aquisição de 7.000 exemplares de revistas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, material a ser utilizado durante a Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que ocorre em 18 de maio de 2015.

II - Contratado: Editora Amigos da Natureza Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento das referidas revistas se funda no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição e exclusividade da empresa na edição, publicação, distribuição e comercialização exclusiva em todo o território nacional. A aquisição dos tablóides com o tema: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - Não Veja Isso Como Brincadeira, servirá de suporte didático para a ação a ser desenvolvida em alusão ao dia 18 de maio que é o dia nacional e também municipal de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, através da proposta do projeto #NoCombate, voltado ao enfrentamento desta problemática. O referido projeto tem por foco a rede de ensino do município, com ênfase em duas etapas de desenvolvimento de divulgação através de momentos de conversa, sendo o primeiro com Coordenadores Educacionais e Especialistas de Ensino com os subtemas: #TôLigado - Uma Atitude Proativa: Conversa sobre a identificação de possíveis vítimas; #Comunicação - Uma Atitude Responsável: Conversa sobre a comunicação de fatos; #ComoLidar - Uma Atitude Inclusiva: Conversa sobre como lidar com a inclusão no contexto escolar.

Já o segundo momento será com os próprios alunos, numa metodologia semelhante, diante dos subtemas: #CarinhoVSAbuso - Uma Atitude Saudável; Conversa sobre a importância do toque (carinho) no relacionamento pais e filhos e o limite do abuso; #VouGritar - Uma Atitude de Socorro; Conversa sobre a comunicação de fatos, a rede de proteção à criança e ao adolescente, a importância de não se ficar calado e a segurança de ser ouvido. #BolaPraFrente - Uma Atitude de Auto Estima; Conversa sobre o pós-fato, orientando de forma geral os alunos sobre a importância e dos cuidados necessários como acompanhamento psicológico, a própria inclusão na vida social, etc. Para tanto, além da disposição de profissionais técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e parceiros da Rede de atendimento, será utilizado o material impresso (tablóide), com fim de tanto auxiliar na devida orientação e, também, os orientados se tornarem multiplicadores no alcance do público municipal levando os tablóides para suas casas, compartilhando com suas famílias e amigos.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada detém a exclusividade no fornecimento das revistas, conforme declaração anexa ao processo.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para o referido tipo de fornecimento.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social

**PORTARIA Nº 9111/2015**

PORTARIA Nº 9111, DE 07 DE MAIO DE 2015

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2015.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;  
EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
ROSANI APARECIDA ARTNER THIEM - Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**RESULTADO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2015

A Secretaria de Educação torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA REFORMA DA COBERTURA DA E.B.M. ARACY HANSEN E CONSTRUÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO NA E.B.M. ALFREDO DIENER, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME CONVÊNIO Nº 2014TR0002495, PROCESSO ER 252156148, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, o qual a Comissão após analisar detalhadamente as propostas julgaram vencedoras as empresas: LN CONSTRUÇÕES LTDA E JDI CONSTRUTORA LTDA.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária de Educação

RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º BIMESTRE 2015

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	273.551.337,00	273.551.337,00	36.322.447,66	13,28	36.322.447,66	13,28
RECEITAS CORRENTES	239.164.827,00	239.164.827,00	35.857.120,52	14,99	35.857.120,52	14,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.767.000,00	30.767.000,00	3.620.429,93	11,77	3.620.429,93	11,77
IMPOSTOS	25.976.000,00	25.976.000,00	2.571.723,62	9,90	2.571.723,62	9,90
TAXAS	4.789.000,00	4.789.000,00	1.048.255,61	21,89	1.048.255,61	21,89
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.000,00	2.000,00	450,70	22,54	450,70	22,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.549.370,00	9.549.370,00	1.754.646,88	18,37	1.754.646,88	18,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.859.370,00	6.859.370,00	1.208.000,41	17,61	1.208.000,41	17,61
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.690.000,00	2.690.000,00	546.646,47	20,32	546.646,47	20,32
RECEITA PATRIMONIAL	36.748.235,00	36.748.235,00	4.792.054,37	13,04	4.792.054,37	13,04
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	120.000,00	120.000,00	19.506,71	16,26	19.506,71	16,26
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	33.220.200,00	33.220.200,00	4.763.372,05	14,34	4.763.372,05	14,34
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	22.000,00	22.000,00	9.175,61	41,71	9.175,61	41,71
Receita da Cessão de Direitos	3.386.035,00	3.386.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.175.280,00	17.175.280,00	2.435.300,20	14,18	2.435.300,20	14,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	136.537.347,00	136.537.347,00	22.613.839,70	16,56	22.613.839,70	16,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	135.778.347,00	135.778.347,00	22.584.992,19	16,63	22.584.992,19	16,63
Transferências de Instituições Privadas	203.000,00	203.000,00	2.079,73	1,02	2.079,73	1,02
Transf. de Pessoas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	495.000,00	495.000,00	26.767,78	5,41	26.767,78	5,41
Transferências para o Combate à Fome	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.387.595,00	8.387.595,00	640.849,44	7,64	640.849,44	7,64
Multas e Juros de Mora	2.793.500,00	2.793.500,00	338.558,49	12,12	338.558,49	12,12
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	731.500,00	731.500,00	21.113,84	2,89	21.113,84	2,89
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.662.695,00	4.662.695,00	281.177,11	6,03	281.177,11	6,03
RECEITAS DIVERSAS	199.900,00	199.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	34.386.510,00	34.386.510,00	465.327,14	1,35	465.327,14	1,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.000.000,00	17.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	17.000.000,00	17.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>273.551.337,00</b>	<b>273.551.337,00</b>	<b>36.322.447,66</b>	<b>13,28</b>	<b>36.322.447,66</b>	<b>13,28</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	883.900,00	883.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	268.900,00	268.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	615.000,00	615.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	565.000,00	565.000,00	60.731,75	10,75	60.731,75	10,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.337.610,00	15.337.610,00	387.941,11	2,53	387.941,11	2,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.757.610,00	8.757.610,00	337.332,50	3,85	337.332,50	3,85
Transf. de Instituições Privadas	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.400.000,00	6.400.000,00	50.608,61	0,79	50.608,61	0,79
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	600.000,00	600.000,00	16.654,28	2,78	16.654,28	2,78
Rec.D.Ativa de Amort.Emprestimos e Financiamento	600.000,00	600.000,00	16.654,28	2,78	16.654,28	2,78
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>12.655.910,00</b>	<b>12.655.910,00</b>	<b>2.406.730,11</b>	<b>19,02</b>	<b>2.406.730,11</b>	<b>19,02</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>12.655.910,00</b>	<b>12.655.910,00</b>	<b>2.406.730,11</b>	<b>19,02</b>	<b>2.406.730,11</b>	<b>19,02</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.424.210,00	12.424.210,00	2.364.078,30	19,03	2.364.078,30	19,03
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.220.710,00	12.220.710,00	2.364.078,30	19,34	2.364.078,30	19,34
Transferências dos Municípios	203.500,00	203.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	196.700,00	196.700,00	18.474,26	9,39	18.474,26	9,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS.	35.000,00	35.000,00	24.177,55	69,08	24.177,55	69,08
Multas e Juros de Mora	35.000,00	35.000,00	24.177,55	69,08	24.177,55	69,08
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>38.729.177,77</b>	<b>13,53</b>	<b>38.729.177,77</b>	<b>13,53</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>38.729.177,77</b>	<b>13,53</b>	<b>38.729.177,77</b>	<b>13,53</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>38.729.177,77</b>	<b>13,53</b>	<b>38.729.177,77</b>	<b>13,53</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	9.351.787,49	—	—	77.222,08	—
Superávit Financeiro	—	9.351.787,49	—	—	77.222,08	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>273.445.637,00</b>	<b>282.778.424,49</b>	<b>56.821.292,87</b>	<b>56.821.292,87</b>	<b>225.957.131,62</b>	<b>27.856.533,38</b>	<b>27.856.533,38</b>	<b>254.921.891,11</b>	<b>25.623.960,49</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>186.747.017,00</b>	<b>189.362.549,53</b>	<b>47.010.265,39</b>	<b>47.010.265,39</b>	<b>142.352.284,14</b>	<b>26.119.982,49</b>	<b>26.119.982,49</b>	<b>163.242.567,04</b>	<b>24.024.089,60</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	113.907.027,00	113.891.500,37	18.543.089,88	18.543.089,88	95.348.410,49	17.802.808,79	17.802.808,79	96.088.691,58	17.372.767,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.278.000,00	1.278.000,00	275.692,53	275.692,53	1.002.307,47	275.692,53	275.692,53	1.002.307,47	275.692,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.252.315,00	47.883.374,16	18.751.367,72	18.751.367,72	29.132.006,44	4.175.426,04	4.175.426,04	43.707.948,12	3.115.811,38
Transferências a União	26.309.675,00	26.309.675,00	9.440.115,26	9.440.115,26	16.869.559,74	3.866.055,13	3.866.055,13	22.443.619,87	3.259.817,84
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>49.544.940,00</b>	<b>56.262.194,96</b>	<b>9.811.027,48</b>	<b>9.811.027,48</b>	<b>46.451.167,48</b>	<b>1.736.550,89</b>	<b>1.736.550,89</b>	<b>54.525.644,07</b>	<b>1.599.870,89</b>
INVESTIMENTOS	43.942.540,00	50.659.794,96	8.677.095,11	8.677.095,11	41.982.699,85	609.146,71	609.146,71	50.050.648,25	473.561,23
INVERSOES FINANCEIRAS	202.400,00	202.400,00	7.956,21	7.956,21	194.443,79	1.428,02	1.428,02	200.971,98	333,50
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	5.400.000,00	5.400.000,00	1.125.976,16	1.125.976,16	4.274.023,84	1.125.976,16	1.125.976,16	4.274.023,84	1.125.976,16
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA LEGAL DO RPPS</b>	<b>36.853.680,00</b>	<b>36.853.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36.853.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36.853.680,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>12.761.610,00</b>	<b>12.780.610,00</b>	<b>2.291.955,49</b>	<b>2.291.955,49</b>	<b>10.488.654,51</b>	<b>2.045.514,06</b>	<b>2.045.514,06</b>	<b>10.735.095,94</b>	<b>1.092.713,36</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.675.410,00	11.693.410,00	1.980.134,37	1.980.134,37	9.713.275,63	1.905.042,69	1.905.042,69	9.788.367,31	952.286,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	140.000,00	140.000,00	23.158,48	23.158,48	116.841,52	23.158,48	23.158,48	116.841,52	23.158,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	379.200,00	380.200,00	197.014,66	197.014,66	183.185,34	25.664,91	25.664,91	354.535,09	25.620,34
Transferências a União	21.000,00	21.000,00	765,06	765,06	20.234,94	765,06	765,06	20.234,94	765,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	546.000,00	546.000,00	90.882,92	90.882,92	455.117,08	90.882,92	90.882,92	455.117,08	90.882,92
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>295.559.034,49</b>	<b>59.113.248,36</b>	<b>59.113.248,36</b>	<b>236.445.786,13</b>	<b>29.902.047,44</b>	<b>29.902.047,44</b>	<b>265.656.987,05</b>	<b>26.716.673,85</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>295.559.034,49</b>	<b>59.113.248,36</b>	<b>59.113.248,36</b>	<b>236.445.786,13</b>	<b>29.902.047,44</b>	<b>29.902.047,44</b>	<b>265.656.987,05</b>	<b>26.716.673,85</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>8.827.130,33</b>	<b>—</b>	<b>38.729.177,77</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>295.559.034,49</b>	<b>59.113.248,36</b>	<b>59.113.248,36</b>	<b>—</b>	<b>29.902.047,44</b>	<b>38.729.177,77</b>	<b>—</b>	<b>65.445.851,62</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.202.909,37

Fonte:

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>								
Legislativa	273.445.637,00	282.778.424,49	56.821.292,87	96,12	225.957.131,62	27.856.533,38	93,16	254.921.891,11
Ação Legislativa	2.702.000,00	2.712.000,00	1.329.351,66	2,25	1.382.648,34	365.637,52	1,22	2.346.362,48
Essencial à Justiça	2.277.125,00	2.277.125,00	1.329.351,66	2,25	1.382.648,34	365.637,52	1,22	2.346.362,48
Representação Judicial e Extrajudicial	2.277.125,00	2.277.125,00	134.305,11	0,23	2.142.819,89	118.686,51	0,40	2.158.438,49
Administração	12.666.500,00	12.737.619,02	3.657.872,34	6,19	9.079.746,68	1.823.375,34	6,10	10.914.243,68
Administração Geral	9.585.500,00	9.635.500,00	2.513.338,33	4,25	7.122.161,67	1.351.462,50	4,52	8.284.037,50
Administração Financeira	1.765.600,00	1.765.600,00	431.016,56	0,73	1.334.583,44	323.923,31	1,08	1.441.676,69
Normalização e Fiscalização	18.500,00	18.500,00	8.871,30	0,02	9.628,70	1.970,76	0,01	16.529,24
Tecnologia da Informatização	9.200,00	9.200,00	0,00	0,00	9.200,00	0,00	0,00	9.200,00
Formação de Recursos Humanos	7.000,00	7.000,00	282,75	0,00	6.717,25	282,75	0,00	6.717,25
Administração de Receitas	283.480,00	283.480,00	146.819,97	0,25	136.660,03	26.243,79	0,09	257.236,21
Comunicação Social	922.020,00	922.020,00	527.376,54	0,89	394.643,46	105.392,34	0,35	816.627,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	75.200,00	96.319,02	30.166,89	0,05	66.152,13	14.099,89	0,05	82.219,13
Segurança Pública	1.233.900,00	1.967.019,59	125.857,57	0,21	1.841.162,02	17.769,75	0,06	1.949.249,84
Policimento	549.600,00	1.024.220,19	54.025,10	0,09	970.195,09	7.009,66	0,02	1.017.210,53
Defesa Civil	684.300,00	942.799,40	71.832,47	0,12	870.966,93	10.760,09	0,04	932.039,31
Assistência Social	7.002.220,00	7.573.146,31	1.275.692,50	2,16	6.297.453,81	784.179,35	2,62	6.788.986,96
Administração Geral	4.440.300,00	4.446.744,45	962.904,54	1,63	3.483.839,91	696.960,14	2,33	3.749.784,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.057.000,00	1.187.482,86	198.392,34	0,34	989.090,52	46.318,17	0,15	1.141.164,69
Assistência Comunitária	1.504.920,00	1.938.919,00	114.395,62	0,19	1.824.523,38	40.901,04	0,14	1.889.017,96
Previdência Social	17.328.000,00	17.328.000,00	2.495.216,42	4,22	14.832.783,58	2.394.216,63	8,01	14.933.783,37
Administração Geral	1.281.000,00	1.281.000,00	200.662,39	0,34	1.080.337,61	103.260,98	0,35	1.177.739,02
Previdência do Regime Estatutário	16.047.000,00	16.047.000,00	2.294.554,03	3,88	13.752.445,97	2.290.955,65	7,66	13.756.044,35
Saúde	48.781.150,00	48.781.150,00	12.856.612,93	21,75	35.924.537,07	7.279.224,80	24,34	41.501.925,20
Atenção Básica	33.790.175,00	33.790.175,00	5.971.146,94	10,10	27.819.028,06	4.766.429,47	15,94	29.023.745,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.434.200,00	14.434.200,00	6.864.729,75	11,61	7.569.470,25	2.500.531,16	8,36	11.933.668,84
Vigilância Sanitária	46.000,00	46.000,00	9.637,59	0,02	36.362,41	1.653,52	0,01	44.346,48
Vigilância Epidemiológica	510.775,00	510.775,00	11.098,65	0,02	499.676,35	10.610,65	0,04	500.164,35
Educação	54.222.452,00	55.113.488,52	11.836.929,20	20,02	43.276.559,32	7.660.121,58	25,62	47.453.366,94
Alimentação e Nutrição	2.042.300,00	2.042.300,00	472.714,75	0,80	1.569.585,25	128.660,62	0,43	1.913.639,38
Ersino Fundamental	30.250.830,00	30.701.368,08	6.772.113,00	11,46	23.929.255,08	4.334.729,31	14,50	26.366.638,77
Ersino Médio	155.600,00	155.600,00	155.596,80	0,26	3,20	0,00	0,00	155.600,00

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>								
Educação	273.445.637,00	282.778.424,49	56.821.292,87	56.821.292,87	96,12	27.856.533,38	27.856.533,38	93,16
Ensino Superior	54.222.452,00	55.113.488,52	11.836.929,20	11.836.929,20	20,02	7.660.121,58	7.660.121,58	25,62
Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	48.400,04	48.400,04	0,08	16.133,32	16.133,32	0,05
Cultura	21.673.722,00	22.114.220,44	4.388.104,61	4.388.104,61	7,42	3.180.598,33	3.180.598,33	10,64
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	4.163.500,00	4.295.253,64	340.797,48	340.797,48	0,58	270.809,78	270.809,78	0,91
Diffusão Cultural	2.267.000,00	2.344.500,00	26.128,26	26.128,26	0,04	10.138,26	10.138,26	0,03
Direitos da Cidadania	1.896.500,00	1.950.753,64	314.669,22	314.669,22	0,53	260.671,52	260.671,52	0,87
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	52.200,00	52.200,00	9.870,83	9.870,83	0,02	2.604,30	2.604,30	0,01
Urbanismo	38.326.750,00	43.471.655,19	9.377.950,13	9.377.950,13	15,86	2.209.293,93	2.209.293,93	7,39
Administração Geral	2.184.500,00	2.184.500,00	361.176,41	361.176,41	0,61	312.288,10	312.288,10	1,04
Infra-Estrutura Urbana	24.448.050,00	29.592.955,19	5.691.372,15	5.691.372,15	9,63	348.661,55	348.661,55	1,17
Serviços Urbanos	11.694.200,00	11.694.200,00	3.325.401,57	3.325.401,57	5,63	1.548.364,28	1.548.364,28	5,18
Habitação	6.538.000,00	7.483.000,00	547.886,40	547.886,40	0,93	198.034,69	198.034,69	0,66
Administração Geral	1.174.000,00	1.174.000,00	232.478,76	232.478,76	0,39	170.841,63	170.841,63	0,57
Habitação Urbana	5.364.000,00	6.309.000,00	315.407,64	315.407,64	0,53	27.193,06	27.193,06	0,09
Saneamento	14.100.880,00	15.900.880,00	5.693.170,56	5.693.170,56	9,63	1.664.412,68	1.664.412,68	5,57
Administração Geral	3.103.600,00	3.103.600,00	1.059.762,25	1.059.762,25	1,79	512.336,29	512.336,29	1,71
Saneamento Básico Urbano	10.997.280,00	12.797.280,00	4.633.408,31	4.633.408,31	7,84	1.152.076,39	1.152.076,39	3,85
Gestão Ambiental	441.100,00	441.100,00	67.162,12	67.162,12	0,11	51.235,45	51.235,45	0,17
Preservação e Conservação Ambiental	441.100,00	441.100,00	67.162,12	67.162,12	0,11	51.235,45	51.235,45	0,17
Agricultura	1.829.700,00	1.829.700,00	518.370,47	518.370,47	0,88	172.689,32	172.689,32	0,58
Recursos Hídricos	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	1.724.700,00	1.724.700,00	518.370,47	518.370,47	0,88	172.689,32	172.689,32	0,58
Indústria	7.040.200,00	5.540.200,00	3.250.071,21	3.250.071,21	5,50	545.801,96	545.801,96	1,83
Promoção Industrial	1.209.600,00	1.240.849,56	174.595,05	174.595,05	0,30	44.422,05	44.422,05	0,15
Comércio e Serviços	1.209.600,00	1.240.849,56	174.595,05	174.595,05	0,30	44.422,05	44.422,05	0,15
Turismo	2.918.500,00	3.285.879,42	901.175,95	901.175,95	1,52	261.215,03	261.215,03	0,87
Energia	2.918.500,00	3.285.879,42	901.175,95	901.175,95	1,52	261.215,03	261.215,03	0,87
Serviços Urbanos	4.529.140,00	4.665.438,24	650.643,97	650.643,97	1,10	428.244,74	428.244,74	1,43
Desporto e Lazer	1.499.000,00	1.533.230,87	523.613,93	523.613,93	0,89	301.214,70	301.214,70	1,01
Administração Geral	1.337.140,00	1.337.140,00	125.096,00	125.096,00	0,21	125.096,00	125.096,00	0,42
Desporto de Rendimento								

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Desporto e Lazer	273.445.637,00	282.778.424,49	56.821.292,87	56.821.292,87	96,12	27.856.533,38	27.856.533,38	93,16
Desporto Comunitário	4.529.140,00	4.665.438,24	650.643,97	650.643,97	1,10	428.244,74	428.244,74	1,43
Encargos Especiais	1.693.000,00	1.795.067,37	1.934,04	1.934,04	0,00	1.934,04	1.934,04	0,01
Serviço da Dívida Interna	8.929.040,00	8.929.040,00	1.577.760,97	1.577.760,97	2,67	1.564.557,97	1.564.557,97	5,23
Outras Transferências	6.678.000,00	6.678.000,00	1.401.668,69	1.401.668,69	2,37	1.401.668,69	1.401.668,69	4,69
Outros Encargos Especiais	775.200,00	775.200,00	23.604,00	23.604,00	0,04	10.401,00	10.401,00	0,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.475.840,00	1.475.840,00	152.488,28	152.488,28	0,26	152.488,28	152.488,28	0,51
	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	36.853.680,00	36.853.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	12.761.610,00	12.780.610,00	2.291.955,49	2.291.955,49	3,98	2.045.514,06	2.045.514,06	6,84
Ação Legislativa	98.000,00	88.000,00	80.800,00	80.800,00	0,14	10.244,60	10.244,60	0,03
Essencial à Justiça	98.000,00	88.000,00	80.800,00	80.800,00	0,14	10.244,60	10.244,60	0,03
Representação Judicial e Extrajudicial	26.000,00	26.000,00	3.872,91	3.872,91	0,01	3.872,91	3.872,91	0,01
Administração	26.000,00	26.000,00	3.872,91	3.872,91	0,01	3.872,91	3.872,91	0,01
Administração Geral	1.103.100,00	1.103.100,00	189.748,37	189.748,37	0,32	160.043,38	160.043,38	0,54
Administração Financeira	880.100,00	880.100,00	154.627,55	154.627,55	0,26	124.922,56	124.922,56	0,42
Assistência Social	223.000,00	223.000,00	35.120,82	35.120,82	0,06	35.120,82	35.120,82	0,12
Administração Social	506.300,00	509.300,00	80.988,25	80.988,25	0,14	72.669,11	72.669,11	0,24
Administração Geral	496.300,00	496.300,00	80.988,25	80.988,25	0,14	72.669,11	72.669,11	0,24
Assistência Comunitária	10.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	53.000,00	53.000,00	5.248,42	5.248,42	0,01	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	53.000,00	53.000,00	5.248,42	5.248,42	0,01	0,00	0,00	0,00
Saúde	3.206.000,00	3.206.000,00	487.009,06	487.009,06	0,82	487.009,06	487.009,06	1,63
Atenção Básica	3.163.000,00	3.163.000,00	481.221,93	481.221,93	0,81	481.221,93	481.221,93	1,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.000,00	35.000,00	5.693,62	5.693,62	0,01	5.693,62	5.693,62	0,02
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	5.000,00	93,51	93,51	0,00	93,51	93,51	0,00
Educação	4.629.310,00	4.654.310,00	963.831,51	963.831,51	1,63	866.304,29	866.304,29	2,90
E Ensino Fundamental	2.366.310,00	2.366.310,00	528.549,37	528.549,37	0,89	488.530,71	488.530,71	1,63
Educação Infantil	2.263.000,00	2.288.000,00	435.282,14	435.282,14	0,74	377.773,58	377.773,58	1,26
Cultura	190.600,00	191.600,00	31.557,86	31.557,86	0,05	29.802,89	29.802,89	0,10
Difusão Cultural	190.600,00	191.600,00	31.557,86	31.557,86	0,05	29.802,89	29.802,89	0,10

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Urbanismo	12.761.610,00	12.780.610,00	2.291.955,49	2.291.955,49	3,88	2.045.514,06	2.045.514,06	10.735.095,94
Administração Geral	986.700,00	986.700,00	170.993,51	170.993,51	0,29	140.841,83	140.841,83	845.858,17
Infra-Estrutura Urbana	271.000,00	271.000,00	39.912,93	39.912,93	0,07	39.912,93	39.912,93	231.087,07
Serviços Urbanos	58.100,00	58.100,00	10.061,57	10.061,57	0,02	6.573,30	6.573,30	51.526,70
Habituação	657.600,00	657.600,00	121.019,01	121.019,01	0,20	94.355,60	94.355,60	563.244,40
Administração Geral	77.500,00	77.500,00	11.136,89	11.136,89	0,02	11.136,89	11.136,89	66.363,11
Saneamento	77.500,00	77.500,00	11.136,89	11.136,89	0,02	11.136,89	11.136,89	66.363,11
Administração Geral	877.700,00	877.700,00	104.271,98	104.271,98	0,18	104.271,98	104.271,98	773.428,02
Saneamento Básico Urbano	242.200,00	242.200,00	35.226,00	35.226,00	0,06	35.226,00	35.226,00	206.974,00
Gestão Ambiental	635.500,00	635.500,00	69.045,98	69.045,98	0,12	69.045,98	69.045,98	566.454,02
Preservação e Conservação Ambiental	24.400,00	24.400,00	3.910,69	3.910,69	0,01	3.646,65	3.646,65	20.753,35
Agricultura	115.600,00	115.600,00	3.910,69	3.910,69	0,01	3.646,65	3.646,65	20.753,35
Extensão Rural	115.600,00	115.600,00	18.295,16	18.295,16	0,03	16.734,04	16.734,04	98.865,96
Indústria	112.600,00	112.600,00	18.295,16	18.295,16	0,03	16.734,04	16.734,04	98.865,96
Promoção Industrial	112.600,00	112.600,00	16.149,02	16.149,02	0,03	15.654,56	15.654,56	96.945,44
Comércio e Serviços	112.600,00	112.600,00	16.149,02	16.149,02	0,03	15.654,56	15.654,56	96.945,44
Turismo	8.800,00	8.800,00	2.110,05	2.110,05	0,00	1.250,06	1.250,06	7.549,94
Energia	8.800,00	8.800,00	2.110,05	2.110,05	0,00	1.250,06	1.250,06	7.549,94
Serviços Urbanos	6.000,00	6.000,00	873,80	873,80	0,00	873,80	873,80	5.126,20
Desporto e Lazer	6.000,00	6.000,00	873,80	873,80	0,00	873,80	873,80	5.126,20
Administração Geral	54.000,00	54.000,00	7.116,61	7.116,61	0,01	7.116,61	7.116,61	46.883,39
Encargos Especiais	54.000,00	54.000,00	7.116,61	7.116,61	0,01	7.116,61	7.116,61	46.883,39
Serviço da Dívida Interna	686.000,00	686.000,00	114.041,40	114.041,40	0,19	114.041,40	114.041,40	571.958,60
	686.000,00	686.000,00	114.041,40	114.041,40	0,19	114.041,40	114.041,40	571.958,60

Continua 4/5



Continuação 5/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	12.761.610,00	12.780.610,00	2.291.955,49	2.291.955,49	10.488.654,51	2.045.514,06	6,84	10.735.095,94
Encargos Especiais	686.000,00	686.000,00	114.041,40	114.041,40	571.958,60	114.041,40	0,38	571.958,60
Serviço da Divida Interna	686.000,00	686.000,00	114.041,40	114.041,40	571.958,60	114.041,40	0,38	571.958,60
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>286.207.247,00</b>	<b>295.559.034,49</b>	<b>59.113.248,36</b>	<b>59.113.248,36</b>	<b>236.445.786,13</b>	<b>29.902.047,44</b>	<b>100,00</b>	<b>265.656.987,05</b>

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (U.L. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.634.309,65	25.542.324,34	21.367.800,62	16.688.626,31	21.293.768,94	21.125.523,28	14.680.165,54	18.514.447,36	19.182.553,22	20.319.953,28	21.548.040,69	17.206.690,08	235.307.203,61
	I.P.T.U.	2.508.317,03	7.789.645,39	2.302.004,44	1.976.155,95	1.860.019,10	1.979.979,11	2.151.771,31	1.909.472,15	1.982.008,55	2.707.372,77	2.033.045,90	1.597.384,03	30.767.000,00
	I.R.R.F.	889.286,99	6.314.631,30	382.247,05	336.555,75	315.378,77	288.104,67	354.050,56	323.120,38	284.239,89	141.222,64	1.922,74	2.309,02	9.665.049,96
	I.S.S.	328.176,65	69.856,94	333.642,02	285.088,89	192.266,01	197.831,08	338.179,54	142.363,35	119.259,55	655.669,36	2.103,37	141.950,17	2.424.000,00
	I.T.E.I.	828.231,88	896.695,90	981.897,59	842.590,13	847.853,19	885.131,82	955.401,13	958.120,77	1.043.088,98	1.047.865,28	1.104.029,10	871.719,88	11.262.635,75
	Outras Receitas Tributárias	131.228,00	148.457,35	253.582,34	135.470,93	144.841,75	232.708,84	179.231,45	125.527,04	182.095,43	227.652,97	246.023,70	173.060,13	2.179.877,93
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	327.413,51	360.003,90	350.635,44	348.460,25	359.679,38	376.204,70	324.908,63	360.340,61	354.283,70	634.922,32	679.966,99	398.344,73	4.874.174,16
	RECEITA PATRIMONIAL	636.201,86	639.428,75	641.241,14	676.021,03	687.524,78	688.604,63	688.849,97	739.637,11	748.579,48	989.303,17	1.006.990,32	747.686,56	8.907.038,80
	RECEITA AGROPECUÁRIA	1.553.213,58	3.222.132,17	4.658.802,93	1.333.121,05	5.507.514,07	4.599.013,67	-1.458.981,18	2.306.881,99	2.208.686,57	805.497,71	3.279.868,14	1.512.186,23	29.527.936,93
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	1.349.013,14	1.246.244,60	1.179.593,72	1.245.299,37	1.330.377,65	1.205.191,01	1.338.371,74	1.389.225,93	1.290.811,09	1.548.839,26	1.245.893,82	1.189.406,38	15.537.267,91
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.144.549,94	11.925.167,38	12.210.874,69	11.273.298,49	11.494.068,71	11.672.701,81	11.564.805,16	11.769.663,91	12.421.113,29	13.830.389,36	13.674.596,58	11.839.853,37	144.818.082,69
	Cota-Parte do FPM	1.632.770,91	1.863.533,12	2.483.426,48	1.862.379,95	1.599.548,74	1.943.179,57	1.703.424,24	1.609.850,02	2.130.887,63	3.427.283,16	2.597.141,89	2.651.222,68	25.504.648,39
	Cota-Parte do I.C.M.S.	3.662.150,68	3.568.140,77	3.628.987,97	3.665.191,62	3.419.459,77	3.616.297,63	3.846.557,97	4.000.775,39	4.375.354,90	4.214.434,88	4.288.970,17	3.821.935,76	46.106.247,71
	Cota-Parte do IPVA	660.498,52	713.082,19	753.389,09	746.521,44	784.540,56	739.932,42	693.202,86	598.186,86	361.437,23	273.687,29	411.900,13	570.815,84	8.500.000,00
	Cota-Parte do ITR	130,55	105,39	35,64	373,87	116,36	3.701,02	20.803,89	2.048,56	1.459,23	1.459,23	1.364,80	222,11	30.618,87
	Outras Transferências Correntes	2.326.843,36	2.876.829,23	2.174.159,75	1.992.122,43	2.901.721,63	2.393.822,43	2.263.019,55	2.367.475,21	2.234.021,25	2.601.912,26	2.947.819,48	1.650.220,60	28.749.967,18
DEDUÇÕES (II)	Transferências de LC 61/1989	51.104,16	55.141,79	59.975,75	57.123,71	58.683,83	60.490,08	59.468,89	61.416,51	70.001,54	69.071,17	90.380,20	53.771,99	743.629,62
	Transferências de LC 87/1996	0,00	16.029,79	16.029,79	16.029,79	16.029,79	16.029,79	16.029,79	16.029,79	16.029,79	32.059,58	0,00	0,00	160.297,90
	Transferências do FUNDEB	2.811.051,76	2.832.395,10	3.098.870,22	2.930.671,10	2.713.710,52	2.902.843,33	2.962.400,84	3.095.126,24	3.231.332,39	3.210.482,79	3.337.019,91	3.088.664,39	38.910.700,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	443.014,10	719.706,05	375.263,70	384.730,42	416.264,43	971.033,05	385.348,84	423.566,27	531.354,24	439.551,01	307.675,93	333.173,51	5.729.701,55
	Compensação Financ. entre Regimes Previdência	1.638.200,19	1.997.002,38	1.863.397,00	1.685.306,75	2.301.893,47	1.733.814,65	1.775.097,65	1.868.796,37	2.143.852,23	2.143.852,23	2.193.321,95	1.912.288,71	22.888.285,46
	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	325.567,07	38.103,11	38.113,64	555.449,75	0,00	44.429,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.040.811,49
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	434.625,20	428.228,89	437.333,03	468.065,15	471.466,06	471.018,61	469.782,71	469.121,34	477.381,99	757.489,62	715.292,19	482.708,22	6.092.523,01
	MJ de Mora de Outras Contrib. - Principal	1.201.574,99	1.243.206,42	1.387.960,86	1.270.100,77	1.175.727,05	1.275.425,11	1.284.021,94	1.261.546,58	1.391.414,38	1.386.362,61	1.478.029,76	1.419.590,49	15.754.950,96
	Rec.de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	REC.CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	15.998.109,46	23.546.321,96	19.604.403,62	15.111.312,20	19.610.462,19	18.824.629,81	12.946.351,19	16.739.349,71	17.313.796,65	18.176.101,05	19.354.718,74	15.294.401,37	212.418.918,15
FONTE:														231.402.467,00

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)			R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 25/04/2015

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	30.888.925,00	30.888.925,00	2.854.442,46	9,24
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.400.000,00	10.400.000,00	4.231,76	0,04
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.025.000,00	2.025.000,00	419.083,83	20,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.838.000,00	10.838.000,00	1.975.749,08	18,23
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.713.000,00	2.713.000,00	172.658,95	6,36
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	115.000,00	115.000,00	5.807,81	5,05
Divida Ativa dos Impostos	4.401.925,00	4.401.925,00	203.153,42	4,62
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	396.000,00	396.000,00	73.757,61	18,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	83.250.640,00	83.250.640,00	14.487.708,37	17,40
Cota-Parte FPM	26.500.000,00	26.500.000,00	5.248.347,37	19,81
Cota-Parte ITR	25.640,00	25.640,00	1.586,91	6,19
Cota-Parte IPVA	8.500.000,00	8.500.000,00	982.715,97	11,56
Cota-Parte ICMS	47.300.000,00	47.300.000,00	8.110.905,93	17,15
Cota-Parte IPI-Exportação	733.000,00	733.000,00	144.152,19	19,67
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	192.000,00	192.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	192.000,00	192.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>114.139.565,00</b>	<b>114.139.565,00</b>	<b>17.342.150,83</b>	<b>15,19</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	49.529.850,00	49.550.969,02	13.322.129,98	26,89	7.735.130,85	15,61
Pessoal e Encargos Sociais	23.634.175,00	23.634.175,00	3.897.033,77	16,49	3.897.033,77	16,49
Outras Despesas Correntes	25.895.675,00	25.916.794,02	9.425.096,21	36,37	3.838.097,08	14,81
DESPESAS DE CAPITAL	2.057.500,00	2.057.500,00	12.159,90	0,59	5.703,90	0,28
Investimentos	2.057.500,00	2.057.500,00	12.159,90	0,59	5.703,90	0,28

Continua 1/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	2.057.500,00	2.057.500,00	12.159,90	0,59	5.703,90	0,28
Investimentos	2.057.500,00	2.057.500,00	12.159,90	0,59	5.703,90	0,28
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	51.587.350,00	51.608.469,02	13.334.289,88	25,84	7.740.834,75	15,00
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>%</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>%</b>
			Até o Bimestre (h)	(h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	22.236.175,00	22.257.294,02	7.562.726,61	56,72	3.061.812,96	39,55
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	21.895.175,00	21.916.294,02	7.542.799,85	56,57	3.048.015,14	39,38
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	341.000,00	341.000,00	19.926,76	0,15	13.797,82	0,18
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	22.236.175,00	22.257.294,02	7.562.726,61	56,72	3.061.812,96	39,55
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	29.351.175,00	29.351.175,00	5.771.563,27	43,28	4.679.021,79	60,45
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
(VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						26,98
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(i)] - (15 x IIb)/100] 6</b>						2.077.699,17

Continua 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR					
Inscritos em 2014	141.126,55	0,00	0,00	141.126,55	0,00			
TOTAL	141.126,55	0,00	0,00	141.126,55	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00		0,00		0,00			
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
LIMITE NÃO CUMPRIDO								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% ((Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
			36.953.175,00		6.452.368,87	48,25	5.247.651,40	67,45
			14.544.400,00		6.900.590,26	51,60	2.520.324,67	32,39
			49.000,00		9.637,59	0,07	1.653,52	0,02
515.775,00		11.192,16	0,08	10.704,16	0,14			
52.062.350,00	52.083.469,02	13.373.788,88	100,00	7.780.333,75	100,00			

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times \text{Ilíb}/100)]$

Continua 3/4



Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

SAO BENTO DO SUL, 07/05/2015

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMEZ Contador CRC/SC 029937/O
---------------------------------------	--	---

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	30.888.925,00	30.888.925,00	2.854.442,46	9,24
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	14.926.925,00	14.926.925,00	235.487,41	1,58
1.1.1- IPTU	10.400.000,00	10.400.000,00	4.231,76	0,04
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	57.000,00	57.000,00	347,21	0,61
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.137.925,00	4.137.925,00	169.561,26	4,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	332.000,00	332.000,00	61.347,18	18,48
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.027.000,00	2.027.000,00	419.621,17	20,70
1.2.1- ITBI	2.025.000,00	2.025.000,00	419.083,83	20,70
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	537,34	26,87
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.222.000,00	11.222.000,00	2.026.674,93	18,06
1.3.1- ISS	10.838.000,00	10.838.000,00	1.975.749,08	18,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	56.000,00	56.000,00	4.923,26	8,79
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	264.000,00	264.000,00	33.592,16	12,72
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	64.000,00	64.000,00	12.410,43	19,39
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.713.000,00	2.713.000,00	172.658,95	6,36
1.4.1- IRRF	2.713.000,00	2.713.000,00	172.658,95	6,36
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	83.250.640,00	83.250.640,00	14.487.708,37	17,40
2.1- Cota-Parte FPM	26.500.000,00	26.500.000,00	5.248.347,37	19,81
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	26.500.000,00	26.500.000,00	5.248.347,37	19,81
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	47.300.000,00	47.300.000,00	8.110.905,93	17,15
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	192.000,00	192.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	733.000,00	733.000,00	144.152,19	19,67
2.5- Cota-Parte ITR	25.640,00	25.640,00	1.586,91	6,19
2.6- Cota-Parte IPVA	8.500.000,00	8.500.000,00	982.715,97	11,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>114.139.565,00</b>	<b>114.139.565,00</b>	<b>17.342.150,83</b>	<b>15,19</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	5.043.400,00	5.043.400,00	1.193.359,49	23,66
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.790.000,00	3.790.000,00	1.170.044,11	30,87
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.118.700,00	1.118.700,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	66.400,00	66.400,00	8.035,56	12,10
5.5- Outras Transferências do FNDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	67.300,00	67.300,00	15.279,82	22,70
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	1.000.000,00	1.000.000,00	50.608,61	5,06
6.1- Transferências de Convênios	1.000.000,00	1.000.000,00	50.608,61	5,06
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	3.146.900,00	3.146.900,00	13.251,63	0,42
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>9.190.300,00</b>	<b>9.190.300,00</b>	<b>1.257.219,73</b>	<b>13,68</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	16.650.128,00	16.650.128,00	2.897.610,25	17,40
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	5.300.000,00	5.300.000,00	1.049.655,71	19,80
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	9.460.000,00	9.460.000,00	1.622.181,03	17,15
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	38.400,00	38.400,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	146.600,00	146.600,00	28.830,45	19,67
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.128,00	5.128,00	317,37	6,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.700.000,00	1.700.000,00	196.625,69	11,57
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	39.113.700,00	39.113.700,00	6.441.800,92	16,47
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	38.910.700,00	38.910.700,00	6.425.684,30	16,51
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	203.000,00	203.000,00	16.116,62	7,94
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>22.260.572,00</b>	<b>22.260.572,00</b>	<b>3.528.074,05</b>	<b>15,85</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	29.223.700,00	29.472.873,37	4.250.707,97	14,42	4.244.745,59	14,40
13.1- Com Educação Infantil	9.801.700,00	9.801.700,00	1.617.983,09	16,51	1.612.020,71	16,45
13.2- Com Ensino Fundamental	19.422.000,00	19.671.173,37	2.632.724,88	13,38	2.632.724,88	13,38
14- OUTRAS DESPESAS	9.905.000,00	9.905.000,00	2.120.912,70	21,41	2.120.912,70	21,41
14.1- Com Educação Infantil	5.436.900,00	5.436.900,00	1.284.482,43	23,63	1.284.482,43	23,63
14.2- Com Ensino Fundamental	4.468.100,00	4.468.100,00	836.430,27	18,72	836.430,27	18,72
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	39.128.700,00	39.377.873,37	6.371.620,67	16,18	6.365.658,29	16,17
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					6.365.658,29	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					65,89	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					32,92	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					1,18	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					249.173,00	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	28.534.891,25		28.534.891,25		4.335.537,71	15,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	20.988.072,00	20.988.072,00	3.861.926,08	18,40	3.420.710,42	16,30
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	30.091.290,00	30.340.463,37	5.118.299,46	16,87	4.647.290,07	15,32
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	23.890.100,00	24.139.273,37	3.469.155,15	14,37	3.469.155,15	14,37
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.201.190,00	6.201.190,00	1.649.144,31	26,59	1.178.134,92	19,00
25- ENSINO MÉDIO	10.600,00	10.600,00	10.598,40	99,98	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	51.089.962,00	51.339.135,37	8.990.823,94	17,51	8.068.000,49	15,72
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.528.074,05	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					=	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					16.116,82	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					=	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					15.258,39	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.559.449,06	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.508.551,43	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,56	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.852.700,00	3.852.700,00	2.259.836,64	58,66	238.278,37	6,18
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.889.100,00	3.555.963,15	1.462.278,09	41,12	176.399,69	4,96
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.741.800,00	7.408.663,15	3.722.114,73	50,24	414.678,06	5,60
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	57.831.762,00	58.747.798,52	12.712.938,67	21,64	8.482.678,55	14,44

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	78.006,44	15.258,39
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	78.006,44	15.258,39
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	712.226,07	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.425.684,30	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.073.546,04	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	5.902.763,39	0,00
49.2 Restos a Pagar	170.782,65	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	16.116,62	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.080.480,95	0,00

SAO BENTO DO SUL, 07/05/2015

FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE  
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	7.470.370,00	7.470.370,00	1.208.765,35	6.652.553,04
Receta de Contribuições dos Segurados	7.470.370,00	7.470.370,00	1.208.765,35	6.652.553,04
Pessoal Civil	6.859.370,00	6.859.370,00	1.208.000,41	1.049.674,62
Ativo	6.826.120,00	6.826.120,00	1.202.486,37	1.046.646,26
Inativo	16.750,00	16.750,00	3.128,14	1.035,92
Pensionista	16.500,00	16.500,00	2.385,90	1.990,44
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	5.601.472,13
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	5.601.472,13
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	611.000,00	611.000,00	764,94	1.406,29
Demais Receitas Correntes	610.000,00	610.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	764,94	1.406,29
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.255.710,00	12.255.710,00	2.388.255,85	2.866.215,08
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>19.726.080,00</b>	<b>19.726.080,00</b>	<b>3.597.021,20</b>	<b>9.518.768,12</b>
DESPESAS				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
ADMINISTRAÇÃO	17.327.000,00	17.327.000,00	2.465.111,62	1.891.830,90
Despesas Correntes	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	263.142,20	178.254,46
Despesas de Capital	0,00	0,00	263.012,30	178.254,46
Despesas de Capital	0,00	0,00	129,90	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.147.000,00	17.147.000,00	2.495.111,62	1.713.576,44
Pessoal Civil	15.521.000,00	15.521.000,00	1.713.576,44	1.713.576,44

Continua 1/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro - Fevereiro

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Aposentadorias	10.032.000,00	10.032.000,00	1.547.492,69	1.144.656,84	1.547.492,69	1.144.656,84
Pensões	3.239.000,00	3.239.000,00	426.268,47	370.511,49	426.268,47	370.511,49
Outros Benefícios Previdenciários	2.250.000,00	2.250.000,00	181.663,98	198.408,11	178.303,70	198.408,11
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.626.000,00	1.626.000,00	339.686,48	224,14	242.046,97	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	224,14	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.626.000,00	1.626.000,00	339.686,48	0,00	242.046,97	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	17.380.000,00	17.380.000,00	2.495.111,62	1.976.942,78	2.394.111,83	1.891.830,90
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.346.080,00	2.346.080,00	-	-	1.202.909,37	7.626.937,22
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						34.345.832,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
PERÍODO DE REFERÊNCIA						
			2015	2014		
Caixa			0,00			0,00
Bancos Conta Movimento			759.153,87			8.658,59
Investimentos			199.347.469,75			168.519.302,67

Continua 2/4



Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA				
	2015		2014		
			0,00		0,00
Outros Bens e Direitos					
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	12.255.710,00	12.255.710,00	2.388.255,85	2.866.215,08	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	12.255.710,00	12.255.710,00	2.388.255,85	2.868.715,08	
Receita de Contribuições Patronais	9.167.562,00	9.167.562,00	1.795.966,70	2.053.050,91	
Pessoal Civil	9.167.562,00	9.167.562,00	1.795.966,70	2.053.050,91	
Ativo	9.167.562,00	9.167.562,00	1.795.966,70	2.053.050,91	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	2.507.848,00	2.507.848,00	477.228,70	489.222,33	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	545.300,00	545.300,00	90.882,90	90.882,90	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	35.000,00	35.000,00	24.177,55	215.558,94	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	7.500,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	7.500,00	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>12.255.710,00</b>	<b>12.255.710,00</b>	<b>2.388.255,85</b>	<b>2.866.215,08</b>	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	53.000,00	53.000,00	5.248,42	4.667,01	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

**FONTE:**

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.734.634,59	16.734.634,59	15.539.204,75
DEDUÇÕES (II)	18.484.166,71	18.484.166,71	19.091.535,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.318.886,89	21.318.886,89	22.573.572,11
Demais Haveres Financeiros	27.884,73	27.884,73	4.049,28
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.862.604,91	2.862.604,91	3.486.085,45
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.749.532,12	-1.749.532,12	-3.552.331,19
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.749.532,12</b>	<b>-1.749.532,12</b>	<b>-3.552.331,19</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-1.802.799,07</b>	<b>-1.802.799,07</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>732.367,99</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	194.085.498,81	194.085.498,81	194.624.638,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.909,35	3.909,35	759.153,87
Investimentos	194.082.760,86	194.082.760,86	193.865.484,71
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.171,40	1.171,40	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-194.085.498,81	-194.085.498,81	-194.624.638,58
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-194.085.498,81</b>	<b>-194.085.498,81</b>	<b>-194.624.638,58</b>

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>218.600.737,00</b>	<b>33.500.478,58</b>	<b>31.211.887,99</b>
Receita Tributária	30.767.000,00	3.620.429,93	2.587.655,12
I.P.T.U.	10.400.000,00	4.231,76	7.463,19
I.S.S.	10.838.000,00	1.975.749,08	1.492.564,08
I.T.B.I.	2.025.000,00	419.083,83	209.853,15
I.R.R.F.	2.713.000,00	172.658,95	108.502,71
Outras Receitas Tributárias	4.791.000,00	1.048.706,31	769.271,99
Receita de Contribuição	21.973.580,00	4.118.725,18	4.115.913,62
Receitas Previdenciárias	19.080.080,00	3.572.078,71	3.692.830,76
Outras Contribuições	2.893.500,00	546.646,47	423.082,86
Receita Patrimonial Líquida	3.528.235,00	28.682,32	19.598,30
Receita Patrimonial	36.748.235,00	4.792.054,37	5.839.110,88
(-) Aplicações Financeiras	33.220.000,00	4.763.372,05	5.819.512,58
Transferências Correntes	136.537.347,00	22.613.839,70	21.132.670,08
F.P.M.	21.200.000,00	4.198.708,86	4.264.169,27
I.C.M.S.	37.840.000,00	6.488.724,90	5.922.589,29
Convênios	495.000,00	26.767,78	35.908,83
Outras Transferências Correntes	77.002.347,00	11.899.638,16	10.910.002,69
Demais Receitas Correntes	25.794.575,00	3.118.801,45	3.356.050,87
Dívida Ativa	4.662.695,00	281.177,11	463.109,28
Diversas Receitas Correntes	21.131.880,00	2.837.624,34	2.892.941,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>34.386.510,00</b>	<b>465.327,14</b>	<b>291.718,79</b>
Operações de Crédito (III)	17.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	565.000,00	60.731,75	18.614,79
Alienação de Ativos (V)	883.900,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	15.337.610,00	387.941,11	273.104,00
Convênios	6.400.000,00	50.608,61	0,00
Outras Transferências de Capital	8.937.610,00	337.332,50	273.104,00
Outras Receitas de Capital	600.000,00	16.654,28	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>15.937.610,00</b>	<b>404.595,39</b>	<b>273.104,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>234.538.347,00</b>	<b>33.905.073,97</b>	<b>31.484.991,99</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>201.597.159,53</b>	<b>49.211.337,96</b>	<b>36.325.362,56</b>	<b>28.074.613,63</b>	<b>23.116.790,38</b>
Pessoal e Encargos Sociais	125.584.910,37	20.523.224,25	16.544.975,74	19.707.851,48	15.759.756,92
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.418.000,00	298.851,01	354.051,68	298.851,01	354.051,68
Outras Despesas Correntes	74.594.249,16	28.389.262,70	19.426.335,14	8.067.911,14	7.002.981,78
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>200.179.159,53</b>	<b>48.912.486,95</b>	<b>35.971.310,88</b>	<b>27.775.762,62</b>	<b>22.762.738,70</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>56.808.194,96</b>	<b>9.901.910,40</b>	<b>2.690.315,92</b>	<b>1.827.433,81</b>	<b>1.238.585,08</b>
Investimentos	50.659.794,96	8.677.095,11	1.680.071,59	609.146,71	228.340,75
Inversões Financeiras	202.400,00	7.956,21	0,00	1.428,02	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	150.000,00	7.956,21	0,00	1.428,02	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	52.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.946.000,00	1.216.859,08	1.010.244,33	1.216.859,08	1.010.244,33
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>50.712.194,96</b>	<b>8.677.095,11</b>	<b>1.680.071,59</b>	<b>609.146,71</b>	<b>228.340,75</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>300.000,00</b>	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>36.853.680,00</b>	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>288.045.034,49</b>	<b>57.589.582,06</b>	<b>37.651.382,47</b>	<b>28.384.909,33</b>	<b>22.991.079,45</b>

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-53.506.687,49	-23.684.508,09	-6.166.390,48	5.520.164,64	8.493.912,54
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-32.229.290,00

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015(BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS		Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014													
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>														
<b>EXECUTIVO</b>														
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	126,20	1.524.711,87	1.413.488,92	-	111.349,15	737.604,19	6.638.237,78	2.744.458,17	2.501.380,43	374.638,70	4.499.842,84	4.611.191,99		
Gabinete do Prefeito	126,20	489.574,35	489.574,35	0,00	126,20	362.380,86	5.185.654,48	2.102.419,04	2.053.212,05	374.591,99	3.120.357,50	3.120.357,50		
Procuradoria	0,00	22.857,28	22.857,28	0,00	0,00	0,00	151.999,87	137.696,17	130.739,17	3.556,46	17.704,24	17.704,24		
Secretaria de Educação	126,20	0,00	20.711,27	0,00	126,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.261,30	0,00	0,00	0,00	150.379,30	6.882,00	6.882,00		
Secretaria Municipal de Administração	0,00	108.689,72	108.689,72	0,00	0,00	212,77	69.168,06	37.318,51	37.318,51	10.261,38	21.800,94	21.800,94		
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	4.840,20	4.840,20	0,00	0,00	3.420,70	8.881,28	4.230,03	1.298,22	2.440,86	8.562,90	8.562,90		
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	33.425,90	33.425,90	0,00	0,00	141.199,09	469.268,69	94.252,52	93.726,74	87.736,42	429.004,62	429.004,62		
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	5.982,82	5.982,82	0,00	0,00	29,34	2.103.717,42	491.743,84	491.041,86	4.695,75	1.608.009,15	1.608.009,15		
Secretaria Municipal de Educação	0,00	246.864,41	246.864,41	0,00	0,00	60.257,66	1.305.366,05	551.052,67	516.013,35	96.104,17	753.506,19	753.506,19		
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	4.057,26	4.057,26	0,00	0,00	7.733,86	86,31	86,31	86,31	0,00	7.647,55	7.647,55		
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	31.456,20	31.456,20	0,00	0,00	858.435,68	654.677,25	651.626,15	651.626,15	6.203,23	200.606,30	200.606,30		
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	10.689,29	10.689,29	0,00	0,00	211.083,57	131.361,74	13.214,42	131.361,74	66.507,41	31.429,19	31.429,19		
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	9.283,60	9.283,60	0,00	0,00	1.014,10	33.330,98	3.872,59	2.915,89	0,00	31.429,19	31.429,19		
Empresa Municipal de Habitação	0,00	9.283,60	9.283,60	0,00	0,00	1.014,10	33.330,98	3.872,59	2.915,89	0,00	31.429,19	31.429,19		
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	6.625,57	6.625,57	0,00	0,00	65.111,89	34.450,98	46,71	16.635,88	46,71	48.429,30	48.429,30		
Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	6.625,57	6.625,57	0,00	0,00	65.111,89	34.450,98	46,71	16.635,88	46,71	48.429,30	48.429,30		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	19.077,11	19.077,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Fundação Municipal de Desporto	0,00	19.077,11	19.077,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	813.123,41	701.900,46	0,00	111.222,95	0,00	141.126,55	51.257,13	39.601,45	0,00	101.525,10	212.748,05		
Fundo Municipal de Saúde	0,00	813.123,41	701.900,46	0,00	111.222,95	0,00	141.126,55	51.257,13	39.601,45	0,00	101.525,10	212.748,05		
IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO	0,00	1.171,40	1.171,40	0,00	0,00	0,00	38.685,48	10.339,73	10.339,73	0,00	28.345,75	28.345,75		
IPRESBS	0,00	1.171,40	1.171,40	0,00	0,00	0,00	38.685,48	10.339,73	10.339,73	0,00	28.345,75	28.345,75		
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	185.856,43	185.856,43	0,00	0,00	374.209,23	1.174.328,40	542.118,70	378.655,43	0,00	1.169.882,20	1.169.882,20		
SERV IÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	180.000,00		
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	185.856,43	185.856,43	0,00	0,00	194.209,23	1.174.328,40	542.118,70	378.655,43	0,00	989.882,20	989.882,20		
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	1.338.938,24	1.338.938,24	-	-	-	73,32	73,32	73,32	-	-	-		
<b>EXECUTIVO</b>														
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	616.149,70	616.149,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Gabinete do Prefeito	0,00	5.146,10	5.146,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Procuradoria	0,00	1.852,24	1.852,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria Municipal de Administração	0,00	55.759,49	55.759,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	9.796,76	9.796,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	35.700,19	35.700,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	8.006,28	8.006,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria Municipal de Educação	0,00	416.098,67	416.098,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	15.605,31	15.605,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	45.881,73	45.881,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	22.302,93	22.302,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	5.521,84	5.521,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Empresa Municipal de Habitação	0,00	5.521,84	5.521,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	14.171,09	14.171,09	0,00	0,00	0,00	73,32	73,32	73,32	0,00	0,00	0,00		
Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	14.171,09	14.171,09	0,00	0,00	0,00	73,32	73,32	73,32	0,00	0,00	0,00		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	4.237,29	4.237,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Fundação Municipal de Desporto	0,00	4.237,29	4.237,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		



Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015(BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014							
	<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	1.338.938,24	-	-	1.338.938,24	73,32	73,32	-	-
	<b>EXECUTIVO</b>	0,00	698.858,32	0,00	0,00	698.858,32	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	698.858,32	0,00	0,00	698.858,32	0,00	0,00	0,00	0,00
	Fundo Municipal de Saúde									
	<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>128,20</b>	<b>2.883.650,11</b>	<b>111.349,15</b>	<b>0,00</b>	<b>2.752.427,16</b>	<b>2.744.537,49</b>	<b>2.501.433,75</b>	<b>374.638,70</b>	<b>4.499.842,84</b>

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		286.207.247,00	
Previsão Atualizada		286.207.247,00	
Receitas Realizadas		38.729.177,77	
Déficit Orçamentário		17.889.543,52	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		77.222,08	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		286.207.247,00	
Créditos Adicionais		9.351.787,49	
Dotação Atualizada		295.559.034,49	
Despesas Empenhadas		59.113.248,36	
Despesas Liquidadas		29.902.047,44	
Despesas pagas		26.716.673,85	
Superavit Orçamentário		8.827.130,33	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		59.113.248,36	
Despesas Liquidadas		29.902.047,44	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		212.418.918,15	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		3.597.021,20	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		2.394.111,83	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.394.111,83	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		732.367,99	-1.802.799,07
Resultado Primário		-32.229.290,00	5.520.164,64
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>	
Resultado Nominal		-246,16	
Resultado Primário		-17,13	
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.375.841,97	374.638,70	2.501.360,43
EXECUTIVO	7.375.841,97	374.638,70	2.501.360,43
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.524.838,07	0,00	1.413.488,92
EXECUTIVO	1.524.838,07	0,00	1.413.488,92
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	73,32	0,00	73,32
EXECUTIVO	73,32	0,00	73,32
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.338.938,24	0,00	1.338.938,24
EXECUTIVO	1.338.938,24	0,00	1.338.938,24
<b>TOTAL:</b>	<b>10.239.691,60</b>	<b>374.638,70</b>	<b>5.253.860,91</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.259.378,06	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.244.745,59	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	17.000.000,00

Continua 1/2

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			1.827.433,81	54.980.761,15
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	14.774.570,64	14.780.951,38	14.650.297,40	14.833.382,77
Despesas Previdenciárias (V)	11.412.312,43	25.972.340,19	44.630.591,23	58.584.988,86
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	3.362.258,21	-11.191.388,81	-29.980.293,83	-43.751.606,09
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	883.900,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			4.485,00	241.178,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# São Carlos

## PREFEITURA

### NA PROC N.39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS  
CNPJ: 82.945.718/0001-15 Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 -São Carlos -SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2015 -PR  
Processo Administrativo: 39/2015  
Processo de Licitação: 39/2015  
Data do Processo:04/05/2015  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PAVER PARA MANUTENÇÃO DE CALÇADAS  
EM LOGRADOUROS PUBLICOS  
Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE PROCESSO DE COMPRA N.39/2015  
ITENS 02-03-04-05-06  
DE ACORDO COM O PARECER JURIDICO

São Carlos, 04 DE MAIO DE 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

### NA PROC N.40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS  
CNPJ: 82.945.718/0001-15 Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 -São Carlos -SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2015 -PR  
Processo Administrativo: 40/2015  
Processo de Licitação: 40/2015  
Data do Processo:04/05/2015  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO  
Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE PROCESSO DE COMPRA N.040/2015  
ITENS -04-05-06-07-08 DE ACORDO COM O PARECER JURIDICO

São Carlos, 04 DE MAIO DE 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

RELATORIO DE COMPRAS ADM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/14

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Março/2015**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MAQUINA RETROESCAVADEIRA - SERVIÇOS CASAN	CONSTRUTERRA OBRAS E TERRAPLANAGEM LTDA	11.756.724/0001-86	6,557	h	91,50	600,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO - GINÁSIO DE ESPORTES	MARCOS SCHUSTER	492.279.399-20	12,00	ms	486,00	5.832,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA SALGADA CREAM CRACKER - PCT C/ 800 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	100,00	pt	3,95	395,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MILHO EM CONSERVA 200 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	50,00	un	1,08	54,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	60,00	un	4,20	252,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BEBIDA LACTEA INTEGRAL 900 GR- VARIOS SABORES	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	80,00	un	1,88	150,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA TIPO MARIA - PCT C/ 700 GRS	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	100,00	pt	4,15	415,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECORA	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	180,00	kg	4,99	898,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CHÁ DIVERSOS SABORES - PCT C/ 10 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	100,00	pt	1,50	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO C/ACTIGEM - PCT 400 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	50,00	pt	4,80	240,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SAL REFINADO IODADO - PCT COM 01 KG	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	20,00	pt	0,70	14,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AÇÚCAR MASCAVO COM INSPEÇÃO	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	20,00	kg	6,40	128,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA DOCE SORTIDA - PCT 700 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	100,00	pt	4,20	420,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	POLVILHO AZEDO - PCT COM 500 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	60,00	pt	1,57	94,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	POLVILHO DOCE - PCT COM 500 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	50,00	un	2,15	107,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	GELATINA EM PÓ 35 GR - DIVERSOS SABORES	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	300,00	un	0,55	165,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FARINHA DE TRIGO - PCT 05 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	50,00	pt	6,95	347,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CANELA EM PÓ - 30 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	20,00	un	1,40	28,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE EM PÓ SEM LACTOSE, LATA DE 300 ML	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	5,00	un	19,80	99,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DOCE DE LEITE - 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	65,00	un	1,88	122,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VINAGRE BRANCO GL COM 03 LT	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	15,00	gl	5,68	85,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL - 01 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	600,00	cx	1,78	1.068,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PÃO PARA CACHORRO QUENTE - 80 GR CADA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	150,00	kg	8,75	1.312,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARNE BOVINA TEMPERADA	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	150,00	kg	11,38	1.707,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARNE SUINA TEMPERADA	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	130,00	kg	8,70	1.131,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CREME VEGETAL - POTE COM 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	un	2,79	111,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	COCO RALADO - PCT 100 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	pt	1,70	68,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BANANA CATURRA PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	400,00	kg	1,25	500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TOMATE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	100,00	kg	3,30	330,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CEBOLA PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	100,00	kg	1,90	190,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL - 01 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	745,00	cx	1,78	1.326,10
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FEIJÃO PRETO TIPO 1 DE QUALIDADE - PCT COM 01 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	40,00	kg	2,90	116,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DOCE DE ABOBORA - POTE COM 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	un	1,75	70,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BATATINHA LAVADA SAFRA NOVA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	50,00	kg	2,75	137,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MACÁ AVERMELHADA DE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	400,00	kg	3,75	1.500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CEREAL MATINAL (FLOCOS DE MILHO) - PCT COM 02 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	40,00	pt	17,00	680,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FARINHA DE MILHO - PCT 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	pt	0,99	39,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARGA DE GAS COM 13 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	30,00	un	45,00	1.350,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	NATA PASTEURIZADA - PCT 900 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	30,00	pt	6,90	207,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BEBIDA LACTEA INTEGRAL 900 GR- VARIOS SABORES	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	60,00	un	1,88	112,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALHO COM INSPEÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	kg	10,90	109,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL - 01 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	600,00	cx	1,78	1.088,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA SALGADA CREAM CRACKER - PCT C/ 800 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	120,00	pt	3,95	474,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DOCE DE LEITE - 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	30,00	un	1,88	56,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AÇÚCAR REFINADO PCT 5 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	pt	8,30	332,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MASSA COM OVOS - PCT COM 500 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	50,00	pt	1,70	85,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	QUEIJO TIPO MUSSARELA DE QUALIDADE	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	45,00	kg	14,90	670,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BEBIDA LACTEA INTEGRAL 900 GR- VARIOS SABORES	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	40,00	un	1,88	75,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA DOCE SORTIDA - PCT 700 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	120,00	pt	4,20	504,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO C/ACTIGEM - PCT 400 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	pt	4,80	144,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA TIPO MARIA - PCT C/ 700 GRS	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	120,00	pt	4,15	498,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 3/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	APRESUNTADO DE PRIMEIRA QUALIDADE	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	45,00	kg	9,30	418,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECOSTA	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	180,00	kg	4,99	898,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 DE QUALIDADE - PCT COM 01 KG	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	30,00	kg	3,65	109,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	POLPA DE TOMATE - 520 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	50,00	un	1,95	97,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ÓLEO DE SOJA - 900 ML	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	120,00	un	2,85	342,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FEIJÃO PRETO TIPO 1 DE QUALIDADE - PCT COM 01 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	25,00	kg	2,90	72,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BEBIDA LACTEA INTEGRAL 900 GR- VÁRIOS SABORES	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	un	1,88	37,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DOCE DE LEITE - 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	20,00	un	1,88	37,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CEREAL MATINAL (FLOCOS DE MILHO) - PCT COM 02 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	50,00	pt	17,00	850,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO C/ACTIGEM - PCT 400 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	pt	4,80	144,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA TIPO MARIA - PCT C/ 700 GRS	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	30,00	pt	4,15	124,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CREME VEGETAL - POTE COM 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	30,00	un	2,79	83,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DOCE DE ABÓBORA - POTE COM 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	50,00	un	1,75	87,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LENTILHA TIPO 1 - PCT COM 500 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	30,00	pt	2,40	72,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CHÁ DIVERSOS SABORES - PCT C/ 10 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	100,00	pt	1,50	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DOCE DE UVA - POTE COM 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	95,00	un	1,69	160,55
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	POLVILHO AZEDO - PCT COM 500 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	50,00	pt	1,57	78,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MASSA COM OVOS - PCT COM 500 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	100,00	pt	1,70	170,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL - 01 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	600,00	cx	1,78	1.068,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA SALGADA CREAM CRACKER - PCT C/ 800 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	80,00	pt	3,95	316,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BOLACHA DOCE SORTIDA - PCT 700 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	30,00	pt	4,20	126,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ÓLEO DIESEL ADITIVADO - S10	POSTO DA COLINA LTDA	77.910.370/0001-90	72.300,00	l	2,97	214.731,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	2.150,00	l	3,44	7.396,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ÓLEO DIESEL COMUM	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	42.720,00	l	2,839	121.282,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ÓLEO DIESEL COMUM	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	6.765,00	l	2,839	19.205,84
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ÓLEO DIESEL ADITIVADO - S10	POSTO DA COLINA LTDA	77.910.370/0001-90	11.050,00	l	2,97	32.818,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	1.890,00	l	3,44	6.501,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	4.100,00	l	3,44	14.104,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	1.870,00	l	3,44	6.432,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 4/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	300,00	l	3,44	1.032,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	ÓLEO DIESEL COMUM	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	800,00	l	2,839	2.271,20
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	2.450,00	l	3,44	8.428,00
	OLEO DIESEL ADITIVADO - S10	POSTO DA COLINA LTDA	77.910.370/0001-90	4.850,00	l	2,97	14.404,50
	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	8.790,00	l	3,44	30.237,60
	ÓLEO DIESEL COMUM	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	7.640,00	l	2,839	21.689,96
PODER EXECUTIVO	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	3.610,00	l	3,44	12.418,40
PODER EXECUTIVO	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM DIRECIONAL	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLIC E IMPRESSOS OFICIAIS SC	14.284.430/0001-97	1,00	un	1.294,36	1.294,36
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PISO PAVER 10 X 20 X 4 CM - TÁTIL	CONCREARTES INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	11.370.007/0001-11	23,00	m2	42,00	966,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PISO PAVER 10 X 20 X 4 CM - NATURAL	CONCREARTES INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	11.370.007/0001-11	200,00	m2	32,00	6.400,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PISO PAVER 10 X 20 X 4 CM - TÁTIL	CONCREARTES INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	11.370.007/0001-11	12,00	m2	42,00	504,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MERCADORIA	TRANSPORTE RODOVIARIO DEBORTOLI EIRELI - ME	18.107.949/0001-50	1,00	un	500,00	500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL- LINHA JACUTINGA	J.N.A TRANSPORTES EIRELI - ME	05.425.922/0001-64	2.272,00	km	3,08	6.997,76
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS - SÃO JOSÉ - ALTO SAO PEDRO	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	1.914,00	km	3,08	5.895,12
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO JOSÉ	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	1.608,00	km	3,08	4.952,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RODO DE ESPUMA COM CABO PARA CERA - 25 CM	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	10,00	un	4,35	43,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SAPONÁCEO CREMOSO LIQUIDO PERFUMADO - 300 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	30,00	un	1,75	52,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SACO DE LIXO 50 LT - ROLO COM 50 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	25,00	rl	4,93	123,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SACO DE LIXO 100 LT - ROLO COM 25 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	25,00	rl	5,18	129,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SABÃO EM BARRA - 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	10,00	un	1,30	13,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PAPEL HIGIENICO BRANCO PICOTADO 60 MT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	10,00	fd	29,95	299,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PANO DE CHÃO ALVEJADO 50 X 80 CM - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	25,00	un	2,55	63,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VASSOURA DE PLASTICO - RESISTENTE	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	15,00	un	3,78	56,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TOALHA DE ROSTO 50 X 80 - 100% ALGODÃO	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	30,00	un	3,51	105,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RODO ENCHUGADOR DE BORRACHA 60 CM	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	15,00	un	9,85	147,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SHAMPOO INFANTIL 350 ML	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	un	4,98	49,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 5/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SACO PLÁSTICO EM BOBINA 5 KG	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	5,00	rl	11,98	59,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SACO DE LIXO 30 LT - ROLO COM 50 UND	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	15,00	rl	4,95	74,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SABÃO EM PÓ 1 KG - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	80,00	un	2,95	236,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PAPEL TOALHA 2 DOBRAS	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	pt	4,99	49,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PANO DE PRATO DE ALGODÃO BRANCO - 1.50 X 1,00	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	50,00	un	2,34	117,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LUVAS DE LÁTEX DESCARTÁVEIS TAM M - CX C/ 100 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	15,00	cx	13,60	204,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AGUA SANITÁRIA - 02 LT (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	25,00	gl	2,28	57,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TALCO INFANTIL 200 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	un	5,98	179,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SABONETE LÍQUIDO - GL COM 02 LT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	5,00	gl	12,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	50,00	un	0,95	47,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VASSOURA DE PALHA - RESISTENTE - APROX. 600 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	10,00	un	9,95	99,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AMACIANTE DE ROUPAS PARA LAVANDERIA - 02 LT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	25,00	gl	2,68	67,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AGUA SANITÁRIA - 02 LT (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	15,00	gl	2,28	34,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CERA LÍQUIDA AUTO BRILHO 750 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	40,00	fr	2,18	87,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DESINFETANTE LÍQUIDO 02 LT - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	20,00	gl	2,65	53,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TOALHA DE ROSTO 50 X 80 - 100% ALGODÃO	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	25,00	un	3,51	87,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SABONETE INFANTIL NEUTRO 90 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	un	1,45	43,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8 % - FR COM 01 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	fr	3,00	90,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AGUA SANITÁRIA - 02 LT (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	gl	2,28	91,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CERA LÍQUIDA AUTO BRILHO 750 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	60,00	fr	2,18	130,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DESINFETANTE LÍQUIDO 02 LT - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	gl	2,65	106,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SAPONACEO CREMOSO LÍQUIDO PERFUMADO - 300 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	50,00	un	1,75	87,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	50,00	un	0,95	47,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SABÃO EM PÓ 1 KG - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	50,00	un	2,95	147,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MAQUINA RETROSCAVADEIRA - DIVERSOS	BARBOZA LOCAÇÕES LTDA	15.262.465/0001-98	69,80	h	91,50	6.386,70
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA SÃO JOÃO	SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	86.943.040/0001-92	2,00	km	5,00	10,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 6/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA ALTO AGUIHAS	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	86.943.040/0001-92	8,00	km	7,00	56,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA NAVEGANTES	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	86.943.040/0001-92	26,00	km	5,50	143,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA BELA VISTA	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	86.943.040/0001-92	4,00	km	7,00	28,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA CENTRO AGUIHAS	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	86.943.040/0001-92	34,00	km	7,00	238,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA BAIXO AGUIHAS	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	86.943.040/0001-92	29,00	km	7,00	203,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA VILA BRASIL	SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	86.943.040/0001-92	8,00	km	6,50	52,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE SAO SEBASTIÃO	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	4,00	km	6,00	24,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA JACUTINGA	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	26,00	km	6,00	156,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA SÃO PEDRO	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	49,00	km	5,50	269,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA SÃO JOSÉ	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	38,00	km	4,75	180,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE BALNEÁRIO DE PRATAS	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	19,00	km	2,75	52,25
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA SÃO JOÃO	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	2,00	km	4,50	9,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CAIXA DE DESCARGA	COOPER (85) INFRA-ESTRUTURA E DES. VALE DO ARAÇA	83.086.603/0009-32	4,00	un	19,00	76,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TRANSPORTE DE PESSOAS - INCENTIVO INDUSTRIAL	TRANSPORTES KUNZ LTDA - ME	05.399.352/0001-85	1.093,40	km	2,70	2.952,18
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	SERVIÇOS DE GUINCHO	JWM TRANSPORTES E VEÍCULOS EIRELE	10.377.218/0001-13	1,00	S	170,00	170,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/ INFORMATICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	5,40	h	37,00	199,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	75,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BRONZE	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	34,00	34,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 1/2	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	8,00	un	0,90	7,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO 6203	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	42,00	42,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	pc	216,00	216,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SELO MECANICO TSP 1, 1/4	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	48,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA EM BOMBA DE ÁGUA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	375,00	375,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 1/2 X 2	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	8,00	un	2,85	22,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 7/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO	JK PNEUS LTDA	78.653.946/0001-44	4,00	S	5,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE GEOMETRIA	JK PNEUS LTDA	78.653.946/0001-44	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO, FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULO	EGIDIO KONZEN - ME	04.216.868/0001-84	1,00	un	840,00	840,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	BANDEIRA DO BRASIL EM TECIDO - TAM 90 X 129 CM	ESTAMPLAC COMERCIO DE PLACAS E BANDEIRAS LTDA	86.719.663/0001-86	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	BANDEIRA DE SANTA CATARINA EM TECIDO - TAM 90 X 129 CM	ESTAMPLAC COMERCIO DE PLACAS E BANDEIRAS LTDA	86.719.663/0001-86	1,00	un	100,00	100,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	BANDEIRA DO MUNICÍPIO - TAM 90 X 129 CM	ESTAMPLAC COMERCIO DE PLACAS E BANDEIRAS LTDA	86.719.663/0001-86	2,00	un	120,00	240,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	CARIMBO AUTOMATICO	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	1,00	un	30,00	30,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	CARIMBO AUTOMATICO P/ LIBERAÇÕES	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	1,00	un	60,00	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	CARIMBO AUTOMATICO P/ ALTERAÇÕES	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	1,00	un	60,00	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	CARIMBO AUTOMATICO P/ PROJETOS	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	1,00	un	60,00	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE RELOGIO PONTO	SAQUETTI COMERCIO E CONSORCIO DE RELOGIOS LTDA	79.922.571/0001-33	1,00	un	120,00	120,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	SERVIÇOS DE TREINAMENTO REF A SISTEMA P/ CONTROLE DE PONTO	SAQUETTI COMERCIO E CONSORCIO DE RELOGIOS LTDA	79.922.571/0001-33	1,00	un	160,00	160,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	MEMORIA DDR3 - 04 GB	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	230,00	230,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	SERVIÇOS DE CONFIGURAÇÃO DE EMAIL	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	3,10	h	37,00	114,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/ INFORMATICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	10,00	h	37,00	370,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÁO DE OBRA MECANICA	CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	07.869.457/0001-86	1,00	S	980,00	980,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAMPA DO TANQUE COMBUSTÍVEL	CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	07.869.457/0001-86	1,00	pc	48,12	48,12
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO E TESTES FINAIS	CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	07.869.457/0001-86	1,00	km	590,00	590,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL	CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	07.869.457/0001-86	1,00	pc	0,10	0,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REPARO DIREÇÃO RK-21900031	CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	07.869.457/0001-86	1,00	un	21,79	21,79
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VÁLVULA DA DIREÇÃO	CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	07.869.457/0001-86	1,00	un	2.145,13	2.145,13
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ILHOS PARA LONA	TEKSUPPLY COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	02.200.242/0001-54	0,06	un	100,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TECIDO DE POLIPROPILENO PRETO	TEKSUPPLY COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	02.200.242/0001-54	39,00	m2	5,50	214,50
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	LOCAÇÃO C/ MONTAGEM DE SHOWS - RIDER DOS ARTISTAS	OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA - ME	08.448.072/0001-08	1,00	un	92.500,00	92.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 8/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE SAO SEBASTIÃO	TRANSPORTES COLETIVOS SAO CARLOS LTDA	82.103.466/0001-87	102,00	km	6,50	663,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA BELA VISTA	TRANSPORTES COLETIVOS SAO CARLOS LTDA	82.103.466/0001-87	54,00	km	7,00	378,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA MORAIS	TRANSPORTES COLETIVOS SAO CARLOS LTDA	82.103.466/0001-87	24,00	km	4,50	108,00
PROMOÇÃO SOCIAL	PASSAGEM TERRESTRE DE LINHA SÃO JOÃO	TRANSPORTES COLETIVOS SAO CARLOS LTDA	82.103.466/0001-87	47,00	km	5,00	235,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA COM CHAPEAÇÃO DE PEÇAS	JOSE ORLANDO FEIL ME	15.106.158/0001-18	1,00	un	980,00	980,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	230,00	230,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	S	25,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO DO ACELERADOR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	46,00	46,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATERIA 90 AH	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	680,00	680,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	3,00	S	25,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LENTE TRASEIRA GF 0040	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	un	24,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA EM POSTE PADRÃO	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	75,00	S	54,50	4.087,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TROCA DE LÂMPADA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	125,00	S	17,50	2.187,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FIO SILICONADO 1,5 MM - ALTA TEMPERATURA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	125,00	m	1,50	187,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LÂMPADA VAPOR SODIO 250 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	17,84	892,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 80 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	5,72	286,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONECTOR CUNHA BAIXA TENSÃO	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	25,00	un	1,50	37,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REATOR VAPOR MERCÚRIO 400 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	21,50	1.075,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LÂMPADA VAPOR SODIO 70 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	12,06	603,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 9/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVE DE COMANDO ILUMINAÇÃO P/ 220 V	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	12,00	un	103,99	1.247,88
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELE FOTOCELULA ELETROMAGNETICO - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	25,00	un	9,50	237,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REATOR VAPOR SÓDIO 70 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	38,50	1.925,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS TROCA DE SUPORTE	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	75,00	S	17,50	1.312,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS TROCA DE REATOR	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	75,00	S	25,00	1.875,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TROCA RELÉ	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	75,00	S	17,50	1.312,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE LIMPEZA POSTE	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	75,00	S	15,10	1.132,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONSRTO EM POSTE PADRÃO	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	75,00	S	15,60	1.170,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUPORTE RELÉ FOTOCELULA 220 V - 10 A A 15A	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	25,00	un	3,94	98,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REATOR VAPOR SÓDIO 400 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	63,00	3.150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REATOR VAPOR SÓDIO 250 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	56,00	2.800,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REATOR VAPOR MERCÚRIO 80 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	21,50	1.075,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REATOR VAPOR MERCURIO 250W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	21,50	1.075,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA VAPOR SÓDIO 400 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	18,08	904,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA VAPOR SÓDIO 150 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	17,30	865,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA VAPOR MERCURIO 400 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	11,50	575,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA VAPOR MERCURIO 250 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	11,57	578,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FITA ISOLANTE 10 m	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	25,00	un	1,50	37,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BICAL DE PORCELANA E40 - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	25,00	un	3,40	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BICAL DE PORCELANA E27 - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	25,00	un	1,49	37,25
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REATOR VAPOR SÓDIO 150 W - PADRÃO CELESC	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	50,00	un	41,50	2.075,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	HASTE LADO DIREITO	CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	07.869.457/0001-86	1,00	un	285,00	285,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	HASTE LADO ESQUERDO	CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	07.869.457/0001-86	1,00	un	285,00	285,00
	EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO	GIOMAR ROBERTO KLAUS	025.676.809-93	1,00	un	2.600,00	2.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 10/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PNEU 20,5 X 25 RADIAL - 18 A 20 LONAS L3+	JOAÇABA PNEUS LTDA	84.587.245/0010-48	2,00	un	5.391,00	10.782,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PNEU 275/80 R 22,5 - BORRACHUDO MISTO	JOAÇABA PNEUS LTDA	84.587.245/0010-48	4,00	un	1.304,00	5.216,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	AMACIANTE DE ROUPAS PARA LAVANDERIA - 02 LT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	25,00	gl	2,43	60,75
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ÁGUA SANITÁRIA ( HIDROCLORITO DE SÓDIO)	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	cx	15,90	159,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	VASSOURA DE PALHA - RESISTENTE - APROX. 600 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	15,00	un	8,30	124,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SACO DE LIXO 50 LT - ROLO COM 50 UND	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	rl	4,50	90,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SACO DE LIXO 100 LT - ROLO COM 25 UND	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	40,00	rl	4,70	188,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SABÃO EMPÓ 1 KG - PRIMEIRA QUALIDADE	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	un	2,55	51,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	RODO ENCHUGADOR DE BORRACHA 60 CM	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	5,00	un	5,50	27,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PAPEL HIGIENICO BRANCO PICOTADO 60 MT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	fd	28,90	289,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PANO DE CHÃO ALVEJADO 50 X 80 CM - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	20,00	un	2,39	47,80
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FOSFORO CX C/ 200 UND	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	cx	1,80	36,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ESCOVA SANITÁRIA COM PORTA ESCOVA	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	5,00	un	4,30	21,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	DESODORIZANTE DE AMBIENTE - 360 ML	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	un	4,55	45,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 180 ML /100	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	cx	53,00	1.060,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BALDE DE PLÁSTICO 10 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	5,00	un	2,90	14,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8 % - FR COM 01 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	fr	3,40	102,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SAPONÁCEO CREMOSO LÍQUIDO PERFUMADO - 300 ML	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	un	1,30	26,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SACO DE LIXO 30 LT - ROLO COM 50 UND	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	rl	4,50	135,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SABONETE LÍQUIDO AROMATIZADO - GL COM 05 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	6,00	fr	10,00	60,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SABÃO EM BARRA - 400 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	un	1,15	23,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PAPEL TOALHA PCT C/ 2 RL	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	pt	1,95	19,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PANO DE LIMPEZA PERFEX COM 5 UND	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	pt	1,48	14,80
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	LIXEIRO DE PLÁSTICO C/ TAMPA 15 LT	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	un	5,20	52,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 11/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE - TAM 110 X 75 X 20 MM	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	un	0,36	14,40
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	DETERGENTE LIQUIDO 500 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	un	1,55	62,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	DESINFETANTE LIQUIDO 2 LT - CX COM 06 UND	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	cx	13,90	139,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CERA LÍQUIDA AUTO BRILHO 750 ML	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	fr	2,20	44,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	QUEIJO TIPO MUSSARELA DE QUALIDADE	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	70,00	kg	14,90	1.043,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	POLVILHO AZEDO - PCT COM 500 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	50,00	pt	2,10	105,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ÓLEO DE SOJA - 900 ML	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	40,00	un	2,95	118,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	MILHO EM CONSERVA 200 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	un	1,10	22,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	MACÃ AVERMELHADA DE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	100,00	kg	3,25	325,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	LEITE CONDENSADO 395 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	20,00	cx	2,13	42,60
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	GELÉIA DE MORANGO - 400 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	8,00	un	1,84	14,72
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	GELATINA EM PÓ 35 GR - DIVERSOS SABORES	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	100,00	un	0,50	50,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FARINHA DE TRIGO - PCT 05 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	50,00	pt	7,04	352,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ERVILHA VERDE EM CONSERVA 200 GRS	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	20,00	un	1,12	22,40
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CREME VEGETAL - 500 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	10,00	un	1,26	12,60
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	COCO RALADO PCT COM 195 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	un	1,90	57,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CEBOLA PRIMEIRA QUALIDADE NACIONAL	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	40,00	kg	1,90	76,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECOXA	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	150,00	kg	4,22	633,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARGA DE GAS COM 13 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	un	37,50	375,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CAFÉ SOLÚVEL INSTANTANEO - GRANULADO COM 200 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	20,00	vd	6,93	138,60
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BOLACHA SALGADA - PCT C/ 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	pt	2,28	91,20
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BEBIDA LACTEA INTEGRAL 900 GR- VARIOS SABORES	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	80,00	un	1,70	136,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BANANA CATURRA PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	100,00	kg	1,00	100,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ALHO COM INSPEÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	kg	10,20	204,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 12/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	AÇÚCAR BAUNILHA 100 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	30,00	un	0,75	22,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	TOMATE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	80,00	kg	2,75	220,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SALSICHA RESFRIADA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	60,00	kg	4,90	294,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	REPOLHO MÉDIO PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	30,00	un	2,90	87,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PRESUNTO DE PRIMEIRA QUALIDADE	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	70,00	kg	9,90	693,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	POLPA DE TOMATE - 520 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	50,00	un	1,75	87,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	OVO DE GALINHA FRESCO A GRANEL - CX COM 01 DZ	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	100,00	dz	3,80	380,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	NATA PASTEURIZADA - PCT 900 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	60,00	pt	5,70	342,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	MASSA COM OVOS - PCT COM 500 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	60,00	pt	1,35	81,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA 01 LT - CX COM 12 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	100,00	cx	25,92	2.592,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	GELÉIA DE UVA - 400 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	un	1,86	18,60
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	GELÉIA DE FIGO - 400 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	8,00	un	1,84	14,72
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	30,00	un	3,75	112,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FARINHA DE MILHO - PCT 01 KG	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	20,00	pt	1,00	20,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	DOCE DE LEITE - 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	25,00	un	2,15	53,75
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CREME DE LEITE 200 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	un	1,15	23,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CENOURA MÉDIA RÍGIDA - PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	40,00	kg	2,60	104,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARNE BOVINA EM CUBOS	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	100,00	kg	9,00	900,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CALDO DE GALINHA CX COM 6 UND 57 GR	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	60,00	un	0,70	42,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BOLACHA SORTIDA PCT C/ 700 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	40,00	pt	3,95	158,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BETERRABA MÉDIA RÍGIDA PRIMEIRA QUALIDADE	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	40,00	kg	2,20	88,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BATATINHA LAVADA SAFRA NOVA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	50,00	kg	1,65	82,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	AMIDO DE MILHO - PCT 500 GR	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	20,00	pt	1,30	26,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	AÇÚCAR REFINADO PCT 5 KG	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	40,00	pt	6,98	279,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 13/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO C/ACTIGEM - PCT 400 GR	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	20,00	pt	5,06	101,20
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	VINAGRE BRANCO GL COM 03 LT	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	10,00	gl	5,54	55,40
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SUCO EM PÓ VARIOS SABORES - PCT COM 30 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	150,00	pt	0,34	51,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SAL REFINADO IODADO - PCT COM 01 KG	KNORST E CIA LTDA - EPP	76.854.793/0001-78	20,00	pt	0,75	15,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARNE MOIDA BOVINA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	80,00	kg	8,00	640,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA DE LAMINA 5/8	MARAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	01.704.079/0001-02	10,00	un	1,14	11,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DA LAMINA	MARAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	01.704.079/0001-02	10,00	pc	3,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DENTE UNIVERSAL TRASEIRO	MARAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	01.704.079/0001-02	5,00	un	77,78	388,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TRAVA UNHA	MARAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	01.704.079/0001-02	5,00	un	23,50	117,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO TRAVA	MARAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	01.704.079/0001-02	5,00	un	12,96	64,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	UNHA	MARAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	01.704.079/0001-02	5,00	pc	100,80	504,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DO AR CONDICIONADO	MARAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	01.704.079/0001-02	1,00	un	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO TRAVA UNHA	MARAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	01.704.079/0001-02	10,00	un	22,00	220,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARVÃO P/ FILTRO	ROQUE KOLLING ME	11.823.256/0001-15	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REFIL PARA FILTRO DE ÁGUA	ROQUE KOLLING ME	11.823.256/0001-15	1,00	un	85,00	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	S	85,00	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	S	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	S	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA COMPLETA 1/2	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	un	95,00	95,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA COMPLETA 3/4T	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	m	155,00	155,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA COMPLETA 3/8	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	un	185,00	185,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAPA PREN. MO3400	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	2,00	un	40,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA COMPLETA 7/8	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	un	195,00	195,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA COMPLETA 5/8 - 2T	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	un	165,00	165,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Dométrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 14/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL C/ CAPA	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	un	145,00	145,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL ORIGINAL	OHLAND LOCAÇÕES EIRELI ME	17.291.087/0001-04	1,00	un	80,00	80,00
PROMOÇÃO SOCIAL	SAL REFINADO IODADO - PCT COM 01 KG	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	40,00	pt	0,91	36,40
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	MASSA C/ OVOS - PCT COM 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	80,00	pt	2,58	206,40
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FARINHA DE TRIGO - PCT 05 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	pt	7,45	298,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ARROZ PARBOILIZADO - PCT 05 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	40,00	pt	9,24	369,60
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ÓLEO DE SOJA - 900 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	un	3,00	120,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FEIJÃO PRETO TIPO 1 DE QUALIDADE - PCT COM 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	80,00	kg	3,07	245,60
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FARINHA DE MILHO - PCT 01 KG	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	80,00	pt	1,14	91,20
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	AÇÚCAR CRISTAL 05 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	40,00	pt	7,60	304,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SEMENTE DE AVEIA PRETA FISCALIZADA	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE c	83.731.927/0016-05	47.000,00	kg	1,17	54.990,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SEMENTE DE AZEVEM FISCALIZADA	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE c	83.731.927/0016-05	13.000,00	kg	4,20	54.600,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS	CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP	09.427.503/0001-12	10,00	un	432,00	4.320,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	CONTRATAÇÃO DE SGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS	COMPASSO SUL CORRETORA DE SEGUROS LTDA.	01.682.149/0001-60	12,00	un	101,22	1.214,64
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TRANSPORTE DE ANIMAIS P/ FEIRA	EDER TRANSPORTES EIRELI - ME	20.697.417/0001-62	429,00	un	3,08	1.321,32
PODER EXECUTIVO	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL E ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO	EDITORA POLO FOZ LTDA ME	81.854.044/0001-80	1,00	S	2.000,00	2.000,00
						<b>Total Geral ----&gt;</b>	<b>880.194,46</b>



RELATORIO DE COMPRAS FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
RUA CONCORDIA N.100  
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/2

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Março/2015.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÉDICO OBSTETRA - 10 HR	CLINICA MEDICA SAN MARTINS MENDONÇA LTDA ME	09.376.950/0001-90	10,00	un	2.000,00	20.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MEDICO CIRURGICO DE GASTROENTEROLOGIA	ANFERMED - PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA - M	11.407.730/0001-28	5,00	un	21.000,00	105.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL - PSF BAL. PRATAS	T.B. PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS EIRELI - ME	21.897.650/0001-51	9,00	ms	15.700,00	141.300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MEDICO CLÍNICO GERAL - PSF BAL. PRATAS	T.B. PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS EIRELI - ME	21.897.650/0001-51	1,00	ms	15.700,00	15.700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	APARELHO AUDITIVO INFANTIL	MICHELLI BENDER EIRELI - ME	05.888.769/0001-92	2,00	un	3.750,00	7.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DENTISTA - CENTRO	CASSIO AUMONDI KERBER	068.403.949-48	1,00	un	4.000,00	4.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA COM CHAPEAÇÃO DE PEÇAS	CHAPEAÇÃO E PINTURAS FEIL LTDA - ME	02.802.813/0001-20	1,00	un	654,00	654,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUBRIFICAÇÃO DE MICRO ONIBUS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	20,00	un	10,00	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MONTAGEM DE PNEU VEICULOS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	30,00	un	6,00	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAVAGEM DO MICRO ONIBUS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	24,00	un	30,00	720,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONCERTO DE PNEU/VEICULOS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	20,00	un	10,00	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAVAGEM DE VEÍCULOS SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	30,00	un	12,00	360,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAVAGEM DE AMBULANCIA	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	25,00	un	28,00	700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE LIMPEZA/ HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA DE ÁGUA CIDADE	COMERCIO E SERVICOS IDM LTDA - ME	04.741.645/0001-36	5,00	un	200,00	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE LIMPEZA/ HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA DE ÁGUA INTERIOR	COMERCIO E SERVICOS IDM LTDA - ME	04.741.645/0001-36	1,00	un	280,00	280,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE COLETA E PREPARO DE MATERIAL BIOLÓGICO	JUSTINA INES WICKERT ROHR - ME	09.389.607/0001-80	1,00	S	1.900,00	1.900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA DE INFORMATICA	DEL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	11,50	S	37,00	425,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE CONFIGURAÇÃO DE EMAIL	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	4,50	h	37,00	166,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/ INFORMATICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	10,40	h	37,00	384,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
RUA CONCORDIA N.100  
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/2

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO DE MÉDICO P/ PALESTRA SOBRE SAÚDE MENTAL	AVER CLINICA MEDICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA	10.872.670/0001-51	1,00	un	2.500,00	2.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO DE MÉDICO P/ PALESTRA SOBRE CANCER DE PELE	AVER CLINICA MEDICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA	10.872.670/0001-51	1,00	un	2.500,00	2.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PLATOR DE EMBREAGEM	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	pc	658,00	658,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO CARDÁ	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	397,46	397,46
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RETENTOR MORINGO	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	40,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MORINGA	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	pc	576,00	576,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSO	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	8,00	pc	17,00	136,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO SEPARADOR DE COMBUSTÍVEL	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	73,00	73,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SENSOR DO RAIL	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	650,00	650,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CRUZETA	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	2,00	pc	75,60	151,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO DO VOLANTE	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	185,40	185,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SENSOR DO FILTRO	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	65,00	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO BLINDADO	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	95,00	95,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PINO BRAÇO	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	58,00	58,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROTULA RK	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	140,00	140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DISCO EMBREAGEM	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	pc	815,00	815,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO CUBO	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	158,00	158,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	S	400,00	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TUBO RETORNO	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	250,00	250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	S	600,00	600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	S	1.466,00	1.466,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO EMBREAGEM	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	pc	325,00	325,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	8.790,00	I	3,44	30.237,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DIESEL ADITIVADO - S10	POSTO DA COLINA LTDA	77.910.370/0001-90	4.850,00	I	2,97	14.404,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DIESEL COMUM	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	5.920,00	I	2.839	16.806,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DIESEL COMUM	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	1.720,00	I	2.839	4.883,08
						<b>Total Geral ----&gt;</b>	<b>379.241,92</b>

RELATORIO DE COMPRAS FUNDAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇAO CULTURAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 19.498.254/0001-00  
Rua Demétrio Lorenz  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/1

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Março/2015**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	CLIMATIZADOR DE AR 18.000 BTUS - INSTALADO	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	1,00	un	2.393,00	2.393,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	QUADRO BRANCO - TAM 1,20 X 1,5	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	1,00	un	195,00	195,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	ADESIVO PARA PLACA	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	1,00	un	60,00	60,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	BALAS MASTIGÁVEL SORTIDO - PCT C/ 600 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	20,00	pt	4,50	90,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL N°07 - CX COM 50 UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	cx	16,45	16,45
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	FOLHA DE OFÍCIO A4 ALCALINO 75 MG - PCT COM 500 FL	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	2,00	cx	129,00	258,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	APONTADOR C/ DEPOSITO TRANSPARENTE	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	10,00	un	0,72	7,20
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	BORRACHA BRANCA ESCOLAR - N°60 - CAIXA C/ 60 UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	cx	5,00	5,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - PRETO, VERMELHO E AZUL	RB PAPELARIA E BAZAR LTDA - ME	85.352.755/0001-08	30,00	un	1,85	55,50
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	LÁPIS DE COR INTEIRO C/ 12 CORES	RB PAPELARIA E BAZAR LTDA - ME	85.352.755/0001-08	10,00	cx	2,80	28,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	BALÃO COLORIDO DE PRIMEIRA QUALIDADE - PCT COM 50 UND	RB PAPELARIA E BAZAR LTDA - ME	85.352.755/0001-08	5,00	pt	3,75	18,75
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	RÉGUA PLÁSTICA 30 CM	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	30,00	pc	0,33	9,90
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	FITA ADESIVA 48 MM X 40 METROS	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	10,00	rl	1,68	16,80
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	GIZ DE CERA COM 12 CORES 95 GR	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	10,00	cx	1,16	11,60
						<b>Total Geral ----&gt;</b>	<b>3.165,20</b>

## São Domingos

### PREFEITURA

#### **EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIENCIA PÚBLICA.** EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2015, a ser realizada no dia 26 de maio de 2015, às 09h30min, tendo como local a Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Getulio Vargas, nº 750, centro, na cidade de São Domingos - SC.

São Domingos, 06 de maio de 2015.  
Sandro Figueiró  
Vice-Prefeito Municipal

## São João do Oeste

### PREFEITURA

#### **3 TA CONTRATO 49.14**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2014  
PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção- LTDA- EPP  
ORIGEM: Tomada de Preços nº 01/2014  
OBJETO: "Aditivo de prazo, da construção do Pavilhão da Feira Livre, conforme lei 8.666/93".  
VIGÊNCIA: 04.05.2015 até 30.07.2015  
São João do Oeste -04 de maio de 2015  
Sérgio Luis Theisen- Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015  
PARTES: Município de São João do Oeste e JBS- Cursos Trein. Cons. Auditoria e Asses. LTDA EPP  
ORIGEM: Pregão Presencial nº05/2015  
OBJETO: Contratação de empresas para realização de palestra motivacional em comemoração ao dia do trabalhador, para os funcionários da Secretaria da Saúde de São João do Oeste.  
VALOR: R\$ 1.500,00  
VIGÊNCIA: 07.05.2015 até 30.06.2015  
São João do Oeste -07 de Maio de 2015  
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015  
PARTES: Município de São João do Oeste e Maria Wiggers- Mei  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 13/2015  
OBJETO: Contratação de empresa para ministrar oficinas de artesanato para as mães, cuidadoras, alunos e equipe técnica da APAE do Município de São João do Oeste, as despesas serão suportadas pelo CRAS- SCFV.  
VALOR: R\$ 6.400,00  
VIGÊNCIA: 30.04.2015 até 31.12.2015  
São João do Oeste - 30 de Abril de 2015  
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015  
PARTES: Município de São João do Oeste e J.J.S. Desenvolvimento Humano.  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 15/2015  
OBJETO: Contratação de empresa para organização da Conferência Municipal da Assistência Social.  
VALOR: R\$ 1.825,00  
VIGÊNCIA: 07.05.2015 até 30.06.2015  
São João do Oeste -07 de Maio de 2015  
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 16/2015

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do CRAS do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 974,30

VIGÊNCIA: 07.05.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 07 de maio de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Leni Lourdes Schneider- Padaria Q' Delicia

ORIGEM: Pregão Presencial nº 16/2015

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do CRAS do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 635,40

VIGÊNCIA: 07.05.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 07 de maio de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e CTO Cursos de Informática- Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 17/2015

OBJETO: Contratação de empresa para realização de oficina de pintura em tecidos e tela para os inscritos nos programas do CRAS do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 12.000,00

VIGÊNCIA: 07.05.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 07 de Maio de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Ilaine Rasch Oberger-Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 16/2015

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do CRAS do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 425,58

VIGÊNCIA: 07.05.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 07 de maio de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Leni Lourdes Schneider- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 31/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção das atividades das diversas secretarias do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 2.324,80

VIGÊNCIA: 11.05.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 11 de Maio de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Ilaine Rasch Oberger-Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 31/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção das atividades das diversas secretarias do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 1.258,50

VIGÊNCIA: 11.05.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 11 de Maio de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL N.º 003/2015 – CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

EDITAL N.º 003/2015 - CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUATRIÊNIO 2016/2019, VISANDO AO PROVIMENTO DE 05 CARGOS EFETIVOS E SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de São João do Sul-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Considerando o recebimento do Ofício Recomendação n.º 0167/2015/PJ/SRS, de 29 de abril de 2015, oriundo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, no sentido de modificar a previsão de que o eleitor poderá votar em 1 (um) único candidato para a previsão de que o eleitor votará no máximo, em 5 (cinco) candidatos;

Considerando as orientações a respeito do assunto, contido no Guia de Orientações para o Processo de Escolha em data unificada dos membros dos Conselhos Tutelares, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e;

Considerando a necessidade de promover a correção em alguns itens do Edital de Abertura do processo de escolha unificado para membros do Conselho Tutelar de São João do Sul, torna públicas as seguintes retificações no Edital n.º 001/2015:

1. FICA RETIFICADO O ITEM 6.1., QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

6.1. A candidatura será individual, não sendo admitida a composição de chapas e, cada eleitor apto a participar do processo votará, no máximo, em 05 (cinco) candidatos.

2. FICA RETIFICADO O ITEM 8.8., QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

8.8. O eleitor votará uma única vez em no máximo 05 (cinco) candidatos, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3. 2. FICA RETIFICADO O ITEM 10.3., QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

10.3. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

4. PERMANECEREM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL N.º 001/2015, DO CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, 30 de abril de 2015.

Edilene dos Santos

Presidente do CMDCA/SJS

### LICITAÇÃO Nº 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 41/2015

Modalidade - Pregão Presencial nº 011/2015

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, NOVOS, PARA VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 21/05/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30 min do dia 21/05/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br)

São João do Sul - SC, em 08 de Maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício



# São José

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 006/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 006/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A FUNDESJ - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL - USJ - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SÃO JOSÉ.

OBJETO: O objetivo do presente termo visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a FUNDESJ - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL - USJ - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SÃO JOSÉ, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores.

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 07 de Maio de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG e ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN.

### 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 009/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 009/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

OBJETO: O objetivo do presente termo visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores.

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 07 de Maio de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG e CARLOS EDUARDO DE SOUZA.

### ATO DE JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS RETIDOS EM OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E A NÍVEL RODOVIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC (ART. 5º DA LEI 8987/95).

ATO DE JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS RETIDOS EM OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E A NÍVEL RODOVIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC (ART. 5º DA LEI 8987/95).

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Av. Acioni Souza Filho, 403 (Beira Mar de São José), centro, São José/SC, para fins do art. 5º da Lei 8.987/95, considerando que o Tribunal de Contas do Estado entendeu por bem não reconhecer a concessão ora em vigor (RPA 07/00527940) em face de ausência de Lei autorizativa.

Diante deste fato, o Município foi compelido a lançar novo processo licitatório para cumprir os ditames legais e as recomendações do Tribunal de Contas do Estado, notadamente o Art. 175 da Constituição Federal, Lei nº 5441/14 (Lei Municipal de concessão do serviço de remoção e estada de veículos automotores), Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

Justifica-se pelo presente a abertura de concorrência pública para outorga de serviço público para a remoção e guarda de veículos automotivos retidos em operações de fiscalização de trânsito urbano e a nível rodoviário no Município de São José/SC, envolvidos em infrações administrativas, furto e roubo para encaminhamento às delegacias e abandonados em vias públicas, por razões de conveniência e oportunidade, já que o Município não possui corpo técnico para ofertar este serviço.

São José (SC), 05 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### CONTRATO N.º 053/2015

EXTRATO DE CONTRATO N.º 053/2015

CONTRATO N.º 053/2015. PARTES: O Município de São José e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). OBJETO: rateio em prestação de serviços de publicação de atos oficiais, expedidos pelos órgãos públicos do Município de São José. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.93.39.00.00.00.00.01.0 080. VIGÊNCIA: 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2015. VALOR: 37.620,00 (trinta e sete mil, seiscentos e vinte reais) pagos em 12 parcelas. LOCAL E DATA: São José (SC), 27 de abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e Gilsoni Lunardi Albino pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

### CONTRATO/CT: Nº 041/2015 – DL 067/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 041/2015 - DL 067/2015 - Processo 085/2015 - Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO A DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS,

INCLUINDO O TRANSBORDO E TRANSPORTE, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS. Prazo: O prazo de execução e vigência do presente Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 11/03/2015. Valor total: O valor mensal corresponde a R\$ 758.482,00 (setecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais), sendo o valor total deste Contrato orçado em R\$ 4.750.088,16 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil, oitenta e oito reais e dezesseis centavos). Data da Assinatura do Contrato: 20 de março de 2015.

**DECRETO Nº 4391/2015**

DECRETO Nº 4391/2015

CONVOCAÇÃO DA 9ª CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ COM O TEMA: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV, da Lei Orgânica Municipal e art. 5º da lei Municipal nº 4776/2009.

Considerando que a Conferência Municipal de Saúde é um fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei federal 8.142/90.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 9ª Conferência Municipal de Saúde, a ser realizada no dia 16 de junho de 2015, com início às 08h e término às 18h, no Centro Multiuso de São José sito à Av. Acioni Souza Filho, s/n, (Beira Mar de São José), São José - SC - Tema Central: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 2º - A 9ª Conferência Municipal de Saúde será presidida pela Prefeita e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 3º - As normas de organização e funcionamento da 9ª Conferência Municipal de Saúde serão expedidas na forma de Regimento Interno, a ser submetido à aprovação do Conselho Municipal de Saúde e publicadas em Resolução.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de São José (SC), 29 de abril de 2015.

**DECRETO Nº 4425/2015**

DECRETO Nº 4425/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado CLÁUDIO DO NASCIMENTO para exercer o cargo de DIREÇÃO I-DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES/TÉCNICO - CCM 4, com lotação na Fundação educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 014 de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4426/2015**

DECRETO Nº 4426/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Leonir Lopes	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40h/s
II	Antonio Lisboa Alves dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Segurança	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4427/2015**

DECRETO Nº 4427/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal e o Art. 2º da Lei 5.955 de 07 de maio de 2010 alterada pelo Art. 3º da Lei 5.388 de 30 de abril de 2014, e

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 008/2015/FUNDESJ;

DECRETA:

Art.1º- Fica admitido, o servidor contratado por processo seletivo, exercente de função de Professor visitante:

Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
Silvio Luiz Indrusiak Weiss	Professor Visitante – Curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Infantil – Área Educação (Disciplina: Linguagem Corporal e Movimento) – 1º colocado.	Fundação Educacional de São José	Carga Horária Total do Contrato: 30 (trinta) horas/aula

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 1.006 DE 06 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA Nº 1.006 de 06 de Maio de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 010142/2015, relativo a ato disciplinar do servidor V.P.A e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Cláudia Regina Macário, Terezinha de Souza e Kelen Bittencout para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 06 de Maio de 2015  
Meri Terezinha de Melo Hang  
Secretária Municipal da Educação

**PORTARIA Nº 006/2015 - SSDST**

PORTARIA Nº. 006/2015, DE 27 DE ABRIL DE 2015

INSTAURA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DESIGNAR COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das suas atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, em especial o Decreto 368/2013, e

**CONSIDERANDO QUE:**

- a) Foi constatado na análise do Processo nº 59050.001677/2010-01, que o Município recebeu recursos financeiros no valor de R\$19.690.000,00 (dezenove milhões, seiscentos e noventa mil reais), do Ministério da Integração Nacional, em face do sinistro ocorrido no dia 25 de março de 2010;
- b) Constatou-se que no âmbito do plano de trabalho parte das obras não foram executadas conforme previstas; sendo que alguns serviços foram contratados e executados com indícios de irregularidades diante dos recursos disponíveis no Termo de Compromisso 411/2010;
- c) A verba recebida deveria ser aplicada, em parte, na execução de ações de recuperação e reconstrução de Edificações, conforme Portaria Ministerial nº 782, de 16 de agosto de 2010;
- d) A Prestação de Contas final revela que parte desse valor foi utilizada para a reforma de unidades públicas de saúde e de ensino, em desacordo com o Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instalar Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, qualificação dos danos e obtenção do ressarcimento;

Art. 2º. Designar os servidores Estanil Ouro Imburgue Weber (Supervisora de Trânsito, matrícula 33123), Simone Rosimere Ribeiro (Agente Administrativo, matrícula 1515) e Roberto Ramos Bonassi (Engenheiro Civil, matrícula 22993), para formar a Comissão que terá a Presidência da Primeira, sendo secretariada pela Segunda, para realizar, a partir da publicação desta portaria, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a Tomada de Contas Especial relativa aos fatos apontados

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**PORTARIA Nº 007/2015 - SSDST**

PORTARIA Nº. 007/2015, DE 27 DE ABRIL DE 2015

INSTAURA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DESIGNAR COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das suas atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, em especial o Decreto 368/2013, e

**CONSIDERANDO QUE:**

- a) Foi constatado na análise do Processo nº 59050.001677/2010-01, que o Município recebeu recursos financeiros no valor de R\$19.690.000,00 (dezenove milhões, seiscentos e noventa mil reais), do Ministério da Integração Nacional, em face do sinistro ocorrido no dia 25 de março de 2010;
- b) Constatou-se que no âmbito do plano de trabalho parte das obras não foram executadas conforme previstas; sendo que alguns serviços foram contratados e executados com indícios de irregularidades diante dos recursos disponíveis no Termo de Compromisso 411/2010;
- c) A verba recebida era destinada, em parte, para a execução de obras de infraestrutura viária e encostas, conforme Portaria Ministerial nº 782, de 16 de agosto de 2010;

d) Na Prestação de Contas final verifica-se que, parte desse valor foi utilizada em outras ações, desatendendo ao estabelecido no Plano de Trabalho, com indícios consistentes de desvio do objeto, em desacordo com o Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instalar Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, qualificação dos danos e obtenção do ressarcimento; e

Art. 2º. Designar os servidores Estanil Ouro Imburgue Weber (Supervisora de Trânsito, matrícula 33123), Simone Rosimere Ribeiro (Agente Administrativo, matrícula 1515) e Roberto Ramos Bonassi (Engenheiro Civil, matrícula 22993), para formar a Comissão que terá a Presidência da Primeira, sendo secretariada pela Segunda, para realizar, a partir da publicação desta portaria, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a Tomada de Contas Especial relativa aos fatos apontados

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**PORTARIA Nº 1.024 DE 08 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA Nº 1.024 de 08 de Maio de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;  
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;  
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 010354/2015, relativo a ato disciplinar do servidor R.V.F e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Terezinha de Souza e Rose Mara da Silva Garcia para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 08 de Maio de 2015

Daniela da Silva Fraga  
Secretária Interina Municipal de Educação

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014 - Processo nº 355/2014. Fornecedores: CASA DAS CHAVES KOBRASOL LTDA - ME e CHAVLAR - ALEXANDRE THOMAZ - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E CONFECÇÃO DE CARIMBOS PARA A 1º DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 27.780,00 - vinte e sete mil e setecentos e oitenta reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

**CÂMARA MUNICIPAL**

**FASE DE HABILITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DA SESSÃO PÚBLICA DO CONVITE N.º 01/2015  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2015  
- FASE HABILITAÇÃO

**Objeto:**

A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a informatização do apoio legislativo da Câmara Municipal de São José/SC para a cessão de licença de Uso Temporária de sistema(s) de gestão pública municipal legislativa, com instalação, implantação e treinamento de usuários, alterações legais e manutenções corretivas, migração da base de dados, suporte técnico, conforme especificações constantes no Anexo I.

A Comissão Permanente de Licitações e Contratos, torna público aos interessados, em especial aos licitantes que, após aberta a sessão pública de licitação realizada nesta data (14h:30m):

1) A empresa HGL TECNOLOGIA LTDA. foi desabilitada por não apresentar os documentos exigidos nos itens 8.1.1 (Certidão Negativa da Fazenda Pública Municipal) e 8.4.4 (atestado de capacidade técnica) do instrumento convocatório, possuindo o prazo de 02 (dois) dias para apresentação de recurso. (art. 109, I, "a" c/c §6º, da Lei n.º 8.666/1993).

2) Foram habilitadas as empresas Pública Informática Ltda. e Lançer Soluções em Informática Ltda., por atenderem as disposições do edital nesta fase.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 08 de maio de 2015  
KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA  
Presidente da CPL

**AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV****DECRETO 3761/2015**

DECRETO Nº 3761/2015  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 000258/2015 e com base no artigo 40, § I, inciso II, da Constituição Federal;

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria compulsória, para a servidora HELENA DA SILVA COLZANI, matrícula 21708, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 58% (cinquenta e oito por cento), calculados com base na média dos 80% (oitenta por cento) melhores salários de contribuição, não tendo direito à paridade, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,



produzindo efeitos a partir de 07 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

LUÍS FABIANO ARAUJO GIANNINI  
Presidente em exercício

### **DECRETO 3950/2015**

DECRETO Nº 3950/2015  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 21602/2014 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora VILMA ISAURA COELHO MARTINS, matrícula 13632, ocupante do cargo de Professora de Artesanato, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 37% (trinta e sete por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de fevereiro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **DECRETO 3953/2015**

DECRETO Nº 3953/2015  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 026958/2014 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41 de 31/12/2003,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora JOSIANE SOUZA SCHMITZ, matrícula 936, ocupante do cargo de Professora de Artesanato, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, 40% da regência de classe e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de fevereiro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **DECRETO 3978/2015**

DECRETO Nº 3978/2015  
CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 002597/2015 e com base no artigo 40, §7º, II, da Constituição Federal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte a Sra. MARIA EDUARDA GROSSI, filha da servidora Sra. Terezinha Maria Claudino dos Santos, matrícula 1288-2, falecida em 23/01/2015, no valor correspondente ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, a contar de 23/01/2015, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de fevereiro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **DECRETO 4123/2015**

DECRETO Nº 4123/2015  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 002477/2015 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora MARIA GORETI BESEN FERNANDES, matrícula 13585, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 37% (trinta e sete por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de março de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **DECRETO 4124/2015**

DECRETO Nº 4124/2015  
INSTITUI E NOMEIA O COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria nº 440, de 09 de outubro de 2013;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Comitê de Investimentos da Autarquia São José Previdência, com mandato de 02 (dois) anos, os seguintes servidores:

- a) Marília Gomes Formento;
- b) Constâncio Krummel Maciel Neto, e;
- c) Luís Fabiano de Araujo Giannini

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de março de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **DECRETO 4125/2015**

DECRETO Nº 4125/2015  
ALTERA O DECRETO Nº 3423/2014 NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 7º, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, com as alterações da Lei Complementar Municipal nº 030/2008, e, com fundamento no art. 8º, §2º, da referida lei;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 3423/2014, que alterou o quadro de conselheiros do Conselho de Administração da Autarquia São José Previdência,

ONDE SE LÊ: "ALTERA O DECRETO Nº 1663/2013 NA FORMA QUE ESPECIFICA".

LEIA-SE: "ALTERA O DECRETO Nº 1662/2013 NA FORMA QUE ESPECIFICA".

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 14 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de março de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **DECRETO 4136/2015**

DECRETO Nº 4136/2015  
CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 005155/2015 e 005159/2015 e com base no artigo 40, §7º, II, da Constituição Federal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte a ROSELI SELMA DE SOUZA E DAVI DE SIMAS, respectivamente, viúva e filho do servidor ativo Marcos Antônio de Simas, matrícula 1607-1, falecido em 24/02/2015, no valor correspondente ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, a contar de 24/02/2015, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de março de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência



**DECRETO 4217/2015**

DECRETO Nº 4217/2015

ALTERA O DECRETO Nº 1663/2013 NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 7º, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, com as alterações da Lei Complementar Municipal nº 030/2008, e, com fundamento no art. 8º, §2º, da referida lei;

**DECRETA:**

Art. 1º ALTERAR a relação de nomeados para compor o Conselho Fiscal da Autarquia São José Previdência, da seguinte forma:

**I - Representantes do Poder Executivo:**

a) Michele Martendal (Membro);

b) Sidart Gaia (Suplente);

**II - Representantes do Poder Legislativo:**

a) Georges Jesus Fleury Camargo (Membro), e;

b) Denise Alexandrina de Lima (Suplente).

**III - Representantes dos Servidores Públicos:**

a) Paulo Roberto Barbato (Membro);

b) Alexandra Elisabete de Oliveira (Suplente);

c) Lourivaldo Santos (Membro), e;

d) José Hamilton Ramos (Suplente).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**São José do Cedro****PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.50/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº50/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 50/2015, Edital de Pregão Nº 50/2015, Objeto: aquisição de cobertura metálica para instalação na estação de tratamento do SEMAE, localizado na linha Santa Rita, interior de São José do Cedro. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 21/05/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 21/05/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro - SC.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

## São Miguel do Oeste

### PREFEITURA

#### PROCESSO LICITATÓRIO N. 66/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais e tudo mais que se fizer necessário para pavimentação com pedras irregulares nas Ruas: Sete de Setembro, Osvaldo Aranha, Hélio Wassun, perímetro urbano, cfe Contrato de Repasse n. 803022/2014/Ministério das Cidades/Caixa, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 02 de junho de 2015.

Abertura: às 14 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 07 de maio de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

#### PROCESSO LICITATÓRIO N. 67/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a conservação e manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria Municipal da Infraestrutura, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 22 de maio de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 08 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO 04.2015 FMS

##### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 04/2015 FMS- MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor Preço

OBJETO: A presente licitação tem como objeto: Aquisição de um aparelho de Raio X para a equipe de Odontologia da Unidade de Saúde Maria Rasweiler Junkes, localizada na Rua João Perin, S/N – Centro neste município de São Pedro de Alcântara-SC, conforme especificações em anexo a este Edital

DATA DE ABERTURA: 25/05/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br) ou [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 08/05/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

#### AVISO DE LICITAÇÃO 44.2015

##### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 46/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A presente licitação tem como objeto A aquisição parcelada e estimada de bica corrida.

DATA DE ABERTURA: 22/05/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br) ou [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 08/05/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

**AVISO DE LICITAÇÃO 46.2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 46/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição de Notas fiscais com 04 (quatro) vias para Impressora Matricial - patrimônio da Secretaria de Administração - Conforme foto (referência) no anexo II deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 26/05/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br) ou [licitações@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitações@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 08/05/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

**AVISO DE LICITAÇÃO 48.2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 48/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de pneus NOVOS para a frota da Prefeitura Municipal, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 21/05/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br) ou [licitações@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitações@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 08/05/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

# Schroeder

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2015 – SAS

Edital de Notificação nº 001/2015 - SAS

Fica a empresa CELINHO ESPORTES LTDA CNPJ 04.398.115/0001-37, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 14/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido o empenho 151/15 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa Notificação, a empresa terá o prazo de 10 dias para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado.

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Processo Administrativo nº	Contrato nº	Ordem de compra Empenho nº	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedi-
12/2014	14/2014	151/15	65 Camiseta em meia malha, na cor branco, fio 30/1 penteado, 100% algodão, com gola ribana e debrum na cor branco, estampas em silker. Manga direita: Brasão da Prefeitura de Schroeder no tamanho 10 cm. Com as escritas Prefeitura Municipal de Schroeder. Secretaria de Saúde e Assistência Social. Manga esquerda: Logo CREAS e Logo do MDS no tamanho 10cm. Frente: Logomarca Faça Bonito, tamanho até 30 cm, colorida. (conforme layout) Costas: Logomarca Faça Bonito, tamanho até 20 cm, branco e preto. (conforme layout) Tamanhos: P adulto, M adulto, G adulto, GG adulto	31/03/2015	10 dias

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto as penalidades previstas na Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverá apresentar defesa prévia em 10 (dez) dias úteis. Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida após o prazo de entrega, e a defesa se apresentada sendo indeferida, restará rescindido o presente Contrato na forma do artigo 78 da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato supracitado, bem como a aplicação das sanções previstas em lei.

Atenciosamente,

Schroeder, 04 de maio de 2015.

Daiane Regina Azevedo Wolf

Diretora de Assistência Social

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 38/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 38/2015-FMS

Chamada Publica nº. 01/2015 -FMS - Processo nº. 19/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: M E J CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 11.024.875/0001-40, estabelecida na Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº 75, Bairro das Nações, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.120-000

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na seleção e possível contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO
16	Consulta especializada em ENDOCRINOLOGIA	100,00

Data da Assinatura: 08/05/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.101/2015

LEI Nº2.101/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$13.120,49 (TREZE MIL, CENTO E VINTE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2015, no valor de até R\$13.120,49 (treze mil, cento e vinte reais e quarenta e nove centavos), como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.1.90.91.00.00	00.01.0000	Sentenças Judiciais	13.120,49

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.90.14.00.00	00.01.0000	Diárias – Civil	9.990,00
3.3.90.36.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.130,49

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 2075/2014 - LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.102/2015**

LEI Nº.2.102/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$3.509.297,62 (TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E NOVE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2015, no valor de até R\$3.509.297,62 (três milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.1.317 – REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES			
4.4.90.51.00.00	00.01.0032	Obras e Instalações	3.509.297,62

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos o repasse a ser efetuado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$ 3.509.297,62 (Três milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e sete reais, sessenta e dois centavos), conforme termo de compromisso PAR Nº. 31365/2014 assinado com o Município.

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº2075/2014 - LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 6.055/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.055/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando ofício nº 196/2015 - SECEL, c/c ofício nº 02/2015 que solicita o afastamento da servidora Rosangela Cristina Miranda Motta para atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR a servidora Sra. Rosangela Cristina Miranda Motta, com efeitos retroativos a partir de 06/05/2015 até o dia 24/06/2015, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**ATA CHAMADA PÚBLICA 01/2015-FMS (SEQUÊNCIA 03)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>OUTRAS MODALIDADES</b> <b>Nr.: 1/2015 - OU</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 19/2015 Data do Processo: 18/03/2015

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 18/2015 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para o ato de abertura do envelope da empresa M E J CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA., para a contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC. Foi aberto o envelope de Habilitação da empresa M E J CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA., cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada publica é um processo que vem formalizar um ato contratual com prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento dos senhores M E J CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA. e que diante do fato das documentações apresentada estarem respeitando as exigências do edital, resulta assim habilitada. Será procedida a homologação dos pedidos de credenciamento da empresa M E J CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA. O resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada a empresa participante.

Schroeder, 7 de Maio de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Gelson Stein	- ..... - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 12/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 02/04/2015
	Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 19/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Não há representantes presentes na sessão. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA., ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROFARMA SPECIALTY S/A, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. As empresas DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA., ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROFARMA SPECIALTY S/A, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. e CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., encaminharam envelopes e documentos pelo correio/transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA., ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Após rubricados os envelopes, bem como os credenciamentos, constatando-se que a CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou certidão simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 07/04/2015, esta certidão é emitida pela junta comercial conforme exigência no edital no item 4.1.3 - "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07;", sendo assim o representante da empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Após rubricados os envelopes, bem como os credenciamentos, constatando-se que a empresa PROFARMA SPECIALTY S/A apresentou certidão simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 06/04/2015, esta certidão é emitida pela junta comercial conforme exigência no edital no item 4.1.3 - "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07;", sendo assim o representante da empresa PROFARMA SPECIALTY S/A não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA., ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROFARMA SPECIALTY S/A, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Diante de dificuldades técnicas para análise das propostas e documentação exigida o processo será paralisado de acordo com o item 1.2- E- "Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretaria de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 5720 /2014, de 16 de setembro de 2014", e item 6.2 "Dada a especificidade do objeto licitado, restando dúvidas sobre a vinculação da proposta aos objetos licitados, ou do atendimento dos subitens do 6.1.10, a pregoeira poderá suspender o processo até que o parecer técnico seja ofertado" e para análise dos itens 6.1.10 "Obrigatoriamente a empresa deverá apresentar juntamente com a Proposta os seguintes documentos": item 6.1.10.1 "Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício", item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 02/04/2015
	Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**Número da ATA: 19/2015 (Sequência: 1)**

Registro, o número do item a que se refere", item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere", e item 6.1.10.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses". Após parecer técnico será feita a classificação da proposta comercial e marcada uma data para continuação do certame com a etapa de lances. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 8 de Maio de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

CLEITON ANDRÉ WAGNER	- ..... - Representante
GERSON POSTAI	- ..... - Representante
IVAN CARLOS FACIOLI	- ..... - Representante
CRISTIANO GARCIA DE FREITAS	- ..... - Representante
GILSON LUIS DAL MAS	- ..... - Representante
EROS CARRARO	- ..... - Representante
CRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI	- ..... - Representante
ADREI JEAN TEIXEIRA	- ..... - Representante
LUIS LOURENÇO DE LIMA	- ..... - Representante
WELLINGTON TEZA VILAS BOAS	- ..... - Representante

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO CONTRATO N. 005/2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 005/2015

PARTES: Câmara de Vereadores de Schroeder e Majoka uniformes indústria e comércio Ltda.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para confecção de uniforme para os servidores da Câmara Municipal.

VALOR: R\$ 3.344,65 (três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente termo.

DATA DA ASSINATURA: 07 de maio de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adriano Kath e Josiane Katia Soares Schulz

Ver. Adriano Kath

Presidente

**Serra Alta****PREFEITURA****DECRETO Nº 095/2015**

DECRETO N.º 095/2015 DE 07 DE MAIO DE 2015.

"Dispõe sobre designação do servidor AMAURI NEMERSKI para trabalhos da VISA (Vigilância Sanitária) e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO - Atestado Medico, do Servidor Titular da vaga Srº Renato Odair de Almeida.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designado o Servidor AMAURI NEMERSKI, do quadro efetivo ocupante do cargo de Agente de Serviços Fazendários, nível 22 do Grupo 2 - SAU - Serviços Auxiliares 40 horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e finanças, para trabalhos da VISA (Vigilância Sanitária) do município de Serra Alta, perfazendo uma carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Fica atribuída a Função de Confiança como, encarregado de turma, correspondendo ao percentual de 75%, ao Servidor AMAURI NEMERSKI, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Fazendários, nível 22 do Grupo 2 - SAU - Serviços Auxiliares, 40 horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e finanças, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 07 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 008/2015-FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	008/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada	PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nº 116, nº 117 e nº118 referente a Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos municípios Serraltenses. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 08/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor.....:	A Contratada receberá o valor total de R\$ 4.884,72 (Quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.
Vigência....	11/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. DR 0034/ DR0002
SERRA ALTA, 11 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 009/2015 - FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	009/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada	DAMEDIM DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nº 05, nº 09, nº 10, nº 15, nº 29, nº31, nº36, nº42, nº43, nº47, nº48, nº50, nº52, nº56, nº 63, nº 64, nº65, nº69, nº71, nº82, nº91, nº96, nº97, nº98, nº99, nº100, nº101, nº103, nº108, nº109, nº110, nº111, nº112, nº113, nº122, nº123, nº124 e nº129 referente a Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos municípios Serraltenses. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 08/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor.....:	A Contratada receberá o valor total de R\$ 7.794,38 (Sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência....	11/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. DR 0034/ DR0002
SERRA ALTA, 11 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 010/2015 - FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	010/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada	CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA EPP.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nº 18, nº 19, nº 21, nº 24, nº25, nº26, nº27, nº28, nº30, nº35, nº37, nº41, nº46, nº53, nº 67, nº72, nº83, nº86, nº102, nº104, nº106, nº107 e nº134, referente a Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos municípios Serraltenses. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 08/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor.....:	A Contratada receberá o valor total de R\$ 7.201,10(Sete mil, duzentos e um reais e dez centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.
Vigência....	11/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. DR 0034/ DR0002
SERRA ALTA, 11 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 011/2015-FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.:	011/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DENTAL OESTE EIRELI EPP.
Contratada	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nº 01, nº 06, nº 08, nº 13, nº 23, nº 44, nº 57, nº 62, nº 66, nº 74, nº 75, nº 76, nº 77, nº 78, nº 80, nº 84, nº 87, nº 92, nº 93, nº 94, nº 95, nº 128 e nº 131, referente a Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos municípios Serraltenses. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 08/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Objeto.....	
Valor.....:	A Contratada receberá o valor total de R\$ 6.416,65 (Seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.
Vigência....	11/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. DR 0034/ DR0002
SERRA ALTA, 11 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 012/2015-FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	012/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE VANUSA DIAS EIRELI EPP.
Contratada	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nº 11, nº 14, nº 45, nº 49, nº 51, nº 59, nº 68, nº 88, nº 90 e nº 135, referente a Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos municípios Serraltenses. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 08/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Objeto.....	
Valor.....:	A Contratada receberá o valor total de R\$ 5.902,24 (Cinco mil, novecentos e dois reais e vinte e quatro centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência....	11/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. DR 0034/ DR0002
SERRA ALTA, 11 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 013/2015-FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	013/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA EPP.
Contratada	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nº 02, nº 03, nº 04, nº 07, nº 12, nº 16, nº 17, nº 32, nº 33, nº 38, nº 39, nº 40, nº 54, nº 55, nº 58, nº 61, nº 73, nº 79, nº 81, nº 85, nº 89, nº 105, nº 125, nº 126, nº 127 e nº 130, referente a Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos municípios Serraltenses. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 08/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Objeto.....	
Valor.....:	A Contratada receberá o valor total de R\$ 7.348,88 (Sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.
Vigência....	11/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. DR 0034/ DR0002
SERRA ALTA, 11 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	



**EXTRATO CONTRATUAL Nº 014/2015 - FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	014/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada	SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS ME.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nº136, nº137, nº138, nº139 e nº140, referente a Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos munícipes Serraltenses. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 08/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor.....:	A Contratada receberá o valor total de R\$ 7.592,00 (Sete mil, quinhentos e noventa e dois reais), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.
Vigência....	11/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. DR 0034/ DR0002
SERRA ALTA, 11 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 015/2015-FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	015/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada	LITORAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI – ME.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nº20, nº22, nº34, nº60, nº70, nº114, nº115, nº119, nº120, nº121, nº132 e nº133 referente a Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos munícipes Serraltenses. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 08/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor.....:	A Contratada receberá o valor total de R\$ 15.852,00 (Quinze mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.
Vigência....	11/05/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. DR 0034/ DR0002
SERRA ALTA, 11 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**PORTARIA Nº 033/2015**

PORTARIA Nº 033/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de FRANCINE PACASSA, CPF 064.043.889-01e RG 5.137.578-8do Cargo de SEGUNDO PROFESSOR, nível 61, do Grupo 6 - MAG, 20 HORAS SEMANAIS com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, conforme Portaria de admissão 016/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015 e Portaria nº030/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015 , percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de Maio de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito de Serra Alta/SC

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 034/2015**

PORTARIA Nº 034/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de SIMPLICIA MARIA DA CUNHA, CPF 575.676.119-53 e RG 1.491.530 do Cargo de SEGUNDO PROFESSOR, nível 61, do Grupo 6 - MAG, 20 HORAS SEMANAIS com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, conforme Portaria de admissão 017/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015 e Portaria nº029/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta/SC

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 035/2015**

PORTARIA Nº 035/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de ELIZANDRA KOMINKIEWICZ, CPF 061.172.179-19 e RG 4.971.671 do Cargo de PROFESSOR I, nível 61, do Grupo 6 - MAG, 20 HORAS SEMANAIS com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, conforme Portaria de admissão 019/2015 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015 e Portaria nº031/2015 DE 10 DE ABRIL DE 2015, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta/SC

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 047/2015 - MOD. PREGAO PRESENCIAL

EXTRATO DE ATA

PREGÃO PRESENCIAL 47/2015

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Av Nereu Ramos, 861 - Centro, no município de Sombrio - SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.963.216/0001-17, leva ao conhecimento dos interessados que se acham registrados os preços, do Pregão Presencial nº 47/2015, que tem por objeto registrar preços para futura e eventual "aquisição de combustíveis (Gasolina comum filtrada, Óleo diesel, Óleo diesel S10 e Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio-arla), para os veículos, máquinas e equipamentos do município de Sombrio, conforme o especificado no item 1 e Subitens do Termo de Referência que se encontra no referido pregão presencial", sendo que o prazo de validade é de 12 meses, conforme fornecedores, itens, marcas e valores abaixo relacionados:

Razão Social Fornecedor Registrado: REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA						
CNPJ: 01.387.686/0009-35						
End.: Rod. BR 101, Km 437, nº 1320, na cidade de Sombrio-SC						
Fone: (48) 3533-2381			Fax: (48) 3533-2381			
E-mail:						
Representante: Antonio Luiz Gonçalves				RG: 1.532.618	CPF: 378.745.609-06	
Cargo/Função: Sócio Administrador						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.	V. Total
01	ÓLEO DIESEL COMUM	Litro	300.000	Ipiranga	R\$ 2,59	R\$ 777.000,00
02	GASOLINA COMUM	Litro	60.000	Ipiranga	R\$ 3,17	R\$ 190.200,00
03	ÓLEO DIESEL S10	Litro	80.000	Ipiranga	R\$ 2,69	R\$ 215.200,00
04	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO - ARLA 20LTS	Balde	400	Ipiranga	R\$ 59,90	R\$ 23.960,00
Valor Total						R\$ 1.206.360,00

### DECRETO Nº. 071/2015

DECRETO Nº 071, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 470.687,91 (quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.00 - SECRET. MUN. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS

04.02 - Diretoria de Obras

1.014 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.0515 - Aplicações Diretas ..... R\$ 398.534,61

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.052 - Manut. do Ensino Infantil - PRÉ-ESCOLA

4.4.90.00.00.00.00.00.3028 - Aplicações Diretas ..... R\$ 72.153,30

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 515 e do superávit 3028.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 24 abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **EXTRATO DE CONVENIO Nº. 015/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 015/2015

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Instituto Educacional Madre Elisa Savoldi-IEMES  
CNPJ Nº. 16.618.821/0005-88

OBJETO: Transferência de auxílio financeiro para o Programa Nacional de alimentação Escolar-PNAE, conforme previsto na Lei nº 1892/2010 e Decreto Federal 6253/2007 e alterações.

VIGÊNCIA: 01/04/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$ 31.208,08 (trinta e um mil, duzentos e oito reais e oito centavos).

### **LEI Nº. 2213/2015**

LEI Nº. 2213, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Ficam as agências bancárias estabelecidas no município de Sombrio, obrigadas a colocar à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento:

I - Até 20 (vinte) minutos em dias normais;

II - Até 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados, nos dias de pagamentos de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, de vencimentos de contas de concessionárias de serviços públicos e de recebimento de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 1º. Os bancos ou suas entidades representativas informarão ao órgão encarregado de fazer cumprir esta Lei, nas datas mencionadas no inciso II.

§ 2º. Não incidirá, o previsto nos incisos I e II, quando eventualmente forem reduzidas as atividades bancárias, em função da redução ou corte do fornecimento de energia, telefonia e transmissão de dados.

Art. 3º. O descumprimento dos disposto nesta Lei acarretará ao infrator as seguintes sanções administrativas:

I - Advertências, quando da primeira infração;

II - Multa de 2 (dois) salários mínimos, no caso de reincidências;

Art. 4º. Para comprovação do tempo de espera, os usuários apresentarão o bilhete da "senha" de atendimento, onde constará, impresso mecanicamente, o horário de recebimento da "senha".

§ 1º. Os estabelecimentos bancários que ainda não fazem uso

deste sistema de atendimento, com senhas, ficam obrigados a fazê-lo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

§ 2º. Os estabelecimentos bancários não cobrarão qualquer importância pelo fornecimento obrigatório de senhas de atendimento.

Art. 5º. Os procedimentos administrativos de que trata esta Lei serão aplicados quando da denúncia comprovada, de usuário da agência bancária ou da entidade da sociedade civil legalmente constituída, ao PROCON.

§ 1º. O PROCON detém competência para fiscalizar, por ato próprio, o cumprimento do disposto nesta Lei.

§ 2º. No caso de denúncia comprovada, ou em decorrência de fiscalização própria, o PROCON encaminhará os fatos à Procuradoria Geral do Município para indicação imediata das sanções prevista nesta Lei.

Art. 6º. As agências bancárias têm o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação, para adaptarem-se ao termos desta Lei.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 29 de abril de 2015.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **TOMADA DE PREÇO Nº. 62/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 62/2015

Objeto: contratação de empresa especializada para a pavimentação com lajota sextavada na Rua JOÃO INÁCIO SILVANO, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital.

Tipo de julgamento: menor valor global.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993 e alterações posteriores.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 26/05/2015.

Abertura da Sessão: á partir das 09h00min horas do dia 26/05/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC 08/05/2015

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 88/2015

DECRETO Nº 88, de 08 de Maio de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(145) - Aplicações diretas .....  
..... R\$ 2.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(143) - Aplicações diretas .....  
..... R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de Maio de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DO CONTRATO 21/2015\_FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 21/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Bez Batti Gráfica e Editora Ltda

Objeto: Aquisição parcelada de materiais gráfico impresso para o Fundo Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul/SC.

Valor: R\$58.408,79 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e oito reais e setenta e nove centavos) global estimado

Vigência: de 27/04/2015 a 31/12/2015

### EXTRATO DO CONTRATO 39/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 39/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Mecanica Ricken Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços de mão-de-obra de mecânico com fornecimento de peças para manutenção e recuperação das máquinas, caminhões e veículos da Administração Municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 33.972,00 (trinta e três mil, novecentos e setenta e dois reais) global estimado.

Vigência: de 23/04/2015 a 31/12/2015

### EXTRATO DO CONTRATO 40/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 40/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Mariano Piacecki ME

Objeto: Prestação de serviços de mão-de-obra de mecânico com fornecimento de peças para manutenção e recuperação das máquinas, caminhões e veículos da Administração Municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 43.494,84 (quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos) global estimado.

Vigência: de 23/04/2015 a 31/12/2015

### EXTRATO DO CONTRATO 41/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 41/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Deivson Moro Ferro ME

Objeto: Aquisição parcelada de madeira para construção e reforma de pontes do Município de Timbé do Sul/SC.

Valor: R\$ 56.420,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais) global estimado.

Vigência: de 04/05/2015 a 31/12/2015



# Timbó

## PREFEITURA

### ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 30 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 30/2015 - PMT

Às nove horas e dez minutos, do oitavo dia, do mês de maio de dois mil e quinze, no setor de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015) e, representando a empresa GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA, o Sr. ANDRÉ GUESSER, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preços nº 30/2015 - PMT.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação, Proposta técnica e Proposta de Preço, as seguintes empresas: GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Aberta a palavra aos participantes, não houve manifestação de nenhuma das empresas.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos e, encaminhamento dos mesmos ao Setor de Contabilidade e Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil destes documentos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação Técnica, bem como análise e manifestação acerca da Impugnação protocolada pela empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME.

Os envelopes de Proposta técnica e Proposta de Preço, deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Presidente

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

PRISCILA MACEDO

Membro

ANDRÉ GUESSER

GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA

### AVISO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 34 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2015 - PMT

AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial acima citado, que objetiva o FORNECIMENTO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 01 (UMA) CARROCERIA METÁLICA TIPO FURGÃO, NOVA, SEM USO, PARA O VEÍCULO IVECO VERTIS 90V18, COM ENTRE EIXO ORIGINAL DE 4.445 MM, ESPECIFICADO NO ANEXO I, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO sofreu alterações conforme segue:

No quantitativo das horas constante no ANEXO I, - especificações do objeto e valor estimado - Termo de Referência conforme a tabela abaixo:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA
1	1	Und	CARROCERIA METÁLICA TIPO FURGÃO, NOVO, SEM USO, PARA VEÍCULO IVECO VERTIS 90V18, COM ENTRE EIXO ORIGINAL DE 4.445 MM, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS E DEMAIS ESPECIFICAÇÃO ABAIXO	R\$ 31.553,33

Em atenção às alterações no edital, mantem-se para dia 25/05/2015 as 9h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A



abertura da sessão ficará marcada para as 9h10min da mesma data da entrega dos documentos. Ficam mantidas as demais exigências.

Timbó/SC, 08 de Maio de 2015  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

#### **EXTRATO CONTRATO 2013.02 - 03 - FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/02 - 03  
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATADO: Marcel Clóvis Roder  
OBJETO: Serviços de confecção e fornecimento personalizado de prótese odontológica.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais)  
PRAZO: 04/05/2015 a 08/04/2016  
Data da Assinatura: 04/05/2015

ALFREDO JOAO BERRI  
Secretário Municipal de Saúde

#### **EXTRATO CONTRATO 2015.75 - FMMA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/75  
AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Meio Ambiente  
AUTORIZADO: Vilson Vansuiten Me  
OBJETO: Plena e total execução (compreendendo material e mão de obra), da reforma, ampliação da sede e construção do portal do Morro Azul, a ser executado na Estrada Geral Mulde, neste município, tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº. 01/2015  
VALOR: R\$ 92.575,78 (noventa e dois mil quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos)  
DATA DA ASSINATURA: 04/05/2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

#### **SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 128 2014 PMT - MATERIAL ELÉTRICO**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 128/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó  
OBJETO: Registro de preços para a aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura e construção destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta.  
EMPRESAS FORNECEDORAS: Correa Materiais Elétricos Ltda; Ma-devia Ltda Me; Coml. Vitória Ltda; Supermercado Fistarol Ltda; Danna Comercial Eireli Me; Construsouza Material de Construção Ltda Epp; Suprivale Comercial Ltda Me; Magaldi Instalação e Manutenção Elétrica Eireli Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 159.703,69 (cento e cinquenta e nove mil setecentos e três reais e sessenta e nove centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/11/2015

Timbó, 11/11/2014  
MARIA ANHÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

# Três Barras

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 022/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2015

Vigência: 11/05/2015 a 11/11/2015

Processo Licitatório nº 027/2015

Tomada de Preços nº 03/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda - CNPJ nº. 03.620.927/0001-12.

Objeto: contratação de mão de obra e fornecimento de materiais para Pavimentação Asfáltica Usinado a Quente nas seguintes ruas:  
- Rua Canoinhas, com área total de 162,80 metros lineares, pelo valor total de R\$212.039,66, objeto do Contrato de Repasse nº 366.419-81/2011 .

- Rua Andrea Max Muller e Vereador Augustinho Kornatski, com área total de 173,62 metros lineares, pelo valor total de R\$ 111.269,59, objeto do Contrato de Repasse nº 372.926-46/2011.

- Rua Miguel Horski - Trecho 01, com área total de 192 metros lineares, pelo valor total de R\$ 266.866,65, objeto do Contrato de Repasse nº 1.008.127-30/2013 .

- Rua Miguel Horski - Trecho 02, com área total de 333 metros lineares, pelo valor total de R\$ 532.934,11, objeto do Contrato de Repasse nº 1.008.266-78/2013.

- Rua João Manoel Sardá - Trecho 02, com área total de 140 metros lineares, pelo valor total de R\$ 275.247,37, objeto do Contrato de Repasse nº 1.009.869-79/2013.

Valor Total: R\$ 1.398.357,38 (um milhão e trezentos e noventa e oito mil e trezentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos).

ELOI JOSE QUEGE

CAR PREFEITO MUNICIPAL

DAT Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2014

Processo Licitatório nº 087/2014

Tomada de Preços nº 012/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda - CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 063/2014, prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e vigência do item 4.2 para até 31 de agosto de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.

### TERMO ADITIVO Nº 040/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2014

Termo Aditivo: nº 040/2015

Processo Licitatório nº 086/2014

Tomada de Preços nº 011/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda - CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 064/2014, prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e vigência do item 4.2 para até 30 de junho de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 032/15

DECRETO 032/15 DE 22 DE ABRIL DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR -ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal 1862/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
08.02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
08.02.08.244.0012.2.046-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
08.02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
08.02.08.244.0012.2.046-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### DECRETO 033/15

DECRETO 033/15 DE 30 DE ABRIL DE 2015.  
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL 05/2015, PARA O CARGO DE PROFESSOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (CADASTRO RESERVA).

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação final do processo seletivo 05/2015, para o cargo de Professor contratado em caráter temporário (cadastro reserva), conforme abaixo descrito:

ANOS INICIAIS - ENSINO FUNDAMENTAL

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	CLASSIF
LUCIANE GAMBETA PASSIG	128	1º

DANIELI DUARTE DA SILVA	46,2	2º
SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM	40,2	3º
FATIMA APARECIDA DO AMARANTE COELHO ALVES	29,2	4º
SUELIN BORMANIERI	11	5º

### MATEMÁTICA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	CLASSIF
SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM	25,2	1º
DIOGO DF OLIVEIRA BROD	17,8	2º
SUELIN BORMANIERI	10	3º

### INFORMÁTICA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	CLASSIF
FATIMA APARECIDA DO AMARANTE COELHO ALVES	31,2	1º
DIOGO DE OLIVEIRA BROD	17,8	2º

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### DECRETO 034/15

DECRETO 034/15 DE 30 DE ABRIL DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR -ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal 1862/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (vinte mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE  
04.14 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTHUR KROENKE  
04.14.12.365.0004.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.14 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTHUR KROENKE  
04.14.12.365.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

## DECRETO 035/15

DECRETO 035/15 DE 05 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o disposto no art. 169 da Constituição Federal que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar;

CONSIDERANDO que atendendo o mandamento constitucional o legislador federal editou a Lei Complementar nº 101/2000, estabelecendo, entre outros, os limites de gastos com despesas de pessoal;

CONSIDERANDO que a crise atual e as consequentes medidas adotadas pelo Governo Federal e que afetou diretamente as receitas dos municípios, não incrementando o valor repassado do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, sobretudo junto ao Município;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas de pessoal, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Trombudo Central- SC, sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas com pessoal nos parâmetros e limites estabelecidos pela lei Complementar nº 101/2000; e,

CONSIDERANDO o Relatório da Controladoria Geral do Município, que trata de relatório de controle interno para a competência do 1º Bimestre de 2015, destacando que foi ultrapassado o índice de 54% (cinquenta e quatro por cento) com despesas de pessoal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedado à Administração Pública Direta e Indireta, nos termos deste Decreto, qualquer ato que importe em:

I - Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa;

IV - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - Contratação de horas extras, salvo nos casos de necessidade temporária, de relevante interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, ou ainda nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade;

VI - Pagamento de dez dias de férias em abono pecuniário;

VII - Pagamento de licença prêmio.

Art. 2º - Ficam reduzidos em 100% (cem por cento) o valor de todas as gratificações concedidas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, promovendo-se a retificação dos respectivos atos de concessão.

Art. 3º - Fica alterada temporariamente a jornada de trabalho da Administração Pública Direta e Indireta, conforme já determinado no Decreto 007/15 de 02 de Fevereiro de 2015, Prorrogado pelo decreto 017/15 de 05 de Março de 2015;

Art. 4º - Exonerar todos os Diretores de Departamento, nomeados para exercer cargos comissionados na Prefeitura Municipal de Trombudo Central;

Art. 5º - O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, findo os quais serão restabelecidos os horários e remunerações ao patamar atual, salvo se for necessário manter a redução para obediência aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso em que poderá ser prorrogada a vigência do presente Decreto.

Art. 6º - Os servidores poderão ser convocados para prestarem serviços além do horário estabelecido no art. 3º do presente Decreto, sendo consideradas como extraordinárias somente as horas que excederem a jornada semanal de trabalho estabelecida para o cargo/servidor nos respectivos Plano de Carreira.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 01 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, em 05 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

## EXTRATO CONTRATUAL FMS 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 017/2015 - Contrato Nº: 002/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SEEMANN ANDERLE LTDA

Valor ..... : 201.189,50 (duzentos e um mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, ÓLEO DIESEL BS 10 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA

FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO  
DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR  
Trombudo Central, 8 de Maio de 2015

#### **EXTRATO CONTRATUAL PMTC 033/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 033/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada....: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICÍP  
Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA APROVADO PELO CIGA  
Trombudo Central, 8 de Maio de 2015

#### **EXTRATO CONTRATUAL PMTC 034/2015**

Contrato Nº.: 034/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada....: SONHO MEU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP  
Valor ..... : 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 07/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL LOCALIZADO NA RUA GETÚLIO VARGAS, 2345, BAIRRO CIDADE ALTA COM METRAGEM TOTAL 100 M² COM FINALIDADE DE ALUGUEL SOCIAL  
Trombudo Central, 8 de Maio de 2015

#### **EXTRATO CONTRATUAL PMTC 035/2015**

Contrato Nº.: 035/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada....: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA  
Valor ..... : 35.411,61 (trinta e cinco mil quatrocentos e onze reais e sessenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015  
Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DE CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TROMBUDO CENTRAL, COM ÁREA DE 384,75M²  
Trombudo Central, 8 de Maio de 2015

#### **EXTRATO CONTRATUAL PMTC 036/2015**

Contrato Nº.: 036/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada....: EPAGRI EMPR.DE PESQ.AGR.E EXT.RURAL DE STA CAT.S/A

Valor ..... : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 30/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL, EXECUÇÃO E POLÍTICA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE DIFUSÃO E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA, FLORESTAL E PESQUEIRA, DE CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
Trombudo Central, 8 de Maio de 2015

#### **PORTARIA 228/15**

PORTARIA 228/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1250/2000 de 07 de Julho de 2000 e Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 013/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 169/14 de 15 de Dezembro de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Srta. TAINA KÜSTER, à exercer o cargo de provimento temporário de Professora - ACT, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, no período compreendido entre 04 de Maio de 2015 a 22 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

#### **PORTARIA 229/15**

PORTARIA 229/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.

SUPLEMENTA CARGA HORÁRIA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;



CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - SUPLEMENTAR em 20:00 horas semanais a carga horária da servidora pública municipal Srta. TAINA KÜSTER, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre de 04 de Maio de 2015 a 22 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### **PORTARIA 230/15**

PORTARIA 230/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1250/2000 de 07 de Julho de 2000 e Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 013/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 169/14 de 15 de Dezembro de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. RAFAELA ALMEIDA, à exercer o cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEI. Gente Miúda, no período compreendido entre de 04 de Maio de 2015 a 22 de Dezembro de 2015, face a concessão de aposentadoria a servidora pública municipal Sra. DILMA CORREA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### **PORTARIA 231/15**

PORTARIA 231/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. REGIANE SANTOS STINGHEN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 07 (sete) dias, conforme atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 01 de Maio de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### **PORTARIA 232/15**

PORTARIA 232/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1250/2000 de 07 de Julho de 2000 e Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 013/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 169/14 de 15 de Dezembro de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário o Sr. DIOGO DE OLIVEIRA BROD, à exercer o cargo de provimento temporário de Professor - ACT, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEB. ERICA HASSE, a partir de 04 de Maio de 2015, enquanto perdurar o afastamento para tratamento de saúde da servidora pública municipal titular Sra. REGIANE SANTOS STINGHEN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte



**PORTARIA 233/15**

PORTARIA 233/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal Sr. ARLINDO HARRY SCHAFFER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Obras, a partir de 04 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

VALDENIR SANDRINI  
Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

**PORTARIA 234/15**

PORTARIA 234/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal Sr. NILSON VIGNOLLI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, a partir de 04 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

VALDENIR SANDRINI  
Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

**PORTARIA 235/15**

PORTARIA 235/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal Sr. RAFAEL MARIAN, ocupante do cargo de provimento em comissão de Esportes, a partir de 04 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 236/15**

PORTARIA 236/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal Sr. JOSÉ DIRCEU BOMBÍLIO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Meio Ambiente, a partir de 04 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LEIRSON VICENTE  
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

**PORTARIA 237/15**

PORTARIA 237/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. MARCIA ROSANE WITZKE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica, a partir de 04 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

**PORTARIA 238/15**

PORTARIA 238/15 DE 04 DE MAIO DE 2015.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. EDUARDO BRANDL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade, cadastro 1076, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/02/2002 a 04/02/2007, a partir de 04 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 239/15**

PORTARIA 239/15 DE 06 DE MAIO DE 2015.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. PAMELA KARLA KONELL, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Compras, a partir de 06 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2015

Edital de Pregão Presencial nº 51/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, visando AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO NOVO, 0 KM, DESTINADO PARA A PREFEITURA. Entrega das propostas até às 9h30min do dia 22/05/2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,Sc., 08 de maio de 2015.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

# União do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015  
PROCESSO Nº 28/2015  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015  
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2015, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos onze dias do mês de maio de 2015, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AUTO MECÂNICA CENTRAL SUL LTDA - ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de serviços mecânicos - "Homem Hora", para manutenção corretiva mecânica e elétrica, serviços de funilaria/lataria, torno, solda e serviços de reboque (24 horas, 07 dias p/ semana) incluindo-se todos os serviços necessários, pela relação de preço homem/hora, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação da Administração Municipal de União do Oeste do orçamento das peças a serem substituídas, nos veículos, caminhões, ônibus e máquinas e equipamentos do Município de União do Oeste, Fundo Municipal de Saúde, conveniados e ou cedidos legalmente, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Qtde.	Und.	Descrição	Valor Unitário	Valor total R\$
01	500	Hora	Serviço mecânico em geral para conserto de tratores de pneus e equipamentos agrícolas	19,90	9.950,00
02	800	Hora	Serviço mecânico em geral para conserto de automóveis, vans e ônibus	46,50	37.200,00
03	500	Hora	Serviço mecânico em geral para conserto de caminhões	22,90	11.450,00
04	600	Hora	Serviço mecânico em geral para conserto de máquinas e equipamentos pesados	89,00	53.400,00
05	500	Hora	Serviço de solda (oxigênio, mig ou elétrica)	50,00	25.000,00
06	200	Hora	Serviço de Torno	54,00	10.800,00

1.2. Relação de Veículos máquinas e equipamentos passíveis de manutenção/Conserto com suas respectivas lotações:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Caminhão Mercedes Benz 1313, com caçamba basculante, combustível, ano e modelo 1985, Placa CAU 1084	1714
Caminhão Ford 14000, ano de fabricação 1989, Placa LZW 6835.	1721
Caminhão Mercedes Benz, ano de fabricação 1993, Placa MAY 1157.	1738
Caminhão caçamba basculante, modelo eurocarga, marca IVECO, ano/modelo 2011/2012, Placa MKC 1584.	3413
Caminhão caçamba basculante, modelo eurocarga, marca IVECO, ano/modelo 2011/2012, Placa MKC 1564.	3414
Trator de Esteiras Komatsu D-50, ano de fabricação 1980.	1813
Rolo Compressor Dynapac, modelo CH 44.	1811
Retroescavadeira Volvo BL 60, ano 2010, série VCE-0BL60V00020113.	3415
Motoniveladora Huber Warco, ano/modelo 1988, Placa LWW 3968	Cedida Pela Secretaria de Infraestrutura
Máquina para fabricação de Meio Fio de concreto	3384
Compactador de percussão HT-RM80H-B	3385
Motor a Gasolina marca Búfallo 4T	3386
Motor a Gasolina marca Búfallo 4T	3387
Betoneira	1739
Escavadeira Hidráulica, marca New Holland, modelo E135BSR2	Cedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura
Rolo Compactador de solo, marca SEM, modelo 8218	3637
Caminhão Mercedes Benz, modelo 1113, cor branca, ano/modelo 1982/1983, Placa MAB 0583	3636
Furgão Fiat Ducato, ano/modelo 2005, Placa MDL 0126	1809
Camionete Toyota Bandeirantes, ano e modelo 1995, Placa LXC 5315	1807
Retroescavadeira Volvo, modelo BL60, série VCE8BL-60J00D20111, ano de fabricação 2010	3423
Motoniveladora Case, Modelo 845B	4181
Caminhão Basculante Mercedes Benz, Modelo Atron 2729K 6x4, Branco, Ano/Modelo 2014, Placa OKE 5655	4240
Trator Agrícola, marca Massey Ferguson, modelo MF 4275/4	Cedido Pelo Governo do Estado de SC

#### - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Caminhão Ford Cargo 2422, ano e modelo 1993, com tanque distribuidor de churumes acoplado, Placa AEA 9182	1803
Camionete Aberta EFA, ano/modelo 2010/2011, Placa MHW 0542	2680
Trator de Pneus New Holland, modelo S100 7630, ano de fabricação 2006	1715
Aparador de Grama tipo roçadeira para trator	1817
Trator de Pneus Valtra, modelo BL 88	2265
Grade de limpeza de solo, marca Becker, série 29004	2266
Distribuidor de Dejetos suínos líquido, marca Fertillance, capacidade para 5.000 litros	3373

Distribuidor de Dejetos suínos líquido, marca Mepel, capacidade para 4.000 litros	3374
Roçadeira marca Stihl HS 81R	1829
Roçadeira marca Trapp, modelo Máster 500	1831
Classificador de Sementes	1727
Grade de limpeza de solo – enleirador de pedra 15 dentes	3388
Carreta Agrícola Basculante, marca Triton, 5 toneladas	3389
Distribuidor de Calcário e adubo de aviário, marca Jan, 6 toneladas	3390
Carreta Agrícola em madeira	3391
Roçadeira, marca Andersil, modelo RC1600	3392
Distribuidor de calcário e aviário, lacer orgânico, Marca Jan, 6 toneladas	3394
Carreta basculante, marca Becker, ano 2011, modelo C.A, 5 toneladas	3395
Distribuidor de Churume líquido, marca Fertillance, 5.000 lt	3396
Distribuidor de Churume líquido, marca Fertillance, 3.000 lt	3397
Carreta agrícola basculante, marca Triton, 5 toneladas	3398
Roçadeira de grama, marca Stihl, modelo FS220, 2,3 HP	3410
Retroescavadeira Randon, modelo RK-406B, ano/modelo 2011	3409
Carreta agrícola basculante 5 toneladas, marca Triton	3411
Trator Agrícola, marca Massey Ferguson, modelo MF4291/4, ano de fabricação 2010	3412
Colhedora de forragem (enciladeira) modelo Pecus 9004, 12 facas, marca Nogueira, série NO PP ES 04431	3426
Colhedora de forragem (enciladeira) modelo Pecus 9004, 12 facas, marca Nogueira, série NO PP ES 04551	3428
Colhedora de forragem (enciladeira) modelo Pecus 9004, 12 facas, marca Nogueira	3429
Colhedora de forragem (enciladeira)	3427
Distribuidor de Adubo Orgânico e calcáreo DSE 6.0, marca Ipacol, ano de fabricação 2010	3425
Distribuidor de churume líquido, marca Fertillance, 5.000 litros	3451
Fiat Uno Mille Economy, ano/modelo 2009/2010, Placa MHL 5531	2681
Escavadeira Hidráulica, marca Doosan, modelo DX140 LC	Cedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura
Trator Agrícola de Pneus, 4x4, JONH DEERE, modelo 5085E, n.º 1BM5085ELD4001660	3634
Mini Carregadeira de rodas, modelo GM650, marca COBRA.	3635
Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DL 5.0, marca IPACOL, capacidade de 5.000 litros. N.º série IP115130219	3648
Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DL 5.0, marca IPACOL, capacidade de 5.000 litros. Série IP116130219	3650
Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DL 5.0, marca IPACOL, capacidade de 5.000 litros. Série IP117130219	3649
Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DL 6.0, marca IPACOL, capacidade de 6.000 litros. Série IP118130219	3651
Retroescavadeira Caterpillar 416E	4182
Uno Mille Economy, Marca Fiat, Ano/Modelo 2013, Placa MLR 2338	Cedido pelo CIDEMA

Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DAOLV, 5.000 litros	Cedido Pelo Governo do Estado de SC
Caminhão Basculante 1313, ano/modelo 1982/1983 LWS 2276	Cedido pela Sec. De Estado do Desenv. Regional de QBO.

## - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Corsa Classic 1.0, marca Chevrolet, ano/modelo 2006/2007, Placa MJZ 2950	1801
Corsa Classic LS 1.0, marca Chevrolet, ano/modelo 2011/2012, Placa MIM 7554	2675
Voyage 1.6 Confortline, marca Chevrolet, ano/modelo 2009/2010, Placa MGZ 8379	2679
Renault Máster Bus, ano/modelo 2010/2011, Placa MHW 0616	2677
Prisma LT 1.4, Flex, marca Chevrolet, ano/modelo 2012, Placa MHJ 8966	3403
Gol 1.0, flex, marca Volkswagen, ano/modelo 2012/2013, Placa MKL 5303	2895
Ambulância Renault Máster, ano/modelo 2012/2013, Placa MKC 1994	3404
Doblo Essence 1.8 Flex, Marca FIAT, ano/modelo 2012/2013, Placa MJT 7044	2896
Renault Máster, Modelo Jaedi Tur, Ano 2014, Modelo 2015, 16 lugares, Placa MLV 6316	4239

## - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Pólo 1.6, marca Volkswagen, ano/modelo 2007/2008, Placa MHJ 4511	1799
Fiat Ducato, ano/modelo 2008, Placa MER 2476	3367
Microônibus Volare Escolar, marca Maropollo, ano/modelo 2010, Placa MHJ 6866	2678
Microônibus Escolar, marca Iveco, ano/modelo 2012/2013, Placa MKW 6036.	Cedido pela Sec. de Estado da Educação
Roçadeira Stihl FS-160 300-3, com carretel	2912

## - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Corsa Classic LS, Marca Chevrolet, Ano 2013, Modelo 2014, Placa MLL 2576	Cedido pela Secretaria de Estado da Assist. Social, Trabalho e Habitação.

## - GABINETE DO PREFEITO:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Tucson JM12.0, marca Hyundai, ano/modelo 2011/2012, Placa MIL 0294	3368



- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO:

Descrição do Bem	N. do Patrimônio
Veículo Clio Expression 1.0, Ano/Modelo 2010, Placa MMH8894.	4231

1.3 - Se o Município vier adquirir algum veículo, máquinas ou equipamento novo o mesmo será incluído na lista acima.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa AUTO MECÂNICA CENTRAL SUL LTDA - ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para prestar os serviços, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Refere-se ao conserto do veículo em função de defeito ou dano material registrado que possa comprometer sua utilização. A manutenção corretiva será efetuada

sempre que houver sua necessidade e poderá ser realizada na parte elétrica, motor, suspensão, pintura, funilaria e mecânica em geral. Os serviços de manutenção corretiva que exigirem a troca de peças poderão ser realizados desde que comprovada sua inadequação, mediante orçamento e prévia autorização da CONTRATANTE.

5.1.1. METODOLOGIA DOS SERVIÇOS: Os defeitos ou danos constatados deverão ser registrados pela Contratada, que apresentará à Contratante orçamento prévio, com os valores individualizados de peças e serviços. Os serviços poderão ser efetuados, após o recebimento e autorização da Contratante. A Contratante atestará a execução, ao final de sua conclusão, realizando teste de performance e funcionamento. As peças porventura substituídas serão devolvidas à Contratante.

6. DA GARANTIA DAS PEÇAS E SERVIÇOS: Todas as peças deverão ser novas, de primeiro uso e deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses. Os serviços terão garantia mínima de 03 (três) meses. As peças e os serviços em garantia serão repostos sem ônus para a Contratante.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Quanto aberto um chamado para manutenção/conserto de algum veículo, máquina ou equipamento, o mesmo deverá ser atendimento em até 03 horas. Depois de atendimento o chamado, os veículos, máquinas e equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de uso e funcionamento no prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis para os casos de retífica de motor e 04 (quatro) dias úteis para os demais serviços, contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação total ou parcial do orçamento apresentado.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. Os serviços deverão ser prestados preferencialmente da Garagem da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.

8.2. A Contratada deverá dispor de serviço de REBOQUE para fins de transporte dos veículos que estejam sem condições de funcionamento, com cobertura gratuita para deslocamentos necessários.

8.2.1. Os serviços seguirão rigorosamente os padrões técnicos similares aos utilizados nas assistências técnicas das concessionárias.

8.3. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes:

- Aos salários, encargos sociais, tributários e fiscais decorrentes da realização dos serviços;

- Ao transporte (ida/volta) de qualquer equipamento para a oficina da Contratada, em caso de necessidade;

- À locomoção dos técnicos.

8.4. Se o fornecedor recusar-se a executar os serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

8.5 - A Contratada deverá disponibilizar à Prefeitura o nº da Conta Bancária onde serão efetuados os depósitos do pagamento dos produtos.

8.6. Os Serviços somente serão solicitados mediante a necessidade dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após a realização dos serviços e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

9.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade - 01 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO

Projeto Atividade - 2.019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

Cód. Red. 02 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão - 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade - 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade - 2.020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão - 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade - 01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto Atividade - 2.045 - MANUTENÇÃO DO DPTO. DE TRANSPORTES E OBRAS

Cód. Red. 100 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão - 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade - 2.035 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.036 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL

Cód. Red. 40 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão - 07 - SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade - 2.043 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Cód. Red. 84 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão - 08 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto Atividade - 2.023 - MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cód. Red. 57 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão - 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade - 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

10.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1 Executar os serviços de manutenção corretiva, visando eliminar os defeitos gerados em virtude de sinistros, quebras, panes, desgastes prematuro ou natural de peças e/ou componentes dos veículos e outro qualquer necessário ao restabelecimento do veículo à sua condição de uso;

11.2 Disponibilizar serviço de reboque de 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana;

11.3 Apresentar orçamento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do veículo, máquina ou equipamento, em formulário próprio, que deverá ser aprovado pela Administração Municipal e que comprove a quantidade de homem-hora necessária para a realização do serviço descrito no orçamento correspondente;

11.3.1 As peças necessárias ao conserto dos veículos, máquinas e equipamentos não são de exclusividade da CONTRATADA, sendo necessário também, apresentar orçamento das mesmas, para aprovação ou não da Administração Municipal.

11.4 Executar os serviços dentro de elevados padrões de eficiência e capacitação, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos;

11.5 Executar os serviços no prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis para os casos de retífica de motor e 04 (quatro) dias úteis para os demais serviços, contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação total ou parcial do orçamento apresentado.

11.6 Devolver à Contratante as peças, materiais e acessórios que forem substituídos, por ocasião dos serviços realizados.

11.7 Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da Administração Municipal, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços.

11.8 Fornecer sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, todos os aparelhos, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, etc, necessários para a completa realização dos serviços, sendo que os mesmos deverão ser prestados preferencialmente da Garagem da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.

11.9 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por conta e risco da CONTRATADA, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela CONTRATANTE, decorrente de culpa da CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra imprópria, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia, bem como repor peças, consideradas inaptas, decorrentes de falhas na prestação dos serviços contratados.

11.10 Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos da CONTRATANTE, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do bem à CONTRATANTE.



11.11 Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

11.12 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATANTE.

11.13 Iniciar, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

11.14 Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias, inclusive os equipamentos, acessórios, causadas por seus empregados ou preposto ou subcontratada, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à CONTRATANTE, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93.

11.15 Manter durante a vigência desta Ata e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

11.16 Permitir ao servidor credenciado pela CONTRATANTE fiscalizar os serviços objeto deste contrato que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

11.17 A CONTRATADA deverá iniciar a correção dos serviços não aceitos pela CONTRATANTE imediatamente após a identificação dos mesmos, tendo um prazo não superior ao original, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

11.18 Arcar com todos os ônus decorrentes da execução dos serviços, tais como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, de ordem de classe, fiscais, indenizações e licenças concernentes à execução dos serviços, inclusive seguros contra acidentes no trabalho e contra fogo, resultante da execução dos serviços;

11.19 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes e quaisquer outras devidas aos seus empregados ou prepostos necessárias ao bom desempenho dos serviços objetos desta Licitação, ficando ainda a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

#### CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, deverá a CONTRATANTE obedecer às seguintes disposições:

- a) Efetuar os pagamentos nos termos previstos em contrato;
- b) Exercer a fiscalização do contrato, através de servidor especialmente designado;
- c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste contrato.

#### 13. DAS PENALIDADES

13.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas

previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução dos serviços;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 28/2015 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não executar os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 28/2015 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE MARAFON AVIOFF  
AUTO MECANICA CENTRAL SUL LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 09/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PROCESSO Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015  
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

Aos sete dias do mês de maio de 2015, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 05/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ITAMAR LABORATÓRIO DE PRÓTESES LTDA - ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE PROTESES DENTÁRIAS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS,

Item	Descrição	Quant.	Un. Medida	Preço Unitário R\$
01	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL SUPERIOR OU INFERIOR, COM DENTE TIPO DENTRON.	300	UN	147,00

1.2. Todas as próteses, somente serão solicitadas se houver necessidade das mesmas, conforme requisição Odontológica, sendo que as mesmas quando solicitadas deverão ser entregues na unidade de saúde do Município, sem custos adicionais.

### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I - rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

### 4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ITAMAR LABORATÓRIO DE PRÓTESES LTDA - ME, a critério do Município de União do Oeste - Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada para entregar as próteses, mediante autorização de fornecimento e receituário odontológico, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após a entrega da próteses e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde ou outro servidor por ele designado.

### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. Recolher, diariamente, os moldes na Unidade Básica de Saúde do Município de União do Oeste;

7.2. Vazar os moldes com gesso pedra IV, em até 1h 30 min (uma hora e trinta minutos), para evitar a distorção do modelo de gesso;

7.3. Confeccionar a placa base com rolete de cera para a tomada de relação (DVR, DVO e espaço funcional livre);

7.4. Responsabilizar-se pelo molde anatômico e funcional;

7.5. Oferecer garantia mínima de 03 (três) anos para as próteses;

7.6. Confeccionar as próteses no máximo em 07 (sete) dias úteis após o recolhimento do primeiro molde na Unidade Básica de Saúde do Município de União do Oeste;

7.7. Substituir o produto fornecido que não esteja de acordo com as características e especificações exigidas num prazo máximo de 10 dias;

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a Terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

7.9. Cumprir todas as normas, principalmente as de Saúde Pública, que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ou serviços;

7.10. A PPR deve apresentar armação com liga de cromo-cobalto, com grampos bem delineados, resistentes e delgados, os dentes devem ser perfurados antes da acrilização.

7.14. A base da PT deve ser confeccionada em modelo de trabalho funcional, os modelos têm que estar montado em articulador de chaleira, da prova dos dentes até a última etapa, (não será necessário enviar para a ESF os modelos no articulador, mas a montagem deverá ter sido feita com oclusão no mesmo). Os dentes devem ser perfurados antes da acrilização.

7.15. Utilizar resina acrílica termo polimerizável e dentes artificiais em acrílico com registro na ANVISA;

7.16. Confeccionar os dentes na cor selecionada pelo Dentista do Município, que determinará a cor com base na escala de cores VITA;

7.17. Confeccionar a gengiva da prótese na cor definida pelo Dentista do Município que estiver atendendo o paciente;

7.18. Os procedimentos referentes ao acabamento e polimento final das próteses totais podem ser requeridas mesmo após a instalação dos dispositivos em boca e devem ser atendidos sempre que solicitados pelo dentista.

7.19. As próteses devem sempre ser enviadas em embalagens com nome do paciente, unidade de referencia e guia do laboratório conforme o dentista encaminhar. Em caso de falta de organização ou perda da prótese o laboratório será penalizado.

7.20. Assumir responsabilidade por todos os encargos sociais, trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços previstos em lei.

7.21. Manter sempre em dia o cadastro de fornecedor junto a Prefeitura Municipal, sob pena de incorrer na retenção de pagamento e na responsabilidade de rescisão contratual.

7.22. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 05/2015.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa

prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 05/2015 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar as próteses no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 05/2015 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ITACIR TREVISANI

ITAMAR LABORATÓRIO DE PRÓTESES LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. \_\_\_\_\_

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

**ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 10/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015**

PROCESSO Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015  
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

Aos sete dias do mês de maio de 2015, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 05/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa PROTESES FERNANDES LTDA - EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE PROTESES DENTÁRIAS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

Item	Descrição	Quant.	Un. Medida	Preço Unitário R\$
02	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL REMOVÍVEL SUPERIOR OU INFERIOR, COM DENTE DENTRON.	350	UN	230,00

1.2. Todas as próteses, somente serão solicitadas se houver necessidade das mesmas, conforme requisição Odontológica, sendo que as mesmas quando solicitadas deverão ser entregues na unidade de saúde do Município, sem custos adicionais.

**2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

**3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação

para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I - rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

**4. DO CONTRATO**

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa PROTESES FERNANDES LTDA - EPP, a critério do Município de União do Oeste - Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada para entregar as próteses, mediante autorização de fornecimento e receituário odontológico, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

**5. DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após a entrega da próteses e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde ou outro servidor por ele designado.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

7.1. Recolher, diariamente, os moldes na Unidade Básica de Saúde do Município de União do Oeste;

7.2. Vazar os moldes com gesso pedra IV, em até 1h 30 min (uma hora e trinta minutos), para evitar a distorção do modelo de gesso;

7.3. Confeccionar a placa base com rolete de cera para a tomada



de relação (DVR, DVO e espaço funcional livre);

7.4. Responsabilizar-se pelo molde anatômico e funcional;

7.5. Oferecer garantia mínima de 03 (três) anos para as próteses;

7.6. Confeccionar as próteses no máximo em 07 (sete) dias úteis após o recolhimento do primeiro molde na Unidade Básica de Saúde do Município de União do Oeste;

7.7. Substituir o produto fornecido que não esteja de acordo com as características e especificações exigidas num prazo máximo de 10 dias;

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a Terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

7.9. Cumprir todas as normas, principalmente as de Saúde Pública, que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ou serviços;

7.10. A PPR deve apresentar armação com liga de cromo-cobalto, com grampos bem delineados, resistentes e delgados, os dentes devem ser perfurados antes da acrilização.

7.14. A base da PT deve ser confeccionada em modelo de trabalho funcional, os modelos têm que estar montado em articulador de chaleira, da prova dos dentes até a última etapa, (não será necessário enviar para a ESF os modelos no articulador, mas a montagem deverá ter sido feita com oclusão no mesmo). Os dentes devem ser perfurados antes da acrilização.

7.15. Utilizar resina acrílica termo polimerizável e dentes artificiais em acrílico com registro na ANVISA;

7.16. Confeccionar os dentes na cor selecionada pelo Dentista do Município, que determinará a cor com base na escala de cores VITA;

7.17. Confeccionar a gengiva da prótese na cor definida pelo Dentista do Município que estiver atendendo o paciente;

7.18. Os procedimentos referentes ao acabamento e polimento final das próteses totais podem ser requeridas mesmo após a instalação dos dispositivos em boca e devem ser atendidos sempre que solicitados pelo dentista.

7.19. As próteses devem sempre ser enviadas em embalagens com nome do paciente, unidade de referência e guia do laboratório conforme o dentista encaminhar. Em caso de falta de organização ou perda da prótese o laboratório será penalizado.

7.20. Assumir responsabilidade por todos os encargos sociais, trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços previstos em lei.

7.21. Manter sempre em dia o cadastro de fornecedor junto a Prefeitura Municipal, sob pena de incorrer na retenção de pagamento e na responsabilidade de rescisão contratual.

7.22. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 05/2015.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 05/2015 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar as próteses no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 05/2015 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

RUDEMAR PADILHA FERNANDES  
PROTESES FERNANDES LTDA - EPP  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Marília Miorelli	Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95	CPF: 460.292.909-59

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

# Urussanga

## PREFEITURA

### DECRETO 57/2015

DECRETO GP/Nº 57, de 30 de abril de 2015.

REAJUSTA VALORES DA TABELA DE ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base no artigo 5º, parágrafo 2º da Lei nº 1.946, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 1.951, de 24 de março de 2003 e considerando a correção da planilha de custos para subsidiar a iluminação pública no Município de Urussanga:

#### DECRETA:

Art. 1º O reajuste previsto no § 2º do art. 5º da Lei 1.946 de 30 de dezembro de 2002, se dará pelo aumento da tarifa de acordo com a Nota Técnica nº 35/2015 da ANEEL de 26 de fevereiro de 2015 para o reajuste tarifário anual referente a Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda. - Eflul e para a CERMOFUL.

Art. 2º A tabela que fixa as alíquotas de contribuição do custeio da iluminação pública, prevista no art. 5º, § 2º, da Lei nº 1.946, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei 1.951 de 24 de março de 2003, é reajustada em 45%, referente a unidades consumidoras a Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda - Eflul, e referente as unidades consumidoras da CERMOFUL e da COOPERCOCAL passando a vigorar com os seguinte valores:

ESCALA	EFLUL	CERMOFUL	COOPERCOCAL
<b>RESIDENCIAL</b>			
000 até 350 KWh	10,30	8,53	8,53
351 até 600 KWh	17,67	14,61	14,61
Acima de 601 KWh	29,45	24,36	24,36
<b>RURAL</b>			
000 ATÉ 350 KWh	10,30	8,53	8,53
351 até 600 KWh	17,67	14,61	14,61
Acima de 601 KWh	29,45	24,36	24,36
<b>COMERCIAL</b>			
000 até 100 KWh	10,30	8,53	8,53
101 até 300 KWh	23,57	19,50	19,50
301 até 500 KWh	29,45	24,36	24,36
501 até 800 KWh	35,34	29,24	29,24
Acima de 801 KWh	73,62	60,90	60,90
<b>INDUSTRIAL</b>			
000 até 100 KWh	10,30	8,53	8,53
101 até 300 KWh	23,57	19,50	19,50
301 até 500 KWh	29,45	24,35	24,35
501 até 800 KWh	35,34	29,24	29,24
801 até 5.000 KWh	50,89	48,74	48,74
5.001 até 100.000 KWh	235,57	194,88	194,88

Acima de 100.001 KWh	441,72	365,42	365,42
Poder Público	50,89	48,74	48,74
Serviço Público	50,89	48,74	48,74
Consumo Próprio	50,89	48,74	48,74
Baixa Renda (isento)	-		

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir de 01 de maio de 2015.  
Art. 4º Revoga-se o Decreto GP/Nº 270, de 30 de dezembro de 2014 e as demais disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de abril de 2015.  
JOHNNY FELIPPE  
Prefeito municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos trinta dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

### DECRETO 59/2015

DECRETO GP/Nº 59, de 30 de abril de 2015.

ALTERA TABELA TARIFÁRIA DE CONSUMO E SERVIÇOS DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45, da Lei Orgânica do Município,  
CONSIDERANDO que, a inflação acumulada no período de abril/2014 a março/2015, pelo índice do INPC, foi de 8,41% (oito vírgula quarenta e um por cento) e diferença de ganho real de 3,35% (três vírgula trinta e cinco por cento), totalizando 11,76 (onze vírgula setenta e seis por cento);

CONSIDERANDO que, o valor das tarifas mínimas de água (10m²) são comparados aos praticados pela CASAN e demais SAMAES da região.

#### DECRETA:

Art. 1º As tarifas de água e esgoto e dos demais serviços prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE passam a ser as constantes dos Anexos I, II, III e IV, partes integrantes deste decreto.

2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015, com vencimento para junho de 2015.

3º Revoga-se o Decreto GP/Nº 86, de 28 de abril de 2014.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de abril de 2015.  
JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos trinta dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

ANEXO I  
TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO



O valor da tarifa estabelecida por este Decreto somente poderá incidir sobre as contas vencíveis a partir de 20/06/2015.

ANEXO DO DECRETO GP/Nº 59, de 30 de abril de 2015.

CATEGORIA	DOMICILIAR - "A"
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS EM R\$
Até 10m3 28,50	
De 11m3 a 15m3 28,50	3,80 p/m3 excedente de 10m3
De 16m3 a 20m3 47,50	4,35 p/m3 excedente de 15m3
De 21m3 a 30m3 69,25	4,70 p/m3 excedente de 20m3
De 31m3 a 40m3 116,50	5,45 p/m3 excedente de 30m3
Acima de 40m3 170,75	6,25 p/m3 excedente de 40m3

TEGORIA	CA- "B" COMERCIAL E PODERES PÚBLICOS
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS EM R\$
Até 15m3 38,00	
Acima de 15m3 38,00	4,70 p/m3 excedente de 15m3

CATEGORIA	"C" INDUSTRIAL
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS EM R\$
Até 40m3 116,00	
Acima de 40m3 116,00	5,80 p/m3 excedente de 40m3

CATEGORIA DOMICILIAR - "A"	SANTANA-RIO SALTO/PIRAGO, RIO MAIOR, RIO CARVÃO, BELVEDERE ,
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS EM R\$
Até 12m3 28,50	
De 13m3 a 20m3 28,50	3,80 p/m3 excedente de 12m3
De 21m3 a 30m3 58,90	4,35 p/m3 excedente de 20m3
De 31m3 a 40m3 102,40	4,70 p/m3 excedente de 30m3
Acima de 40m3 149,40	5,45 p/m3 excedente de 40m3

#### TARIFA DE ESGOTO

- A tarifa referente a prestação de serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo.

#### ANEXO II TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

ANEXO DO DECRETO GP/Nº 59, de 30 de abril de 2015.  
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

No cavalete por falta de pagamento R\$ 30,00

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS

Por solicitação do usuário até 3/4" R\$ 30,00

Por solicitação do usuário até 1" R\$ 30,00

Por solicitação do usuário até 1 1/2" R\$ 30,00

Por solicitação do usuário até 2" R\$ 30,00

DESLIGAÇÃO

Por solicitação do usuário -temporária R\$ 21,00

CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES, ETC.

Custo fixo de consumo até 15 dias R\$200,00

Custo fixo mensal permanência superior a 15 dias R\$400,00

CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:

De Encanador R\$ 13,00

De Auxiliar R\$ 9,00

DESLOCAMENTO DO CAVALETE:

Por solicitação do usuário (cfe.material empregado)+ mat.Utiliza-do R\$ 30,00

AVISO DE CORTE

(Conforme cap. IV, art. 72, inciso I ) R\$ 6,00

TAXA DE EXPEDIENTE:

Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral, etc. R\$ 6,00

ANÁLISE DE ÁGUA:

Físico - químico R\$ 47,00

Bacteriológico R\$ 56,00

HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO

Valor das peças empregadas mais taxas de aferição R\$ 88,00

Hidrômetro R\$ 88,00

#### ANEXO III INFRAÇÕES

ANEXO DO DECRETO GP/Nº 59, de 30 de abril de 2015.

ITEM INFRAÇÕES VALOR EM R\$

1. Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água R\$ 200,00
2. Ligações clandestinas R\$ 200,00
3. Violação ou retirada do hidrômetro ou limitador de consumo R\$ 200,00
4. Interconexão da inst.predial com canalização de água ou outra R\$ 200,00
5. Utilização da ligação de água para serventia de outra economia R\$ 100,00
6. Ligações de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou ramas predial R\$ 170,00
7. Início de obras de instalação de água em loteamentos ou conjuntos R\$ de edificações sem autorização do SAMAE. R\$ 950,00
8. Alteração de projeto de instalação de água em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE R\$ 440,00
9. Impontualidade no pagamento de tarifas devidas ao SAMAE ..... 2% a partir de 03/11/03, conforme Decreto nº 210/03.

#### ANEXO IV LIGAÇÕES DE ÁGUA

ANEXO DO DECRETO GP/Nº 59, de 30 de abril de 2015.

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO	VALOR TOTAL
A VISTA		R\$ 141,00
02 pagamentos	R\$ 75,00	R\$ 150,00
03 pagamentos	R\$ 50,00	R\$ 150,00
04 pagamentos	R\$ 37,50	R\$ 150,00
05 pagamentos	R\$ 30,00	R\$ 150,00
06 pagamentos	R\$ 25,00	R\$ 150,00
10 pagamentos	R\$ 15,00	R\$ 150,00

## Vargeão

### PREFEITURA

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 25 de maio de 2015 às 9 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição de uniformes escolares (camisetas) destinados aos alunos do Ensino Municipal de Vargeão, SC; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 30/2015.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 08 de maio de 2015.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

#### EXTRATOS DE CONTRATOS DE Nº 109/2015 A Nº 112/2015

EXTRATOS DE CONTRATOS de nº 109/2015 a nº 112/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA -ME

OBJETO: Aquisição Parcelada de Materiais e Instrumentais Odontológicos para uso no Posto de Saúde no Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 6.417,90 (seis mil quatrocentos e dezessete reais e noventa centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 27/2015 e processo licitatório 40/2015, Contrato nº 109/2015.

Vargeão, SC, 08 de maio de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA

OBJETO: Aquisição Parcelada de Materiais e Instrumentais Odontológicos para uso no Posto de Saúde no Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 6.556,99 (seis mil quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 27/2015 e processo licitatório 40/2015, Contrato nº 110/2015.

Vargeão, SC, 08 de maio de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ODONTOESTE LTDA ME

OBJETO: Aquisição Parcelada de Materiais e Instrumentais Odontológicos para uso no Posto de Saúde no Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 6.560,96 (seis mil quinhentos e sessenta reais e noventa e seis centavos),

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 27/2015 e processo licitatório 40/2015, Contrato nº 111/2015.

Vargeão, SC, 08 de maio de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Aquisição Parcelada de Materiais e Instrumentais Odontológicos para uso no Posto de Saúde no Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 6.536,06 (seis mil quinhentos e trinta e seis reais e seis centavos),

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 27/2015 e processo licitatório 40/2015, Contrato nº 112/2015.

Vargeão, SC, 08 de maio de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

## Vidal Ramos

## PREFEITURA

## ATA Nº. 01/2015 - FUNDERURAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2015

VALIDADE: 17/03/2016

Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada a ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para desmontagem e montagem embreagem e conjunto de freio Trator Massey Ferguson 4275, fornecimento imediato após autorização pelo setor responsável, estabelecidas no ato convocatório. Empresa RIOFRAS COMERCIO DE TRATORES E IMPLEMENTOS LTDA, CNPJ nº. 83.632.539/0001-90, com sede à ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS, Nº. 1673, bairro: SANTANA CEP: 89160-000, RIO DO SUL /SC.

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	UND	VLOR UNITARIO	VALOR TOTAL
DISCO INTERMEDIARIO PAPER	24	PC	57,00	1.368,00
DISCO DE FREIO ORGANICO	15	PC	175,44	2.631,60
ANEL "O"-DIFERENCIAL	12	PC	7,59	68,34
JUNTA PAPEL RETENTOR FREIO	6	PC	11,39	68,34
CAPA BORRACHA PROTEÇÃO FREIO	6	PC	12,33	73,98
ANEL DO BLOQUEIO	3	PC	1,90	5,70
ARRUELA BOLEADA	12	PC	14,31	171,72
CONTRA PINO AÇO	12	PC	0,94	11,28
BIELETA FREIO DISCO	12	PC	20,67	248,04
JUNTA TRIANGULO	3	PC	11,3805	34,14
JUNTA CORTICA	3	PC	7,595	22,79
FLUIDO DE FREIO VARGA DOT 3	6	UN	15,17	91,02
PARAFUSO AÇO FREIO A DISCO	12	PC	14,22	170,64
PORCA SEXT 1/2-20UNF	12	PC	2,84	34,08
TAXA DE LIMPEZA	3	PC	37,93	113,79
SERVIÇO DE TORNO	3	SV	142,25	426,75
MAO DE OBRA FREIOS	3	UN	569,03	1.707,09
ESPELHO EMBREAGEM DUPLA 13" MSC	3	PC	294,00	882,00
MOLA HELICOIDAL S/COR	36	PC	11,39	410,04
ARRUELA ISOLANTE FIBRA	36	PC	0,94	33,84
DISCO EMBREAGEM 13"	3	UN	415,18	1.245,54
PINO AÇO DA EMBREAGEM C/CAVA	9	PC	15,17	136,53
PINO MENOR	9	PC	9,48	85,32
PINO MAIOR	9	PC	9,48	85,32
CONTRA PINO 3X32	9	PC	0,94	8,46
PARAFUSO AÇO REGULAGEM	9	PC	6,63	59,67
PORCA DO PARAFUSO COBERTURA	9	PC	0,94	8,46
BIELETA AÇO GROSSA	9	PC	18,02	162,18

RETENTOR TRASEIRO MOTOR PERKINS	3	PC	232,40	697,20
				11.084,60

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 17/03/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O recebimento, o local e o prazo de prestação dos serviços deverão ocorrer de acordo com o item 11.1 do Edital, tendo em vista o endereço constante na autorização de fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá

a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 17 de março de 2015

PREFEITURA VIDAL RAMOS

CONTRATANTE

RIOFRAS COMERCIO DE TRATORES E IMPLEMENTOS LTDA

CONTRATADA

#### ATA Nº. 02/2015 - FUNDERURAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 02/2015



**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 02/2015****VALIDADE: 27/03/2016**

Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

**DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada a ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma completa da carreta, ferragem, mão de obra e mão de obra com solda para implementos agrícolas, estabelecidas no ato convocatório. Empresa ALUISIO NOVACK & CIA LTDA ME, CNPJ nº. 80.983.752/0001-59, com sede à AVENIDA JORGE LACERDA, CEP: 88443-000, VIDAL RAMOS/SC.

1º. LOTE					
Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	1	Und	Madeira a ser utilizada para reforma carreta	1500,00	1.500,00
2	1	Und	Ferragem	799,00	799,00
3	20	HRS	Mão de obra	50,00	1.000,00
			TOTAL	3.299,00	
2º. LOTE					
Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	120	horas	Mão de obra com solda	92,00	11.040,00
			TOTAL	11.040,00	

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 27/03/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e

condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

O recebimento, o local e o prazo de prestação dos serviços deverão ocorrer de acordo com o item 11.1 do Edital, tendo em vista o endereço constante na autorização de fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

O pagamento dos serviços, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 27 de março de 2015

PREFEITURA VIDAL RAMOS      ALUISIO NOVACK & CIA LTDA ME  
CONTRATANTE                      CONTRATADA

**ATA Nº. 12/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 96/2014

VALIDADE: 02/01/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 96/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso para Eventual Aquisição de 40 equipamentos no seu conjunto cinco academia ao ar livre, 10 banco e 10 lixeiras com entrega no município de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda, 1180, CEP: 88443-000, Santa Catarina. Previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, Empresa I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME, CNPJ nº. 91.935.270/0001-40, com sede ROD BR 153 KM 53,300 -, CEP: 99700-000, ERECHIM - RS.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Eventual Aquisição de 40 equipamentos no seu conjunto cinco academia ao ar livre, 10 banco e 10 lixeiras com entrega no município de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda, 1180, CEP: 88443-000, Santa Catarina. Previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Quant.	Unidade	MATERIAIS	MARCA	V. Unit.	V. Total
1	5	Unid.	ESQUIADOR INDIVIDUAL- Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ½", 2 ½" e tubo retangular de 50x30 mm, manoplas emborrachadas, pedaleira em alumínio e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. Tipo de Instalação: Parabolt. Dimensões: Altura: 1,60m Largura: 0,72 Comprimento: 1,20 Peso: 28kg Base de Concreto: 1,5 x 1,5 x 0,1m	Ponto Final	1.200,00	6.000,00
2	5	Und.	GIRO VERTICAL DUPLO- Fabricado com tubos de aço carbono de ¾", 1", 2" e 3 ½", manípulos em baquelite, pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. Tipo de Instalação: Cadeirinha. Dimensões: Altura: 1,60 Largura: 0,72 Comprimento: 1,20 Peso: 28kg Base de Concreto: 1,5 x 1,5 x 0,1m	Ponto Final	700,00	3.500,00

3	5	Unid.	SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL- Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ¼" e 2", manoplas e pegadas emborrachadas, banco anatômico isento de estofamento, pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. Tipo de Instalação: Parabolt Dimensões: Altura: 1,20m Largura: 0,72m Comprimento: 0,83m Peso: 30kg Base de Concreto: 1,5 x 1,5 x 0,1m	Ponto Final	1.100,00	5.500,00
4	5	Und.	SIMULADOR DE PERCURSO INDIVIDUAL- Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ¼", e 2", pedaleira em alumínio e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. Tipo de instalação: Parabolt Dimensões: Altura: 1,20m Largura: 0,85m Comprimento: 0,82m Peso: 30kg Base de Concreto: 1,5 x 1,5 x 0,1m	Ponto Final	1.000,00	5.000,00
5	5	Und.	PRANCHA LATERAL DUPLA- Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 2", 3 ½", 4" e tubo retangular 50x30mm, pedaleira em alumínio e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. Tipo de Instalação: Cadeirinha. Dimensões: Altura: 1,40m Largura: 0,80m Comprimento: 0,90m Peso: 84kg Base de Concreto: 1,5x1,5x0,1m	Ponto Final	1.100,00	5.500,00
6	5	Und.	BARRA ALTA GIRATÓRIA DUPLA- Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 4" e tubo quadrado de 50x50mm, pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. Tipo de Instalação: Cadeirinha. Dimensões: Altura: 2,30m Diâmetro de ocupação: 1,10m Peso: 45 kg Base de Concreto: 1,15 x 1,5 x 0,1m	Ponto Final	900,00	4.500,00
7	5	Und.	REMADOR INDIVIDUAL- Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ¼", 2" e tubo retangular 50x30mm, manoplas e apoio dos pés emborrachados, banco anatômico iseto de estofamento, pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. Tipo de Instalação: Parabolt. Dimensões: Altura: 1,60m Largura: 0,72m Comprimento: 1,20m Peso: 30kg Base de Concreto: 1,5 x 1,5 x 0,1m	Ponto Final	1.000,00	5.000,00

8	5	Und.	PARALELA STANDART- Fabricado com os tubos de aço carbono de tubo de 3 ½" chapa 14, pintura eletrostática de alta resistência, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. Tipo de Instalação: Cadeirinha. Dimensões: Altura: 1,07m Largura: 0,60m Comprimento: 1,63m Peso: 36kg Base de Concreto: 1,5 x 1,5 x 0,1m	Ponto Final	500,00	2.500,00
9	10	Und.	BANCO FRANCES- Fabricados com pés de ferro fundido pintados em preto e régua de madeira envernizadas.	Ponto Final	250,00	2.500,00
10	10	Und.	LIXEIRA DUPLA AR LIVRE- Fabricado com tubos de aço 2", 1" ¼, ferro chato de 1", tela perfurada redonda com espessura de 1,5mm, pintura eletrostática. Dimensões: Altura: 1,30m Largura: 1,20m Comprimento: 0,40m Peso: 18kg	Ponto Final	150,00	1.500,00

Total dos itens: R\$ 41.500,00 (quarenta e um mil e quinhentos reais).

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega dos produtos constantes nesse Contrato será de 20 dias corridos, a partir da requisição por escrito.

Parágrafo Segundo: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Nota de Empenho e/ou Autorização de Compras)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 02/01/2016 a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2014. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2014 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, nº. 447 - Vidal Ramos - SC. Prazo de atendimento deverá ser imediato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte



e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2014, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:  
Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
  - por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
  - não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
  - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
  - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;
- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2014 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 02 de janeiro de 2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
LAERCIO DA CRUZ - PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME CONTRATADA  
(Assinatura sob Carimbo)



**ATA Nº. 13/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2015****PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 02/2015****VALIDADE: 04/02/2016**

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela **PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013**, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM**, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

**DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso para eventual fornecimento de **PEÇAS DIVERSAS PARA MANUTENÇ**, EMPRESA: **EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME**, CNPJ nº. 05.915.246/0001-07, com sede à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, Centro, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS /SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Contratação de empresa para EVENTUAL fornecimento de peças de 1ª linha de montagem e filtros para reposição em veículos da Educação, Obras e demais secretarias. A entrega será parcelada, de acordo com a necessidade.**

**CLAUSULA SEGUNDA –** O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unit.
1	6	PÇ	AMORTECEDOR DT KOMBI	R\$ 91,00
2	6	PÇ	AMORTECEDOR TR KOMBI	R\$ 115,00
3	14	PÇ	AMORTECEDOR DE BOXER/DUCATO	R\$ 361,00
4	14	PÇ	AMORTECEDOR TR BOXER/DUCATO	R\$ 261,00

5	10	PÇ	AMORTECEDOR DT VOLARE	R\$ 165,00
6	10	PÇ	AMORTECEDOR TR VOLARE	R\$ 125,00
7	6	PÇ	ANEL SINCRONIZADO 1/2 KOMBI	R\$ 68,00
8	6	PÇ	ANEL SINCRONIZADO 3/4 KOMBI	R\$ 61,00
9	6	PÇ	BARRA DIREÇÃO LD KOMBI	R\$ 128,00
10	4	PÇ	BARRA DIREÇÃO LE KOMBI	R\$ 125,00
11	6	PÇ	BARRA ESTABILIZADORA KOMBI	R\$ 95,00
12	5	PÇ	BRAÇO CENTRAL DIREÇÃO KOMBI	R\$ 140,00
13	6	PÇ	BATENTE PORTA CENTRAL KOMBI	R\$ 43,00
14	5	PÇ	BOBINA IFNIÇÃO KOMBI/GOL	R\$ 216,00
15	10	PÇ	BUCHA ESTABILIZADORA KOMBI	R\$ 11,00
16	30	PÇ	BORRACHA AMORTECEDOR KOMBI	R\$ 9,00
17	5	JG	CABO VELA KOMBI	R\$ 158,00
18	4	PÇ	CAIXA DIREÇÃO KOMBI	R\$ 925,00
19	2	CONJ	CAIXA SATELITE DIFERENCIAL F4000 2010	R\$ 7.860,00
20	10	CONJ	CAIXA SATELITE DIFERENCIAL KOMBI	R\$ 255,00
21	4	CONJ	COROA E PINHÃO 7/43 MB1113	R\$ 998,00
22	10	CONJ	COROA E PINHÃO KOMBI	R\$ 550,00
23	8	PÇ	CABO EMBREAGEM KOMBI	R\$ 29,00
24	12	PÇ	COXIM AMORTECEDOR DT LD DUCATO	R\$ 365,00
25	12	PÇ	COXIM AMORTECEDOR DT LE DUCATO	R\$ 368,00
26	8	PÇ	CUBO RODA BOXER/DUCATO/JUMPER	R\$ 405,00
27	10	PÇ	CRUZETA CARDAN 1113	R\$ 65,00
28	8	PÇ	DISCO FREIO DT VENTILADO DUCATO	R\$ 148,00
29	10	PÇ	DISCO FREIO MICRO ONIBUS VOLARE A5	R\$ 305,00
30	6	CONJ	ENGRENAGENS, ROLAMENTOS, RETENTORES, PRISE, SINCRONIZADOR, LUVAS E JUNTAS CAIXA CAMBIO KOMBI	R\$ 490,00
31	10	PÇ	FEIXE MOLA KOMBI	R\$ 278,00
32	10	PÇ	JUNTA HOMOCINETICA BOXER/DUCATO/JUMPER	R\$ 229,00
33	8	PÇ	JUNTA DESLIZANTE SEMI EIXO KOMBI	R\$ 108,00
34	4	KIT	KIT REPOSIÇÃO COMPLETO KOMBI(EMBUCHAMENTO)	R\$ 750,00
35	6	KIT	KIT ESTABILIZADOR DT KOMBI	R\$ 121,00
36	3	KIT	(KIT EMB) PLATOR E DIRCO EMBREAGEM VOLVO 10	R\$ 3.130,00
37	6	KIT	(KIT EMB) PLATOR E DIRCO EMBREAGEM KOMBI	R\$ 395,00
38	4	KIT	(KIT EMB) PLATOR E DIRCO EMBREAGEM MB 1318	R\$ 1.275,00
39	16	JG	LONA FREIO KOMBI	R\$ 39,00
40	15	JG	LONA FREIO CARGO TRAÇADO	R\$ 210,00
41	4	JG	LONA FREIO F4000	R\$ 91,00
42	12	JG	PASTILHA FREIO VOLARE A5	R\$ 110,00
43	20	JG	PASTILHA FREIO DT DUCATO	R\$ 148,00
44	7	JG	PASTILHA FREIO DT TRANSIT	R\$ 141,00
45	7	JG	PASTILHA FREIO TR TRANSIT	R\$ 170,00
46	16	JG	PASTILHA FREIO KOMBI	R\$ 31,00
47	5	JG	PONTA EIXO MB 1113	R\$ 216,00
48	5	JG	PINO CENTRAL KOMBI	R\$ 68,00

49	6	CONJ	RETENTORES E JUNTAS DIF KOMBI	R\$ 63,00
50	10	CONJ	ROLAMENTOS DIFERENCIAL KOMBI	R\$ 270,00
51	2	PÇ	RESFRIADOR DE ÓLEO TRANSIT	R\$ 1.890,00
52	10	PÇ	ROLAMENTO RODA DT/TR BOXER/DUCATO/JUMPER	R\$ 244,00
53	6	SV	REVISÃO CAIXA DIREÇÃO	R\$ 1.180,00
54	3	SV	RETIFICA MOTOR COMPLETA	R\$ 3.930,00
55	2	SV	RETIFICA MOTOR COMPLETA VOLARE	R\$ 9.600,00
56	2	PÇ	SERVO EMBREAGEM VOLVO	R\$ 1.100,00
57	2	PÇ	SILENCIOSO ESCAPE TR KOMBI	R\$ 140,00
58	2	PÇ	SILENCIOSO ESCAPE INTERMEDIARIO KOMBI	R\$ 155,00
59	8	SV	SERVIÇO DE BICOS	R\$ 3.290,00
60	8	SV	SERVIÇO REPARO BOMBA INJEÇÃO	R\$ 1.060,00
61	4	PÇ	TAMBOR FREIO TR KOMBI	R\$ 110,00
62	7	PÇ	TERMINAL DIREÇÃO KOMBI	R\$ 48,00
63	3	KIT	KIT DE REPOSIÇÃO EMBUCHAMENTO KOMBI COMPLETO	R\$ 755,00
64	4	CONJ	CONJ PLATOR E DISCOS DE EMBREAGEM KOMBI	R\$ 375,00
65	4	CONJ	CONJ. ROLAMENTOS DIFERENCIAL TRANSMISSÃO KOMBI	R\$ 216,00
66	2	PÇ	CABO VELOCIMETRO KOMBI	R\$ 35,88
67	5	PÇ	VELA IGNIÇÃO ZFR7R-G	R\$ 95,00
68	1	PÇ	CONTRA EIXO CAMBIO RT7608	R\$ 3.142,00
69	4	PÇ	JUNTA TAMPA VALVULA SUP MB OM352	R\$ 41,00
70	4	PÇ	JUNTA CARTER MB	R\$ 65,00
71	8	PÇ	BATENTE PORTA CORRER DUCATO	R\$ 105,00
72	8	PÇ	GUIA PORTA CORRER INF DUCATO	R\$ 189,00
73	3	PÇ	ANEL SINCRONIZADOR 1/2 DUCATO	R\$ 360,00
74	5	PÇ	CABO DE FREIO TR	R\$ 214,00
75	2	PÇ	TUBO TERMINAL LONGO MB	R\$ 91,00
76	4	PÇ	VALVULA TERMINAL MWM FORD CARGO/VW	R\$ 77,50
77	4	PÇ	SENSOR TEMPERATURA PAINEL MWM	R\$ 48,00
78	3	PÇ	JUNTA CABEÇOTE MWM X10 4/6 CILINDROS	R\$ 60,00
79	20	PÇ	BUCHA BAND DT PARTE DT BOXER/DUCATO/JUMPER 94	R\$ 31,00
80	10	PÇ	COXIM MOTOR DT LD DUCATO 06	R\$ 172,00
81	12	PÇ	FILTRO PSC-410	R\$ 26,50
82	12	PÇ	FILTRO BT-8417	R\$ 65,00
83	12	PÇ	FILTRO 361 9554	R\$ 165,00
84	12	PÇ	FILTRO BF-7675D	R\$ 79,00
85	12	PÇ	FILTRO R-9030M	R\$ 46,90
86	12	PÇ	FILTRO ARS-9840	R\$ 175,00
87	12	PÇ	FILTRO DSF-0202	R\$ 69,00
88	12	PÇ	FILTRO TR-25437	R\$ 189,00
89	12	PÇ	FILTRO TR-25523	R\$ 98,00
90	12	PÇ	FILTRO R-160HP	R\$ 121,00
91	12	PÇ	FILTRO ARL-9600	R\$ 49,00
92	12	PÇ	FILTRO PSL-883	R\$ 79,00
93	16	PÇ	FILTRO PSC-498/4	R\$ 59,00
94	12	PÇ	FILTRO ARL-8832	R\$ 9,50

95	12	PÇ	FILTRO PSL-619	R\$ 9,80
96	12	PÇ	FILTRO ARL-1654	R\$ 16,40
97	12	PÇ	FILTRO R-120L 10MAQII	R\$ 69,00
98	12	PÇ	FILTRO PEL-2002	R\$ 28,00
99	12	PÇ	FILTRO PEC-3022	R\$ 49,00
100	12	PÇ	FILTRO OFC-1659S = FS-19908	R\$ 89,00
101	12	PÇ	FILTRO PSD-530/1	R\$ 29,00
102	12	PÇ	FILTRO B-7327	R\$ 98,70
103	12	PÇ	FILTRO ARS-6223	R\$ 79,00
104	12	PÇ	FILTRO ARS-223	R\$ 36,00
105	12	PÇ	FILTRO PSC-82	R\$ 39,00
106	12	PÇ	CINTO LUB 18-FI	R\$ 24,00
107	12	PÇ	FILTRO TM-4	R\$ 9,90
108	12	PÇ	FILTRO P-550881	R\$ 98,00
109	12	PÇ	FILTRO XS-81	R\$ 18,90
110	12	PÇ	FILTRO TR-708522	R\$ 99,00
111	12	PÇ	FILTRO TR-780523	R\$ 65,00

A entrega deverá ser feita na Garagem, Rua Santa Cruz, s/n – Vidal Ramos - SC

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até **04/02/2016, a partir de sua assinatura**. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, s/n – Vidal Ramos – SC. Prazo de atendimento deverá ser imediato

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

O pagamento dos serviços, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: [notaaletronicavidalramos@gmail.com](mailto:notaaletronicavidalramos@gmail.com)

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

**I** – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

**II** - multa de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de **15%** (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até **5** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis;

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### **CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:  
Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;



- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de **30** (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO**

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 05 de fevereiro de 2015.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**  
HELMUT STOLTENBERG – PREFEITO EM EXERCICIO  
CONTRATANTE

**EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME**  
Edemar Marcelo Petry  
CONTRATADA

**ATA Nº. 14/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2015

VALIDADE: 04/02/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada a ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM estabelecidas no ato convocatório. Empresa LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAI, CNPJ nº. 83.780.916/0001-39, com sede à R LARGO MONTESI,68 - BAIRRO: CANOAS, CEP: 89160-000, RIO DO SUL /SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 02 (DOIS) ÁRBITROS, 01 (UM) MESÁRIO E 01 (UM) CRONOMETRISTA PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL 2015 NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE SALÃO, DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS" E CAMPEONATO DE FUTSAL VETERANOS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS,

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	200	PARTIDAS	Contratação de arbitragem qualificado para apitar campeonato de FUTSAL e Veteranos, sendo 02 árbitros , 01 mesário e 01 cronometrista	140,00	28.000,00
TOTAL				28.000,00	

A empresa CONTRATADA se responsabilizará por todas as despesas decorrentes da execução deste objeto, tais como: deslocamento, diárias, hospedagens, alimentação, dentre outras despesas não acordadas entre as partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 04/02/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

A empresa CONTRATADA será comunicada quando iniciara o campeonato, quantos jogos previstos tempo estimado de duração do campeonato e quais dias a empresa vencedora irá arbitrar.

Lembrando que: A quantidade de jogos prevista no edital nº. 01/2015 será para mais campeonatos que vierem a ocorrer no decorrer do exercício de 2015.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

O pagamento dos serviços, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal.

O pagamento será efetuado em três etapas:

- Primeira parcela na primeira semana,
- Segunda Parcela na metade do campeonato,
- Terceira parcela no final do campeonato.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Item do edital 2.3.3 O pagamento será efetuado somente para a quantidade de partidas arbitradas em cada campeonato.

Na emissão do comprovante fiscal, serão descontados 4% de ISS, devido o serviço ser prestado no município.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A prestação de Serviços só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados de comprovante fiscal correspondente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:  
Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

O objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2015e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 05 de fevereiro de 2015

PREFEITURA VIDAL RAMOS

Helmut Stoltenberg - Prefeito em Exercício

CONTRATANTE

LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAI

CONTRATADA

### ATA Nº. 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2015

VALIDADE: 25/03/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia. A Empresa: IMPEL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME, CNPJ nº. 13.132.239/0001-67, TELEFONE: 47 3533 3978, com sede

à AVENIDA JOÃO PAULO I, Nº. 166 Bairro Santo Antonio, CEP: 88.400-000 - ITUPORANGA - SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS NECESSÁRIOS, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015.

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Descrição Material	Unid.	Quant	Marca	valor unitário	TOTAL
4	CERA LÍQUIDA INCOLOR PARA ASSOALHO FRASCO - 750 ML. COMPOSIÇÃO: CERA NATURAL E SINTETICA ALCALIZANTE, CORANTE, TENSOATIVA, NÃO IÔNICO, PERFUME, ETC. PARA CONSERVAR E ENCERRAR PISOS, CERÂMICA, TACOS OU TÁBUAS LINEARES.	FRA	200	BRAVO, BRILHO FÁCIL	8,80	1.760,00
5	DESINFETANTE CONCENTRADO EUCALIPTO, FLORAL OU LAVANDA, PARA LAVAGEM GERAL DE SUPERFÍCIES, BANHEIROS E UTENSÍLIOS LÍQUIDO PRONTO USO, FRASCO COM 2 LTS.	FRA	1000	ECOVILLE	4,65	4.650,00
11	SABÃO EM PÓ BIODEGRADÁVEL, GRÃO AZUL, 1ª QUALIDADE, COM REGISTRO NA ANVISA, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS OU CAIXA DE PAPELÃO COM 1 KG. COMPOSIÇÃO: ESOATIVO ANIÔNICO, FOSFATOS, SAIS INORGÂNICOS, BRANQUEADOR ÓPTICO, PERFUME, PIGMENTO E ENZIMAS.	PCT	600	GIRANDO SOL	6,60	3.960,00
13	SABONETE LÍQUIDO CONCENTRADO 2 LITROS.	FRA	200	NATSUME	11,10	2.220,00
15	SACO DE CHÃO TECIDO GROSSO 100% ALGODÃO ALVEJADO 50 X 70 BRANCO.	UND	400	NEWPLAST	6,84	2,736,00
20	ESPONJA DE AÇO INOXIDÁVEL, COMPOSIÇÃO 100% AÇO INOX.	UND	170	HAMER	2,10	357,00
22	ESPONJA DUPLA FACE ANTIBACTERICIDA 110MM X 75MM X 20MM.	UND	850	SCOTH BRITE	1,85	1.572,50
25	RODO DE ESPUMA PARA PASSAR CERA COM CABO DE BOA QUALIDADE, FORTE E RESISTENTE.			UND	100	

Parágrafo Primeiro: Após autorização de Fornecimento a empresa vencedora terá o prazo de 3 dias úteis para a entrega dos produtos, caso contrario o contrato será cancelado com a Prefeitura.

Parágrafo Segundo: A empresa deverá fornecer exatamente a marca cotada e vencedora do certame, não será aceito outra marca e nem justificativas de não poder entregar o produto vencedor. A mercadoria será devolvida.

Parágrafo Terceiro: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Nota de Empenho e/ou Autorização de Compras)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 25/03/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, Avenida Jorge Lacerda, 1180



- Vidal Ramos - SC.

a) Após autorização de Fornecimento a empresa vencedora terá o prazo de 3 dias úteis para a entrega dos produtos, caso contrário o contrato será cancelado com a Prefeitura.

b) A empresa deverá fornecer exatamente a marca cotada e vencedora do certame, não será aceito outra marca e nem justificativas de não poder entregar o produto vencedor. A mercadoria será devolvida.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: [notaaletronicaavidalramos@gmail.com](mailto:notaaletronicaavidalramos@gmail.com)

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou

fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o prego registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 25 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
HELMUT STOLTENBERG - PREFEITO EM EXERCÍCIO  
CONTRATANTE

IMPEL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME  
CONTRATADA

#### ATA Nº. 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2015

VALIDADE: 25/03/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia. A Empresa: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME, CNPJ nº. 13.965.228/0001-68, com sede à AVENIDA 24 DE OUTUBRO 1162, Bairro CENTRO, CEP: 88.680-000 - BOM RETIRO - SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS NECESSÁRIOS, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015.

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Descrição Material	Unid.	Quant	Marca	valor unitário	TOTAL
3	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO, FRAGRÂNCIA, CORANTE, COADJUVANTE E ÁGUA.	2 litros	300	Gota limpa	5,30	1.855,00
33	SACO DE LIXO 30 LITROS C/50 UND, 59 X 62, GRANULAÇÃO 0,08 MICRAS. EXTRA FORTE. COMPOSIÇÃO POLIETILENO E PIGMENTO.	PCT	500	Pega lixo	10,10	5.050,00

34	SACO DE LIXO 50 LITROS C/50 UND, 63 X 80, GRANULAÇÃO 0,08 MICRAS. EXTRA FORTE. COMPOSIÇÃO POLIETILENO E PIGMENTO.	PCT	800	Pega lixo	11,15	8.920,00
35	SACO DE LIXO DE 100 LITROS C/25 UND, 75 X 105, GRANULAÇÃO 08 MICRAS. EXTRA FORTE. COMPOSIÇÃO POLIETILENO E PIGMENTO.	PCT	650	Pega lixo	14,30	9.295,00
	TOTAL				25.120,00	

Parágrafo Primeiro: Após autorização de Fornecimento a empresa vencedora terá o prazo de 3 dias úteis para a entrega dos produtos, caso contrário o contrato será cancelado com a Prefeitura.

Parágrafo Segundo: A empresa deverá fornecer exatamente a marca cotada e vencedora do certame, não será aceito outra marca e nem justificativas de não poder entregar o produto vencedor. A mercadoria será devolvida.

Parágrafo Terceiro: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Nota de Empenho e/ou Autorização de Compras)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 25/03/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, Avenida Jorge Lacerda, 1180 - Vidal Ramos - SC.

a) Após autorização de Fornecimento a empresa vencedora terá o prazo de 3 dias úteis para a entrega dos produtos, caso contrário o contrato será cancelado com a Prefeitura.

b) A empresa deverá fornecer exatamente a marca cotada e vencedora do certame, não será aceito outra marca e nem justificativas de não poder entregar o produto vencedor. A mercadoria será devolvida.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada

estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável

em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
  - por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
  - não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
  - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
  - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;
- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 25 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
HELMUT STOLTENBERG - PREFEITO EM EXERCÍCIO  
CONTRATANTE

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME  
CONTRATADA

#### ATA Nº. 17/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2015

VALIDADE: 25/03/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de



receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.. A Empresa: ISOLANGE CRISPIM SOUZA & CIA LTDA ME, CNPJ nº. 02.961.573/0001-07, com sede à AVENIDA JORGE LACERDA, Bairro CENTRO, CEP: 88.443-000 - VIDAL RAMOS - SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS NECESSÁRIOS, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015.

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Descrição Material	Unid.	Quant	Marca	valor unitário	TOTAL
9	ÓLEO PARA ULIZAÇÃO EM ASSOALHOS LAMINADOS, DE MADEIRA E PISOS CERÂMICOS, FRASCO COM 100 ML.	FRA	10	Peroba	9,90	99,00
17	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ 50 ML. - C/100 UND. MATERIAL POLIESTIRENO, NÃO TÓXICO. GRAMATURA BNT.	PCT	100	Totalplast	1,65	165,00
21	ESPONJA DE LÃ DE AÇO. - PCT 60GR C/8 UNIDADES, COMPOSIÇÃO AÇO CARBONO.	PCT	150	Bombril	1,35	202,50
23	ESPONJA DE BANHO, COMPOSIÇÃO 100% POLIURETANO DE ESPUMA, PARA CRIANÇA. DE ALTA RESISTÊNCIA	UND	200	Slow	5,00	1.000,00
40	AÇÚCAR BRANCO PURO, REFINADO EM EMBALAGEM APROPRIADA DE 05 KG	PCT	200	Alto alegre	9,77	1.954,00
41	CAFÉ MOIDO PURO 500 gramas EXTRA FORTE (PÓ)	CX	500	Melitta	8,88	4.440,00
	TOTAL				7.860,50	

Parágrafo Primeiro: A empresa deverá fornecer exatamente a marca cotada e vencedora do certame, não será aceito outra marca e nem justificativas de não poder entregar o produto vencedor. A mercadoria será devolvida.

Parágrafo Terceiro: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Nota de Empenho e/ou Autorização de Compras)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 25/03/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada imediatamente após a requisição, será entregue no local da requisição.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 25 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
HELMUT STOLTENBERG - PREFEITO EM EXERCÍCIO  
CONTRATANTE

ISOLANGE CRISPIM SOUZA & CIA LTDA ME  
CONTRATADA

#### **ATA Nº. 18/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2015

VALIDADE: 25/03/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia. A Empresa: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à R PADRE CRISTOVAO ARNAUD, 89 -, Centro, na cidade de ALFREDO WAGNER, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.593.746/0001-26.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS NECESSÁRIOS, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015.

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Descrição Material	Unid.	Quant	Marca	valor unitário	TOTAL
1	ÁGUA SANITARIA 2 LITROS, TEOR DE CLORO ATIVO 2,0% A 2,5% P/P. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO A BASE DE CLORO.	FRA	1000	Sequinel	4,82	4.820,00
2	ALCOOL 92,8% LÍQUIDO, PARA USO DOMÉSTICO, COMPOSIÇÃO A BASE DE ÁLCCOL ETILICO.	LT	800	Flops	5,04	4.032,00
6	DETERGENTE LÍQUIDO FRASCO C/ 1 LITRO, DE ALTO RENDIMENTO GLICERINADO.	FRA	1250	Sequinel	1,58	1.975,00
7	FÓSFORO MASSO COM 10 CX COM 40 UNIDADES (caixinhas)	CAIXA COM 10 CAIXINHAS	80	Fiat lux	3,20	224,00
8	INSETICIDA LÍQUIDO 300 ML.	FRA	70	Mat inset	16,50	1.155,00

10	SABÃO GLICERINADO NEUTRO EM BARRA COM 5 UNIDADES 200 GRAMAS.	PCT	200	Girando sol	7,70	1.540,00
12	SABONETE COM LOÇÃO HIDRATANTE DESENVOLVIDO ESPECIALMENTE PARA PELE SENSÍVEL 80 GR .	UND	300	123 Baby	3,75	1.125,00
14	SAPÓLEO CREMOSO composição: Tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivo, preservante, pigmentos, fragrância e Veículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. Embalagem com 300 ml, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 5 meses.	UND	450	Radium	4,89	2.200,50
16	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 180 ML. - C/100 UND. MATERIAL POLIESTIRENO, NÃO TÓXICO. GRAMATURA BNT.	PCT	400	Coposul	3,02	1.208,00
18	ESCOVÃO DE NYLON DE LAVAR CHÃO COM CABO PLASTIFICADO.	UND	80	Haracen	16,90	1.352,00
19	ESCOVA OVAL GRANDE DE MADEIRA COM NYLON, 16CM X 0,7CM X 0,4CM.	UND	130	Haracen	4,84	629,20
24	LUVA DE BORRACHA NOS TAMANHOS G, M E P. (ZELDOR), ANATÔMICAS DE LATEX NATURAL, PALMA ANTIDERRAPANTE PARA MULTIUSO.	PAR	300	Talge	3,70	1.110,00
27	VASSOURA DE NYLON COM CABO RESISTENTE DE BOA QUALIDADE	UND	220	Noviça	8,48	1.865,60
28	Papel higiênico, sem perfume, 100% fibras naturais, picotado, grofado, macio, folha dupla na cor branca (100% branca), neutro, de primeira qualidade. Pacote com 04 rolos medindo 30mx10cm. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. (Este papel será usado nas creches para bebês, limpeza de nariz entre outros, por isso deverá ser de boa qualidade.)	PCT	800	Fofinho	4,10	3.280,00
30	TOALHAS DE PAPEL DE FOLHA BRANCA, SUPER ABSORVENTE, CONTENDO 2 ROLOS COM 60 TOALHAS CADA DE 22 X 20CM, 100% FIBRAS NATURAIS E ALTA QUALIDADE.	PCT	100	Dálmata	2,97	297,00
31	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS 2 dobras branco c/1000 folhas 22x20,7cm, 100% celulose.	pct	450	Idealle	10,85	4.882,50
37	EMBALAGENS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS PARA ALIMENTOS DE 5 KG (CONGELADOS). BUBINA COM 100 UNIDADES DE 30CM X 40CM. ALTA QUALIDADE.	ROLO	100	Mega mil	4,00	400,00
39	LUSTRA MÓVEIS em frasco com 200 ml. devem constar no rótulo o nº do registro na anvisa/ms, cnpj da empresa, crq do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato. A data de fabricação e o lote impressos na embalagem	UND	80	Pratik	4,80	384,00
	TOTAL					32.479,80

Parágrafo Primeiro: Após autorização de Fornecimento a empresa vencedora terá o prazo de 3 dias úteis para a entrega dos produtos, caso contrario o contrato será cancelado com a Prefeitura.

Parágrafo Segundo: A empresa deverá fornecer exatamente a marca cotada e vencedora do certame, não será aceito outra marca e nem justificativas de não poder entregar o produto vencedor. A mercadoria será devolvida.

Parágrafo Terceiro: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Nota de Empenho e/ou Autorização de Compras)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 25/03/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente

pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, Avenida Jorge Lacerda, 1180 - Vidal Ramos - SC.

a) Após autorização de Fornecimento a empresa vencedora terá o prazo de 3 dias úteis para a entrega dos produtos, caso contrário o contrato será cancelado com a Prefeitura.

b) A empresa deverá fornecer exatamente a marca cotada e vencedora do certame, não será aceito outra marca e nem justificativas de não poder entregar o produto vencedor. A mercadoria será devolvida.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretária.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015, a Prefeitura Municipal

de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado

a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 25 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
HELMUT STOLTENBERG - PREFEITO EM EXERCÍCIO  
CONTRATANTE

IMPEL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME  
CONTRATADA

### **ATA Nº. 19/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 19/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2015

VALIDADE: 02/04/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso para eventual fornecimento de PEÇAS DIVERSAS PARA MANUTENÇÃO, EMPRESA: EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME, CNPJ nº. 05.915.246/0001-07, com sede à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, Centro, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS /SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para EVENTUAL fornecimento de peças de 1ª linha de montagem para reposição em veículos da Educação, Obras e demais secretarias. A entrega será parcelada, de acordo com a necessidade.

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

QNT	DESCRIÇÃO	VALOR (UNT)	TOTAL
50	ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO ORGANICO VERDE	R\$ 30,00	1500,00
50	ABRAÇADEIRA SEM FIM 38X51MM	R\$ 5,00	250,00
30	ABRAÇADEIRA SEM FIM 51X64MM	R\$ 6,00	180,00
50	ABRAÇADEIRA SEM FIM 13X19MM	R\$ 3,00	150,00
50	ABRAÇADEIRA SEM FIM 09X13MM	R\$ 3,00	150,00
20	ADESIVO JUNTAS MOTORES COLA 3M	R\$ 10,00	200,00
18	AMORTECEDOR DT VOLARE	R\$ 190,00	3420,00
15	BUCHA EIXO TR GOL/PARATI/SAVEIRO/VOYAGE	R\$ 25,00	375,00
4	BANDEJA GOL 93	R\$ 65,00	260,00
20	BUCHA ARRANQUE FRENTE FUSCA	R\$ 8,00	160,00
8	BUCHA MOLA TR TRANSIT	R\$ 210,00	1680,00
8	BUCHA MOLA TR TRANSIT	R\$ 190,00	1520,00
6	BIELETA BARRA ESTABILIZADORA TRANSIT	R\$ 230,00	1380,00
10	CARGA GAS	R\$ 135,00	1350,00
6	COXIM MOTOR DT LD LIVINA	R\$ 220,00	1320,00
6	COXIM MOTOR DT LE LIVINA	R\$ 690,00	4140,00
8	COROA E PINHAO KOMBI 05 (7X36)	R\$ 550,00	4400,00
8	CONJUNTO FLANGE MB 1113	R\$ 385,00	3080,00
20	COXIM ESCAPE CAVERINHA	R\$ 7,00	140,00
4	CONJ SILENCIOSO ESCAPE TR GOL GIII 1.0 8V	R\$ 150,00	600,00
10	CORDOALHA 20CM C/TERMINAL C/PONTEIRA	R\$ 18,00	180,00
5	CRUZETA TOYOTA/JEEP	R\$ 50,00	250,00
8	DISCO FREIO DT SOLIDO GOL >93	R\$ 65,00	520,00
6	DISCO FREIO DT PALIO/TIPO/TEMPRA	R\$ 75,00	450,00
8	DISCO FREIO DT VENTILADO GOL 00>	R\$ 75,00	600,00
4	CONJUNTO SINCRONIZADOR 1/2 CAMBIO TOYOTA	R\$ 955,00	3820,00
100	FAIXA REFLETIVA 30X5CM	R\$ 7,00	700,00
3	FILTRO COMBUSTIVEL TOYOTA/HILUX 2.8 97	R\$ 52,00	156,00
20	GRAXA P/JUNTAS HOMOCINETICAS GRAFITADA	R\$ 8,00	160,00
6	GARFO CAMBIO 1/2 MARCHA FUSCA/KOMBI	R\$ 75,00	450,00
6	JUNTA DIFERENCIAL MB	R\$ 28,00	168,00
4	JUNTA REDUÇÃO TOYOTA BANDEIRANTE 4X4	R\$ 20,00	80,00
4	JUNTA CAMBIO TOYOTA BANDEIRANTE 5M	R\$ 23,00	92,00
12	JUNTA DESLIZANTE GOL/PARATI/PASSAT/SAVEIRO	R\$ 120,00	1440,00
12	KIT ROLAMENTO RD TR GOL/PARATI/SAVEIRO/VOYAGE	R\$ 70,00	840,00
6	KIT EMBREAGEM KOMB 1.4 06	R\$ 405,00	2430,00
8	KIT EMBREAGEM (300MM) AGRAL/VW MWM	R\$ 1.390,00	11120,00
4	LUVA CARDAN TOYOTA ESTRIA FINA	R\$ 150,00	600,00
12	MAÇANETA INT LATERAL DUCATO	R\$ 208,00	2496,00
10	OLEO TRANSMISSAO/HIDRAULICO ATF	R\$ 17,00	170,00
10	OLEO FREIO DOT 4	R\$ 18,00	180,00
16	PIVO GOL/PARATI/SAVEIRO GII/GIII DM	R\$ 45,00	720,00
4	PONTEIRA CARDAN TOYOTA ESTRIA FINA	R\$ 135,00	540,00
12	PALHETA 16" 400MM	R\$ 28,00	336,00
12	PALHETA 18" 450MM	R\$ 40,00	480,00
12	PALHETA 28" 707MM	R\$ 65,00	780,00
10	PASTILHA FREIO NISSAN LIVINA	R\$ 140,00	1400,00
16	PASTILHA FREIO DT GOL/PARATI/SAVEIRO >93	R\$ 45,00	720,00



12	PASTILHA FREIO DT GOL/PARATI/SAVEIRO GIV (VENTILADO)	R\$ 70,00	840,00
10	PASTILHA FREIO DT PALIO/SIENA/STRADA 05>09	R\$ 90,00	900,00
6	PASTILHA FREIO F4000/VOLARE	R\$ 110,00	660,00
50	PARAFUSO RODA TR FORD CARGO/VW C/PORCA 22X95MM	R\$ 20,00	1000,00
50	PARAFUSO RODA TR VOLVO	R\$ 19,00	950,00
50	PARAFUSO RODA TR MB	R\$ 18,00	900,00
50	PARAFUSO RODA VOLARE	R\$ 20,00	1000,00
40	PARAFUSO RODA DUCATO/BOXER/JUMPER	R\$ 25,00	1000,00
4	PLANETARIA MB 1313/1318 42 ESTRIAS	R\$ 190,00	760,00
4	ROLAMENTO EIXO PINHAO KOMBI	R\$ 265,00	1060,00
8	ROLAMENTO RD TR EXT MB	R\$ 195,00	1560,00
8	ROLAMENTO RD TR INT MB	R\$ 195,00	1560,00
8	ROLAMENTO RD DT INT FORD/GM/VW	R\$ 170,00	1360,00
12	ROLAMENTO RD DT VOLARE V8	R\$ 175,00	2100,00
8	ROLAMENTO CARDAN VOLARE	R\$ 115,00	920,00
8	ROLAMENTO CARDAN VOLVO	R\$ 185,00	1480,00
6	ROLAMENTO CAIXA MB	R\$ 145,00	870,00
12	ROLAMENTO CARDAN MB	R\$ 123,00	1476,00
8	RETENTOR CUBO RODA DT AGRAL VOLARE	R\$ 43,00	344,00
4	RETENTOR EIXO PILOTO TOYOTA BANDEIRANTE	R\$ 26,00	104,00
4	RETENTOR TR CAMBIO TOYOTA BANDEIRANTE 5M	R\$ 29,00	116,00
12	RETENTOR CUBO RODA TR MB 1313/1513	R\$ 35,00	420,00
4	RETENTOR CUBO RODA TR F4000	R\$ 40,00	160,00
3	RETIFICA MOTOR COMPLETO VOLARE	R\$ 14.500,00	43500,00
6	RESISTENCIA VENTILADOR INT TRANSIT	R\$ 216,00	1296,00
4	RESERVATORIO EXPANSAO TRANSIT	R\$ 270,00	1080,00
8	ROLDANA PORTA TRANSIT	R\$ 310,00	2480,00
2	ROLDANA PORTA TRANSIT	R\$ 635,00	1270,00
8	SILENCIOSO ESCAPE INT GOL 1.0 SPECIAL 98>05	R\$ 115,00	920,00
9	ROLDANA PORTA TRANSIT	R\$ 630,00	5670,00
6	TERMINAL DIREÇÃO LD LIVINA	R\$ 185,00	1110,00
16	TERMINAL DIREÇÃO LD/LE GOL/PARATI/SAVEIRO DH	R\$ 65,00	1040,00
6	TRAVA ARANHA CUBO TR MB	R\$ 10,00	60,00
6	TRAVA ARANHA F350/F4000	R\$ 11,00	66,00
4	TAMPA TORRE CAMBIO TOYOTA	R\$ 40,00	160,00
8	VALVULA AR TIC-TAC	R\$ 85,00	680,00
8	ROLAMENTO TENSOR AUXILIAR VOLARE	R\$ 65,00	520,00
8	CORREIA MV6PK1560	R\$ 83,00	664,00
3	SEMI EIXO DIANTEIRO F4000 4X4	R\$ 2.260,00	6780,00
4	PASTILHA DE FREIO F4000 4X4	R\$ 125,00	500,00
3	CAIXA SATELITE COMPLETA MB	R\$ 1.640,00	4920,00
20	ROLAMENTO PINHAO DT MB	R\$ 172,00	3440,00
20	ROLAMENTO CAIXA SATELITE MB	R\$ 145,00	2900,00
4	BOMBA AGUA MWM	R\$ 395,00	1580,00
20	EMBUCHAMENTO DT COMPLETO MB	R\$ 555,00	11100,00
20	EMBUCHAMENTO DT COMPLETO VOLVO	R\$ 1.290,00	25800,00
10	EMBUCHAMENTO DT COMPLETO VW 17-180/17-210	R\$ 455,00	4550,00
6	EMBUCHAMENTO DT COMPLETO VOLARE	R\$ 265,00	1590,00
2	COROA E PINHAO TOYOTA BANDEIRANTE	R\$ 1.085,00	2170,00
6	COXIM MOTOR MB 1113	R\$ 135,00	810,00
6	CUICA FREIO MB	R\$ 145,00	870,00
10	CUICA FREIO VOLVO	R\$ 390,00	3900,00



10	ROLAMENTO PINHÃO TR MB	R\$ 155,00	1550,00
4	GAIOLA COMANDO DUCATO/BOXER/JUMPER	R\$ 3.423,00	R\$ 13.692,00
4	JUNTA TAMPA VALVULA DUCATO	R\$ 330,00	R\$ 1.320,00
5	FLEXIVEL DT LD AGRAL VOLARE	R\$ 175,00	R\$ 875,00
5	FLEXIVEL DT LE AGRAL VOLARE	R\$ 175,00	R\$ 875,00
TOTAL	R\$ 229.411,00		

A entrega deverá ser feita na Garagem, Rua Santa Cruz, s/n - Vidal Ramos - SC

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 02/04/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, s/n - Vidal Ramos - SC. Prazo de atendimento deverá ser imediato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida

a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### **CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO**

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 02 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
LAERCIO DA CRUZ - PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME  
Edemar Marcelo Petry  
CONTRATADA

#### **ATA Nº. 20/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2015

VALIDADE: 02/04/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 88/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

**DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir

relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS DE CONSERVAÇÃO E MELHORIA DAS SECRETARIAS, ETERNIT, CORRENTE, TANQUE DE CONCRETO, TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015, Empresa: NICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº. 78.525.920/0001-10, com sede à Avenida Jorge Lacerda, nº. 933, Centro, CEP: 88.443-000 - VIDAL RAMOS - SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS DE CONSERVAÇÃO E MELHORIA DAS SECRETARIAS, ETERNIT, CORRENTE, TANQUE DE CONCRETO, TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015.

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR. UNIT	VALOR. TOTAL
1	LONA PRETA 8MT 80KG	1.000 METRO	11,50	11.500,00
2	LONA PRETA 6MT 55KG	800 METRO	5,50	4.400,00
4	TELHA FIBROCIM. 6MM 1,83M SEM AMIANTO	300 UND	30,50	9.150,00
5	TELHA FIBROCIM. 6MM 2,13M SEM AMIANTO	300 UND	36,00	10.800,00
6	TELHA FIBROCIM. 6MM 2,44 SEM AMIANTO	300 UND	39,00	11.700,00
10	TANQUE CIMENTO 70 CM	20 UND	80,00	1.600,00
11	TANQUE CIMENTO 80 CM	20 UND	90,00	1.800,00
13	RIPAS 06X2,6X3MT EUCALIPTO	300 UND	2,70	810,00
			51.760,00	

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega dos produtos constantes nesse Contrato será de 48 horas corridos, a partir da requisição por escrito.

Parágrafo Segundo: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Nota de Empenho e/ou Autorização de Compras)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 02/04/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, nº. 447 - Vidal Ramos - SC. Prazo de atendimento deverá ser imediato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos,

garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as

autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 02 de abril de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
LAERCIO DA CRUZ - PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

NICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Charles Juttel Barni  
CONTRATADA

#### ATA Nº. 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2015

VALIDADE: 02/04/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 14/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

**DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS



DE CONSERVAÇÃO E MELHORIA DAS SECRETARIAS, ETERNIT, CORRENTE, TANQUE DE CONCRETO, TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015, Empresa: DUDA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, CNPJ nº. 20.931.235/0001-04, com sede à R RODOLFO FINK,61, Centro, CEP: 88.443-000 - VIDAL RAMOS - SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS DE CONSERVAÇÃO E MELHORIA DAS SECRETARIAS, ETERNIT, CORRENTE, TANQUE DE CONCRETO, TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR. UNIT	VALOR. TOTAL
3	TELHA FIBROCI. 6MM 1,53M SEM AMIANTO	300 UNID	26,00	7.800,00
7	CORRENTE GALV. 5.00MM	100 KG	14,50	1.450,00
8	CORRENTE GALV 6,5MM 1/4"	100 KG	14,50	1.450,00
9	CORRENTE GALV 8.00MM 5/16	100 KG	14,50	1.450,00
12	TABUAS CAIXARIA 25X2,6X3MT (PINUS)(51PCS/MT3)	30 M³	400,00	12.000,00
14	DEMARCAÇÃO VIARIA AMARELA 18LT utiliza thinner	20 GALÃO	290,00	5.800,00
15	DEMARCAÇÃO VIARIA BRANCA 18LT utiliza thinner	20 GALÃO	290,00	5.800,00
16	THINNER 8000 GOL 18LT	15 GALÃO	150,00	2.250,00
			38.000,00	

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega dos produtos constantes nesse Contrato será de 48 horas corridos, a partir da requisição por escrito.

Parágrafo Segundo: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Nota de Empenho e/ou Autorização de Compras)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 02/04/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2014. Para os serviços de que

trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2014 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, nº. 447 - Vidal Ramos - SC. Prazo de atendimento deverá ser imediato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2014, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto

perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### **CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro

de Preços;

- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO**

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2014 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 02 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
LAERCIO DA CRUZ - PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

DUDA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME  
CONTRATADA

#### **ATA Nº. 22/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 11/2015

VALIDADE: 02/04/2016

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 28/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

**DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de SERVIÇO ESPECIALIZADO COM EQUIPAMENTO APROPRIADO, BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA RECAPAGEM DE PNEUS, VULCANISMO RECAUCHUTAGEM E DUPLAGEM, SENDO DE QUANTIDADE



APURADA POR ESTIMATIVA A SER FORNECIDA DURANTE O EXERCÍCIO, PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS DE ACORDO COM A MANUTENÇÃO DA FROTA. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, Empresa: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP, CNPJ nº. 82.989.096/0001-27, com sede à RUA DUQUE DE CAXIAS 314, BAIRRO CENTRO CEP: 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

SERVIÇO ESPECIALIZADO COM EQUIPAMENTO APROPRIADO, BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA RECAPAGEM DE PNEUS, VULCANISMO RECAUCHUTAGEM E DUPLAGEM, SENDO DE QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA A SER FORNECIDA DURANTE O EXERCÍCIO, PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS DE ACORDO COM A MANUTENÇÃO DA FROTA. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

CLAUSULA SEGUNDA - O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

LOTE 01					
Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	40	UND	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU BORRACHUDO CONVENCIONAL DE CAMINHÃO 900X20	280,00	11.200,00
2	20	UND	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEU BORRACHUDO CONVENCIONAL DE CAMINHÃO 900X20	280,00	5.600,00
3	40	UND	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU BORRACHUDO RADIAL DE CAMINHÃO E ONIBUS 1000X20	300,00	12.000,00
4	20	UND	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU BORRACHUDO CONVENCIONAL DE CAMINHÃO E ONIBUS 1000X20	286,00	5.720,00
5	15	UND	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU RADIAL EXTRA BORRACHUDO DE CAMINHÃO E ONIBUS 1000X20	300,00	4.500,00
6	12	UND	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEU DE MÁQUINA MODELO L2 CONVENCIONAL 17,5X25	910,00	10.920,00
7	18	UND	RECAPAGEM A QUENTE DE PNEU DE MÁQUINA MODELO L2 CONVENCIONAL 1300X24	795,00	14.310,00
8	50	UND	VULCANIZAÇÃO A SER APLICADO EM PNEU A FIM DE RECUPERAR RUPTURAS DE BANDAGEM, TAMANHO P	65,00	3.250,00
9	50	UND	VULCANIZAÇÃO A SER APLICADO EM PNEU A FIM DE RECUPERAR RUPTURAS DE BANDAGEM, TAMANHO M	108,00	5.400,00
10	50	UND	VULCANIZAÇÃO A SER APLICADO EM PNEU A FIM DE RECUPERAR RUPTURAS DE BANDAGEM, TAMANHO G	163,00	8.150,00
11	12	UND	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU RADIAL MISTO 215/75 R14	215,00	2.580,00
12	12	UND	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU RADIAL BORRACHUDO 215/75 R17,5	215,00	2.580,00
13	60	UND	VULCANIZAÇÃO PNEU 215/75R 17,5	90,00	5.400,00
14	30	UND	RECAPAGEM PNEU 215/75 R16	163,00	4.890,00
15	20	UND	RECAPAGEM PNEU 295/80R 22,5 BORRACHUDO	306,00	6.120,00
16	20	UND	RECAPAGEM PNEU 295/80R 22,5 RADIAL EXTRA BORRACHUDO	318,00	6.360,00
17	40	UND	RECAPAGEM PNEU 275/80 R 22,5 BORRACHUDO RADIAL	300,00	12.000,00
18	30	UND	RECAPAGEM 205/75 R16	215,00	6.450,00
19	40	UND	RECAPAGEM PNEU 205/70 R 15 LISO	215,00	8.600,00
20	180	CONS	CONCERTOS INTERNOS P	32,00	5.760,00
21	180	CONS	CONCERTOS INTERNOS M	52,00	9.360,00
22	180	CONS	CONCERTOS INTERNOS G	78,00	14.040,00
23	20	UND	RECAUCHUTAGEM PNEU DIANTEIRO RETRO 12,5/80X18	572,00	11.440,00
24	20	UND	RECAUCHUTAGEM PNEU TRAZEIRO RETRO 19,5X24	910,00	18.200,00
25	10	UND	RECAPAGEM PNEU 750 R16 BORRACHUDO	208,00	2.080,00
26	10	UND	RECAPAGEM PNEU PATROLA 14-00-24	748,00	7.480,00
27	35	UND	CONCERTOS INTERNOS PNEUS DIANTEIRO E TRAZEIRO RETRO	98,00	3.430,00
28	10	UND	DUPLAGEM COM APLICAÇÃO NA FACE INTERNA DE ATÉ 12 CAMADAS DE LONA COM TRAMAS DE NYLON EM PNEU CONVENCIONAL DE MÁQUINA 17,5X25, OBJETIVANDO O REFORÇO DA BANDAGEM.	650,00	6.500,00
29	10	UND	DUPLAGEM COM APLICAÇÃO NA FACE INTERNA DE ATÉ 12 CAMADAS DE LONA COM TRAMAS DE NYLON EM PNEU CONVENCIONAL DE MÁQUINA 1300X24, OBJETIVANDO O REFORÇO DA BANDAGEM.	552,00	5.520,00
30	12	UND	RECAPAGEM PNEU 20.5-25	1680,00	20.160,00
Soma					
TOTAL					240.000,00

Parágrafo Primeiro: Os serviços de recapagem de pneus deverão ser feitos com borracha Classe A, resistente à bitola do pneu e com certificado do INMETRO.

Parágrafo Segundo: A empresa adjudicatária deverá fornecer garantia em relação a defeitos na recapagem pelo prazo mínimo de 90 dias.

Parágrafo Terceiro: A empresa vencedora a cada pedido deverá retirar os pneus na garagem da Prefeitura de Vidal Ramos para prestar o serviço e a mesma após concluir deverá entregar na garagem da Prefeitura.

Parágrafo Quarto: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Nota de Empenho e/ou Autorização de Compras)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

O presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 02/04/2016, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O local de prestação dos serviços será no local de prestação de serviços do FORNECEDOR, e o prazo de prestação dos serviços é imediato.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado

será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para a contratação, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015 e as propostas das empresas vencedoras do certame supra numerado.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 02 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
LAERCIO DA CRUZ - PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP  
CONTRATADA

#### EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO Nº. 18/2015

ASSINATURA: 02/02/2015

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: MAURECI MARCELO VELTER

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA - Os Serviços, objeto do presente contrato, serão prestados a esta Prefeitura pelo contratado, de acordo com o surgimento das necessidades de atuação do profissional, nos processos e rotinas dos atos administrativos, deste poder público contratante. Pelo presente contrato, o contratado obriga-se a comparecer, por própria iniciativa, nos locais em que se fizer necessária a presença do profissional, quando na defesa de questões jurídicas que envolvam a municipalidade.

Será igualmente responsabilidade do contratado prestar assessoramento e emitir pareceres jurídicos, em conformidade com a legislação pertinente aos processos licitatórios e contratuais promovidos pelo contratante.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Pagos conforme o consumo mensal.

Vidal Ramos, 02 de fevereiro de 2015.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 19/2015

ASSINATURA: 05/02/2015

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE VIDAL RAMOS- COPAVIDAL.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.575,80 (quatorze mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos) Divididos em parcelas mensais.

Vidal Ramos, 05 de fevereiro de 2015.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 20/2015

ASSINATURA: 05/02/2015

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: CESO DE SOUZA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.097,20 (seis mil e noventa e sete reais e vinte centavos).

Vidal Ramos, 05 de fevereiro de 2015.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 21/2015

ASSINATURA: 02/04/2015

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: MAESTRI COMERCIO DE SUCATAS LTDA

OBJETO: O objeto do presente contrato é DE MATERIAIS RECI-CLÁVEIS PRESENTES E FUTUROS PROCEDENTES DE UM PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS DOMICILIARES

VALOR DA DESPESA: R\$ PAGAMENTO FEITO PARA A PREFEITURA CONFORME A VENDA MENSAL DE MATERIAL RECICLÁVEL.

Vidal Ramos, 02 DE ABRIL DE 2015.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 22/2015  
ASSINATURA: 30/04/2015  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: ALMIRO RENGEL MEI  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuos mensais de montagem de Boletins semanais para divulgação na programação da emissora de Rádio Sintonia  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais) divididos em parcelas mensais de R\$ 780,00(setecentos e oitenta reais) mensais

Vidal Ramos, 30 de abril de 2015.  
LAÉRCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 23/2015  
ASSINATURA: 04/05/2015  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: CONECTE MIDIA LTDA ME  
OBJETO: Contratação de Serviços de Comunicação Social para o Município de Vidal Ramos, através de informativos eletrônicos semanais. Informativo impresso mensal contando com 8 páginas no formato tabloide em papel jornal em 2000 exemplares. A empresa deverá disponibilizar um jornalista especializado para atendimento via internet e/ou telefone nos horários de expediente da Prefeitura Municipal, e para fazer visitas técnicas de 04 horas semanais na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos e quando solicitado pelo Departamento de Imprensa Municipal ou pela Secretaria Municipal de Administração.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) divididos em parcelas mensais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais, com vencimento até o segundo dia de cada mês, sendo a primeira vincenda no dia 30 de maio de 2015.

Vidal Ramos, 04 de maio de 2015.  
LAÉRCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 11.979/15

DECRETO Nº 11.979/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDRE FELIPE CARRER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### DECRETO Nº 11.980/15

DECRETO Nº 11.980/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, CARLOS ANTONIO GUSI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.



Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.983/15**

DECRETO Nº 11.983/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIDEMAR ALESANDRO BORGES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.987/15**

DECRETO Nº 11.987/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MAIARA CAGLIARI CEMIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.992/15**

DECRETO Nº 11.992/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.581/15

.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7647/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.581/15, que nomeou ROSEMERI TRAGANCIN GUSATTO DA SILVA, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.993/15**

DECRETO Nº 11.993/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.627/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7476/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.627/15, que nomeou SERGIO BRAZ IURKEVICZ, para exercer o cargo de Borracheiro, criado pela Lei Complementar nº 118/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.994/15**

DECRETO Nº 11.994/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Borracheiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIMAR PELLIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Borracheiro, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.995/15**

DECRETO Nº 11.995/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DAYANA GOMES DE CAMPOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.996/15**

DECRETO Nº 11.996/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.850/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7455/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.850/15, que nomeou DELIRES PIRAN, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.997/15**

DECRETO Nº 11.997/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA SCHEILA GABRIELI ZORNITTA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.



VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.998/15**

DECRETO Nº 11.998/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.693/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7310/2015,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.693/15, que nomeou LUANA REGINA CONTE FAVERO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.000/15**

DECRETO Nº 12.000/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.634/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7307/2015,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.634/15, que nomeou JOANITO LIRA, para exercer o cargo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.001/15**

DECRETO Nº 12.001/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, RICARDO GAEDKE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.002/15**

DECRETO Nº 12.002/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.544/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7309/2015,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.544/15, que nomeou INAIARA SARACENI DE ANDRADE, para exercer o cargo de As-trônomo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.003/15**

DECRETO Nº 12.003/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.914/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7675/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.914/15, que nomeou LUANA FERNANDES, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.004/15**

DECRETO Nº 12.004/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RAQUEL FAUSTINO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.006/15**

DECRETO Nº 12.006/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSIANE DE SOUZA BORGES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.008/15**

DECRETO Nº 12.008/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, STHEPHANIE CONCEIÇÃO DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.013/15**

DECRETO Nº 12.013/15, DE 07 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Assessor do Programa Bolsa Família.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, VIVIAN BRINIAK MOREIRA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Programa Bolsa Família, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2015.

Videira, 07 de maio de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.014/15**

DECRETO Nº 12.014/15, DE 07 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Chefe do CREAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, JOCIANE OLIVEIRA DUTRA, para exercer o cargo comissionado de Chefe do CREAS, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Videira, 07 de maio de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.015/15**

DECRETO Nº 12.015/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, JOSIANE GHELLER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0344/15**

PORTARIA nº 0344/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Secretário de Administração, datada de 13/04/15,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, o gozo de férias da servidora LEACIR FÁTIMA BOLZON DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 16 de abril de 2014 até 15 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Videira, 07 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0345/15**

PORTARIA nº 0345/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando da Secretária de Administração,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, o gozo de férias do servidor LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, referente ao período aquisitivo de 30 de maio de 2013 a 29 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Videira, 07 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0349/15**

PORTARIA nº 0349/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7594/2015,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor VALDIR DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, de 01 de julho de 2015 até 01 de outubro de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

Videira, 08 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0350/15**

PORTARIA nº 0350/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6424/2015,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MAYSA REBELATTO, Agente Administrativo II, de 03 de agosto de 2015 até 03 de novembro de 2015, referente ao quinquênio de 10 de maio de 2006 até 09 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2015.

Videira, 08 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0351/15**

PORTARIA nº 0351/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Memorando do Departamento Pessoal nº 046/15, datado de 07 de maio de 2015;

**RESOLVE**

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora MARIA EORELIA RISSARDI PIROLI, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 04 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Videira, 08 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0352/15**

PORTARIA Nº 0352/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00026/15-0, nos assentos funcionais da servidora SILVANA DOS SANTOS PEREIRA SPANHOLI, detentora da matrícula funcional nº 1258, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 7679/2015,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora SILVANA DOS SANTOS PEREIRA SPANHOLI, detentora da matrícula nº 1258 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00026/15-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0353/15**

PORTARIA nº 0353/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 7712/2015,

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pelas Sras. Agueda Maurien do Amarante e Eliane Scur Padilha, no dia 10 de setembro de 2015, das 18h00min as 23h00min, a fim de realizarem uma exposição fotográfica.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0354/15**

PORTARIA nº 0354/15

Nomeia Comissão de Coordenação e Fiscalização para a Realização do Processo Seletivo nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem a Comissão de Coordenação e Fiscalização de todos os atos inerentes ao Processo Seletivo nº 001/2015:

- I - Dinilso Gaio;
- II - Josiane Pereira dos Santos;
- III - Letícia Fumagalli da Silva Béz;
- IV - Ricardo Buratto;
- V - Rosani Luiza Schneider.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



**PORTARIA Nº 0355/15**

PORTARIA nº 0355/15

Nomeia Comissão de Coordenação e Fiscalização para a Realização do Processo Seletivo nº 002/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem a Comissão de Coordenação e Fiscalização de todos os atos inerentes ao Processo Seletivo nº 002/2015:

I - Ana Paula Rodrigues Alves Palmeira;

II - Everton Turke;

III - Letícia Fumagalli da Silva Béz;

IV - Ricardo Buratto;

V - Rosani Luiza Schneider.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0356/15**

PORTARIA nº 0356/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7682/15,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, o gozo de férias da servidora NEIVA IZABEL PINCOLIN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 16 de maio de 2013 até 15 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0357/15**

PORTARIA nº 0357/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7681/15,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, o gozo de férias do servidor VALDECIR RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2014 até 28 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0358/15**

PORTARIA nº 0358/15

Designa Servidora para substituir Membro da Comissão de Processo Disciplinar nomeada pela Portaria nº 0250/15, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a solicitação da presidente da comissão de sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar a servidora CARISE APARECIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA SILVA, para exercer as funções de Membro da Comissão de Processo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 0250/15, em substituição a servidora NEUSA DE FÁTIMA DA SILVA DELAZZARI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 62/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS E CAIXAS DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE AGRICULTURA) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 25/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 08 de Maio 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 63/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DOOSAN DX 140 LC, FROTA 219, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 25/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 08 de Maio 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 64/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO 4º ENCONTRO DE CARROS ANTIGOS E CLÁSSICOS DE VIDEIRA, NO DIA 14 DE JULHO DE 2015, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 22/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 08 de Maio 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Vitor Meireles****PREFEITURA****PORTARIA Nº 084/2015**

PORTARIANº 084/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GREGORI MATHIAS SOARES

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.M. Serra da Abelha, com o 4º ano, no período matutino, em substituição à servidora MARILEUSA SCHMITT, afastada para tratamento de saúde, a partir do dia 11 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de maio de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE MAIO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**PORTARIA Nº 085/2015**

PORTARIANº 085/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: JANAÍNA PRISCILA DAROLT FRANCISCO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 054/2015, de 12 de março de 2015, passando de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 07 de maio de 2015. A ampliação de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pela substituição à servidora MARILEUSA SCHMITT, afastada para tratamento de saúde até 21 de maio de 2015, podendo ser prorrogado automaticamente conforme o período de afastamento da servidora.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de maio de 2015, condicionada a sua validade

à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE MAIO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 086/2015**

PORTARIANº 086/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ELAINE CRISTINA BENINCA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 035/2015, de 09 de fevereiro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 04 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE MAIO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 087/2015**

PORTARIANº 087/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARILEUSA SCHMITT

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por

30 dias, pelo período de 07/05/2015 a 26/05/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de maio de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 07 DE MAIO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### **PORTARIA Nº 088/2015**

PORTARIANº 088/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARLENE BEATRIZ BERKENBROCK

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 078/2015, de 28 de abril de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 06 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de maio de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE MAIO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Associações

### AMMVI

#### EDITAL Nº 01/2015

EDITAL nº 01/2015

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AMMVI torna pública a abertura de Processo Seletivo Simplificado, destinado a classificação de candidatos habilitados a integrar CADASTRO PARA RECRUTAMENTO, no emprego de Auxiliar de Contabilidade ou na função de Estagiário(a), em atendimento a necessidade de recursos humanos, conforme segue:

DAS VAGAS, DA DENOMINAÇÃO, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

Nº de Vagas	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário Mensal (*)	Habilitações Mínimas
01	Auxiliar de Contabilidade	40 hs/s	R\$ 1.753,15	Nível Médio completo + CNH.

(\*) acrescido de R\$ 294,40 mensais de Auxílio-Alimentação, se não apresentar faltas durante o mês.

Programa de Estágio	Carga Horária Semanal	Bolsa Estágio Mensal (*)	Habilitações Mínimas
Estagiário(a)	20 hs/s	R\$ 592,14	Cursando ensino superior em Direito, Administração, Ciências Contábeis, Engenharia/Arquitetura, Jornalismo ou Ciências da Computação/Sistemas de Informação – 3º semestre em diante.
Estagiário(a)	20 hs/s	R\$ 527,60	Cursando educação profissional de nível técnico em Tecnologia da Informação (conhecimentos básicos de programação PHP ou Java), Administração ou Contabilidade.

(\*) acrescido de Auxílio-Alimentação mensal correspondente a R\$ 7,36 (sete reais e trinta e seis centavos) por hora/semanal de estágio, se não apresentar faltas durante o mês.

#### DA INSCRIÇÃO:

No período de 12 a 20 de Maio de 2015, diretamente na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro da Velha, cidade de Blumenau - SC, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 hs.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS:

Informações relativas ao Processo Seletivo serão prestadas no local e endereço acima ou pelo Fone (47) 3331-5817. A integral do Edital encontra-se a disposição no site da AMMVI, em [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br).

Blumenau, SC, em 08 de Maio de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS JOSÉ RAFAEL CORREA  
Presidente da AMMVI Secretário Executivo

## Consórcios

### ARIS

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 019/2015 INEXIGIBILIDADE Nº 006/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 19/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 06/2015

OBJETO: Assinatura anual do jornal Diário Catarinense

CONTRATADO: RBS ADM e Cobranças Ltda.

CNPJ nº 94.995.693/0001-43.

VALOR: R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 24 de abril de 2015.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 020/2015 INEXIGIBILIDADE Nº 007/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 020/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 007/2015

OBJETO: Aquisição de inscrições para o evento "28º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental", a ser realizado entre os dias 04 e 08 de outubro de 2015.

CONTRATADO: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES

CNPJ nº 33.945.015/0001-81

VALOR: R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 05 de maio de 2015.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

### CIMVI

#### RESOLUÇÃO Nº 124 DE 29 DE ABRIL DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 124, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o pagamento de despesas de locomoção e estadia a membro do Conselho Intermunicipal de Turismo para representar o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI no 14º Encontro Nacional de Cicloturismo e Aventura.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, e Considerando-se a necessidade de participação do CIMVI no 14º Encontro Nacional de Cicloturismo e Aventura, nos dias 04 a 07 de junho de 2015, na Cidade de Campos do Jordão - SP; Considerando-se a realização de debate naquele evento, com a presença de representante do CIMVI, sobre os Circuitos de Cicloturismo em Santa Catarina; Considerando-se a importância técnica de manter representante do CIMVI nas palestras, debates e demais atividades do Encontro,

bem como pelo aproveitamento do potencial de divulgação, a nível nacional, do Circuito Vale Europeu;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento de despesas com passagens aéreas e estadia a membro do Conselho Intermunicipal de Turismo do Consórcio Público, para representação do CIMVI no 14º Encontro Nacional de Cicloturismo e Aventura, nos dias 04 a 07 de junho de 2015, na cidade de Campos do Jordão - SP.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes desta Resolução correrão a conta das dotações próprias do Orçamento Programa 2015 do CIMVI.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 29 de abril de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente do CIMVI

### CIS/AMARP

#### EXTRATO CONTRATO 78 2015

##### EXTRATO DE CONTRATO 78/ 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, CNPJ 17.757.127/0001-52, situada na Avenida João Marques Vieira, 975 - Fraiburgo - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flávio José Martins, CPF 133.199.739-91. Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Eletivas Especializadas e mutirão de cirurgias eletivas nas especialidades de cirurgia geral e ginecologia.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 78/2015.

Prazos: inicia-se em 29 de Abril de 2015, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 29/04/2015

Signatários: Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto contratante e Flávio José Martins contratado.

#### RESOLUÇÃO 08 2015 CPL

Resolução nº. 08/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

#### RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, CNPJ 17.757.127/0001-52, situada na Avenida João Marques Vieira, 975 - Fraiburgo - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flávio José Martins, CPF 133.199.739-91 em conformidade com o edital 01/2015 para Credenciamento de procedimentos em:

Procedimentos	CÓDIGO	Valor
Consulta pré-cirúrgica	(*) 90336	60,00
Consulta pós-cirúrgica	(*) 90140	60,00
EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	401020088	280,00
EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO	401020100	280,00
HEMORROIDECTOMIA	407020284	280,00
COLECISTECTOMIA	407030026	280,00
HERNIOPLASTIA DIAFRAGMÁTICA (VIA ABDOMINAL)	407040048	280,00
HERNIOPLASTIA DIAFRAGMÁTICA (VIA TORÁCICA)	407040056	280,00
HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	407040064	280,00
HERNIOPLASTIA INCISIONAL	407040080	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	407040099	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	407040102	280,00
HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE	407040110	280,00
HERNIOPLASTIA UMBILICAL	407040129	280,00
HERNIORRAFIA S/ RESSECÇÃO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA)	407040145	280,00
LAPAROTOMIA EXPLORADORA	407040161	280,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BEXIGA NEUROGENICA	409010413	380,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTOCÉLE	409010430	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AMPUTACÃO DE COLO	409060020	380,00
CURETAGEM SEMIÓTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO ÚTERO	409060046	380,00
HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)	409060100	380,00
HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL	409060119	380,00
HISTERECTOMIA SUBTOTAL	409060127	380,00
HISTERECTOMIA TOTAL	409060135	380,00
LAQUEADURA TUBÁRIA	409060186	380,00
MIOMECTOMIA	409060194	380,00
OOFERECTOMIA / OOFOROPLASTIA	409060216	380,00
SALPINGOPLASTIA	409060259	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR	409070068	380,00
COLPOPLASTIA ANTERIOR	409070084	380,00
EXERESE DE CISTO VAGINAL	409070149	380,00

#### (\*) CÓDIGO CIS/AMARP

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 29 de Abril de 2015.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP



**RESOLUÇÃO 19 2015**

Resolução nº 19/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de consultas eletivas e mutirão de cirurgias eletivas em cirurgia geral e ginecologia, a seguir:

ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, CNPJ 17.757.127/0001-52, situada na Avenida João Marques Vieira, 975 - Fraiburgo - SC, em conformidade com o edital 01/2015, Termo de credenciamento 78/2015.

Procedimentos	CÓDIGO	Valor
Consulta pré-cirúrgica	(*) 90336	60,00
Consulta pós-cirúrgica	(*) 90140	60,00
EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	401020088	280,00
EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTANEO	401020100	280,00
HEMORROIDECTOMIA	407020284	280,00
COLECISTECTOMIA	407030026	280,00
HERNIOPLASTIA DIAFRAGMÁTICA (VIA ABDOMINAL)	407040048	280,00
HERNIOPLASTIA DIAFRAGMÁTICA (VIA TORÁCICA)	407040056	280,00
HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	407040064	280,00
HERNIOPLASTIA INCISIONAL	407040080	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	407040099	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	407040102	280,00
HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE	407040110	280,00
HERNIOPLASTIA UMBILICAL	407040129	280,00
HERNIOPLASTIA S/ RESSECÇÃO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA )	407040145	280,00
LAPAROTOMIA EXPLORADORA	407040161	280,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BEXIGA NEUROGENICA	409010413	380,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTOCELE	409010430	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AMPUTACÃO DE COLO	409060020	380,00
CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO ÚTERO	409060046	380,00
HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)	409060100	380,00
HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL	409060119	380,00
HISTERECTOMIA SUBTOTAL	409060127	380,00
HISTERECTOMIA TOTAL	409060135	380,00
LAQUEADURA TUBÁRIA	409060186	380,00
MIOMECTOMIA	409060194	380,00
OOFERECTOMIA / OOFOROPLASTIA	409060216	380,00
SALPINGOPLASTIA	409060259	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR	409070068	380,00
COLPOPLASTIA ANTERIOR	409070084	380,00
EXERESE DE CISTO VAGINAL	409070149	380,00

(\*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29 de abril de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 29 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

**CIS/AMURES****OFÍCIO DE CONVOCAÇÃO EMPREGO PÚBLICO  
MARGARIDA FOGAÇA**

Of. Nº 84 / 2015

Lages, 08 de Maio de 2015.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Concurso Público edital nº 01/2014, para contratação de pessoal para desempenhar função de Auxiliar de Serviços Gerais, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 22 (vinte e dois) de Agosto de 2014, V.Sª, foi classificada em 3º (terceiro) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga até o próximo dia 18 de Maio de 2015, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Edelvânio Topanoti, no seguinte endereço: Rua João de Castro, 367 - Centro - CEP 88.501-160, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO  
Diret. Exec. CIS/AMURESIlma Sra.  
MARGARIDA DE SOUZA FOGAÇA  
Rua João Claudio Farinhas, nº 650 - lado  
Bairro Caroba  
CEP 88.516-040  
Lages - SC**ANEXO I****RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:**

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade, conforme consta no respectivo edital do Concurso Público.

- 1)- Carteira de trabalho.
- 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.
- 3)- Certificado de reservista.
- 4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.
- 5)- Comprovante de PIS/PASEP.
- 6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.
- 7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06

(seis) anos.

8)- Comprovante de endereço.

9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)

10)- Registro no conselho de classe competente.

11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.

12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.

13)- 2 (duas) fotos 3X4.

14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na+; K+; citologia oncológica (para mulheres).

15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.

16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.

17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica - declarada por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.

18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.

Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

**CVC****EDITAL DO PREGÃO ELETÔNICO Nº 0001/2015**CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 0003/2015 - CVC

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2015 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002/2015 - CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MAURI JOSÉ ZUCCO, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Coronel Freitas, Formosa do Sul, e União do Oeste.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 12/05/2015 até às 08:30 horas do dia 22/05/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 às 12:00 horas do dia 22/05/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 22/05/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)



LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas - SC.

Pregoeiro(a): Edir Antonio Bagio

E-mail: [compras@consorciocvc.sc.gov.br](mailto:compras@consorciocvc.sc.gov.br)

Telefone: (49) 3347-0819

As condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, as quais encontram-se disponível no site do CVC ([www.consorciocvc.sc.gov.br](http://www.consorciocvc.sc.gov.br)), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

## 1 DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Municípios de Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Coronel Freitas, Formosa do Sul e União do Oeste, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	Unidade	DESCRIÇÃO	Item Edital de Chamamento
1	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	PN 0002
2	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	PN 0006
3	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	PN 0007
4	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	PN 0008
5	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	PN 0009
6	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	PN 0010
7	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	PN 0011
8	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	PN 0015
9	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	PN 0016
10	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	PN 0018
11	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO	PN 0019
12	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRICOLA	PN 0020
13	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	PN 0025
14	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	PN 0026
15	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	PN 0027
16	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	PN 0028
17	1	Unidade	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0032
18	1	Unidade	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0033
19	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0036
20	1	Unidade	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0039
21	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0043
22	1	Unidade	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0045
23	1	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0046
24	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0047
25	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0048
26	1	Unidade	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0049

27	1	Unidade	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0050
28	1	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0051
29	1	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0052
30	1	Unidade	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0056
31	1	Unidade	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0057
32	1	Unidade	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0058
33	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0059
34	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0061
35	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0065
36	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0066
37	1	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0067
38	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0068
39	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0069
40	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0070
41	1	Unidade	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0083
42	1	Unidade	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0087
43	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0092
44	1	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0108
45	1	Unidade	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0110
46	1	Unidade	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0111
47	1	Unidade	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0112
48	1	Unidade	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0113
49	1	Unidade	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0114
50	1	Unidade	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0116
51	1	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0117
52	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0119

53	1	Unidade	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0122
54	1	Unidade	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0123
55	1	Unidade	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0125
56	1	Unidade	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0126
57	1	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0127
58	1	Unidade	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0130
59	1	Unidade	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0133
60	1	Unidade	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	PN 0134
61	1	Unidade	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PN 0137
62	1	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0140
63	1	Unidade	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PN 0142
64	1	Unidade	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0143
65	1	Unidade	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRASEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0144
66	1	Unidade	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	PN 0152
67	1	Unidade	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	PN 0158
68	1	Unidade	PROTETOR 1000 – 20	PN 0160
69	1	Unidade	PROTETOR 1400 – 24	PN 0162
70	1	Unidade	PROTETOR 900- 20	PN 0164

1.2 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de junho à 30 de setembro de 2015.

1.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

1.3.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

1.4 - A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

## 2 DO EDITAL DE CHAMAMENTO/ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 - Somente poderão ser ofertadas pelas licitantes as marcas/modelos que possuírem Atestados de Aprovação emitidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC devidamente publicados até a data anterior a abertura do certame conforme Edital de Chamamento nº 0001/2015 de 26 de março de 2015 e complementares.

2.2 - AS PROPONENTES INTERESSADAS PODERÃO CONSULTAR AS MARCAS/MODELOS JÁ APROVADAS NO SITE DO Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: [WWW.CONSORCIOVCV.SC.GOV.BR](http://WWW.CONSORCIOVCV.SC.GOV.BR) PARA A FORMULAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.

2.3 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3.1 - A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.3.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.3.3 - Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.4 - O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.4 - Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.4.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

### 3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

### 4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

### 5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

### 6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

6.3 - É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4 - Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

6.6 - O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à empresa associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO VII);

b) Ficha técnica descritiva, ANEXO VIII, com todas as especificações

do produto objeto da licitação em conformidade com o item do total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes, Sob nenhuma hipótese será admitida a substituição da ficha técnica adicionada, nem mesmo antes do início da disputa de lances.

6.7 - A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo VIII, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

### 7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

### CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

7.3 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

7.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal



pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

#### PARTICIPAÇÃO

7.8 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

#### ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.10 - A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.11 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.12 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.13 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 - Fica a critério do pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

7.16 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.17 - No caso de desconexão com o Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.18 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.19 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente

determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

#### FECHAMENTO RANDÔMICO

7.20 - Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.21 - Facultativamente, o Pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.22 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.23 - POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC  
AV. SANTA CATARINA, Nº 1022, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC  
(CEP 89.840-000) Pregoeiro(a): Edir Antonio Bagio Telefone/Fax:  
(49) 3347 -0819 SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.24 - A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.23.

7.25 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.26 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.27 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.28 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.29 - Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não

atinga o valor de referência definido pela administração pública.

## 8 PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. (MODELO DO ANEXO VIII) O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2 - No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS E MODELOS, PREÇOS UNITÁRIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. A não inserção de arquivos eletrônicos, bem como PROPOSTA ELETRÔNICA, PROPOSTA EM DESACORDO COM EDITAL ou informações contendo as especificações, marcas/modelos dos serviços e/ou produtos nos campos solicitados, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

8.2.1 - Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.3 - SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA/MODELO (quando necessários) E AQUELAS QUE ESTIVEREM EM DESACORDO COM AS MARCAS/MODELOS DOS EDITAIS DE CHAMAMENTO 0001/2015 E COMPLEMENTARES.

8.3.1 - O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.4 - A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.5 - Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO VIII) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

8.6 - As propostas deverão ser formuladas em formato texto (Word), planilha (Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP - Office Premium 2000. As propostas cadastradas e que não puderem ser "abertas" pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP - Office Premium 2000 e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

## 9 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1 - A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro(a), a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.23, deste Edital.

NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

a) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

c) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

d) O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

f) conter discriminado o prazo de validade da Ata de 01 de junho a 30 de setembro de 2015;

g) conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;

h) Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;

i) Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

j) Dados Bancários conforme ANEXO II;

9.2 - Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

9.3 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 10 GARANTIA

10.1 - As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

## 11 DA HABILITAÇÃO

11.1 - TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.23, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015 - CVC  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

b) Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).



Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando condição.

d) A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:  
Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,  
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- f) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- i) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- j) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

11.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 4 (quatro) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

11.3.1 - A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio.

- Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);
- Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

11.5 - Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão

aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "protocolo" de documento necessário à habilitação.

11.5.1 - Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

## 12 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "on line", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

## 13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

## 14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1 - Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2 - Caberá ao Pregoeiro(a) decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3 - Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1 - As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 01 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2015.

15.1.1 - Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão

Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital, Anexo VI) no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.3 - A ata de registro de preços, deverá ser assinada por certificação digital.

15.4 - O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5 - Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7 - A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 - Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

## 17 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1 - Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

17.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), No ITEM sendo submetido este resultado ao Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou,

nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

## 18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III - convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:
  - a) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
  - b) manter o valor de sua proposta classificada;
  - c) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.
- III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - tiver presentes razões de interesse público;
- V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI - for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- VII - não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2 - O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por

fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

## 20 DA DOTAÇÃO

20.1 - As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2015 e seguintes.

20.1.1 - O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## 21 DO PAGAMENTO

21.1 - O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

21.1.1 - O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## 22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2 - A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3 - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1 - Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3 - As contratações adicionais a que se refere este artigo, não

poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI)

22.3.4 - Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Item 3, Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6 - Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7 - O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8 - O Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3347-0819, ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9 - Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10 - O Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 006 de 07 de abril de 2015.

22.11 - São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I - Modelo de Proposta de Preços;
- b) ANEXO II - Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- e) ANEXO V - Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- f) ANEXO VI - Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- g) ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- h) ANEXO VIII - Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- i) ANEXO IX - Modelo de Proposta Eletrônica.

Coronel Freitas - SC, 07 de maio de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente.

## ANEXO I

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

#### 2 - PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

#### 3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

#### VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

#### PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 9.1 letra "f": de 01 de junho à 30 de setembro de 2015.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS**

De acordo com o especificado no Item 2.3, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**LOCAL E DATA****NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA****4 - OBJETO DA PROPOSTA:**

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
			CONTINUA....			

Local e Data

Assinatura do representante Carimbo da empresa

**ANEXO II****1. DADOS BANCÁRIOS:**

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

**3. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preços", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº , sediada em (ENDEREÇO COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS - Se for Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

Local e Data



Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante da empresa

## ANEXO V

## 1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 1022	14.688.861/0001-19	MAURI JOSE ZUCCO

## 2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Águas de Chapecó	Rua Porto União, 968, Centro	82.804.212/0001-96	André Max Tormen
Caxambu do Sul	Rua Índio Condá, 55, Centro	83.021.816/0001-29	Vilmar Foppa
Coronel Freitas	Av. Santa Catarina, 1022, Centro	83.021.824/0001-75	Mauri José Zucco
Formosa do Sul	Rua Antonio Cella, 173, Centro	80.637.424/0001-09	Jorge Antônio Comunello
União do Oeste	Av. São Luiz, 531, Centro	78.505.591/0001-46	Everaldo Luis Casonatto

## ANEXO VI

## ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 82.804.212/0001-96, com sede na RUA PORTO UNIÃO, 968 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS DE CHAPECÓ -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, ANDRÉ MAX TORMEN:

Item/Quantidade: 43/8,00; 46/4,00; 47/4,00; 52/4,00; 57/2,00; 58/4,00; 59/4,00; 61/4,00; 116/4,00; 117/2,00; 122/2,00; 133/4,00; 140/2,00

2 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 83.021.816/0001-29, com sede na RUA ÍNDIO CONDÁ, 55 - CENTRO, na cidade de CAXAMBU DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, VILMAR FOPPA:

Item/Quantidade: 11/8,00; 33/8,00; 36/6,00; 50/24,00; 51/16,00; 56/8,00; 57/8,00; 87/16,00; 117/8,00; 143/4,00

3 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, MAURI JOSÉ ZUCCO:

Item/Quantidade: 2/30,00; 6/2,00; 7/4,00; 8/6,00; 11/30,00; 15/2,00; 16/2,00; 18/6,00; 25/6,00; 26/6,00; 28/6,00; 33/4,00; 36/2,00; 46/20,00; 48/10,00; 49/4,00; 50/44,00; 52/8,00; 56/6,00; 57/24,00; 65/4,00; 66/4,00; 67/10,00; 69/16,00; 92/4,00; 116/2,00; 117/16,00; 133/2,00; 134/2,00; 140/6,00; 142/4,00; 143/16,00; 144/6,00; 152/1,00; 158/1,00

4 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na RUA ANTONIO CELLA, 173 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, JORGE ANTÔNIO COMUNELLO:

Item/Quantidade: 2/30,00; 6/2,00; 7/2,00; 8/4,00; 9/2,00; 10/2,00; 11/4,00; 16/2,00; 18/2,00; 19/4,00; 20/2,00; 25/4,00; 27/10,00; 32/4,00; 36/8,00; 49/4,00; 50/16,00; 52/12,00; 56/8,00; 57/8,00; 66/4,00; 68/10,00; 69/40,00; 70/10,00; 110/2,00; 111/2,00; 113/4,00; 114/2,00; 116/2,00; 117/6,00; 122/8,00; 123/6,00; 125/2,00; 126/4,00; 127/2,00; 130/2,00; 133/4,00; 137/2,00; 140/4,00; 160/20,00; 162/6,00; 164/10,00



5 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, com sede na AV. SÃO LUIZ,531 - CENTRO, na cidade de UNIÃO DO OESTE-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, EVERALDO LUIS CASONATTO :

Item/Quantidade: 39/16,00; 45/8,00; 46/25,00; 50/30,00; 51/10,00; 52/8,00; 57/12,00; 59/12,00; 83/10,00; 108/30,00; 110/8,00; 111/4,00; 112/2,00; 113/6,00; 114/2,00; 116/2,00; 119/12,00; 122/10,00; 125/2,00; 126/2,00; 127/6,00; 137/4,00; 143/6,00

6 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	Unidade	DESCRIÇÃO	Item Edital de Chamamento
1	60	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	PN 0002
2	4	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	PN 0006
3	6	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	PN 0007
4	10	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	PN 0008
5	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	PN 0009
6	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	PN 0010
7	42	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	PN 0011
8	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	PN 0015
9	4	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	PN 0016
10	8	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	PN 0018
11	4	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO	PN 0019
12	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRICOLA	PN 0020
13	10	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	PN 0025
14	6	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	PN 0026
15	10	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	PN 0027
16	6	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	PN 0028
17	4	Unidade	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0032
18	12	Unidade	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0033
19	16	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0036
20	16	Unidade	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0039
21	8	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0043
22	8	Unidade	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0045
23	49	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0046
24	4	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0047
25	10	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0048
26	8	Unidade	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0049
27	114	Unidade	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0050
28	26	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0051
29	32	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0052
30	22	Unidade	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0056

31	54	Unidade	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0057
32	4	Unidade	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0058
33	16	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0059
34	4	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0061
35	4	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0065
36	8	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0066
37	10	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0067
38	10	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0068
39	56	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0069
40	10	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0070
41	10	Unidade	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0083
42	16	Unidade	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0087
43	4	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0092
44	30	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0108
45	10	Unidade	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0110
46	6	Unidade	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0111
47	2	Unidade	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0112
48	10	Unidade	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0113
49	4	Unidade	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0114
50	10	Unidade	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0116
51	32	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0117
52	12	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0119
53	20	Unidade	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0122
54	6	Unidade	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0123
55	4	Unidade	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0125
56	6	Unidade	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0126
57	8	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0127

58	2	Unidade	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0130
59	10	Unidade	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0133
60	2	Unidade	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	PN 0134
61	6	Unidade	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PN 0137
62	12	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0140
63	4	Unidade	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PN 0142
64	26	Unidade	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0143
65	6	Unidade	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0144
66	1	Unidade	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	PN 0152
67	1	Unidade	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	PN 0158
68	20	Unidade	PROTETOR 1000 - 20	PN 0160
69	6	Unidade	PROTETOR 1400 - 24	PN 0162
70	10	Unidade	PROTETOR 900- 20	PN 0164

## ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 003/2015 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL- CVC  
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015 - CVC  
 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015 - CVC

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

Aos dias do mês de do ano de , presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. Mauri José Zucco, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO ... .., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ....., inscrito no CNPJ sob nº ....., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .... doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: ....., durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 - A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 - Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 - O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 - Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 - O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 - Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC;
- acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- advertência;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:
- manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- manter o valor de sua proposta classificada;
- realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.
- liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 - O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e seguintes.

10.2 - O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 003/2015 - Consorcio CVC, Pregão Eletrônico nº 001/2015 - Consorcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2015 - Consorcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de junho à 30 de setembro de 2015.

12.2 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 - A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consorcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de

fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 - Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 - As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI do Edital de Licitação)

13.5.4 - Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (item 3, Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
..	..	..	..	..	..

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 - Estimativa de consumo de cada item:

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, .... / ..... / 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente.

Fornecedor		Órgão Participante
Testemunha 1 Nome: CPF:		Testemunha 2 Nome: CPF:

## ANEXO VIII

## TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1 - Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 - São responsabilidades do Licitante:

2.1 - tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 - observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 - O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 - O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 - (cláusula facultativa - para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e

representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- 5.1 - declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- 5.2 - apresentar lance de preço;
- 5.3 - apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro(a);
- 5.4 - solicitar informações via sistema eletrônico;
- 5.5 - interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- 5.6 - apresentar e retirar documentos;
- 5.7 - solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- 5.8 - assinar documentos relativos às propostas;
- 5.9 - emitir e firmar o fechamento da operação;
- 5.10 - praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substituído.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 - O presente Termo de Adesão é válido até / / , podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto) Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do



Licitante;

c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;

d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;

e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

Ficha Técnica Descritiva do Objeto
Número do Item do edital:
Órgão comprador:
Marca/Modelo do produto:
Especificação do produto:
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):
Quantidade do Item:
Preço inicial para o item (em R\$):
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]
Data:

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0004/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MAURI JOSE ZUCCO, no uso de suas atribuições, como órgão gerenciador, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados do objeto abaixo indicado. A Entrega, Protocolo dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" bem como o Credenciamento, deverão ser feitos junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Consórcio, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, até às 09:00 horas do dia 21 de maio de 2015, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:10 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO com execução mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DO LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pelas Resoluções nº 003, de 27 de março de 2015 e 005 de 02 de abril de 2015, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**1 DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global do lote, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CV e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

1.1.1 Lote 01, Cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas e Quilombo (exceto para os itens 22, 23 e 24):

Item	Qtde	Unidade	Serviço	Descrição
1	1	Minutos	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo
2	1	Minutos	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras
3	1	Minutos	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada
4	1	Minutos	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero

5	1	Minutos	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal
6	1	Minutos	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo
7	1	Minutos	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras
8	1	Minutos	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada
9	1	Minutos	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragruppo com tarifa zero
10	1	Minutos	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo
11	1	Minutos	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras
12	1	Minutos	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada
13	1	Minutos	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragruppo com tarifa zero
14	1	Minutos	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming
15	1	Serviço	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)
16	1	Serviço	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)
17	1	Unidade	SMS	Serviço de mensagens de texto
18	1	Unidade	MMS	Serviço de mensagens multimídia
19	1	Serviço	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura ou desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.
20	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Voz
21	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Intragruppo
22	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB
23	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB
24	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem
25	1	Acessos Ilimitados	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software

1.1.2 Lote 02, Cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Caxambu do Sul e Quilombo (exceto para os itens 47, 48 e 49):

Item	Qtde	Unidade	Serviço	Descrição
26	1	Minutos	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo
27	1	Minutos	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras
28	1	Minutos	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada
29	1	Minutos	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragruppo com tarifa zero
30	1	Minutos	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal
31	1	Minutos	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo
32	1	Minutos	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras
33	1	Minutos	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada
34	1	Minutos	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragruppo com tarifa zero
35	1	Minutos	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo
36	1	Minutos	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras
37	1	Minutos	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada
38	1	Minutos	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragruppo com tarifa zero
39	1	Minutos	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming
40	1	Serviço	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)
41	1	Serviço	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)
42	1	Unidade	SMS	Serviço de mensagens de texto
43	1	Unidade	MMS	Serviço de mensagens multimídia
44	1	Serviço	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura ou desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.
45	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Voz
46	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Intragruppo
47	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB
48	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB
49	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem
50	1	Acessos Ilimitados	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software

1.1.3 Lote 03, Cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapeco, Quilombo, Águas Frias, Jardinópolis, União do Oeste, Irati, Planalto Alegre, Santiago do Sul e Formosa do Sul (exceto para os itens 72, 73 e 74):

Item	Qtde	Unidade	Serviço	Descrição
51	1	Minutos	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo
52	1	Minutos	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras
53	1	Minutos	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada
54	1	Minutos	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
55	1	Minutos	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal
56	1	Minutos	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo
57	1	Minutos	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras
58	1	Minutos	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada
59	1	Minutos	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
60	1	Minutos	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo
61	1	Minutos	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras
62	1	Minutos	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada
63	1	Minutos	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
64	1	Minutos	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming
65	1	Serviço	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)
66	1	Serviço	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)
67	1	Unidade	SMS	Serviço de mensagens de texto
68	1	Unidade	MMS	Serviço de mensagens multimídia
69	1	Serviço	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura ou desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.
70	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Voz
71	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo
72	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB
73	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB
74	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem
75	1	Acessos Ilimi- tados	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software

1.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de um ano, a contar da data de sua assinatura.

## 2 DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

2.2 Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO II como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 2.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO V). Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

2.4 Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2 e 2.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.5 Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 2.1 e 2.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

2.5.1 A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 2.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

2.6 Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo pregoeiro(a)/Equipe de

Apoio.

2.7 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

2.7.1 Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovação de opção pelo Simples, obtido através da Secretaria da Receita Federal;
- b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO VI).

2.8 Os documentos relacionados nos subitens 2.7.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

2.9 Não poderão participar deste certame:

2.9.1 Entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.9.2 Entidades empresariais temporariamente suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou entidade responsável por esta licitação (art. 87, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993).

2.9.2.1 Entidades empresariais declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A declaração de inidoneidade impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta da União dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas.

2.9.3 Empresas cujos proprietários, controladores ou diretores sejam Deputados, Senadores do Congresso Nacional nos Termos do artigo 54 II da Constituição.

2.9.4 Entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.5 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.9.6 Entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.10 Será permitido o credenciamento de empresas em Consórcio, nos termos da ANATEL, as quais ficam sujeitas às seguintes regras:

2.10.1 — Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio subscrito pelos consorciados com indicação da líder que será a responsável principal junto ao CVC pelos atos praticados pelo Consórcio, que por sua vez deverá conter também poderes para requerer, transigir, formular propostas e lances verbais, negociar preços, interpor recursos e renunciar a direito do mesmo, sendo que no ato da assinatura do Contrato, caso

se consagrem vencedoras, as participantes terão que comprovar também a constituição e o registro do Consórcio nos termos do artigo 33, §2º, da Lei 8.666/93;

2.10.2 — No Consórcio de que participarem empresas brasileiras e/ou estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira (§ 1º, art. 33 da Lei 8.666/93);

2.10.3 — Cada um dos membros do Consórcio apresentará documentação relativa à sua própria habilitação jurídica e regularidade fiscal (inciso III, artigo 33 da Lei 8.666/93);

2.10.4 — Nos termos do artigo 33, inciso III da Lei 8.666/93 admitir-se-á, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

2.10.5 — As consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de credenciamento quanto na execução do Contrato (inciso V, art. 33 da Lei 8.666/93);

2.10.6 — Estará impedida de participar do Credenciamento a empresa consorciada em mais de um consórcio, ou isoladamente (Inciso IV, art. 33 da Lei 8.666/93).

### 3 DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 00031/2015  
(NOME SOCIAL DA LICITANTE)  
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

3.2 A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação mínima detalhada dos itens, segundo às exigências apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) conter discriminado o prazo de vigência da ata de registro de preços de 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura;
- g) conter discriminado o prazo de vigência do contrato de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado;
- h) as folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal.

3.3 Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO IV).

3.4 Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa



(aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO IV).

3.5 Anexar à proposta declaração da licitante que atende aos requisitos de cobertura nos Municípios em conformidade com cada Lote.

3.6 A proponente deverá cotar todos os itens, pois o julgamento será pelo Valor Global de cada lote.

3.7 Caso ocorra erro formal na apresentação dos valores na Proposta (ANEXO III) será considerado o valor apresentado na coluna do Preço Unitário.

#### 4 DA HABILITAÇÃO

4.1 Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015  
(NOME SOCIAL DA LICITANTE)  
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

4.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente na forma da lei;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente na forma da lei;
- Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- Prova de regularidade com as obrigações trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeitos de negativa), conforme inc. V do art. 29 da Lei nº 8.666/93 (alterado pela Lei nº 12.440/2011);

4.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar no envelope de Habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação constante do item 2.7.1 ou alternativamente do 2.8 acima, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 4 (quatro) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

a) A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo pregoeiro(a)/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

4.5 Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "protocolo" de documento

necessário à habilitação.

4.6 Os documentos de que trata o item 6.2, poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral no Consórcio Integrado do Contestado, desde que todos estejam ali previstos, atualizado.

#### 5 DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO E DA VENCEDORA

5.1 As obrigações do Consórcio (Contratante) e da Vencedora (Contratada) são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### 6 DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro(a), juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 2.

6.2 Verificadas as credenciais e declarada aberta à sessão, o pregoeiro(a) solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

6.3 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.4 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

6.6 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.7 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.8 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.8.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 6.8.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá

apresentar melhor oferta.

6.9 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 8.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.10 O disposto no item 6.9 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.11 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.12 A oferta dos lances deverá ser efetuada, POR VALOR GLOBAL DO LOTE, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.13 Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.14 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.15 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro(a), os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.16 Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço global por lote apresentado, o Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

6.17 O pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço GLOBAL POR LOTE, para que seja obtido preço ainda melhor.

6.18 Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço global por lote, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.19 No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço global por lote, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.20 Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, POR VALOR GLOBAL DO LOTE.

a) - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar no VALOR GLOBAL DO LOTE.

6.21 O pregoeiro(a) somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 8.1 deste Edital;

6.22 Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

6.23 Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

## 7 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR PREÇO GLOBAL DE CADA LOTE, desde que atendidas às exigências deste Edital.

## 8 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

8.1 Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

a) Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC diretamente no Departamento de Compras e Licitações.

8.2 Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), POR VALOR GLOBAL DO LOTE, sendo submetido este resultado ao Diretor Executivo para homologação.

8.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Diretor Executivo do Consórcio, por intermédio do pregoeiro(a), o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Diretor Executivo do Consórcio, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

8.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Diretor Executivo do Consórcio para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, POR VALOR GLOBAL DO LOTE, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

8.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

8.6 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

a) Nas hipóteses de inexecução total, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência e ou glosas;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

8.6.1 - A inexecução contratual parcial, submeterá o responsável a penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93 de multa de 10% (dez por cento) do valor do faturamento mensal, imediatamente anterior a ocorrência do fato.

8.7 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude



fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

## 9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

9.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contada a partir da data de assinatura da Ata.

9.2 O CVC formalizará a Ata de Registro de Preços e os contratos de serviços:

a) Os fornecedores classificados em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados de cada lote, serão convocados pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, para firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal;

b) Os fornecedores classificados em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados de cada lote, serão convocados pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, para firmar o Contrato de Serviços, com prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, tendo o Fornecedor prazo de 10 (dez) dias úteis após a convocação para assinatura

9.2.2.1 É admitida a prorrogação da vigência do contrato, até o limite legal previsto nos termos do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883 de 08.06.94.

9.3 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

9.4 A existência de preços registrados não obriga o CVC, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9.5 Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos serviços, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

9.6 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

## 10 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

a) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CVC promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo

superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CVC deverá:

I convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

III convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

c) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CVC poderá:

I liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

d) Não havendo êxito nas negociações, o CVC deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 11 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II não receber autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV tiver presentes razões de interesse público;

V for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

11.2 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CVC.

11.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor.

## 12 DA DOTAÇÃO

12.1 As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do CVC, referente o exercício de 2015 e seguintes.

a) O CVC quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

## 13 DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

13.1 A entrega das faturas deverá ser feita no endereço da contratante.

13.2 As Nota(s) Fiscal (is) ou Fatura(s) dos serviços efetivamente

prestados deverão ser apresentados, até 15 (quinze) dias, no mínimo, antes da data de vencimento, discriminando no corpo da(s) Nota(s) Fiscal(is), o período a que se refere o serviço.

13.3 A fatura deverá ser mensal contendo o valor global dos acessos e o individual por linha, acompanhado do respectivo detalhamento dos serviços prestados, devendo ser fornecida em arquivo eletrônico padrão FEBRABAN v.2.0 ou superior;

13.4 Caso a CONTRATADA possua mais de um Contrato com a administração, deverá emitir Notas Fiscais ou Faturas distintas.

13.5 Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados por força desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

13.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.7 Havendo erro na nota Nota Fiscal/Fatura, deverá ser possível ao CONTRATANTE pagar os valores considerados corretos por meio de glosas dos valores cobrados a maior de acordo com verificação eletrônica das planilhas fornecidas;

13.8 Transcorrido o devido processo referente a multas contratuais, os valores das mesmas poderão ser glosados em faturas com vencimento vindouro;

13.9 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

13.10 Quando houver necessidade de refaturamento dos valores dos serviços prestados por discordância do Fiscal do Contrato, as novas faturas deverão ser emitidas de acordo com os padrões apresentados anteriormente, com data de vencimento de 15 (quinze) dias posterior a data de emissão.

13.11 Caso a operadora não deseje realizar o refaturamento com o valor correto, na forma do item 13.10, poderá, conforme artigos 9º e 71 da Resolução nº 477/07 da ANATEL, realizar a devolução em valor igual ao dobro do que foi pago em excesso pelos serviços, acrescidos de correção monetária e juros legais, em até 30 dias após a contestação da cobrança indevida.

13.12 O pagamento será efetuado através de fatura (nota fiscal com código de barras).

13.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.14 Os preços propostos serão reajustados da seguinte forma:

Para STFC:

"As tarifas serão reajustadas conforme homologação do Poder Concedente, sendo tal reajuste de aplicação imediata e automática, devendo ser utilizado como índice de reajuste o IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro que venha a substituí-lo no setor de telecomunicações□.

Para o SMP:

□A Contratada poderá reajustar os preços de cobrança dos serviços a cada 12 meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento, considerando seu valor básico o atualizado até esta

data, devendo ser utilizado como índice de reajuste o IGP-DI".

13.15 Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

13.16 A CONTRATADA deverá garantir o repasse ao CVC de todos os preços e vantagens ofertados aos consumidores cujo perfil de tráfego seja semelhantes ao do consórcio, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no certame, desde que não comprometa o equilíbrio financeiro da contratação.

13.17 Em caso de pagamento efetuado com atraso, fica a CONTRATANTE obrigada ao pagamento de multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 1% ao mês e a correção monetária pelo IGP-DI.

#### 14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

a) Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2 Caberá ao Pregoeiro(a) decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Caberá ao CVC a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

15.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

15.3 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Licitações, logo após sua homologação.

15.4 Detalhes não citados referentes as descrições dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

15.5 O presente pregão poderá ser revogado em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.6 O pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30, através dos telefones (49)3347-0819 - (49)8801-0249, ou pessoalmente (Av. Santa Catarina, 1022 - Centro, Coronel Freitas/SC) até 1 (um) dia anterior a abertura do certame.

15.7 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Procuração;
- c) ANEXO III - Proposta de Preços;
- d) ANEXO IV - Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- e) ANEXO V - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- f) ANEXO VI - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- g) ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preço;
- h) ANEXO VIII - Minuta de Contrato.

Coronel Freitas (SC), 07 de maio de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

ANEXO I  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 INTRODUÇÃO

1.1 O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

1.2 O objetivo do CVC é a união dos municípios associados para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios catarinenses, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.3 O CVC foi constituído com a possibilidade de integrar-se com municípios da região oeste de Santa Catarina.

1.3.1 Municípios que já ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções do CVC:

I  
ABELARDO LUZ

II  
AGUAS DE CHAPECO

III  
AGUAS FRIAS

IV  
CAXAMBU DO SUL

V  
CORONEL FREITAS

VI  
FORMOSA DO SUL

VII  
IRATI

VIII  
JARDINOPOLIS

IX  
PLANALTO ALEGRE

X  
QUILOMBO

XI  
SANTIAGO DO SUL

XII  
UNIAO DO OESTE

1.4 A Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é a instância máxima do Consórcio, sendo constituída pelos prefeitos dos municípios consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.

1.4.1 Na Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, ocorrida aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, foi deliberado sobre a realização de licitação para contratação de telefonia celular, o assunto foi deliberado e aprovado para fazer um registro de preços para contratação futura de serviços de telefonia móvel pelo CNPJ do CVC, para uso dos Municípios, todos os municípios consorciados manifestaram interesse pela participação da licitação de telefonia.

1.5 A Resolução n. 003 de 27 de março de 2015 é ato que "Dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, e dá outras providências" e a Resolução n. 005 de 02 de abril de 2015 que dispõem sobre o Regulamento da modalidade de licitação denominada pregão, em sua forma presencial, instituída pela Lei Federal Nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

1.5.1 O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC é o órgão gerenciador e participante deste Registro de Preços.

### 2 DO OBJETO

2.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo

Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global do lote, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação de consorciados e ou cooperados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

### 3 JUSTIFICATIVA:

3.1 - A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, via Sistema de Registro de Preços, dará ensejo à contratação por 24 (vinte e quatro) meses, objetivando a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração, considerando diluição dos custos diretos e indiretos ao longo de um vínculo contratual mais longo com um único CNPJ, e fidelização, consequentemente, reduzindo os valores pagos pelos serviços.

3.2 - O Sistema de Registro de Preços - SRP será adotado para esta contratação em razão de haver sido criado para ser utilizado sempre que conveniente a contratação de serviços para atendimento do consórcio seus órgãos ou entidades, que trabalham de forma integrada suas estimativas de consumo e os aspectos técnicos da contratação. Desse modo, além de melhorar a qualidade técnica dos artefatos de contratação, um planejamento integrado de compra reduz a duplicidade de esforços entre os órgãos e otimiza o trabalho dos técnicos das áreas de licitações e contratos, ensejando ainda economia processual. O grande benefício, entretanto, advém da utilização do poder de compra do governo, na medida em que aproveita as oportunidades de economia de escala, a Administração Pública pode obter melhores preços junto ao mercado, reduzindo seus custos em benefício do atendimento às demandas sociais. Depreende-se, portanto, que os fundamentos apresentados vão ao encontro das hipóteses previstas nos incisos II, III e IV do art. 3º da Resolução nº 003/2015.

3.3 - A contratação se justifica, pois objetiva dotar o CVC e através dele os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, de Serviço Móvel Pessoal - SMP, dando assim, maior rapidez nos atendimentos emergenciais do sistema de comunicação telefônica e conectividade móvel.

3.4 - Importante fator de decisão sobre qualquer contratação - a redução de custos - está presente nesse termo de referência de forma central. Isso não significa que a Administração está abrindo mão na qualidade de prestação do serviço, pois tem como intenção ampliar a qualidade dos serviços prestados se utilizando das novas possibilidades existentes no mercado, mas sempre pensando nas necessidades inerentes às atividades dos integrantes do CVC, dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, que serão usuários do serviço. Como exemplo, consta como serviço a ser fornecido no pacote, a chamada intragrupo, que permite a realização de chamadas entre os integrantes, sem gastos adicionais além da assinatura. Outro serviço a ser contratado é o envio de mensagens por SMS, que poderá representar economia, pois assuntos, que poderiam levar vários minutos por comunicação de voz, serão sintetizados e enviados por SMS com custo fixo por mensagem.

3.5 - Cabe salientar que não há previsão de impacto ambiental, visto que a atividade propiciada pela prestação de serviço solicitada é considerada não-poluente e não causa modificação de impacto prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social local.

### 4 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO E VALORES REFERENCIAIS

4.1 - Tabela de estimativa de consumo mensal e valores referenciais para o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e através dele o consumo dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados:

#### Lote 01

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário Referência	Preço Total Mensal Referência
1	VC1-1	Ligação Local Móvel - Fixo	120	8000	Minutos	0,15	1.200,00
2	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	120	9600	Minutos	0,22	1.440,00
3	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	9600	Minutos	0,15	1.440,00
4	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado	Minutos	-	-
5	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	120	1600	Minutos	0,15	240
6	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	120	3200	Minutos	0,4	1.280,00
7	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	120	5600	Minutos	0,6	3.360,00
8	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	5600	Minutos	0,25	1.400,00
9	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado	Minutos	-	-
10	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	120	3200	Minutos	0,4	1.280,00
11	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	120	5600	Minutos	0,6	3.360,00
12	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	5600	Minutos	0,25	1.400,00

13	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel -Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado	Minutos	-	-
14	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	120	120	Minutos	0,8	96
15	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	120	80	Serviço	0,4	32
16	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	120	80	Serviço	0,4	32
17	SMS	Serviço de mensagens de texto	120	2400	Unidade	0,15	360
18	MMS	Serviço de mensagens multimídia	120	480	Unidade	0,15	72
19	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	120	120	Serviço	5	600
20	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	120	120	Serviço	2	240
21	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	120	120	Serviço	3	360
22	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB	30	30	Serviço	25	750,00
23	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB	20	20	Serviço	45	900,00
24	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	4	4	Serviço	45	180
25	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	120	120	Acessos Ilimitados	5	600
Total Global Mensal do Lote 01:							20.622,00

Cobertura Lote 01: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas e Quilombo (exceto para os itens 22, 23 e 24).

#### Lote 02

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário Referência	Preço Total Mensal Referência
26	VC1-1	Ligação Local Móvel - Fixo	150	10.000	Minutos	0,15	1.500,00
27	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	150	12.000	Minutos	0,22	1.800,00
28	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	12.000	Minutos	0,15	1.800,00
29	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado	Minutos	-	-
30	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	150	2.000	Minutos	0,15	300
31	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	150	4.000	Minutos	0,4	1.600,00
32	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel -Móvel para outras operadoras	150	7.000	Minutos	0,6	4.200,00
33	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel -Móvel para a operadora contratada	150	7.000	Minutos	0,25	1.750,00
34	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel -Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado	Minutos	-	-
35	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	150	4.000	Minutos	0,4	1.600,00
36	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel -Móvel para outras operadoras	150	7.000	Minutos	0,6	4.200,00
37	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel -Móvel para a operadora contratada	150	7.000	Minutos	0,25	1.750,00
38	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel -Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado	Minutos	-	-
39	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	150	150	Minutos	0,8	120
40	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	150	100	Serviço	0,4	40
41	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	150	100	Serviço	0,4	40



42	SMS	Serviço de mensagens de texto	150	3.000	Unidade	0,15	450
43	MMS	Serviço de mensagens multimídia	150	600	Unidade	0,15	90
44	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	150	150	Serviço	5	750
45	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	150	150	Serviço	2	300
46	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	150	150	Serviço	3	450
47	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB	40	40	Serviço	25	1.000,00
48	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB	30	30	Serviço	45	1.350,00
49	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	5	5	Serviço	45	225
50	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	150	150	Acessos Ilimitados	5	750
Total Global Mensal do Lote 02:							26.065,00

Cobertura Lote 02: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo e Caxambu do Sul (exceto para os itens 47, 48 e 49).

#### Lote 03

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário Referência	Preço Total Mensal Referência
51	VC1-1	Ligação Local Móvel - Fixo	300	20000	Minutos	0,15	3.000,00
52	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	300	24000	Minutos	0,22	3.600,00
53	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	24000	Minutos	0,15	3.600,00
54	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado	Minutos	-	-
55	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	300	4000	Minutos	0,15	600
56	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	300	8000	Minutos	0,4	3.200,00
57	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	300	14000	Minutos	0,6	8.400,00
58	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	14000	Minutos	0,25	3.500,00
59	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado	Minutos	-	-
60	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	300	8000	Minutos	0,4	3.200,00
61	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	300	14000	Minutos	0,6	8.400,00
62	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	14000	Minutos	0,25	3.500,00
63	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado	Minutos	-	-
64	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	300	300	Minutos	0,8	240
65	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	300	200	Serviço	0,4	80
66	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	300	200	Serviço	0,4	80
67	SMS	Serviço de mensagens de texto	300	6000	Unidade	0,15	900
68	MMS	Serviço de mensagens multimídia	300	1200	Unidade	0,15	180
69	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	300	300	Serviço	5	1500
70	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	300	300	Serviço	2	600



71	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	300	300	Serviço	3	900
72	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB	80	80	Serviço	25	2.000,00
73	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB	60	60	Serviço	45	2.700,00
74	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	10	10	Serviço	45	450
75	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	300	300	Acessos Ilimitados	5	1500
Total Global Mensal do Lote 03:							52.130,00

Cobertura Lote 03: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapeco, Quilombo, Águas Frias, Jardinópolis, União do Oeste, Irati, Planalto Alegre, Santiago do Sul e Formosa do Sul (exceto para os itens 72, 73 e 74).

## 5 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

5.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 6 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os Serviços de Telecomunicações Móvel Pessoal e Comunicação de Dados Móvel Pessoal deverão ser de característica pós-pago, tecnologia digital, sendo que para os acessos habilitados deverão ser com tecnologia que permita fazer e receber ligações, e, conexão à internet tipo 2G ou superior.

6.2 Todos os serviços deverão ser cotados com detalhamento dos valores ajustados às alíquotas de ICMS do Estado de Santa Catarina, onde se encontram os órgãos e entidades a serem contempladas pelo Contrato.

6.3 A empresa deverá ter cobertura em todos os Estados da Federação, por meios próprios e/ou por convênio com outras operadoras.

6.4 A empresa deverá ter cobertura pelo mínimo nos Municípios em conformidade com o Lote 01, Lote 02 e Lote 03.

6.5 A comprovação de atendimento da cobertura solicitada dar-se-á por declaração da licitante que atende aos requisitos de cobertura, sendo considerada penalidade o não cumprimento dos requisitos de cobertura.

6.5.1 A verificação da declaração será feita através do Portal da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, no item Cobertura do SMP por Prestadora e por Município.

[http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=1575&codigoVisao=\\$visao.codigo&nomeVisao=\\$visao.descricao&nomeCanal=Infraestrutura&nomeItemCanal=Telefonia%20M%F3vel&codCanal=399](http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=1575&codigoVisao=$visao.codigo&nomeVisao=$visao.descricao&nomeCanal=Infraestrutura&nomeItemCanal=Telefonia%20M%F3vel&codCanal=399)

### 6.6 Do Serviço de Telecomunicações Móvel Pessoal

6.6.1 O SMP é Serviço Móvel Pessoal para comunicação de voz e dados, originadas em terminais móveis com tecnologia digital, com as características de serviço pós-pagos, para prestação de serviço nas áreas com cobertura da prestadora, inclusive nos locais em que possui acordo de "roaming" de voz e dados (nacional), disponibilizando acessos móveis dos serviços definidos neste Termo de Referência e outros serviços definidos no regulamento do SMP, regulamentado pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).

6.6.2 O serviço de telecomunicações deverá ser cobrado conforme o uso.

6.6.3 Os serviços individuais de cada acesso móvel contratado deverão atender, ao mínimo, as seguintes funcionalidades especificadas:

6.6.3.1 Valor de Comunicação (VC1-1) - Ligação Local Móvel-Fixo - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos STFC dentro da mesma Área de Registro;

6.6.3.2 Valor de Comunicação (VC1-2) - Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP dentro da mesma Área de Registro e dentro da rede de outra operadora, distinta da CONTRATADA;

6.6.3.3 Valor de Comunicação (VC1-3) - Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP dentro da mesma Área de Registro e dentro da rede da operadora CONTRATADA;

6.6.3.4 Valor de Comunicação (VC1-4) - Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero - São aquelas realizadas para linhas SMP vinculadas ao CNPJ do CVC e em uma região com o mesmo Código de Área. Não poderão ser cobradas;

6.6.3.5 Serviço de Caixa Postal - Chamadas realizadas a acesso automático de numeração própria sem limite de minutos com o intuito de verificar mensagens de voz reencaminhadas ao correio de voz associado ao número SMP, independente da Área de Registro ou de Tarifação, dentro da mesma operadora; e Chamada realizada a acesso automático de numeração própria com o intuito de verificar mensagens de

voz reencaminhadas ao correio de voz associado ao número SMP, independente da Área de Registro ou de Tarifação, dentro da rede de outra operadora;

6.6.3.6 Valor de Comunicação (VC2-1) - Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos STFC de Longa Distância Nacional Intrarregional (Dentro do Estado);

6.6.3.7 Valor de Comunicação (VC2-2) - Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP de Longa Distância Nacional Intrarregional (Dentro do Estado) e dentro da rede de outra operadora, distinta da CONTRATADA;

6.6.3.8 Valor de Comunicação (VC2-3) - Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP de Longa Distância Nacional Intrarregional (Dentro do Estado) e dentro da rede da operadora CONTRATADA;

6.6.3.9 Valor de Comunicação (VC2-4) - Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero - São aquelas realizadas para linhas SMP vinculadas ao CNPJ do CVC de Longa Distância Nacional Intrarregional (Dentro do Estado). Não poderão ser cobradas;

6.6.3.10 Valor de Comunicação (VC3-1) - Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos STFC de Longa Distância Nacional Inter-regional (Fora do Estado);

6.6.3.11 Valor de Comunicação (VC3-2) - Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP de Longa Distância Nacional Inter-regional (Fora do Estado) e dentro da rede de outra operadora, distinta da CONTRATADA;

6.6.3.12 Valor de Comunicação (VC3-3) - Ligação de Longa Distância Inter-regional (Fora do Estado) Móvel-Móvel para a operadora contratada - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP de Longa Distância Nacional Inter-regional e dentro da rede da operadora CONTRATADA;

6.6.3.13 Valor de Comunicação (VC3-4) - Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero - São aquelas realizadas para linhas SMP vinculadas ao CNPJ do CVC de Longa Distância Nacional Inter-regional (Fora do Estado). Não poderão ser cobradas;

6.6.3.14 Adicional por Chamada (AD) - Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming - valor adicional por chamada, recebida ou originada, quando o acesso móvel estiver fora de sua Área de Mobilidade (visitante), com origem e destino dentro da própria rede da CONTRATADA, e ou, com origem ou destino dentro da rede de terceiros, distintos da CONTRATADA;

6.6.3.15 Deslocamento (DSL 1) - Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivala ao VC2-3) - Tarifa de redirecionamento de chamadas para acesso móvel visitante em outra Área de Registro, com origem na Central da Área de Registro do acesso móvel e destino mesma Área de Tarifação Primária onde o acesso móvel é visitante;

6.6.3.16 Deslocamento (DSL 2) - Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivala ao VC3-3) - Tarifa de redirecionamento de chamadas para acesso móvel visitante em outra Área de Registro, com origem na Central da Área de Registro do acesso móvel e destino em outra Área de Tarifação Primária onde

o acesso móvel é visitante;

6.6.3.17 Mensagem de Texto Nacional (SMS) - Serviço de mensagens de texto - Mensagem enviada a outro acesso móvel com conteúdo de texto somente, normalmente identificada a cada 140 caracteres, o serviço deverá permitir o recebimento de mensagens do tipo SMS;

6.6.3.18 Mensagem Multimídia Nacional (MMS) - Serviço de mensagens multimídia - Mensagem enviada a outro acesso móvel com conteúdo multimídia, como imagens, vídeos, áudio ou filmes, o serviço deverá permitir o recebimento de mensagens do tipo MMS;

6.6.3.19 Aviso - Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura ou desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou - O serviço deve informar a data, hora da última chamada e quantidade de tentativas de cada número que ligou para o usuário no período em que o seu celular esteve desligado, fora de cobertura ou indisponível;

6.6.3.20 Assinatura mensal de voz - Serviços básicos que possibilitem comunicações telefônicas a partir do acesso móvel, facilidade de envio e/ou recebimento de mensagens de texto (SMS) ou multimídia (MMS) para/de qualquer outra operadora do SMP, recebimento de chamadas a cobrar ou reencaminhamento de chamadas para correio de voz quando não atendido, fora de serviço ou desligado;

6.6.3.21 Assinatura mensal intragrupo - Serviços de comunicações telefônicas entre os acessos móveis. Farão parte do grupo todos os acessos móveis a serem contratados. Assim todos os acessos do contrato assinado pelo CVC deverão realizar chamadas entre si sem ônus além da assinatura; Cabe salientar que a Assinatura Intragrupo, com valor fixo mensal, não deve ser confundida com a ligação intragrupo, ou seja, este último refere-se ao Valor de Comunicação (VC1-4, VC2-4 e VC3-4) Mesma operadora - Chamadas intragrupo, que não poderá ser cobrada pela Contratada. Entenda-se chamadas intragrupo aquelas realizadas para linhas SMP vinculadas ao CNPJ do CVC;

6.6.3.22 Acesso Internet - Serviços de Tráfego de Dados 2G - Serviço com conexão à internet, associado ao acesso móvel, com limite mínimo mensal de 600 MB (seiscentos megabytes) e taxa de transmissão de dados nominal (download) desejável de 300 kbps ou de no mínimo 128 kbps na área de cobertura 2G ou superior, e desejável de 128 kbps ou de no mínimo 64 kbps nas áreas não 2G, disponível em todo território nacional, incluídas eventuais taxas de deslocamento e adicionais, com observância dos parâmetros mínimos estabelecidos na Resolução nº 575/2011 da ANATEL;

6.6.3.22.1 Quando atingido o limite mínimo mensal a CONTRATADA manterá o serviço operante, proibida a cobrança adicional por tráfego excedente, podendo aplicar limitação de taxa de transmissão de acordo com os limites estabelecidos pela ANATEL.

6.6.3.23 Acesso Internet - Serviços de Tráfego de Dados 2G - Serviço com conexão à internet, associado ao acesso móvel, com limite mínimo mensal de 2GB (dois gigabytes) e taxa de transmissão de dados nominal (download) desejável de 300 kbps ou de no mínimo 128 kbps na área de cobertura 2G ou superior, e desejável de 128 kbps ou de no mínimo 64 kbps nas áreas não 2G, disponível em todo território nacional, incluídas eventuais taxas de deslocamento e adicionais, com observância dos parâmetros mínimos estabelecidos na Resolução nº 575/2011 da ANATEL;

6.6.3.23.1 Quando atingido o limite mínimo mensal a CONTRATADA manterá o serviço operante, proibida a cobrança adicional por tráfego excedente, podendo aplicar limitação de taxa de

transmissão de acordo com os limites estabelecidos pela ANATEL.

6.6.3.24 Acesso Internet - Serviços de Tráfego de Dados 2G - Serviço com conexão à internet, não associado ao acesso móvel, SIM-CARD para uso exclusivo em modem com limite mínimo mensal de 1 GB (um gigabytes) e taxa de transmissão de dados nominal (download) desejável de 300 kbps ou de no mínimo 128 kbps na área de cobertura 2G ou superior, e desejável de 128 kbps ou de no mínimo 64 kbps nas áreas não 2G, disponível em todo território nacional, incluídas eventuais taxas de deslocamento e adicionais, com observância dos parâmetros mínimos estabelecidos na Resolução nº 575/2011 da ANATEL;

6.6.3.24.1 Quando atingido o limite mínimo mensal a CONTRATADA manterá o serviço operante, proibida a cobrança adicional por tráfego excedente, podendo aplicar limitação de taxa de transmissão de acordo com os limites estabelecidos pela ANATEL.

6.6.3.25 Sistema de Gestão - Ferramenta de Gestão ON-LINE - Software - serviço de controle individualizado de uso e consumo dos serviços de telecomunicações contratados, resumidos e detalhados, permitindo ao usuário bloquear e desbloquear todos os itens de serviços contratados;

6.6.3.25.1 O Sistema de Gestão a ser disponibilizado pela CONTRATADA deverá:

a) Disponibilizar, acesso ao Sistema de Gestão de Acessos, via WEB, por meio do qual seja possível efetuar o controle de utilização dos serviços, visualizar e imprimir faturas on-line, emitir relatórios que conste, no mínimo, o registro da chamada e sua duração.

b) Permitir o acesso ao Sistema de Gestão, via WEB pela CONTRATANTE, em relação aos grupos dos órgãos ou entidades, de forma que seja possível visualizar e imprimir o controle consolidado do consumo de todos os órgão ou entidades usuários do contrato, bem como as faturas on-line, permitindo, mensalmente, monitorar o perfil de tráfego de cada grupo, com o registro da quantidade mensal e o tempo médio das chamadas realizadas.

c) Possibilitar a determinação de limites mensais máximos de gastos para cada acesso (semelhante ao sistema pós-pago controlado);

d) Possibilitar o bloqueio e desbloqueio de ligações de forma que alguns acessos só possam efetuar apenas chamadas intragrupo;

e) Possibilitar o bloqueio e desbloqueio ligações por tipo de chamada (Longa distância, LDI, Fixo e Móvel);

f) Possibilitar o bloqueio e desbloqueio de transmissão de dados, tais como, envio e recebimento de SMS e MMS, acesso à internet, etc.

g) O sistema de gestão poderá permitir limitações por minutos/unidades ou por valores.

6.6.4 Caso a operadora não disponha de todas as facilidades descritas nas alíneas "d", "e" e "f", do item 6.6.3.22.1, para o Sistema de Gestão, via WEB, deverá disponibilizar outro canal gratuito, por meio do qual seja possível realizar os respectivos bloqueios e desbloqueios;

6.6.5 A operadora só deverá habilitar a assinatura para os acessos que forem devidamente informados pela Gestão do contrato;

6.6.6 Não haverá serviço de portabilidade de numeração dos acessos móveis abrangidas pelo certame.

## 6.7 Do Atendimento:

6.7.1 Durante o período contratual, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, a Contratada, às suas expensas, por intermédio de seu pessoal técnico especializado ou representante técnico autorizado, está obrigada a prestar assistência técnica, compreendendo manutenção corretiva no softwares (sistema de gestão) fornecido.

6.7.2 Manter, durante toda a vigência do contrato, preposto que atenda as solicitações emanadas do CVC para realização de procedimentos e solução de problemas como: habilitação, desabilitação de serviços, correção de imperfeições no faturamento das despesas, habilitação de roaming nacional;

6.7.3 Fornecer todos os materiais, peças, bem como se responsabilizar com gastos relativos a deslocamentos de seus técnicos.

6.7.4 A contratada será a única e exclusiva responsável por qualquer equipamento, material ou serviço adquirido de terceiros e fornecido à CONTRATANTE.

6.7.5 A contratada deverá manter Central de Atendimento (telefônico - 0800 - ou pela Internet) operando 24 horas por dia durante sete dias da semana, sendo que durante o horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 18:00 horas, para prover os serviços de mudança de número, bloqueios, desbloqueios etc.

6.7.6 A contratada fornecerá número ou código de protocolo para identificação e individualização dos chamados técnicos efetuados pelo Contratante.

6.7.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas, por intermédio do preposto e os fornecer de forma gratuita independentemente do meio utilizado para realizar a solicitação (telefone, página na internet, etc);

6.7.8 Os prazos estipulados em legislação especial para atendimento e solução dos problemas operacionais, por parte da contratada, serão contados a partir da abertura do chamado, pelo CONTRATANTE, por meio da central de atendimento da CONTRATADA.

6.7.9 Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração do número telefônico do item anterior, bem como, eventual alteração do endereço eletrônico da página da CONTRATADA na internet.

6.7.10 - Não poderão ser cobradas taxas ou preços relativos a solicitação/execução de:

6.7.10.1 Ativação e desativação (liberação ou bloqueio) de serviços ou facilidades, tais como deslocamento, bloqueio e desbloqueio para chamadas a serviços sobretaxados;

6.7.10.2 Reparos e substituições de SIMCARDS com defeito de fabricação e/ou decorrente do desgaste inerente ao uso regular dos mesmos, durante o período do contrato;

6.7.10.3 Pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

6.7.10.4 Ativação/bloqueio de recepção de chamadas a cobrar.

## 6.8 Da Ativação dos Serviços:

6.8.1 Caso a CONTRATADA venha a disponibilizar nova tecnologia

de funcionamento, a CONTRATANTE poderá solicitar a migração, sem ônus, para essa tecnologia a qualquer tempo desde que possua aparelhos que tenham suporte para a mesma;

6.8.2 A empresa contratada homologará as linhas telefônicas, sem nenhum custo a título de aquisição, habilitação ou taxa de serviço para ativação dos mesmos;

6.8.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar cobertura por deslocamento em interconexão com as demais operadoras em todo o território nacional;

6.8.4 A quantidade de serviços poderá variar de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, ficando estabelecido neste Termo de Referência somente uma estimativa de uso dos serviços;

6.8.5 O consumo de serviços de telecomunicações é referencial, não ensejando obrigação de consumo mínimo, podendo variar seus quantitativos mensal.

6.8.6 Os serviços poderão ser utilizados pelo CVC e através dele qualquer dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados conforme item 1.3.1 deste termo, bem como, havendo cobertura e saldo nos quantitativos de serviços a serem contratados, todos os demais municípios do Estado de Santa Catarina que venham a consorciar-se e ou também os que venham a cooperar com o Consórcio.

6.8.6.1 A cobertura prevista para os municípios listados nos "Lotes 01, 02 e 03" não limitam, não restringem e não obrigam a ativação dos serviços.

## 6.9 NÍVEIS DE SERVIÇO

6.9.1 As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

6.9.2 Todas as ocorrências serão registradas pela CONTRANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

OCCORRÊNCIAS	PONTUAÇÃO
Não atendimento do telefone ou email fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências	0,3
Cobrança por serviços não prestados	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato	0,3
Atraso na ativação dos serviços, na entrega dos SIMCARDS, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso	0,3
Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa neste documento não especificada nesta tabela	0,3
Não cumprimento dos prazos estipulados neste termo (para cada dia ou fração)	0,3
Interrupção da prestação dos serviços em uma capital (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE.	1

Interrupção da prestação dos serviços em um município (para cada hora totalizada pela soma de interrupções) que seja usuários do CONTRATANTE.	0,3
Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação com o número chamado inferior a 70% dos casos (por evento)	0,5
Não funcionamento do sistema de gestão (software on-line) por dia de indisponibilidade	0,5
Tentativas de originar ou receber chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (quatro por cento)	0,5
Tentativas de originar ou receber chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de falha de cobertura, registrada reclamação junto à Contratada (por evento).	0,1
Não atendimento a qualquer outra obrigação no Edital e seus Anexos não especificada nesta tabela	0,1
Quebra do sigilo telemático sem o devido processo legal.	7

6.9.3 A cada mês será apurado o somatório da pontuação decorrente dos registros de ocorrências até o presente momento. Esta soma servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

Pontuação acumulada	Advertência/Glosa
1 (um) ponto	Advertência, caso não tenha sido aplicado anteriormente durante a vigência do contrato.
2 (dois) pontos	Glosa correspondente a 1% do valor mensal da Fatura.
3 (três) pontos	Glosa correspondente a 2% do valor mensal da Fatura.
4 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 3% do valor mensal da Fatura.
5 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 4% do valor mensal da Fatura.
6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 8% do valor mensal da Fatura.
7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 10% do valor mensal da Fatura.
A cada ponto acima de 7	Glosa correspondente a 10% acrescido de 3% a cada ponto extra, do valor mensal da Fatura.

6.9.4 O resultado da apuração da pontuação e respectiva aplicação da advertência ou do percentual da glosa serão comunicados pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio de notificação formal à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar.

6.9.4.1 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo ocorrência de caso fortuito ou de força maior).

6.9.4.2 Caso não seja aceita a justificativa, o FISCAL DO CONTRATO realizará a advertência ou a glosa correspondente nas faturas vincendas, conforme pontuação e respectivos percentuais estabelecidos na tabela do item 6.9.3.

a) A Contratada deverá apresentar, ao FISCAL DO CONTRATO,



a fatura do mês seguinte à aplicação da glosa com o seu valor reduzido do respectivo percentual. Todavia, caso a CONTRATADA se recuse a glosá-la ou não a envie alterada tempestivamente, a Administração a poderá realizar a glosa de ofício.

6.9.4.3 Caso não haja faturas com vencimento futuro para a efetivação da glosa, os valores respectivos poderão ser descontados de valores pendentes de pagamento pela CONTRATANTE.

6.9.4.4 Ultrapassadas as etapas acima, em caso de aplicação de glosa, o Formulário de Glosa deverá ser preenchido em três vias, sendo que uma a 1ª via será arquivada pelo FISCAL DE CONTRATOS, a 2ª via será entregue à CONTRATADA e a 3ª via será juntada ao PROCESSO DE PAGAMENTO relativo à Nota Fiscal em que incidiu a glosa.

6.9.5 A cada advertência ou glosa os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade:

6.9.5.1 O reinício do acúmulo de pontos dar-se-á a partir da aplicação da glosa/advertência e se encerrará até a próxima linha de pontuação acumulada.

Ex. Aplicou-se a advertência em razão do acúmulo das frações relativas às ocorrências que somaram 1 ponto. A partir dessa aplicação, o somatório será zerado e a acumulação reiniciará até atingir 2 pontos, e assim sucessivamente, conforme exemplo de relatório abaixo:

Data da ocorrência	Descrição da ocorrência	Observações da Fiscalização	Pontuação (iniciando em 0,0)	Aplicação
02/05/xx	Não atendimento do telefone fornecido ou email pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências.		0,3	Advertência
04/06/xx	Interrupção da prestação dos serviços em um município (para cada hora totalizada pela soma de interrupções) que seja usuário do CONTRATANTE.		0,3	
...	...	...	...	
19/06/xx	Não funcionamento do acesso móvel por falha de cobertura, registrada reclamação junto à Contratada (por evento).		0,1	
Somatório dos pontos e aplicação			1	
Data da ocorrência	Descrição da ocorrência	Observações da Fiscalização	Pontuação (iniciando em 0,0)	Aplicação

21/06/xx	Não atendimento a qualquer outra obrigação no Edital e seus Anexos não especificada nesta tabela.		0,1	Advertência
21/06/xx	Tentativas de originar ou receber chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (quatro por cento).		0,5	
...	...	...	...	
28/06/xx	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso.		0,3	Glosa de 1%
Somatório dos pontos e aplicação			2	
Data da ocorrência	Descrição da ocorrência	Observações da Fiscalização	Pontuação (iniciando em 0,0)	Aplicação
03/07/xx	Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação com o número chamado inferior a 70% dos casos (por evento)		0,5	Glosa de 1%
05/07/xx	Tentativas de originar ou receber chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de falha de cobertura, registrada reclamação junto à Contratada (por evento).		0,1	
...	...	...	...	
10/07/xx	Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso		0,3	Glosa de 1%
Somatório dos pontos e aplicação			3	

6.9.6 Em caso da CONTRATADA somar 8 pontos fica facultada à CONTRATANTE a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

6.9.7 A fim de não haver descontinuidade dos serviços, no caso acima, a CONTRATANTE poderá aguardar a efetivação de nova contratação para rescindir unilateralmente o contrato.

## 6.10 INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.10.1 A execução dos serviços será iniciada na data de assinatura do Contrato ou em data posterior a critério da Administração.

## 6.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.11.1 A Contratante obriga-se a:

6.11.1.1 proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente deste termo;

6.11.1.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os

termos de sua proposta;

6.11.1.3 exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.11.1.4 notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.11.1.5 não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

6.11.1.6 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

6.11.1.7 zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.11.1.8 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada.

6.11.1.9 não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

## 6.12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.12.1 Quanto às obrigações gerais, à Contratada deve:

6.12.1.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

6.12.1.2 Fornecer os materiais discriminados no Termo de Referência, sendo:

6.12.1.2.1 adequados, qualidade e tecnologia, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

6.12.1.2.2 ecologicamente viáveis;

6.12.1.2.3 previamente submetidos à aprovação da CONTRATANTE.

6.12.1.3 Respeitar as Normas Brasileiras - NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre resíduos sólidos.

6.12.1.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

6.12.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.12.1.6 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados diretamente pela ação ou omissão, dolosa ou culposamente, ao CVC ou a terceiros, ficando assegurada a ampla defesa;

6.12.1.7 Utilizar empregados, quando necessário, habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.12.1.8 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

6.12.1.9 Disponibilizar à Contratante os empregados, quando necessário, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

6.12.1.10 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração, sendo certo que os empregados da CONTRATADA não terão vínculo empregatício com o CVC;

6.12.1.11 Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste Contrato e de outros porventura existentes entre as partes e, inclusive da garantia contratual;

6.12.1.12 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, quando estes forem prestar serviços nas instalações do CVC e dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;

6.12.1.13 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

6.12.1.14 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

6.12.1.15 Designar um representante/preposto perante o CVC, para prestar todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;

a. Em caso de substituição do representante/preposto pela



Contratada, a Administração deverá receber aviso formal com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, no qual deve conter informações relativas ao substituto, tais como: nome completo, números de telefone, endereço eletrônico, etc.

b. A Contratada deverá substituir o representante/preposto, quando solicitado pela Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

6.12.1.16 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

6.12.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.12.1.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.12.1.19 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006;

6.12.1.20 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, exceto para atividades previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

6.12.1.20.1 Apresentar à Contratante comprovante de entrega e recebimento do referido comunicado à Receita Federal, no prazo de 10 (dez) dias.

6.12.2 Quanto às obrigações específicas, inerentes às peculiaridades do objeto, a Contratada se obriga a:

6.12.2.1 Garantir provimento do serviço nos municípios que já ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções do CVC (item 1.3.1 deste termo).

6.12.2.2 Habilitar os SIMCARDS de acordo com o código de área a ser informado pela CONTRATANTE;

6.12.2.3 Permitir chamadas de longa distância (VC 2/VC 3), tão somente pelo código da vencedora da modalidade (STFC), por meio de bloqueio em rede, inclusive com configuração de bloqueio dos aparelhos.

6.12.2.4 Fornecer no ato da habilitação para a licitação descritivo nacional de sua área de cobertura;

6.12.2.5 A CONTRATADA deverá possuir concessão ou autorização para prestar o respectivo serviço, outorgado pelo poder concedente nos termos da legislação em vigor, além de:

a. Dispor de sistemas de supervisão para atuar preventivamente na detecção de defeitos.

b. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que afete execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

c. A contratada deverá atender as solicitações de reparos aos serviços de telefonia de acordo com os prazos estipulados pelas resoluções vigentes da ANATEL.

d. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;

e. Reparar ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

f. As tentativas de originar chamadas, em cada período de maior movimento, que não resultem em comunicação com o assinante chamado, por motivo de congestionamento de rede, não deverão exceder a 4% dos casos. Caso a Anatel, ou outros órgãos responsáveis pela regulamentação das telecomunicações, definam regra(s) mais rigorosas, estas deverão ser incorporadas como parte da contratação;

g. Permitir que o serviço de "roaming" nacional ocorra de forma automática, sem a necessidade de habilitação de outro equipamento ou a intervenção do usuário, em todo o território nacional, devendo ser bloqueado todo o roaming internacional.

h. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

i. Implantar de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços de modo a obter uma operação correta e eficaz;

j. Manter em funcionamento contínuo todos os acessos móveis celulares. O bloqueio dos terminais somente poderá ser executado por solicitação de representante credenciado pelo CONTRATANTE;

k. Fornecer, na forma solicitada pelo CVC, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha telefônica;

l. Fornecer mensalmente a CONTRATANTE faturas em formato eletrônico com detalhamento individual de cada linha, contendo todas as despesas realizadas, bem como os demonstrativos dos descontos pertinentes previstos no Contrato, cobrando os serviços efetivamente utilizados;

m. Encaminhar mensalmente faturas individuais consolidadas com o respectivo detalhamento dos serviços prestados, devendo ser fornecida em papel.

n. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CVC, atendendo em até 48 (quarenta e oito) horas, através de um consultor designado para acompanhamento do contrato.

o. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;

p. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q. Não veicular em nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE e;

r. Possibilitar aos usuários de telefones celulares do CVC e dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, na condição de assinante-viajante, receber a prestação do serviço móvel celular em redes de outras prestadoras de serviço, sujeitando-se, nessa hipótese, às regulamentações vigentes, considerando-se, objetivamente, as normas e procedimentos

instituídos pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

s. Assumir as responsabilidades por clonagens, que por ventura venham a ser identificadas nas linhas homologadas, decorrentes de sua culpa ou dolo, assegurando-se a ampla defesa.

t. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

6.12.2.6 Em relação ao sigilo, e, salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária, a CONTRATADA se obriga a:

a. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

b. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através do serviço desta contratação;

c. Manter sigilo dos serviços contratados, de dados processados, inclusive documentação;

d. Manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações que venha a ter conhecimento em virtude do Contrato.

6.12.2.7 Quanto aos descontos:

6.12.2.7.1 Serão igualmente estendidas à CONTRATANTE quaisquer reduções das tarifas praticadas pela CONTRATADA que o órgão regulador - ANATEL, venha a determinar;

## 6.13 DA SUBCONTRATAÇÃO

6.13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 6.14 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.14.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.14.2 - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.14.3 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.14.4 - O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.14.5 - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.14.6 - O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.14.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.14.8 A fiscalização da execução dos serviços, abrange ainda, as seguintes rotinas, a serem realizadas pelo Fiscal do Contrato:

6.14.8.1 Armazenar em pasta eletrônica cópia do termo contratual e todos os seus aditivos, apostilamentos e planilha de custos e formação de preços atualizada, se existentes, juntamente com outros documentos capazes de dirimir dúvidas, a respeito do cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, e que o auxilie no acompanhamento da execução dos serviços contratados;

6.14.8.2 Acompanhar "in loco" a execução do objeto do contrato, apontando as faltas cometidas pelo contratado;

6.14.8.3 Elaborar registro próprio e individualizado para cada contrato, em que conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados;

6.14.8.4 Determinar a correção e readequação das faltas cometidas pelo contratado;

6.14.8.5 Informar a empresa sobre a disponibilização de instalações para início da prestação dos serviços;

6.14.8.6 Proibir a remoção sem aviso prévio e seu expresso consentimento de qualquer equipamento do local em que foi entregue;

6.14.8.7 Exigir que a Contratada zele pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas de acordo com o prazo determinado no contrato;

6.14.8.8 Fiscalizar a utilização indevida por parte dos usuários de código de operadora e serviços não contratados;

a) Quando constatada a ocorrência de uso indevido de outra operadora, deverá ser efetuada cobrança de valor correspondente do responsável pelo ramal ou celular;

6.14.8.9 Exigir da Contratada o repasse de todos os descontos e vantagens licitados. Em caso de divergência contestar junto à operadora por meio de mensagem eletrônica;

6.14.8.10 Exigir da Contratada a entrega das faturas no endereço e nos prazos indicados no contrato;

6.14.8.11 Não ocorrendo a entrega no prazo previsto em contrato, solicitar segunda via com novo prazo de vencimento, por meio da central de atendimento da contratada.

6.14.8.12 Atentar para o prazo de vencimento das faturas, garantindo a chegada ao CVC com antecedência de 15 (quinze) dias, para possibilitar o pagamento da fatura sem cobrança de encargos;

6.14.9 Havendo descumprimento contratual, o FISCAL DO CONTRATO instrumentalizará processo administrativo apuratório, que

assegurará o exercício da ampla defesa e do contraditório, e enviará para a CONTRATANTE, para que essa, se for o caso, aplique a sanção administrativa cabível.

6.14.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 6.15 MEDIDAS ACAUTELADORAS

6.15.1 A Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

6.15.2 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se o contratado incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

#### 6.16 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.16.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação é aquela prevista no Edital;

6.16.2 As sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação são as previstas no Contrato.

#### 6.17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.17.1 Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

6.17.2 É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CVC, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

#### ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

#### PROCURAÇÃO

"RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO", por meio de "NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA" constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. "NOME COMPLETO, RG, CPF", outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação MODALIDADE, NÚMERO/ANO, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

"cidade - estado", data.

"nome completo do representante legal e qualificação na empresa"

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

#### ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

#### PROPOSTA DE PREÇOS

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:

Nome fantasia:

Endereço:

Bairro/Município - Estado:

Telefone/fax:

CEP:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

##### 2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: ..... dias.

Prazo de vigência da ata de registro de preços: ..... anos.

Prazo de vigência do contrato: ..... meses, podendo ser prorrogado.

**3. DECLARAÇÃO:**

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa.

Continua....

**4. PROPOSTA DE PREÇOS:**

Ilimitado\*: ligações Intragrupo deverão ter "tarifa zero"

Lote 01

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal
1	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo	120	8000	Minutos		
2	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	120	9600	Minutos		
3	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	9600	Minutos		
4	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado*	Minutos	0	0
5	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	120	1600	Minutos		
6	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	120	3200	Minutos		
7	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	120	5600	Minutos		
8	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	5600	Minutos		
9	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado*	Minutos	0	0
10	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	120	3200	Minutos		
11	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	120	5600	Minutos		
12	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	5600	Minutos		
13	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado*	Minutos	0	0
14	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	120	120	Minutos		
15	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	120	80	Serviço		
16	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	120	80	Serviço		
17	SMS	Serviço de mensagens de texto	120	2400	Unidade		
18	MMS	Serviço de mensagens multimídia	120	480	Unidade		
19	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	120	120	Serviço		
20	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	120	120	Serviço		
21	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	120	120	Serviço		
22	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB	30	30	Serviço		
23	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB	20	20	Serviço		
24	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	4	4	Serviço		
25	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	120	120	Acessos Ilimitados		

Total Global Mensal do Lote 01:

Cobertura Lote 01: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas e Quilombo

(exceto para os itens 22, 23 e 24).

## Lote 2

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal
26	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo	150	10.000	Minutos		
27	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	150	12.000	Minutos		
28	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	12.000	Minutos		
29	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado*	Minutos	0	0
30	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	150	2.000	Minutos		
31	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intra-regional Móvel-Fixo	150	4.000	Minutos		
32	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intra-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	150	7.000	Minutos		
33	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intra-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	7.000	Minutos		
34	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intra-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado*	Minutos	0	0
35	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	150	4.000	Minutos		
36	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	150	7.000	Minutos		
37	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	7.000	Minutos		
38	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado*	Minutos	0	0
39	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	150	150	Minutos		
40	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivalência ao VC2-3)	150	100	Serviço		
41	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivalência ao VC3-3)	150	100	Serviço		
42	SMS	Serviço de mensagens de texto	150	3.000	Unidade		
43	MMS	Serviço de mensagens multimídia	150	600	Unidade		
44	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	150	150	Serviço		
45	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	150	150	Serviço		
46	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	150	150	Serviço		
47	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB	40	40	Serviço		
48	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB	30	30	Serviço		
49	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	5	5	Serviço		
50	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	150	150	Acessos Ilimitados		
Total Global Mensal do Lote 02:							

Cobertura Lote 02: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo e Caxambu do Sul (exceto para os itens 47, 48 e 49).

## Lote 3

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário Referência	Preço Total Mensal Referência
51	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo	300	20000	Minutos		



52	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	300	24000	Minutos		
53	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	24000	Minutos		
54	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado*	Minutos	0	0
55	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	300	4000	Minutos		
56	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	300	8000	Minutos		
57	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	300	14000	Minutos		
58	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	14000	Minutos		
59	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado*	Minutos	0	0
60	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	300	8000	Minutos		
61	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	300	14000	Minutos		
62	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	14000	Minutos		
63	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado*	Minutos	0	0
64	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	300	300	Minutos		
65	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	300	200	Serviço		
66	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	300	200	Serviço		
67	SMS	Serviço de mensagens de texto	300	6000	Unidade		
68	MMS	Serviço de mensagens multimídia	300	1200	Unidade		
69	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	300	300	Serviço		
70	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	300	300	Serviço		
71	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	300	300	Serviço		
72	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 600MB	80	80	Serviço		
73	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 2GB	60	60	Serviço		
74	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 2G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	10	10	Serviço		
75	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	300	300	Acessos Ilimitados		
Total Global Mensal do Lote 03:							0,00

Cobertura Lote 03: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapeco, Quilombo, Águas Frias, Jardinópolis, União do Oeste, Irati, Planalto Alegre, Santiago do Sul e Formosa do Sul (exceto para os itens 72, 73 e 74).

#### ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

#### 1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:



## 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:

ANEXO V  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Razão social da empresa) , CNPJ Nº. (número) , sediada em (endereço comercial) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

(Local e data) .

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa.

ANEXO VI  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

## DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no Credenciamento fora dos envelopes)

A empresa, (Razão social da empresa) inscrita no CNPJ sob o nº (número) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado, portador(a) da Carteira de Identidade nº (número) , do CPF nº (número) , DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

(Local e data) .

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa

ANEXO VII  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente, Sr. Mauri José Zucco, doravante denominado CONSÓRCIO e de outro lado a empresa [ ..... ], pessoa jurídica de direito privado, situada na [ ..... ], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], neste ato representada pelo(a) ....., Sr(a) ....., doravante denominado FORNECEDOR, ajustam o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global do lote, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo fornecedor, os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes desta Ata:

Lote xx

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário

Coronel Freitas - SC, ... de ..... de 2015.  
Mauri José Zucco Nome do fornecedor  
Presidente Consorcio CVC Cargo na empresa

Testemunhas: Assessoria Jurídica:  
1ª -  
2ª -

#### ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2015

#### MINUTA DO CONTRATO

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente, Sr. Mauri José Zucco, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], neste ato representada pelo(a) ....., Sr(a) ....., doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Resolução nº 003, de 27 de março de 2015 e 005 de 02 de abril de 2015, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste contrato, conforme descrições abaixo:

#### 1.2 - Lote xx

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal
Total Global Mensal do Lote xx							

1.3 Faz parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição o Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 A Contratada deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições

previstas neste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, DO PAGAMENTO DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 O valor mensal do presente Contrato é de R\$ ....., e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ .....

3.2 A entrega das faturas deverá ser feita no endereço da contratante.

3.3 As Nota(s) Fiscal (is) ou Fatura(s) dos serviços efetivamente prestados deverão ser apresentados, até 15 (quinze) dias, no mínimo, antes da data de vencimento, discriminando no corpo da(s) Nota(s) Fiscal(is), o período a que se refere o serviço.

3.4 A fatura deverá ser mensal contendo o valor global dos acessos e o individual por linha, acompanhado do respectivo detalhamento dos serviços prestados, devendo ser fornecida em arquivo eletrônico padrão FEBRABAN v.2.0 ou superior;

3.5 Caso a CONTRATADA possua mais de um Contrato com a administração, deverá emitir Notas Fiscais ou Faturas distintas.

3.6 Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados por força desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

3.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.8 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, deverá ser possível ao CONTRATANTE pagar os valores considerados corretos por meio de glosas dos valores cobrados a maior de acordo com verificação eletrônica das planilhas fornecidas;

3.9 Transcorrido o devido processo referente a multas contratuais, os valores das mesmas poderão ser glosados em faturas com vencimento vindouro;

3.10 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

3.11 Quando houver necessidade de refaturamento dos valores dos serviços prestados por discordância do Fiscal do Contrato, as novas faturas deverão ser emitidas de acordo com os padrões apresentados anteriormente, com data de vencimento de 15 (quinze) dias posterior a data de emissão.

3.12 Caso a operadora não deseje realizar o refaturamento com o valor correto, na forma do item 3.11, poderá, conforme artigos 9º e 71 da Resolução nº 477/07 da ANATEL, realizar a devolução em valor igual ao dobro do que foi pago em excesso pelos serviços, acrescidos de correção monetária e juros legais, em até 30 dias após a contestação da cobrança indevida.

3.13 O pagamento será efetuado através de fatura (nota fiscal com código de barras).

3.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.15 Os preços propostos serão reajustados da seguinte forma:

Para STFC:

"As tarifas serão reajustadas conforme homologação do Poder Concedente, sendo tal reajuste de aplicação imediata e automática, devendo ser utilizado como índice de reajuste o IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro que venha a substituí-lo no setor de telecomunicações□.

Para o SMP:

□A Contratada poderá reajustar os preços de cobrança dos serviços a cada 12 meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento, considerando seu valor básico o atualizado até esta data, devendo ser utilizado como índice de reajuste o IGP-DI".

3.16 Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

3.17 A CONTRATADA deverá garantir o repasse ao CVC de todos os preços e vantagens ofertados aos consumidores cujo perfil de tráfego seja semelhantes ao do consórcio, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no certame, desde que não comprometa o equilíbrio financeiro da contratação.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento de 2015 e exercícios seguintes, tendo na classificação orçamentária:

Órgão	01-00 – CONSÓRCIO PÚBLICO
Unidade	01-01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
Funcional	0004.0122.2002 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS
Elemento	3.3.90.02 – Serviços de Comunicação
Recurso	1300

4.2 No caso de prorrogação do contrato, será consignado nos orçamentos dos próximos exercícios os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 A inexecução contratual total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Consórcio pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

6.1.1 - A inexecução contratual parcial, submeterá o responsável a penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, de multa de 10% (dez por cento) do valor do faturamento mensal, imediatamente anterior a ocorrência do fato.

6.2 Aplicam-se também as advertências e ou glosas em conformidade com as ocorrências previstas no Termo de Referência.

6.3 As penalidades serão aplicadas após a instauração de processo administrativo oportunizando ao autuado a ampla defesa do contraditório.

6.4 Em caso de pagamento efetuado com atraso, fica a

CONTRATANTE obrigada ao pagamento de multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 1% ao mês e a correção monetária pelo IGP-DI.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS

8.1. O Contrato terá vigência de 24 meses iniciando a partir do dia .... de ..... de 20xx e término no dia ... de ..... de ....., podendo ser prorrogada a vigência do contrato, até o limite legal previsto nos termos do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883 de 08.06.94.

#### CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

9.1. O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 0001/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

10.1. O controle e fiscalização da execução dos serviços são os estabelecidos no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

11.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As quantidades de serviços estimadas e não consumidas durante a vigência do presente contrato serão automaticamente canceladas e o saldo do empenho será estornado;

12.2 É obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Art. 55, inc. XIII da Lei 8.666/93).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de Coronel Freitas - SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Coronel Freitas (SC), ..... de ..... de 2015.

Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC Contratada  
MAURI JOSE ZUCCO  
PRESIDENTE

Testemunhas:

1ª -

2ª -

**CPIMMOC****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/15**

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO  
MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2015

O Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do município de Ouro e Presidente da CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no uso de suas atribuições conferidas pelo Capítulo VII, inciso 1º do Estatuto da entidade.

CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados à CPIMMOC para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se conforme segue:

DATA: 19 de maio de 2015

HORA: 8:30 horas

LOCAL: Auditório da AMMOC

Rua Roberto Trompowski, 68 - Centro - Joaçaba - SC

ORDEM DO DIA

- Lançamento Oficial do Programa de Educação Ambiental para Agricultura Familiar (PEAAF); com a Presença da Representante do Ministério do Meio

Ambiente Sra Geise Mascarenhas;

- Lançamento Oficial do Licenciamento Ambiental Municipal para a região da

CPIMMOC; Sr Elton Magrinelli Coordenador Programa para Implantação; e

- Assuntos da AMMOC.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC